UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

DESIGUALDADES ESPACIAIS E PRISÕES
NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL:

Fundamentos da insegurança no atual período

Tese de doutorado

James Humberto Zomighani Júnior

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

São Paulo
2013

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo ou pesquisa, desde que citada a fonte.

ZOMIGHANI JR., J. H. DESIGUALDADES ESPACIAIS E PRISÕES NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: fundamentos da insegurança no atual período. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Aprovado em:

Banca examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Ao Thiago, meu filho, pelos novos sentidos que trouxe à
minha vida. E por ter me ensinado o verdadeiro
significado do amor incondicional!*

*Do rio que tudo arrasta, se diz que é violento;
mas, ninguém diz violentas as margens que o oprimem.*

Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

O trabalho de produção de uma tese envolve muitas pessoas e instituições que, direta ou indiretamente, oferecem condições para a pesquisa. Ideias, processos, hipóteses. Dentre múltipla e complexa variedade de situações, vive-se uma fase de intenso aprendizado! E todos os apoios recebidos tornaram possível resolver problemas, reunir esforços e prosseguir. Chegou o momento de agradecer a todos que colaboraram para realização desta tese:

- Agradeço à Professora Maria Adélia Aparecida de Souza, uma das pessoas mais nobres, íntegras, competentes e corajosas que já conheci. A ela devo agradecer, primeiramente, por contribuir com grande parte de minha formação intelectual e acadêmica. Por todo aprendizado que me ofereceu, durante todos esses anos de trabalho conjunto, e por todas as oportunidades que me possibilitou no campo profissional como professor e pesquisador. Devo também agradecê-la por ter me aceitado como orientando desde a iniciação científica na UNICAMP, ainda em 2002, para estudar a prisão a partir do conhecimento geográfico, e por aceitar orientar um tema espinhoso, difícil e inédito na geografia humana. E, logo após, por ter me recebido e acompanhado minha formação na USP nestes últimos sete anos da pós-graduação durante o mestrado e o doutorado. Muito obrigado Professora Maria Adélia, me sinto honrado de ter sido seu aluno todos estes anos, período que deixará muitas saudades!

- Agradeço à minha esposa Marlei pelo apoio e amor incondicionais, além de toda contribuição para compreender ideias e a melhorar a apresentação dos dados. Mas, principalmente, por contribuir para que eu pudesse ser uma pessoa melhor. Além de ter cuidado de nosso filho, fruto de nosso amor, nos momentos em que não pude estar presente, trazendo para junto de mim as alegrias de nosso pequeno Thiago, quem chegou às nossas vidas no meio do doutoramento e trouxe outros significados e infinita felicidade, preenchendo com alegria todos os momentos;

- Agradeço à minha família, principalmente à minha mãe Cleuza Maria, ao meu irmão Jacques Douglas e à minha cunhada Rose por todo carinho, solidariedade e apoio, mesmo à distância, e por todos os momentos felizes que passamos juntos; além de todas as Tias, Tios, Primas e Primos que juntos formam uma linda e enorme família, alegrando minhas visitas, reavivando minha cultura e minhas origens a partir de toda riqueza da cultura do interior;

- Agradeço aos alunos e amigos do Colégio Equipe – SP, onde trabalhei durante três anos, e fui acolhido profissionalmente, mas com enorme carinho, em minha chegada à São Paulo, durante o mestrado e o primeiro ano de doutorado. Local não apenas de trabalho, mas de grande companheirismo, aprendizado, alegrias e amizade, nos intervalos das aulas e nos projetos e trabalhos de campo. Sempre me lembro com saudades de todos os momentos compartilhados com Mauro Pontes, Gabriel Passetti, Luciava Fevorini, Luana Chnaiderman, Cristina Guerreiro, Aleksandra Silva (Leka); Gabriela Mafud, Nelson Conegundes, Francisco Neto, Flávia Bearzi. Muito obrigado a todos vocês!

- Aos meus amigos Gabriel e Leka que me acolheram com grande carinho, amizade e generosidade em terras paulistanas;

- Agradeço às coordenadoras do Instituto Qualidade no Ensino – IQE/SP, as professoras Maria Christina Salerno, Maria Silvia Louzada e Maria Helena Braga por toda confiança, e apoio em mim depositados pela ocasião do trabalho de formação de professores no Piauí e em Pernambuco. Oportunidade que me permitiu rever minhas próprias práticas pedagógicas, conhecer melhor minha gente e meu país em toda sua complexidade, e assim me tornar um professor melhor;

- Agradeço aos meus amigos professores formadores de geografia de Teresina: Fredson Castro, Edson Barrinha, José Israel, Deise Higino e Clayton Ferreira por todo companheirismo, amizade e troca de ideias que me ajudaram a conhecer mais e melhor um Estado tão rico e diversificado geograficamente como o Piauí, mas desconhecido por grande parte dos brasileiros;

- Agradeço aos professores formadores de geografia do Recife: Ana Paula Freire, João Generino e Ranniery Alves por todo apoio ao projeto desenvolvido em *sua Terra*, mas principalmente por compartilhar os mesmos desafios e sonhos por uma educação libertária, para se construir um ensino de geografia competente e que eleve ainda mais os anseios geográficos de toda *nação Pernambucana*;

- Agradeço à sempre gentil e solidária Aninha, do LABOPLAN, por todo apoio institucional e pela amizade, e por me ajudar a conhecer melhor a complexa e contraditória história do cotidiano da geografia uspiana;

- Agradeço aos colegas de seminário da pós na USP, pelas discussões sobre métodos e metodologia da geografia humana, sob a coordenação da professora Maria Adélia, no LABOPLAN – USP. Meus sinceros agradecimentos a todos: Edmilson Rodrigues, Jurandir, Denis, Leidiana, Markelly, Carminha, Bruno, Jaqueline, Dhiego, Willian, Cassiano, Leandro, Jordana, Fábio, Lucas todos vocês, cada um de um lugar diferente do Brasil, com grande criatividade para escolha de diferentes temas de pesquisa, têm feito avançar a geografia renovada.
- Agradeço à secretaria de pós-graduação da geografia da USP, principalmente à Rosângela, Jurema e Firmino, pelo socorro nas horas difíceis com a burocracia uspiana;
- Agradeço à Sra. Paula Maria Oliveira, do Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Publicas da Secretaria de Administração Penitenciária (SAP) e principalmente ao Dr. Alexandre Dias, delegado da Polícia Civil de SP, pela atenção e envio dos dados solicitados;
- Agradeço às profas. Dras. Marie-France Prêvot Schapira e Bárbara Loyer, do *Institut Français de Géopolitique* - IFG, da Universidade de Paris 8, por terem me recebido para o doutorado sanduíche em Paris - França entre 2011 e 2012;
- Agradeço à Diretora da *Maison du Brésil*, Mme. Inez Machado, pela acolhida na França e por toda competência na gestão da Maison em Paris;
- Agradeço aos colegas da *Maison du Brésil* pela amizade, pelas trocas enriquecedoras de ideias, pela acolhida, pelo companheirismo e amizade, com um agradecimento especial para: Claudio Assis, a Maura Manca, Ernestina Salvatierra, Carolina e Felipe, Daniela Stocco, Carlos Dias, Gentil Cutrim, Ana Barreto, Vitor Henriques, Fernanda Andrade, Vanda Ponte, Tatiana e Edward, Duda Bastos. Sou muito grato a todos vocês pelo carinho e solidariedade que tornaram ainda mais agradável a estada em Paris;
- Agradeço aos muitos funcionários das Bibliotecas da FFLCH/USP; da universidade de Paris 8; da *Bibliothèque da Cité Internationale Universitaire de Paris* – CiuP e da *Bibliothèque Nationale Française* - BNF pelo cuidado e atenção com os pesquisadores nacionais e estrangeiros;
- Agradeço aos professores membros da banca de qualificação Márcio Cataia e Edson Passetti pela leitura e vigorosos apontamentos ao meu relatório, e por todas as sugestões que ajudaram a corrigir rumos no projeto da tese;

- Agradeço também ao Conselho Nacional de Pesquisa Científica e Tecnológica - CNPq pela bolsa de pesquisa no Brasil nos últimos três anos da tese; e a CAPES pela bolsa que possibilitou a etapa de pesquisa na Universidade de Paris 8 entre 2011 e 2012.

RESUMO

ZOMIGHANI JR., J. H. DESIGUALDADES ESPACIAIS E PRISÕES NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO NEOLIBERAL: fundamentos da insegurança no atual período. Tese (doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

O objetivo central desta tese é o de compreender, a partir dos usos do território do estado de São Paulo pelo sistema penal, como são ampliadas as desigualdades socioespaciais, em diferentes escalas de análise – do município ao território do estado federativo. Foi demonstrado como a prisão, um objeto do sistema penal, promove desigualdades espaciais pelo consumo acelerado de recursos econômicos do orçamento do Estado, mas também pela criação de locais e sujeitos estigmatizados. No entanto, malgrado o aumento exponencial dos recursos para expansão do sistema prisional paulista nos últimos anos, a prisão continua sendo ineficaz no combate à criminalidade. Mas consome, cada vez mais, somas maiores de recursos públicos em detrimento de outras áreas e demandas sociais. As desigualdades ampliadas por este processo podem responder por parte dos sentimentos de insegurança da população em tempos de globalização neoliberal. O sistema prisional – o conjunto de todas as unidades prisionais que se articulam para cumprir diferentes regimes de privação de liberdade – funciona de modo seletivo, atendendo interesses político-econômicos hegemônicos, em detrimento da garantia de igualdade de direitos entre todos os distintos sujeitos sociais que compõem a totalidade da sociedade brasileira. Deste modo, a seletividade penal envolve não apenas combate aos crimes, mas principalmente a repressão dos sujeitos sociais não hegemônicos, os mais reprimidos pelo braço penal do Estado. O aprisionamento, em conjunto com dois outros processos sociais contemporâneos - a seletividade da ação policial e a discriminação entre classes sociais nos tribunais - somado à escolha também seletiva dos territórios utilizados para implantação das novas unidades prisionais, expressa a reprodução das desigualdades espaciais no Estado de São Paulo neste início de Século XXI. Como alternativas à prisão, foram demonstradas possibilidades teóricas de se reverter este processo de ampliação das desigualdades espaciais, e de encontrar outras soluções para a conflitividade social. Elas passam tanto pelo redirecionamento dos usos do capital excedente pelo Estado, quanto pela conscientização social acerca dos principais mecanismos de sustentação dos sistemas penal e prisional na sociedade contemporânea. O que poderia promover mudanças culturais e, a partir delas, mudanças estruturais como, por exemplo, o fim da prisão. As novas possibilidades de uso dos recursos sociais e econômicos do Estado poderiam diminuir desigualdades espaciais, convergindo com outras formas de lidar com as contradições da atual sociedade contemporânea capitalista. Um debate teórico e político bastante complexo, mas fundamental para constituição de um novo projeto civilizatório para São Paulo e para o Brasil, realizado a partir de contribuição inédita da ciência geográfica.

Palavras-chave: usos do território – Estado de São Paulo – sistema prisional – desigualdades espaciais – seletividade prisional – sistema penal

ABSTRACT

ZOMIGHANI JR., J. H. *SPATIAL INEQUALITIES AND PRISONS IN NEOLIBERAL GLOBALIZATION: fundamentals of uncertainty in the current period*. Thesis (PhD). Faculty of Philosophy, Letters and Human Sciences, University of São Paulo, São Paulo, 2013.

The main objective of this thesis was to understand as socio-spatial inequalities are magnified at different scales of analysis, from municipality to state, considering the territory use of the state of São Paulo by penal system. It was demonstrated how prison, an object of the penal system, promotes spatial inequalities not only by inflated consumption of economic resources from the state budget, but also by creating stigmatized individuals and locations. However, despite the exponential increase in resources to expand São Paulo prison system in recent years, the prison remains ineffective in combating crime. Moreover, it consumes increasingly larger sums of public funds at the expense of other areas and social demands. The inequalities enlarged by this process may account for part of the population's feelings of insecurity in times of neoliberal globalization. The prison system _ the set of all prisons that are organized to meet different regimes of detention _ works selectively, serving hegemonic political-economic interests in detriment of ensuring equal rights for all different social individuals that comprise the whole of Brazilian society. Thus, the criminal selectivity involves not only combating crimes, but also reprehending non-hegemonic social individuals, the most repressed by the state penal system. The imprisonment, together with two other contemporary social processes _ selectivity of police action and discrimination between social classes in the courts _, as well as the selective choice of territories used for deployment of new prisons, expressed the reproduction of spatial inequalities in the State of São Paulo at the beginning of the 21st Century. As alternatives to prison, theoretical possibilities have been demonstrated to reverse this process of expansion of spatial inequalities, and to find other solutions to social conflicts. Those alternatives involve redirecting the use of the surplus capital by the State, as well as creating social awareness about the key mechanisms that support criminal and prison systems in contemporary society; which could promote cultural and structural changes leading to the end of prisons. The new possibilities of social and economic resources of the state could reduce spatial inequalities, converging with other ways of dealing with contradictions of the current contemporary capitalist society. A rather complex theoretical and political debate would be essential for constituting a new civilization project for São Paulo and for Brazil, held from a unprecedented contribution from geographical science.

Keywords: territory use - São Paulo - prison - spatial inequalities – prison selectivity - penal system.

RÉSUMÉ

ZOMIGHANI JR., J. H. ***LES INEGALITES SPATIALES ET LES PRISONS DANS LA MONDIALISATION NEOLIBERALE: les fondamentaux de l'insécurité dans la période actuelle.*** Thèse (PhD). Faculté de Philosophie, Lettres et Sciences Humaines, Université de São Paulo, São Paulo, 2013.

L'objectif de cette thèse est de comprendre, à partir de l'utilisation du territoire de l'État de São Paulo dans le système pénal, que les inégalités socio-spatiales sont amplifiées à différentes échelles d'analyse _ de la municipalité à l'état. Il a été démontré comment la prison, un objet du système pénal, favorise les inégalités spatiales par la consommation accélérée des ressources économiques du budget de l'État, et aussi par la création de locaux et des sujets stigmatisée. Cependant, malgré l'augmentation exponentielle des ressources pour l'expansion du système pénitentiaire de São Paulo au cours des dernières années, la prison reste inefficace dans la lutte contre la criminalité. Mais consomme de plus en plus grandes sommes de fonds publics au détriment d'autres domaines et des demandes sociales. Inégalités agrandies par ce processus peuvent expliquer en partie le sentiment d'insécurité de la population à l'époque de la mondialisation néolibérale. Le système pénitentiaire _ l'ensemble des prisons qui sont organisés pour répondre aux différents régimes de détention _ fonctionne de manière sélective, au service des intérêts politique et économique hégémoniques, plutôt que de garantir l'égalité des droits entre tous les différents sujets sociaux qui composent l'ensemble de la société brésilienne. Ainsi, la sélectivité dans le système pénal implique non seulement la lutte contre les crimes, mais surtout la répression des sujets sociaux non hégémoniques, les plus réprimées par le bras pénale de l'État. L'emprisonnement, avec deux autres processus sociaux contemporains _ la sélectivité de l'action de la police et la discrimination entre les classes sociales dans les tribunaux _ plus le choix également sélectifs des territoires utilisé pour le déploiement de nouvelles prisons, a exprimé la reproduction des inégalités spatiales dans l'État de São Paulo, au début du 21e siècle. Comme alternatives à la prison, les possibilités théoriques ont été démontrées pour inverser ce processus d'expansion des inégalités spatiales, et trouver d'autres solutions aux conflits sociaux. Elles impliquent la redirection de l'utilisation de l'excédent de capital par l'État, ainsi que la conscience sociale sur les principaux mécanismes qui soutiennent le système carcéral et judiciaire dans la société contemporaine. Ce qui pourrait favoriser un changement culturel et, de leur part, des changements structurels tels que la fin de la prison. Les nouvelles possibilités des ressources sociales et économiques de l'État pourraient réduire les inégalités spatiales, convergeant avec d'autres façons de traiter avec les contradictions de la société capitaliste contemporaine actuelle. Un débat théorique et politique assez complexe, mais essentiel pour la formation d'un nouveau projet de civilisation pour São Paulo et Brésil, qui s'est tenue du contribution sans précédent de la science géographique.

Mots-clés: usages du territoire - Sao Paulo - prison - inégalités spatiales - sélectivité en prison - le système pénal.

LISTA DE SIGLAS

ALESP – Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo

CDP – Centro de Detenção Provisória

CETESB – Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo

CNJ – Conselho Nacional de Justiça

CPP – Centro de Progressão Penitenciária

CR- Centro de Ressocialização

CRP – Centro de Readaptação Penitenciária

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

EUA – Estados Unidos da América

FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional

GECAP – Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDDD – Instituto de Defesa do Direito de Defesa

INFOPEN – Sistema de Informações Penitenciárias

MJ – Ministério da Justiça do Brasil

MPE – Ministério Público Estadual

MPF – Ministério Público Federal

MPL – Movimento Passe Livre

MTCINF – Meio Técnico-Científico-Informacional

NU-SOL – Núcleo de Sociabilidade Libertária abrigado na PUC-SP

PC/SP – Polícia Civil do Estado de São Paulo

PM/SP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RDD – Regime Disciplinar Diferenciado

SAP – Secretaria de Administração Penitenciária

SD – Sem dados

SERVEC – Serviço de Apoio às Varas de Execução Penal da Capital

SJC – Sistema de Justiça Criminal

SP – Estado de São Paulo

SPR – Sistema Prisional

SSP – Secretaria de Segurança Pública

UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos

USP – Universidade de São Paulo

LISTA DE MAPAS

MAPA 1– Brasil: Total de presos e de vagas no sistema prisional por estado em 2012.....	119
MAPA 2 – Brasil: Total de déficit de vagas no sistema prisional por estado em 2012.	120
MAPA 3 – Estado de São Paulo: população por município em 2010.....	121
MAPA 4 - Estado de São Paulo: taxa de urbanização por município (em %) em 2010.	122
MAPA 5 - Estado de São Paulo: população entre 15 e 24 anos por município em 2010.....	123
MAPA 6 - Estado de São Paulo: população masculina entre 15 e 24 anos por município em 2010.	124
MAPA 7 - Estado de São Paulo: percentual de nascidos vivos com menos de 2,5 kg por município em 2010.	125
MAPA 8 - Estado de São Paulo: disponibilidade de leitos SUS por 1.000 habitantes por município em 2010.	126
MAPA 9 - Estado de São Paulo: percentual de mães adolescentes por município (em %) em 2010.	127
MAPA 10 - Estado de São Paulo: total de empregos formais por município em 2010.	128
MAPA 11 - Estado de São Paulo: rendimento médio dos empregos formais em reais (R\$) por município em 2010.....	129
MAPA 12 - Estado de São Paulo: participação dos serviços no total do valor adicionado do PIB (em %) por município em 2010.	130
MAPA 13 - Estado de São Paulo: número de pessoas presas pela PM por município entre 2008 e 2012.....	175
MAPA 14 - Estado de São Paulo: número de pessoas presas pela PM por município, por ano, entre 2008 e 2012.	176
MAPA 15 - Estado de São Paulo: número de pessoas presas pela PM por município em 2012.	177
MAPA 16 - Estado de São Paulo: jovens entre 18 e 24 anos com ensino médio completo por município em 2010.	183
MAPA 17- Estado de São Paulo: população entre 15 e 24 anos por município.....	213
MAPA 18 - Estado de São Paulo: total de habitantes por vaga de emprego formal por município em 2010.	214
MAPA 19 - Estado de São Paulo: desigualdades entre produção de riqueza e rendimentos. Relação entre Renda e PIB per capita por município (em %) em 2010.	215
MAPA 20 - Estado de São Paulo: renda per capita por município (em Reais R\$) em 2010.....	216

MAPA 21 - Estado de São Paulo: rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios (em Reais R\$) por município em 2010.	217
MAPA 22 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios sem rendimentos (em %) por município em 2010.	218
MAPA 23- Estado de São Paulo: total de domicílios com rendimento até ¼ do salário mínimo (em %) por município por município em 2010.	219
MAPA 24 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre ½ e 01 salário mínimo (em %) por município em 2010.	220
MAPA 25 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 01 e 02 salários mínimos (em %) por município em 2010.	221
MAPA 26 – Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 02 e 03 salários mínimos (em %) por município em 2010.	222
MAPA 27 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 03 e 05 salários mínimos (em %) por município em 2010.	223
MAPA 28 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 05 e 10 salários mínimos (em %) por município em 2010.	224
MAPA 29 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos acima de 10 salários mínimos (em %) por município em 2010.	225
MAPA 30 - Estado de São Paulo: rebeliões nas unidades prisionais ocorridas entre 1981 e 1998.	233
MAPA 31- Estado de São Paulo: Doação de Terrenos para a Secretaria de Administração Penitenciária pelos municípios do interior entre 1996 e 2008.	236
MAPA 32 - Estado de São Paulo: unidades do sistema prisional, por tipo, por município em 2013.	243
MAPA 33 - Estado de São Paulo: total de presos por unidade prisional, por município em 2013.	244
MAPA 34 - Estado de São Paulo: penitenciárias e CDPs por município em 2013.	245
MAPA 35 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1930 e 2013, por período, por município.	246
MAPA 36 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1930 e 1970, por município.	247
MAPA 37 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1971 e 1990, por município.	248
MAPA 38 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1991 e 2000, por município.	249
MAPA 39 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 2001 e 2013, por município.	250
MAPA 40 - Estado de São Paulo: déficit de vagas no sistema prisional por município em 2013.	251

MAPA 41 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional. Novas unidades prisionais em construção em 2013.	256
MAPA 42 - Estado de São Paulo: Penitenciárias, Centros de Detenção Provisória e Principais Rodovias em 2012.	259
MAPA 43 - Estado de São Paulo: número de homens para cada 100 mulheres por município em 2010.	261
MAPA 44 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origem na capital do Estado (município de São Paulo).	324
MAPA 45 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origem em Campinas.	325
MAPA 46 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origens em Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Piracicaba.	326
MAPA 47 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origens na Baixada Santista, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Piracicaba.	327

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Estado de São Paulo. Evolução do orçamento (total e dos poderes executivo, legislativo e judiciário), entre 1995 e 2013 (em reais R\$)	107
GRÁFICO 2 – Estado de São Paulo. Variação percentual do orçamento total em relação ao ano anterior entre 1996 e 2013 (em %)	109
GRÁFICO 3 – Estado de São Paulo. Evolução do orçamento das secretarias estaduais entre 1995 e 2013 (em reais R\$).	109
GRÁFICO 4 – Estado de São Paulo. Evolução da soma dos orçamentos das secretarias de segurança pública e administração penitenciária entre 1995 e 2013 (em reais R\$).	110
GRÁFICO 5 – Crescimento exponencial dos Orçamentos das Secretarias de Segurança Pública mais Administração Penitenciária, e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo com dados reais entre 1995 e 2013, e dados simulados até 2030 (em reais R\$).	112
GRÁFICO 6 – Estado de São Paulo. Evolução dos Orçamentos das Secretarias de Administração Penitenciária, Cultura e Habitação entre 1995 e 2013.	114
GRÁFICO 7 – Estado de São Paulo. Evolução dos Orçamentos da USP, UNESP, UNICAMP e FAPESP entre 2002 e 2013 (em reais R\$).	115
GRÁFICO 8 – Brancos, pardos e negros no sistema prisional paulista e no total da população estadual em 2012 (em percentual %)	162
GRÁFICO 9 – Total de ocorrências e pessoas presas no Estado de São Paulo entre 2001 e 2012.	171
GRÁFICO 10 - Total de pessoas presas no Estado de São Paulo em flagrante ou por mandado judicial entre 2001 e 2012.....	173
GRÁFICO 11 - Estado de São Paulo: total de prisões em flagrante e por mandado judicial por ano entre 2001 e 2012.	173
GRÁFICO 12 – Evolução nos registros de crimes pela secretaria de segurança pública do estado de São Paulo entre 1999 e 2012.	174

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de prisioneiros por tempo de duração da pena em 2012.....	164
Tabela 2 – Concentração espacial do aprisionamento em São Paulo em 2012.	178
Tabela 3 - Total de vagas e déficit por tipo de unidade do sistema prisional paulista em janeiro de 2013.	242
Tabela 4 - Unidades prisionais em construção, construtoras, valores dos contratos e total de vagas que serão geradas no sistema prisional paulista.	253
Tabela 5 - Crescimento populacional entre 2000 e 2010 de pequenos municípios que receberam unidades prisionais (em milhares de habitantes)	260
Tabela 6 – Total dos investimentos para construção e reforma de prisões entre os anos de 1997 e 2006, e distância (km) dos municípios até a capital do estado (cidade de São Paulo).	282
Tabela 7 - Custos mensais per capita para manutenção dos presos por tipo de unidade prisional em 2012.	285
Tabela 8 – Total de prisioneiros e custos estimados por tipo de unidade prisional em janeiro de 2013 (valores em reais R\$).	286
Tabela 9 - Repasses do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN para a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo por tipo e ano do desembolso dos recursos (em milhões de reais).	289
Tabela 10 – Unidades prisionais em construção por tipo, entre 2011 e 2013, e custo das obras.....	304
Tabela 11 – Editais para contratação de produtos e serviços servindo à modernização incompleta do sistema prisional.	307
Tabela 12 - Editais para modernização incompleta do sistema prisional – serviços/seguros e veículos. .	311
Tabela 13 – Tipos de cargo e total de funcionários do sistema prisional paulista em 2012.	313
Tabela 14 – Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq em 2013.	349

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Doação de terrenos ao sistema penitenciário e prefeitos dos municípios entre 1997 e 2008.	237
QUADRO 2 – Conflitos decorrentes da implantação e funcionamento de unidades prisionais	271
QUADRO 3 – Transformações espaciais decorrentes da implantação de prisões, do bairro ao território da unidade federativa.	273
QUADRO 4 - Distância em km entre São Paulo (capital) e penitenciárias do interior.	322
QUADRO 5 - Distância em km entre campinas e penitenciárias do interior.	323

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dispositivo panóptico.	35
Figura 2 – Supermax – Prisão Federal em Florence (Colorado – EUA).	167
Figura 3 – Modelo de Centro de Detenção Provisória de São Paulo.	168
Figura 4 – CDP de Pinheiros- São Paulo.	331
Figura 5 – Liberdade?	332
Figura 6– Sistemas de influência sobre o sistema prisional.	369

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS-----	vi
RESUMO-----	i
ABSTRACT-----	ii
RÉSUMÉ-----	iii
LISTA DE SIGLAS-----	ii
LISTA DE MAPAS-----	iv
LISTA DE GRÁFICOS-----	vii
LISTA DE TABELAS-----	viii
LISTA DE QUADROS-----	ix
LISTA DE FIGURAS-----	ix
SUMÁRIO-----	x
Primeiras palavras. Objeto, pesquisa, sujeito.-----	17
Problematização-----	19
O ineditismo de um estudo geográfico sobre as prisões-----	23
Fundamentos da metodologia utilizada-----	26
A elaboração da hipótese de pesquisa-----	29
A obtenção de dados oficiais-----	30
 PARTE I DESIGUALDADES ESPACIAIS, PODERES HEGEMÔNICOS E A PRISÃO. -----	 34
Capítulo 1 Desigualdades, hegemonias e controle social-----	36
Desigualdades espaciais e as origens da prisão-----	37
Prisão, um invento da burguesia?-----	38
Desviantes e criminosos no Brasil-----	40

O controle das ações humanas -----	42
Moral e desigualdades-----	43
Sociedade disciplinar e de controle -----	45
Migração das prisões -----	47
A marca de Caim no território das cidades -----	49
Corpo, tempo, liberdade -----	51
Fracasso e reformas da prisão -----	53
Desigualdade e delinquências. -----	57
Capítulo 2 Os paradoxos da prisão -----	60
Desigualdades e justiça -----	61
Globalização, neoliberalismo e prisões -----	64
Hegemonias e sistema penal no Brasil -----	65
Formação territorial do sistema penal -----	70
Modernizações incompletas do sistema prisional -----	74
Sistema de Filadélfia e as origens da prisão celular -----	74
Sistema Auburniano e a prisão coletiva com trabalho -----	75
Sistema de Montesinos ou sistema progressivo -----	75
A formação penal do território brasileiro -----	75
A tropicalização de modelos penais -----	77
Quando o fracasso é condição para sucesso da prisão -----	78
Eventos, rupturas e continuidades -----	80
Paradoxos da prisão -----	81
Existe justiça penal no Brasil? -----	83
Um federalismo às avessas -----	88

Capítulo 3	Desigualdades espaciais como insegurança social -----	91
	Considerações sobre a origem das desigualdades-----	92
	A reprodução de desigualdades no atual período -----	94
	A inexistência de um welfare state brasileiro-----	101
	Uma resposta (equivocada) à insegurança social -----	103
	Ampliação do sistema penal e comprometimento do orçamento-----	106
	Breve análise das desigualdades do Estado de São Paulo-----	116
	Burocracia, mídia e violência -----	132
Capítulo 4	Novas hegemonias e a atual seletividade penal-----	138
	O mito da igualdade penal no Brasil-----	139
	Ilegalismos convenientes -----	143
	Desigualdades e conflitos. Estado e violências. -----	144
	Seletividade espacial como instrumento de classe -----	156
	A inocência presumida (dos mais ricos) -----	157
	A discriminação das empresas pelo sistema penal-----	159
	Comprovando a seletividade pelo perfil do prisioneiro -----	161
 PARTE II		
REPRODUZINDO DESIGUALDADES: USOS DO TERRITÓRIO DE SÃO PAULO		
PELO SISTEMA PENAL. -----		166
Capítulo 5	Seletividade policial e Ilegalidade Penal-----	169
	A pandemia do grande aprisionamento paulista-----	170
	Concentração do aprisionamento e violência policial -----	178
Capítulo 6	Ilegalidades Judiciárias -----	188
	Organização espacial do sistema de justiça-----	189

Concepção de justiça dos operadores do sistema penal -----	191
Ilegalidades no sistema prisional paulista-----	195
Problemas encontrados pelo mutirão carcerário -----	196
Capítulo 7 Reprodução de desigualdades e expansão do sistema penal no Estado de São Paulo-----	203
Território, riqueza e desigualdades de São Paulo -----	204
Usos do território e aprofundamento das desigualdades -----	206
Desigualdades regionais e expansão do sistema prisional -----	207
Desigualdades ampliadas pelas transferências de recursos -----	208
Cartografias da desigualdade paulista -----	210
Em defesa das modernizações incompletas do sistema penal -----	226
Contradições nos usos do território pelo sistema prisional -----	230
A interiorização do sistema prisional paulista -----	230
Expansão territorial do sistema prisional em São Paulo-----	234
Especialização do sistema prisional contemporâneo -----	238
Unidades prisionais por tipo, capacidade e déficit de vagas -----	239
As unidades prisionais especializadas -----	240
A acessibilidade das novas penitenciárias -----	257
Fluxos penitenciários e mudanças demográficas -----	258
Conflitos da expansão do sistema prisional-----	262
A prisão como estigma territorial -----	272
Capítulo 8 O sistema prisional e os circuitos da economia urbana-----	277
A prisão como fator de reprodução do capital-----	278
Os custos do aprisionamento -----	280
Investimentos para ampliação do sistema prisional paulista-----	281

Os custos de manutenção dos presos -----	284
Os recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN-----	287
A prisão e o dinamismo de regiões economicamente depressivas -----	292
Dinâmicas regionais do sistema penitenciário paulista-----	293
Exemplos internacionais de implantação de prisões-----	297
O Complexo Industrial Prisional-----	299
A prisão e os circuitos da economia urbana -----	301
Circuito superior da economia prisional -----	303
Modernizações incompletas do sistema prisional paulista -----	305
Circuito inferior da economia prisional no interior paulista -----	312
Os funcionários do Sistema Prisional: cargos e salários -----	312
Privatização penitenciária e aumento das desigualdades -----	315
Prefeitos e prisões -----	317
Excursões e famílias-----	319
Distâncias percorridas para realização das visitas em fins de semana -----	322
Rompimento de vínculos sociais-----	328

PARTE III DA SELETIVIDADE A UMA NOVA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL Um território sem prisões. ----- 330

Capítulo 9 Novos usos do território e um futuro sem prisões ----- 333

O planejamento territorial como produto da política -----	334
Desigualdades espaciais, insegurança e violência -----	337
A falácia da prisão na prevenção da criminalidade -----	341
Uma nova geografia para redução das desigualdades -----	342
e esvaziamento das prisões -----	342

Mudança da natureza do Estado e a necessária-----	343
socialização dos produtos do trabalho-----	343
As novas funções das mídias -----	344
A importância dos movimentos sociais -----	345
As contribuições dos intelectuais -----	347
Capítulo 10 As ruínas de um gigante sobre solo de barro -----	351
Um diálogo sobre prisões entre anarquistas e geógrafos -----	352
A prisão como paradigma de uma racionalidade política -----	353
Prisão: a irracionalidade desconhecida da maioria-----	357
Os três escudos protetores da prisão-----	360
O fim da seletividade prisional-----	364
Descriminalização como escolha política-----	365
Capítulo 11 Para além do Estado penal-----	366
Natureza do espaço e o poder -----	367
Por onde começar? -----	369
Mudanças no sistema penal-----	371
Diminuição das desigualdades pelo atendimento das demandas -----	373
Destinação de recursos para atendimento às vítimas -----	376
Possibilidades geográficas para os modelos abolicionistas -----	378
As unidades descentralizadas de conciliação -----	380
Capítulo 12 O período popular e um novo projeto civilizatório -----	381
As condições geográficas para a mudança política -----	382
Grande mídia, comunicação alternativa e prática política -----	385
Resistências ao sistema penal nas periferias-----	388
Novas prioridades para o orçamento do Estado-----	389

Aprofundamento do pacto federativo -----	389
As contribuições da universidade -----	391
CONCLUSÕES -----	392
CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	397
A ciência engajada e ativa -----	398
O diálogo com outras disciplinas -----	398
Acerca das perguntas sem resposta -----	399
Novos caminhos acadêmicos ou projetos de futuro-----	400
Aprendizados como pesquisador-----	401
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS -----	402
Livros e Artigos -----	403
Documentos Analisados -----	414
Lista da legislação consultada-----	415
Sites consultados para levantamento de dados -----	416
APÊNDICES-----	417
Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária de São Paulo -----	418
Dados do orçamento do Estado de São Paulo -----	424
Roteiro de entrevista com os Prefeitos -----	429
ANEXOS -----	433
Modelo de documento para pedido de reaproximação familiar -----	434
Complexo Industrial Prisional-----	436

Primeiras palavras. Objeto, pesquisa, sujeito.

O começo de muitas pesquisas deve coincidir com algum evento específico na vida do autor, o que também se repete nesta tese. Ainda no ano 2000, pela oportunidade de visitar um prisioneiro, conheci a cadeia pública de Americana, município próximo de Campinas, interior de São Paulo. Este primeiro contato com a prisão foi marcante, pois permitiu que alguém de fora, longe do domínio de seus muros, ficasse assombrado com a contraditória realidade desse grande desconhecido que é o sistema prisional.

No ano de 2001, quando ingressei em Geografia na UNICAMP, escolhi como tema de Iniciação Científica o sistema prisional. Trabalhei dois anos nesta pesquisa, entre 2002 e 2004, período de minha formação inicial como pesquisador¹, que contribuiu para minha monografia final terminada em 2005². Nela estudei eventos relacionados à dinâmica território/prisão como a desativação do complexo do Carandiru e a construção do Parque da Juventude, no mesmo local ocupado, durante décadas, pela antiga e monumental prisão da Capital, quando começou a etapa mais atual de interiorização do sistema prisional no Estado de São Paulo³.

Na mesma época, trabalhei como pesquisador no TERRITORIAL – Instituto de Pesquisa, Informação e Planejamento, instituição presidida pela Professora Maria Adélia de Souza, minha orientadora desde então. A descoberta conjunta de um edital de pesquisa do Ministério da Justiça - em parceria com a Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, permitiu ao TERRITORIAL desenvolver uma pesquisa, com duração de seis meses, que permitiu

¹ “ZOMIGHANI JR., J. H. Penitenciárias - leitura e análise do território a partir dessas materialidades e suas implicações nas formações sócio-territoriais regionais. o caso de São Paulo. Projeto desenvolvido sob orientação da Profa. Dra. Maria Adélia Aparecida de Souza, com bolsa de iniciação científica pela FAPESP, entre 01/04/2003 e 31/03/2005 (Processo: 02/10823-0).

² “ZOMIGHANI JR., J. H. A *Refuncionalização de um Lugar - da Casa de Detenção do Carandiru ao Parque da Juventude - SP*. Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do diploma de bacharel em Geografia pela UNICAMP, sob a orientação da Profa. Dra. Adriana Maria Bernardes da Silva, e concluída no ano de 2005.

³ Mesmo considerando-se os reducionismos que há em todo sistema de classificação, optamos por algumas definições com objetivo de melhor conceituação, clareza e didática nas referências aos diversos sistemas cujas análises estão contidas nesta tese, os quais serão assim considerados:

- *Prisão*: ato de aprisionar, ou edifício arquitetural utilizado para aprisionamento.

- *Sistema penal*: o conjunto institucional e espacial constituído pelos sistemas policial, prisional e pela justiça criminal (juizados, tribunais e varas judiciárias; ministério público, defensoria pública).

- *Sistema prisional paulista*: o conjunto total das unidades para aprisionamento gerido pela Secretaria de Administração Penitenciária do estado de São Paulo

- *Sistema penitenciário*: o conjunto institucional e espacial constituído apenas pelas unidades para cumprimento de pena privativa de liberdade, para onde são enviados os presos julgados e condenados.

Houve, portanto, uma escolha do recorte empírico nas análises que não considerou as unidades de aprisionamento provisório, formadas por celas de Distritos Policiais; das unidades para menores de idade e também para presos inimputáveis, como os manicômios judiciários.

conhecer parte do sistema penal brasileiro, pela primeira vez, a partir de uma metodologia geográfica. Logo depois, esta pesquisa teve continuidade com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, que apoiou um projeto para investigar melhor o funcionamento territorial do Sistema de Justiça Criminal Brasileiro. Este segundo trabalho teve como dois de seus produtos uma metodologia geográfica para a elaboração de Áreas Integradas de Segurança Pública – AISPs; e um Atlas contendo mais de 500 mapas, os quais permitiram conhecer os usos do território brasileiro pelas delegacias, fóruns e unidades prisionais em todo o país.

Essas pesquisas trouxeram grande aprendizado, teórico e técnico, ampliando minhas experiências. Elas também foram enriquecidas pela possibilidade de aprender a problematizar, levantar dados e organizar informações sobre grandes questões nacionais, como o sistema penal brasileiro. Um domínio maior sobre sistemas de informações geográficas, dentre outros programas disponíveis para elaboração de cartografia temática digital, permitiram ir muito além do aprendizado na faculdade⁴.

As análises dos usos do território brasileiro pelo Sistema de Justiça Criminal esclareceram porquê estamos distantes da constituição plena do Estado Democrático de Direito para todos no país. O funcionamento territorial da Justiça Criminal em nosso país revela enormes contradições, demonstrando ainda, em muitos estados, comarcas e municípios as características de uma justiça extremamente classista, discriminatória ou ausente. Em particular a justiça criminal, quando opera de forma seletiva servindo a interesses hegemônicos, em detrimento da isonomia no tratamento e garantia de direitos a todos os habitantes do país.

Logo em seguida, desenvolvi minha dissertação de mestrado na Universidade de São Paulo entre 2006 e 2009⁵. Durante o mestrado, meu objetivo foi compreender a prisão na sociedade contemporânea, pela reconstituição do sistema prisional paulista. Foi possível aprofundar conhecimentos produzidos anteriormente, bem como compreender melhor parte das racionalidades hegemônicas nos usos do território pelo sistema prisional. A prisão, mais do que um componente do Sistema Penal, é um objeto geográfico que participa de dinâmicas espaciais,

⁴ Todos os mapas desta tese foram feitos com o software MAPINFO versão 8.0.

⁵ ZOMIGHANI JR., J. H. *TERRITÓRIO ATIVO E ESQUIZOFRÊNICO. Prisão e Pena Privativa de Liberdade no Estado de São Paulo*. Dissertação de Mestrado defendida em 2009 junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP como exigência para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

aprofundando desigualdades como resultado de escolhas políticas equivocadas feitas por sucessivos governos democráticos.

Durante o mestrado, o estudo de diversas teorias e obras permitiu aperfeiçoar um método geográfico para estudo do sistema prisional. A produção cartográfica, aprendizado obtido em todos os projetos anteriores, foi fundamental para análise da expansão territorial do sistema prisional paulista, processo de grande amplitude espacial.

No entanto, surgiram diversas outras questões, muitas sem resposta devido às limitações de um mestrado. Algumas delas foram retomadas na elaboração do projeto de tese.

A principal questão escolhida foi compreender como o sistema prisional reproduz desigualdades espaciais, e como elas se manifestam pelos usos do território paulista. Outro problema foi o de reconhecer como a prisão orienta especializações na constituição dos circuitos da economia urbana. Finalmente, como a prisão tem servido às hegemonias contemporâneas, e se distanciado cada vez mais dos fundamentos humanistas que vão ao encontro da fundação da pena privativa de liberdade (como a recuperação dos sujeitos).

Prosseguir nessa trajetória não foi tarefa das mais simples. As escolhas teóricas, a seleção das variáveis analíticas, em tema considerado *tabu social*, exigiu construção metodológica bastante ampla e complexa.

Dentre muitas questões resolvidas, dificuldades encontradas e problemas superados, houve um longo caminho percorrido nos últimos quatro anos, cujos principais momentos serão descritos a seguir.

Problematização

A reconstituição da história da prisão revela hegemonias que, há quase 200 anos, utilizam-na política e economicamente, e promovem desigualdades espaciais. A pena privativa de liberdade surge como resposta política e filosófica do iluminismo à escuridão do absolutismo monárquico, trazendo mudanças significativas em relação às outras penas praticadas como o banimento, as galés, o castigo físico, com espetáculos bizarros de contemplação do sofrimento alheio, em praça pública, durante toda a idade média. Servindo a um projeto político para transformação dos vagabundos, excluídos, e renegados em pessoas úteis ao sistema político econômico hegemônico, a prisão revela intencionalidades das elites ascendentes na gestão da miséria. O território usado pela prisão constitui parte do projeto de uma geografia do poder como

resposta política, filosófica e moral dos desejos das elites, revelando também estratégias para controle das ilegalidades e transgressões decorrentes de contextos de desigualdades, como fundamento de organização espacial da sociedade. O sistema penal em cada período, desde a invenção da prisão, tem sido instrumento da hegemonia, buscando uniformizar a ação dos mais pobres e de indivíduos úteis a um grande projeto político.

Neste começo de século XXI, a prisão - este produto mal acabado da filosofia iluminista francesa - continua a ser território-abrigo dos renegados, despossuídos, pobres, miseráveis e todos os outros aprisionados pelas malhas invisíveis da seletividade penal. Uma seletividade complexa, mas não homogênea, que permitiu a autores como Zaffaroni e Batista *et alli* (2003) conceituar quatro tipos predominantes de prisões: *dos perigosos*; *dos indesejáveis*; *de autoridade*⁶, e *de legitimação*⁷.

A prisão brasileira se constitui como essa grande contradição do mundo contemporâneo, herança das masmorras medievais (onde ainda existe a prática clandestina da tortura), mas abrigo das tecnologias *high-tech*, ela permite o controle da mobilidade, contrariando o desejo por fluidez e velocidade, paradigmas das práticas territoriais do poder hegemônico em tempos de capitalismo globalizado. A prisão - esse contraditório instrumento do sistema penal – por essas razões, reproduz desigualdades espaciais em diversas escalas.

No Brasil, país constituído por esse tipo particular de capitalismo periférico *sui generis* que reproduz modos elitistas estrangeiros na organização do território nacional, tem ocorrido reprodução acelerada das desigualdades. Em parte, malgrado sejam reconhecidos todos os avanços nacionais neste início de Século XXI, por não ter constituído um próprio projeto de país que fosse mais original, e atendesse plenamente as demandas de seus habitantes.

Desde o século XIX a prisão, instituída aqui pelo Código Penal do Império (1830)⁸, tem sido utilizada por diferentes hegemonias⁹. Como destino de negros fugidos e rebeldes, de ex-

⁶ Para reafirmar prerrogativas e poderes do Estado

⁷ Faz com que o sistema pareça igualitário, por exemplo, por meio da espetacularização midiática da rara prisão de uma pessoa das elites.

⁸ O primeiro Código de Processo Criminal brasileiro é de 1832.

⁹ “A prisão evolui lentamente de lugar de detenção dos condenados antes da execução da pena física ou dos prisioneiros antes do processo (como na Roma antiga), para lugar de segregação dos inimigos da corte, marcados pela *lettre de cachet* (como na França absolutista), até se tornar o lugar de detenção no sentido atual do termo. A prisão moderna nasce com a reforma fundamentada nos princípios humanitários do iluminismo e realizada na mudança radical do velho sistema de vida produzida pela Revolução Francesa. O sistema carcerário europeu nasce com o código penal francês de 1791, que remonta à Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 (cf. III,3).” (LOSANO, 2007, p. 118)

escravos, de imigrantes que contestassem o domínio político e a falta de liberdade, ela revela-se instrumento da exploração humana, de assimetrias e disputas entre classes sociais nos embates pelo poder.

Na transição dos séculos XX e XXI novas hegemonias assumem o controle do país, e a prisão passa a ser refuncionalizada por novas modernizações incompletas. Surgem também outras possibilidades de usos do território, consequência da implantação do Meio Técnico-Científico e Informacional no território brasileiro. Na aceleração contemporânea promovida pelos usos dos sistemas técnicos característicos da nova organização do espaço geográfico nacional, a produção das desigualdades ganha novos ritmos, e com grande velocidade a prisão passa a ser requisitada como instrumento da justiça criminal em esforço desproporcional ao da diminuição das desigualdades espaciais em um dos países mais ricos do mundo.

Dados dos Estados Unidos da América também mostram esse tipo de inversão de prioridades. No ano de 2010, estimava-se que o mundo possuísse cerca de 10 milhões de prisioneiros, encontrando-se pouco mais de dois milhões deles somente no território dos EUA. O valor estimado para manutenção desse sistema prisional fora de 37 bilhões de dólares. Outro dado assombroso é que de cada 100 norte-americanos, um estava, naquele ano, atrás das grades.

O Brasil, mimetizando políticas de grande aprisionamento criadas principalmente nos EUA ultrapassou, em 2013, 500 mil pessoas encarceradas, além de 230 mil mandados de prisão não cumpridos¹⁰. Cerca de 40% desse total de presos encontra-se no sistema prisional paulista, considerado o mais rico e moderno da federação brasileira.

A escolha privilegiada da pena privativa de liberdade tem ocorrido em detrimento de muitas outras formas possíveis de ação política, jurídica e social para enfrentamento das contradições e conflitividade resultantes das desigualdades nacionais e dos usos alienados do território brasileiro. Esta política ocorre concomitantemente ao aumento das deficiências na assistência jurídica às pessoas encarceradas, da superlotação e da insalubridade dos cárceres. Situações com constantes críticas internas (OAB, Pastoral Carcerária, grupos de defesa dos

¹⁰ Fonte: Conselho Nacional de Justiça. Banco Nacional de Mandados de Prisão. Acesso em 29/03/2013.

direitos humanos etc), e de instituições internacionais como a ONU e a *World Watch Rights*¹¹, além das próprias críticas feitas por alguns poucos, mas destemidos, intelectuais brasileiros.

As críticas focadas no grande aprisionamento seletivo não têm sido feitas sem razão, pois o crescimento da população prisional brasileira também já é o terceiro maior do mundo (380% em 20 anos, entre 1992 e 2012, contra apenas 28% de aumento demográfico no mesmo período), ampliando-se também de forma exponencial o nível de insalubridade de unidades prisionais superlotadas. Se nada for feito, dentro de alguns anos o Brasil possuirá a terceira maior população encarcerada do mundo, igualando-se aos EUA e à China¹². Ou seja, os dados revelam que o número de presos brasileiros aumenta em velocidade 13,5 vezes mais acelerada do que o total da população brasileira, resultado de uma opção política pelo encarceramento, e pela negativa de enfrentamento não punitivo de suas próprias contradições.

O percentual de presos paulistas é de 36%, ou seja, o Estado federativo mais rico, com 20% do total da população brasileira, possui mais de um terço do total de presos do país. São Paulo também apresenta uma relação presos por habitante muito superior à média nacional¹³.

A prisão tem sido utilizada para controlar e manter determinados grupos de pessoas excluídos, pela ação da seletividade policial e penal, principalmente dos mais pobres e desfavorecidos pelo sistema político econômico capitalista brasileiro. Por suas implicações sociais, econômicas e políticas o processo de aprisionamento e uso do território pelo sistema prisional merece ser mais bem investigado.

A prisão atual não é o mesmo objeto produzido como resposta tecnocrática à justiça despótica do velho regime monárquico europeu, em tempos de revolução francesa. Desde então, ela tem sido modernizada incorporando contribuições dos norte-americanos, australianos, ingleses, holandeses, dentre muitos outros. Revelando, como projeto político, o contraditório exercício do poder do homem sobre o próprio homem, e a força empregada para controle de alguns sujeitos, posição determinada pelo tipo de ordem pré-estabelecida aos mais pobres pelas

¹¹ Ver por exemplo os seguintes textos: “ONU critica Brasil por 'uso excessivo de privação de liberdade' com acesso pelo link http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130328_presos_relatorio_onu_jf.shtml (acesso em 29/03/2013), e o relatório da *Human Rights Watch* de 2013 com destaque para os problemas existentes no sistema prisional brasileiro: <http://www.hrw.org/world-report/2013/country-chapters/brazil> (acesso em 29/03/2013).

¹² Com populações muito maiores do que a brasileira: mais de 300 milhões de habitantes nos EUA, e 1,3 bilhão na China.

¹³ Enquanto a média brasileira era de 290 presos por 100 mil habitantes em 2012, em São Paulo era de 474 por 100 mil.

elites. Desejada por elas e gerida pelo Estado capitalista, a prisão compreende todo um projeto de manutenção das desigualdades.

A dialética permite pensar que a prisão também contém sua própria contradição, e que não durará para sempre. Afinal, o futuro é âncora, como diz Milton Santos.

A etapa mais trabalhosa foi analisar projetos alternativos à prisão, o que exigirá mudanças estruturais e funcionais na sociedade futura. Seu fim está condicionado à constituição do novo projeto político, de um projeto civilizatório cuja essência, contraditoriamente ao período atual, não será sustentada pela reprodução das desigualdades espaciais.

Por que estudar a prisão por meio da geografia? Que contribuições a ciência geográfica pode trazer para a academia e para a sociedade por meio de seu conhecimento? Qual a relação entre as desigualdades espaciais, característica marcante do mundo contemporâneo, e a prisão? Dentre muitas outras, essas foram algumas das questões respondidas durante o desenvolvimento da tese.

O ineditismo de um estudo geográfico sobre as prisões

Como defender uma tese sobre prisões na Ciência Geográfica? Para responder a esta questão será preciso demonstrar, de forma sintética, alguns dos fundamentos teóricos e metodológicos utilizados.

A Geografia tem como objeto de estudo o espaço geográfico. O território usado, sua dimensão historicizada e empírica, é uma grande síntese do mundo (da totalidade social) em sua dimensão concreta. Um estudo geográfico sobre as prisões deve então abordar os usos do território pelo sistema prisional, ou seja, o conjunto total, institucional, organizado e funcional da prisão, que serve ao sistema penal, e que será conceituado como *sistema prisional* nas referências neste texto.

No caso desta tese, o conhecimento geográfico sobre o uso do território pelas prisões trará uma contribuição inédita, pois a metodologia utilizada permitiu reconstituir relações e significados da prisão com relação ao espaço geográfico – ou seja, para a totalidade social, além de reconhecer suas relações com a formação socioespacial brasileira.

As dinâmicas do espaço geográfico ao longo da história têm produzido diversas paisagens das desigualdades. O conhecimento dos usos do território também permitiu reconhecer, geograficamente, algumas dessas desigualdades. Principalmente, aquelas resultantes da complexidade dos sistemas políticos, técnicos e normativos que constituem formas materiais e simbólicas como, por exemplo, o sistema prisional, esse grande objeto geográfico que tem produzido diversas implicações para o território nacional. Esses objetos geográficos, como

elementos constituintes da estrutura social, servem para funcionalização de processos políticos, econômicos e culturais em diversas escalas geográficas, o que também foi considerado nas análises contidas neste trabalho¹⁴.

Os objetos geográficos devem ser estudados em conjunto, pois assim permitem reconhecer as ações que lhes dão significado filosófico (SANTOS, 2002, p. 125). Como princípio de método, foi feita uma reconstituição da prisão a partir do conjunto complexo de ações, políticas e legados que têm legitimado sua existência histórica. Ou seja, ela deve combater o *crime*, portanto torna-se necessária para aprisionar os criminosos¹⁵? Ou então, como ela reproduz desigualdades espaciais ao ser um grande negócio para a realização do capitalismo contemporâneo?

O que dizer da criminalização dos mais pobres, ou da seletividade de pessoas para aprisionar no conjunto total de infratores, que são em número muito maior do que aqueles punidos pela prisão? Como a política e a economia influenciam, condicionam ou determinam as ações do sistema penal? E o próprio território usado, ele constitui-se em força de atração ou repulsão a ela? É preciso não se esquecer que crime está intimamente ligado à política¹⁶, ou seja, à *ciência de governo dos povos*¹⁷.

A tese aqui sustentada defende a prisão como um produto das desigualdades espaciais herdadas do passado ou deliberadamente reproduzidas no período atual, mas contribui

¹⁴ É também no território usado que permanecem as rugosidades de sistemas penais do passado, ou seja, formas materiais originárias em sistemas punitivos pretéritos. No caso brasileiro, os exemplos são o antigo edifício da Casa de Câmara e Cadeia; o local que abrigava o Pelourinho; o Museu ou a Casa de Cultura em muitas capitais brasileiras que, no passado, abrigavam antigas prisões (como ocorreu em Teresina, e no Recife, dentre outras). Estruturas funcionais, portanto úteis, ao seu tempo, pois, através delas, produziu-se todo um processo de medo, transformação, disciplina e estigma de prisioneiros e de localidades, e que hoje assumiram novas funções nas sociedades contemporâneas.

¹⁵ “Uma conduta humana passa a ser chamada ‘ilícita’ quando se opõe a uma norma jurídica ou indevidamente produz efeitos que a ela se opõem. A oposição lógica entre a conduta e a norma (cuja consideração analítica dá origem a um objeto de estudo chamado *ilícito*) estipula uma relação, de caráter deontico – denominada relação de imputação –, que traz como segundo termo a sanção correspondente. Quando esta sanção é uma pena, espécie particularmente grave de sanção, o ilícito é chamado crime” (BATISTA, 2007, p. 43).

¹⁶ “Vemos, portanto, que o elemento que transforma o ilícito em crime é a decisão política – o ato legislativo – que o vincula a uma pena. Esse é o substrato das decisões formais de crime, e ele nos revela que a pena não é simples ‘consequência jurídica’ do crime, mas sim, antes disso, sua própria condição de existência jurídica. Se nos dermos conta de que, no momento de aplicação da norma penal, através de uma decisão judiciária – que é também um ato político –, o crime se põe como condição de existência jurídica da pena, compreenderemos a relação dialética que continuamente associa e distingue esses conceitos opostos, que se fundamentam e se negam reciprocamente” (BATISTA, 2007, pp. 44-45).

¹⁷ Vocábulo: *política*. Dicionário on line de Português. Acesso pelo link <http://www.dicio.com.br/politica/>

intencionalmente para ampliá-las. Por isso, ela não deve ser estudada de forma isolada¹⁸. Mas sim como elemento do sistema penal, constituído pelos sistemas policial, prisional e penitenciário.

É na organização do sistema penal, em particular do prisional e do penitenciário, que a prisão faz usos seletivos do território e reproduz desigualdades espaciais. Esta é, portanto, a tese que será defendida.

Outra contribuição científica refere-se ao fato de serem raras as teses geográficas sobre o sistema prisional. A elaboração da metodologia de pesquisa para esta tese é, portanto, um trabalho pioneiro. Na busca pela delimitação de nosso objeto de estudo, nos apoiamos em Milton Santos (2011, p.14):

O que estudamos diante de um território, de um país? Deste país, por exemplo. São as transformações todas, seja qual for o período de sua história, transformações que se realizaram mediante ações econômicas, políticas, culturais que vão desembocar no território e nós estudamos o que? O território. Como se ele fosse um dado autônomo, razão do nosso total desprestígio (...). O que é que a geografia faz? É estudar todas essas ações, quando eu chego a qualquer país, o que eu estou estudando geografia? São todas as ações que se fizeram, no passado remoto ou recente, de todo tipo. O que eu tenho que me preparar para fazer, é compreender de um lado as transformações que estão se dando, o impacto dessas transformações no espaço que nos compete estudar, mas também como as transformações feitas no espaço vão contribuir para que uma dada política possa ser possível, para que uma dada economia possa ser possível, para que uma dada sociedade possa ser possível, para que uma dada cultura seja possível, para que uma dada moral seja possível.

Há forças hegemônicas que comandam o Estado e utilizam-se do território brasileiro como espaço privilegiado da economia internacional, ampliando as desigualdades espaciais em detrimento de projetos, políticas e ações para atender demandas da população brasileira. Concomitantemente a este processo, também são ampliados os usos do território pelos sistemas penal e prisional como estratégia hegemônica de organização do espaço geográfico nacional. A ação violenta da polícia nas periferias pobres das grandes cidades, conjuntamente à expansão do sistema prisional em direção ao território de pequenos municípios do interior comprovam esses usos seletivos do território em diversas escalas geográficas.

Simultaneamente ao aprofundamento da internacionalização como resultado da globalização da economia brasileira, também tem acontecido esse aprofundamento nos usos do território pelo sistema penal. O resultado é uma aceleração da expansão de sistemas repressivos

¹⁸ A palavra *prisão* – além da ação de aprisionar alguém - também será utilizada como sinônimo do edifício arquitetural que serve para funcionalização da detenção ou da pena privativa de liberdade.

com forte base tecnológica que acompanham a difusão espacial do meio técnico-científico-informacional-MTCINF no território nacional, em particular no estado de São Paulo¹⁹, expressão mais bem acabada do processo de modernização incompleta do país²⁰.

Sucessivos aumentos nos orçamentos do Estado têm servido à ampliação e modernização incompleta do sistema penal, revelando uma direção política de grandes consequências para o território brasileiro, expressando equivocada busca por se resolver contradições existentes no interior das fronteiras nacionais. Este processo também revela uma dialética da coexistência de um país com sistema econômico dos mais desenvolvidos do mundo contemporâneo, mas sem correspondente institucional e espacial capazes de garantir direitos fundamentais para todos seus habitantes, sem exceção.

Fundamentos da metodologia utilizada

Não se pretende fazer uma geografia prisional, ou geografia penal, mas sim uma Geografia que seja uma leitura original e contemporânea da totalização do mundo revelada pelos usos do território brasileiro²¹, em busca pela produção de conhecimento geográfico que considere o território usado como objeto e categoria de análise social. Território que é sinônimo de espaço banal, ou seja, o espaço de que todos precisam e a que têm direitos de uso.

Conhecer as contradições nos usos do território é a forma geográfica de revelar a negação de condições fundamentais para a existência para muitos. É este o processo que se constitui em

¹⁹ O sistema GPS servindo às viaturas policiais, e os braceletes e tornozeleiras para monitoramento eletrônico de presos são apenas alguns exemplos.

²⁰ “Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.” (SANTOS, 2004b, p. 31).

²¹ A totalidade (que é uma) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam realidade. Pessoas, coletividades, classes, empresas, instituições se caracterizam, assim, por tais efeitos de especialização. O mesmo se dá com os lugares, definidos em virtude dos impactos que acolhem. Essa seletividade tanto se dá no nível das formas, como no nível do conteúdo. O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização. A transformação do todo, que é uma integral, em suas partes – que são suas diferenciais, dá-se, também, por uma distribuição ordenada, no espaço, dos impactos do Todo, por meio de suas variáveis. As ações não se localizam de forma cega. Os homens também não. O mesmo se dá com as instituições e infra-estruturas. É esse o próprio princípio da diferenciação entre lugares, produzindo combinações específicas em que as variáveis do todo se encontram de forma particular. Assim, os lugares reproduzem o País e o Mundo segundo uma ordem. É essa ordem unitária que cria a diversidade, pois as determinações do todo se dão de forma diferente, quantitativa e qualitativamente, para cada lugar. Trata-se de uma evolução diacrônica, consagrando mudanças não homólogas do valor relativo de cada variável. O desenvolvimento desigual e combinado é, pois, uma ordem, cuja inteligência é apenas possível mediante o processo de totalização, isto é, o processo de transformação de uma totalidade em outra totalidade” (SANTOS, 2002, pp. 124-125)

fonte permanente de constantes conflitos, tensões, violências, diante dos quais o Estado tem respondido com viés repressivo fortalecendo o sistema penal, ao invés de garantir acesso aos recursos necessários à vida, o que dificulta o encontro de soluções estruturais para grande parte dos problemas sociais no Brasil.

A contradição do atual projeto civilizatório é que, como expressão concreta dessa negação dos direitos da existência, o direito de uso do território é praticamente proibido aos sujeitos menos privilegiados (não tem direito de uso da moradia, dos espaços de cultura, ou fazer direito de uso pelo trabalho dentre outros). É este o processo que se constitui em fonte permanente de constantes conflitos, tensões e violências, cuja resolutividade tem sido sempre buscada por uma lógica repressiva (via sistema policial), e não distributiva ou garantidora de direitos (permitindo acesso aos recursos necessários à vida, para todos).

A visão de mundo tomada como premissa é, portanto, a dialética, ou seja, a busca por se compreender nas contradições o movimento da totalidade da história, em sua empiricização concreta, cujo resultado é uma materialidade empiricamente verificável – a configuração territorial, ou suas frações – as paisagens. É esta a dimensão geográfica do mundo contemporâneo encontrada no presente trabalho.

Também foi aceita a ideia de Milton Santos de que *as coisas só tem significado a partir da totalidade, ou melhor, da totalidade em movimento*. Desse modo, reconhecer os usos do território pela prisão permite também reconhecer processos decorrentes de movimentos do mundo que aprofundam desigualdades espaciais:

- Às forças hegemônicas que têm feito usos do sistema penal nos períodos recentes da história humana;
- Ao funcionamento de circuitos de reprodução do capital responsáveis pelas desigualdades produzidas por usos seletivos do território;
- A perversidade da criminalização de pessoas como fonte de lucro;
- A uma ideologia e ao consenso político em torno da prisão como solução central para a insegurança social²²

²² “A cultura, inspiradora e legitimadora de comportamentos, por conseguinte matriz da política, tem um papel essencial na produção do consenso, guiando a vida em comum, amparando os projetos comuns de gestação endógena ou exógena, os projetos comuns, desejados ou impostos, e os caminhos feitos em comum apesar das diferenças individuais e sociais. As ideias de razão, de certo e errado, de comportamento politicamente correto, que embasam a produção do consenso, estarão sempre sujeitas a caução, na medida em que tal consenso supõe, da parte de alguns,

- Ao decreto do fim da história, ao se considerar que a prisão, uma invenção datada, não poderia ser superada por outros projetos mais racionais;
- A grande mídia responsável pela difusão de ideologias que servem à criação do consenso penal contemporâneo.

Outro grande desafio foi desenvolver a pesquisa que abarcasse todas essas questões e possibilitasse a construção coerente de uma pequena teoria verificável. O recurso utilizado foi das análises territoriais somadas ao conhecimento teórico. Demonstrar como a prisão está geograficamente relacionada às desigualdades não foi tarefa simples. No entanto, no desenvolvimento da pesquisa demonstrou-se que pobres, excluídos, despossuídos são também aqueles sobre os quais se volta com toda força, desde sempre, a prisão. E assim ela também reproduz outra série de ilegalismos, formando uma nova classe de excluídos, daqueles marcados pelo estigma de ex-presidiários. São essas algumas das conexões que permitiram elaborar as análises geográficas conectando a prisão às desigualdades espaciais. No caso da formação socioespacial brasileira, houve longo aperfeiçoamento do seletivo sistema penal, constituindo-se ao mesmo tempo em que se produzia um território profundamente desigual.

Outra *obviedade*: para a prevenção de crimes, a prisão é um instrumento inútil, fato demonstrado por um cálculo racional, demonstrado pelas altas taxas de reincidência prisional somadas ao conhecimento de que a prisão dissemina uma cultura do crime e da ilegalidade, ao invés de combatê-los. Ao contrário do que dissera Foucault há mais de 30 anos, é possível, felizmente, acabar com a prisão. Esta ideia será demonstrada por análises teóricas e por experiências concretas que, projetadas em futuro breve, mas concordando com possibilidades já existentes no mundo atual, oferecem outras alternativas possíveis. No entanto, é condição fundamental reescrever uma nova geografia, a partir de mudanças estruturais que combatam as desigualdades espaciais e interfiram nos mecanismos responsáveis por sua reprodução atual.

A discussão sobre o sistema de justiça penal não é tarefa simples de ser realizada, pois o tema mexe com anseios, medos, expectativas, interesses e desejos das pessoas e das instituições. A partir do conhecimento geográfico, o objetivo maior desta tese foi o de contribuir de forma

olvidos ou renúncias quanto a posições, interesses e, da parte de outros, simplesmente submissão, de modo que se estabeleça um dado conjunto de normas” (SANTOS, 2004a, p. 5).

crítica e propositiva para que esse debate, frutificando além dos limites acadêmicos, possa conduzir a uma nova escrita da história humana no espaço.

A elaboração da hipótese de pesquisa

Uma pesquisa preliminar forneceu as bases teóricas para elaboração da hipótese de trabalho: *A prisão é um objeto técnico, uma forma conteúdo que decorre da totalidade de um projeto político-econômico elaborado em um contexto de desigualdades espaciais, mas que também amplifica e difunde desigualdades nos territórios onde se instala.*

A prisão expressa processos espaciais como técnicas de poder do mundo contemporâneo²³. Inventada como instrumento político para controle e dominação, produto do sistema de ações constituído principalmente na política, revela intencionalidades nos usos do território, e contradições entre sujeitos que, em posições antagônicas no espectro das classes sociais, disputam estes usos.

As prisões, servindo ao poder hegemônico, são *câmaras de horrores do século XX*²⁴, produtos e condições de reprodução das desigualdades espaciais. Elas têm se modernizado ao longo dos séculos, assimilando novas tecnologias e formas de ação a serviço das hegemonias de cada tempo. Algumas delas serão demonstradas durante os primeiros capítulos da tese.

O conhecimento da história foi um dos métodos de análise, realizado principalmente por meio da periodização, possibilitando reconstituir usos dos sistemas penais para controle de classe. O próprio termo jurisdição – etimologicamente o *território de dicção do direito* – revela a disputa pelo estabelecimento de limites de ação como meio de regulação de disputa e mediação dos conflitos. Ou como território privilegiado de grupos que buscavam, sobre determinada fração do território, o exercício da hegemonia pelo direito²⁵.

²³ “Assim como dizia Max Sorre, as técnicas não são apenas as técnicas materiais, as técnicas culturais, as técnicas sociais, as técnicas são políticas. São essas técnicas todas que modificam o espaço que são objeto do nosso trabalho, mas a compreensão dela é filosófica.” (SANTOS, 2011, p.15). Foucault também abordou as técnicas como instrumentos de disciplina e dominação, e que direcionadas à retirar energia dos corpos, servem à expressão do que ele denominou como biopoder.

²⁴ « A sociedade deveria, com grande imunidade, abolir as prisões de uma vez, do que esperar por proteção dessas câmaras de horrores do século XX” (GOLDMAN, 2005, p. 67).

²⁵ Ou o território como espaço de ação de uma política, como hoje ocorre com os territórios das comarcas, em sua escala menos abrangente, ou o território do Estado nacional, no caso do país

Na primeira etapa do trabalho realizado no Brasil, o levantamento bibliográfico comprovou não existirem pesquisas geográficas relacionando desigualdades e prisões no país²⁶. Como, praticamente, também não foram encontrados à época outros trabalhos sobre prisões na geografia brasileira. Deste modo, os conteúdos iniciais foram buscados em outras ciências e autores. Neste percurso interdisciplinar, as disciplinas mais relevantes foram a história, a sociologia e a filosofia. Em seguida, outras foram somadas como o direito e a ciência política.

Em paralelo aos estudos teóricos, foram selecionados dados e outras variáveis para elaboração de tabelas, quadros, gráficos e mapas. Este levantamento foi feito em instituições como o Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN, a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP/SP, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a Fundação Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo – Fundação SEADE e junto das Polícias Militar e Civil do Estado de São Paulo.

A leitura de relatórios de gestão do Sistema Prisional paulista e nacional, mas também dos Tribunais Superiores, permitiu conhecer detalhes do funcionamento dessas instituições.

O estágio doutoral realizado na Universidade de Paris 8 (França) foi fundamental para acesso a obras geográficas sobre a questão prisional, além da inserção em ambiente acadêmico e cultural enriquecido por trocas intelectuais de diversas naturezas. Foi também possível assistir palestras de autores que tratam do tema, dentre eles, Loicq Wacquant.

O acesso a sistemas informatizados de pesquisa, com acesso a periódicos e jornais internacionais, nos acervos da Cité internationale universitaire de Paris – CiuP, Bibliothèque Nationale Française – BNF e biblioteca de Paris 8 trouxe diversidade e ampliação da bibliografia internacional em inglês e, principalmente, em francês. No Brasil, dois acervos importantes foram consultados – o da biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – FFLCH/USP; e as publicações inéditas da Editora Revan e Instituto Carioca de Criminologia – ICC.

A obtenção de dados oficiais

As políticas de Estado sobre o sistema prisional são, na maioria das vezes, tratadas sob uma lógica privada. O que se traduz em grande dificuldade para obtenção de informações que deveriam estar disponíveis para toda sociedade.

²⁶ Lacuna que foi preenchida pelas pesquisas realizadas durante o estágio de doutorado sanduíche em Paris entre outubro de 2011 e junho e 2012.

A obscuridade histórica no trato da coisa pública brasileira torna-se outro grande problema para a pesquisa, bem como dificulta um controle democrático das instituições de Estado²⁷. No caso desta pesquisa, houve inúmeras recusas a pedidos para fornecimento de informações, principalmente pela Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP. Alguns pedidos foram atendidos parcialmente, mas com dados fornecidos de forma fragmentada, aparentemente tendenciosa. Essa atitude, dentre inúmeras consequências, desrespeita explicitamente a recente Lei de Acesso à Informação²⁸.

A falta de transparência na gestão do sistema penal tem sido prática corrente de sucessivos governos paulistas. Acostumados a agir como se gerissem empresas privadas, têm transformado sistemas que deveriam ser públicos em negócios corporativos, favorecendo principalmente empresas de segurança privada, incorporadores imobiliários, seguradoras. Áreas afins ao sistema penal que movimentam grande volume de recursos em diversos negócios (da vigilância privada, das tecnologias de segurança e monitoramento remoto; dos mercado imobiliário; pela calibração do valor cobrado pelas apólices de seguros, etc.) que, no caso do Estado de São Paulo, já teve funcionários do Governo paulista como aliados para sucesso de seus negócios²⁹.

²⁷ Pela experiência que tive na França e também na Inglaterra, um pesquisador do sistema penal esses países consegue acesso a informações e instituições, mesmo sendo estrangeiro, com muito mais facilidade do que no Brasil. Basta seguir um protocolo disponível a todos sob solicitação, incluindo-se visitas às unidades prisionais no rol de possibilidades.

²⁸ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Depois de inúmeras insistências, na etapa final da pesquisa – já na fase de redação da tese - a SAP enviou um texto produzido como resposta a um roteiro de entrevista enviado, solicitando informações a partir do novo mecanismo criado pelo governo do Estado de São Paulo para respeitar a Lei de Acesso à informação (ver Apêndice 1). No entanto, foram feitas diversas outras consultas às prefeituras do interior do estado de São Paulo, todas elas, até o momento, sem respostas.

²⁹ “Um funcionário do alto escalão da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo vende serviços de consultoria por meio de uma empresa da qual é sócio e que disponibiliza dados que o governo considera sigilosos. O sociólogo Túlio Kahn é desde 2005 sócio-diretor da Angra Consultoria e Representação Comercial, segundo documentos obtidos pela Folha. Ele detém 50% da empresa -a outra metade é de André Palatnik. Desde 2003 Kahn é coordenador da CAP (Coordenadoria de Análise e Planejamento), o órgão que concentra todas as informações estatísticas sobre violência no Estado. Já atravessa três governos na função. Quem o nomeou para o cargo foi o secretário Saulo de Castro, no governo de Geraldo Alckmin (2003-2006).

Entre outros dados sigilosos, Kahn já forneceu, por exemplo, informações como furtos a transeuntes na região metropolitana de Campinas e os bens que são levados com mais frequência nos roubos a condomínios na cidade de São Paulo. O levantamento sobre roubo a condomínios foi feito a pedido do Secovi (sindicato das empresas imobiliárias de São Paulo) e pago pela GR, uma das maiores empresas de segurança do Estado, segundo o próprio Kahn relatou à Folha. A GR nega ter feito pagamentos à Angra.” FOLHA DE SÃO PAULO. *Estatístico do Estado vende dado sigiloso*. Cotidiano. 01/03/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0103201101.htm> acesso em 01/04/2013. Ou ainda, interessante o texto postado por Luis Nassif em seu blog – *Luis Eduardo Soares e o caso Túlio Kahn* - disponível em <http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/luiz-eduardo-soares-e-o-caso-tulio-kahn> acesso em 01/04/2013.

No entanto, mesmo com algumas dificuldades para obtenção de dados oficiais, outras alternativas foram buscadas. E muitas soluções e preciosas informações foram encontradas em diversos sites não governamentais, blogs, fóruns de discussão, jornais impressos, arquivos digitais e revistas, dentre diversas outras fontes que abordam a questão penal no Brasil e no Estado de São Paulo³⁰.

Como resultado final, a tese foi organizada em três partes, cada um contendo quatro capítulos como se segue:

- Parte 1 - DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS, PODERES HEGEMÔNICOS E A PRISÃO.

(Capítulos: 1. Desigualdade, hegemonias e controle social; 2. Os paradoxos da prisão; 3. Desigualdades espaciais como insegurança social; 4. Novas hegemonias e a atual seletividade penal).

Os capítulos desta parte demonstram como a prisão tem servido, ao longo de sua breve história de pouco mais de 200 anos, a diversas hegemonias, cada qual estruturada a partir de distintas forças político-econômicas. Essas hegemonias políticas e econômicas - engajadas em projetos de sociedades profundamente desiguais - também constituíram um sistema penal seletivo e articulado à reprodução de desigualdades que tem promovido insegurança social.

- Parte 2 - DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E OS USOS DO TERRITÓRIO DO ESTADO DE SÃO PAULO PELO SISTEMA PRISIONAL

(Capítulos: 5. Seletividade policial e ilegalidade penal; 6. Ilegalidades judiciárias; 7. Reprodução de desigualdades e expansão do sistema penal no Estado de São Paulo e 8. O sistema prisional e os circuitos da economia urbana).

Nos capítulos desta parte foi analisado como o Estado realiza usos seletivos do território por promover, ao mesmo tempo, expansão territorial do sistema penal (principalmente do sistema

³⁰ Um exemplo foi o mapa da visita dos presos, elaborado com dados obtidos em fóruns de discussão e troca de informações entre familiares de presos da capital que cumprem pena em municípios distantes. Esse recurso foi utilizado para contornar a negativa de dados da SAP, que nos informou não possuir dados acerca da origem dos presos que cumprem suas penas no interior.

prisional), com enorme consumo de seu orçamento, distorção de gastos públicos com perdas para as áreas sociais e ampliação das desigualdades espaciais.

- Parte 3 - DA SELETIVIDADE A UMA NOVA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL. *Um território sem prisões*

(Capítulos: 9. *Novos usos do território e um futuro sem prisões*; 10. *As ruínas de um gigante sobre solo de barro*; 11. *Para além do Estado penal* e 12. *O período popular e um novo projeto civilizatório*).

O percurso analítico-propositivo que constitui esta terceira parte da tese decorre do diálogo entre pensadores anarquistas e a geografia renovada. A partir do conhecimento sobre os debates que têm sido feitos com grande competência em defesa do sistema prisional pelos anarquistas, foi elaborado um pequeno projeto anarco-geográfico demonstrando possibilidades objetivas de organização de um território sem prisões.

No desenvolvimento da tese, o leitor poderá se questionar, como dissera Dostoievski, se é possível avaliar o nível de civilização de uma sociedade pelo estado de suas prisões. Mas, poderá ir ainda mais longe. Diante das condições do atual período, é possível imaginar uma sociedade sem prisões? A resposta, provavelmente, não agradará a todos.

PARTE I

DESIGUALDADES ESPACIAIS, PODERES HEGEMÔNICOS E A PRISÃO.

Figura 1 – Dispositivo panóptico³¹.

³¹ Fonte: <http://images.wikia.com/inciplopedia/images/2/27/Pan%C3%B3ptico.jpg> acesso em 15/10/2013.

Capítulo 1

Desigualdades, hegemônicas e controle social

Capítulo 1

O objetivo deste capítulo será demonstrar, na fundação da pena privativa de liberdade, as principais contribuições de alguns estados nacionais. Bem como os princípios de uma pena que ganhou alcance internacional devido, principalmente, seu engajamento em projetos hegemônicos. Também foi analisado o funcionamento da instituição prisional, como sua capacidade de estigmatizar sujeitos e localidades como expressão de um poder que, organizado desde a sociedade do castigo, procura classificar, ordenar e controlar sujeitos não hegemônicos com grande intencionalidade.

Desigualdades espaciais e as origens da prisão

“Carceres enim ad continendos homines, non ad puniendos haberi debent³²”

Domicio Ulpiano

A concepção ideal da prisão é o panóptico de Jeremy Bentham, dimensão material e simbólica dos sistemas de ação política e econômica que agem por meio das leis penais, e revelam um tipo particular de poder. Ao expressar o ideal positivista de uma sociedade organizada sob determinados princípios concebidos hegemonicamente, encontram-se os objetivos de funcionamento da prisão que, desde a fundação da sociedade capitalista, têm sustentado a reprodução das desigualdades espaciais.

A passagem do castigo para a prisão confunde-se com o próprio desenvolvimento da sociedade capitalista, e só foi possível quando surgiu um equivalente de troca, ou seja, de valor. Essa matemática punitiva foi consequência da contabilidade capitalista de mensuração do tempo, como trabalho medindo valor, o que orientou como seu equivalente, para punição de cada delito, uma determinada duração do tempo de isolamento dos condenados como nos explicam Melossi e Pavarini:

³² “No *Digesto* (livro 48, título XIX, fragmento 8, parágrafo 9), *Domicio Ulpiano* disse: “*carceres enim ad continendos homines, non ad puniendos haberi debent*” (“o cárcere deve existir para custodiar as pessoas, não para puni-las”). Frequentemente, aqueles que estavam presos aguardando julgamento recebiam uma sentença condenatória. As penas que se aplicavam eram mortais. Quando não, cruéis e desumanas.” Fonte: GECAP/USP. *Informações básicas sobre o encarceramento: história*. <http://www.gecap.direitorp.usp.br> Acesso em 05 de março de 2013.

A ideia de trabalho humano medido pelo tempo foi a medida para se encontrar na privação de tempo um equivalente para o delito, ao contrário do sistema feudal onde o equivalente do dano produzido pelo delito era encontrado nos bens considerados como os maiores valores sociais: a vida, a integridade física, o dinheiro, a perda de status (MELOSSI, PAVARINI, 1985, p. 20).

Para Foucault (1975, p. 196), o tempo de duração da pena é o elo de ligação entre o condenado e a totalidade social:

Há uma forma-salário da prisão que constitui, nas sociedades industriais, sua 'obviedade' econômica. E permite que ela pareça como uma reparação. Retirando tempo do condenado, a prisão parece traduzir concretamente a ideia de que a infração lesou, mais além da vítima, a sociedade inteira. Obviedade econômico-moral de uma penalidade que contabiliza os castigos em dias, em meses, em anos e estabelece equivalências quantitativas delitos-duração. Daí a expressão tão frequentemente, e que está tão de acordo com o funcionamento das punições, se bem que contrária à teoria estrita do direito penal, de que a pessoa está na prisão para 'pagar sua dívida'. A prisão é 'natural' como é 'natural' na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas. (FOUCAULT, 1975, p. 196)

O tempo de trabalho humano, matéria-prima para geração do *valor*, é o mesmo tempo socialmente útil retirado do condenado, como principal modulação de duração da pena privativa de liberdade, a pena criada pela sociedade capitalista, a qual é coerente com seu próprio funcionamento contraditório na gestão das vidas humanas.

Prisão, um invento da burguesia?

A prisão moderna, produto da revolução francesa, um movimento social liderado pela burguesia, é também um produto das ideias filosóficas dos pensadores dos séculos XVIII e XIX, como nova concepção moral de justiça e da nova racionalidade que emerge do movimento das luzes.

O ideal iluminista da pena privativa de liberdade foi construído por um conjunto de códigos, leis, normas, todos com objetivo ambicioso: moldar novos sujeitos para constituir uma sociedade ideal, atendendo novas hegemonias consolidadas no período pós-revolução. A prisão passa a ser aperfeiçoada e ajustada à razão hegemônica daquele período de desenvolvimento da sociedade capitalista, que se utilizava de *novas técnicas de segregação punitiva* focadas na "ortopedia social corretiva"(MELOSSI E PAVARINI, 1985, p. 35). Assim funcionavam as escolas, os hospitais gerais franceses, as *workhouses* inglesas, as *rasphuis* holandesas, as fábricas e os manicômios, dentre outras instituições criadas na época.

O termo prisão já era utilizado desde o século XI³³, mas sua forma atual - como pena privativa de liberdade - surgiu somente no século XVIII³⁴, apesar de autores como Mássimo e Pavarini destacarem que *as primeiras experiências carcerárias mais significativas já tinham ocorrido no final do século XIV, quando o sistema feudal já mostrava sinais de profunda desintegração* (MELOSSI E PAVARINI, 1985, p. 19) ³⁵. No entanto, a prisão que atende a sociedade capitalista nascente possui novas funções: *detenção dos acusados, reclusão com privação de liberdade dos condenados, seu isolamento, a retribuição pelo crime cometido, e prevenção geral*. Ou seja, o uso da prisão para interferir na ação e intencionalidade de quem está fora dela.

As origens filosóficas da *prevenção geral* encontram-se no pensamento dos gregos, “(...) como disse Platão: *nenhum homem sensato castiga porque se pecou, mas para que não se peque*”³⁶, assim se justifica um dos objetivos da prisão que é agir para além de seus muros. Porém, é preciso ir além da prevenção geral, pois ela não justifica a continuidade da prisão no período contemporâneo, e tampouco houve evidências históricas de que ela tenha algum dia servido para prevenir crimes.

Como forma de abrigar as funções das instituições, os agentes hegemônicos da modernidade criaram novos objetos geográficos, modificando a configuração e as dinâmicas socioespaciais de diversos territórios nacionais como meio de dirigir as intencionalidades e diminuir as resistências dos sujeitos desfavorecidos. Por isso, “*o trabalho forçado nas casas de correção ou workhouses estava assim dirigido a diminuir a resistência da força de trabalho*”³⁷, ao

³³ O termo prisão como “*Endroit ou l’on est détenu*” tem sido utilizado desde o século XI. Já os termos prisioneiro, aprisionar e aprisionamento têm sido utilizados correntemente na Europa, respectivamente, desde os séculos XII (dois primeiros) e XIII (último) (BLOCH, 1994).

³⁴ Para Oliveira (2003, p. 2) “Etimologicamente, o termo pena procede do latim (*poena*), porém com derivação do grego (*poinë*), significando dor, castigo, punição, expiação, penitência, sofrimento, trabalho, fadiga, submissão, vingança e recompensa”.

³⁵ “Na verdade, a organização da punição é parte do controle social que acompanha a história da humanidade desde os tempos mais remotos. A forma em que esta é posta nas mais diferentes sociedades e épocas varia conforme os argumentos de legitimação deste aparato e suas necessidades sociais” (MENEGAT, 2012, p. 85).

³⁶ Em latim: “*Nam, ut Plato ait: ‘nemo prudens punit, quia peccatum est, sed ne peccetur’ ...*”. No entanto, “dito princípio não teria fins práticos até o fim do século XVI, com a nova concepção da pena privativa de liberdade. Na teoria penal dos séculos XVII e XVIII a ideia de utilidade da pena para o apenado se reconheceu expressamente.” Fonte: GECAP/USP. Finalidades da pena. www.gecap.direitorp.usp.br Acesso em 05/03/2013.

³⁷ As Casas de Correção exerceram uma função importante no momento de formação da sociedade fabril, na conformação de uma disciplina e moral aos novos proletários sem origem urbana, ou experiência com o trabalho assalariado. Desse modo, serviram à separação entre os produtores e os proprietários dos meios de produção. Por

fazê-la aceitar as condições que permitiam o máximo grau de extração da mais-valia” (MELOSSI E PAVARINI, 1985, p. 33). A modulação do sofrimento nessas instituições era condizente com as péssimas condições gerais de vida dos trabalhadores recrutados pelo novo modo de produção.

A *prevenção geral*, uma forma de ação simbólica mas também objetiva da prisão além de seus muros, buscava agir pela difusão da ideia do cárcere como espaço do terror, ou pelo medo das terríveis condições de vida em seu interior. E era utilizada para obrigar os trabalhadores a aceitarem as péssimas condições de vida existentes nas primeiras etapas do sistema capitalista fabril (MELOSSI E PAVARINI, 1985, p. 42).

Ainda hoje, a prevenção geral é efeito desejável no funcionamento da *prisão*, sempre retornando nos discursos políticos ou projetos de reforma. Como um instrumento dos poderes hegemônicos, por meio da prisão procura-se atingir a totalidade da sociedade, como descrito pelo Núcleo de Sociabilidade Libertária da PUC-SP/NU-SOL:

Ao encerrar nas prisões, seletivamente, os considerados impossibilitados de convivência em sociedade, esta espera que os demais cidadãos, cumpram seus deveres, paguem seus impostos, acatem as leis e tenham seus encerramentos nas prisões. Encarcera-se, enfim, uma parcela da população para manter o restante preso ao cumprimento de seus deveres de cidadão e sujeito de direitos, extraíndo dessa relação lucros e imobilismo³⁸.

Cada vez mais, o objetivo esperado da prisão não é o de recuperação ou ressocialização dos condenados, mas sua intencionalidade em interferir no funcionamento da totalidade social por meio de uma política e economia de gestão das ilegalidades, o que também caracteriza o Brasil.

Desviantes e criminosos no Brasil

O conceito de desviantes, ou transgressores, se opõe dialeticamente ao do *trabalhador ideal*. Ou seja, focado em modificar a falta de aptidão ou resistência dos sujeitos em aceitar as condições de trabalho. Ele previa, dentre outras consequências, o *atendimento de uma rede especializada compreendendo as prisões, os hospícios, os asilos para mendigos, as instituições para menores* como nos afirma Fernando Salla (1997, p. 17):

meio delas, o objetivo foi o de criação de uma disciplina e de uma moral que forçassem os trabalhadores a se resignarem e aceitarem tanto as péssimas condições de trabalho quanto os baixos salários.

³⁸ Verbete “*prisão*” encontrado em <http://www.nu-sol.org/verbetes> Acesso em 03/03/2013.

As elites compuseram uma representação de sociedade ordeira e disciplinada, na qual todo aquele que não estivesse a ela adaptado seria candidato às instituições especializadas para o seu atendimento. (...) E para justificar a existência desta rede que compreendia hospício, prisão, recolhimento para menores, asilos para mendigos etc. recorria-se ao discurso da desigualdade entre os indivíduos, das heranças raciais, dos traços culturais, das taras e tantos outros aspectos. Ao negar os direitos que possuiria um cidadão, realçando as determinações incontornáveis das quais ele era portador, legitimava também a tutela na atuação do Estado ao manter a rede de instituições que então se formava.

A prisão tornava-se, cada vez mais, um instrumento de interferência na totalidade social. Durante a transição dos séculos XIX e XX, *as preocupações com o que se convencionou chamar de ordem pública podem ser um instrumental que permite todos os tipos de intervenções na vida social, dentre elas a repressão política* (HIBOU, 2011, p.84). Em nome da garantia da ordem pública, as prisões foram fortemente utilizadas por todas as ditaduras brasileiras do século XX. Juntamente com a tortura, a prisão foi utilizada intensamente naqueles períodos para isolamento e punição dos opositores ao regime.

É a mesma racionalidade hegemônica que determina a *categoria de criminoso*. Regina Célia Pedroso demonstra com competência como tem sido feita a construção social do tipo criminoso, assim como o conceito de criminalidade, a partir de um modelo de ordem ideal das elites políticas. O que tem caracterizado a aplicação do direito, em particular do direito penal, como instrumento de controle social. É esta racionalidade que determina como os *parâmetros institucionais da ordem pública devem levar em consideração a construção de um modelo de organização social que estabelece o padrão de ordem enquanto o Direito define quem são os desviantes* (PEDROSO, 2005, p. 40).

Avançando na compreensão dessa relação entre o sistema penal e a totalidade social, Foucault analisa como os novos poderes hegemônicos, desde o século XIX, manifestam-se com grande capilaridade por todo corpo social (FOUCAULT, 2001, p. 1.609). A sociedade disciplinar, por meio de uma rígida moral, decorrente da eficácia na difusão e assimilação de novas ideologias³⁹, orienta a ação das instituições para assim moldar os indivíduos a um novo projeto de poder. Este poder então passava a se manifestar por meio dos gestos, das atitudes, dos

³⁹ « Uma ideologia, etimologicamente, ‘discurso sobre as ideias’, é então uma organização de ideias refletindo uma disposição das coisas, uma ordem do mundo (...) este é o sentido que foi dado ao termo pelo seu criador – Destutt de Tracy, em 1798. (...) Mas, a lacuna existente entre um fato, ou situação, definido por fatores sociais, políticos, culturais, intelectuais e a sua representação, como representação da realidade, tem contribuído para dar um sentido pejorativo ao termo, como se significasse a distorção sistemática do conhecimento”. BRAUSTEIN e PÉPIN, 1998. P. 7.

discursos, da aprendizagem, da vida cotidiana. O autor também descreve *a nova manifestação do poder hegemônico como se funcionasse, por analogia ao funcionamento da mente humana, como regime sináptico do exercício do poder (ibidem)*.

No entanto, a análise torna-se incompleta sem a incorporação do conceito de território usado como objeto da racionalidade política, pois todo território sob ação de poderes hegemônicos revela usos seletivos, com objetivo de extração em cada parcela das melhores condições em benefício de uma minoria (das elites). As especializações de diferentes parcelas do território constituem-se então por diferentes usos, revelando como os usos hegemônicos do território ampliam desigualdades espaciais, mesmo com intenso desenvolvimento da capacidade de produção de riquezas como tem ocorrido no Brasil.

O controle das ações humanas

No desenvolvimento da história, foram criadas diversas formas arquiteturais que revelam ideais políticos e econômicos a serviço da transformação social. São eles fábricas, prisões e escolas, dentre outras que, compondo as novas paisagens urbanas, revelam intencionalidades de um determinado projeto de sociedade.

Esses objetos geográficos têm realizado funções centrais na produção e acumulação de riquezas. Sua organização estruturada a partir da organização espacial de sistemas técnicos produz novas geografias, influenciando no tamanho, adensamento e diversidade das cidades. Eles também têm participado das grandes transformações políticas, econômicas e culturais mais recentes.

A criação dos novos objetos geográficos, produto do avanço do desenvolvimento técnico, constitui-se também em novas formas de organização social que, no caso das pessoas, implica em mudanças de comportamentos, hábitos, rotinas. Em particular, no caso das fábricas, escolas, quartéis, hospitais e prisões, houve todo desenvolvimento de normas, protocolos para reger atitudes, comportamentos, disciplinando o corpo e os desejos.

A totalidade do conjunto desses objetos geográficos também serviu para canalizar a realização de projetos políticos de dominação de pessoas ou grupos, por meio do seu funcionamento, ou dos valores que contribuíram para criar e disseminar pela sociedade.

Moral e desigualdades

Nesse conjunto de novos objetos geográficos, a prisão foi apresentada ao mundo como uma punição “mais humana”, por atingir o bem social considerado como o mais precioso a ser mantido ou conquistado que é a *liberdade*⁴⁰. Não se destacando que tem sido uma liberdade vigiada e controlada, pois forjada pelo sistema capitalista⁴¹. Na sociedade francesa, cujos princípios também influenciaram outras nações do mundo, no conjunto das instituições criadas para garantia da *liberdade, igualdade e fraternidade*, também foi criado o contraditório dessa obra que é a prisão.

As punições medievais, antes focadas no corpo dos condenados, perdem espaço para outras tentativas de transformação das mentes e da alma, com intencionalidade de transformação dos sujeitos em elementos úteis ao capitalismo.

Liberdade e igualdade são utopias impossíveis principalmente em sociedades com profundas desigualdades espaciais. Ou seja, as assimetrias de poder, resultando em controle privado dos meios de produção, constituem um território no qual liberdade e igualdade são ideais contraditórios ao funcionamento do sistema político econômico dominante, pois não eram criadas as condições para haver igualdade de oportunidades.

O sistema de ações decorrente das ideologias dominantes foi concebido com a exigência de obediência às leis que não foram elaboradas com a participação do conjunto total da sociedade, processo fundado séculos antes. No caso do sistema penal, havia uma finalidade conjunta de prevenção da criminalidade e controle social. Para tanto, os novos Estados que se formaram a partir do século XIV na Europa, conforme defendia Montesquieu, deveriam cuidar de

⁴⁰ “ Historiquement, l’idée d’une ‘privation de liberté’ comme peine principale a pris son essor à partir de la fin du XVIIIe siècle. L’indépendance américaine, la révolution française et la reconnaissance de la liberté comme ‘bien civil le plus précieux’, firent prendre conscience de l’importance et des avantages de la perte de celle-ci. Se développant à une époque où l’on considère que ‘les peines modérées et certaines sont plus efficaces que les châtiments terribles’, l’emprisonnement est présenté comme une peine ‘humaine’ respectant la personne du condamné et facilement modulable en fonction de la gravité attribuée à l’acte commis ». (LOPES, G. & STAMATIONS, T. *Op. Cit.* P. 751).

⁴¹ Cabe aqui compreender um dos significados que a palavra liberdade adquire na sociedade capitalista. O capitalismo em desenvolvimento no Brasil forjou uma liberdade controlada, vigiada, com limites muito precisos para a ação dos sujeitos. E que era produzida por uma superestrutura jurídica – da qual o sistema penal é uma parte importante, como uma proteção significativa de uma organização sistemática no território brasileiro de um tipo de liberdade dos possuidores e proprietários, os únicos, por muito tempo, com igualdade de direitos, se é que hoje a situação se alterou.

constituir uma nova moral, e a partir dela estabelecer *costumes moralizadores* que serviriam como instrumentos de controle e condução dos indivíduos organizados em sociedade:

A severidade das penas convém melhor ao governo despótico, cujo princípio consiste no terror, do que à monarquia e à república, que têm por molas principais a honra e a virtude. Nos Estados moderados, o amor da pátria, a vergonha e o temor da censura constituem medidas de repressão, as quais podem refrear muitos crimes. A maior pena de uma ação má será a convicção de se haver cometido a mesma. As leis civis corrigem-nas, portanto, com maior facilidade, e não haverá necessidade de se empregar tamanha força. Nesses estados, um bom legislador dedicar-se-á menos à punição dos crimes do que à sua prevenção; aplicar-se-á mais em estabelecer costumes moralizadores do que em infligir suplícios (Montesquieu, 1991. p. 89).

A formação do território nacional pela constituição de um hibridismo entre Estado e nação tendo como elemento integrador um território em transformação, também constituiu profundos processos de dominação. O próprio conceito de *Estado tem em sua origem a concepção de modelos de dominação política* (OLIVIER *et alli*, 2005, p. 62), processo que se desenvolveu lentamente no ocidente a partir do século XIV, pela unificação dos territórios feudais e monopolização do poder em benefício de instituições políticas centralizadas. Por outro lado, *a conquista do Estado passa pela hegemonia, a direção intelectual e moral, ideológica, sem as quais uma supremacia durável é impossível* (CHATELET *et alli*, 1986, p.354). É nesse contexto político, com direção hegemônica na formação do estado nacional, onde se encontra a gênese do moderno sistema penal.

Outra conotação moral pode ser encontrada na etimologia do termo *penitenciária*. O nome do edifício arquitetural para aplicação da pena privativa de liberdade possui origem religiosa⁴², sendo penitência considerada sinônimo de arrependimento do pecador⁴³. O uso deste nome pela justiça penal revela a intenção do legislador de promover o arrependimento dos crimes, ou seja, das transgressões das leis.

Nas palavras de Antônio Paixão, *penitenciária é local de provação, escola do sofrimento e da purgação*, onde ocorre a *aprendizagem do isolamento* (PAIXÃO, 1987, p.9). Sendo,

⁴² “Os *quakers* e alguns reformistas católicos da mesma época inspiraram-se nas celas de mosteiros, nas quais os monges costumavam buscar repouso espiritual através do isolamento e da meditação. Por isso, esses pioneiros defenderam na Pensilvânia a substituição dos grandes depósitos de presos por celas individuais, impedindo a comunicação dos sentenciados com seus companheiros de prisão. O sistema da Pensilvânia espalhou-se, advindo daí o nome penitenciária. Durante os séculos XIX e XX tornou-se o modelo predominante dos estabelecimentos prisionais da Europa e dos EUA.” *Penitenciarismo in* Dicionário de Ciências Sociais. RJ: FGV, 1986. P.880-881.

⁴³ *Pénitenciaire*: latin (*paenitens*, de *paenitere*: se arrepender (arrependimento, em francês). (BLOCH, O. WARTBURG, W. Von. *Op. Cit.*). O mesmo dicionário atribui para *pena* (do grego *poinê*) os significados de castigo, punição, correção, expiação, suplício.

portanto, a verdadeira *instituição do paradoxo*, pois dela não se deve esperar a promoção de bem-estar⁴⁴. Paixão a forte conotação moral e maniqueísta da relação politicamente estabelecida entre crime e sociedade, ou do bem contra o mal, pois crimes e criminosos são construtos sociais com forte carga política e ideológica, expressão histórica da própria organização social. Ele também revela que a etimologia da palavra crime origina-se no ato de julgar e etiquetar comportamentos, desmontando a naturalização feita em torno do evento criminal⁴⁵. *Sendo os crimes conseqüências do tipo de política praticada no país, na sociedade constituída por essa política com origem, portanto, na desigualdade social*. Para o autor, acreditar na recuperação dos prisioneiros submetidos apenas à prisão é grande ironia que se pelo estado de precariedade das prisões brasileiras⁴⁶. Dizer então que a prisão recupera é uma falácia política, pois *devolve à sociedade sujeitos mais violentos, indignados e nocivos*⁴⁷, que acabam alimentando os mesmos circuitos materiais e sociais precários que os originaram.

Sociedade disciplinar e de controle

A constituição da sociedade disciplinar coincide com a formação da sociedade industrial e das grandes cidades, momento no qual a vigilância, o controle e a punição exerceram funções centrais. A análise da complexidade das mudanças levou autores como Foucault e Deleuze,

⁴⁴ “Acompanhando os percalços dos reformadores, aprenderemos que a penitenciária é a instituição do paradoxo. Cidadãos honestos, trabalhadores, disciplinados e vítimas potenciais (e por que não reais?) da criminalidade devem financiar, como contribuintes, organizações que abrigam seus agressores, por sua vez isolados da sociedade, para que se ressocializem e se credenciem a habitá-la competentemente (...) Portanto, não se esperam dessa organização paradoxal ênfases prioritárias no bem-estar de seus clientes, pois ela deve segregá-los do convívio social e moldá-los aos requerimentos normativos da sociedade civil”. (PAIXÃO, 1987, p. 21).

⁴⁵ “Em effet, Jeffery (1959: 6) rappelle que, dans son sens étymologique, ‘le terme *crime* fait référence à l’acte de juger ou d’étiqueter le comportement plutôt qu’au comportement lui-même’. En effet, le mot *crime* vient du mot latin ‘*crimen* (-isis)’ qui signifiait à l’origine ‘décision judiciaire’. Ce mot vien du grec ‘*krimein*’, c’est-à-dire ‘juger’, ‘choisir’, ‘séparer’. Dans le latin classique, le mot ‘*crimen*’ a aussi pris le sens d’‘accusation’, ou de ‘chef d’accusation. Cela veut dire que, dans son sens étymologique, le mot *crime* ne désigne pas directement une action, un acte ou un comportement particulier, mais plutôt l’acte de juger un comportement dans le cadre d’un processus institutionnel de type judiciaire ». Debuyst, Christian *et alli. Histoire des savoirs sur le crime et la peine:1. Des savoirs diffus à la notion de criminel-né*. Ottawa : L’université d’Ottawa : de Boeck Université, 1998.

⁴⁶ “Os sistemas penitenciários brasileiros, antes de enfrentarem paradoxos de recuperação, fracassam nos requisitos mínimos da custódia – garantir a existência do prisioneiro e a satisfação de suas necessidades básicas” (PAIXÃO, *Op. Cit.*, p. 85).

⁴⁷ “É o crime conseqüência política e social. Tem sua origem na desigualdade social, na miséria e no descaso do Estado. A reabilitação do delinqüente não será conseguida em depósitos humanos onde valores se misturam e corrompem-se. Não se consegue a reeducação, apenas guarda-se o agente do delito em cárceres que o faz mais violento, enfraquecendo seus valores. Devolve-se-o ao corpo social mais violento, indignado e nocivo. A pena capital não seria, apesar dessa realidade, uma solução, pois os valores de nossa civilização estariam corrompidos se assim fosse”. (SILVA, 2007, p. 2).

dentre outros, a criarem a partir de suas análises conceitos como *sociedade da soberania*, *sociedade disciplinar* e *sociedade de controle* como esforço para caracterizar os usos e expressão do poder naquele tipo de sociedade que se formava a partir das ruínas do feudalismo:

A *sociedade de soberania* levava a que os indivíduos fossem subjugados, inclusive fisicamente, aos interesses do soberano. A *sociedade disciplinar*, a seu turno, visava ao condicionamento e à conformação não só do corpo, mas também da racionalidade, formatando os hábitos dos indivíduos nos locais delimitados em que se viam estrategicamente confinados (família, escola, caserna, fábrica, prisão, hospital, manicômio, etc.). A sociedade de controle, entretanto, parece ir além, atingindo um nível mais profundo, embora de modo difuso, na regulação de condutas. Mais do que a conformação do corpo e do cérebro, a sociedade de controle parece ter por alvo a formatação das emoções dos sujeitos controlados e da alma coletiva da população. Enxerga além e através dos indivíduos *per se*, consegue decompô-los em partes dividualizadas (divididas), ora como um usuário de serviço, ora como um consumidor de produto, ora como um portador de doença. *Cria*, forja, incute crescentes necessidades nos níveis 'dividuais', individuais e coletivos, ao mesmo tempo em que se guia os caminhos e tutoria os meios de satisfazê-las. Funciona como a cenoura pendurada à frente do asno para fazê-lo seguir adiante e obediente. (GAMA, Op. Cit, p. 64)

A sociedade disciplinar funda a sociedade consumista de base individualista, e possui como característica central a *fusão do processo de extração de energias econômicas do corpo aos dispositivos redutores de contestação política*, como nos explica Edson Passetti (1999, p. 57). Desse modo, houve aperfeiçoamento das instituições, e os usos do território passam a servir a novas hegemonias, pois a sociedade disciplinar *institui e instala interações para os sujeitos produtivos, os verdadeiramente vivos, da mesma maneira que o faz com os diferentes, os potencialmente perigosos* (ibidem). O que não significa que esse processo tenha ocorrido sem resistências, pois também produz sua própria dialética traduzida em resistência e lutas, como nos esclarece Passetti (1999, p. 57):

Estamos num tempo de uma biopolítica da população que estabelece o lugar para governar e resistir, cujos bens maiores são a igualdade política e a liberdade individual. Entretanto, a desigualdade, produto da exploração, reativa resistências em função da dissolução do poder soberano da mesma maneira que no interior dos espaços disciplinares envoltos na rede de poder emergem resistências.

A *Sociedade de controle* é um paradigma para o pleno exercício dos poderes hegemônicos. Uma leitura geográfica permite dizer que a unicidade dos sistemas técnicos atuais focados na exploração de uma mais-valia em escala mundial⁴⁸, possui uma orientação política e

⁴⁸ “No que se refere particularmente ao espaço, o aparecimento de dois novos fenômenos constitui a base de explicação histórica de sua nova realidade. De um lado, o período atual vem marcado por uma verdadeira unicidade técnica, pelo fato de que, em todos os lugares (norte e sul, leste e oeste), os conjuntos técnicos presentes são *grosso*

hegemônica e que leva a estratégias voltadas ao controle em escala mundial. E constitui-se no meio técnico científico e informacional em formas de controle menos visíveis e difusas, pois não se utilizam apenas de materialidades, conforme afirma Paulo Gama (2010, p. 65-66):

Na sociedade de controle não há muros ou limites espaciais, mas sim mecanismos tentaculares, dispersos e fluidos de domínio. A tecnologia panóptica atinge novos patamares; vive-se a era da localização espacial por GPS, das imagens por satélite, da interceptação de mensagens, das escutas telefônicas. Cada indivíduo, a todo tempo, sofre algum tipo de monitoramento tecnológico, em geral aleatório, cujos dados, ao menos potencialmente, podem ser analisados em concreto.

A abrangência dos poderes hegemônicos pode ser todo o planeta, reconhecido pelos sistemas técnicos de monitoramento, controle, prospecção, os quais são utilizados para oferecer vantagens políticas, sociais e econômicas aos agentes hegemônicos. São os mesmos sistemas que servem ao conhecimento das maiores potencialidades de uso de parcelas distintas do território, bem como promove *seletividade dos usos* promovendo fragmentação territorial, e aprofundando as desigualdades espaciais⁴⁹.

Migração das prisões

A busca pela eficiência da prisão também modificou sua localização. A posição das primeiras prisões no centro das cidades possuía clara intencionalidade. O idealizador do primeiro sistema arquitetural de aprisionamento, o filósofo Jeremy Bentham, dentre outros pensadores do iluminismo, defendia que as prisões fossem construídas no centro das cidades⁵⁰, pois, desse modo, simbolizariam a justiça na paisagem urbana, servindo para intimidação dos malfeitores⁵¹.

modo os mesmos, apesar do grau diferente de complexidade; e a fragmentação do processo produtivo em escala internacional se realiza em função dessa mesma unicidade técnica”. (SANTOS, 2008, p. 118).

⁴⁹ « Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no social, é, a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial. Esse termo exprime duas coisas diferentes segundo se considere a produção ou o consumo. A produção tende a se concentrar em certos pontos do território com tanto mais força quanto se trate de atividades modernas. O consumo responde a forças de dispersão, mas a seletividade social age como um freio, pois a capacidade de consumir não é a mesma qualitativa e quantitativamente. No entanto, como os gostos novos se difundem na escala do país, enquanto os gostos tradicionais subsistem, o aparelho econômico deve adaptar-se ao mesmo tempo aos imperativos de uma modernização poderosa e às realidades sociais, novas ou herdadas. Isso é válido tanto para o aparelho de produção como para o de distribuição. Criam-se dois circuitos econômicos, responsáveis não só pelo processo econômico mas também pelo processo de organização do espaço” (SANTOS, 2004b, pp. 21-22).

⁵⁰ « O panóptico não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo da vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas” (MILLER, 2008, p. 89).

⁵¹ “Jeremy Bentham, inventeur du système d’emprisonnement architectural, recommande de construire les prisons près du centre des villes pour intimider les malfaiteurs. À ce titre, il demeure une figure à citer absolument dans l’histoire de la prison. Notons que les architectes des lumières inventent une architecture punitive effrayante, destinée à être placée au cœur de la cité comme symbole de la punition ». (HÉRICHER, Anne. *Op. Cit.* P. 63).

Contraditoriamente, esta localização central - ao mesmo tempo em que permitia maior troca entre os presos e a população local (alimentos e mensagens, por exemplo) - possibilitava que a sociedade acompanhasse as ações do Estado na execução da pena dos condenados. Além da visibilidade, uma forma de controle informal da justiça pela população⁵². Já o Estado esperava exercer sobre a população um tipo de moralização através da prisão⁵³.

Com sucessivas modernizações incompletas, mas à medida que o sistema prisional foi se tornando mais complexo, a localização das prisões foi deslocada do centro das cidades como ocorreu com a construção da primeira Casa de Correção de São Paulo⁵⁴, constituída para execução das penas contidas nos novos Códigos Penal (1830) e de Processo Penal (1832) do Brasil Império⁵⁵.

Na gestão das novas unidades prisionais, havia uma regionalização em escala nacional, pois mesmo com um único código penal para todo o Império, *a legislação sobre a construção de prisões e casas de correção, e também sobre o regime prisional nelas a ser adotado, era tarefa das assembleias legislativas provinciais* (SALLA, 1997, p. 29).

No caso da França, dois fatores interdependentes tiveram influência no deslocamento das prisões para áreas mais periféricas e distantes dos grandes centros urbanos. O primeiro, o pensamento higienista que passa a interferir nas práticas de urbanismo a partir do século XIX obrigando que todos os edifícios considerados insalubres fossem instalados em áreas periféricas (no caso de Paris, para sua *Banlieue*). Essas práticas higienistas ocorriam como preparação da

⁵² « A cadeia, com aberturas voltadas para fora, ausente de muros para isolamento, mantinha o contato direto dos transeuntes com os presos, a possibilidade de relacionamento destes com o mundo circundante, recebendo alimentos, pedindo esmolas, obtendo informações, revestia a cadeia de um significado distinto daquele que viria a ter algumas décadas depois com a Casa de Correção» (SALLA, 1997, p. 25).

⁵³ “A abertura da construção ao público já acumula então uma dupla finalidade: de uma parte, se dissuadem os visitantes (que bem se podem considerar como delinquentes potenciais tanto que – precisa Bentham – são aqueles para os quais essa instrução é a mais necessária que virão receber, pelo gosto de experiências fortes) e moraliza-se a população; de outra parte ensinam-se as virtudes, a economia, a racionalidade. Assim, o processo de moralização, agindo diretamente sobre os prisioneiros, age indiretamente sobre os visitantes” (MILLER, 2008, p. 96).

⁵⁴ Na época, considerava-se que ela havia sido construída longe do centro de São Paulo, e a posição escolhida foi em frente ao Convento da Luz, na atual Avenida Tiradentes, hoje considerada parte da região central de São Paulo (JORGE, 2000, p. 32). Isso demonstra como as noções de distância também mudam com o tempo.

⁵⁵ « Os muros que envolvem as prisões, exibindo uma parede de contenção e ao mesmo tempo um artifício simbólico de segregação entre os justos e os pecadores, os cidadãos respeitáveis e os criminosos, os puros e os contaminados, não se faziam presentes em qualquer dos edifícios que serviam de cadeia na cidade de São Paulo. Com a Casa de Correção, construída em área distante do núcleo central da cidade, pela primeira vez se revelou a preocupação com o seu isolamento por uma muralha” (SALLA, 1997, p. 25).

cidade para as grandes exposições universais. E orientavam *políticas* de realocização de arquiteturas *sujas* para fora dos muros da cidade.

O deslocamento dessas atividades com funções consideradas degradantes ocorre para que elas não sejam vistas pelos novos visitantes da cidade durante as exposições⁵⁶. A banlieue passa a ser, desde então, o território usado pelos abatedouros, pelas prisões e pelos migrantes mais pobres abrigados em território francês⁵⁷.

A marca de Caim no território das cidades

Algumas penas da idade média ficaram famosas por marcarem, permanentemente, os corpos dos condenados. A marca com ferros em brasa era um desses terríveis castigos. Humilhante lembrança de transgressões passadas presente no corpo castigado, mas determinante dos destinos futuros do sujeito, discriminado por erros cometidos em outros tempos. As marcas em seu corpo significavam não haver possibilidades de que pudesse ser livre em algum momento posterior à pena.

Na transição da pena de castigo para a pena privativa de liberdade, as marcas a ferro foram abolidas, mas deram lugar para outra muito mais eficiente. Inscrição simbólica, terrível e profunda, não marca o corpo, mas imprime no condenado à prisão um estigma, consequência de sua passagem pela prisão como eficiência do dispositivo carcerário. Depois da experiência prisional, uma consequência enfrentada pelos egressos do sistema é encontrar poucas oportunidades, mas uma se mantém permanentemente ofertada que é o retorno à criminalidade como destino traçado para a grande maioria do ex-prisioneiros.

Em relação à sua posição espacial, do século XVIII até meados do XX a prisão ocupava o centro das cidades. Esta posição era escolhida de maneira estratégica para representar, nas paisagens urbanas, um novo tipo de poder. A escolha intencional de um sítio urbano com grande visibilidade servia para que a prisão pudesse, intencionalmente, ter uma ação para além de seus muros - por meio do *princípio da prevenção geral* – levar uma mensagem direta para quem estivesse fora dos horrores sofridos pelos prisioneiros em seu interior. O destino obrigatório para

⁵⁶ “Le rôle des grandes expositions universelles est fondamental, car elles nous apparaissent déterminantes d’implantation hors des murs de la ville. On ne doit pas donner à voir les prisons aux visiteurs des expositions ». Ibidem, p. 67.

⁵⁷ Em seu sentido etimológico, *banlieue* significa lugar do banimento. No caso de Paris, por exemplo, além das novas prisões, abriga também os bairros migrantes mais pobres.

quem atravessasse a fronteira moral entre o bem e o mal, demonstração das conseqüências da transgressão social.

No caso brasileiro, o centro das cidades estivera marcado, até o século XIX pelas Casas de Câmara e cadeia, onde funções administrativas, de reclusão e judiciárias que se encontravam geralmente entre dois pavimentos. *A separação entre estes dois poderes aparece somente no século XIX e, a partir desta separação, surgem novas preocupações penitenciárias* (JORGE, 2000, pp. 22-23 grifo nosso):

As Casas de Câmara e Cadeia possuem uma importância maior que somente o abrigo de certas atividades, elas são a síntese de poder exercida pelo governo (...). Nelas os poderes se misturam e o julgamento e a eventual punição para os réus é dentro delas resolvida. (...) A cadeia era o apoio do regime; penas corporais eram previstas pelas mais simples atitudes. Qualquer um podia ser preso (desde clérigos até oficiais da câmara). As funções da câmara eram exercidas sem remuneração. Prisão e multa eram artifícios de coagir os munícipes a exercer estas funções. As Casas de Câmara e Cadeia localizavam-se no local principal das cidades: na praça central ou no mercado. Elas possuíam quase sempre dois andares: o térreo destinado à prisão e o superior às atividades da câmara.

A posição central ocupada pelos edifícios prisionais que abrigavam funções da justiça resulta da crença na prevenção geral, pois buscavam disseminar medo e terror através de suas densas muralhas, com o objetivo de evitar novos crimes. Foucault também analisou esta imbricação entre arquitetura e demandas sociais, *com efeitos positivos das práticas caso as intenções liberadoras da arquitetura coincidam com o exercício da liberdade das pessoas* (FOUCAULT, 2001, p. 1095). Wilson Edson Jorge também pesquisou sobre a preocupação com a condução das atitudes humanas na evolução da arquitetura penitenciária:

Nota-se no pensamento de Cerdán de Tallada a preocupação de afastar o mau pensamento das mentes humanas e a possibilidade de afastar o mau pensamento das mentes humanas e a possibilidade de se evitar crimes através do medo e temor que a instituição carcerária representa. Assim, ela deveria se localizar em local público na cidade e ser construída com materiais escuros para assustar os habitantes, e afastar os pensamentos ruins (JORGE, 2000, p. 20).

No entanto, o princípio da prevenção geral fracassou, pois as taxas de criminalidade nunca diminuíram pelos usos do território pela prisão. Bem como fracassou o projeto de recuperação das pessoas que eram aprisionadas, o que pode ser comprovado pelas altas taxas de reincidência dos egressos do sistema prisional. No entanto, o estigma prisional, ou a *marca de Caim* será, para

muitos dos habitantes da prisão, a certeza de retorno às garras da justiça criminal em futuro próximo, como diz Emma Goldman (2005, p. 67):

Ano após ano os portões das prisões infernais devolvem ao mundo uma parte naufraga da humanidade, esquelética, deformada, sem vontade própria, com a marca de Caim em suas testas, suas esperanças esmagadas, todas as suas inclinações naturais frustradas. Sem nada, mas com a fome e a desumanidade para recebê-los, estas vítimas logo mergulham novamente no crime como a única possibilidade de existência. Não é, de forma alguma, incomum encontrar, homens e mulheres que passam metade de suas vidas – ou melhor, quase toda sua existência – na prisão.

A prisão passa a ser deslocada cada vez mais para as áreas periféricas das cidades e regiões, mas passa a ocupar uma posição cada vez mais central na organização da vida social, principalmente dos menos privilegiados, dos criminalizados, dos excluídos, bem como daqueles que encontram na economia da prisão crescentes fontes de lucros.

Corpo, tempo, liberdade

Diferentes penas, concebidas em distintas escolas penais, transcritas nos códigos penais nacionais, não se dissociavam da evolução jurídico-moral das sociedades ao longo do tempo, como elenco das virtuosidades desejadas e dos significados da justiça em cada período histórico⁵⁸ (FOYER, 1996, p. 3). Nessa linha de análise, até mesmo a paz seria obra da justiça, pois seria alcançada pela prática espontânea da virtude, sendo posicionada contrariamente à maldade humana, ou pela imprecisão da aplicação do direito⁵⁹.

Depois de uma longa evolução, o atual conceito de *política criminal* atingiu uma dimensão sistêmica com ações, protocolos e procedimentos desde o registro da ocorrência pelas

⁵⁸ “Ce qu’est la justice? Le terme est commun à la morale et au droit, et ses significations son malaisément séparables. Les juriconsultes romains retenaient, pour définir la justice, le sens de vertu : une volonté constante et perpétuelle (*constans ac perpetua voluntas*), mais d’une volonté tendue vers la reddition à autrui de ce qui lui est dû (*suum cuique tribuendi*), c’est-à-dire ce à quoi chacun peut légitimement prétendre en vertu du droit ». (FOYER, J. 1996, P. 3).

⁵⁹ “La paix est l’oeuvre de la justice. Elle est obtenue par la pratique spontanée de la vertu de justice, qu’il convient d’entendre à un sens plus large que le sens privatiste que lui donnaient les juriconsultes romains. La justice commande aussi de respecter les impératifs du droit, d’exécuter ce que le droit commande et de s’interdire d’accomplir ce qu’il prohibe. Un tel équilibre n’est pas obtenu toujours spontanément. L’exécution et le respect du droit se heurtent à des résistances imputables soit à la méchanceté humaine, ou l’incertitude du droit lui-même. De là naissent des situations litigieuses et des actes délictueux. Le créancier insatisfait va réclamer justice, la victime de l’infraction va crier vengeance » (FOYER, J. 1996, P. 3).

polícias, até o pronunciamento das sentenças pelos tribunais⁶⁰. A política criminal também é considerada uma forma de combate ao crime⁶¹. No entanto, ela pode ter várias raízes e oferecer diferentes respostas ao evento criminal, em razão das distintas concepções das escolas de pensamento criminológico fundadas desde o século XVIII na Europa, mas que chegaram ao Brasil logo depois⁶².

Já o sistema penal é mais amplo do que o sistema prisional, pois engloba a totalidade da justiça, dos códigos e sistemas normativos (OLIVEIRA, 2003, p. 23). Na transformação das sociedades e das penas, em uma visão geral, mas sintética, uma periodização do sistema penal indicaria a passagem por duas grandes etapas históricas: - *A manifestação de simples reação natural do homem primitivo para conservação de sua espécie, sua moral e sua integridade*; - *como meio de retribuição e intimidação e em sua função terapêutica e recuperadora*.

⁶⁰ “La politique criminelle en tant que politique publique repose sur des choix et des stratégies, depuis la politique législative définissant les infractions et les procédures applicables, en passant, tout au long de la ‘chaîne pénale’, par les décisions des parquets sur les poursuites et leurs modalités, jusqu’à la phase de jugement puis la mise à exécution des sanctions prononcées pour les tribunaux » (JEAN, Jean-Paul. *Op. Cit.* p.3).

⁶¹ A expressão “política criminal” foi empregada pela primeira vez no fim do século XVIII nas obras de Kleinschrod e Feuerbach que a concebiam como uma arte legislativa. Mas, foi apenas com Von Litz no começo do século XX que podemos fixar o início da política criminal moderna, e que passa a ser definida como “O conjunto sistemático de princípios por meio dos quais o Estado e a sociedade devem organizar a luta contra o crime”. (LAZERGES, Christine *Op. Cit.* pp-5-7).

⁶² Na **Escola da Justiça Absoluta** havia a associação do direito penal com a moral, e a exaltação da ideia de expiação durante a execução da pena. Nesta escola a pena é um sofrimento infligido ao condenado como resposta ao sofrimento que ele causou à ordem pública ou à uma vítima privada. Seu autor principal foi Kant com suas obras *Crítica da Razão Prática* (1788) e *Elementos Metafísicos da Doutrina do Direito* (1796); Nas **Escolas Clássicas e Neo-Clássicas** o lema era “punir não mais do que necessário, não mais do que seja justo”, ou seja, a pena passa a ter uma função utilitária, e ela passa a ser concebida de modo a prevenir o crime pelo medo que origina. Há crença no livre arbítrio e, por isso, a sociedade tem o direito de punir por que a repressão é útil e necessária à defesa social. Seu autor principal foi Cesare de Beccaria com a obra *Dos Delitos e das Penas* (1789), mas também houve a influência do texto da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789). Com ela é criado um imperativo da justiça de individualização das penas. A **Escola Positivista** nega o livre arbítrio, ela é positivista, ou seja, o crime é analisado como o produto de causas externas e internas. Segundo os positivistas, é a defesa da sociedade que fundamenta o direito de punir e de prevenir, pois a expiação não pode ser um objetivo da sanção, pois ela pressupõe uma falha e uma responsabilidade moral. É na Escola Positivista que nasce a ideia de que não é apenas o delinquente que deve ser controlado, mas também o desviante (o alcoólatra, por exemplo) como um controle preventivo para garantia da ordem social. É dela também que nasce a classificação dos delinquentes por nível de periculosidade, e as medidas de segurança adaptadas à cada classe de delinquente. Seu autor mais famoso, e controverso, talvez seja Lombroso. Já o **Movimento da Nova Defesa Social** procurou fundamentar uma pedagogia da responsabilidade, ou seja, a política criminal deve tender à uma ação sistemática de ressocialização dos delinquentes que não é possível de ser desenvolvida sem uma humanização crescente do sistema repressivo. Esse processo deveria ser fundado em bases científicas, ou seja, o estudo da ação e da personalidade do autor da ação criminosa. A política criminal proposta por este movimento também deveria fazer nascer um sentimento de responsabilidade no indivíduo. (LAZERGES, Christine. *Op. Cit.* pps- 13-16).

Segundo a mesma autora, considerando-se as mais diversas culturas e civilizações, seria possível periodizar a evolução repressiva da pena em quatro grandes períodos: o da *vingança privada*; o da *vingança divina*; o da *vingança pública* e, por fim, o *período humanitário* (ídem, p. 24).

Este último período, surgido no século XVIII, estaria ligado a eventos como a independência americana e revolução francesa, com valorização da *liberdade* como bem civil mais precioso e grande valorização do significado de sua perda. No entanto, a ideia de liberdade na sociedade capitalista tornou-se bastante flexível e moldada pelo próprio sistema, pois é consequência das relações sociais e submetida a mecanismos e instituições do Estado para controle, monitoramento, coerção, repressão⁶³. No período humanista, foi fortalecida a ideia de que a transformação dos sujeitos, juntamente com o controle e regulação dos fluxos das pessoas seria mais eficiente do que o suplício do corpo dos condenados. Ideia que promoveu sucessivas reformas e refuncionalizações da prisão, como será demonstrado a seguir.

Fracasso e reformas da prisão

Ainda no século XVIII, Cesare Bonesana (ou Marquês de Beccaria), em sua obra *Dos delitos e das Penas*⁶⁴, destacava como uma minoria acumulava para si privilégios, poder e felicidade, deixando para a maioria somente miséria e fraqueza. Esta, talvez seja, ainda hoje, as causas de diversos infortúnios sociais, dentre eles, a desigual repartição das vantagens sociais entre os membros da sociedade⁶⁵. Beccaria faz refinada análise histórica dos conteúdos dos códigos e das leis, e destaca como as normas jurídicas têm sido grande fonte de desigualdades. Caso contrário, elas teriam a finalidade de propiciar o bem da maioria. Ele também ataca o poder soberano monárquico, somando-se à luta de outros filósofos iluministas do século XVIII que,

⁶³ “Os métodos da violência modificaram-se, mas, sempre que existiu Estado, existiu em cada sociedade um grupo de pessoas que governa, que manda, que domina e que, para conservar o poder, tem nas suas mãos um aparelho de coacção física, um aparelho de violência, as armas que correspondem ao nível técnico de cada época.” (LENIN, 1980, p. 182).

⁶⁴ “A diferença de punições entre a nobreza e as classes inferiores foi um dos temas do iluminismo. Não é de estranhar, portanto, que um discípulo de J.J. Rousseau revolucionasse a política penal. O livro de C. de Beccaria (degli delitti e delle pene, 1764), baseado na filosofia do utilitarismo, assinala o começo do reformismo e da moderna penologia. J. Bentham, filiado à mesma corrente, preconizava uma gradação na severidade da punição, de acordo com a gravidade do crime. Após a obra de Beccaria, a reclusão e os trabalhos forçados foram substituindo a tortura e a pena de morte”. *Penitenciarismo in* Dicionário de Ciências Sociais. (1986, p.880).

⁶⁵ “As vantagens da sociedade devem ser igualmente repartidas entre todos os seus membros. No entanto, entre os homens reunidos, nota-se a tendência de acumular no menor número os privilégios, o poder e a felicidade, para só deixar à maioria a miséria e a fraqueza”. (BECCARIA, 2002. p.25).

utilizando-se da razão, em contraponto à passionalidade das ações dos soberanos de então, convida à luta e à resistência aos monarcas:

Abramos a história, veremos que as leis, que deveriam ser convenções feitas livremente, entre homens livres, não foram, o mais das vezes, senão o instrumento das paixões da minoria, ou o produto do acaso e do momento, e nunca a obra de um prudente observador da natureza humana, que tenha sabido dirigir todas as ações da sociedade com este único fim: todo bem estar possível para a maioria⁶⁶.

Beccaria atacava a falta de cálculo que implicava em crueldade das penas e a abominação dos cárceres da época, chamando a atenção dos filósofos - *estes magistrados que dirigem as opiniões humanas*⁶⁷, para a crueldade das penas e punições sem provas, sem julgamentos, ou desproporcionais aos delitos cometidos. Ou ainda, questionava qual seria a origem das penas, bem como os critérios para classificá-las como justas ou injustas, e das relações que elas estabeleciam com os crimes visando sua prevenção, ou seja, exercendo uma função social e política:

Mas qual é a origem das penas, e qual o fundamento do direito de punir? Quais serão as punições aplicáveis aos diferentes crimes? Será a pena de morte verdadeiramente útil, necessária, indispensável para a segurança e a boa ordem da sociedade? Serão justos os tormentos e as torturas? Quais os melhores meios de prevenir os delitos? Serão as mesmas penas igualmente úteis em todos os tempos? Que influências exercem sobre os costumes? Todos esses problemas merecem que se procure resolvê-los, com essa precisão geométrica que triunfa da destreza dos sofismas, das dúvidas tímidas e das soluções da eloquência (BECCARIA, *Op. Cit.*, p. 29).

Beccaria defende a difusão por todo o corpo social dos conteúdos dos códigos penais, apontando que eles deveriam ser claros, de fácil compreensão por todos, para contribuírem com a *prevenção geral da criminalidade*⁶⁸. Assim, os homens adquiririam liberdade para, por si mesmos, julgar o valor de seus atos, e não continuariam dependentes dos intérpretes das leis⁶⁹.

Enquanto o texto das leis não for um livro familiar, uma espécie de catecismo, enquanto forem escritas numa língua morta e ignorada do povo, e enquanto forem solenemente conservadas como misteriosos oráculos, o cidadão que não puder julgar por si mesmo as conseqüências que devem ter os seus próprios atos, sobre a sua liberdade, e sobre os seus bens, ficará na dependência de um pequeno número de homens depositários e intérpretes das leis (BECCARIA, *Op. Cit.*, p. 41).

⁶⁶ BECCARIA, 2002, p. 26.

⁶⁷ BECCARIA, *Op. Cit.*, p. 27.

⁶⁸ BECCARIA, *Op. Cit.*, p. 40.

⁶⁹ Esta situação, praticamente, não se alterou no período atual, o que pode ser comprovado pela necessidade de advogados, defensores públicos e promotores para interpretar complexidade, nem sempre compreensível para os leigos, dos códigos penais contemporâneos.

A partir do uso político de muitas dessas ideias filosóficas a burguesia, classe opositora no período pré-revolucionário, torna-se força hegemônica no momento pós-Revolução. Mas muda de posição, tornando-se conservadora depois da tomada do poder, abandonando a crítica às punições cruéis e se limitando à reforma da prisão conforme nos esclarece Marildo Menegat:

Contudo, após o livro de *Beccaria, Dos delitos e das penas*, o liberalismo – que triunfou com as revoluções burguesas do final do século XVIII, continuando o deslocamento do argumento punitivo, iniciado pelo Estado Absoluto, do campo da religião para o jurídico-político – mudou sensivelmente seu discurso em relação a esta questão, concentrando-se apenas nas “reformas humanizadoras” da punição, abandonando sua denúncia, já que a renúncia e o sacrifício continuariam a ser requeridos amplamente às classes subalternas da sociedade moderna (MENEGAT, 2012, p.85).

Assim, no início de sua história, a prisão se constituía como lugar representativo das relações de produção (e de exploração), com relação direta com o mundo do trabalho. Ela estava impregnada por uma moral que refletia o desejo de transformação dos transgressores (vagabundos, prostitutas, menores de rua) em sujeitos economicamente úteis ao sistema hegemônico dominante. Constituía por uma moral com forte concepção religiosa (a expiação das penas, a penitência por conta dos pecados sociais cometidos), revelava ainda a influência, direta ou indireta, da igreja na organização de suas funções principais⁷⁰.

Nesse processo de transformação da punição, o edifício que servia à prisão foi então passando de um objeto geográfico que servia à simples detenção do corpo, para um objeto multifuncional. Soma-se ao objetivo da detenção o de transformar os sujeitos, discipliná-los, prepará-los para o mundo do trabalho. Da prisão preventiva (existente na antiguidade grega), passando pela prisão penitenciária medieval, ou pela prisão com trabalho forçado – dos primórdios do capitalismo, chegando até nossos dias, houve uma longa trajetória de transformação, adaptação, melhoria de suas técnicas punitivas (MILHAUD, 2009, p. 19).

Durante os séculos XVIII e XIX a prisão adentrou a modernidade, período em que se transforma na principal forma de punição no Brasil. Além de promover a perda da liberdade,

⁷⁰ Segundo Melossi e Pavarini (1985, p. 22), “o regime canônico penitenciário conheceu várias formas de realização, sendo as principais o isolamento, os sofrimentos e, principalmente, a obrigação de silêncio”. Os autores ainda afirmam que o cárcere canônico possuía uma natureza penitencial, cujo sentido religioso, fundado em um rígido sistema de valores, e reafirmando a presença de Deus na vida social, tinha um forte sentido ideológico. E é nesse sentido que residia a possibilidade de uso político desta forma de punição religiosa, o cárcere.

passa a abrigar a intencionalidade de transformação dos condenados e sua preparação para o mundo do trabalho⁷¹.

No entanto a prisão foi criada e, ao mesmo tempo, surgem inúmeros projetos para reformá-la. Ao longo de sua curta história de cerca de 200 anos, houve inúmeros esforços nesta direção. A igualdade desejada na aplicação de um mesmo tipo de pena a todos, presente nos discursos do período iluminista, fundador da prisão, confronta-se às desigualdades das sociedades pelas assimetrias nas práticas dos poderes jurídicos e econômicos, como nos afirma Lênin (1980, p. 185):

A reorganização da sociedade verificou-se de tal modo que desapareceu a antiga divisão em escravistas e escravos e todos eram considerados iguais perante a lei, independentemente do capital que cada um possuía – tanto aqueles que possuíam a terra em propriedade privada como aqueles que não possuíam nada senão a força dos seus braços -, todos são iguais perante a lei. A lei protege todos por igual, protege a propriedade dos que a têm dos atentados contra a propriedade por parte da massa que, não tendo propriedade nenhuma, não tendo nada além dos seus braços, gradualmente cai na miséria, se arruína e transforma em massa proletária. Tal é a sociedade capitalista.

A justiça criminal passa a ser investida de *assimetrias das sujeições disciplinares* – expressão da desigualdade - introduzindo novas formas de dominação como nos afirma Foucault (1975, p. 195):

Na passagem dos dois séculos, uma nova legislação define o poder de punir como uma função geral da sociedade que é exercida da mesma maneira sobre todos os seus membros, e na qual cada um deles é igualmente representado; mas, ao fazer da detenção a pena por excelência, ela introduz processos de dominação característicos de um tipo particular de poder. Uma justiça que se diz “igual”, um aparelho judiciário que se pretende “autônomo”, mas que é investido pelas assimetrias das sujeições disciplinares, tal é a conjunção do nascimento da prisão, “pena das sociedades civilizadas”

Michel Foucault é um dos autores que demonstra como a análise da organização do espaço geográfico serve para controle, disciplinamento e transformação dos indivíduos. A repressão torna-se um meio, pois decorre de um projeto político de transformação dos sujeitos em corpos dóceis. E, desse modo, ela serve ao novo projeto de organização social, onde as

⁷¹ “De meros instrumentos destinados a garantir o controle sobre os indivíduos que deveriam ser julgados, banidos, açoitados ou ainda que deveriam pagar multas, as prisões passariam a ocupar um novo papel no cenário das penas. Entre as décadas de 1830 e 1850, polarizaram-se nos EUA e Europa os debates sobre os sistemas penitenciários que maior eficiência apresentariam. O isolamento contínuo, diurno e noturno, com trabalho na própria cela, seguido em Filadélfia e depois Pentoville, se opunha ao de Auburn onde o isolamento noturno era seguido de trabalho diurno em conjunto sob o silêncio dos condenados” (SALLA, 1997, p. 38).

desigualdades também são mantidas por técnicas de assujeitamento aos novos desígnios do poder⁷²:

A forma prisão preexiste à sua utilização sistemática nas leis penais. Ela se constitui fora do aparelho judiciário, quando se elaboraram, por todo o corpo social, os processos para repartir os indivíduos, fixá-los e distribuí-los espacialmente, classificá-los, tirar deles o máximo de tempo e o máximo de forças, treinar seus corpos, codificar seu comportamento contínuo, mantê-los numa visibilidade sem lacuna, formar em torno deles um aparelho completo de observação, registro e notações, constituir sobre eles um saber que se acumula e se centraliza. A forma geral de uma aparelhagem para tornar os indivíduos dóceis e úteis, através de um trabalho preciso sobre seu corpo, criou a instituição prisão, antes que a lei a definisse como a pena por excelência (FOUCAULT, 1975, p.195).

Além da busca pela prevenção geral, deve-se também, agora, transformar os condenados à prisão em algo útil. Assim, a substituição das penas de castigo, da tortura, da pena de morte e o banimento, para ficar apenas em algumas⁷³, são feitas por novos códigos, resultantes de uma filosofia moral e política que serve, muito além dos sujeitos, à gestação de tipos particulares de poder na nova sociedade que se organiza.

Desigualdade e delinquências.

A prisão é filha da moral maniqueísta que coloca as pessoas em posições antagônicas, classificando-as entre bons e maus sujeitos. Aos maus, toda repressão, pela ação da polícia, e todo sofrimento intencionalmente dirigido com martírio, penitências, castigos. Aos bons, todos os discursos em defesa da prisão, e individualmente o sentimento de que a prisão os protege.

⁷² “*Punição e estrutura social* de Rusche e Kirchheimer e *Vigiar e Punir* de Foucault são marcos importantes na compreensão do lugar das prisões na história do Ocidente. Em ambos os livros se procura desfazer os nós que atam os laços entre crime, moral e direito, retirando a aura que acompanha a punição, a qual fazia com que a punição fosse tida como o exercício de uma superioridade da natureza ou do espírito que distingue os homens. Há nisso um esforço de estabelecer a medida da economia existente entre punição-culpa-sacrifício e a formação do eu na sociedade burguesa. O resultado dessa economia são as formas disciplinares construídas a partir das exigências do que Marx chamou de ‘produção material da vida social’ e das formas da ‘produção social da vida material’ na modernidade. Neste sentido, se a Reforma Protestante ajudou a moldar o eu em sua liberdade e autonomia, que caracteriza o espírito burguês, o sistema punitivo teria sido o seu outro tanto, necessário à disciplina e moldura do eu dos trabalhadores imprescindíveis para a indústria nascente. O que Calvino e Lutero foram para as necessidades morais do bom burguês, que facilitaram a lógica mercantil da sociedade capitalista, as Casas de Correção e sua terapêutica disciplinar embrutecedora o foram para as massas que, literalmente, amassadas e derrotadas, foram transformadas em corpos dóceis para o trabalho fabril” (MENEGAT, 2012, p. 86).

⁷³ Essa evolução foi bastante lenta, ao longo de milhares de anos, tendo sido utilizada e transformada por sociedades como Egito, Assíria, China, Fenícia, Babilônia, Pérsia, Israel, Índia e Grécia e Roma. Entretanto, o castigo corporal ainda é utilizado em algumas sociedades do oriente e foi utilizado de forma legal ou clandestina durante a ditadura militar brasileira, principalmente na forma de tortura para obtenção forçada de informações dos prisioneiros políticos. E, infelizmente, malgrado todas as condenações nacionais ou internacionais à tortura e às punições cruéis, não se pode dizer que tenha acabado no Brasil contemporâneo.

Qual a relação desta forma política de lidar com as desigualdades na distribuição dos poderes, das riquezas e demais recursos sociais?

O fracasso da prisão oferece uma resposta a esta questão, como nos disse Foucault (2003, p. 132), pois *desde o começo a prisão devia ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto à escola, a caserna ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato, e registrado quase ao mesmo tempo em que o próprio projeto*. No entanto, este fracasso foi percebido como algo útil, com potencial aproveitamento político, *principalmente a função da prisão em fabricar novos criminosos, ou para afundá-los ainda mais na criminalidade*. Nas palavras do filósofo (*ibidem*):

Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para afundá-los ainda mais na criminalidade. Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa.

A reincidência prisional é um dos destinos comuns para os prisioneiros libertos. O estigma da prisão, ao criar um sistema de marcação invisível, mas muito eficiente, contribui para que restem poucas alternativas para os egressos das unidades prisionais, além do retorno à transgressão. Talvez por isso um autor como Antônio L. Paixão (PAIXÃO, 1987, p. 9) tenha chamado a penitenciária de *universidade do crime, por nela haver a possibilidade de aperfeiçoamento de técnicas delinquentes* que, obviamente, serão utilizadas pelos egressos do sistema na prática de novos delitos⁷⁴.

A partir do momento que alguém entrava na prisão se acionava um mecanismo que o tornava infame e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delincente. Caía necessariamente no sistema que dele fazia um proxeneta, um policial, ou um alcagüete. A prisão profissionalizava. Em lugar de haver, como no século XVIII, estes bandos nômades que percorriam o campo e que frequentemente eram de grande selvageria, existe, a partir daquele momento, este meio delincente bem fechado, bem infiltrado pela polícia, meio essencialmente urbano e que é de uma utilidade política e econômica não negligenciável (FOUCAULT, 2003, P. 133).

Foucault (*Op. Cit.*, p. 132) também descreve com propriedade como os delinquentes eram usados contra os operários no século XIX, pois despertavam um imenso ódio, em decorrência de

⁷⁴ “Recolhendo produtos socialmente definidos como deteriorados, as penitenciárias não apenas os expõem a técnicas de sofrimento, como oferecem a essa matéria-prima um espaço de interação e aprendizagem, do qual resulta a ‘conversão’ de novos adeptos a uma perspectiva criminosa. São, nesse sentido, *universidade do crime*, local de socialização e aperfeiçoamento de técnicas delinquentes”. (PAIXÃO, L. A. 1987, p. 9).

posições contraditórias que ambos assumiam, no curso de lutas políticas e sociais, *em missões de vigilância, de infiltração, para impedir ou furar greves*, dentre muitas outras ações estimuladas pelos agentes hegemônicos para enfraquecerem movimentos sociais.

A delinquência era algo muito útil para ser desprezado, por justificar a presença da polícia na sociedade e, desse modo, possibilitava que a burguesia possuísse uma força armada e fiel à sua ideologia e que fosse mantida pelo Estado, servindo para manutenção da propriedade privada, portanto, das desigualdades espaciais. Nesse contexto, a delinquência foi alimentada durante o século XVIII, por sua utilidade como instrumento de controle social:

A sociedade sem delinquência foi um sonho do século XVIII que depois acabou. A delinquência era por demais útil para que se pudesse sonhar com algo tão tolo e perigoso como uma sociedade sem delinquência. Sem delinquência não há polícia. O que torna a presença policial, o controle policial tolerável pela população se não o medo do delinqüente? Você fala de um ganho prodigioso. Esta instituição tão recente e tão pesada que é a polícia não se justifica senão por isto. Aceitamos entre nós esta gente de uniforme, armada enquanto nós não temos o direito de o estar, que nos pede documentos, que vem rondar nossas portas. Como isso seria aceitável se não houvesse os delinqüentes? Ou se não houvesse, todos os dias, nos jornais, artigos onde se conta o quão numerosos e perigosos são os delinqüentes? (FOUCAULT, M. 2003, p. 138)

Ainda hoje este uso da delinquência descrito por Foucault tem sido bastante útil política e economicamente. Haja vista todo circuito econômico formado pelas empresas de segurança privada, de vigilância patrimonial, de câmeras de segurança, cercas elétricas, carros blindados, seguros, condomínios fechados. Sem considerar toda mídia, televisiva e impressa, que explora eventos criminais, generalizando-os e associando-os a determinados perfis ou grupos sociais quase sempre originários nos segmentos mais pobres e periféricos da população.

.....

É o mesmo uso político da delinquência, nos discursos mais conservadores, que sustenta a expansão desenfreada dos recursos para equipar melhor a polícia com novos armamentos, carros mais potentes, coletes e outros equipamentos tecnológicos com o argumento que é esta a fórmula ideal para garantir mais segurança à sociedade através de mais prisões. Investimento oneroso, cuja continuidade e aceleração têm comprometido parte significativa do orçamento do Estado, principalmente das secretarias gestoras do sistema penal, como também limita o atendimento de outras demandas sociais como será visto, a seguir, nos capítulos 2 e 3.

Capítulo 2

Os paradoxos da prisão

Capítulo 2

No capítulo 2 serão demonstradas algumas das principais questões relacionadas à formação dos sistemas penais, como objetos geográficos funcionais às hegemonias de cada período histórico. Processos como a tropicalização dos modelos penais no Brasil, a formação do sistema prisional contemporâneo e os paradoxos inerentes à natureza da pena privativa de liberdade também foram estudados, reconhecidos, analisados e discutidos.

Desigualdades e justiça

O sistema penal de uma dada sociedade não é um fenômeno isolado sujeito apenas às suas leis especiais. É parte de todo sistema social, e compartilha suas aspirações e seus defeitos.

Rusche e Kirchheimer

A prisão pode ser considerada uma *pena geográfica por excelência por punir os detidos pela distância mantendo-os excluídos, em edifícios fechados com classificação e segregação interna. É um tipo de pena onde o próprio espaço geográfico se torna punitivo* (MILHAUD, 2009, p. 15).

Ao mesmo tempo em que isolam as prisões procuram conectar, de algum modo, os presos à cidade e à totalidade da sociedade. Os determinantes do aprisionamento, e a regulação desses fluxos de pessoas têm sido feitos por tipos particulares de poder que merecem ser mais bem conhecidos.

Para Nietzsche (Humano, p. 65) *a justiça é retribuição e intercâmbio sob o pressuposto de um poderio mais ou menos igual*. Devido às enormes desigualdades no mundo contemporâneo quanto às estruturas sociais, políticas e práticas do poder, nas condições atuais a justiça torna-se apenas o predomínio da vontade do mais forte.

Deste modo, contraria, dialeticamente, sua própria etimologia⁷⁵, pois o significado original da justiça seria equidade⁷⁶. No entanto, Marx já criticara a falácia desta *justiça pura* forjada pelo

⁷⁵ A própria prisão possui um funcionamento fundado em uma relação de trocas desiguais e assimétricas. Pois, parte-se do fato de que, para cada ato de transgressão, deve ser buscado um equivalente no quantum de liberdade que será retirada do transgressor.

⁷⁶ Conforme, por exemplo, defende Aristóteles em *Ética a Nicômano* (1987, p. 96).

direito burguês, pois o direito no capitalismo se realizaria nas relações desiguais de troca, com origem em estruturas, economias e sujeitos também desiguais. Daí sua máxima, pois a justiça não teria como significado “*a cada um conforme o seu mérito, mas sim a cada um conforme a sua necessidade*”⁷⁷. Para o fundador do marxismo, as relações jurídicas são criadas a partir de relações econômicas (MARX, 1961, p. 214), portanto impregnadas de conflitos, disputas, interesses específicos ou particulares. As hegemonias da sociedade capitalista respondem por essas assimetrias do poder e da justiça.

A ideia de consenso que legitima as práticas da justiça e do sistema penal foi buscada na concepção gramsciana, pois hegemonia e cultura se encontram dentro de um sistema de forças⁷⁷, cujos agentes buscam formas de consentimento por meio de ações políticas, como expressões de suas concepções do mundo. Faz parte então de suas estratégias influenciar a cultura, bem como a direção e significado dos processos sociais por meio de uma ideologia concebida pelas classes dominantes, mas que contém elementos sedutores para as classes mais baixas que, se sentindo representadas, contraditoriamente, também passam a defendê-la⁷⁸:

Dentro da concepção gramsciana de hegemonia, o conceito de ideologia tem um lugar central. Gramsci a definiu, diferentemente de Marx e da teoria do reflexo, como uma concepção de mundo que se manifesta implicitamente dentro dos campos da arte, do direito, das atividades econômicas, ou seja, dentro de todas as manifestações da vida individual e coletiva (CHATELET et alli, 1986, p. 355).

As práticas hegemônicas de sucessivas classes dirigentes, na Europa e em outras regiões do mundo, foram conseguidas pela combinação de duas esferas – *o conjunto dos órgãos culturais e políticos que asseguram a homogeneidade ideológica, em relação ao sistema de valores das classes mais baixas, e os órgãos repressivos do Estado, que compõem a sociedade política* (CHATELET et alli, 1986, p.354). A utilização massiva da justiça criminal contra as classes populares, com apoio generalizado, inclusive de parcelas das camadas mais baixas decorre da práxis dessas hegemonias.

⁷⁷ Uma discussão acerca desses fundamentos da teoria gramsciana pode ser encontrada em ANGELI (2011, pp. 123-132).

⁷⁸ “A ideologia é o cimento do bloco social dominante, mas ela também marca as classes dominadas, ela imprime sua marca ao conjunto das superestruturas políticas, jurídicas, religiosas, culturais e científicas, irriga o conjunto da sociedade civil. Uma classe social não pode ter a pretensão de ser hegemônica se ela não dispõe de uma ideologia própria, na qual o nível mais elaborado (“*a filosofia*”) possa rivalizar vitoriosamente com os outros conceitos de mundo”. CHATELET et alli, 1986, p. 356.

O Estado detém o monopólio de coordenação dos atuais órgãos de justiça, em particular a justiça criminal. No entanto, como o Estado se organiza a partir da sociedade civil, com ela pode estabelecer relações contraditórias (como usar o Estado contra quem o sustenta).

Esta contradição já tinha sido descrita por Antônio Gramsci, ao analisar o funcionamento da *sociedade civil* (o que ele chama de organizações privadas, como os sindicatos, os partidos, as associações, igrejas, jornais) e da *sociedade política* (o próprio Estado) (GRAMSCI, 1984).

Segundo Gramsci, as organizações que se pretendem hegemônicas buscam um consenso, razão pela qual lutam pela hegemonia cultural e política por meio do consentimento em torno de um projeto universal (que, ao menos em aparência, parece representar o interesse de todos). Mais contemporaneamente, nos regimes democráticos atuais, as hegemonias têm sido fundadas pelo consentimento, mas também pela força. O sistema de justiça criminal funciona por meio desses pares dialéticos, cada qual utilizado com maior ou menor intensidade dependendo-se do grupo que chega ao poder e assume o controle do aparelho de Estado.

Os grupos dominantes sempre se utilizam de ideologias (forjadas, por exemplo, por intelectuais engajados), transformadas em “verdades” que são difundidas como sendo válidas para toda sociedade⁷⁹. Essa premissa gramsciana tem sido válida para uma análise crítica do sistema prisional, pois ele é útil para uma parte menor da sociedade, em detrimento de uma grande maioria menos privilegiada política e economicamente, justamente aquela que deve ser, potencialmente, reprimida pelos sistemas policial e prisional.

⁷⁹ “Se a hegemonia é definida como o domínio por meio do consenso e do reconhecimento, percebemos que sua produção se inscreveu antes de tudo nos corpos e nos hábitos dos trabalhadores como marca de uma vida obrigada, mesmo que feita com a imprecisão da palavra liberdade: ‘o povo do campo, expropriado à força da terra, expulso e feito vagabundo, foi chicoteado, marcado a fogo e torturado por leis grotesco-terroristas [com vista] à disciplina necessária ao trabalho assalariado’. E mais à frente Marx arremata: ‘No decurso da produção capitalista, desenvolve-se uma classe operária que, por educação, tradição, hábito, admite as exigências daquele modo de produção como evidentes leis naturais’. A disciplina consta de um estado de subordinação cujo horizonte social se restringe às amarras das relações de reprodução do capital”. (MENEGAT, 2012, p.92).

Globalização, neoliberalismo e prisões

A globalização tem alterado profundamente as políticas prisionais, de forma direta e indireta. A grande mobilidade que ganhou o capital (produtivo e especulativo), atravessando fronteiras velozmente, modificou o funcionamento das economias dos territórios nacionais, marcando o surgimento da globalização. Mas também provocou diversas outras mudanças, como a desregulamentação dos mercados (de trabalho, de consumo), e direcionamento de recursos sociais do Estado para fortalecer o sistema penal. É assim que o Estado geral de insegurança, criado pela fragilização das áreas sociais, tem recebido como respostas a hipertrofia de um Estado penal.

Nesse contexto, Loicq Wacquant aponta como a criação de diversas ideologias têm viajado através das fronteiras nacionais, e ganhado respaldo pela ação de grupos de pressão atuando no interior dos países como criminólogos de direita, policiais, políticos e empresários do ramo de segurança privada (WACQUANT, 2001, 2005). Com isso, esses grupos têm forçado mudanças no sistema penal dos países, por conta das pressões de grupos de interesse que, dentre inúmeras outras conseqüências, têm resultado em um brutal encarceramento em massa nos países ocidentais, em escala planetária, salvo raras exceções⁸⁰.

Wacquant também argumenta que a expansão do sistema prisional não se sustenta no conhecimento das reais funções exercidas pela prisão contemporânea, mas sim em um discurso falacioso que busca sua legitimidade. Em uma interpretação reducionista, o boom carcerário seria, apenas, reação ao aumento da criminalidade. Mas, também, uma forma de combater a impunidade, remediadas *somente com soluções do tipo tolerância zero*.

Esta tem sido a política dos governos neoliberais que promovem hipertrofia dos sistemas policial e prisional, em detrimento do atendimento de outras demandas sociais pelo Estado. A prisão da era da globalização é então usada como *um bode expiatório usado para reagir ao sentimento generalizado de insegurança causado pelas políticas neoliberais*. O aumento das estatísticas da criminalidade seria conseqüência também desta política, ou seja, do direcionamento mais preciso das forças policiais para criminalização de ações que, antes, eram tratadas de outra forma ou, simplesmente, ignoradas. Esse processo é muito mais grave no Brasil,

⁸⁰ A Holanda, por exemplo, tem fechado prisões, por conta da baixa demanda. E não temos dados suficientes para sustentar a afirmação para a maioria dos países africanos e asiáticos.

tanto por conta das heranças perniciosas dos séculos de escravidão e exploração, quanto pela natureza atual dos governos serviçais às hegemonias nacionais e internacionais reprodutoras de desigualdades espaciais.

A hipertrofia carcerária, pela expansão do sistema prisional, é expressão visível no território usado por sistemas que servem às políticas neoliberais, somados às estratégias que buscam segurança pelos usos dos sistemas policial e prisional. Essa política, sem ser exatamente uma resposta direta ao aumento da criminalidade, implica em maior repressão, criminalização da pobreza e aprisionamento massivo de determinadas parcelas da população.

Essas políticas criminais têm sido sustentadas, na era da globalização, por ideologias da segurança criminal reacionárias. Invertem-se as razões, e escondem-se as verdadeiras causas dos problemas sociais com uma cortina de fumaça, pois as respostas contra o crime são consideradas pelas ideologias liberais como simples reações à opção arbitrária, portanto “natural” da escolha do indivíduo pelo crime.

Como se trata de uma análise geográfica, não será possível ignorar os volumes de recursos investidos na construção e modernização de prisões. Nem mesmo os gastos com seus equipamentos e serviços, o que será objetivo de análise do Capítulo 3.

A prisão tem se tornado um grande negócio, o qual responde rapidamente à valorização do capital. Mesmo que a expansão do sistema prisional desorganize parcelas do território de países como o Brasil pela inversão de investimentos e aprofundamento das desigualdades espaciais.

Hegemonias e sistema penal no Brasil

“O sistema penal no Brasil é apresentado como igualitário, atingindo igualmente as pessoas em função de suas condutas, quando na verdade seu funcionamento é seletivo, atingindo apenas determinados grupos sociais, a pretexto de suas condutas” (BATISTA, 2007, pp. 25-26).

O funcionamento do sistema penal no Brasil contraria direitos ao agir contra certos grupos destacados no conjunto total da população, o que demonstra seu caráter de instrumento de defesa de interesses hegemônicos, pois as classes mais carentes são, praticamente, as únicas punidas com a pena privativa de liberdade.

A polícia e a prisão são instrumentos centrais dessa política de controle e punição dos mais pobres, sendo instituições que possuem inúmeras características presentes nos Estados autoritários como a obscuridade no trato das informações, torturas, desrespeito às leis e direitos dos detidos, ou o uso de sistemas repressivos de forma deliberada contra determinados segmentos da população. Essas características revelam ausência parcial ou total dos fundamentos do Estado de direito no funcionamento dessas instituições⁸¹, escolha política do projeto das elites brasileiras, segundo Regina Célia Pedroso:

Avaliando o processo histórico que expressa a configuração do Estado - Nação brasileiro, identificamos a persistência de um viés autoritário sustentado pelas elites. Os regimes nacionalistas, de uma forma geral privilegiam a autoridade em detrimento do consenso; concentram o poder político em torno de poucos, secundarizando as instituições representativas, que passam a ter um caráter meramente cerimonial; a liberdade é restrita; as oposições são suprimidas ou coagidas à simulação (PEDROSO, 2005, pp.47-48).

Como consequência desse funcionamento classista e seletivo do sistema penal no Brasil, ele serve mais aos poderes hegemônicos do que à totalidade da população brasileira. O sistema penal, braço ideológico e repressivo do Estado, orienta o funcionamento da polícia e dos tribunais. Mas, como sistema ideológico, constitui-se em sistemas de pensamento, em visões de mundo, cuja difusão para aceitação popular fica sob responsabilidade da *grande mídia*⁸².

Segundo Loicq Wacquant, no caso dos EUA, um dos modelos penais seguidos pelo Brasil, *o Estado Penal foca suas ações no subproletariado negro nas grandes cidades; nos miseráveis, inúteis e insubordinados à nova ordem econômica. Mas também naqueles que, compondo frações desqualificadas da classe operária, recusam o trabalho mal remunerado e se voltam à economia informal das ruas, dentre outras atividades, ao tráfico de drogas* (WACQUANT, 2001, 2005). Portanto, para ele, a nova economia americana não é apenas a da internet e das tecnologias de informação, mas também a que industrializa o castigo. O processo de criminalização descrito por Wacquant possui grandes semelhanças com o que tem ocorrido no Brasil, no entanto, aqui há

⁸¹ “Os Estados de Direito não são nada além da contenção dos Estados de Polícia, penosamente conseguida como resultado da experiência acumulada ao longo das lutas contra o poder absoluto” (ZAFFARONI, 2007, p. 169)

⁸² O termo *grande mídia* será utilizado para representar o conjunto de meios de difusão de notícias e informações formado por grandes empresas, como canais de televisão, jornais impressos e rádios, todos eles – com grande capacidade de produzir ou repercutir notícias para todo o país – são de propriedade ou estão a serviço das elites políticas e econômicas. No Brasil, a grande mídia atrela-se, quase sempre, à defesa dos interesses hegemônicos, é reacionária e toma partido em diversos embates de ideias. Bem como, por diversas vezes, procura influenciar resultados eleitorais, ou políticas de Estado, mas defende-se atrás de uma suposta neutralidade. Faz parte desse conjunto: canais de TV – Rede Globo, Bandeirantes, Record; - Jornais impressos: Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo e o Globo dentre outros.

outras particularidades. Na intensa criminalização dos mais pobres no país, são incluídos os moradores de periferia, as pessoas menos instruídas oriundas das classes mais baixas; os usuários e portadores de drogas ilícitas em pequenas quantidades (condenados, muitas vezes, como traficantes); os trabalhadores informais, como pequenos agricultores e proprietários de terras (incluídos por crimes relacionados à “questão ambiental”, que pune os pequenos, mas é conivente com os grandes crimes, praticados por empresas mineradoras, petrolíferas, madeireiras, com consequências catastróficas em enormes sistemas naturais ainda existentes no território brasileiro). A pena privativa de liberdade com cumprimento inicial em regime fechado tem sido aplicada, principalmente, contra autores de furtos, roubos e tráfico de drogas.

O problema da droga está situado no nível econômico e ideológico. Com a transnacionalização da economia e sua nova divisão do trabalho, materializam-se novas formas de controle nacional e internacional. Foi criado todo um sistema jurídico-penal com a finalidade de criminalizar e apenar determinadas drogas. O sistema neoliberal produz uma visão esquizofrênica das drogas, especialmente a cocaína: por um lado, estimula a produção, comercialização e circulação da droga, que tem alta rentabilidade no mercado internacional, e por outro constrói um arsenal jurídico e ideológico de demonização e criminalização desta mercadoria tão cara à nova ordem econômica (BATISTA, 2003, p. 82).

A obscuridade dos Códigos Penais, o funcionamento repressivo e autoritário da polícia, a ausência de assistência jurídica de qualidade aos mais pobres são outras características encontradas no sistema penal brasileiro. Como o *direito pode ser simultaneamente aparelho ideológico e repressivo do Estado* (CHATELET, 1978, p. 123), *por isso, no âmbito de sua função de legitimação do poder moderno, ele encontra sua mais forte sustentação em uma falácia ideológica: aquela de que a lei é feita pelo e para o homem* (ibidem). A elitização na discussão e reelaboração das leis é responsável por parte significativa dessas questões.

Regina Célia Pedroso (2005, p. 48) demonstra como a ciência jurídica serve à dominação, quando associada à prática política hegemônica comandada pelas elites. E revela como *a mentalidade autoritária no Brasil teve pressupostos básicos no modelo jurídico, no poder centralizado e elitizado e na organização das forças policiais que se incumbiram de perseguir as camadas sociais desprivilegiadas* (PEDROSO, 2005, p.49). Deste modo, segundo a historiadora, *ordem pública e segurança interna encontram-se na construção da ideologia do Estado* (Ibidem).

Um breve resumo dos principais agentes sociais que constroem, alimentam e fortalecem ideologias opressoras, direcionando as forças do Estado para reprimir os mais pobres que, para as elites, são construtos representativos do medo (violência, desordem):

- As elites político-econômicas, ou dos agentes sociais que se beneficiam das desigualdades espaciais no Brasil;
- As mídias corporativas (em especial a TV), que atuam na difusão das ideologias repressivas e servem, também, como agência informal de criminalização;
- O Estado, operador do sistema de justiça criminal, com seus três braços principais
 - O legislativo: elaboração de toda legislação penal, criminal e de organização dos sistemas policial e prisional
 - Judiciário: funcionamento dos tribunais, que atuam de forma discriminatória e seletiva, respondendo favoravelmente às ideologias dominantes
 - Executivo: controle e organização das polícias, ou dos braços armados do Estado.

Retomando a análise de Michel Foucault, a respeito do *governo de si e governo dos outros*, Béatrice Hibou argumenta que *o poder não se impõe de cima, mas ele age também sobre os desejos, sobre esses elementos positivos que fazem os indivíduos agirem (...) os desejos são assim penetrados por técnicas de governo e controle* (HIBOU, 2011, p. 79). Assim também tem sido organizado o sistema penal no Brasil.

A construção teórica de uma rígida moral também pode ser feita como instrumento hegemônico de controle social. A constituição de uma ideologia em torno do mundo do trabalho, opondo dicotomicamente os pares ordem/desordem, cidadão de bem/criminoso, utilizada para condução das massas e que, no caso do SJC, trata os transgressores dessa moral com toda força do aparelho policial, ideologia eficiente para colocar em marcha um processo de *purificação urbana*, sendo as prisões as forças centrífugas das dinâmicas sociais das cidades, como analisa Regina Célia Pedroso:

A representação deste mundo da desordem foi sendo construída no imaginário coletivo desde o final do século XIX e, nada mais era, que o oposto ao mundo do trabalho. Representava, dessa forma, o elemento fundamental para a manutenção do modelo social. A existência do crime, da vagabundagem e da ociosidade justificava o discurso de exclusão e perseguição policial às camadas populares pobres e despossuídas. Assim, a segurança pública terminava por ditar a racionalidade do sistema. A polícia, além de enfrentar a desordem, limitando e circunscrevendo as camadas populares a certos

espaços públicos, também era incumbida diretamente da moralização das massas. Aliado ao trabalho incessante da vigilância policial, a construção de prisões, colônias correcionais, asilos, manicômios etc., apresentou-se como práxis desse discurso que pregava a “purificação” urbana (PEDROSO, 2005, pp.52-53).

A ação das mídias corporativas garante apoio e legitimidade popular ao SJC que, dialeticamente, com o discurso ideológico de ser eficiente para proteção da sociedade como um todo, é usado principalmente contra as próprias camadas mais pobres da população⁸³.

A constituição dessas hegemonias responde às particularidades da formação socioespacial nacional (dos países onde se constituem). Mas, no geral, esses elementos se encontram presentes no processo de organização de um seletividade penal seletivo, cujo filtro se dá a partir de interesses particulares ligados ao Estado e às hegemonias que se constituíram para governo do território nacional, ou ainda como *a seletividade é um dispositivo social e jurídico de reafirmação da punição intrínseco a sociedades desiguais, regimes políticos e justiça hierarquizadas*⁸⁴. No caso da formação socioespacial brasileira,

O conceito de criminoso é estabelecido a partir da constituição de um universo de exclusão social, definindo quem são os perseguidos. Considerando essa construção mental que leva em consideração padrões comportamentais, utilidade econômica e eficiência política, é que a delimitação das camadas excluídas (leia-se criminosas) é edificada. Nesse sentido, podemos concluir que os aspectos para a ordenação da sociedade são aspectos concretos que visam a ordem política, a organização perfeita do modelo econômico e, por fim, o estabelecimento de uma linha comportamental que perpassa todos os grupos sociais (PEDROSO, 2005. pp-41-42).

A demonstração dessas linhas gerais de organização, bem como de diversas particularidades em algumas formações socioespaciais nas quais a prisão alcançou grande sucesso, serão apresentadas a seguir.

⁸³ “Agora, as classes dominantes, servidas pelas novas ideias de crescimento e pela força da publicidade e da informação, já não necessitam da proximidade para persuadir e vigiar cada quarteirão da sociedade. Agora, a base do poder e a produção do consenso situam-se em relações abstratas simbólicas mais impessoais e distantes, superpostas à herança do clientelismo e do paternalismo característicos da fase anterior” SANTOS, 2004, p. 8.

⁸⁴ Fonte: NU-SOL. Verbetes. Acesso em 03/03/2013. <http://www.nu-sol.org>

Formação territorial do sistema penal

Em relação à sua difusão, a pena privativa de liberdade alcançou grande sucesso, universalizando-se em sistemas penais de, praticamente, todos os países do mundo. No entanto, recentemente, a partir da segunda metade do século XX, o sistema prisional tem se expandido com maior velocidade em sociedades mais desiguais.

Conforme definição de Maria Adélia Aparecida de SOUZA⁸⁵, a formação socioespacial é esta síntese do mundo recortada por fronteiras nacionais, o modo como a totalidade vai se empiricizando no processo de formação territorial de um país. E vai forjando, conjuntamente aos conteúdos do território nacional, novos objetos e sistemas funcionais reorganizando o território para continuar a servir a diferentes usos por esses sistemas e pela sociedade.

Os sistemas que servem à justiça criminal - como o policial e o prisional - são objetos inacabados, em contínua transformação, expansão e modernização, expressando diferentes dinâmicas da totalidade social e das desigualdades espaciais do tempo presente.

No caso do Brasil, a prisão tem sido um instrumento político com legitimação jurídica para o uso de um território profundamente desigual servindo, quase sempre, como instrumento de controle social:

É a adequação das expectativas do banido às condições de sua classe que irão servir de solo para a elaboração da opinião que lhe é recomendável ter para viver sem problemas com a lei e a ordem neste tipo de sociedade. A prisão passa a ter esta importante função modelar e propedêutica no universo dos negócios da república. A economia política, que substituiu a fisiocracia mercantilista, opera num território histórico em que os produtores e os meios de produção já estão completamente separados e, portanto, não é mais um problema econômico de primeira ordem induzir os sem-trabalho às portas das fábricas. Os mecanismos de acumulação nos países centrais não agem mais por meio dos métodos bárbaros da acumulação primitiva e as formas de dominação podem centrar-se mais no convencimento da própria lógica legitimada pelas relações de troca – que conforma a base das relações de produção do capital como “leis da natureza” – do que pela força da chibata (MENEGAT, 2012, p.93).

A prisão não é um dispositivo imóvel e estático, pois para ser eficaz e cumprir seus propósitos, ela deve se refazer a cada dia, se reconstruir, rever seus métodos, procedimentos, estratégias e tecnologias. É isso que transforma a prisão em um objeto dinâmico, em mutação permanente, como verdadeira *usina de fabricação da contenção e das restrições* que recairão

⁸⁵ Conceituação construída em teorização feita pela professora Maria Adélia Aparecida de Souza, e que tem sido explicitada em diversas aulas em cursos de pós-graduação, principalmente na USP, e em conferências públicas em diversas localidades do país.

sobre o corpo dos condenados.⁸⁶ No caso dos trabalhadores livres, coagindo-os a aceitarem condições que, sem uma grande força de persuasão para mantê-los distantes da transgressão, seria insuportável o fardo da exploração cotidiana⁸⁷.

O dinamismo da prisão tem origem na totalidade mundial, diretamente ligado aos movimentos da política, da economia, da cultura e dos processos relacionados aos usos do território de um país. Seu enorme sucesso, com grande difusão pelos territórios dos países ocidentais, decorre, principalmente, de sua associação direta como instrumento ideal de manutenção da ordem pública. Sensação ilusória de segurança criada pela exclusão temporária, por um período variável de tempo, do transgressor ou delinqüente da convivência social⁸⁸. O sentimento de vingança das vítimas contra os criminosos, revelado pelos desabafos frequentes, é muitas vezes explorado de forma sensacionalista pela grande mídia, a qual alimenta o desejo e a demanda por mais prisões.

A organização sistêmica das unidades prisionais busca maior eficiência nos usos do território pela prisão, pois diferentes unidades prisionais são organizadas espacialmente possibilitando maior racionalidade na modulação do cumprimento da pena privativa de liberdade, conforme os desígnios hegemônicos (exclusão, neutralização etc). A especialização funcional também é uma das características do sistema prisional, resultando na criação de diferentes unidades prisionais como aquelas para menores, mulheres, criminosos sexuais. Ou ainda separadas por regime de pena condenação (aberto, semi-aberto ou fechado).

A configuração do sistema prisional brasileiro, como existe hoje, se constitui pela assimilação de técnicas, normas jurídicas e tecnologias punitivas desenvolvidas em diferentes países. Dentre eles, temos a França (primeiro país a implantar a pena privativa de liberdade); a

⁸⁶ «Il faut comprendre que la prison (nous nous limitons ici à l'expérience carcérale) n'est pas immobile, comme un mur inerte et posé là une fois pour toutes, un état de fait fini et matériel! Elle est prison à chaque seconde, et devient nouvelle prison chaque seconde qui suit : elle est en mouvement, elle respire et agit, activement, à être c'est qu'elle est. Elle ne peut pas se relâcher, elle produit de la prison au jour le jour, c'est une usine de fabrication de la contrainte par corps ». (MARZANO, M. *Op. Cit.* P. 420)

⁸⁷ « Na sociedade burguesa madura, então, a punição tem servido como indicador do nível exigido de adiamento dos desejos e necessidades das massas e de elaboração, por estas, das suas condições de vida, levando-as a considerar razoável o que é insuportável » (MENEGAT, 2012, p.93).

⁸⁸ «La peine de prison, privation de liberté pour un temps donné, est une des sanctions pénales les plus couramment utilisées dans les pays occidentaux à l'heure actuelle. Permettant à une mise à l'écart temporaire du contrevenant, cette pénalité fonde son existence sur un principe de maintien de l'ordre public ». (LOPES e STAMATIONS, 2004. p. 750).

Austrália (desenvolvimento do sistema de progressão por regime de pena); a Inglaterra (criação de um sistema de pontos, conquistados pelo prisioneiro, condição para se conquistar a liberdade condicional); os Estados Unidos da América (sob inspiração religiosa, principalmente dos *quakers*, criaram o regime celular individual e coletivo), e a Rússia (criação da arquitetura panóptica, pela primeira vez utilizada em um estaleiro para controle e monitoramento da ação de operários), para ficarmos somente nos principais modelos. De modo geral, pode-se dizer que os sistemas penitenciários contemporâneos implantados nos territórios dos países do mundo capitalista ocidental originaram-se, inicialmente, a partir dessas contribuições. Como o sistema prisional brasileiro que é progressivo e possui unidades especializadas, sob gestão dos estados federativos e da união.

No caso da França, durante a revolução francesa (principalmente entre 1791 e 1815), as primeiras prisões foram instaladas em estabelecimentos já existentes, e em locais deixados vagos pelo clero e que estavam localizados, principalmente, nas áreas centrais das cidades ((HÉRICHER, p. 63, 2009). Em geral, esse aprisionamento inicial servia para excluir os indesejáveis da livre convivência com o restante da sociedade, impedindo sua circulação pelo território das cidades francesas.

No caso francês, a pena privativa de liberdade nasceu no contexto das racionalidades combativas das arbitrariedades da vingança. Como produto do iluminismo forjado pelos filósofos franceses⁸⁹, que aperfeiçoaram a detenção em cela criada séculos antes para penitência dos clérigos que *desafiavam a autoridade da igreja*⁹⁰, e que fora aperfeiçoada por religiosos dos EUA, o cárcere no período pós-revolução francesa fora colocado a serviço de uma nova moral. Ela, que passa a considerar os corpos dos sujeitos, e o controle dos seus movimentos no território

⁸⁹ “Aos filósofos sociais do século XVIII, o suplício aparecia como realidade degradante, a apontar para outras chagas sociais mais profundas e significativas. A sociedade e o Estado que supliciam criminosos são entidades vingativas e, portanto, irracionais e arbitrarias. Em contraste, a ideologia iluminista, definindo a sociedade como força moral e a coesão social como produto de contratos racionais entre indivíduos, transfere o tema da punição do crime para outros planos, distintos do exercício cego da razão.” (PAIXÃO, 1987, p. 18).

⁹⁰ Las primeras y embrionarias formas de sanción utilizadas por la iglesia se impusieron a los clérigos que habían delinquido en alguna forma; es muy aventurado hablar verdaderamente de delitos; mas bien se trataría de infracciones religiosas que resultaban desafiantes de la autoridad eclesiástica o que despertaban una cierta alarma social en la comunidad religiosa. Esta naturaleza necesariamente híbrida – al menos en un primer momento – explica bien por qué estas acciones provocaron, por parte de la autoridad, una respuesta todavía de tipo religioso sacramental. Se entiende también que se inspirara esta en el rito de la confesión y de la penitencia, pero acompañando-la – debido a la índole específica de estas acciones – con otro elemento: la forma pública. Así nació el castigo de cumplir la penitencia en una celda, hasta que el culpable se enmendara”. (MELOSSI, PAVARINI, 1985, p. 22).

praticado, como fundamentos da manutenção e prática política dos novos poderes. Este é o mecanismo que passou a sustentar uma ordem legal repressiva que serviu - no novo arranjo político - para dar unidade ao Estado moderno no controle do seu território de forma centralizada⁹¹.

A França também constituiu outras unidades para confinamento e exclusão como as clínicas, onde idosos que perderam sua autonomia passam seus últimos dias, sob cuidados médicos; a internação psiquiátrica involuntária; os centros de detenção de estrangeiros; a detenção domiciliar; a estadia em módulo espacial ou submarino. A diferença maior entre elas e a prisão é o caráter repressivo da última⁹².

As contribuições funcionais dos EUA à prisão contemporânea foram os regimes pensilvânico e auburniano, ou seja, o desenvolvimento das possibilidades de privação de liberdade pelo isolamento total em cela individual dia e noite (primeiro caso), ou se em isolamento individual, durante a noite, e trabalho comunitário durante o dia. Os altos custos do regime pensilvânico têm fundamentado críticas ao modelo desde sua origem, apesar dele ainda influenciar a criação de prisões contemporâneas⁹³.

Outras contribuições vieram da Austrália e Inglaterra, principalmente, em relação à montagem de um sistema de pontuação que, baseado em atitudes que comprovavam bom comportamento dos prisioneiros, contribuíam para reduzir a duração do tempo total de condenação, pela conquista de um tipo de “voto de confiança” como significado da reabilitação do condenado.

⁹¹ Quanto à institucionalização da ordem legal repressiva, “ela corresponde a estágios iniciais do processo de construção do Estado-nação, quando os projetos centralizadores de elites emergentes ainda não haviam se incorporado em instituições nacionais capazes de canalizar, de modo eficaz, as lealdades particulares da população para o ‘centro’ político e de se contrapor aos efeitos centrífugos de poderes ou de identidades de base ‘local’ ou ‘regional’. (...) Daí a lei repressiva visar ao controle da violência privada e garantir a ‘expropriação política’ de fontes potenciais de oposição ao projeto centralizador das elites emergentes. Os direitos e interesses individuais são subordinados aos interesses coletivos do centro político, tornando-se a lei instrumento da preservação da autoridade central, da qual as instituições legais são meros instrumentos” (PAIXÃO, 1987, p. 13). Paixão ainda destaca que, por isso, a lei penal é o instrumento, por excelência, da ordem legal repressiva, lei que está subordinada aos interesses do Estado e das elites mediadoras.

⁹² “Mais la prison n’a pas le privilège de l’enfermement : les centres de rétention, l’internement psychiatrique, l’assignation à résidence, le séjour dans une capsule de satellite, ou dans un sous-marin, la fin de vie dans une résidence médicalisée, pour personnes âgées non mobiles, semblent être des expériences limites de contention des corps. » (MARZANO, 2011, p. 420).

⁹³ Como o Regime Disciplinar Diferenciado paulista praticado na unidade prisional localizada em Presidente Venceslau, interior de São Paulo, ou os modelos adotados na gestão de prisioneiros das unidades penitenciárias federais.

Devido a diversas razões, a maior parte desses modelos penitenciários fracassou. Fato comprovável pelas altas taxas de reincidência prisional entre 60% e 80%, em todo o mundo⁹⁴.

Modernizações incompletas do sistema prisional

As hegemonias políticas e econômicas de cada época interferiram no desenvolvimento do sistema penal. Elaboraões teóricas sobre a finalidade da pena induziam reformas e refuncionalização das prisões existentes. As teorias absolutas (retribuição) e relativas (prevenção geral e prevenção especial) criavam novos objetivos para a prisão, promovendo tanto alterações funcionais quanto mudanças nos usos do território da cidade e do país pela prisão⁹⁵. Mas também levaram a sucessivas reformas da prisão, com objetivo de aprimorar sua função, como será demonstrado a seguir.

Sistema de Filadélfia e as origens da prisão celular

No final do século XVIII houve a fundação do primeiro regime celular com a inauguração, em 1776, da penitenciária de Walnut Street Jail na Filadélfia (EUA). Essa localidade determinou como o regime ficou conhecido, como Regime Pensilvânico ou Filadélfico. Ele foi idealizado originalmente por Willian Penn, ex-detento aprisionado por perseguição contra suas crenças religiosas.

Com forma de prisão celular individual com silêncio total, o regime Filadélfico de início apresentou diversas contradições. Dentre as principais encontram-se os altos custos do aprisionamento em celas individuais, e as conseqüências humanas, pois parte significativa dos

⁹⁴ No Brasil a reincidência encontra-se em torno de 70%, e na Noruega – considerada como um dos países com menor reincidência prisional do mundo, a taxa é de cerca de 20%. Uma das razões do “sucesso norueguês” estaria no tipo de política penal adotada, fundamentada na garantia de boas condições de vida nas penitenciárias (com acesso a trabalho, estudo), e a organização do sistema penal a partir, exclusivamente, das *teorias da reabilitação*. Nos EUA a reincidência prisional é de, aproximadamente, 60%, e na Europa em torno de 55%. No entanto, nesses últimos ainda predominariam as teorias da pena que orientam que o sistema penal funcione com base nos esforços de dissuasão ou retribuição. Fonte: <http://www.pragmatismopolitico.com.br/2012/07/noruega-reabilita-maioria-criminosos-presidiarios-mundo.html> acesso em 11/10/2013.

⁹⁵ Retribuição : pagar um mal (crime) com outro mal (a pena), o que exprime a única finalidade da pena e é fundamentada na culpabilidade (ou seja, na prática do ato culpável, o crime). Já as teorias relativas foram concebidas como prevenção (proteção da sociedade), cujos fundamentos originaram-se no iluminismo, e fora subdividida em duas partes: prevenção geral e prevenção especial. A primeira deveria funcionar como uma ameaça coletiva (aos infratores em potencial), e também fortalecer a confiança no ordenamento jurídico-penal. Na prevenção especial, a pena tem por objetivo evitar futuros delitos, por isso, atua principalmente sobre quem já praticou um delito, e não como a comunidade como um todo (caso da prevenção geral). Com isso, procura evitar que quem a sofreu volte a delinquir, ou seja, sua finalidade é evitar a delinquência. Estas teorias se mostram ultrapassadas diante do dado de que, no território brasileiro, em 2010, cerca de 80% da população prisional era reincidente, apesar delas orientarem as decisões de muitos juízes brasileiros na atualidade.

prisioneiros enlouquecia. No entanto, além dos EUA, este sistema orientou a formação dos sistemas prisionais na Inglaterra, Alemanha, Bélgica, Suécia, Holanda, dentre outros países. Devido às críticas, houve sucessivas tentativas de reforma que resultaram no Sistema Auburniano, com origens também nos EUA.

Sistema Auburniano e a prisão coletiva com trabalho

O Sistema Auburniano possuía como característica principal o isolamento noturno e o trabalho durante o dia em silêncio absoluto⁹⁶. Desde o início, foi mais bem assimilado pelos governos nacionais, orientando a formação dos sistemas prisionais de países como Uruguai, Chile, Venezuela, Japão e o Brasil dentre outros⁹⁷. Entretanto, devido a dificuldades em relação à disciplina, organização e modulação do tempo na prisão, bem como ao fracasso da prisão com trabalho, houve outras reformas originando os sistemas progressivos.

Sistema de Montesinos ou sistema progressivo

Na Espanha do século XIX, na cidade de Valência, um senhor chamado *Manuel Montesinos* foi nomeado comandante do presídio correccional da cidade. Durante os anos em que dirigiu a instituição, ele implementou um sistema progressivo que serviu de modelo para outros países do mundo inclusive o Brasil.

No Sistema de Montesinos os prisioneiros passavam por três etapas durante seu tempo de aprisionamento: *Ferros* (aprisionamento celular na etapa inicial, onde o prisioneiro permanecia acorrentado pelos pés); *Prisão com Trabalho* comum e voluntário, por escolha do prisioneiro (que se não aceitasse seria mantido na etapa inicial) e *Liberdade Intermediária*, com trabalho exterior e retorno para pernoite no presídio.

A formação penal do território brasileiro

A organização do território brasileiro a partir de formas político-econômicas não democráticas, excludentes da maioria das pessoas dos direitos básicos de cidadania e processos de decisão⁹⁸, encontra-se com a constituição no país de um sistema penal altamente seletivo e

⁹⁶ O desrespeito a esta regra levava os detentos a receberem castigos físicos.

⁹⁷ No Brasil, a Casa de Correção da Corte foi a primeira instituição brasileira a adotar este regime prisional, ainda no século XIX no Rio de Janeiro.

⁹⁸ “Nos EUA e na Europa a aplicação da pena de prisão ocorre simultaneamente à ampliação dos direitos do indivíduo como cidadão (...) no Brasil, essa pena começou a ser utilizada quando o país ainda conservava uma

com grande caráter repressor. E, portanto, carregado de intencionalidades que refletem as políticas das elites. *Todas contrárias à consolidação das políticas que garantiriam a igualdade de direitos* pode-se dizer, desde o início da história Brasil e, de forma ainda escandalosa, até o presente⁹⁹.

A formação do sistema prisional brasileiro ocorre a partir de fins do século XIX, coincidindo com intenso êxodo rural, resultando em urbanização acelerada, pois as cidades eram o destino dos migrantes originários do campo brasileiro e, portanto, da formação de uma classe trabalhadora urbana. Processo decorrente dos esforços das elites que compunham uma nova hegemonia nacional identificada com a criação de um grande exército de mão de obra e consumo nas cidades, mas, simultaneamente, unida para negar aos novos sujeitos urbanos sua condição de igualdade, já conquistada pela obtenção do status de cidadão por pessoas de outros países¹⁰⁰.

Formavam-se nas cidades espaços fragmentados utilizados por sujeitos discriminados e estereotipados por suas origens étnicas e sociais, ou por sua condição econômica menos privilegiada. Foram essas pessoas os classificados pelas hegemonias vigentes, os quais passam a ser escolhidos para abordagens pelos agentes de polícia. Tipo de discriminação que ainda hoje, no começo do século XXI, exemplifica a ação seletiva da polícia, um dos sistemas repressivos do Estado¹⁰¹, que trata de forma distinta habitantes dos bairros considerados nobres, em relação aqueles das periferias pobres.

estrutura social cindida pelo escravismo e pelas diferenças e distâncias no acesso dos indivíduos à lei.” (SALLA, 1997).

⁹⁹ Segundo Fernando Salla (1997, p. 17) a penitenciária forjada pelas elites na transição do século XIX para o XX, ao lado de tantos outros mecanismos (técnicas de identificação, atuação do aparelho policial, etc, dentro do ideário positivista (de se buscar uma causa para o ato do crime na raça, em aspectos físicos e sociais), contribuiu no Brasil para a sobrevivência de correntes de pensamento contrárias à consolidação das teorias e práticas relativas à igualdade de direitos dos indivíduos.

¹⁰⁰ “Assim, no momento e, que desaparece a escravidão, que a constituição republicana reconhece um direito à cidadania um pouco mais ampliado, que o código penal de 1890 anula as distinções entre cidadão e escravo e prevê o uso predominante da pena de prisão, que teoricamente nivela as diferenças sociais, a gestação e a entrada em funcionamento da penitenciária do Estado vão significar o fortalecimento de um olhar que privilegia a dissimetria e a hierarquização entre os indivíduos, a partir de suas origens raciais, sociais ou mesmo nacionais, negando, pois, em muitas circunstâncias, a condição jurídica de igualdade do cidadão” (SALLA, Fernando Afonso. 1997, p. 17).

¹⁰¹ Dentre muitas notícias nos jornais ver, por exemplo, as seguintes matérias publicadas no Estadão (*PM de Campinas determina abordagem de suspeitos de 'cor parda e negra'* publicada em 23/01/2013, versão on line) e na Rede Brasil Atual (*Defensoria processa Polícia Militar por ordem racista em Campinas* publicado em <http://www.redebrasilatual.com.br> com acesso no dia 07/02/2013).

A tropicalização de modelos penais

No processo de formação territorial do Brasil, houve a adoção de sistemas penais estrangeiros. No entanto, houve “*tropicalização desses modelos penais*”¹⁰², ou seja, sua assimilação pelas elites que comandavam os processos de modernização incompleta da formação socioespacial brasileira.

Entre os anos de 1890 e 1940, houve rápida adoção das teorias positivistas e a adoção de modelos médicos como referência para tratamento da questão penal no país. Os intelectuais que representavam as elites da época se preocupavam com rupturas na organização social do Brasil, diante das profundas transformações que o país vinha sofrendo como o fim do Império e da Escravidão; a implantação da República, o aumento da população urbana com diversificação das camadas sociais que ocupavam o território das cidades em franca expansão. Diversas mudanças passaram a ocorrer como “*o início da especulação do valor sobre terras, nas periferias das cidades em áreas consideradas rurais - tomadas sem ônus pelas grandes companhias que se formavam*” (BARBOSA, 1987, pp. 266 e segs.).

Para as elites brasileiras, era fundamental criar formas de controlar - com uso do sistema penal - os mais pobres, os migrantes, os ex-escravos libertos e todos aqueles que ameaçassem o *status quo*, ou afrontassem diretamente sua situação de classe privilegiada no país. Para essas elites, as formas de controle autoritário eram necessárias, pois jamais consideravam o povo brasileiro pronto para a democracia¹⁰³. Talvez não seja por acaso, desde então, que todas as formas de reivindicação que tomam as ruas sejam vistas como “ameaças à ordem social”. Não sendo raras as vezes que são reprimidas com truculência policial e aprisionamento de suas lideranças, formas de ação penal fiéis à política criminal com filosofia penal repressora e totalitária¹⁰⁴, vigente em muitos períodos da história brasileira, inclusive atualmente.

¹⁰² É o que afirma Capeller, citando, principalmente, pensadores do Brasil da época como Nina Rodrigues e Euclides da Cunha. (CAPELLER, 1995, p. 26)

¹⁰³ « L'Histoire de la construction, des transformations et des déviations du chap pénal au Brésil, est celle d'une tentative constante de la part des élites pour s'assurer le contrôle de la société à leur profit. Dès l'époque de la République, il est vrai, ces élites considérant que le peuple brésilien n'était pas « prêt » pour la démocratie, n'ont cessé de balancer entre une conception libérale et un pragmatisme autoritaire. » (Ibid., p. 187).

¹⁰⁴ Segundo Delmas-Marty (1992, pps. 46-56), e de modo resumido, há três grandes correntes ideológicas que comandam as concepções das políticas criminais: as correntes **liberal**, **igualitária** e **totalitária**. A **corrente Liberal** foi influenciada pelas quatro grandes conquistas dos séculos XVII e XVIII: razão, natureza, indivíduo e propriedade. Seu legado para a posteridade é a de sustentar que a liberdade é fundada sobre a lei; A **corrente Igualitária** se dividia em duas: a do movimento libertário (ou anarquista), e aquela nascida do marxismo-leninismo e com tendência autoritária. Ela faz a crítica à corrente liberal, pois o liberalismo buscava manter uma democracia formal (apoiada em leis e instituições), mas cuja realidade não tinha nenhuma neutralidade, pois o conjunto de seus poderes fora fundado

Com origem européia, o conceito inicial de *política criminal* classificava o crime como algo estranho à sociedade e ao seu meio de vida e que, portanto, deveria ser deles eliminado. As diversas pesquisas e teorias sobre a formação do povo brasileiro, desenvolvidas a partir da reflexão sobre a influência de diferentes raças na sua formação, também condicionaram o surgimento de uma cultura penal no Brasil que, de modo amplo e bastante generalizado, promovia a discriminação de pessoas ligadas a raças consideradas inferiores.

A discriminação maior recaía sobre pessoas de ascendência negra e indígena, como consequência direta, no país, da ideologia do branqueamento da raça como uma estratégia “científica” de desenvolvimento nacional. O que também pode estar ligado ao fato, desde então, do surgimento no campo penal de uma cultura discriminatória dos mais pobres pela cor da pele e origem social, como seres inferiores e causadores de problemas nas cidades e que não se separava de uma estratégia de controle social, no meio urbano, através do sistema penal¹⁰⁵.

Quando o fracasso é condição para sucesso da prisão

No momento de escrita destas linhas, havia no território brasileiro mais de 500 mil pessoas atrás das grades. Nunca a prisão foi tão valorizada, e esteve presente, de forma insistente (como instrumento de justiça e de vingança), nos discursos da grande mídia conservadora.

A população prisional brasileira, dentro de alguns anos, será a terceira maior do mundo, atrás apenas dos EUA e da China. Enquanto a população do país cresceu 28% entre 1992 e 2012, a população prisional brasileira aumentou 380%, representando, em período aproximado, o terceiro maior ritmo de crescimento prisional do mundo atrás somente do Camboja (678%) e de El Salvador (385%)¹⁰⁶. Por isso, é bem provável que *a prisão seja uma daquelas instituições cujo*

em uma sociedade desigual, e dominada por forças sociais, notadamente econômicas. Já a corrente ***Totalitária***, também dividida em duas (fascismo e integralismo), visava a dominação total de uma nação ou raça, e possuía como uma de suas características uma autoridade encarnada em um chefe carismático que valorizava a si próprio a serviço dessa vontade de dominação.

¹⁰⁵ « Ainsi les idées racistes s'imposent-elles à La base du processus d'institutionnalisation du contrôle pénal. La typologie raciale du peuple brésilien se trouve utilisée de façon courante, non sans une connotation péjorative et propre à criminaliser les couches populaires. Son adoption « scientifique » par les instances de contrôle apparaît clairement dans les statistiques criminelles du début du siècle. Ce langage sert au milieu policier et judiciaire comme catégorie de classification des criminels. En outre, on observe la stigmatisation par la couleur dans les procédures pénales. Racisme et institutionnalisation d'une pensée criminologique émergente : nous voici de plein pied dans l'œuvre de Nina Rodrigues ». (CAPELLER, 1995, p. 27)

¹⁰⁶ “Segundo levantamento feito a pedido da BBC Brasil pelo especialista Roy Wamsley, diretor do anuário online *World Prison Brief* (WPB), nas últimas duas décadas o ritmo de crescimento da população carcerária brasileira só foi superado pelo do Camboja (cujo número de presos passou de 1.981 em 1994 para 15.404 em 2011, um aumento de 678% em 17 anos) e está em nível ligeiramente inferior ao de El Salvador (de 5.348 presos em 1992 para 25.949 em

sucesso reside, justamente, em fracassar em sua missão específica, como aponta Edmundo Campos Coelho:

É muito provável que a penitenciária seja, definitivamente, uma daquelas instituições que, paradoxalmente, são indispensáveis porque fracassam em sua missão específica. Quanto menos conseguem ressocializar e reintegrar à sociedade o criminoso, mais proliferam e mais recursos consomem (COELHO, 1987, p. 17).

O Estado não considera a prisão como um fracasso, pois, seguidamente às notícias propagadas pela grande mídia de episódios de crise (fugas, rebeliões, reincidência...), são propostas novas reformas ao sistema prisional. Coincidentemente, desde o século XIX, a defesa por reforma da prisão ganha relevância, principalmente, em períodos de fortes mudanças econômicas e sociais, o que tem coincidido com rupturas históricas ou mudanças no processo de urbanização e industrialização do país. Dentre outras razões, parece ser mesmo *o medo das classes mais pobres um forte motor desse debate* e, de tempos em tempos, do esforço de revitalização do sistema penal brasileiro¹⁰⁷.

Por que a reforma da prisão em momentos de mudança social? De certo modo, na formação socioespacial brasileira tem havido esforço das classes dominantes por manter a hegemonia conquistada, portanto as mudanças em curso deveriam ser vigiadas, monitoradas e feitas com repressão e controle, para que não houvesse transferência do poder ou transformação das estruturas desiguais da sociedade de classes.

Outras questões também se encontram ligadas aos significados da prisão no período contemporâneo - a irracionalidade do isolamento, totalmente incoerente à chamada ressocialização dos prisioneiros; as transformações que a prisão provoca nos territórios onde se instala; sua importância para a economia, política e cultura nas escalas local, regional e nacional,

2011, um aumento de 385% em 19 anos).” Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. *População carcerária no Brasil tem 3º maior aumento do mundo em 2 décadas* versão on line de 28/12/2012. <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,populacao-carceraria-no-brasil-tem-3-maior-aumento-do-mundo-em-2-decadas,978381,0.htm> acesso em 28/03/2013.

¹⁰⁷ Esse processo ocorreu no Brasil com maior intensidade em alguns períodos (1830, 1890 e 1940), datas significativas que se encontram no coração de relativa transformação do país, bem como na França: « Au XIX^{ème} siècle, pourtant, principalement autour des années 1830-1840, la question pénale (et tout particulièrement la prison) se trouve au cœur du débat intellectuel (...) Ce débat et ces réformes, ainsi que des études récentes viennet de le montrer, témoignaient surtout de la peur des classes dirigeantes au moment des grandes mutations démographiques, économiques et sociales d’une France en voie d’urbanisation et d’industrialisation. Le même débat sur la justice et le système pénitentiaire peut être observé, au XIX^{ème} siècle, dans les pays qui subissent des mutations analogues, des Etats-Unis à la plupart des pays européens » (PETIT, 1984, p. 1).

dentre muitas outras. O recurso à história como método de análise será fundamental na busca de respostas coerentes a todas essas questões.

Eventos, rupturas e continuidades

No Brasil, a formação do sistema penal contemporâneo coincide com períodos de grandes mudanças sociais como o fim da escravidão, a chegada de enormes contingentes de migrantes e o crescimento das cidades, principalmente pelo acréscimo de moradores de outras regiões do país ou estrangeiros, processo iniciado ainda no século XIX. Durante sucessivas modernizações seletivas do território brasileiro, foram criadas instituições para controle e disciplinamento da população mais pobre, como estratégia de controle do território e dos fluxos da população, revelando a ação de poderes hegemônicos por conta do caráter antidemocrático e de centralidade política desses processos¹⁰⁸.

Nessa transformação dos usos do território brasileiro, pouco se avançou na garantia de direitos, ou no fortalecimento de instituições que servissem ao funcionamento de uma democracia de fato. No entanto, predominaram políticas que garantiram vantagens das elites sobre as classes populares. Revelando como o direito tem servido em terras brasileiras, durante muito tempo, para favorecer a exploração humana, principalmente na organização do trabalho que era fundada no país¹⁰⁹. Por essa razão, quem perturbava a ordem hierarquizada e rígida fundada pelas elites era considerado anti-social, e merecia ser tratado *adequadamente* pelo conjunto de instituições criadas como estipulado nos novos códigos penais.

O primeiro Código Penal brasileiro que instituiu a pena com prisão foi publicado em 1830. Este foi o primeiro código penal da América Latina, influenciado pelos Códigos Napolitano de 1819 e Francês de 1810. Até o começo do Século XIX vigorava no território do Brasil - Colônia Códigos Portugueses como as Ordenações Filipinas.

¹⁰⁸ « Na verdade, porém, o que chamamos de sociedade somente adquire concretude quando a enxergamos como continente e como conteúdo dos objetos. E estes se individualizam e ganham expressão e significado, quando ao serviço da sociedade” (SANTOS, 2002, p. 95).

¹⁰⁹ “Pas de capitalisme possible sans liberté, sans égalité, sans liberté de la propriété, sans liberté d’entreprise. Aussi le capitalisme provoque-t-il l’élaboration d’une superstructure juridique dans laquelle sont déterminées précisément, organisées systématiquement, protégées légalement toutes les conséquences qui dérivent de cette liberté, de cette égalité, de ce droit d’user et d’abuser de ce que l’on possède. Parmi les droits de l’homme, Il y a aussi le droit d’exploiter l’autre homme, d’utiliser sa force de travail : Il a bien le droit de la vendre, on a bien le droit de l’acheter. Le vendeur et l’acheteur signent, à cette occasion, un contrat de travail ». D’HONDT, Jacques. Le droit et la liberté de la personne selon Marx in PLANTY-BONJOUR, Guy. (org). Droit et liberté selon Marx. Paris : Presses Universitaires de France, 1986. p. 73 (grifo nosso).

Foram elaborados ainda dois outros códigos penais brasileiros em 1890 e 1940. O último, ainda em vigor neste início de século XXI, teve Nelson Hungria como um de seus autores mais importantes. Ele foi influenciado por diversas escolas penais, tendo procurado incluir no Código brasileiro o que julgava ser o melhor de cada uma delas (RAMIREZ e BEJAS, 1983, p. 21).

Apesar das grandes particularidades e diferenças entre a formação socioespacial brasileira e os países centrais do capitalismo, “*o direito penal latino-americano tem sido fortemente influenciado por correntes teóricas nascidas na Europa, voltadas à realidades muito diferentes daquelas encontradas nas Américas*” (Ibidem)¹¹⁰. Sua forte inspiração estrangeira, com grande desconsideração das especificidades nacionais, tem marcado toda a história de formação do sistema penal brasileiro.

Paradoxos da prisão

Dentre muitas contradições surgidas na criação da pena privativa de liberdade¹¹¹, talvez a maior delas seja “*o objetivo de preparar uma pessoa para ser reinserida socialmente, e a ser readaptada à sociedade, isolando-a e privando-a de contato com a mesma sociedade que a produziu, classificou e excluiu como criminosa ou transgressora*” (LOPES, G. & STAMATIONS, T. 2004. P. 752).

Antônio Luiz Paixão (1987, p. 33) também aponta a contradição entre a vida em liberdade e a falácia da ressocialização com o uso de celas e grades. Ele destaca como “*o paradigma da recuperação não podia conviver com a organização da penitenciária convencional. Como observar o prisioneiro segregado em sua cela e ponderar sua aptidão e potencialidade para o convívio social harmônico?*” Edmundo Campos Coelho também critica a incoerência entre o objetivo de preparar a pessoa para o convívio social e seu isolamento:

De fato, como pode pretender a prisão ressocializar o criminoso quando ela o isola do convívio com a sociedade e o incapacita, por esta forma, para as práticas da sociabilidade? Como pode pretender reintegrá-lo ao convívio social quando é a própria

¹¹⁰ Por exemplo, os mesmos autores apontam que os Códigos Penais brasileiros de 1940 e de 1969, de inspiração político-criminal, fundados sob a dogmática jurídica moderna, foram fortemente influenciados pela técnica jurídica alemã.

¹¹¹ Por exemplo, a criação de um novo e eficiente meio criminógeno, permeado por uma sub-cultura carcerária, não existente em outros lugares.

prisão que o impele para a “sociedade dos cativos” onde a prática do crime valoriza o indivíduo e o torna respeitável para a massa carcerária? (COELHO, 1987, P. 13)¹¹²

Para Vacheret & Lemire, a prisão continua a ser o *último reduto da exclusão social* (2007); já Lopes & Stamations classificam-na como um *local privilegiado de miséria humana* (LOPES, G. & STAMATIONS, T. 2004. P. 753), de forma tão contundente, e questionando porquê essas análises e críticas não têm sido devidamente consideradas pelos executores das políticas penais. Os mesmos que têm levado a *um aprisionamento em massa sem legitimidade jurídica, que tem sido a diretriz da política criminal brasileira há muitos anos*, como afirma Conrado Mendes em artigo no jornal *O Estado de São Paulo*, de janeiro de 2013, cuja passagem principal é reproduzida a seguir:

Qualquer discussão sobre gestão prisional deve começar pela pergunta sobre a própria legitimidade do encarceramento em massa. O Brasil é um caso exemplar dessa prática. Meio milhão de pessoas, a quarta maior população carcerária do mundo, amontoam-se nas prisões em condições sub-humanas. São submetidas à dieta física, psicológica e moral mais degradante que conseguimos conceber, após a qual se pretende que voltem, bem comportadas e dispostas, à convivência social. Assim se resume e se repete, há muitos anos, nossa principal estratégia para lidar com o crime. Conhecemos bem as consequências dessa estratégia, mas historicamente aplicamos o mínimo de nossa energia política em reformá-la. (MENDES, 2013).

Outra contradição é a prisão ser excluída dos debates mais sérios sobre o futuro da nação, sendo também ignorada pela maior parte da sociedade. Mas apenas até a divulgação das taxas de criminalidade, utilizadas de forma populista pela grande mídia corporativa, ação seguida de discursos em defesa da expansão do aprisionamento, direcionados principalmente aos segmentos mais conservadores da população. “*Todavia, ao menor sinal de que as taxas de criminalidade começam a ascender, a opinião pública força o retorno à velha instituição penitenciária para, em seguida ao primeiro motim, exigir sua reforma ou sua eliminação*” (COELHO, 1987, p. 13).

Também não é possível isentar os intelectuais dessa ignorância generalizada acerca do funcionamento da prisão, salvo raras e honrosas exceções. A grande maioria dos pensadores e pesquisadores faz parte daquele grupo da população que – por diversas razões - ignora a prisão. Uma pequena minoria se divide entre sua crítica (muito poucos), ou legitimação, defendendo a ampliação ou modernização do sistema prisional, ao invés de buscarem alternativas.

¹¹² Na passagem, Edmundo Campos Coelho faz referência à obra *The Society of Captives: A Study of a Maximum Security Prison* um clássico da moderna criminologia, escrito por Gresham Sykes, cuja primeira edição é de 1958.

Existe justiça penal no Brasil?

Em 1986 a Associação Paulista de Magistratura promoveu um debate a partir da seguinte questão: “Há Justiça Penal (no Brasil)?”¹¹³. As respostas foram buscadas junto aos especialistas, como operadores do sistema penal. Uma parte significativa das autoridades consultadas sentiu-se ofendida, como se a pergunta, por si só, exprimisse uma negação do sistema penal e do trabalho de seus operadores. Segundo a opinião de algumas dessas autoridades (como GUERRA¹¹⁴, JUNQUEIRA¹¹⁵ e ANDREUCCI¹¹⁶, por exemplo), a pergunta, como foi colocada, negaria a existência e bom funcionamento do aparato policial, judiciário e prisional. Bem como seria, indiretamente, uma crítica ao trabalho dos juízes da área.

Outras autoridades problematizaram sobre o significado do que se chamava de *justiça penal* no Brasil (CIMINO¹¹⁷, PIMENTEL¹¹⁸ e FRANCESCHINI). Para eles, não havia justiça penal em um país onde o sistema penal (compreendendo os sistemas policial, judiciário e

¹¹³ O conjunto total dos textos e das opiniões colhidas pode ser encontrado na Revista de cultura da Associação Paulista de Magistrados - APM: Decisão Apamagis. Ano I. São Paulo: Associação Paulista de Magistrados, 1986.

¹¹⁴ Desenvolvendo uma resposta afirmativa à questão, João Baptista Cordeiro GUERRA, Ministro e ex-presidente do Supremo Tribunal Federal na época disse que “Há uma justiça criminal no País e pelo que me foi dado observar em quase meio século de serviços a ela prestados, cumpre satisfatoriamente os seus deveres”. in Decisão Apamagis. Ano I. São Paulo: Associação Paulista de Magistrados, 1986 p. 5.

¹¹⁵ Na mesma linha afirmativa, o Desembargador, Presidente da Seção Criminal e 2º Vice-Presidente do Tribunal de Justiça Roberto de Rezende JUNQUEIRA afirmou que “Não houvesse Justiça Criminal, pouco restaria ao cidadão que *sottomettersi a ingiusto trattamento* (Hartmann); donde se conclui que, em qualquer sociedade organizada a Justiça Criminal se impõe pela própria consciência do povo, que quer viver em paz, colher o fruto da sabedoria, da experiência e dos costumes de seus antepassados. Deste modo, Justiça Criminal existe, existe sempre, em qualquer sociedade que se diga civilizada; contudo, sua medida está no grau de desenvolvimento de cada um.” (idem, pps 6-7).

¹¹⁶ O Juiz do Tribunal de Alçada Criminal Ricardo Antunes ANDREUCCI, com uma posição um pouco mais reticente, mas ainda afirmativa disse que “Se Justiça Criminal for a que deflui dos órgãos institucionais, terei que pensar no sistema que a administra e que se alonga desde a atividade policial até a execução das penas, não excluía a assistência aos egressos (...) Creio que exista Justiça Penal, porque a falta de expectativa é o cantar da desesperança. E a nós isso não é permitido”. (Idem, pps. 7-8).

¹¹⁷ O Juiz e Presidente do Tribunal de Alçada Criminal Evandro Antonio Cimino fez interessante análise, cuja síntese foi afirmar que “No Brasil, na acepção ampla, não se pode dizer que há Justiça Penal. Entende-se por Justiça Penal, o caminho que percorre a ação, desde o momento da infração, até o efetivo cumprimento da pena. Se, de uma parte, ela se completa, ou seja, até o trânsito em julgado da sentença, de outra, ela está a exigir uma estrutura mais condizente com as penas aplicadas e mais humana (...) Temos que a Justiça Penal não é completa, quando se volta os olhos para a execução das penas. A finalidade da execução é reconduzir o marginal à sociedade, imbuído de conhecimentos sadios que o levem a se distanciar, para sempre, do crime. Esse tratamento não é o que vem sendo dispensado ao criminoso, eis que, não raras vezes, em liberdade, por deficiência do sistema carcerário, volta a delinquir”. (Idem, p. 10)

¹¹⁸ O Desembargador aposentado Manoel Pedro Pimentel afirmou, com grande ênfase, que “Não, não há Justiça Penal. O que existe é um simulacro de Justiça Penal, um faz-de-conta que todos concordamos, na impossibilidade de se fazer coisa melhor”. (idem, p. 12).

prisional) funcionava com *parcialidade*, e possuía graves deficiências estruturais. Além de ser guiado por uma visão míope e tendenciosa, sem considerar as enormes desigualdades do país.

Alguns desses especialistas demonstraram conhecimento e consciência sobre a seletividade no funcionamento dos sistemas policial e judiciário¹¹⁹. O que se somava ao fato da justiça penal estar submetida a pressões produtivistas crescentes, e que pesariam sobre todos os seus operadores. Mas que, particularmente, os tornaria mais sensíveis às pressões da chamada opinião pública (notícias veiculadas pela grande mídia corporativa) na efetividade de respostas para a chamada delinquência cotidiana, o que resultaria em aumento da repressão sobre a população mais pobre e criminalizada¹²⁰.

Para muitos daqueles especialistas, as assimetrias no funcionamento do sistema de justiça criminal ocorreriam em consequência da enorme desigualdade brasileira. Considerando-se a desigualdade dos indivíduos no processo penal, o modelo de administração da justiça penal desrespeitava os direitos do cidadão em nome da boa gestão ou do funcionamento do sistema penal global¹²¹. Ou ainda, como nos afirma Antonio Gama, esta assimetria no tratamento dos sujeitos ocorria pela *reverberação no espaço político parlamentar de um consenso fluído e superficial, surgido de uma indignação coletiva sobre fatos hediondos, sem aprofundamento e maturação do debate*¹²².

¹¹⁹ O também Desembargador aposentado José Luiz Vicente de Azevedo Franceschini faz uma interessante e crítica análise do sistema de justiça criminal da época, destacando principalmente o acúmulo de trabalho resultando em superficialidade no tratamento dos processos, a falta de contato do juiz com o réu, e o principal para nossa tese: como a justiça criminal é seletiva, ao agir de forma discriminatória com as pessoas “de posses”. Segue uma breve passagem da análise do autor, do que geralmente ocorria na fase do inquérito: “Em sendo o indiciado um pobre diabo, ao ser ouvido sente-se em total desamparo perante a autoridade, incisiva ao perguntar e apressada em colher e simplificar respostas. Admoestado de começo e severamente advertido sempre que por qualquer motivo vacile, o inquirido pouco ou nada negaceia. Confessa o que deve e o que não deve; o que praticou e o que deixou de fazer. Ao revés, se for pessoa de posses, já se apresenta instruída por especialista, que, após decorada pelo cliente a melhor versão defensiva, acompanha-o à delegacia. E profissionais existem tão gentis, prestativos e dedicados ao interesse público (à rapidez na solução dos casos), que se esforçam em colaborar com a autoridade, lembrando-lhe pormenores, sugerindo indagações e oferecendo-se até para ditar declarações e depoimentos, para que possa o delegado, em sala anexa, atender a outra ocorrência. Sem conhecimento do chefe da repartição, ainda nessa fase há possibilidade de extraviar-se parte da papelada ou de ser alguma peça sua substituída. E é assim que o inquérito vai tomando corpo, vai-se ‘aperfeiçoando’, até ser encaminhado a Juízo, por vezes com seu conjunto probatório viciado, em moldes havidos por usuais em Asa Branca!” (idem, p. 21).

¹²⁰ « La justice pénale est soumise à une pression productiviste de plus en plus forte, qui pèse sur tous les acteurs du système, ainsi qu’à la pression de l’opinion publique particulièrement sensible à l’effectivité des réponses à la délinquance quotidienne ». (JEAN, Jean-Paul. *Op.Cit.* P4).

¹²¹ Ibidem.

¹²² « A indignação coletiva ante os registros jornalísticos sobre fatos hediondos provoca um consenso fluído entre os membros da sociedade, o qual reverbera no espaço político parlamentar. Novos fatos relacionados a questões antigas

No entanto, mesmo diante das críticas feitas por parte dos operadores do sistema penal, persiste o discurso midiático de ampliação do sistema penal como garantia da segurança da sociedade e para combate ao crime. Discurso que continua a ser utilizado em defesa do endurecimento das penas, de mudanças nas leis, do aumento de recursos para armar a polícia e construir mais prisões, mudanças propostas sem a consideração devida sobre o funcionamento real da instituição prisional. Ou ainda pior, no caso das reações conservadoras, dos políticos e legisladores que tendem a concordar, sendo sensíveis aos clamores da mídia corporativa, que *tempos mais duros exigem leis mais duras*.

No entanto, o que ocorre é o oposto, pois o que torna os tempos mais duros é a ampliação do poder punitivo estatal, com hipertrofia dos sistemas policial e prisional, conforme argumenta o juiz paulista Marcelo Semer:

No ano de 1990, após o sequestro de um empresário de renome, o Congresso aprovou, em regime de urgência, a Lei dos Crimes Hediondos. Era preciso "*debelar a escalada da criminalidade*", dizia-se, e impor penas e regimes mais severos para evitar a prática de condutas graves. Paradoxalmente, a partir da década de 90, a prática de extorsões mediante seqüestro foi sensivelmente maior do que antes, fato que se repetiu, aliás, com outros tantos delitos mais ou menos hediondos. Ainda assim, para atender o suposto reclamo da opinião pública, nesse período o Congresso viria a incrementar o rol das condutas hediondas, quase sempre acompanhando momentos em que a criminalidade teve maior exposição na mídia. Desatentos a esses dados, e na esteira dos acontecimentos que abalaram São Paulo, os senadores se jactaram de anunciar a aprovação de um pacote repressivo após uma única reunião. E mesmo magistrados vieram a público para repetir o bordão de que *tempos duros exigem leis duras* ("*A verdade real*", Folha, 01/06/06). A violência das últimas semanas, entretanto, não pode ser considerada filha direta da impunidade, mas, ao contrário, fruto da própria punição. A experiência tem reiteradamente mostrado que a expressão costuma ser invertida: penas mais rígidas é que tornam os tempos mais duros. O rigorismo penal não trouxe nenhuma melhora na segurança pública, mas como efeito colateral superlotou penitenciárias. Isso se deve em grande monta às seguidas legislações de emergência. Mas não só. Também tem contribuído uma certa jurisprudência do pânico. Decisões judiciais se fizeram mais severas, ao contrário do que o senso comum pode supor. O regime fechado para o cumprimento de penas se generalizou, mesmo quando a lei permite o semi-aberto; mantêm-se casos de detenções em crimes de bagatela; prisões processuais tornaram-se regra. Ainda que se tenha construído na última década mais penitenciárias do que em toda a história do Estado, elas continuam abrigando um contingente prisional bem acima de sua capacidade de ocupação, em um déficit que espelha a corrida do cachorro em

são suficientes a recolocá-las na agenda de prioridade, alçando-as à ordem do dia. Criam-se falsas emergências, projetos tramitam em regime de urgência, interdita-se o aprofundamento e a maturação do debate. Tudo é válido para manter fixa a atenção do ouvinte, do telespectador, do leitor – ou eleitor, conforme a ótica. Incute-se, enfim, um fascínio paradoxal pelo horror, um sentimento tão masoquista quanto maniqueísta que necessita antes venerar o mal para que depois se possa repudiá-lo". (GAMA, 2010, p. 56).

torno de seu próprio rabo. São Paulo tem hoje, sozinho, a população carcerária que o país tinha há uma década, cerca de 150 mil presos¹²³.

Nesse caso, os meios não justificam os fins (utilizar a prisão para combater a violência). Pois, diante da complexidade do problema, ele sequer foi discutido de forma razoável pelos legisladores e gestores do sistema penal. A expansão irracional e desenfreada do sistema de justiça penal, em particular do sistema prisional, gera conseqüências bastante previsíveis, mas que têm sido desconsideradas tanto pelos políticos, quanto pelos operadores do Sistema (aumento descontrolado dos gastos públicos com o sistema penal; ocorrências de superlotação, rebeliões, fugas; defesa por nova ampliação do sistema).

Desse modo, a posição oficial de grande parte dos legisladores brasileiros é a de distanciamento do *pensamento kantiano* (a pena como retribuição ou castigo). Mas, o funcionamento da prisão mostra justamente o contrário, e como ela tem sido utilizada como instrumento repressivo, pela seletividade com que serve muito mais aos poderes hegemônicos, mais do que serve para combater a criminalidade. Ou ainda, pela violência causada pelas péssimas condições de detenção dos prisioneiros (superlotação, carências de toda ordem), conjunto de situações que impedem a ressocialização dos condenados, e desmontam a cortina de fumaça dos discursos em defesa de maior aprisionamento para ressocialização dos mesmos excluídos pelas dinâmicas do sistema capitalista (consumo, status etc). Fora a prática clandestina dos espancamentos e tortura; a violência física decorrente de conflitos entre uma população interna que vive sob grande pressão, ou da punição indireta das famílias (privação do convívio, distanciamento do familiar ou dificuldades para sua manutenção)¹²⁴.

Há ainda outro agravante, o da prisão contemporânea servir como espaço de ação de membros de organizações criminosas, com implicações na sociedade livre. Apesar de sucessivos governos paulistas negarem a existência dessas organizações, muitas delas encontram na gestão de ilegalidades uma rentável fonte de lucros. Elas também alimentam, nem sempre de forma organizada ou coordenada, alguns dos circuitos da economia urbana. Dois exemplos seriam a

¹²³ SEMER, Marcelo. A duras penas in http://www.ajd.org.br/artigos_ver.php?idConteudo=28 Folha de São Paulo 18/06/06 (acesso em 16/03/2013 grifo nosso).

¹²⁴ “A legislação brasileira afasta as posições apoiadas no pensamento kantiano, que consideram a pena como retribuição ou castigo necessários. Ao contrário considera a pena como instrumento para a ressocialização”. SENA, Paulo de. *Assistência Educacional nos Estabelecimentos Penais*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. 31p.

indústria de armas, componente do circuito superior e a venda no varejo de drogas, por pequenos distribuidores agindo tanto no interior das prisões quanto nas ruas das cidades, prática bastante comum no cotidiano dos centros urbanos brasileiros.

A simples repressão policial, resultando em prisão de membros dessas organizações criminosas, leva para o interior das unidades prisionais, juntamente com seus membros, técnicas de organização das ações criminosas, juntadas com experiências trocadas, agora, no meio prisional, com outros presos.

O controle interno das unidades, na grande maioria das vezes, é feito pelos próprios presos, o que coloca em posição de superioridade as associações criminosas que já possuem forte hierarquização e algum método de organização. Elas também promovem certas vantagens para a massa carcerária desorganizada, pelo comando e organização interior das unidades prisionais, território de ausência da justiça criminal. O controle interno das unidades prisionais, desejado pelo Estado, ocorre apenas quando o resultado é algum tipo de controle para pacificação, sendo também o Estado um fomentador de lideranças prisionais ou, nas palavras de Edmundo Campos Coelho:

A disciplina, a segurança e a relativa tranquilidade nas prisões depende fundamentalmente da disposição da massa carcerária em submeter-se espontaneamente e em cooperar. E como têm mostrado vários estudos, não há cooperação sem negociação; e a negociação não se faz sem lideranças dentro da massa carcerária (COELHO, 1987, p. 15).

Mais recentemente, a socióloga Camila Nunes Dias identificou em sua pesquisa de doutorado como o Primeiro Comando da Capital - PCC exerce um *monopólio da violência* no interior das unidades prisionais (DIAS, 2011). E, desse modo, atuando de forma cooperada com o Estado, mas clandestina perante a sociedade paulista, o PCC tem mantido controle interno da maioria das unidades do Sistema Prisional estadual, o que não deixa de ser a prática de um tipo de poder criminoso não estatal, mas fortemente viabilizado pelo aparelho de Estado.

O conhecimento desse processo de organização e funcionamento do sistema prisional permite compreender sua complexidade, mas também demonstra como ações simplórias ou pontuais – como a ampliação do número de vagas, em busca pela resolução da superlotação crônica, apenas ampliará o tamanho dos enormes problemas já existentes. O que também justifica a necessidade urgente de serem encontradas outras respostas.

Um federalismo às avessas

Na atualidade, é reconhecido o fracasso da ressocialização dos presos brasileiros, demonstrada pelo enorme déficit de vagas, pelo número crescente do aprisionamento e taxa de reincidência que, muito facilmente, ultrapassa os 80% dos egressos no país. No entanto, malgrado todas essas evidências, nas últimas décadas, sucessivos governos têm escolhido investir montantes de recursos cada vez maiores na modernização e expansão do sistema prisional. A prisão brasileira não serve para ressocializar, recuperar ou reintegrar, apesar dessa crença ter persistido durante longos períodos da história recente. Mesmo assim, sucessivos governos ignoram o *modus operandi* que faz parte da essência da prisão, desde sua origem, e apostam que o problema não é o *objeto de per se*, mas sim falhas em sua dimensão, gestão ou obsolescência, o que criaria um círculo infinito de expansão e atualização tecnológica constantes.

A modernização do sistema prisional segue algumas características das políticas de Estado para muitas áreas do território brasileiro. Regra geral, uma modernização conservadora e seletiva, de alto custo, que não modifica significativamente nem as estruturas e processos responsáveis pela reprodução das desigualdades espaciais, nem suas consequências principais.

Destacando como um cenário de horror a realidade encontrada nos distritos policiais e unidades prisionais de todas as unidades federativas do país, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo afirmou recentemente que “*prefere a morte a muito anos de prisão em alguns presídios brasileiros*”¹²⁵. Sua fala traz implícita a atual política do Governo Federal, o qual também insiste em aplicar cada vez mais recursos para modernizar e expandir o sistema prisional nacional¹²⁶, como se o problema fosse o *tamanho* ou o estágio da evolução tecnológica de seus equipamentos constituintes, e não seu conteúdo, e ou o modo como a prisão se articula e está diretamente relacionada com outras ilegalidades e desigualdades espaciais no território brasileiro.

¹²⁵ “Ele verificou as condições precárias e muitas vezes desumanas de presídios no Brasil nas visitas que fez a vários deles no início de 2011, logo que assumiu o cargo, quando constatou um déficit de mais de 200 mil vagas no sistema prisional brasileiro. O ministro levou a questão à presidenta Dilma Rousseff e a União destinou R\$ 1,1 bilhão para os estados e o Distrito Federal, por meio do Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional, ampliarem o número de vagas nos presídios.” Fonte: *Ministério da Justiça destina 1,1 bilhão para ampliar vagas em presídios de todo país* in <http://blog.justica.gov.br/inicio/tag/fundo-penitenciario-nacional-funpen/> acesso em 04 de março de 2013.

¹²⁶ “O Programa Nacional de Apoio ao Sistema Prisional criará 42 mil novas vagas até 2014. Já foram executados R\$ 540 milhões (R\$ 270 milhões em 2011 e R\$ 270 milhões em 2012) para gerar 22 mil vagas em 60 unidades prisionais. Outros R\$ 290 milhões já possuem dotação orçamentária para 2013.” *Ibidem*.

Ao se priorizar o sistema prisional dos Estados federativos como destino de recursos cada vez maiores, o Governo Federal alimenta outra grande contradição, que reside na mensagem que o Estado, por meio de seus gestores, transmite à sociedade. Mais especificamente aos operadores do sistema de justiça criminal – como promotores, juízes e policiais - de que esforços estão sendo feitos, e o sistema prisional em breve será melhor. Seu bom funcionamento, portanto, seria apenas uma questão de tempo, ou do acerto das políticas para obtenção de maior volume de recursos, e geração de mais modernização tecnológica seletiva e conservadora. Cria-se assim o *moto-perpétuo* prisional, um círculo vicioso cuja energia de ativação é retirada dos discursos e políticas que sustentam a ampliação ou modernização do sistema penal, em particular dos sistemas policial e prisional.

A falácia desse processo reside na aposta irracional de que a resolução de grandes problemas relacionados às desigualdades espaciais no Brasil seriam superados ao se vencer essa corrida insana (e impossível de ser ganha) contra a obsolescência tecnológica. No entanto, malgrado essas implicações negativas, esse processo ganha forte apelo político e midiático sendo estimulado pelo Estado, e acelera as dinâmicas de consumo relacionadas ao circuito superior da economia prisional¹²⁷.

Desse modo, investimentos cada vez maiores da União têm financiado a expansão do sistema prisional nos territórios dos Estados federativos, e o Governo Federal reforçado a crença de que a prisão ainda é uma resposta válida para resolução de parte das contradições nacionais relacionadas à violência e à chamada segurança pública. As questões estruturais de fundo não são tratadas, bem como há carência de respostas políticas adequadas aos processos geradores de todas essas contradições originárias em profundas desigualdades espaciais.

¹²⁷ “O estado apresenta-se como um aliado do circuito moderno da economia nos países subdesenvolvidos. O apoio que ele dá às diferentes modalidades de modernização tecnológica assume os mais variados aspectos. Esse apoio é oferecido ora abertamente, ora de modo mais discreto, mas leva invariavelmente ao agravamento da dependência externa do país e faz a população sofrer as cargas fiscais, sem mesmo dar a contrapartida de uma melhoria da situação de emprego ou de um aumento do bem-estar. (...) Entre as formas de apoio do Estado ao nascimento e ao desenvolvimento do circuito moderno, encontramos a proteção concedida à concentração e aos monopólios, financiamento direto ou indireto das grandes firmas através da construção de infra-estruturas caras, a formação profissional, a promoção das indústrias de base, os subsídios à produção e à exportação e todas as formas de acordos com as firmas dominantes da economia, tais como legislações fiscais discriminatórias, leis de investimento e planos de desenvolvimento. Tudo isso certamente reduz a capacidade de investimentos dos Estados nacionais nos setores que interessam diretamente à população” (SANTOS, 2004b, pp.161-162).

A orientação política dos investimentos federais para expansão dos sistemas prisionais estaduais fortalece forças hegemônicas atuantes no nível dos estados, densificando estruturas de poder já existentes, ampliando desigualdades espaciais que se constituem como condições da insegurança social existente no país, como será visto a seguir no Capítulo 3.

Capítulo 3

Desigualdades espaciais como insegurança social

Capítulo 3

Neste capítulo pretende-se analisar como as desigualdades espaciais produzem insegurança social. O conceito utilizado não foi o de segurança pública, o qual é utilizado no senso comum com forte caráter de ambiguidade, pois quase sempre está relacionado à expansão e modernização do sistema penal. No entanto, essa resposta conservadora desejada pelas elites, implementada pelo Estado, reproduz e amplia a sensação de insegurança social para todos, pois a segurança somente será garantida pelo atendimento de demandas sociais, garantia de direitos fundamentais e diminuição das carências nas áreas ou localidades com maiores desigualdades espaciais.

Considerações sobre a origem das desigualdades

Pode-se dizer *que a origem das desigualdades reside na propriedade privada* (BIHR; PFEFFERKORN, 2008, p. 3). Esta não é obviamente uma afirmação consensual e isenta de posicionamentos ideológicos dentre os estudiosos das ciências sociais, pois *na abordagem do tema os pesquisadores não se abstraem totalmente de assumirem posições éticas e políticas a seu respeito* (*idem*, p. 5).

Uma abordagem geográfica das desigualdades deve tratá-las como desigualdades espaciais. E o caminho de método a ser percorrido deve considerar o território como *categoria central de análise* (SANTOS e SILVEIRA, 2006, p. 20), pois são os usos, principalmente os usos seletivos do território, que reproduzem desigualdades no período contemporâneo.

A caracterização do conceito de desigualdade torna-se então fundamental, pois *há também desigualdades entre homens e mulheres, entre pessoas de idades e gerações diferentes, entre nacionais e estrangeiros dentre outros* (BIHR; PFEFFERKORN, *Op. Cit.*, pp. 6-7).

A reprodução das desigualdades espaciais no Brasil não decorre apenas da desigual distribuição dos recursos socialmente produzidos (na forma de lucros, rendimentos e salários, ou da distribuição desigual de impostos e investimentos, por exemplo), mas também dos usos específicos e seletivos do território, os quais amplificam e expandem as desigualdades historicamente constituídas e herdadas.

A partir da ideia com forte caráter político e ideológico de “*dar a cada um, o que é seu*”, tratada como um dos problemas filosóficos, políticos e econômicos que persistem há milênios, pensadores como Platão e Aristóteles foram alguns dos primeiros a analisarem a questão da desigualdade social. Por isso os gregos são considerados fundadores da chamada *Justiça Distributiva*¹²⁸, uma *praxis* política como resposta às desigualdades. O conceito de justiça social distributiva também foi concebido como um tipo de *dívida social* pelo imperador bizantino Justiniano, pois, para ele, *a justiça seria a vontade constante e perpétua de oferecer a cada um aquilo que lhe é devido*¹²⁹. A justiça distributiva permanece até hoje na ciência do direito, apesar de não ser uma corrente dominante.

Para Marx, uma resposta política às desigualdades deveria superar a lógica de ‘*a cada um segundo suas capacidades*’, para outra de nível superior ‘*a cada um segundo suas necessidades*’, o que exigiria a organização da sociedade, principalmente o mundo do trabalho e das instituições do Estado, segundo outra lógica filosófica, moral e política (MARX, 2012). Como o comunismo seria implementado por etapas, em cada uma delas seriam reorganizados estruturas e sistemas herdados da sociedade sobre a qual o novo projeto político seria implantado.

Desse modo, segundo preceitos de um socialista utópico como Saint-Simon, Marx afirma que em um contexto de abundância, de não raridade, onde já tivesse sido condenada a propriedade privada e a exploração do homem pelo próprio homem. Além de também já ter sido abolida a herança, e todos os meios de produção estivesse de posse da coletividade. “*Sobre essa nova estrutura seria possível remunerar justamente cada indivíduo, não segundo seu trabalho, mas de acordo com suas necessidades*” (BESSONE, 2000, pp.174-175).

No entanto, apesar da longa trajetória deste debate, pouco se avançou em termos de mudança nas estruturas sociais, no sentido de revolucionar as formas de remuneração rompendo-se com o paradigma do trabalho. Já campo jurídico-normativo, muito menos, pois “*grande parte das leis possui uma ação estratégica voltada a cristalizar desigualdades e perpetuar as posições de privilégio dos segmentos dominantes*” (GAMA, 2010, p. 38).

¹²⁸ MORAIS, Márcio Eduardo da Silva Pedrosa. O Conceito de Justiça Distributiva no Estado Democrático de Direito. Uma compreensão da justiça distributiva e do acesso à justiça no Estado constitucional democrático brasileiro. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: PUC/MG, 2009. P. 47.

¹²⁹ « La meilleure définition générale est sans doute celle de justinien : la justice est la volonté constante et perpétuelle de rendre à chacun ce qui lui est dû. » (DICTIONNAIRE DE LA PENSÉE POLITIQUE, 1987).

Além é claro da compreensão sobre como a sociedade capitalista tem aprimorado os mecanismos reprodutores de desigualdades espaciais, cujas contradições resultantes podem ser observadas nas paisagens de qualquer grande cidade capitalista do mundo contemporâneo.

A reprodução de desigualdades no atual período

A continuidade do desenvolvimento do capitalismo no período contemporâneo, ou seja, da totalidade das forças produtivas e de todos os meios de produção, tem aprofundado a divisão social e territorial do trabalho nas escalas nacional e internacional. É deste modo que, muitas vezes, as demandas locais deixam de ser atendidas pelo sistema político-econômico nacional, em benefício de interesses hegemônicos internacionais (SANTOS, 1978, p. 3).

Este processo ganha nova dimensão a partir do fim da Segunda guerra mundial, com o desenvolvimento de novas possibilidades de conhecimento, monitoramento e controle à distância dos recursos territoriais disponíveis em qualquer país. O reconhecimento da totalidade empírica do Planeta tornava-se possível pela emergência de sistemas técnicos mundiais de informação organizando sistemas de telefonia, de transmissão de dados como a internet e dos satélites artificiais para produção de imagens (LandSat, Ikonos etc) e comunicações, alguns servindo aos sistemas GPS, outros para TV e rádio.

A emergência desses sistemas técnicos coincide com a difusão planetária de novo meio geográfico constituído cada vez mais por ciência, técnica e informação. Esse meio foi chamado por Milton Santos de Meio Técnico-Científico e Informacional-MTCINF. A implantação do MTCINF forma tanto uma nova camada de sistemas técnicos sobre a epiderme terrestre (a tecnosfera), quanto permite outras possibilidades de difusão de informações na forma de ideias, ordens e normas (a psicosfera)¹³⁰. Caracterizado por usos seletivos do seu território, os países passam a acumular diferentes densidades da tecnosfera (mais presentes nas parcelas mais ricas dos territórios das grandes cidades principalmente), mas a psicosfera torna-se capaz de atingir a totalidade do espaço geográfico, inclusive, mundial. A possibilidade de difusão, em todas as escalas geográficas, do discurso político e da propaganda – que praticamente se confundem na

¹³⁰ Os espaços assim requalificados atendem sobretudo aos interesses dos agentes hegemônicos da economia, da cultura e da política e são incorporados plenamente às novas correntes mundiais. O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização.” (SANTOS, 2002, p. 239).

atualidade - é apenas um exemplo do alcance da psicosfera conformando gostos, modificando desejos e interferindo na visão de mundo das pessoas, onde quer que estejam.

Por conta da difusão planetária do MTCINF, a reprodução capitalista passa a ser feita, cada vez mais, pelo uso de redes e sistemas de informação de alcance planetário. O desenvolvimento dos meios de transportes encurta distâncias o que permite, cada vez mais, realizar maior seletividade dos subespaços mais adequados para a implantação de infra-estruturas, empresas e negócios. Essa seletividade no território dos países passa a ser mundial, aprofundando o processo de modernização seletiva e excludente, com foco apenas nas parcelas de território que interessam aos agentes mundiais ou hegemônicos do capitalismo. Em busca da reprodução amplificada e acelerada do capital, um dos grandes agentes atuais de transformações espaciais locais ou mundiais, a escolha de parcelas do território com condições ideais para reprodução capitalista tem promovido valorização seletiva e diferenciada, mecanismo que expande desigualdades espaciais.

Este processo promove acúmulos em dada localidade, região ou território de parcelas diferenciadas de capital fixo ou constante - constituintes da desigualdade espacial visíveis nas paisagens - em movimento conjunto e coordenado para usos seletivos do território, com possibilidade de seleção ou escolha dessas parcelas na totalidade do atual conjunto de países do mundo¹³¹.

Esta forma de análise mais complexa das desigualdades permite ir além dos estudos econômicos clássicos que consideram apenas produtores, consumidores ou os chamados *fatores conjunturais* (inflação, evolução do salário mínimo, política econômica), ou *estruturais* (distribuição da riqueza, diferença de escolaridade, especificidades inter-setoriais ou produtivas) (SIMÃO, 2009). Considerando-se os usos seletivos e corporativos do território na dinâmica de reprodução e valorização diferenciada do capital, torna-se possível compreender melhor a

¹³¹ Milton Santos, estudando o exemplo das práticas agrícolas, utiliza-se das seguintes classificações para o termo capital: capitais fixos utilizados para criar uma infra-estrutura de uso coletivo (o autor também chama este tipo de “capital inerte”; capitais fixos destinados a criar ou renovar os meios de produção; capitais variáveis, aplicados nas esferas da distribuição e comercialização. Segundo ele, o “capital inerte” é fundamental para a reprodução do “capital vivo” (capital constante e capital variável da firma). Defenderemos que a prisão é também um tipo de *capital público inerte* utilizado como condição para a reprodução do *capital vivo*, ou seja, para a reprodução das desigualdades socioespaciais inerentes ao processo de acumulação de capital.

reprodução de paisagens das desigualdades, em diferentes escalas geográficas, do território da menor localidade ao nacional.

As dinâmicas espaciais mais recentes do sistema capitalista têm aprofundado aceleradamente a divisão territorial do trabalho, ampliando desigualdades espaciais em toda parte, por conta do desenvolvimento desigual, mas combinado, da sociedade capitalista como nos diz Milton Santos:

À medida que o capitalismo se desenvolve, o número dos modelos se reduz, e a margem de escolha torna-se cada vez mais estreita. Depois da Segunda Guerra Mundial, com a instauração do capitalismo tecnológico, não se pode mais falar numa escolha; um único modelo (de tecnologia, de organização, de utilização do capital, etc.) se impõe. Sem dúvida, esse modelo se afirma de modo diferente segundo o nível de desenvolvimento das forças produtivas de cada país, mas predomina em toda parte (SANTOS, 1978, p. 4).

Com o aprofundamento desse processo, baseado no entendimento do significado das *paisagens derivadas* de Max Sorre (1961) ocorre, como definido por Milton Santos, a *alienação do território*. Sinônimo da produção de *um homem alienado e despossuído* (SANTOS, 1978, p. 4), pois não controla ou possui os meios que necessita para viver, nem possui o comando das decisões políticas e das técnicas que orientam sua ação.

O que significa, cada vez mais, que o nível local passa a ser comandado remotamente, deixando de atender demandas do consumo e serviços de seus habitantes. As desigualdades territoriais decorrentes do processo histórico, e os novos aportes feitos por investimentos públicos e privados vão assumir, cada vez mais, uma importância crucial no processo de atração ou repulsão do capital, pela forma como conseguem pelo uso valorizar parcelas diferenciadas do território, mas alterando seus conteúdos. Por isso, conforme a previsão de Milton Santos

Cada vez mais o homem se vê obrigado a utilizar técnicas que não criou, para produzir para outros aquilo que ele não tem necessidade ou meios para utilizar. Em decorrência dessa passagem de uma multiplicidade de técnicas locais, espontaneamente geradas, para uma tecnologia imposta em escala mundial, também o homem muda. Deixa de ser um homem “local” para tornar-se um homem “mundial”. A escala do lugar não é mais a das decisões que lhe dizem respeito. Os espaços aparecem cada vez mais como diferenciados por suas trocas em capital, pelo produto que criam e o lucro que engendram, e no final das contas pelo seu desigual poder de atrair capital. Como o homem, o espaço foi mundializado. O capital, por suas possibilidades de mundialização e suas necessidades de reprodução – torna-se um intermediário entre um homem sem posses, e um espaço alienado (SANTOS, 1978, p. 4.).

A divisão social e territorial do trabalho passa é potencializada, pela implantação de novos objetos técnicos, inovação incessante a serviço da reprodução do capital contemporâneo. É assim

que há enorme expansão da área de ação das grandes empresas e corporações, a qual resulta de novas possibilidades de ação remota pelo uso político da informação e das redes geográficas para favorecimento econômico, em decorrência da implantação do mtcinf modificando o território dos países e conectando-os à escala planetária.

De forma resumida, pode-se dizer que este é o grande motor de reprodução das desigualdades espaciais em diversas escalas, dos municípios ao território nacional. Mas que foca principalmente nas regiões metropolitanas e suas principais cidades, bem como nas áreas agrícolas e fronts de expansão das novas formas de produção tecnológica no campo, áreas com condições mais próximas do ideal para a reprodução ampliada e acelerada do capital. No caso das grandes cidades, são aproveitados como fatores de reprodução do capital sua grande sociodiversidade, a densidade de suas infraestruturas já instaladas na forma de trabalho morto, visível nas paisagens urbanas.

Essa dialética permanente entre o capital fixo, como trabalho morto cristalizado nas paisagens, e o capital vivo constituído pelos agentes sociais que são as forças vivas dos territórios, pode tanto favorecer os agentes do capitalismo quanto impor resistências. Nas condições atuais, *uma nova atividade só é introduzida quando é garantida a reprodução desejada (parcial ou total) do capital* (SANTOS, 1978, p. 6). Desse modo, o Estado, ao criar políticas para instalação de empresas ou instituições, faz uso estratégico do território para viabilizar de forma direta ou indireta a reprodução capitalista. No entanto, aprofunda desigualdades espaciais, pois esses usos do território são seletivos.

Essas dinâmicas do capital total mundial como vetor de modernização das formações socioespaciais nacionais têm transformado aceleradamente o território dos países, sendo, portanto, consideradas como os principais mecanismos de reprodução intensificada das desigualdades espaciais no período atual, pois

O capital, como já vimos, não se distribui uniformemente em todo um país ou região. Para interpretar corretamente esse aspecto das desigualdades geográficas, a análise espacial deve ter como ponto de partida o capital global existente na formação sócio-econômica por excelência – o Estado Nação. Como o capital global é formado de frações complementares, estas serão consideradas enquanto categorias analíticas (capital diretamente produtivo ou não, capital valorizado e desvalorizado, capital constante e capital variável, capital público e privado, etc.). A distribuição geográfica do capital e a organização espacial que daí resulta passam sempre por uma dialética entre as diversas frações do capital. Mas a dialética essencial se situa entre as formas complexas e as

formas elementares de uso do capital, ou melhor, entre atividades com alto coeficientes de capital e atividades com alto coeficiente de mão de obra. Quando se diz que a tendência do capital é impor-se sobre todo o território (...), é preciso acrescentar que se trata sobretudo do grande capital – os capitais novos – e isto direta ou indiretamente, seja através da produção, da distribuição ou do consumo (SANTOS, 1978, pp. 10-11).

O processo de reprodução do capital e de distribuição dos excedentes atua diretamente na configuração das desigualdades espaciais, ao se relacionar com o grau de complexidade de cada região, pois *quanto maior é a complexidade das atividades, mais o excedente se reproduz localmente* (SANTOS, 1978, p. 13). Esses mecanismos, em países subdesenvolvidos, promovem empobrecimento das parcelas menos favorecidas da população, *pois o acesso ao capital e ao trabalho permanente e bem remunerado se torna cada vez mais difícil (ibidem)*.

Portanto, a atratividade do capital tem sido maior em certos territórios devido à combinação de características que a eles agregam valor, resultando em possibilidades espaciais ou funcionais privilegiadas (infra-estruturas, equipamentos raros ou sofisticados, e características da população são algumas delas). Além de arranjos e pactos políticos entre agentes do próprio Estado, ou entre eles e as empresas públicas e privadas nacionais e internacionais. Suas resultantes são dinâmicas e fluxos de pessoas, mercadorias e investimentos devido às enormes forças espaciais de atração ou repulsão que são criadas.

O capital fixo – acumulado nas paisagens – torna-se forte motor dos fluxos espaciais¹³². O que ocorre, inclusive, por sua própria dinâmica interna (acumulação, valorização, envelhecimento ou desvalorização dos sistemas técnicos, ou objetos geográficos - ao longo do tempo), criando pressões sobre o Estado e empresas para novas etapas de uma modernização seletiva e incompleta. O que gera novas forças de atração ou repulsão locais, mas também sobre outras áreas, localidades e territórios, com ritmos e formas distintas na reprodução das desigualdades, mas combinadas entre diferentes escalas geográficas (SMITH, 1988 p. 182)¹³³.

¹³² “Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, pontes, silos, terra arada etc) e dos capitais constantes (maquinário, veículos, sementes especializadas, fertilizantes, pesticidas etc.) aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também financeiros, e dando um relevo especial à vida de relações” (SANTOS, 2002, p. 240).

¹³³ “O investimento de capital no ambiente construído está em sincronia com o ritmo cíclico mais geral de acumulação do capital. Nós esperaríamos que isso fosse mais ou menos verdadeiro em relação a qualquer subdivisão do capital, mas é de especial importância com relação ao capital investido no ambiente construído, por causa do período prolongado durante o qual o corpo material do capital fixo está fossilizado na paisagem. Em qualquer determinado momento, há capitais individuais sendo implantados na paisagem, capitais em todos os estágios de desvalorização (o processo rotineiro através do qual o capital fixo deprecia seu valor parte por parte na produção),

As forças de atração podem direcionar investimentos de diferentes tipos, como transferências de recursos de origem fiscal¹³⁴, na forma de infra-estruturas ou implantação de novos equipamentos, trazendo novas possibilidades de usos do território. Este processo produz enormes desigualdades espaciais, pela assimetria na distribuição do adensamento das infra-estruturas (redes viárias, de energia, telecomunicações, portos, aeroportos, ferrovias); do tamanho e diversidade do mercado consumidor (principalmente, do contingente populacional por rendimento); e pela presença de mão de obra diversificada. Além, é claro, dos investimentos altamente especializados nas áreas produtoras de novas tecnologias como institutos, universidades e escolas técnicas.

São esses usos do território que reconfiguram e refuncionalizam circuitos espaciais produtivos e de serviços, hierárquicos e complementares, com funcionamento interdependente e sistêmico, os quais são forças atrativas para o capital. Um exemplo pode ser dado pela grande empresa que polariza as demais, atraindo fornecedores secundários de produtos e serviços, direcionando recursos da pesquisa e do ensino nas universidades e institutos de pesquisa em seu perímetro sensível, exercendo grande influência sobre os agentes do Estado para determinação de novos investimentos¹³⁵.

Uma densidade desses circuitos e suas resultantes são encontradas, principalmente, nas grandes cidades e regiões metropolitanas do Estado de São Paulo, mas com uma distribuição bastante desigual entre elas. Esses circuitos espaciais possuem uma composição bastante diversificada e heterogênea constituída por serviços públicos e privados, com diferentes níveis de complexidade, circuitos produtivos (compreendendo a produção de mercadorias, propriamente dita,) e os serviços suporte como escolas, institutos, hospitais, equipamentos de turismo e lazer, dentre outros, oferecidos tanto pelo Estado quanto pelas empresas públicas e privadas.

elementos desvalorizados do capital fixo e remanescentes abandonados do capital que se tornou sem valor. A ocorrência histórica do capital nesses diferentes estágios não é acidental e nem é, como consequência disso, sua ocorrência geográfica; o ritmo histórico do investimento no ambiente construído forja padrões geográficos específicos que, por sua vez, influenciam fortemente o programa de acumulação do capital.” (SMITH, 1988, pp.182-183)

¹³⁴ Essas transferências são tanto aquelas estabelecidas em legislação específica (estadual e federal), quanto por acordos políticos entre municípios, entre os municípios com o Estado federativo ou a União. E podem ocorrer na forma da implantação de projetos, valores para realização de obras ou a própria implantação de infra-estruturas.

¹³⁵ Como ocorre, por exemplo, em Campinas (UNICAMP) e São Carlos (USP e UFSCAR)

O território do Estado de São Paulo é considerado um dos mais modernos no conjunto da nação, servindo como espaço privilegiado para reprodução do capital nacional e internacional. Todavia, esse território rico, possui enormes desigualdades espaciais. A reprodução do capital, conjunta à especulação imobiliária, tem produzido extensas paisagens com profundas desigualdades, visíveis nos territórios fragmentados das grandes cidades paulistas¹³⁶.

Esses subespaços não hegemônicos do território, aqueles com pouca ou nenhuma atratividade para o capital, têm sido os mesmos onde ocorre maior ação das forças repressivas do Estado, principalmente do sistema policial, no caso das metrópoles e grandes centros urbanos, e território recurso para expansão do sistema prisional quando são utilizados os territórios dos municípios mais pobres do interior paulista.

“A metrópole punitiva – presença constante na literatura criminológica contemporânea, a cidade parece ser a candidata a representar o cenário tanto das utopias de controle mais ambiciosas quanto das distopias repressivas mais angustiantes” (GIORGI, 2006, p.102)

É nas enormes periferias pobres das ricas regiões metropolitanas do Estado de São Paulo onde são encontradas as piores condições de vida, que promovem desestrutura social e desespero, ao encontro do complexo mecanismo de reprodução social da violência e do transgressor delinquente. Esses territórios abrigo dos mais pobres servem também como ingredientes para elaboração de um discurso míope e atrasado, sustentando políticas que têm promovido o grande aprisionamento em nome do que se chama segurança pública.

Mas também as grandes cidades são territórios-abrigo dos homens pobres e lentos do planeta, daqueles que *“escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias (...) e são os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro”* (SANTOS, 2002, p. 325). E essa é a grande aposta desse autor para fundação de um novo período da história.

No caso das periferias pobres, tem havido uma série de ações violentas do sistema policial, resultando em assassinatos e aprisionamentos cometidos contra populações já agredidas

¹³⁶ “O resultado mais espetacular é, todavia, a segregação espacial da população, com a criação de enormes favelas. Essa segregação espacial responde às condições de apropriação do espaço por diferentes classes sociais e encontra uma de suas explicações na especulação fundiária que é um modo de tirar uma mais-valia dos terrenos urbanos, frequentemente valorizados por investimentos públicos” (SANTOS, 1978, pp. 14-15)

por toda sorte de carências estruturais, violência características do território periférico que as acolhe. O silêncio da universidade, ou seja, dos seus intelectuais, pensadores e pesquisadores sobre essas questões é no mínimo assombroso, para não dizer também conivente com a violência por não contribuir para outros discursos e para a crítica, o que permitiria a mudança das políticas de Estado¹³⁷.

Os subespaços ou regiões que concentram as maiores desigualdades são também aqueles onde há maior violência, criminalidade e aprisionamento (maior ação repressiva policial e penal), revelando também que o uso que combina as maiores desigualdades também condiciona as ações do Estado no comando dos sistemas repressivos contemporâneos. O que é produto de um processo de formação desse território de desigualdades, mas que tem sido aprofundado pelos usos no presente.

A inexistência de um welfare state brasileiro

Nos países de capitalismo avançado como Alemanha e França, por exemplo, as desigualdades espaciais são muito menores do que aquelas constituintes de territórios de capitalismo tardio como o Brasil. No entanto, mesmo aquelas menores desigualdades, no caso dos países de capitalismo avançado, elas são minimizadas pelas formas de ação do Estado nacional.

Não será então coincidência então que as taxas de violência, criminalização e aprisionamento encontradas nos primeiros são menores, diferentemente do que tem ocorrido no Brasil. Dentre várias razões, uma delas, a ser considerada, é que aqui não houve a constituição plena de um Estado de bem estar social que pudesse garantir direitos fundamentais mínimos para a grande maioria de sua população¹³⁸.

¹³⁷ “Sabe-se que nesses territórios, desde a primeira metade dos anos 2000, ‘não se pode mais matar’ sem o aval do ‘Comando’. A emergência dessa forma de regulação torna complexa a deslegitimação da ‘Segurança Pública’ nas periferias, onde a repressão é sua única face: seja pela política de encarceramento em massa, pela militarização da gestão pública ou pelos ataques a que seus moradores são constantemente submetidos. O impacto dessas políticas nas estatísticas é evidente, embora silenciado ativamente e sistematicamente por governos e imprensa e rejeitado por ‘think tanks’ que disputam o tema segurança pública, assim como fora praticamente desconsiderado em nossas universidades há poucos anos”. HIRATA, D. et alli. A quem serve negar o impacto do PCC? In Artigos e Debates. Revista Caros Amigos (versão digital). 24/08/2012. <http://carosamigos.terra.com.br/index/index.php/artigos-e-debates/2429-a-quem-serve-negar-o-impacto-pcc> acesso em 29/03/2013.

¹³⁸ Como à educação, saúde, trabalho e renda, habitação dentre outros.

Na história recente do mundo, o aprisionamento diminuiu durante as décadas do pós-guerra (principalmente entre 1945 e 1960) na ascensão do *welfare state* nos países centrais do capitalismo, devido ao fortalecimento das *proteções civis e sociais*¹³⁹. Entretanto, como pensar a organização do sistema prisional em um país como o Brasil, que nunca teve um Estado social ou uma democracia plenamente consolidados, ou que a menção à cidadania não passa de uma utopia para a grande maioria de seus habitantes? (SANTOS, 1993)

Afinal, o Brasil nunca garantiu minimamente, para grande parte de sua população mais pobre, algum tipo de segurança social. Como, por exemplo, para suprir necessidades básicas de acesso aos serviços básicos de saúde, cuidados durante o envelhecimento, instituições para cuidar de pessoas com incapacidades por deficiência física ou mental, ou de crianças sem pais.

Pelo contrário, o Brasil tem se destacado por promover benefícios e vantagens às empresas, principalmente às transnacionais, condições que coexistem com uma complexa e perversa reprodução das desigualdades no país. O que coloca o país no topo de um estranho ranking, pois, ao mesmo tempo em que faz parte do grupo dos 10 países mais ricos do mundo (à frente de muitos países europeus), possui um enorme abismo econômico entre as parcelas mais ricas e mais pobres de sua população. O que também o reposiciona entre os países mais desiguais do mundo, juntamente com alguns países africanos.

Um agravante da ausência de um Estado de bem estar mínimo é que a maior parte dos melhores serviços básicos de saúde e educação, por exemplo, são oferecidos por empresas privadas. A habitação é tratada como um grande negócio, dos mais lucrativos; a garantia de direitos sociais é precária, substituída por investimentos em políticas de segurança pública e privada como promissores negócios, dentre eles, o grande sucesso das empresas de segurança privadas no país¹⁴⁰.

¹³⁹ “On peut distinguer deux grands types de protections. Les protections civiles garantissent les libertés fondamentales et assurent la sécurité des biens et des personnes dans le cadre d’un État de droit. Les protections sociales ‘couvrent’ contre les principaux risques susceptibles d’entraîner une dégradation de la situation des individus comme la maladie, l’accident, la vieillesse impécunieuse, les aléas de l’existence pouvant aboutir à la limite à la déchéance sociale » (CASTEL, 2003. p. 5)

¹⁴⁰ Alguns ramos, como o da blindagem de veículos na cidade de São Paulo, crescem exponencialmente, chegando a atingir 30% de aumento ao ano.

Uma resposta (equivocada) à insegurança social

Nos países de capitalismo avançado mais desiguais como os EUA e a Inglaterra, o Estado de bem estar social tem, rapidamente, se transformado em Estado penal, comprometendo a oferta de serviços essenciais aos seus cidadãos como saúde, educação e proteção social, canalizando recursos e investimentos, favorecendo interesses hegemônicos, principalmente, das grandes empresas.

Nos países de capitalismo tardio como o Brasil, o Estado – um histórico defensor de interesses hegemônicos – também passa a se constituir como um enorme sistema penal¹⁴¹, e dele se utiliza para promover vigilância exacerbada, repressão e criminalização da miséria, resultando em enorme aprisionamento de categorias sociais marginalizadas pelo processo econômico hegemônico. Essa transição é fortemente apoiada e estimulada pela grande mídia, a maior responsável por alimentar o *culto ao medo* que cria pressão sobre os políticos para ampliação das esferas legais criminalizantes, como aponta, por exemplo, Paulo Gama (2010, p.55):

Nas urbes pós-modernas, surge o paradoxo do *culto ao medo*. A mídia massificada e a espetacularização de grandes eventos danosos, embora raros e pontuais, geram o superdimensionamento dos riscos à vida, à saúde e aos bens do indivíduo. Incute-se na coletividade a falsa ideia de que os desastres, as doenças, os atos de violência extremada, enfim, os ataques aos bens jurídicos mais importantes ocorrem em proporções catastróficas e crescem desenfreadamente. Em consequência, além de se criar ambiente passional, favorável à chamada *legislação de emergência* – aquela em que o legislador se dobra demagogicamente ao clamor fácil e irrefletido em favor da ‘resposta’ penal -, insinua-se como marginal ou perigoso (um potencial *inimigo*) aquele de classe subalterna, que transita pela esfera informal.

Para Loicq Wacquant (2003) *há dominância de uma política de mercado onde o crime é não ser consumidor*¹⁴², alerta também feito por Milton Santos ao esclarecer que *mercado e território são sinônimos*, permitindo compreender a forte expansão territorial do sistema penal, em particular do prisional na contemporaneidade, quando a prisão também passa a ser considerada um grande negócio do capitalismo.

¹⁴¹ Um autor como Gama (2010, p. 55) sugere, inclusive, que a hipertrofia do Estado penal evolui rapidamente para um Estado policial, detentor não apenas do monopólio da violência, mas também da hegemonia da vigilância. Entretanto, dada a profusão de empresas privadas e, até mesmo, instituições como condomínios privados e residências particulares que fazem uso de aparatos e sistemas de vigilância aplicados à segurança, não sustentamos que o Estado penal acumule e também exerça este monopólio da vigilância. No entanto, concordamos com este autor quando ele afirma que os meios de comunicação alimentam uma cultura do medo, pela exploração sensacionalista e generalização absurda dos piores casos de violência, uma ação que alimenta a legislação criminalizante.

¹⁴² Entrevista Loic Wacquant: A criminalização da pobreza. Mais Humana, dez. 1999. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic1.htm>. Acesso em: 23 ago. 2013.

A aceleração das dinâmicas capitalistas em sua vertente penal amplia desigualdades espaciais e agudiza contradições como o alargamento da distância entre ricos e pobres, o enfraquecimento da atuação social do Estado (saúde, educação, proteção social) e a visão da segurança pública como uma esfera meramente técnica, pautada na presença e ação de uma polícia armada e altamente tecnificada. A resultante tem sido uma sensação crescente de insegurança, pois a implantação de qualquer meio ou objeto técnico é sempre pontual ou zonal, nunca abrangendo a totalidade do território. Por essa razão, a cerca elétrica torna-se capaz de provocar sentimentos de insegurança nos moradores da residência vizinha e contígua, por não possuir tal aparato, e criar nos seus moradores a sensação de estar mais desprotegidos.

Nesse contexto complexo, há muito mais do que uma guerra entre criminalidade e forças do estado, pois emerge uma guerra da informação. Nilo Batista esclarece como *a mídia destaca o medo e cria o pânico para gerar um clima de não-discussão*. Com isso, prevalecem os projetos hegemônicos na área da segurança pública, que parece ganhar vida própria e autonomia, descolada das questões sociais. Desse modo, *as questões sociais objetivas não têm relevo na consideração do episódio criminal, que fica reduzido a uma questão moral (BATISTA, 2001)*. Bem como, para Milton Santos (2006) *é fundamental a ampliação da consciência dos problemas para diminuir a distância entre uma retórica ruidosa e a realização concreta de direitos individuais*, apontando a possível relação entre as desigualdades produtoras do sentimento de insegurança e a criminologia.

Nesse quadro, as desigualdades nunca são discutidas, e suas conseqüências são consideradas como tendo causa própria. Por isso que a chamada criminalidade é apenas um sintoma, e não a doença em si, a qual deve ser combatida. Segundo Emma Goldman (2005, p. 63), *qual é a causa que compele um vasto contingente da família humana a escolher o crime, de preferir a terrível vida encarcerada à vida livre?*

Esta causa, certamente, deve ser inexorável, pois deixa suas vítimas sem saída, pois até o mais depravado ser humano ama a liberdade. Essa incrível força está condicionada por nossa cruel disposição social e econômica. Não afirmo que se deva negar os fatores biológicos, fisiológicos ou psicológicos na realização do crime; mas dificilmente se encontra um eminente criminólogo que não concordará que as influências sociais e econômicas são as mais implacáveis, as sementes mais venenosas do crime. Mesmo admitindo que existam tendências criminais inatas, não é menos verdade que estas tendências encontram campo fértil em nosso ambiente social.

Contraditoriamente, *usar a prisão como instrumento para proteção social seria como dizer que a saúde pode ser promovida pela disseminação de uma epidemia*¹⁴³, pois é difícil sustentar que há diminuição dos crimes pelo aumento da população prisional, pois em muitas sociedades do mundo, crimes como furtos, roubos e homicídios não param de crescer. *Por isso, diante de uma situação tão terrível, parece ridícula tagarelice dizer que a proteção da sociedade deriva das prisões.* (GOLDMAN, 2005, p. 61).

Nunca houve territórios com tantas cercas, sistemas, sensores, vigias ou cidades tão monitoradas, policiadas e controladas, resultante social da contínua criação de leis, ordens, protocolos, burocracias punitivas dentre outros recursos e aparatos criados em nome da segurança¹⁴⁴.

De parte do Estado, a resposta à insegurança social, com viés conservador, tem sido a ocupação militarizada das periferias pobres realizada pela Polícia Militar e apoiada por setores das classes médias e altas. No entanto, as elites ignoram os desdobramentos perversos dessas políticas, pois dessa forma o próprio Estado e as classes sociais menos críticas alimentam as organizações criminosas, as quais crescem nesse caldo de ignorância generalizada e de políticas de favorecimento prioritário às minorias hegemônicas¹⁴⁵.

Ao mesmo tempo, contingentes cada vez maiores da população se sentem inseguros e desprotegidos. Sobre eles são direcionados discursos do medo e da insegurança, propagados pela mídia como espetáculo diário de um sensacionalismo barato, explorando alguns poucos crimes

¹⁴³ “Com todas nossas tão vangloriadas reformas, nossas grandes mudanças sociais, e nossas descobertas de longo alcance, os seres humanos continuam a ser enviados para o pior dos infernos, aonde são ultrajados, degradados e torturados, para que a sociedade seja ‘protegida’ desses fantasmas de sua própria criação. Prisão, uma proteção social? Que mente monstruosa pode ter concebido uma ideia dessa? É como dizer que a saúde pode ser promovida pela disseminação de uma epidemia” (GOLDMAN, 2005, p. 59).

¹⁴⁴ Não serão discutidos, em pormenores, os crescentes e gigantescos lucros proporcionados pelo complexo científico-industrial dos sistemas eletrônicos de vigilância e controle, o que ficará como tarefa futura.

¹⁴⁵ “É deste cárcere infernal que nasce o crime organizado. É neste cárcere que nasceu o PCC, como todos sabem. Nasce daí a ilusão punitiva da classe média desinformada. Ao ter notícia do furto no supermercado ou de um porte de uma quantidade um pouco maior de maconha, pleiteia a punição exemplar do ladrão ou do pequeno traficante. Pleiteia, assim, que o Estado prenda logo o ladrão ou o pequeno traficante. Na prática deseja que este delinquente iniciante ou quase famélico seja posto num cárcere onde ele custará cerca de 2000 reais para o contribuinte para provavelmente se tornar um soldado do PCC. A realidade é que nossas prisões não têm servido para reeducação de ninguém. Ao contrário, são escolas do crime. E vão continuar sendo enquanto teirmos em usar o aprisionamento como medida punitiva para todo e qualquer delito, sem entender que prisão é medida fronteiriça que só deve ser usada contra o delinquente a oferecer efetivo risco à convivência social.” SERRANO, Pedro Estevam. A guerra e o cárcere. Revista Carta Capital 08/11/2012(Grifo nosso)

cruéis para alimentar o medo e a revolta de milhões de pessoas¹⁴⁶. Contraditoriamente, o equivocado remédio sugerido pela grande mídia torna a doença crônica e incurável.

Torna-se mais comum parcela crescente das classes médias e altas, principalmente, defender *a ampliação do sistema prisional, a diminuição da maioria penal, o aumento no tempo das penas, a pena de morte*, dentre outras reações punitivas. A compreensão da gestação das desigualdades espaciais e a ação do Estado na dinamização da violência estrutural tomam parte nos discursos sustentados por uma moral maniqueísta, contrapondo *gente* de bem a gente do mal, exigindo ampliação da repressão via sistema penal.

Talvez seja por isso que uma das maiores violências, no mundo de hoje, seja o uso da informação produzida deliberadamente contra sujeitos que, pertencendo às classes mais desfavorecidas, são julgados e condenados pela opinião pública, sendo, frequentemente, reprimidos com grande violência pela polícia (presos ou mortos) antes mesmo de sua história ter sido conhecida, ou de terem tido outra chance. A periferia é condenada como responsável por toda iniquidade que aflige a sociedade capitalista contemporânea.

Ampliação do sistema penal e comprometimento do orçamento

A análise de dados de uma série histórica de 18 anos do orçamento estadual, entre 1995 e 2013, revela uma grande ampliação de recursos para fortalecimento dos sistemas policial e prisional no Estado de São Paulo, em detrimento de Secretarias de gestão de outras áreas¹⁴⁷.

No período analisado, o orçamento total do Estado aumentou cerca de 9 vezes (de 22 para 192 bilhões, aproximadamente), apesar de em alguns anos pontuais (como em 2009) o orçamento ter crescido 24% em relação ao ano anterior (Gráfico 2). No entanto, no mesmo período de 18 anos, o orçamento da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP aumentou 24 vezes – passando, respectivamente, de 133 milhões em 1995 para 3,2 bilhões de reais em 2013.

¹⁴⁶ Com a expansão do meio técnico-científico-informacional para todo o território nacional, nos tempos recentes, enormes parcelas da população passaram a ser bombardeadas, diariamente, com um verdadeiro espetáculo do crime e das punições. Um espetáculo de preconceitos, exageros, discursos conservadores e reacionários, como um verdadeiro retrocesso moderno, eletrônico, às barbáries cometidas em praça pública na idade média, por programas populares de foco criminal como Brasil Urgente (Rede Bandeirantes) e Cidade Alerta (Rede Record de Televisão).

¹⁴⁷ Para consulta aos dados primários utilizados para essas análises consultar o Apêndice que se encontra no final desta tese.

Já o orçamento da Secretaria de Segurança Pública - compreendendo a soma dos orçamentos das polícias civil e militar no Estado de São Paulo - aumentou 15 vezes no período passando de um para 15 bilhões de reais. Em relação aos orçamentos das Secretarias de Habitação (465 milhões para 1,4 bilhões), Cultura (184 para 861 milhões) e educação (3,4 para 24 bilhões) o crescimento foi, respectivamente, da ordem de 3, 5 e 7 vezes no período, ou seja, abaixo do percentual de crescimento total o orçamento do Estado. No mesmo período de 18 anos, o orçamento do Poder Judiciário aumentou 13 vezes (de 590 milhões para 7,7 bilhões de reais), e o do Ministério Público 11 vezes (144 milhões para 1,6 bilhões de reais). Ver os Gráficos 1 e 2:

GRÁFICO 1 – Estado de São Paulo. Evolução do orçamento (total e dos poderes executivo, legislativo e judiciário), entre 1995 e 2013 (em reais R\$)

O Gráfico 1 representa as curvas exponenciais de crescimento do orçamento total e do poder executivo do estado de São Paulo, que gerencia a aplicação da maior parcela dos recursos do orçamento estadual. Em 2013, o percentual administrado pelo Executivo foi de 94% do total do orçamento estadual, por isso as curvas de crescimento dos orçamentos dos três poderes – representadas no gráfico - são tão díspares.

Um maior detalhamento dos principais constituintes do orçamento total do Poder Executivo será demonstrado nos Gráficos 2 a 7 a seguir. A elaboração da sequência foi necessária para aprofundar a análise por conta das grandes discrepâncias entre os dados dos orçamentos das Secretarias Estaduais, os quais poderiam gerar – caso tivessem sido utilizados isoladamente – interpretações equivocadas.

Em 2013, os orçamentos das Secretarias da Saúde e Educação ainda foram superiores aos das Secretarias de Gestão do sistema penal, como a Segurança Pública e Administração Penitenciária. No entanto, a evolução desproporcional dos orçamentos nas Secretarias de gestão dos sistemas repressivos levará, em pouco menos de duas décadas, à igualdade entre os orçamentos da Secretaria de Educação e Segurança Pública mais Administração Penitenciária somadas, os quais já apresentam volumes de recursos superiores ao das outras Secretarias analisadas (exceto a de Educação), como revela o Gráfico 4.

O Gráfico 4 demonstra um crescimento exponencial – cada vez maior com o passar do tempo – de todos os orçamentos representados, exceto daqueles das Secretarias de Habitação e Cultura. Chama a atenção a evolução somada dos orçamentos somados da Secretaria de Administração Penitenciária e Segurança Pública, em oposição ao da Secretaria de Habitação que tem se mantido praticamente no mesmo nível, com o passar do tempo, abaixo do crescimento do orçamento total do Estado. No entanto, essa condição agrava situações de desigualdades espaciais relacionadas às condições de moradia, como será demonstrado a seguir.

A moradia é um requerimento fundamental para uma vida digna, juntamente com outros direitos como saúde, educação, cultura, alimentação e liberdade de ir e vir. No entanto, em relação à habitação, os baixos números têm sido historicamente alarmantes, pois o déficit habitacional cresce exponencialmente e inversamente proporcional aos pequenos investimentos do Estado na área. A constituição do orçamento revela que a habitação não tem sido prioridade política do governo estadual, ao contrário dos investimentos crescentes para ampliação do sistema penal.

GRÁFICO 2 – Estado de São Paulo. Variação percentual do orçamento total em relação ao ano anterior entre 1996 e 2013 (em %)

GRÁFICO 3 – Estado de São Paulo. Evolução do orçamento das secretarias estaduais entre 1995 e 2013 (em reais R\$).

GRÁFICO 4 – Estado de São Paulo. Evolução da soma dos orçamentos das secretarias de segurança pública e administração penitenciária entre 1995 e 2013 (em reais R\$).

Os resultados dessa política são visíveis na geografia do estado de São Paulo – aumento do número de favelas; de loteamentos clandestinos; formação de bairros por autoconstrução sem o respeito às normas e padrões técnicos mínimos, ou sem qualquer suporte por parte do Estado; ocupação de morros, encostas, áreas de mananciais, constituindo-se na ampliação de ocupações nas chamadas “áreas de risco”, majoritariamente habitada pelas populações mais pobres.

Os centros das grandes cidades paulistas também revelam descaso com o planejamento da totalidade do território dos municípios e das cidades, pela voracidade da especulação imobiliária sem controle, que avança diante da ausência ou cumplicidade do Estado. Regiões inteiras têm sido deixadas sem cuidados, para apodrecer, revelando estratégias de valorização fundiária e imobiliária de novas áreas, agregando-se ao processo a pressão por modernizações caras de todo tipo, estimuladas ou negligenciadas por parte dos poderes municipal, estadual e federal. Algumas implicações desse processo são visíveis a olho nu: prédios abandonados, formação de cortiços, áreas degradadas pelo poder público – em diversas esferas, incluindo-se a estadual – por não

cuidá-las como se deve. Espaços valiosos do centro da cidade, sem a presença e cuidado do Estado, constituem-se no território abrigo de uma população carente e doente – o povo da rua, miseráveis econômica e humanamente que se misturam com doentes crônicos e dependentes químicos, todos abandonados à própria sorte. Exceto quando os chamados conservadores por um tipo de ordem repressiva são feitos por parcelas míopes e reacionárias da sociedade, as quais reivindicam maior repressão policial e expansão do aprisionamento.

Dados atuais de déficit de moradia são bastante divergentes ou incompletos, e mesmo a Secretaria Estadual de Habitação tem utilizado no ano de 2013 dados da pesquisa de condições de vida da Fundação SEADE - PCV ainda do ano de 2006. Esse estudo indicava como sendo de 3,9 milhões o déficit de moradias, também compondo este total o número de moradias inadequadas no estado de São Paulo¹⁴⁸. Essa soma – *déficit mais moradias inadequadas*, representava 33% do total de domicílios na época¹⁴⁹.

Em relação à construção de novas moradias, segundo a CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, entre 1967 e 2013 – período de 46 anos, o governo estadual construiu diretamente cerca de 550 mil habitações. O restante das moradias existentes atualmente foi construído por empresas privadas, ou diretamente pelos moradores, por meio de sistemas de autoconstrução, cooperativas ou mutirão.

A Capital, município de São Paulo, concentra grande parte dos problemas de habitação do estado. Dados da Secretaria Municipal de Habitação de 2009 demonstravam haver 1.632 favelas na capital (1.520 sem projetos de urbanização); 1.024 loteamentos irregulares, 1.202 cortiços, além de 29 mil moradias localizadas em áreas de risco alto e muito alto, onde morava um número

¹⁴⁸ “São consideradas inadequações: moradias de alvenaria localizadas em favelas ou cortiços; moradias com espaço interno insuficiente para as funções básicas de repouso, lazer, preparo de alimentos e higiene; moradias com congestionamento domiciliar, ou seja, mais de uma pessoa por cômodo ou de duas pessoas por dormitório; moradia com infra-estrutura interna insuficiente, ou sem acesso às redes de água, esgotamento sanitário, energia elétrica e coleta de lixo; moradia própria sem documentação de posse, ou moradia alugada com renda domiciliar inferior a três salários mínimos.” Fonte: Fundação SEADE, CDHU. *Necessidades Habitacionais no Estado de São Paulo. Subsídios para o Plano Estadual de Habitação 2010-2023*. São Paulo: Seade; CDHU, 2010, 56p.

¹⁴⁹ “O déficit habitacional é constituído por moradias que requerem substituição, e a inadequação habitacional é constituída por moradias que apresentam carências diversas que podem ser solucionadas sem a construção de moradias novas. Por meio de reforma, ampliação ou adequação da unidade habitacional, associadas, conforme o caso, as ações de urbanização, recuperação urbana e regularização fundiária.” Fonte: Secretaria da Habitação do governo do estado de São Paulo <http://www.habitacao.sp.gov.br/> acesso em 25/09/2013.

aproximado de 115 mil pessoas que já deveriam ter sido levadas para outras áreas mais seguras. Já nas áreas de risco baixo ou médio da capital, havia outras 70 mil moradias.

Duas das maiores favelas de São Paulo – Paraisópolis e Heliópolis - abrigavam mais de 13 mil domicílios e 40 mil pessoas cada em 2010 segundo o IBGE, constituindo-se em território abrigo de uma população de baixa renda e altamente vulnerável à violência policial do estado e aprisionamento, dentre outras violências.

Desde 1996, o Estado de São Paulo gasta mais com Segurança Pública do que com Transportes, Cultura e Habitação, conforme revelam os Gráficos 3 e 4, sendo que a diferença aumenta de forma exponencial. Enquanto em 1996 a soma conjunta dos orçamentos da Segurança Pública e Administração Penitenciária correspondia a 1,8 vezes ao que se gastava com habitação e cultura no Estado de São Paulo, em 2013 esta diferença passou a ser de 8 vezes (18,8 bilhões contra 2,3 bilhões de reais, respectivamente). Esse processo, caso prossiga no mesmo ritmo, dentro dos próximos anos produzirá inúmeras outras distorções, como foi projetado no Gráfico 5.

GRÁFICO 5 – Crescimento exponencial dos Orçamentos das Secretarias de Segurança Pública mais Administração Penitenciária, e da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo com dados reais entre 1995 e 2013, e dados simulados até 2030 (em reais R\$)

O Gráfico 5 expressa uma evolução no tempo do crescimento exponencial da soma dos orçamentos conjuntos das Secretarias de Administração Penitenciária e Segurança Pública, em comparação com o Orçamento da Secretaria Estadual de Educação. O encontro das curvas projetadas – até 2030 – significa a equivalência entre desses orçamentos naquele ano.

Em 1995, a soma dos orçamentos das Secretarias de Segurança Pública mais Administração Penitenciária correspondia a, apenas, 34% do total do orçamento da Educação (1,2 contra 3,7 bilhões de reais, respectivamente). Uma projeção no tempo revela que até o ano 2030, ou seja, no período correspondente aos próximos 20 anos, serão gastos nessas Secretarias repressivas os mesmos valores que os da Secretaria de Educação, considerando-se os mesmos ritmos de crescimento dos atuais orçamentos das Secretarias de Administração Penitenciária somada à Segurança Pública (Gráfico 5).

No entanto, a distorção maior ocorre não apenas em relação à diferença de valores, mas, principalmente, em razão da Secretaria Estadual de Educação atender contingentes de milhões de pessoas (juntando-se professores e estudantes), o que pode significar um volume investimentos per capita aquém do necessário. O número de matrículas na rede estadual de educação em 2013 que foi de pouco mais de 4 milhões de alunos, além de empregar centenas de milhares de professores¹⁵⁰. Por isso, o gasto per capita na educação será enormemente desproporcional ao da Secretaria de Segurança Pública.

Outro dado revela a inversão de prioridades de investimentos do Estado, pois, enquanto o orçamento dos sistemas policial e prisional tem sido ampliado de forma exponencial, a fila para matrículas em creches apenas na capital, segundo cadastro da Prefeitura Municipal de São Paulo, era de 150 mil crianças em 2012, aumentando a cada ano. Todavia, estimava-se que o déficit de vagas nesse segmento fosse ainda maior, ao menos o dobro, caso fossem consideradas todas as mães trabalhadoras de baixa renda com filhos pequenos. Sem contar a falta de prioridades de

¹⁵⁰ Considerando-se a soma de todas as matrículas da educação infantil (creche e pré-escola), ensino fundamental, médio e educação de jovens e adultos. Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP.

investimentos em cultura e arte, dentre outras áreas geradoras de novas possibilidades de participação social, além da educação, nas periferias pobres.

GRÁFICO 6 – Estado de São Paulo. Evolução dos Orçamentos das Secretarias de Administração Penitenciária, Cultura e Habitação entre 1995 e 2013.

Em 1995, o orçamento da Secretaria Estadual de Habitação foi 3,5 vezes superior ao da Secretaria de Administração Penitenciária. No entanto, 18 anos depois a situação se inverteu, com a Administração Penitenciária alcançando um orçamento 2,2 vezes superior ao orçamento total da Secretaria de Habitação (3,2 contra 1,4 bilhão de reais - Gráfico 6). Os orçamentos somados das Secretarias de Segurança Pública e Administração Penitenciária em 2013 totalizaram 19 bilhões de reais, ou seja, ultrapassou em 10 bilhões de reais o orçamento conjunto das três universidades públicas estaduais do Estado de São Paulo (USP, UNICAMP e UNESP), cuja somatória dos orçamentos naquele mesmo ano totalizou 9,4 bilhões de reais. (Gráfico 7)

GRÁFICO 7 – Estado de São Paulo. Evolução dos Orçamentos da USP, UNESP, UNICAMP e FAPESP entre 2002 e 2013 (em reais R\$).

A evolução dos valores no tempo permite afirmar que os orçamentos das Secretarias de Segurança Pública mais Administração Penitenciária somavam uma quantia 18 vezes maior do que os financiamentos de pesquisa no Estado de São Paulo, conforme revela seu comparativo com o orçamento da FAPESP em 2013 (18,8 bilhões contra 1,1 bilhão de reais).

Essa comparação entre os orçamentos do sistema penal com as instituições públicas de pesquisa e ensino pode ser feita por duas razões principais. Primeiramente, revelam uma política prioritária de investimentos, privilegiando sistemas repressivos, em comparação aos investimentos para produção de conhecimento e formação de pessoas; em segundo lugar, por que as universidades paulistas são aparelhos institucionais complexos e caros, servindo a milhares de pessoas (funcionários docentes, não docentes e estudantes), mas cuja manutenção total correspondia, somente, a 49% do total do orçamento conjunto dos sistemas prisional e policial para o ano de 2013.

Com o aumento do aparato repressivo, o sistema penal se torna mais complexo, com ampliação de sua burocracia e, conseqüentemente, dos seus gastos diretos e indiretos, dentre outras implicações para sua gestão. Considerando-se somente os atuais valores, o uso de apenas 50% do orçamento da Secretaria de Administração Penitenciária e da Secretaria de Segurança

Pública (cerca de 9 bilhões de reais) permitiria sustentar três novas estruturas universitárias do mesmo porte da UNICAMP, UNESP e USP.

O aumento dos investimentos na Segurança Pública e Administração Penitenciária em detrimento de outras áreas de grande demanda social aprofundará ainda mais as enormes desigualdades espaciais do Estado de São Paulo, cuja constituição atual será analisada a seguir.

Breve análise das desigualdades do Estado de São Paulo

Reconhecer parte das desigualdades do Estado de São Paulo permitirá compreender a dialética espacial entre as áreas do grande aprisionamento – coincidentes com as maiores concentrações populacionais e ao MTCINF no território estadual, e os territórios usados como recurso para expansão do sistema prisional paulista em direção, principalmente, ao interior.

Os mapas utilizados nas análises compõem um retrato instantâneo da realidade, pois os dados ou eventos representados são temporais ou datados, mas tornam possível representar e analisar aspectos dos usos do território em diferentes escalas, todavia, com grande vantagem na representação da totalidade da escala geográfica escolhida, em comparação com gráficos, tabelas ou outras formas de tratamento técnico dos dados.

No entanto, como mapas isolados são instrumentos limitados, pois representam, no máximo, algumas poucas variáveis combinadas, eles devem ser utilizados em sequência, para que possam reconstituir – em seu conjunto – uma melhor representação do objeto de estudo a ser analisado.

A escolha das variáveis a serem representadas torna-se uma das tarefas mais complexas, devido à enorme disponibilidade de informações estatísticas na atualidade, principalmente na escala municipal. No âmbito de um projeto de pesquisa de maior fôlego – caso de uma pesquisa para um doutorado – uma grande quantidade de variáveis deve ser escolhida e cartografada, mas parte das cartografias acaba sendo descartada no decurso das análises, caso não contribuam de forma significativa para o conhecimento do objeto estudado.

No entanto, para realização da série cartográfica que se segue, foram selecionadas variáveis capazes de contribuir para demonstração da tese. Para isso, houve escolha de variáveis que tanto representam características da população e suas condições de vida (como número de habitantes, densidade populacional, vagas em hospitais), como aquelas relacionadas às atividades

econômicas (dados de emprego e rendimentos) todas influenciadas, condicionadas ou decorrentes das políticas ou formas pelas quais o Estado planeja e organiza seu território.

No caso dessas sequências de mapas produzidas para a tese, torna-se importante observar onde ocorrem as principais concentrações, em oposição às áreas de menor densidade, para cada um dos dados mapeados. E, com isso, será possível perceber que as imagens formadas permitem reconhecer contiguidades, rupturas, dispersões, interações dentre outras correlações possíveis. Vamos a eles.

Os MAPAS 1 e 2 (total de presos e vagas, e déficit de vagas respectivamente) abrem a série cartográfica, e representam a posição de destaque do sistema prisional paulista em relação aos outros Estados federativos brasileiros. Mas também revelam a superlotação das prisões em todo o país, mas com enorme destaque para o maior déficit de vagas no sistema prisional paulista, malgrado sua forte expansão com grande criação de vagas nos anos mais recentes.

No caso específico do Estado de São Paulo, uma primeira característica da desigualdade paulista é o uso desigual da totalidade do seu território por sua enorme população de 41,2 milhões de habitantes. Em relação aos usos demográficos do território dos 645 municípios do Estado de São Paulo, 402 deles têm menos que 20 mil habitantes; já outros 38 municípios apenas – com população superior a 200 mil habitantes – concentram 63% de toda população estadual (MAPA3).

São Paulo é um Estado com elevada taxa de urbanização, com apenas 95 municípios com menos de 70% da população vivendo em cidades, e outros 283 municípios com população urbana entre 90 e 100% da população total. Os municípios com menor taxa de urbanização são encontrados nas regiões Leste, Sul e extremo Oeste do Estado de São Paulo. (MAPA 04).

A população mais jovem também ocupa de forma bastante desigual o território paulista, como as pessoas com idades entre 15 e 24 anos, cuja parcela masculina nesta faixa etária tem sido a mais criminalizada pelo sistema penal (MAPA 05).

O Estado mais rico da federação possui 167 municípios com mais de 10% das crianças nascendo com peso máximo de 2,5 kg (MAPA 07). Um desses municípios, mas com 25% das crianças nascendo abaixo do peso, é Balbinos. Ele recebeu grandes investimentos para construção e gestão de duas unidades prisionais em seu território. No entanto, o mesmo esforço não foi feito pelo Estado para melhorar as condições de vida e dos serviços de saúde para uma parte de suas gestantes, implicando que elas continuem a ter filhos com baixo peso.

As regiões norte e noroeste do Estado – que concentram forte expansão do sistema prisional paulista - também possuem muitos municípios com crianças nascendo abaixo do peso ideal. Essa região também concentra muitos municípios com elevado percentual de mães adolescentes (MAPA 9).

As precárias condições de saúde e alimentação das gestantes, somadas às dificuldades de acesso aos serviços de saúde adequados, pouco disponíveis gratuitamente aos mais pobres no Estado de São Paulo, como revela o Mapa dos Leitos SUS (MAPA 8). Esses dados comprovam como as principais demandas sociais das regiões com municípios sendo requisitados para expansão do sistema pena, também possuem condições que revelam demandas sociais não atendidas por descaso ou falta de prioridade do governo do Estado de São Paulo em cuidar das áreas sociais.

MAPA 1– Brasil: Total de presos e de vagas no sistema prisional por estado em 2012.

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN
Elaboração cartográfica: James H. Zomighani Jr.

MAPA 2 – Brasil: Total de déficit de vagas no sistema prisional por estado em 2012.

MAPA 3 – Estado de São Paulo: população por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 4 - Estado de São Paulo: taxa de urbanização por município (em %) em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 5 - Estado de São Paulo: população entre 15 e 24 anos por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 6 - Estado de São Paulo: população masculina entre 15 e 24 anos por município em 2010.

MAPA 7 - Estado de São Paulo: percentual de nascidos vivos com menos de 2,5 kg por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 8 - Estado de São Paulo: disponibilidade de leitos SUS por 1.000 habitantes por município em 2010.

Mapa sem escala

MAPA 9 - Estado de São Paulo: percentual de mães adolescentes por município (em %) em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 10 - Estado de São Paulo: total de empregos formais por município em 2010.

Mapa sem escala

MAPA 11 - Estado de São Paulo: rendimento médio dos empregos formais em reais (R\$) por município em 2010.

Mapa sem escala

MAPA 12 - Estado de São Paulo: participação dos serviços no total do valor adicionado do PIB (em %) por município em 2010.

As maiores densidades da riqueza produzida também correspondem às áreas de concentração do MTCINF, ou as áreas prioritárias escolhidas pelos usos hegemônicos pelo Estado e pelas empresas, e que concentram produção de riquezas, principalmente, no setor terciário da economia com predominância dos serviços (MAPA 12), contrariamente às regiões em direção às quais o sistema prisional tem se expandido de uso tradicionalmente agrícola.

As regiões mais utilizadas como recurso para expansão do Sistema Prisional paulista – Oeste e Noroeste – possuem menos habitantes - inclusive de jovens (MAPA 6), e menor quantidade de empregos formais por município (MAPA 10), com rendimentos médios dos empregos formais inferiores aos das regiões mais ricas como a RMSP (MAPA 11).

O oeste e noroeste do estado de São Paulo constituem-se em regiões historicamente caracterizadas por usos agrícolas do seu território. No entanto, na atualidade, muitos dos seus municípios também apresentam grande participação dos serviços no total do valor adicionado do PIB (MAPA 12), principalmente nos municípios maiores.

O território recurso para expansão do sistema prisional no estado de São Paulo tem sido prioritariamente o de municípios com pequeno número de habitantes (MAPA3), menor rendimento per capita (MAPA 11) localizados principalmente no Oeste e noroeste do território estadual. As regiões mais pobres – como o Vale do Ribeira, no sul do estado - divisa com o estado do Paraná - têm sido menos atrativas, por possuírem menor taxa de urbanização com baixa densidade de infra-estruturas e concentração do setor de serviços.

O sistema penal possui diversas contradições, dentre várias, a de se utilizar de inúmeras tecnologias altamente desenvolvidas – para sua implantação ou funcionamento, bem como de exigir atributos territoriais (estradas, redes técnicas) para se conectar, a partir do território usado por suas unidades, com um comando centralizado. No entanto, esse sistema possui grandes falhas de gestão, que agredem diversas garantias e direitos das pessoas. Como um tipo particular de violência institucional, a burocracia gera atrasos, e mantém pessoas com direito a liberdade ou progressão de regime em situações de grande descaso físico e institucional. Além dessas questões, a seguir também será analisado como a mídia, essa grande agência informal de criminalização – nas palavras de Nilo Batista, também promove outras violências.

Burocracia, mídia e violência

É recorrente o argumento da necessidade de reforma ou modernização do sistema prisional, pela ampliação de gastos, para aumentar a segurança pública ou defesa da sociedade. Essa ideia, além do desdobramento na ampliação da infra-estrutura, também tem criado diversos subsistemas, protocolos, normas, em uma expansão sem fim da burocracia estatal.

Chamada a resolver algo insolúvel, a burocracia - servindo à uma gestão sem política - torna os processos mais morosos, pois se encontra no campo da ação política e não da gestão uma resposta efetiva para a questão prisional como afirma Hanna Arendt (1994, p. 59). Cria-se um enorme monstro sem cabeça de comando, pois *em uma burocracia plenamente desenvolvida não há ninguém a quem se possa dirigir*¹⁵¹.

Em um sistema penal fortemente burocratizado, mas desorganizado e descoordenado como o sistema prisional paulista, em seguida ao ato de se prender segue-se uma série de outros eventos marcados pelo desrespeito às leis, principalmente no que se refere à execução penal, no descumprimento do tempo de condenação e ausência de progressão do regime de penas. O aparato burocrático sem finalidade no ser humano por trás das grades constitui-se como outro tipo de violência do Estado, mas que resulta dos entraves burocráticos, da má-gestão e do descaso com as pessoas submetidas ao sistema penal, pois

A violência pode se dar pela fixação de regras e normas de conduta que amesquinham e diminuem o homem, sem que ele disso tenha consciência (um ato implícito, então, por ser parcialmente ou não ser desvendada, a violência pode ser manipulada como uma prática de dominação entre desiguais¹⁵².

A técnica, quase sempre, travestida de novos protocolos ou tecnologias avançadas, surge como grande redentora, ou como esforço para se aumentar a sensação de segurança. Assim, são acelerados processos que compreendem ações sem fim de proteções, como busca desesperada por

¹⁵¹ « Em uma burocracia plenamente desenvolvida não há ninguém a quem se possa dirigir, a quem se possam apresentar queixas, sobre quem exercer as pressões do poder. A burocracia é a forma de governo na qual todas as pessoas estão privadas da liberdade política, do poder de agir; pois o domínio de ninguém não é um não-domínio, e onde todos são igualmente impotentes temos uma tirania sem tirano » (ARENDR, 1994, p. 59).

¹⁵² ODALIA, 1991, p. 25.

segurança diante dos sistemas que são colocados diariamente pela mídia diante dos olhos da população, como verdadeira tábua de salvação¹⁵³.

No caso da grande mídia, o discurso em defesa da prisão, hoje um aparato falido e que consome importantes recursos do Estado nacional, ignora seu funcionamento institucional, mas defende o falacioso argumento de que ela serve para proteger a sociedade dos crimes, ignorando-se suas causas. Vive-se na cidade como se ela fosse um grande território homogêneo, e não houve outras seletividades, inclusive aquelas das práticas criminosas.

Esse discurso caracteriza parte dos cidadãos como vítimas em potencial de um único tipo de violência, aquela decorrente de crimes cometidos por ladrões, assaltantes, seqüestradores. Mas, já é possível demonstrar como a cidade não se constitui como espaço homogêneo para a ocorrência de transgressões contra a lei penal, bem como há outros tipos de violência como a estrutural – constituída por uma somatória de desigualdades - causa original das primeiras.

De modo geral, o território usado para prática de crimes e violências contra a pessoa (agressões, estupros, homicídios)¹⁵⁴ é aquele das periferias pobres e *consideradas pela grande mídia como espaços da violência, portanto com poder reduzido ou ausente*, e com formas de ação políticas limitadas diante do aparelho de Estado (ARENDT, 1994, p.59)¹⁵⁵. Já o território praticado para crimes contra a propriedade (furtos, roubos) e tráfico de drogas é o dos bairros mais ricos e bem estruturados da cidade, bem como vias de circulação de riqueza (como as rodovias)¹⁵⁶.

¹⁵³ “L’insécurité moderne ne serait pas l’absence de protections, mais plutôt leur envers, leur ombre portée dans un univers social qui s’est organisé autour d’une quête sans fin de protections où d’une recherche éperdue de sécurité. Qu’est-ce qu’être protégé dans ces conditions ? Ce n’est pas être installé dans la certitude de pouvoir maîtriser parfaitement tous les risques de l’existence, mais plutôt vivre entouré de systèmes de sécurisation qui sont des constructions complexes et fragiles, et portent en eux-mêmes le risque de faillir à leur tâche et de décevoir les attentes qu’ils font naître. La recherche des protections créerait ainsi elle-même de l’insécurité. La raison en serait que le sentiment d’insécurité n’est pas une donnée immédiate de la conscience. Il épouse au contraire des configurations historiques différentes, parce que la sécurité et l’insécurité sont des rapports aux types de protections qu’une société assure, ou n’assure pas, d’une manière adéquate. Autrement dit, aujourd’hui, être protégé, c’est aussi être menacé. Le défi à relever serait alors de mieux comprendre la configuration spécifique de ces relations ambiguës protection -insécurité, ou assurances - risques, dans la société contemporaine ». CASTEL, Robert. *Op. Cit.*, p.7.

¹⁵⁴ Como demonstram, por exemplo, os registros dos Boletins de Ocorrência-BOs disponibilizados pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo-SSP/SP (Fonte: <http://www.ssp.sp.gov.br/novaestatistica/mapas.aspx>)

¹⁵⁵ “(...) embora eu esteja inclinada a pensar que muito da presente glorificação da violência é causada pela severa frustração da faculdade da ação no mundo moderno” (ARENDT, 1994, p. 60).

¹⁵⁶ Ao longo da Rodovia Anhanguera, localizada no estado de São Paulo, concentram-se os principais roubos contra caminhões com cargas valiosas no país, principalmente no trecho compreendido entre São Paulo, passando por

No entanto, a espetacularização e exploração da violência pela grande mídia também é altamente seletiva, pois classifica outras transgressões como menos danosas. Como exemplo, os desvios de finalidade dos recursos econômicos do Estado, ou de empresas públicas e privadas, bem como também o favorecimento lícito ou ilícito, muitas vezes clandestino, de empresas que se beneficiam ilegalmente de vantagens oferecidas pelo aparelho de Estado.

Essas ações não são consideradas crimes graves como aqueles primeiros, por possuírem como transgressores agentes que não são os habitantes despossuídos das periferias e bairros pobres da cidade. Eles estão, portanto, deslocados fora dos circuitos espaciais da criminalização alimentados pela mídia corporativa, espaços de ação ostensiva, muitas vezes violenta, do sistema policial.

Em relação à mídia, a distorção seletiva do tipo de evento classificado como criminal também reforça sentimentos de insegurança social, em defesa do fortalecimento do sistema penal e expansão do sistema prisional, o que não se constitui em novidade neste começo de século XXI.

A literatura policial surgida no século XIX já destacava as terríveis narrativas de crimes nas páginas policiais, cujo objetivo não era, seguramente, apenas informar o cidadão sobre um determinado evento criminal. Nos subtextos encontrava-se também o objetivo de incutir nos leitores uma tomada de posição, e assim utilizá-los como força útil ao funcionamento do sistema de controle social (do qual a prisão faz parte), e também para naturalização das desigualdades que se aprofundavam na formação da sociedade industrial. Afinal, era fundamental criar mecanismos eficientes para proteger os meios de produção que se encontravam nas mãos dos mais pobres, ou seja, criar um forte sentimento moral para que os próprios despossuídos protegessem os bens que, não sendo sua propriedade, serviam para enriquecer os mesmos agentes que os exploravam, aqueles que compravam sua força de trabalho¹⁵⁷.

Campinas e chegando até Ribeirão Preto. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, os chamados “arrastões” – assaltos a restaurantes, dentre outros estabelecimentos comerciais – tem predominado em bairros nobres da capital como os Jardins e Moema, ou de classe média, mas muito bem servidos por infra-estrutura, comércio e serviços como a Vila Mariana.

¹⁵⁷ Foucault (2003, p. 133) descreve como este processo não nos é contemporâneo, tendo sido criado no século XIX com o fortalecimento da separação dos capitalistas e operários que então ocorria na formação da sociedade industrial: “A partir do momento em que a capitalização pôs nas mãos da classe popular uma riqueza investida em matérias-primas, máquinas e instrumentos, foi absolutamente necessário proteger esta riqueza. Já que a sociedade industrial exige que a riqueza esteja diretamente nas mãos não daqueles que a possuem, mas daqueles que permitem a extração do lucro fazendo-a trabalhar, como proteger esta riqueza? Evidentemente uma moral rigorosa: daí esta

Por essa razão é possível comprovar como a mídia funciona como *agência informal de criminalização*¹⁵⁸, quando defende a ação da polícia e os usos da prisão como instrumentos primordiais da justiça (hegemônica), recurso bastante utilizado em momentos de crise ou insegurança social. Mesmo que seja a mesma insegurança criada pelos mecanismos de concentração de riqueza e produção da miséria. Ou de não pertencimento às redes e sistemas de proteção e garantia de direitos que são conhecidos, mas que não cobrem toda população, ou que funcionam de maneira falha e bastante seletiva em territórios extensos e desiguais. Fato bastante comum em um país com as dimensões do Brasil.

São necessárias análises mais totalizantes. Afinal, as desigualdades no território das cidades são mostradas, quase sempre, por meio de lentes distorcidas e que associam (quase) diretamente locais com pobreza como espaços da violência (sem o cuidado de distinguir violência conjuntural e estrutural). Assim a favela e o local do tráfico de drogas são tratados como sinônimos, ou as periferias pobres como *locus* original da violência, do estupro, do assassinato. Quase sempre, as respostas políticas resultantes dessa visão distorcida são ações repressivas, como armar mais a polícia, ou realizar incursões cada vez mais violentas contra os mais pobres nas periferias. Não são discutidas as razões estruturais que originam a pobreza, nem a ausência das ações não repressivas do Estado nas regiões mais pobres e nem a criminalidade praticada nos bairros ricos, o que de fato se encontra com as raízes da violência¹⁵⁹. Mesmo assim, depois da ocorrência de eventos graves e tristes relacionados à violência contra a pessoa, cobra-se civilidade daqueles que têm sido historicamente tratados pelo Estado com omissão, descaso, discriminação e violência.

formidável ofensiva de moralização que incidiu sobre a população do século XIX. Veja as formidáveis campanhas de cristianização junto aos operários que tiveram lugar nesta época. Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. Onde o nascimento da literatura policial e da importância nos jornais, das páginas policiais, das horríveis narrativas de crimes”

¹⁵⁸ “Importante ressaltar que a mídia, conquanto não se traduza em instância formal de criminalização, vem tendo papel de destaque como agência informal desse movimento, tanto em seu aspecto primário (induzindo e legitimando o incremento da legislação penal) quanto em sua vertente secundária (induzindo e legitimando a atuação das agências executivas de criminalização)”. (GAMA, 2010, p. 58).

¹⁵⁹ Hanna Arendt (1994, p. 63) afirma, no que se refere à desintegração (ou ausência) dos serviços públicos essenciais, e a falência das instituições no trato das questões sociais, processo em marcha durante o século XX principalmente que « mais uma vez, não sabemos aonde estes desenvolvimentos podem nos conduzir, mas sabemos, ou deveríamos saber, que cada diminuição no poder é um convite à violência – quando menos já simplesmente porque aqueles que detêm o poder e o sentem escapar de suas mãos, sejam eles os governantes ou os governados, têm sempre achado difícil resistir à tentação de substituí-lo pela violência”.

As mensagens de crimes que a mídia, insistentemente, transmite diariamente à população principalmente pela televisão, reforçam sentimentos de insegurança com a exploração e repetição incansável de chocantes atrocidades ocorridas nas regiões mais pobres, ou nos circuitos espaciais mais favorecidos da cidade grande. Suas causas, quase nunca, são investigadas ou discutidas com profundidade pelos políticos, cientistas ou pelos chamados *formadores de opinião* (apresentadores de telejornais), muito menos pelas classes sociais menos intelectualizadas ou desinformadas.

A relação entre eventos violentos e as sensações criadas por informações criminais deliberadamente escolhidas, possibilitaram a Castel (2003, p. 7) elaborar sua hipótese de que *as sociedades modernas são construídas sobre o terreno da insegurança por que elas são sociedades de indivíduos que não encontram, nem neles próprios, nem em seu entorno imediato a capacidade de assegurar sua proteção*. Por isso, contraditoriamente, são sociedades que valorizam a individualidade ao extremo.

A constituição de novos lugares, decorrentes de outros usos do território forjando solidariedades orgânicas parece ser uma alternativa à ampliação e ação dos sistemas policial e prisional, como resposta à violência e insegurança social. Ao contrário, ao promover o indivíduo, a sociedade contemporânea promove também, ao mesmo tempo, sua sensação e condição de vulnerabilidade. Para Castel, são as redes (relações entre indivíduos, relações de dependência e interdependência) que protegem os membros de uma determinada sociedade. No entanto, a ideia de rede – como aparece hoje em sua forma dominante – é a própria condição material do exercício da hegemonia.

Portanto, parece ser mais coerente com a constituição de novas práticas e relações entre os sujeitos – com vistas à diminuição da violência, e garantia da segurança social – a retomada da ideia de lugar. Para Milton Santos, *esse espaço do acontecer solidário decorre da criatividade humana capaz de forjar novas relações*¹⁶⁰. Conceito retomado por Maria Adélia de Souza com

¹⁶⁰ “O fato de o sistemismo dos objetos condicionar o sistemismo das ações não significa que entre eles haja uma relação automática. Existem mediações e, entre elas, a lei, as normas, os costumes, a religião, as representações herdadas ou ensinadas. Mas a interação humana pode forjar novas relações, criando a surpresa e impondo a novidade” (SANTOS, 2002, p. 228).

sentido mais profundo e ligado à mudança, pois, para ela, o lugar é também *essa construção política da resistência na base social, constituída pelos “de baixo”, sem mediação*¹⁶¹.

A organização do território reforça tanto condições geográficas para garantias de direitos, ou o reforço de sua negação, o que pode ser re-significado pela nova e desejável constituição dos lugares como expressão de outros usos do território, e consequência de uma nova política a serviço de outra organização do espaço geográfico.

Torna-se cada vez mais urgente a constituição dessa nova geografia, fundada em práticas políticas revolucionárias, bem como no atendimento aos direitos como elementos fundadores e basilares da verdadeira segurança social.

¹⁶¹ Notas de aula e de orientação de tese.

Capítulo 4

Novas hegemonias e a atual seletividade penal

Capítulo 4

O objetivo deste capítulo é o de reconhecer as principais hegemonias que se formaram no território brasileiro. E do modo como elas têm orientado o funcionamento do sistema penal de forma altamente seletiva, pois a polícia, os tribunais e a prisão – seus elementos constituintes – têm sido utilizados pelos poderes hegemônicos como instrumentos de reprodução das desigualdades espaciais.

O mito da igualdade penal no Brasil

A prisão brasileira é destinada prioritariamente para abrigar transgressores das classes menos favorecidas, e que compõe a maioria da população prisional, o que comprova a grande seletividade penal no país. Esta seletividade ocorre, principalmente, pela ação da polícia, que prende nas ruas, com forte atuação ostensiva em bairros mais pobres ou periféricos, ou no centro empobrecido das grandes cidades. Outro componente da seletividade é o modo de ação do sistema judiciário, pois as pessoas com menos condições de apresentarem defesas jurídicas tecnicamente competentes, tornam-se mais vulneráveis para se defender da repressão do Estado.

No entanto, contraditoriamente, parte significativa da população das classes menos privilegiadas também é defensora da prisão como sinônimo de justiça, para punição dos criminosos comuns ou expressando sentimentos de vingança, principalmente quando houve crimes contra seus próprios familiares. Como a prisão é instrumento que acarreta grandes danos a pessoas originárias nas classes populares, sua defesa pelos mais carentes resulta da assimilação de ideologia forjada pelas classes dominantes, e disseminada pela mídia corporativa, de uma psicoesfera que associa prisão e justiça como sinônimos¹⁶². Razão pela qual é muito mais comum

¹⁶² “A psicoesfera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário.” (SANTOS, 2002, p. 256).

a grande mídia associar a consequência de determinados crimes diretamente à prisão¹⁶³, do que mostrar outras alternativas como resposta às transgressões.

A figura que representa a justiça – uma estátua com venda nos olhos e portando uma espada, com significado de tratamento com igualdade e força – não corresponde plenamente à realidade brasileira, pois a justiça não age com neutralidade, nem trata réus de origens sociais distintas com equidade. A força da espada (códigos, leis, normas) é desferida, com diferente intensidade, nos réus ricos e pobres¹⁶⁴.

Em relação aos mais ricos, as chances de sua condenação à pena privativa de liberdade são remotas, por conta tanto das relações assimétricas que investem as classes sociais mais ricas, aquelas com maiores condições de pressionar para obterem decisões favoráveis, de melhor se defenderem, ou com maiores condições de pressionar e atuar junto ao sistema penal para obter decisões favoráveis.

Como o judiciário brasileiro não se descola dos poderes políticos e econômicos, aqui “a balança está sempre a serviço da espada” (COMPARATO, 2013).

As paisagens urbanas, das cidades brasileiras, apresentam intensos contrastes entre riqueza e miséria, distinção também presente na ação penal do Estado que não trata moradores das áreas ricas ou pobres de forma igual perante a lei, contrariando a própria Constituição Brasileira¹⁶⁵. Deste modo, as paisagens das desigualdades visíveis no território das cidades tornam-se expressões concretas das assimetrias também encontradas no sistema penal.

Nas periferias pobres o braço armado e repressivo do Estado formado pelas polícias, atua com grande intensidade agravando as condições de pobreza por agir com discriminação, repressão e violência. É regra comum a polícia associar potenciais ofensivos às pessoas a partir do seu local de origem, ou seja, pessoas vindas dos bairros mais pobres da cidade são facilmente

¹⁶³ Emma Goldman (2005, pp. 61-62) apresenta uma classificação de quatro tipos de crimes: *o político, o passional, o insano e o ocasional*.

¹⁶⁴ “Tradicionalmente, a deusa greco-romana da justiça é representada pela figura de uma mulher, portando em uma mão a balança e na outra a espada. A simbologia é clara: nos processos judiciais, o órgão julgador deve sopesar criteriosamente as razões das partes em litígio antes de proferir a sentença, a qual se impõe a todos, se necessário pelo uso da força. Entre nós, porém, a realidade judiciária não corresponde a esse modelo consagrado. Aqui, nas causas que envolvem relações de poder, com raríssimas exceções, os juízes prejudgam os litígios antes de apurar o peso respectivo dos argumentos contraditoriamente apresentados; e assim procedem, frequentemente, sob a pressão, explícita ou mal disfarçada, dos que detêm o poder político ou econômico. A verdade incômoda é que, entre nós, a balança da Justiça está amiúde a serviço da espada, e esta é empunhada por personagens que não revestem a toga judiciária.” COMPARATO, Fábio Konder. *A balança e a espada*. Fonte: http://www.ajd.org.br/artigos_ver.php?idConteudo=59 acesso em 16/03/2013.

¹⁶⁵ Cf. *caput* do artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988.

rotuladas como criminosos em potencial, devendo, portanto, ser monitoradas, controladas ou perseguidas pelo sistema policial¹⁶⁶. Considerando-se que a polícia segue políticas também regradas pelo direito, seria possível analisar no campo jurídico quais sistemas de ações orientam condutas discriminatórias.

Gama (2010, p. 42) reconhece como *o direito, um elemento da superestrutura jurídica, serve como instrumento de dominação utilizado pela classe dominante, aquela que controla o poder político e econômico, a qual também o utiliza para conservação do seu status quo*. Ele faz sua afirmação a partir de análise da obra *Teoria Geral do Direito e Marxismo*, do pensador soviético do direito penal Evgeny Bronislavovich Pachukanis¹⁶⁷. A obra base contém profunda análise dos usos do direito pelas classes dominantes, o que possibilita ao pensador soviético afirmar que apenas o fim das classes permitiria a criação de um sistema penal livre de antagonismos. *No entanto, em tal condição, resta-nos saber se tal sistema penal ainda seria necessário*¹⁶⁸, pois a transformação estrutural da sociedade pela revolução socialista *colocaria fim à jurisdição penal que, em sua forma concreta, é uma arma utilizada na luta de classes*¹⁶⁹.

A mudança nas leis também seria um caminho para corrigir essas situações, pois a lei é o primeiro dos filtros a apontar características e determinar quais pessoas serão retidas pelas malhas do sistema penal. Como exemplo, no 1º Código Penal da República brasileira (1ª edição de 1890), no Artigo 16, do Livro I – *Dos Crimes e das Penas*, assim era determinado: *Não será punida a tentativa de contravenção, e nem a de crime, ao qual não esteja imposta maior pena que a de um mez de prisão celular*¹⁷⁰. Ou seja, o juiz deveria avaliar o potencial agravante do ato para, a partir dele, determinar se haveria condenação.

¹⁶⁶ É muito comum em abordagens da PM nas ruas a pessoa ouvir “onde você mora”? Dependendo da resposta recebida, segue-se uma série de outras questões também carregadas de intencionalidade.

¹⁶⁷ “PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich. *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica, 1988. 136p.

¹⁶⁸ “Apenas o completo aniquilamento das classes permitirá a criação de um sistema penal imune a todo elemento antagônico. No entanto, resta-nos saber se em tais circunstâncias ainda se fará necessário tal sistema penal. Se a prática penal do poder do Estado é, no seu conteúdo e no seu caráter, um instrumento de defesa da dominação de classe, ela aparece na sua forma como um elemento da superestrutura jurídica e integra-se na estrutura jurídica como um dos seus ramos.” PACHUKANIS, *Op. Cit.*, p. 125.

¹⁶⁹ PACHUKANIS, *Op. Cit.*, p. 126.

¹⁷⁰ Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Laemmert, 1898. Ainda no mesmo Código, no Título V – Das Penas e seus Efeitos, da sua Aplicação e Modo de Execução, Art. 43. As penas estabelecidas neste código são as seguintes: a) prisão celular; b) banimento; c) reclusão; d) prisão com trabalho obrigatório; e) prisão disciplinar; f) interdição; g) suspensão e perda do emprego público, com ou sem inhabilitação para exercer outro; h) multa.

No entanto, quase sempre, o nível de subjetividade ou imprecisão contido na lei pode permitir à autoridade diversos níveis de discricionariedade. A seletividade da ação orientada por este mesmo código penal possuía outro critério, bastante subjetivo já na própria letra da Lei, no seu Título III, Art. 27, a qual especificava a responsabilidade penal, como se segue (*grifo nosso*):

Art. 27. Não são criminosos:

§1º os menores de 9 annos completos

§2º os maiores de 9 e menores de 14, que obrarem sem discernimento.

Outro filtro da seletividade é a maioridade penal, que nada mais é que a estipulação da idade a partir da qual se assume que a pessoa já possui clareza das regras de funcionamento da sociedade, podendo, portanto, ser responsabilizada judicialmente. O artigo 30 do Primeiro Código Penal da República determinava a forma de ação em relação *aos menores entre 9 e 14 anos. Caso tivessem agido com discernimento, seriam recolhidos a estabelecimentos disciplinares industriais*, pelo tempo que o juiz determinasse, não podendo lá permanecer além da idade de 17 anos. Nesse caso, a avaliação do juiz era determinante, pois se afirmasse que *a criança agiu com discernimento (mesmo que tivesse acontecido o contrário)*, ela seria submetida à ação das instituições repressoras e de disciplina.

De todo modo, nem sempre seria possível considerar todos os contextos envolvendo o ato que chamou para si a repressão, ou as condições de vida da pessoa que o praticou com objetivo de diminuir a discricionariedade, os preconceitos ou as pressões políticas, econômicas e ideológicas da sociedade no momento de julgar. O que poderia prejudicar ou favorecer certos sujeitos sociais, a partir de sua identidade social ou origem de classe.

A própria lei pode ser fonte de desigualdade se não contiver princípios que garantam isonomia ou equidade. Assim, *além da igualdade perante a lei, importa perquirir acerca da igualdade na própria Lei* (GAMA, 2010, p. 36). Por esta razão, Paulo Gama afirma haver um *mito da igualdade legal no Brasil* (GAMA, *Op. Cit*, p. 36-39). Sua consequência direta seria o maior rigor no tratamento penal de pessoas das classes sociais menos favorecidas, havendo então, na prática, uma classificação de *crimes de rico* e *crimes de pobre* em todas as esferas de

criminalização. E, assim, atos semelhantes levariam a diferentes conseqüências como criminalização dos mais pobres, e impunidade dos mais ricos¹⁷¹.

Gama (2010, p. 39) descreve com detalhes os mecanismos jurídicos de discriminação penal entre ricos e pobres e, de forma resumida, comprova que *a lei não é igual para todos*. Por isso, *as chances entre os violadores da norma sofrerem persecução penal não são iguais (existem cifras negras), e as conseqüências do processo de criminalização divergem conforme o pedigree do envolvido (desigualdade perante a lei)*.

Ilegalismos convenientes

O sistema capitalista, no processo de exploração do trabalho e de reprodução do capital, também produz diversos ilegalismos, contravenções e transgressões de inúmeras normas e leis. O próprio aparelho de Estado produz leis que, muitas vezes, são por ele ignoradas ou deliberadamente desrespeitadas, ou não são criadas condições necessárias para cumpri-las. Dentre vários exemplos, a atual gestão do sistema prisional é a comprovação de uma série de ilegalismos e transgressões cometidas pelo Estado¹⁷².

Além da gestão prisional, outro exemplo seria a forma como o Estado conduz casos de corrupção, omissões criminosas, transgressões e ilegalidades cometidos pelas elites ou por seus próprios agentes. É muito raro algum deles ser condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade como conseqüência de vícios ou erros cometidos no exercício de suas funções, principalmente se for um alto funcionário da burocracia estatal, ou ocupante de cargos de confiança dos primeiros escalões do governo. O mesmo ocorre com pessoas com origem nas classes sociais mais ricas. Estas, quase nunca, independentemente do tamanho ou gravidade do erro, são punidas com a prisão.

No entanto, a tolerância aos ilegalismos, mesmo os de menor gravidade, é muito menor se quem os cometeu tem origem nas classes mais baixas. O Estado, ao operar essas diferenciações,

¹⁷¹ “Não se desconhece que o furto revela um típico *crime de pobre*, ao passo que os delitos contra a ordem econômica referem-se a condutas normalmente atribuíveis a integrantes da elite” Gama, *Op. Cit*, p. 46.

¹⁷² Pela manutenção de prisioneiros sem progressão de regime, sem benefícios, pelas prisões ilegais – por várias razões, como falta de provas concretas etc.- ou a complacência do Estado com diversos delitos cometidos pelas empresas, por exemplo.

orienta a seletividade no funcionamento da polícia e do judiciário que, juntos, agindo cooperativa e coordenadamente, engrossam cada vez mais as fileiras do sistema prisional brasileiro.

Mais um exemplo de seletividade cotidiana, que ocorre diariamente em muitas das grandes cidades brasileiras, são as *blitz policiais*. Os agentes policiais, de posse de um “*perfil*” dos criminosos em potencial, daquelas pessoas consideradas suspeitas, agem de forma discriminatória nas abordagens nas ruas. Assim funciona o *filtro* das ruas que, a partir de critérios escolhidos a priori, determina quem serão os retidos para averiguação policial, ou aponta os possíveis candidatos ao aprisionamento¹⁷³.

A ação policial e judiciária não se limita à ostensividade policial nas ruas, mas também aos prolongamentos técnicos ou tecnológicos, com regulação via sistemas de informação. Por meio da organização de bancos de dados, da montagem de redes e sistemas de informação contendo “*perfis*” de criminosos em potencial, a polícia persegue esses “*suspeitos*” com perfil definido a priori. Este tipo de ação policial comprova a difusão de ideologias penais a partir de preconceitos ou estigmas contidos em parcelas da população por supostas “*tendências criminosas*”, ou quase um retorno – sob nova roupagem – ao determinismo morfológico Lombroso¹⁷⁴.

Desigualdades e conflitos. Estado e violências.

O Estado contemporâneo detém o monopólio do sistema penal, pela determinação da pena privativa de liberdade nos tribunais, e comando da força policial armada nas ruas.

Por essa razão, importa refletir sobre a direção política dessas instituições conjuntas, além de compreender processos que, somados, como a condução das forças policiais ou o grande

¹⁷³ Em São Paulo, muitas vezes, os focos prioritários dessas *blitz* são os motoqueiros. No entanto, a metrópole possui cerca de 600 mil motos, e, estima-se, cerca de 5,5 milhões de outros veículos em circulação. Mas, muitas vezes, os *suspeitos* são eleitos dentre a menor parte dos veículos, aqueles de duas rodas que, por causa de seu baixo custo, são mais acessíveis aos mais pobres como meio de transporte.

¹⁷⁴ « Penso que, com o tempo, os próprios agentes do sistema percebem que na história de vida dos meninos não pontificam as perversões lombrosianas, ou as características hereditárias do biologismo criminal, mas sim as histórias de miséria, de exclusão, de falta de escola, de pequenos incidentes que introduzem o jovem a um processo de criminalização que apenas magnifica e reedita a marginalização que seu destino de preto e pobre já marcava” (BATISTA, 2003, p. 71).

aprisionamento, para ficar apenas em alguns, têm forçado a aceleração dos usos e expansão territorial do sistema prisional no Brasil.

Soma-se ao monopólio penal outro, pois o Estado tanto usa diretamente o território, mas regula, estimula, dificulta ou impede outros usos pela totalidade dos agentes sociais (pessoas, instituições e empresas). E, nesse processo, surgem inúmeros conflitos.

Os dois monopólios somados – comando do sistema penal e dos usos do território - respondem pela ampliação da desigualdade em suas múltiplas manifestações considerando-se indivíduos, municípios ou regiões, como será visto posteriormente. Antes de detalhar esses processos, será feita uma breve reconstituição das origens e natureza do Estado.

O Estado não existe em sua forma pura, como acreditava Aristóteles (1985). Por isso, pois outras foram acrescentadas, além de suas funções precípua originais - *segurança da vida social, regulação da convivência e promoção do bem-estar coletivo*, organizadas a partir da saída do chamado *Estado de natureza* (do homem primitivo).

Aristóteles teorizara também que a legitimidade do comando justificaria a obediência, o que aponta para a necessidade de se conhecer as intencionalidades e objetivos de quem comanda, quem deverá obedecer, e como essa divisão foi fundada.

Outro autor que estabeleceu forte linha interpretativa sobre o Estado é Hobbes. Para justificá-lo, sua base argumentativa encontra-se com a cessão de direitos a uma autoridade que fosse capaz de representar a todos. Ou seja, esse autor legitima a existência do Estado como ente constituído para, racionalmente - é o que se espera ao menos – ele pudesse atuar como poderoso mecanismo de regulação das forças sociais com tendências ao confronto visando sua preservação mútua, incluindo-se os considerados mais fracos. Argumento utilizado diversas vezes, inclusive, para defender o Estado autoritário.

Daí a função do *Leviatã* na regulação das diferentes intensidades do uso da força (do poder) para garantir a sobrevivência de todos. O problema tratado por Hobbes se constitui em um dos principais temas abordados pela filosofia política, ou seja, a própria fundação do Estado - após a saída do estágio de natureza – “*ou de como os homens abdicaram do direito natural com*

vistas a constituir uma proteção política engendrada a partir da busca por autopreservação” (FRAPAT, 2000, p. 65).

A força do Estado, na visão de Spinoza, também decorria dessa *cessão de direitos individuais em prol de um grande objetivo que seria viver em paz, mas com justiça* (SPINOZA, 2003). Mas, para a cessão de direitos ser bem sucedida e aceita, era fundamental aperfeiçoar o contrato social, como defendeu Locke, de uma forma que valorizasse alguns direitos de forma diferenciada (ÖZER, 1998, pp108-109). Ou seja, o Estado deveria preservar diversas condições como se tivessem sido herdadas por *direito natural*. Em troca, todos deveriam concordar a autoridade e direção política estatal, desde que o bem fosse comum. Mas, isso obrigava o Estado a reconhecer como sendo um direito natural, por exemplo, o de propriedade, o que contraria e ignora a história conflituosa que marca suas origens.

Considerar a propriedade como um direito natural seria ignorar toda violência relacionada à expropriação das terras, dos recursos naturais ou dos produtos do trabalho humano em outros tempos históricos (e que ainda existem hoje). Mas também naturalizar a acumulação de bens na exploração do homem ou de sua força de trabalho, ou seja, ignorando-se a distribuição assimétrica da própria riqueza e do poder.

Para Rousseau, a ruptura com o estado da Natureza ocorreu como consequência de duas capacidades humanas: *resistir e se aperfeiçoar* (ROUSSEAU, 2008, p. 110). Ou desenvolver habilidades para inovar e encontrar soluções originais para cada problema de sua época. Para esse autor, esta seria a principal razão do homem ter saído de seu Estado primitivo.

Esse autor contratualista defende então que o desenvolvimento desigual da inteligência e da linguagem, dentre outras faculdades humanas, produziu gritantes diferenças entre os homens. Desse modo, quem acumulou mais riquezas (por ter desenvolvido melhor suas capacidades), teria dominado os mais pobres.

Não será preciso destacar como inúmeras forças hegemônicas, em diferentes períodos da história – apesar de seu legado para se conhecer eventos específicos do passado – têm também elaborado teorias para legitimar a dominação a partir de explicações travestidas de caráter científico-ideológico (muito mais ideológico do que científico).

Desse modo, a união de todos os homens seria imprescindível, pois, somente assim seria possível salvaguardar a todos, principalmente aos mais fracos, das arbitrariedades favorecidas pela assimetria de forças sociais. E a grande fonte dessa regulação seria a lei (o contrato). Para Rousseau, haveria então duas conseqüências boas da obediência às leis – *a liberdade e a justiça* (RADICA, 2000, p.133).

Para esse autor, defesa – *proteção* – *associação* – *submissão* – são determinantes das relações pelas quais, não necessariamente nesta ordem, constituíram-se complexas tramas políticas e sociais de interdependência, desejos, e força. Justificado pela lei, esse ordenamento “desejado por todos” seria legitimado através do contrato garantido pelo Estado, daí sua importância para plena manutenção da ordem social.

Para Marx, o Estado é também um grande aparelho de coerção utilizado pela burguesia para impor a todos sua vontade. Sua legitimação - a partir de normas jurídicas - ignora que elas são determinadas a partir de relações econômicas fundadas em bases profundamente desiguais (MARX, 1961, p. 214). Com isso, o Estado seria o instrumento utilizado por uma elite dominante capaz de criar uma força policial, política, econômica e moral e, com isso, dominar, submeter, controlar, transformar e punir os proletários ou os indesejáveis. Ou seja, aqueles que não detêm os meios de produção de riquezas, portanto são obrigados a vender sua força de trabalho, ou encontrar outros modos de sobrevivência.

Concordando com Marx, o Estado seria então um produto dessa luta de classes em um estágio determinado de seu desenvolvimento, como enfatiza Engels. *Ele discorda de Hegel que “ele não seria, portanto, nem um poder imposto de fora da sociedade, muito menos uma imagem real da razão. Mas uma força que impede os antagonismos de se consumirem em uma luta estéril, por manter os conflitos dentro de limites aceitáveis de um tipo de “ordem” imposta”*¹⁷⁵.

¹⁷⁵ “L’État n’est doc pas un pouvoir imposé du dehors à la société ; il n’est pas davantage « la réalité de l’idée morale ». « l’image et la réalité de la raison », comme le prétend Hegel. Il est bien plutôt un produit de la société à un stade déterminé de son développement ; il est l’aveu que cette société s’empêtre dans une insoluble contradiction avec elle-même, s’étant scindée en oppositions inconciliables qu’elle est impuissante à conjurer. Mais pour que les antagonistes, les classes aux intérêts économiques opposés, ne se consomment pas, elles et la société, en une lutte stérile, le besoin s’impose d’un pouvoir que, placé en apparence au-dessus de la société, doit estomper le conflit, le maintenir dans les limites de l’ordre ; et ce pouvoir, né de la société, mais qui se place au-dessus d’elle et lui devient de plus en plus étranger, c’est l’État » (ÖZER, 1998, pp. 130-131).

Outra análise marxista mais próxima das bases históricas atuais, realizada nas primeiras décadas do século XX, é a de Gramsci. Ele analisa que, em sua manifestação contemporânea, o Estado seria formado por um embate permanente entre uma *sociedade política* e uma *sociedade civil*¹⁷⁶. Elas teriam surgido de outras organizações políticas e sociais unidas para buscar correlação de forças e atender interesses múltiplos, mas, muitas vezes, contraditórios. Para esse autor, sem atingir certo equilíbrio entre essas forças, o poder não se sustentaria, a não ser por meio do autoritarismo ou totalitarismo (ou seja, da violência de Estado).

Gramsci também aponta a importância de aparelhos ideológicos para ação do Estado. Hoje, pode-se dizer que a grande mídia também se tornou um componente central desse aparelho ideológico que serve às hegemonias, dentre elas, a praticada pelo Estado. Desse modo, o Estado seria “*todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente a dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governos*”¹⁷⁷.

Portanto, se a sociedade civil é forte (por exemplo, suas instituições são ativas e garantem direitos mínimos para todos), a luta pelo controle do Estado e condução da sociedade ocorreria no campo ideológico. Caso contrário, ela seria também política e militar (ou pela violência?).

Quanto à separação dos Poderes do Estado, a Doutrina do direito não a inventou, mas propôs uma reformulação racional que fez com que ela parecesse com o dispositivo mais importante do Estado de direito, ideia trabalhada por Kant, dentre outros (ÖZER, 1998, p. 179).

A relação entre poderes (estatais, mas também em relação a outros) e deles com o Direito merece destaque. Não é objetivo aprofundar análise sobre aspectos das dogmáticas jurídica ou

¹⁷⁶ “(...) a vida estatal é concebida como uma continua formação e superação de equilíbrios instáveis (no âmbito da lei) entre os interesses do grupo fundamental e os interesses dos grupos subordinados, equilíbrios em que os interesses do grupo dominante prevalecem, mas até um determinado ponto, ou seja, não até o estreito interesse econômico-corporativo.” (GRAMSCI, 1999, p. 42).

¹⁷⁷ “Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso” espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo.” (GRAMSCI, 1982, p. 11)

penal, mas a prática do Direito penal torna-se relevante para se compreender as forças que direcionam a ação do Estado.

Nilo Batista é outro autor, brasileiro, que tem criticado de forma contundente, e fundamentada em profundas análises teóricas somadas com larga experiência prática os descaminhos do Direito penal praticado no Brasil. Além de lembrar, por diversas vezes e em variadas circunstâncias, as legítimas funções do poder Judiciário em um país que cuida da garantia de direitos, ou melhor, da constituição plena de um Estado democrático de direito no Brasil (BATISTA, 2001, 2004, 2007)

Esse autor também cuida de distinguir com exatidão *direito* de *poder*, ou seja, evitando a intencionalidade na confusão proposital para legalizar e legitimar um poder de punir e criminalizar, principalmente os mais pobres. O que tem sido muito recorrente, principalmente em contextos de políticas e sociedades neoliberais, pois, desse modo, *“legitima-se o poder como instrumento de controle social de pessoas consideradas inúteis pela economia de mercado, muitas vezes, em nome daquilo que se chama de segurança pública”* (BATISTA, 2012).

Já a questão formulada e desenvolvida por Nietzsche sobre o Estado o descreve como um produto do igualitarismo *cristão, que deseja o domínio das formas mais medíocres da vida, e em busca dessa finalidade rejeita todo tipo de distinção. Por isso o Estado promove a uniformização do povo, e a despersonalização do homem* (ÖZER, 1998, p. 199).

Mas, como seria inevitável a decrepitude de todas as instituições e formas de organização humanas no decurso da história, como os registros do passado têm nos provado com abundantes exemplos, por que o mesmo não viria acontecer com o Estado?

Para Nietzsche, uma forma de postergá-la seria utilizar a moral. Ou seja, se ela encontra-se fortemente ligada à religião, ele – o Estado - não deverá prescindir, através de práticas de governo, de continuamente preservá-la e alimentá-la, como forma de se prolongar no tempo. Com isso também garantirá que a religião possa assegurar paz à alma dos indivíduos em períodos de frustração, privação, terror, desconfiança¹⁷⁸.

¹⁷⁸ “Aussi longtemps que l’État ou, plus exactement, le gouvernement se saura commis à la tutelle d’une masse mineure et pèsera la question s’il faut, à son usage, maintenir ou éliminer la religion, il est infiniment probable qu’il décidera pour le maintien de la religion. Car la religion assure la paix de l’âme en période de frustration, de privation,

Em relação à imbricação entre violência e Estado, Lênin em perspectiva marxista destaca como a fundação do Estado é sinônimo *da criação de um aparelho especial para a aplicação sistemática da violência, e para submissão dos homens pela violência* (LENINE, 1980, p. 179). A *violência então é ação* que se constitui como atributo do Estado, este *aparelho de governo destacado da sociedade humana, produto da ação de um grupo de homens cuja única ocupação é governar*¹⁷⁹.

E para que a violência lhe seja funcional, o Estado necessita de um aparelho especial de coação e submissão da vontade alheia, pois, em uma sociedade de classes, persegue sua missão, ou seja, garantir a exploração dos mais simples e vantagens aos mais poderosos¹⁸⁰.

A prática da violência institucional se torna possível, pois o Estado – essa complexidade produzida pela política no longo percurso da história das sociedades - detém o monopólio da violência sobre determinado território. Não apenas a violência em forma de agressão ou constrangimento físico diretos, mas usos do território que também podem ser formas violentas de ação do Estado, pois *"se só existissem estruturas sociais de que a violência estivesse ausente, o conceito de Estado teria também desaparecido"* (WEBER, 1996, p. 56).

Sendo a prisão um elemento central do sistema penal estatal, essa violência estará sempre presente, mesmo que – no caso brasileiro e em tantos outros - negue princípios constitucionais (por causar sofrimento, promover formas de tortura física ou psicológica dentre outras), ou seja, negue direitos a uma grande parcela de brasileiros¹⁸¹.

"A função legítima do direito, principalmente do direito penal, hoje e sempre, - relembra Raul Zaffaroni - é conter o poder punitivo" praticado pelas agências secundárias (como a

de terreur, de méfiance, c'est-à-dire là même où le gouvernement se sent hors d'état de faire directement quoi que ce soit pour adoucir les souffrances morales du particulier » (ÖZER, 1998, pp.199-200).

¹⁷⁹ Percebe-se, na definição que Lenin atribui ao Estado desde sua fundação, uma diferença muito grande, por exemplo, da concepção de Estado de Foucault. Para o autor russo: *"se abstrairmos das chamadas doutrinas religiosas, dos artifícios, das construções filosóficas, das diversas concepções criadas pelos sábios burgueses, e investigarmos o verdadeiro fundo da questão, veremos que o Estado se reduz precisamente a esse aparelho de governo destacado da sociedade humana. É quando aparece esse grupo especial de homens cuja única ocupação é governar e que para governar necessita de um aparelho especial de coação, de submissão da vontade alheia pela violência – prisões, destacamentos especiais de homens, exército, etc. -, que aparece o Estado"*. (LENIN, 1980, p. 179 grifo nosso).

¹⁸⁰ Afinal "O Estado é uma máquina para a opressão de uma classe por outra, uma máquina para manter submetidas a uma só classe outras classes subordinadas. A forma desta máquina pode variar." (LENIN, 1980, p. 183).

¹⁸¹ *"ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante"*. Constituição - TÍTULO II Dos Direitos e Garantias Fundamentais. CAPÍTULO I DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS Art. 5º, parágrafo III.

polícia), além de assegurar direitos humanos e garantias individuais. Assim, o um estado democrático de direito racional seria constituído no lugar do estado de polícia atual. “*E o judiciário seria fundamental para isso, pois a contenção é feita pelos juízes. Sem limites, saímos do Estado de Direito e caímos em um Estado Policial*”¹⁸².

O aprofundamento da práxis entre saber jurídico e penal, em oposição ao estado de polícia, evitaria toda sorte de desmandos como prisões arbitrárias, torturas, condenações sem provas contra os mais pobres. “*O poder punitivo, fazendo uso do sistema penal, torna-se um instrumento de classe só comparável à guerra*”¹⁸³

Por conta dessa legitimação do poder de punir pelo direito, durante regimes políticos de exceção, como as ditaduras militares, surgiram outros filtros penais. No caso brasileiro, alguns abrangeram parcelas das classes médias formadas por estudantes ou operários urbanos que contestavam as ações arbitrárias dos regimes de exceção¹⁸⁴. O uso da prisão durante os regimes militares foi exemplar do modo como novos poderes hegemônicos podem intensificar os usos do sistema penal de forma bastante violenta¹⁸⁵.

A violência faz parte da natureza e funcionamento das prisões (COELHO, 1987, p. 15). Compartilha da mesma opinião o professor, pesquisador e juiz capixaba João Baptista Herkenhoff. Para ele, *a prisão, em si, é uma violência à sombra da lei*. Ele analisou diversos processos criminais das Comarcas de Vila Velha e Vitória, no Espírito Santo, entre 1970 e 1980¹⁸⁶. Segundo esse autor, a ressocialização (termo da moda utilizado durante muito tempo

¹⁸² ITO, Marina. *Função do Direito Penal é Limitar o Poder Punitivo*. Entrevista com Eugênio Raul Zaffaroni. Disponível em Revista Consultor Jurídico (on line) <http://www.conjur.com.br/2009-jul-05/entrevista-eugenio-raul-zaffaroni-ministro-argentino> acesso em 15/10/2013.

¹⁸³ CEPES – Centro de Educação Popular e Pesquisas Econômicas e Sociais. Entrevista com Nilo Batista. Disponível em <http://inverta.org/cepes/revista-ciencia-luta-de-classes/3/introducao-o-presente-artigo-se-propoe-a-desvendar-os-elementos-juridicos-utilizados-pelo-estado-para-disfocar-a-sua-politica-de-extermínio-e-encarceramento-dos-contingentes-humanos-que-julga-inuteis-em-sua-ordem-economica-em-especial-figuras-pretensam> acesso em 15/10/2013.

¹⁸⁴ Como ocorrido durante a ditadura de Vargas (anos 1930-1945), ou no período ditatorial mais recente, entre 1964 e 1985.

¹⁸⁵ Durante o último período de regime militar autoritário no país, estudantes e professores eram criminalizados quando contestavam o regime político. Desse modo, simples ações de porte de cartazes ou mimeógrafos, por exemplo, eram atitudes que poderiam levar à prisão para averiguação a qual, muitas vezes, era seguida de tortura.

¹⁸⁶ Segundo relato em seu livro, a pesquisa, que durou três anos (entre 1983 e 1986), possuía dois objetivos principais: 1º. Verificar o que aconteceu com as pessoas que receberam uma oportunidade da justiça, ao invés de serem remetidas à prisão ou mantidas presas e, 2º. Qual o efeito criminogênico da prisão. Uma das etapas da pesquisa envolveu verificar se indiciados, acusados e réus soltos da prisão (ou que não foram presos) vieram a ser novamente condenados ou processados, e a verificação da vida sócio-familiar dessas pessoas.

pelos defensores ou operadores do sistema prisional) é incompatível com o encarceramento, por diversos motivos. Nas suas palavras:

O pretendido tratamento, a ressocialização, é incompatível com o encarceramento. A ruptura de laços familiares e outros vínculos humanos, a convivência promíscua e anormal da prisão, (...) são fatores que em nada ajudam a integração do ser. Por isso o que se observa, em toda parte, é que a prisão exerce um efeito devastador sobre a personalidade, reforça valores negativos, cria e agrava distúrbios de conduta. O isolamento forçado, o controle total da pessoa do preso não podem constituir treinamento para a vida livre, posterior ao cárcere (HERKENHOFF, 1987, p. 23).

O autor foi enfático - *a violência não é um desvio da prisão: violenta é a própria prisão*¹⁸⁷, assumindo uma postura abolicionista¹⁸⁸, pois segundo compreende, *não seria possível eliminar a violência das prisões senão eliminando as próprias prisões* (HERKENHOFF, 1987, p. 24). Casos ainda mais graves de violência são os das pessoas mantidas sem julgamento, bastante comuns no Brasil¹⁸⁹.

Segundo Herkenhoff, pode-se dizer que há duas classes principais de violências envolvendo a prisão e os prisioneiros: a violência contra a lei, e a violência quanto à maneira de execução da prisão¹⁹⁰. Essas violências atingem principalmente as classes mais pobres da

¹⁸⁷ É bastante esclarecedora a distinção que ele faz: a prisão em si é uma **violência amparada pela lei**. O desrespeito aos direitos do preso é uma **violência contra a lei**. (HERKENHOFF, 1987, p. 24). (grifo nosso).

¹⁸⁸ “O abolicionismo penal é uma anti-doutrina. Nós, procedentes de práticas políticas diversas, pretendemos abolir a moral do castigo e da recompensa, que começa em nós e acaba nas prisões, nas internações, no controle fechado ou a céu aberto. Lidamos com situações-problemas e não com crimes, com pessoas e não procedimentos, com acasos, tragédias e desassossegos em busca de uma solução anti-autoritária, anti-penalizadora.” PASSETTI, Edson. *O Abolicionismo Penal*. FORUM IBCCRIM, Rio de Janeiro: 2008. (versão on line no link: <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=12> acesso em 12/10/2013)

¹⁸⁹ O Mutirão Carcerário realizado pelo Ministério da Justiça em 2011 encontrou no sistema prisional do Ceará um homem preso – esquecido na prisão - mas que deveria ter sido solto em 1989.

¹⁹⁰ O professor capixaba faz uma enorme lista das violências contra a lei, e que atinge o preso, classificando-as em dois tipos: **1. Ilegalidade ou duração excessiva da prisão** e **2. Violências quanto à maneira de execução da prisão**. *No primeiro caso: prisões arbitrárias* (por falta de documento, para averiguações, correccionais, por suposta vadiagem, prisões nas batidas policiais); *prisões clandestinas* (que a polícia deixa de comunicar imediatamente ao juiz); *prisões legais* (em flagrante) *tornadas ilegais* por não ter sido admitida (pela polícia) a fiança prevista em lei; *prisões preventivas, sem motivo fundado*; *prisões legais tornadas ilegais por que ultrapassados os prazos fatais* (remessa à justiça do inquérito de indiciado preso, ou de formação da culpa de acusado preso); *prisões prolongadas pelos entraves burocráticos* (nos conselhos penitenciários e nos juízos); prisões que ultrapassam o prazo de cumprimento da pena, em virtude do completo desamparo em que se encontra o preso e da desorganização dos serviços carcerários; prisões que se prolongam pelos mais diversos motivos, por falta de conveniente assistência de advogado; *No segundo caso: superlotação das celas* dos estabelecimentos penais (desrespeito à dignidade humana= condições precárias de higiene, presos enjaulados, sujeira e mau cheiro); *ociosidade* dos presos; *mistura*, no mesmo presídio, ou na mesma cela, de presos condenados, pessoas presas preventivamente, bem como de primários e reincidentes; *estupros e homossexualidade forçada*, como decorrência das condições sumamente desumanas do encarceramento; *a punição da família do preso*, pela situação de penúria em que fica este, o que constitui desrespeito

população¹⁹¹, que se constituem em *pessoas sem voz e sem vez, o que esclarece por que as prisões possuem um quadro tão aberrantemente desumano*. (HERKENHOFF, 1987, p. 26).

Esse autor também descreveu o *mecanismo de seletividade* da prisão brasileira nos anos 1980. Para ele, *a prisão sustentava o sistema econômico; enfatizava os crimes que o ameaçavam ou que abalavam seus valores e seus dogmas, ao mesmo tempo em que cancelava condutas altamente atentatórias aos interesses do povo* (HERKENHOFF, 1987, p. 27). Por isso, o problema da prisão não é predominantemente jurídico, pois possui relações diretas com a formação socioespacial brasileira em sua totalidade. O autor também sustentava que a prisão não se destinava a suprimir as infrações,

Mas, antes a distingui-las, a diferenciá-las. Contribui para exercer uma ilegalidade visível, marcada. Desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras mas que, na verdade, deixa na sombra aquelas ilegalidades que se quer ou que se deve tolerar. A penalidade de detenção fabrica uma ilegalidade fechada, separada e politicamente útil. (...) Dentro dessa estratégia, a prisão realça certos atos ilegais, põe em relevo determinados comportamentos para que a comunidade os tenha como os mais perniciosos. Cria o estereótipo do criminoso e deixa a descoberto de punição inúmeros atos anti-sociais, incomparavelmente mais graves e lesivos à coletividade. (HERKENHOFF, 1987, p. 27)

Deste modo, segundo Herkenhoff (*Op. Cit*, p. 28), ficava claro como a prisão possuía uma orientação política frente às classes e sujeitos sociais e aos crimes que serão punidos ou, principalmente, aqueles que serão ignorados. Esta seletividade do sistema penal, que exclui os crimes de grande monta, ou seja, aqueles que mais causam prejuízos à sociedade e ao País, revela como os crimes contra o erário, por exemplo, não são punidos com a prisão¹⁹². Por isso, para o

constitucional, pois a pena não pode passar da pessoa do condenado; os castigos impostos aos presos pela administração dos presídios (como os longos isolamentos que podem levar à loucura); *espancamentos, maus tratos, torturas físicas e psicológicas* comuns no ato de prender, nos interrogatórios policiais e como castigo disciplinar; desrespeito e ignorância de certos princípios constitucionais e legais – igualdade de todos perante a lei, respeito à integridade física e moral do detento e do presidiário, individualização da pena, direito do preso ao trabalho remunerado, proibição da pena sem prévia cominação legal, proibição da pena que passa da pessoa do condenado, presunção de inocência”. (HERKENHOFF, 1987, p. 26). (grifo nosso).

¹⁹¹ O autor destaca que só a prisão política atingiu, no Brasil, os estratos de classe média e superior. Fato que, por sinal, teve conseqüências na história da prisão, pois os presos políticos contribuíram para que os presos comuns adquirissem a consciência de seus direitos, pela repercussão de suas denúncias sobre as barbáries das prisões, pela propaganda negativa promovida por greves de fome e pelas informações contidas em livros publicados após a reconquista da liberdade (HERKENHOFF, 1987, p. 27).

¹⁹² Há cerca de 200 anos já dizia Beccaria (*Op. Cit*, p. 131, grifo nosso) a este respeito da seletividade do sistema em relação aos crimes que seriam ou não punidos: « Há crimes que tendem diretamente à destruição da sociedade ou dos que a representam. Outros atingem o cidadão em sua vida, nos seus bens ou em sua honra. Outros, finalmente, são atos contrários ao que a lei prescreve ou proíbe, tendo em vista o bem público. *Todo ato não compreendido numa*

autor, é fundamental que se encontre uma resposta política, pois *é um problema que ultrapassa os muros da prisão. Sua raiz está na estrutura econômica, política e social.*

Para Herkenhoff, as desigualdades também são reproduzidas pela prisão. Ao avaliar as taxas de reincidência criminal nos anos 1980, constatou que elas alcançavam quase 70% dos egressos do sistema prisional paulista. Os estigmas da prisão, a formação de uma cultura criminogênica¹⁹³, os diversos abandonos (pelo Estado, pela família) dentre outros fatores, respondiam como causas da enorme reincidência dos egressos do sistema prisional, condição que ainda não foi superada.

Uma série de condições organizava as ações do aparato repressivo do Estado, a partir da concepção do *perfil delinquente*. Ou seja, a definição - na condução da política criminal - das contravenções que seriam punidas ou toleradas. No entanto, todas decorrem de *estratégias jurídicas e sociais*, ou de escolhas políticas *fundadas sobre escolhas ideológicas para responder com pragmatismo aos problemas colocados pela prevenção e repressão do fenômeno criminal entendido largamente*¹⁹⁴. Deste modo, o criminoso em potencial já existiria antes mesmo da prática do crime, definido pela sua posição social, condição econômica ou local de origem. Depois de determinado, o perfil do delinquente será reforçado pela mídia corporativa, com pressão sobre as políticas penais. Nesse quadro, a acusação é apenas uma formalidade, pois os acusados já foram julgados e condenados pela *opinião pública* que, obviamente, pressionará os juízes para assumirem a mesma posição do clamor público espetacularizado pela mídia¹⁹⁵.

dessas classes não pode ser considerado crime, nem punido como tal, senão pelos que descobrem nisso o seu interesse particular".

¹⁹³ "Ao abandonar a tranca, entretanto, o preso aprende a sofrer, ao mesmo tempo, a força de atração e a de pressão da 'sociedade dos cativos'. Esses processos ambíguos são percebidos com maior clareza em uma unidade onde há segregação espacial entre presos no regime fechado ('intramuros', o 'lado de cá') e no regime progressivo ('extramuros', o lado de lá'). Embora os internos 'intramuros' aspirem à mudança para o 'lado de lá', transferências individuais evocam suspeitas de 'cagoetagem'. O interno que se inicia no 'lado de lá' é ritualmente classificado, pelo 'lado de cá', como renegado da 'sociedade dos cativos' que, por alguma forma de aliança espúria com a administração, trocou o 'convívio carcerário' pelo 'social'. (PAIXÃO, 1987, p. 44-45).

¹⁹⁴ LAZERGES, Christine. *La Politique Criminelle. Que Sais-Je?* Paris: Presses Universitaires de France, 1987. P.7

¹⁹⁵ « Nesse processo cerceado de dúvidas, não se usa o *in dubio pro reo*, muito menos o *in dubio pro societatem*. Os novos inquisidores falaciosamente discursam *in dubio pro societatem* na persecução e execução da imagem dos previamente condenados. O discurso de interesse público é utilizado como subterfúgio para mobilizar a massa a determinados fins, aparentemente públicos, mas que, com certeza, legitimariam o suplício da imagem dos condenados. Nesse espectro, qualquer um já está condenado. É só escolher alguém para a execução da pena em público" YABIKU, Roger Moko. *Da função das penas: do Suplício do corpo ao suplício da imagem*. JUS Navegandi, Teresina, ano 10, n. 1058, 25 maio 2006. Disponível em: <http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8386> . Acesso em 06set. 2007.

Loicq Wacquant é outro autor que trabalhou criticamente a questão penal. Ele define a prisão a partir de sua única função na atualidade, menos utilitarista ou humanitária, e muito mais cruel. Ela tornou-se um objeto de neutralização direta pelo isolamento físico e pela distância dos indesejáveis. E, devido à realização dessa função, Michele Marzano caracteriza a prisão como *um objeto que é tanto produto, mas que também produz diversos outros tipos de violência* (MARZANO, 2011, p. 1054)¹⁹⁶.

Edson Passetti, por sua vez, descreve a prisão como *um meio de neutralização dos indesejáveis pelo poder*, ação que também revela a ignorância e descaso, produtos da ausência de opções, ou do que a sociedade deve fazer com o infrator. Nas palavras do próprio autor:

A prisão é reconhecida não mais como lugar de ressocialização e futura reintegração, mas como depósito de corpos para os quais os únicos investimentos estão na redução da possibilidade de fuga a zero, sob rigorosa vigilância após o sentenciamento com base no aumento da pena. A sociedade admite que já não sabe o que fazer com os infratores, ao mesmo tempo que imagina a diversificação, a descentralização administrativa e o aumento da penalização como meios de ampliação da prevenção geral. Exige que o indivíduo diferente se conscientize de que será apanhado, e é isto que interessará ao sistema penal. Desaparece a preocupação com o futuro do infrator, e a pena de morte é reescrita com a eternização do confinamento (PASSETTI, 1999, p. 63).

Para esse autor, *a pena de morte é reescrita pela eternização do confinamento*, ou pela ausência de um projeto de futuro para a pessoa presa. Situação que se torna muito mais grave se considerarmos que a grande maioria da população prisional é de jovens com menos de 25 anos de idade. Por isso, ao condenar um grande contingente de jovens a não ter futuro, a prisão contemporânea comete sua maior violência.

¹⁹⁶ “La prison désigne à la fois la peine privative de liberté et le lieu de détention pour les prévenus (en instance de jugement ou de condamnation définitive) et les condamnés. La prison est d’emblée considérée comme un milieu violent étant à la fois, par sa fonction d’assurer la garde des personnes incarcérées et par son organisation sécuritaire, une institution qui fait violence et un lieu de violences du fait de la présence d’une population incarcérée qui a pu commettre des actes violents. Deux perspectives s’opposent quant à l’explication de la violence en prison : celle qui se centre sur les détenus violents et celle qui en fait une production de la prison(...). » MARZANO, M. *Op. Cit.* p. 1054.

Seletividade espacial como instrumento de classe

A seletividade do sistema penal possui, ao menos, uma dupla configuração. De um lado, um sistema de ações jurídicas e políticas que, regra geral, decorre da aplicação efetiva do conjunto de códigos, normas e políticas penais. Sua outra dimensão decorre dos usos seletivos do território por um conjunto de objetos – o sistema prisional – indissociavelmente servindo à funcionalização das ações promotoras de uma seletividade do aprisionamento que é, também, espacial, pois aderente à expansão do MTCINF.

Os espaços das periferias pobres são territórios ativos para ação ostensiva da polícia. Depois da prisão e da condenação, ocorrem usos do território dos municípios do interior do estado de São Paulo, locais onde têm sido construídas as novas unidades prisionais para destino dos condenados em execução de sua sentença condenatória¹⁹⁷.

Um autor como Jean comete, facilmente, o equívoco de um tipo de determinismo geográfico penal ao afirmar que *a acumulação de bens materiais, em um quadro de enormes desigualdades, e a proximidade e visibilidade dos bens de consumo multiplicam as ocasiões de aquisição ilegal* (JEAN, 2008, p. 5). É o velho ditado popular “*a ocasião faz o ladrão*”, reescrito de forma elegante por um acadêmico francês. No entanto, sua afirmação não se sustenta diante de uma crítica à ação dos poderes hegemônicos e seus mecanismos de seletividade espacial e social.

As classes mais altas também transgridem, no entanto, a seletividade prisional age, principalmente, contra os mais desfavorecidos. Nas ações que levam ao aprisionamento ocorre intensa atuação da polícia nas periferias pobres; nas fases do inquérito policial, sendo considerada a competência das autoridades policiais em produzir provas, e na qualidade dessas provas para incriminação dos mais pobres. Na fase da sentença, a seletividade funcionará por meio dos juízes e promotores.

A diferença de poder aquisitivo entre os réus ricos e pobres determina possibilidades distintas para contratação de bons advogados, com acesso à informação detalhada sobre o processo (fundamental para a defesa, ou outra interpretação não incriminatória dos fatos). Ou pela orientação dos acusados – seus clientes – impedindo-os de ajudar o Estado a produzir provas contra si próprios. Em relação a este último quesito, diz o promotor Marcelo Araújo:

¹⁹⁷ No direito penal define-se como sendo duas as instâncias de criminalização: a primária, que seria o poder legislativo, e a secundária, constituída pelas agências executivas de criminalização, caso da polícia, ou dos tribunais, por exemplo.

Um dos primeiros critérios de diferenciação dos criminosos que efetivamente receberão repercussão do Estado será, portanto, a falta de informações e de assessoria jurídica adequada. O criminoso pobre, dessa feita, quando preso em flagrante, apesar da comunicação meramente formal de que poderá permanecer em silêncio, acabará por se prejudicar por suas próprias palavras e ações, auxiliando o Estado em puni-lo. (...) O criminoso rico, ao revés, tem a informação e o discurso a seu lado. Quando preso por qualquer motivo, orienta-se com seu advogado sobre o que deve e o que não deve falar, dificultando (de forma legal) a produção e provas contra si. Além disso, terá à sua disposição, no decorrer do processo, um profissional não sobrecarregado, capacitado, interessado e bem remunerado para se utilizar de todos os recursos possíveis e imagináveis para garantir-lhe liberdade (ARAÚJO, 2012, pp. 32-33).

É, portanto, duvidosa a afirmação de que *o sistema prisional está falido*, ou não funciona, vez que fica notório que ele efetivamente apenas funciona para punir determinadas pessoas em certos tipos de crimes, não estando, por exemplo, os crimes de colarinho branco dentre aqueles sobre os quais o sistema operará (ARAÚJO, 2012, p. 33).

A inocência presumida (dos mais ricos)

No fluxo do processo na instância do poder judiciário, se o prisioneiro possui um caro advogado particular será possível, deliberadamente, adiantar ou retardar fases do processo em benefício do acusado. A equipe técnica de apoio jurídico especializado poderá produzir inúmeras contraprovas, para desacreditar as provas produzidas pela polícia; além de ser possível procurar falhas no inquérito policial, contratar peritos, ou pesquisar teses e estratégias de defesa utilizadas com sucesso em outros casos - e que constam da jurisprudência, porém exigem tempo para serem descobertas e utilizadas com sucesso. Todo esse mecanismo de produção de informações é falho, ou inexistente, quando a defesa feita é dos mais pobres¹⁹⁸.

No caso dos réus mais ricos, caso seja objetivo de seus advogados, poderá haver uma enorme sucessão de recursos em diversas instâncias judiciárias. O objetivo será manter o acusado fora do sistema prisional, melhorar a defesa, ou protelar até o processo ser concluído ou extinto

¹⁹⁸ O Estado brasileiro estipula a presença de um defensor público para os presos sem recursos financeiros (membro da defensoria, ou advogado pago pelo Estado). No entanto, inúmeros relatos comprovam que o contato com este defensor, quase sempre, ocorre, apenas, poucos minutos antes da audiência, momento no qual o defensor irá ajustar uma estratégia de *defesa genérica, já trazida consigo*, aos fatos brevemente relatados pelo réu. Ou seja, torna-se impossível de se realizar uma defesa contundente e robusta sem tempo e sem informações suficientes para refutar as provas da acusação por meio desta frágil metodologia de trabalho dos defensores públicos.

por prescrição¹⁹⁹, pois, neste caso, a estratégia da defesa fez com que o Estado falhasse em oferecer uma resposta adequada e no tempo previsto em lei²⁰⁰:

Arrematando, temos que o quadro geral da situação pode ser assim esboçado: é praticamente impossível a prisão provisória (e sua manutenção) aos mais abastados, seja em crimes violentos ou do colarinho branco. Não respondendo ao processo preso, e tendo acesso a excelentes advogados, é de se esperar que todos os artifícios serão realizados para prolongá-lo, visando à manutenção da liberdade e da prescrição. Fica evidente que vários anos se passarão entre o fato (que normalmente é de difícil apuração) e uma (improvável) condenação. Todos esses anos o réu rico permanecerá solto, escudado em um princípio da preservação do estado de inocência que nunca cede, ainda quando existam várias manifestações intermediárias de autoridades públicas isentas no sentido de sua culpabilidade (como o oferecimento da denúncia pelo Ministério Público, a decisão judicial de recebimento, a sentença condenatória em primeira instância, a condenação no Tribunal etc.) (ARAÚJO, 2012, p. 34).

Eventualmente, uma pessoa das classes altas será condenada, sendo usada como *bode expiatório* tanto para fortalecer e justificar o caráter democrático do sistema penal. A mensagem que será passada pela mídia à totalidade da população é que o sistema penal teria alcance universal, ao contrário da seletividade que se constitui em sua principal características e modo de ação²⁰¹.

É bastante rara a prisão de um membro das elites, mesmo tendo cometido crimes contra a vida (como homicídios), sendo réu confesso e tendo sido preso em flagrante²⁰². Ao contrário, há

¹⁹⁹ “A prescrição de um crime é a perda de possibilidade de o Estado poder processar o criminoso por sua ineficiência verificada na inércia em promover a ação penal. Todos os crimes no Brasil (exceto o racismo e a ação de grupos armados civis e militares contra a ordem institucional e o Estado Democrático) prescrevem em determinado período que varia de um a vinte anos de inércia estatal” (ARAÚJO, 2012, p. 34. Nota de rodapé).

²⁰⁰ “Até o intelecto mais vulgar sabe que o acesso à justiça tanto mais se dá quanto é o prestígio social ou as possibilidades materiais que determinado indivíduo concentra. Traduz-se pela condição que tem de dispor de advogados de grande renome e fama, que circulam com desenvoltura pelo meio jurídico e a quem é atribuída insuspeita reputação. Profissionais que colocam a serviço do acusado não apenas um superior saber jurídico, mas também o que de mais moderno existe em termos de material jurídico-legal. (...)O que se pretende dizer é que, enquanto a uns são oferecidas todas as possibilidades, a outros, mais não resta do que uma defesa de tal forma pífia que antes assemelha-se a uma condenação antecipada” SOUZA, Marcus Valério Guimarães de. *A Criminalidade e o Pacto Social*. JUS Navegandi, Teresina, ano 4, n. 42, jun. 2000. Disponível em: <http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=941>. Acesso em 06set. 2007. p. 4

²⁰¹ “Embora figurem em ações penais e sejam submetidos à execração pública pelos órgãos de imprensa, os indivíduos que corporificam as altas classes raramente confirmam, com eventual condenação, a proposição beccariana de que as penas são proporcionais aos delitos cometidos e aos danos praticados à nação (...) Ocasionalmente, todavia, um desses indivíduos é sacrificado a bem da garantia e da proteção jurídico-penal, quando então, contrario sensu, hiperdimensiona-se a proporção beccariana crime-castigo. É quando, em nome da demonstração de que a instituição permanece estável e o império da lei reina soberano acima de todos os indivíduos indistintamente, toda a miséria e toda a infâmia recaem sobre este único indivíduo, como fosse ele sozinho responsável pelos males que assolam o país como verdadeira endemia” (SOUZA, 2000. P. 2).

²⁰² Assim, como nos esclarece o promotor Marcelo Araújo (2012, p. 35) “Primeiramente, caso essa pessoa seja presa em flagrante, a maior probabilidade é que alcance uma liberdade provisória por atenção ao *princípio da preservação do Estado de inocência*. No mesmo mote, não havendo o flagrante, dificilmente haverá a decretação da prisão

superlotação das prisões brasileiras por pessoas de menor potencial ofensivo, o que corrobora a seletividade do sistema de justiça criminal como instrumento de classe²⁰³, como demonstra o promotor Marcelo Araújo:

Em 24.05.2011, o STF finalmente, após dezenas de recursos (mais especificamente, trinta e três), e mais de uma década do fato determinou o recolhimento do condenado (Pimenta Neves) a prisão. Veja-se que, mesmo tardia a justiça foi e sempre será extremamente falha e desproporcional ao fato praticado pelas benesses características do sistema criminal brasileiro – notadamente no que se refere àqueles que têm condições de contratar uma defesa extremamente “proativa” (ARAÚJO, 2012, p. 48).

Mesmo tendo o promotor Marcelo Araújo atribuído parcela maior do sucesso da defesa dos mais ricos aos seus bons advogados particulares, também se torna preciso considerar a *ação afirmativa carcerária* com relação aos mais pobres, para a qual contribuem a polícia, os juízes e os promotores²⁰⁴.

A discriminação das empresas pelo sistema penal

O sistema penal oferece grande proteção à propriedade privada. No caso dos crimes de furto, apropriação indébita, receptação e estelionato, o sistema penal determina a punição dos autores mesmo que tenha sido feita a restituição das quantias ou bens subtraídos. O mesmo não ocorre, por exemplo, quando grandes empresários ou instituições importantes lesam o erário público sonegando quantias vultosas em impostos²⁰⁵. Ainda sob o aspecto legal, Gama (2010, p.

preventiva ou temporária, ainda que o processo alcance o julgamento do Tribunal máximo. Por conseguinte, estando o acusado solto, esse processo demorará diversos anos, vez que constitui um “bom negócio” sua extensão, através de recursos e alegações protelatórias que, ao final das contas, transformam os juízes em meros coadjuvantes da tragédia teatralmente desenvolvida e protagonizada pelos defensores do réu” (ARAÚJO, 2012, p. 35).

²⁰³ Marcelo Araújo aponta diversos exemplos recentes de réus endinheirados ou influentes que têm protelado *ad infinitum* suas prisões com bons advogados e muito dinheiro. Como, por exemplo, o caso de Pimenta Neves, ex-diretor do jornal O Estado de São Paulo, condenado a 19 anos de pena pelo assassinato da namorada Sandra Gomide no ano 2000 (depois revistas para 15), e que foi preso mais de uma década depois de cometido o crime, mas não ficará nem dois anos preso. Poderíamos ainda acrescentar a esta lista os casos de Paulo Maluf, com dezenas de processos por corrupção e desvio de dinheiro público ou, mais recentemente, Gil Rugai, ainda em liberdade, apesar de ter sido condenado em 2013 pelo assassinato do pai e da madastra, crime cometido em 2004.

²⁰⁴ “Algumas dimensões da substituição do Estado de Bem-estar Social pelo Estado de Controle devem ser destacadas: (i) houve uma expansão vertical por meio da hiperinflação carcerária (meio milhão no Brasil); (ii) houve uma expansão horizontal de pessoas sob controle (milhares de pessoas cumprem penas alternativas em nosso País); (iii) há um crescimento notável de dotações orçamentárias prisionais em detrimento dos gastos sociais; (iv) *há uma espécie de ação afirmativa carcerária, isto é, pobres e negros estão mais representados na população carcerária que a elite branca*; (v) houve uma universalização desse fenômeno, pois foi uma constante em várias nações.” IBCCRIM. *Consagração da cultura punitiva* (Editorial). Boletim Nº 220 do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM. São Paulo, março de 2011 (Grifo Nosso).

²⁰⁵ Gama, *Op. Cit.*, p. 48. O mesmo autor destaca que o artigo 34 da Lei nº 9.249/95 extingue a punibilidade dos crimes de sonegação fiscal e dos crimes contra a ordem tributária, econômica e as relações de consumo se o agente promover o pagamento do que deve em tributos (valendo também a negociação, mesmo parcelada).

50) destaca que *o foco da criminalização não está, propriamente, no desvalor da conduta, mas sim em quem a pratica*. Um exemplo seria o instituto da prisão especial, quando ocorre alguma rara prisão de um membro das elites (ou de um “preso especial”):

A expressão chega às bordas do eufemismo, já que, em verdade, não se trata de *prisão especial*, mas sim de preso especial. É ele o integrante de uma elite em relação à qual o sistema de *seleção legal* entende que não pode ser submetido a uma cela comum, em mistura aos de classe subalterna, aos rejeitos sociais etiquetados como ‘bandidos’ e ‘marginais’. Não raro, salas bem equipadas são adaptadas para receber o preso ilustre; isso quando ele não segue mantido nas dependências de quartéis ou em recolhimento domiciliar. A *prisão especial* é praticamente uma confissão do sistema de seleção legal de que o Direito Penal não foi engenhado para atingir os membros dos diversos segmentos da elite nacional (cultural, econômica e do serviço público) (GAMA, 2010, p. 50-51)²⁰⁶.

Mesmo diante de crimes de mesma natureza (como furto, ou crime contra a ordem econômica, por exemplo), caso tenham sido cometidos por pobres ou ricos, os réus também serão discriminados, com implicações muito maiores para os primeiros (os mais pobres), como pode ser reconhecido no hipotético exemplo a seguir:

Imagine-se o proprietário de uma indústria de laticínios que, para otimizar os lucros, determina sejam misturados ao leite mais 5% (cinco por cento) de soro lácteo. Suponha-se que **um funcionário** dessa mesma empresa, ao longo de algumas madrugadas, usando uma chave falsa, em companhia de um ajudante, venha retirando dos enormes tanques uma ínfima parcela do leite e colocando em seu lugar igual quantidade de soro lácteo para encobrir seu ato ilícito (em percentual, por exemplo, equivalente a 0,05% (zero vírgula cinco por cento do total). Descoberta a empreitada, responderia o funcionário por furto multiqualeficado (artigo 155, § 4º, II, III e IV do Código Penal Brasileiro), **com pena de 2 a 8 anos de reclusão além de multa**, sanção essa que seria ainda acrescida de um sexto a dois terços em razão da continuidade delitiva (artigo 71, *caput*, do mesmo Código). **Em relação ao dono da empresa, estando o produto final comercializado ainda dentro das especificações técnicas admitidas, sua conduta seria irrelevante do ponto de vista penal** (ou mesmo de qualquer outro ramo do Direito); no caso de a mistura superar a tolerância das normas técnicas (e na pouco provável hipótese de se constatar tal desconformidade), poderia ele, em tese, responder pelo ilícito de “venda de

²⁰⁶ “Em sua atual redação, o artigo 295 do Código Penal Brasileiro prevê tratamento custodial diferenciado às seguintes classes de pessoas: I – os ministros de Estado; II – os governadores ou interventores de Estados ou Territórios, o prefeito do Distrito Federal, seus respectivos secretários, os prefeitos municipais, os vereadores e os chefes de polícia; III – os membros do Parlamento Nacional, do Conselho de Economia Nacional e das Assembléias Legislativas dos Estados; V – os cidadãos inscritos no ‘Livro de Mérito’; V – os oficiais das Forças Armadas e os militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios; VI – os magistrados; VII – os diplomados por qualquer das faculdades superiores da República; VIII – os ministros de confissão religiosa; IX – os ministros do Tribunal de Contas; X – os cidadãos que já tiverem exercido a função de jurado, salvo quando excluídos da lista por motivo de incapacidade para o exercício da função; XI – os delegados de Polícia, e os guardas-civis dos Estados e Territórios, ativos e inativos. Em razão de leis esparsas, também fazem jus ao benefício dirigentes e administradores sindicais (Lei nº 2.860/56); pilotos de aeronaves mercantes (Lei nº 3.988/61); oficiais da Marinha mercante (Lei nº 5.606/70); professores de 1º e 2º grau (Lei nº 7.172/83); vigilantes de estabelecimentos financeiros (Lei nº 7.102/83); conselheiros tutelares (Lei nº 8.069/90). As leis orgânicas da Magistratura, do Ministério Público, da Defensoria Pública e o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil também prevêem custódia especial a seus membros, inclusive em sala especial de Estado-Maior, além de situações de recolhimento familiar”. (GAMA, 2010, p. 51-52).

produto de espécies misturadas como se fosse puro” (artigo 7º, III, da Lei nº 8.137/90), ***sujeito a uma pena original de multa, como alternativa a pena de detenção*** de 2 a 5 anos. Não se desconhece que o furto revela um típico *crime de pobre*, ao passo que os delitos contra a ordem econômica referem-se a condutas normalmente atribuíveis a integrantes da elite Gama (Op. Cit., p. 45-46 grifo nosso).

Este caso é bastante exemplar da seletividade da justiça criminal. Ao considerar infrações semelhantes, o peso da repressão estatal será maior se os infratores das normas penais pertencerem às classes mais baixas, não terem prestígio pessoal e social, ou não exercerem profissões destacadas. Características comumente encontradas, principalmente, dentre a maior parte dos habitantes das periferias pobres brasileiras²⁰⁷.

Comprovando a seletividade pelo perfil do prisioneiro

Em 2012, o Estado de São Paulo possuía 462 presos para cada 100 mil habitantes. Do total de 184.413 pessoas no sistema penitenciário, os presos do sexo masculino totalizavam 94,4% (ou 174.102 homens), enquanto as mulheres 5,6%, (ou 10.311 mulheres). No total da população do Estado de São Paulo, os homens eram 48% do total de habitantes em 2010 (20 milhões de pessoas, de um total de 41,2 milhões de habitantes). Logo, prendem-se mais homens que mulheres²⁰⁸.

Há outro dado a ser considerado que advém da relação entre o nível de escolaridade e o número de presos. Presos analfabetos eram minoria, ou 5.066 no total (~3%), bem como também eram minoria aqueles que possuíam ensino superior completo (apenas 825 presos). Já o percentual de presos que possuíam ensino fundamental (completo ou incompleto) era de 51%, totalizando 95.158 pessoas presas com este nível de escolaridade. Aqueles com ensino médio, completo ou incompleto, constituem o segundo maior grupo aprisionado, ou 40.763 presos (~22%).

²⁰⁷ “Outro exemplo: um *médico* – portanto, membro de uma classe profissional destacada – ao fornecer um atestado ideologicamente falso, sujeita-se a uma pena de um mês a um ano de *detenção* (artigo 302 do Código Penal); um *contribuinte*, ou seja, uma pessoa inserida no sistema formal da economia, ao fazer uma declaração falsa para fins tributários, pode sofrer uma pena de *detenção* que varia entre seis meses e dois anos (artigo 2º, I, da Lei nº 8.137/90); já os *comuns*, praticando falsidades ordinárias, sujeitam-se a *reclusão* que pode variar entre um ano a três anos (se tiver por objeto documento privado) ou até cinco anos (em se tratando de documento público), conforme dispõe o artigo 299 do Código Penal.” Gama, *Op. Cit.*, p. 46.

²⁰⁸ Fonte: Sistema Integrado de Informações Penitenciárias – INFOPEN – DEPEN, Ministério da Justiça, Governo Federal. Dados de junho de 2012.

Em relação à etnia, o sistema prisional paulista apresentava a seguinte constituição em 2012:

GRÁFICO 8 – Brancos, pardos e negros no sistema prisional paulista e no total da população estadual em 2012 (em percentual %)

Fonte: Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Os dados revelam que a seletividade penal para os negros é muito maior, já que o número de negros presos foi o triplo do encontrado na população total (15% contra 5% respectivamente). Sobre algumas razões da maior seletividade penal dos negros, nos diz Sérgio Adorno:

Os principais resultados da pesquisa indicaram que não há diferenças entre o "potencial" para o crime violento praticado por delinquentes negros comparativamente aos brancos. No entanto, réus negros tendem a ser mais perseguidos pela vigilância policial, revelam maiores obstáculos de acesso à justiça criminal e maiores dificuldades de usufruir do direito de ampla defesa, assegurado pelas normas constitucionais (1988). Em decorrência, tendem a merecer um tratamento penal mais rigoroso, representado pela maior probabilidade de serem punidos comparativamente aos réus brancos. Como se demonstrou, as sentenças condenatórias se inclinam a privilegiar os roubos qualificados cometidos por réus negros. Tudo parece indicar, portanto, que a cor é poderoso instrumento de discriminação na distribuição da justiça. O princípio da equidade de todos perante às leis, independentemente das diferenças e desigualdades sociais, parece comprometido com o funcionamento viesado do sistema de justiça criminal (ADORNO, 1995, p. 63).

Em relação ao tipo de crime que levou a pessoa à prisão, de um total de 204.550 crimes tentados ou consumados pela população aprisionada em junho de 2012, 69% foram infrações ao Código Penal brasileiro. O restante foi de infrações à legislação específica (como o Estatuto do Desarmamento²⁰⁹; a Lei Maria da Penha²¹⁰; o Estatuto da Criança e do Adolescente²¹¹; a Lei de Crimes de Tortura²¹², de Entorpecentes²¹³ ou de Crimes contra o Meio Ambiente²¹⁴). Estas leis, em seu conjunto, responderam por um percentual de 31% no número de presos. Ou seja, a legislação específica expande o número de presos por ampliar a criminalização. Todas essas leis específicas foram elaboradas a partir dos anos de 1990, período coincidente com a implantação das políticas neoliberais no Brasil.

Em relação às infrações ao Código Penal, somando 142.164 crimes, predominavam os crimes contra o patrimônio (79%), sendo os furtos (26%) e os roubos²¹⁵ (58%) as transgressões com maior ocorrência, em percentual e números absolutos, dentre o total de crimes contra o patrimônio ²¹⁶. Em relação às transgressões cometidas contra a legislação específica, predominava o tráfico de drogas (53.200 de um total de 62.386, ou 85% do total), seguido das infrações previstas no Estatuto do Desarmamento²¹⁷ (8.292 crimes, ou 13% do total). Em consequência da aplicação da Lei Maria da Penha, havia 604 presos; ao Estatuto da Criança e do Adolescente, outros 235 presos; e por crimes contra o meio ambiente, apenas 7 presos.

Quanto à idade, a maioria dos presos era bastante jovem. Cerca de 64% dos presos tinha entre 18 e 34 anos (e 47% até 29 anos, apenas); ampliando-se faixa etária até a idade de 45 anos, o percentual de presos subia para 80% do total. Quanto à duração total de suas penas, foi encontrada a seguinte distribuição:

²⁰⁹ Lei 10.826, de 22/12/2003.

²¹⁰ Pune a Violência Contra a Mulher (Lei 9.605 de 11.340 de 07/08/2006)

²¹¹ Lei 8.069, de 13/01/1990.

²¹² Lei 9.455 de 07/04/1997.

²¹³ Lei 6.368/76 e Lei 11.343/06,

²¹⁴ Lei 9.605 de 12/02/1998.

²¹⁵ Somando-se os roubos simples e qualificados (artigo 157, parágrafo 2º, do Código Penal), o mesmo válido para os furtos (artigo 155, parágrafos 4º e 5º).

²¹⁶ Os outros crimes contra o patrimônio que possuíam ocorrências dentre os prisioneiros foram extorsão (1.134 crimes); extorsão mediante seqüestro (1.637); apropriação indébita (255); apropriação indébita previdenciária (33); estelionato (2.858) e receptação (5591).

²¹⁷ Porte, posse, comércio, tráfico ou disparo ilegal de arma de fogo.

Tabela 1 – Número de prisioneiros por tempo de duração da pena em 2012.

Tempo total da pena	Número de presos (homens e mulheres)
Até 4 anos	19.788 (11%)
Mais de 4 até 8 anos	39.593 (21%)
Mais de 8 até 15 anos	29.321 (15%)
Mais de 15 até 20 anos	14.073 (8%)
Mais de 20 até 30 anos	10.175 (5%)
Mais de 30 até 50 anos	5.070 (3%)
Mais de 50 até 100 anos	1.713 (1%)
Mais de 100 anos	407

Fonte: DEPEN/MJ. Elaboração: James. H. Zomighani Jr.

A Tabela 1 revela maior percentual de condenados à pena privativa de liberdade com duração até quatro anos (11%); entre quatro e oito anos (21%) e de oito a 15 anos (15%). Juntando-se todas as faixas anteriores à classe de tempo de 15 a 20 anos de condenação, concentravam-se 55% do total de presos.

“O banimento não existe mais, no entanto, são as penas de longa duração que hoje cumprem essa função de neutralização” (BROSSAT, 2002, p. 70)

As implicações desses enormes períodos de condenação serão bem graves. Um jovem de 25 anos, pobre, com baixa escolaridade que passar 10 ou 15 anos aprisionado, sairá do cárcere com cerca de 40 anos de idade, ou ainda mais tarde caso haja reincidência. É muito provável que sairá sem qualificação profissional, sem apoio do Estado e muitas vezes até sem família, um destino profissional ou qualquer outro projeto de futuro.

É conhecido o fato de parte das empresas e instituições da sociedade capitalista descartar, como dejetos, uma parcela significativa dos trabalhadores na faixa etária com início a partir dos 40 anos de idade. A mesma idade dos condenados a penas com médias e longas durações quando saírem da prisão.

No entanto, ao invés de uma vida com grande acúmulo de experiências profissionais – possibilitando encontrar alternativas legais de sobrevivência – os egressos sairão da prisão com baixa escolaridade, sem qualificação profissional, e ainda carregando o enorme fardo do estigma prisional.

As endêmicas taxas de reincidência prisional em todo o mundo, desde o surgimento da prisão, parecem ser a comprovação empírica da enorme dificuldade para se romper esse ciclo.

A seguir, na Parte 2 desta tese será demonstrado como a expansão do sistema penal em São Paulo tem sido um processo que amplia desigualdades espaciais - na totalidade do território estadual, e na escala dos municípios maiores e menores - dentre outros descasos e disparates cometidos pelo Estado em nome do que se chama de segurança pública, como será visto.

PARTE II

REPRODUZINDO DESIGUALDADES: USOS DO TERRITÓRIO DE SÃO PAULO PELO SISTEMA PENAL.

Figura 2 – Supermax – Prisão Federal em Florence (Colorado – EUA)²¹⁸.

²¹⁸ Fonte: http://www.nytimes.com/2011/12/11/us/beyond-guantanamo-bay-a-web-of-federal-prisons.html?_r=2& acesso em 15/10/2013.

Figura 3 – Modelo de Centro de Detenção Provisória de São Paulo²¹⁹.

²¹⁹ Fonte: <http://www.sap.sp.gov.br/> acesso em 15/10/2013.

Capítulo 5

Seletividade policial e Ilegalidade Penal

Capítulo 5

O objetivo deste capítulo é analisar a ação seletiva da polícia, reconhecida no perfil dos presos temporários, e como o aumento do aprisionamento policial estimula a expansão do sistema prisional paulista. Na sequência, a partir de informações compiladas do relatório do Mutirão Carcerário realizado pelo Ministério da Justiça em 2011, foram destacados alguns aspectos e ilegalidades decorrentes do funcionamento do sistema penal (prisional e judiciário) no Estado de São Paulo.

A pandemia do grande aprisionamento paulista

“ninguém será levado à prisão ou nela mantido, quando a lei admitir a liberdade provisória, com ou sem fiança” (art. 5º, inciso LXVI).

Segundo dados de ocorrências registradas pela Polícia Civil do Estado de São Paulo, o número total de prisões feitas pelas Polícias Militar e Civil passou de 99 mil em 2001 para 133 mil no ano de 2012²²⁰. Ou seja, no período analisado houve um acréscimo de 33%, aproximadamente, no número anual de prisões. Na soma do total de ocorrências policiais, foram registradas as prisões de 1,7 milhão de pessoas nesse período de 11 anos²²¹ (GRÁFICO 9).

Observa-se no GRÁFICO 9 que foram presas mais de 100 mil pessoas a cada ano²²². Se todas as pessoas presas tivessem sido encaminhadas diretamente às unidades prisionais, o sistema prisional já teria implodido. No entanto, há lentidão do judiciário e parte dos presos, provavelmente, devem responder o processo em liberdade até a sentença definitiva transitar em julgado. No entanto, os dados demonstram a enorme quantidade de pessoas que têm sido presas e fichadas pelo Sistema Policial de São Paulo, revelando por que a população penitenciária no Estado de São Paulo tem crescido 10% ao ano, ou seja, um ritmo 10 vezes mais acelerado do que o crescimento da população estadual.

²²⁰ Dados referentes somente ao número total de ocorrências que resultaram em pessoas presas.

²²¹ Foram solicitados dados à Polícia Civil do Estado de São Paulo para os anos de 1997 (início da expansão mais recente do sistema prisional) até 2012. No entanto, fomos informados de que só possuíam dados entre 2001 e 2012, os quais foram trabalhados e compõem este sub-capítulo da tese.

²²² A Polícia Civil não apresentou dados para que pudéssemos saber quantas pessoas foram presas mais de uma vez.

GRÁFICO 9 – Total de ocorrências e pessoas presas no Estado de São Paulo entre 2001 e 2012.

Fonte: Polícia Civil do Estado de São Paulo (Resolução 160/01). Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Do total de pessoas presas, um percentual de 68,6% (ou 1,13 milhão de indivíduos) correspondeu aos presos em flagrante; outros 31,4% (519 mil pessoas) foi o total de presos por mandado judicial, conforme o GRÁFICO 10. Quanto às prisões em flagrante, elas resultam da abordagem, sem mandado, de pessoas consideradas “suspeitas” a partir do julgamento feito pelos policiais nas ruas²²³, ou flagradas em atos de transgressão às leis.

O número de prisões foi elevado durante todo o período analisado. No entanto, sofreu um visível aumento a partir de 2006 (ano da crise mais aguda e abrangente do sistema prisional paulista, quando ocorreram os chamados “ataques do PCC”). A partir daquele ano, também aumentou tanto o número dos presos em flagrante, quanto por mandado judicial, revelando a participação conjunta da polícia e do judiciário na expansão do aprisionamento, conforme é possível observar nos GRÁFICOS 10 e 11.

²²³ Abordagens feitas a partir de um “perfil”, muitas vezes, determinado a priori. O que caracterizaria que a seletividade policial não decorre somente da discricionariedade do policial no momento da abordagem, mas sim como resultante de uma estratégia ou uma cultura institucional.

No ano de 2001, no Estado de São Paulo foram presas 97,4 mil pessoas em flagrante, e outras 32 mil pessoas foram presas por mandado judicial. Já em 2012, esses números passaram a ser 115 mil (flagrantes) e 47 mil (mandados). Ou seja, houve um aumento anual de 18% no total de pessoas presas em flagrante, e de 46% no total de presos por mandado judicial.

No entanto, mesmo diante desse enorme aprisionamento, o registro de ocorrências criminais pouco tem se alterado. Nos últimos cinco anos, as taxas dos furtos por 100 mil habitantes (1.277 para 1.299), roubos (529 para 565) e roubos de veículos (398 para 466) inclusive, tiveram um pequeno aumento como pode ser visto no GRÁFICO 12.

Prende-se de forma muito acelerada em São Paulo (relembrando que o aumento populacional total foi de apenas 11% em uma década!), o que força o sistema prisional a ser expandido mais rapidamente. No entanto, dialeticamente, a ocorrência das prisões possui uma concentração muito acentuada, conforme será visto a seguir nos MAPAS 13, 14 e 15.

GRÁFICO 10 - Total de pessoas presas no Estado de São Paulo em flagrante ou por mandado judicial entre 2001 e 2012.

Fonte: Polícia Civil do Estado de São Paulo (Resolução 160/01). Elaboração: James Zomighani

GRÁFICO 11 - Estado de São Paulo: total de prisões em flagrante e por mandado judicial por ano entre 2001 e 2012.

Fonte: Polícia Civil do Estado de São Paulo (Resolução 160/01). Elaboração: James Zomighani

GRÁFICO 12 – Evolução nos registros de crimes pela secretaria de segurança pública do estado de São Paulo entre 1999 e 2012.

Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Elaboração: James Zomighani

O GRÁFICO 12 demonstra os registros de Boletins Policiais para os crimes de Homicídios, Furtos, Roubos e Furto e Roubo de Veículos para o Estado de São Paulo. De modo geral, houve pequena queda no registro de ocorrências entre 2004 e 2011, quando novamente voltou a subir. Uma correlação desses dados com o aprisionamento policial revela que mesmo com aumento do aprisionamento, a partir de 2006, os dados de registros de ocorrências continuaram a subir²²⁴.

²²⁴ Os registros do Boletim de Ocorrências não correspondem ao total de crimes cometidos no Estado de São Paulo, pois muitas vítimas não registram o evento criminal. As pesquisas melhores para monitorar o número aproximado de ocorrências, por amostragem, são chamadas pesquisas de vitimização. São caras, complexas de serem feitas, por isso talvez haja poucas desenvolvidas no Brasil.

MAPA 13 - Estado de São Paulo: número de pessoas presas pela PM por município entre 2008 e 2012.

Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP.
Elaboração cartográfica: James H. Zomighani Júnior

MAPA 14 - Estado de São Paulo: número de pessoas presas pela PM por município, por ano, entre 2008 e 2012.

ESTADO DE SÃO PAULO - Número de pessoas presas pela PM por município em 2008.

ESTADO DE SÃO PAULO - Número de pessoas presas pela PM por município em 2009.

ESTADO DE SÃO PAULO - Número de pessoas presas pela PM por município em 2010.

ESTADO DE SÃO PAULO - Número de pessoas presas pela PM por município em 2011.

MAPA 15 - Estado de São Paulo: número de pessoas presas pela PM por município em 2012.

Fonte: Polícia Militar do Estado de São Paulo - PMESP.
Elaboração cartográfica: James H. Zomighani Júnior

Concentração do aprisionamento e violência policial

Os MAPAS 13, 14 e 15 representam a concentração espacial do aprisionamento em São Paulo. No ano de 2012, a Polícia Militar prendeu em flagrante um número aproximado de 89 mil pessoas em todo o Estado. No entanto, a maior concentração das prisões em flagrante coincide com as áreas mais populosas do Estado, mas em percentual maior do que aquele encontrado em relação à sua população. Ver a Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Concentração espacial do aprisionamento em São Paulo em 2012.

Total de Municípios	645	15²²⁵	10²²⁶
Percentual de habitantes	100%	47%	41%
Percentual das prisões	100%	53%	48%
Número de presos	89245	47538	43713
Percentual de municípios	100%	2%	1,50%

Fonte: Fundação SEADE e PMSP. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

A Capital abriga 27% da população, mas nela foram realizadas 34% do total de prisões no Estado de São Paulo. Os 10 municípios com maior aprisionamento concentram 41% da população e 48% das prisões. Nas áreas intra-urbanas o aprisionamento também tem sido bastante desigual (maior nas periferias mais pobres e bairros centrais).

Muitas dessas pessoas presas pela polícia, a maioria em flagrante, compõem uma grande massa de presos provisórios sem defesa jurídica adequada junto aos juízes de primeira instância. Desse modo, a maior parte pode permanecer encarcerada até o julgamento. Na Capital e outros grandes centros urbanos do Estado, esses presos devem ser mantidos nos Centros de Detenção Provisória - CDPs ou celas das sedes de Distritos Policiais. Não é rara a situação dos presos provisórios continuarem detidos por tempo superior ao estipulado em Lei:

No Estado de São Paulo, a defesa técnica de presos provisórios que não podem arcar com os honorários de um advogado – pobres na acepção jurídica do termo – é tarefa da Defensoria Pública do Estado. Desde 2007, a lei processual penal prevê a remessa dos autos de prisão em flagrante no prazo de 24 horas à Defensoria Pública do Estado para

²²⁵ Segue a lista dos 15 municípios em ordem alfabética: Guarulhos, Osasco, Santo André, São Bernardo do Campo, São Paulo, Praia Grande, Santos, São Vicente, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, São Carlos e Franca.

²²⁶ Segue a lista dos 10 municípios em ordem alfabética: Campinas, Osasco, Ribeirão Preto, São José dos Campos, Franca, Guarulhos, Santos, São José do Rio Preto, São Paulo e Sorocaba.

que ela tome as providências cabíveis. O quadro reduzido de defensores destacados para atuar nessa área, lotados no Departamento Técnico de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária (Dipo), órgão judicial incumbido da função jurisdicional na fase pré-processual, é um significativo entrave para promover o acesso à justiça aos presos provisórios que lotam as prisões paulistas. **À carência de defensores soma-se a postura adotada por juízes e promotores de justiça, que muito corriqueiramente sequer examinam a necessidade da custódia cautelar, mantendo presas pessoas que fariam jus à liberdade. Vale ainda destacar que essa prática é confirmada nas varas criminais singulares e nas instâncias superiores, banalizando-se o instituto da prisão provisória. Muitas vezes, o primeiro contato entre defensor lotado na vara e acusado coincide com a realização da audiência de instrução, debates e julgamento, que pode vir a acontecer meses após a prisão**²²⁷.

O enorme fluxo de entrada no sistema prisional (pelo grande número de prisões feitas a cada ano), somado à desorganização deliberada das informações e à falta de prioridades, são condições que acarretam enorme morosidade nos processos judiciais, ocasionando falhas na defesa, dificultando acesso a benefícios legais (por exemplo, como responder ao processo em liberdade):

Outro fator que dificultou o trabalho no CDP I foi a falta de acesso aos documentos relativos à prisão do preso, como prontuários e inquéritos policiais. A unidade alegava não ter recursos materiais para fornecer as cópias desses documentos, e a Defensoria teve dificuldades para fornecê-los, como comentado anteriormente. A saída para esse problema foi recorrer às consultas no próprio cartório, o que gerava atrasos indesejáveis aos pedidos de liberdade. Muitas vezes, por conta da demora na condução dos presos para atendimento, o pedido de liberdade era feito sem que houvesse previamente a conversa com o preso; contava-se apenas com o prontuário e/ou com o inquérito policial. Isso teve reflexos no atendimento – uma demanda urgente do preso, como um problema de saúde ou a necessidade de contato com a família, escapava ao conhecimento da equipe – e na pesquisa, já que a aplicação do questionário se dava em momento posterior ou era até mesmo inviabilizada²²⁸.

²²⁷ Fonte: *Tecer Justiça: presas e presos provisórios na cidade de São Paulo*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e Pastoral Carcerária Nacional; coordenação de obra coletiva: Heidi Ann Cerneka, José de Jesus Filho, Fernanda Emy Matsuda, Michael Mary Nolan e Denise Blanes. – São Paulo : ITTC, 2012 (grifo nosso).

²²⁸ “Assim, o Instituto Terra, Trabalho e Cidadania (ITTC) e a Pastoral Carcerária (PCr), com apoio da Open Society Foundations e por meio de termo de cooperação celebrado com a Defensoria Pública do Estado de São Paulo², desenvolveram o Projeto Tecer Justiça: repensando a prisão provisória, para o atendimento e a defesa técnica de presos(as) provisórios(as) recém-incluídos(as) no Centro de Detenção Provisória I de Pinheiros e na Penitenciária Feminina de Sant’Ana, no período de junho de 2010 a dezembro de 2011. Além do trabalho de intervenção, foi realizado o levantamento de informações sobre o perfil das pessoas atendidas e sobre os processos judiciais em que houve atuação dos advogados do projeto. O presente documento traz os principais resultados dessa experiência.” Fonte: *Tecer Justiça: presas e presos provisórios na cidade de São Paulo*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania e Pastoral Carcerária Nacional; coordenação de obra coletiva: Heidi Ann Cerneka, José de Jesus Filho, Fernanda Emy Matsuda, Michael Mary Nolan e Denise Blanes. – São Paulo : ITTC, 2012, p. 12. Ainda há que se destacar alguns dados da realização do projeto: 1.537 pessoas acessadas pelo projeto:

- 1.161 questionários aplicados
- 1.104 pedidos jurídicos realizados
- 440 processos consultados para fins de levantamento de dados relativos à atuação

O exemplo demonstra plenamente como - no funcionamento do sistema penal - direitos fundamentais têm sido desrespeitados, com pessoas desprezadas em consequência de uma burocracia perversa e cega.

A seletividade da polícia é comprovada no caso das prisões em flagrante, pelo perfil dos presos provisórios. Vítimas de violência policial no momento da prisão, a maioria deles é constituída por transgressores de baixo potencial ofensivo. Uma sucessão de violências contra pessoas desprovidas de direitos, em nome do que se chama no Brasil de *justiça* criminal, como revela a passagem a seguir:

O Projeto, em essência, se propõe a abordar o acesso à justiça a partir de uma experiência concreta de intervenção judiciária em favor de presos provisórios. Para realizá-la, atravessou toda uma vastidão de obstáculos, impedimentos, incompreensões, dificuldades e carências. Encontrou populações delineadas em um perfil há muito conhecido. As presas e os presos são, em sua maioria, jovens entre 18 e 25 anos; paulistas da capital; pardos; com um ou dois filhos; com expressiva incidência de situação de rua e históricos variados de rechaço pelo sistema de educação pública; imersos em trabalhos informais com que tentam ou tentaram sustentar-se; muitos sem título de eleitor (o que lhes inviabiliza a cidadania no sentido mais grosso); sem documentos no instante de seu aprisionamento, que, aliás, ocorreu geralmente por furto, roubo ou tráfico de, frequentemente, pouca droga ilícita, nas ruas, por policiais militares cuja violência, física ou verbal, essas mulheres e esses homens também noticiam Poder-se-ia dizer: mais uma vez se afirma a tão cantada seletividade do sistema criminal de justiça, que, por toda parte do tempo ou do espaço, só sabe abater-se sobre esses mesmos segmentos, já que – ou até porque – recusa abater-se sobre tantos outros (Ídem, p. 8).

No texto do Relatório da Pastoral Carcerária (idem, p.9), comprova-se arbitrariedade e violência do sistema penal: *O perfil identificado de pessoas presas compõe um universo de dezenas de milhões de pessoas que se acostumaram a encontrar na justiça, até hoje, o exercício rouco de não mais que três verbos: expulsar, cobrar e prender.*

Esse relatório produzido pelo Instituto Terra Trabalho e Cidadania e pela Pastoral Carcerária, durante o trabalho realizado nas unidades prisionais da capital, destaca enormes dificuldades para obtenção de informação da situação processual dos presos provisórios. Somou-se a precariedade de organização das informações dos sistemas prisional e judiciário à pouca colaboração das autoridades do sistema prisional para o bom andamento dos trabalhos. As consequências do tratamento oferecido pelo Estado aos presos provisórios é visível - superlotação das unidades para presos provisórios (CDPs), e defesas jurídicas com enormes deficiências técnicas, cujo resultado será, inevitavelmente, a condenação. Nem mesmo as ferramentas tecnológicas mais atuais, que o sistema judiciário já possui para organização de informações de

outras áreas, têm sido utilizadas para agilizar os processos e melhorar o tratamento judicial oferecido aos presos provisórios:

Como dito anteriormente, houve dificuldades para o acesso aos prontuários e inquéritos policiais; além disso, houve problemas para realizar o acompanhamento dos processos de forma adequada. Uma ferramenta muito importante para conhecer o andamento dos processos é o site do Tribunal de Justiça de São Paulo. Porém, constatou-se que há falhas na atualização e que muitas informações não estão sequer ali registradas. Esse fato dificultou, por conseguinte, o acompanhamento dos pedidos pela internet e a realização de consulta a processos previstos no plano de pesquisa. A alternativa para contornar essa questão foi a consulta ao banco de dados da Defensoria Pública do Estado. Contudo, tratava-se de um arranjo precário, que dependia da disponibilidade de funcionários da Defensoria. Outro desafio para o projeto, no que diz respeito à pesquisa, consistiu na demora da direção do CDP I em fornecer os dados solicitados referentes aos presos provisórios do período imediatamente anterior ao da pesquisa. Durante a realização do atendimento na unidade, a relação entre a equipe do projeto e a direção do CDP I foi marcada por momentos de tensão, o que levou a coordenação de pesquisa a evitar tensionar a situação por meio de nova demanda. Assim, aguardou-se a manifestação da direção, que só forneceu uma resposta negativa à solicitação quando a fase de atendimento já se estava encerrando. Não havendo alternativa, procedeu-se ao pedido por autorização judicial para a consulta dos dados, que foi ao final concedida, mas sem que houvesse tempo hábil para a coleta e o uso das informações processuais (Ídem PP. 24-25).

Pelo relato, fica comprovada a enorme resistência das autoridades do sistema prisional ao trabalho da Pastoral e da Defensoria Pública, instituições com capacidade de se manifestar e exercer pressão judiciária, mas, inclusive, também por meio dos jornais sobre o Estado. Individualmente, os mais jovens, pobres e com pouca escolaridade, perfil da maioria dos presos provisórios, não têm a mesma sorte.

Os presos provisórios encontrados na pesquisa da Pastoral, em geral, são muito jovens (66,8% dos homens e 60,5% das mulheres com idades entre 18 e 30 anos). A maioria tinha origens na *região Sudeste* do Brasil, no *Estado de São Paulo* e na *Capital* (sendo, respectivamente, os percentuais encontrados para essas origens: para os presos homens: 69%, 62,4% e 59,9%; para as mulheres: 83,7%, 78,2% e 78,2%).

Em relação ao local de nascimento, tanto para os homens quanto para as mulheres, as regiões Sudeste e Nordeste foram as mais representativas, com uma prevalência expressiva da primeira. São Paulo foi o Estado de origem mais mencionado e sua capital foi a naturalidade mais apontada (69,9% dos homens e 81,1% das mulheres), sendo a grande maioria natural de algum município da região metropolitana de São Paulo, incluindo a Capital. Considerando a totalidade de homens entrevistados, mais de 80% declararam residir no município de São Paulo e 15,5%, em algum outro município da região metropolitana. Dos residentes em São Paulo, um pouco menos da metade (44,8%) afirmou residir na região central da cidade, seguido nas respostas da zona leste (19,4%). Em se tratando das mulheres atendidas e não atendidas, 87,4% declararam residir na cidade de São Paulo e outros 9,9%, na região metropolitana. As residentes em São Paulo

concentram-se na zona leste (37,5%), seguida das zonas sul (24,4%) e norte (18,8%) (Ídem, p. 29).

Quanto à cor ou raça²²⁹, a população atendida pelo projeto da Pastoral Carcerária os brancos eram 29,6% (homens) e 30,9% (mulheres); os pardos 34,5% (homens) e 45,9% (mulheres) e os negros 15,5% (homens) e 12,6% (mulheres). Segundo estudo comparativo presente no relatório, no período considerado os negros compunham 6,7% da população da região Sudeste, e os pardos 28,4%. Mas, nos dados de presos provisórios comprova-se maior percentual de negros e pardos na população prisional, outro caráter da seletividade. A equipe da Pastoral também constatou o maior percentual de homens e mulheres pretos e pardos na prisão, comprovação da seletividade do sistema policial. Segundo eles:

Nota-se que, em comparação com a população do Sudeste, há uma evidente sobre-representação das categorias parda e preta entre os entrevistados, especialmente em relação à segunda, o que corrobora a percepção da seletividade do sistema criminal, incluindo-se aí o aparato policial, responsável pela abordagem (Ídem, p. 30.).

Em relação ao estado civil, a maioria da população encarcerada era de solteiros (55,3% homens e 56,8% de mulheres), sendo que um terço do total de homens e mulheres, aproximadamente, declarou possuir companheiro/a. Em relação a outra característica da composição da família do preso, um percentual de 53% dos homens e 81,2% das mulheres atendidas declararam ter, ao menos, um filho.

Em relação à escolaridade, os presos provisórios possuíam ensino fundamental incompleto (50,7% homens e 48,2% mulheres), completo (17% homens e 12,3% mulheres) ou ensino médio (11,5% homens e 16,9% mulheres). E foram muito baixos os percentuais de presos encontrados que nunca freqüentaram a escola (2,5% homens e 3,3% mulheres) ou com nível superior completo ou incompleto ((2,7% homens e 1,9% mulheres). As pessoas com maior escolaridade, melhores rendimentos e mais esclarecidas, além de melhores condições de defesa, não fazem parte do perfil selecionado pelo sistema penal.

²²⁹ Para o registro da cor ou raça, optou-se por usar a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para possibilitar a comparação da população entrevistada com a população geral. Ao longo da aplicação do questionário, foi possível verificar que as características fenotípicas não são determinantes para a identificação com uma cor ou outra e, ainda, que a questão racial extrapola as categorias utilizadas tradicionalmente. *Muitas pessoas relutavam ou se recusavam a se identificarem como “pretas”, já que diziam preferir o termo “negro(a)”. Da mesma forma, os entrevistados não se identificavam com a categoria “pardo(a)”, preferindo “moreno(a)”. É o que explica a quantidade elevada de respostas na categoria “nenhuma das citadas”.* Ídem, p. 30 (grifo nosso). Em relação à classificação de cor ou raça utilizada na metodologia (elaborada pelo IBGE), 15,2% dos homens e 8,7% da população presa atendida pelo projeto disseram não pertencer à nenhuma das raças citadas.

MAPA 16 - Estado de São Paulo: jovens entre 18 e 24 anos com ensino médio completo por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

Em relação à condição de possuírem trabalho no momento anterior à prisão, responderam de forma afirmativa 69,2% dos homens e 61,1% das mulheres. No entanto, quanto ao tipo de trabalho executado:

Quando perguntados a respeito da profissão ou ocupação desempenhada, foram abundantes nas respostas atividades que exigem pouca ou nenhuma qualificação. Os dados sobre a escolaridade das pessoas atendidas (...) corroboram essa leitura. Entre os homens foram mais corriqueiramente mencionadas atividades ligadas à construção civil (18,6%), como ajudante de pedreiro, pedreiro, servente, pintor etc., e ajudante geral (18,6%). A categoria vendedor ambulante também foi significativa entre as ocupações mencionadas (10,0%). Mais de um décimo dos homens entrevistados atendidos pelo projeto declarou não ter ocupação e 5,2% dos homens entrevistados não atendidos pelo projeto afirmaram estar nessa condição. A situação das mulheres atendidas não é diversa, sendo recorrentes nas respostas atividades que prescindem de qualificação: diarista, doméstica e faxineira (17,9%) e ajudante geral (10,3%). O número de mulheres sem ocupação (14,4%) é mais alto do que o dos homens. A categoria dona de casa ou do lar reúne 8,3% das mulheres, o que infla ainda mais a quantidade de mulheres que declararam não ter uma profissão (Ídem, p. 33).

Em consequência do tipo de ocupação de baixa qualificação, a grande maioria dos presos declarou possuir, no momento anterior à prisão, rendimentos bastante baixos para o trabalho que realizavam.

A renda familiar das pessoas atendidas pelo projeto é bastante baixa: 41,6% das mulheres e 27,9% dos homens declararam ganhos de até um salário mínimo e 33,8% das mulheres e 42,2% dos homens, entre um e três salários mínimos. Os homens e mulheres atendidos que não possuem renda familiar perfazem 16,9% e 13,8%, respectivamente. A renda das pessoas não atendidas não varia de modo significativo: a faixa de maior concentração é a que vai de um a três salários mínimos, resposta fornecida por 40,2% das mulheres e 49,2% dos homens (Ídem, p. 34.).

Os tipos de ocupações exercidas revelam a origem social dos prisioneiros, bem como suas possibilidades de contratarem, com recursos próprios, bons advogados. Haja vista a condição precária e funcionamento deficiente da Defensoria Pública no Estado de São Paulo, para a maioria dos presos não é oferecida uma defesa técnica competente. Como consequência, sua permanência na prisão se prolonga, caracterizando outra violação de direitos.

Em relação às transgressões que motivaram a prisão provisória, predominaram infrações ao Código Penal: furtos (40,9% dos homens e 38,5% das mulheres); roubos (35,6% dos homens e 16,5% das mulheres) e tráfico de drogas (15,7% dos homens e 38,8% das mulheres). Sobre a

maioria absoluta dos presos provisórios (96,1% dos homens e 93,3% das mulheres), pesava a acusação de terem cometido um único crime (*Ídem*, p. 37).

Em relação aos agentes que realizaram a prisão, 65,7% dos homens e 77,1% das mulheres declararam que sua prisão foi feita pela Polícia Militar; já 10% dos homens e 11,6% das mulheres foram presos pela Polícia Civil, bem como também houve um número significativo de pessoas – principalmente mulheres – presas por seguranças particulares:

Quanto ao local em que ocorreu a prisão, tanto homens quanto mulheres são presos principalmente em vias públicas. Contudo, em relação às mulheres, há uma quantidade elevada de mulheres presas em estabelecimentos comerciais, o que se explica pela prática de furtos em supermercados e lojas, o que também justifica o maior número de prisões efetuadas por seguranças particulares. Entre os homens, há um número maior de prisões efetuadas em estação de trem ou de metrô (normalmente realizadas por agentes de segurança dessas empresas) e, entre as mulheres, em residência ou local de hospedagem. Essas diferenças se explicam em grande medida pelo crime cometido, mas podem ser aventadas ainda explicações baseadas na circulação de homens e mulheres pela cidade e na abordagem diferenciada da polícia. O que se pode afirmar, com certeza, é que os casos de mulheres presas em unidades prisionais dizem respeito ao crime de tráfico de entorpecentes praticado na tentativa de levar drogas para companheiros e familiares presos (*Ídem*, p. 38)

As equipes do ITTC e da Pastoral Carcerária também se mostraram preocupadas com a violência policial no momento da prisão, pois 78,1% dos homens, além de 72,4% das mulheres disseram ter sofrido algum tipo de violência no momento da abordagem policial. O que parece comprovar um comportamento padrão e sistematizado das autoridades policiais:

Considerando os locais onde a violência foi praticada, a expressiva maioria indicou ter sofrido violência no local do flagrante, pelas mãos de quem realizou a prisão. A violência policial relatada pelos entrevistados surpreendeu pela grande quantidade de casos. Nas prisões em flagrante realizadas pela Polícia Militar, a imensa maioria dos homens (79,5%) e das mulheres (70,3%) afirmou ter sofrido algum tipo de violência, o que também se constatou nas abordagens da Guarda Civil Metropolitana, cuja atuação violenta foi citada por 73,5% dos homens e 70,9% das mulheres (*Ídem*, p. 39).

Essa violência praticada de forma sistematizada mereceu destaque no relatório do ITTC/Pastoral Carcerária. Nem sempre cometidas de forma a deixarem marcas físicas, algumas formas de violência contra os presos provisórios se constituíram como verdadeiras práticas de tortura com grande requinte de crueldade:

A existência de um procedimento-padrão que implica o sofrimento das pessoas durante a prisão merece destaque. Abundantes foram os depoimentos de homens e mulheres que disseram ter vivenciado experiências muito semelhantes, como o “zigue-zague”²³⁰, o

²³⁰ “O motorista da viatura policial faz manobras bruscas com o veículo enquanto a pessoa algemada com as mãos para trás vai batendo a cabeça e o corpo no porta-malas da viatura policial, onde se encontra solta.” *Ídem*, p. 40 (nota de rodapé).

“micro-ondas”²³¹, o uso de spray de pimenta diretamente nos olhos e no nariz, a invasão de domicílio²³², o flagrante forjado²³³, a extorsão, a discriminação racial e a ameaça contra parentes (inclusive crianças). Em se tratando da população feminina, também foram marcantes as denúncias de violência sexual, que abrangem pedido de “propina sexual”, apalpadelas durante a revista por policial masculino, obrigação de ficar nua e ameaça de estupro. De todos os homens abordados, apenas um admitiu ter sido violentado sexualmente no distrito policial, durante sessão de tortura.

Algumas torturas foram cometidas com grau maior de sofisticação, talvez semelhantes às praticadas durante as ditaduras militares. No entanto, cometidas contra uma população mais pobre e aprisionada por crimes que não são considerados políticos, não repercutem nos meios de comunicação brasileiros. Com exceção das atrocidades praticadas em momentos de crise do sistema prisional (mortes e repressão violenta de rebeliões).

Com pouca repercussão dentro do país, parte delas ganha mais destaque em instituições internacionais de defesa de direitos (como a ONU e a HRW, por exemplo)²³⁴. Mas também fortalecem organizações criminosas no interior do sistema prisional, quando levantam bandeiras em defesa de direitos dos presos e, assim, ganham o respeito e adesão da população aprisionada²³⁵.

²³¹ “pessoa presa permanece, sem água, no interior da viatura por longas horas debaixo de sol com as janelas do veículo fechadas.” *Ibidem*.

²³² “Embora muitas vezes a autoridade policial faça constar que a entrada foi franqueada.” *Ibidem*.

²³³ “Nos casos envolvendo entorpecentes, foi muito comum a alegação de que a autoridade policial “plantou” a droga para que a quantidade pudesse servir como argumento para enquadrar a situação no crime de tráfico, e não de uso.” *Ibidem*.

²³⁴ “The São Paulo state government issued a resolution in January 2013 prohibiting military police officers from removing the victims of shootouts from the crime scenes, following a new guideline by the national Human Rights Defense Council. Judges and magistrates who take on cases of violence by illegal militia and government corruption face threats of violence. On August 23, 2012, human rights defender Diego Luiz Barbare Bandeira was gunned down outside his home in the state of São Paulo, apparently in retaliation for exposing abuses and corrupt practices by police officers and prison authorities in Caraguatatuba.” Fonte: <http://www.hrw.org/world-report/2013/country-chapters/brazil?page=1> acesso em 01/04/2013.

²³⁵ “O PCC surgiu em agosto de 1993, em uma penitenciária de Taubaté, no interior do Estado de São Paulo. Um regime extremamente rigoroso: celas individuais, permissão de ficar ao ar livre apenas duas horas por dia, proibição de aparelhos de rádio e televisão, jornais, revistas, livros e visitas íntimas; banho frio, limpeza dos banheiros determinada pelos carcereiros e feita apenas quando o ar já é irrespirável; refeições que não merecem esse nome, pois são acompanhadas de baratas vivas... E se um presidiário ousar protestar em voz alta, será agredido por golpes com barras de ferro. O diretor desse presídio, José Ismael Pedrosa, faz vista grossa para os maus-tratos infligidos pelos carcereiros. Tornou-se conhecido porque estava na direção do Carandiru, em 1992, quando se deu o famoso massacre de 111 presos, naquela penitenciária em São Paulo, por uma tropa de choque da Polícia Militar (Pedrosa foi assassinado 13 anos depois, em outubro de 2005, em uma emboscada atribuída ao PCC). Na prática, violência. No discurso, fraternidade. Mas no dia 31 de agosto de 1993, em Taubaté, após um ano de reivindicações negadas, Pedrosa acabou autorizando um campeonato de futebol entre os detentos. Simplesmente o jogo programado entre o Comando Caipira – time de presidiários provenientes do interior do estado – e o PCC – nome adotado em oposição ao do adversário não aconteceu. Quando os dois times se encontraram na entrada do pátio onde ele se daria, o detento José Márcio Felício, o “Geleirão”, com 1,90 m de altura, 130 quilos, segurou com as duas mãos a cabeça de um oponente e a girou feito um torniquete, destroncando-lhe o pescoço e matando-o. A briga só terminou depois da

morte de outro preso, também pela mão de "Geleirão". Foi então que, sabendo que seriam submetidos a represálias, "Geleirão" e outros sete detentos selaram um pacto: "quem ofender um de nós, ofenderá a todos – somos o time do PCC, os fundadores do Primeiro Comando da Capital". A "ideologia de irmãos" logo se espalhou em todas as penitenciárias.” Fonte: BARROS, João. Uma Radiografia do PCC. Biblioteca Diplô. Dezembro de 2006. Disponível em <http://diplo.org.br/2006-12,a1461> acesso em 01/04/2013.

Capítulo 6

Ilegalidades Judiciárias

Capítulo 6

O objetivo deste capítulo é o de demonstrar, de forma simplificada, como o sistema judiciário comete diversas ilegalidades contra os presos no funcionamento do sistema prisional. Uma das fontes utilizadas foi o relatório do mutirão carcerário realizado em São Paulo em 2011, que possibilitou reconhecer como o estado – que pune com bastante rigor os transgressores mais pobres – também transgride, de forma generalizada, diversos princípios e leis.

Organização espacial do sistema de justiça

Em relação à sua organização judiciária, o território do Estado de São Paulo está regionalizado em 225 comarcas²³⁶. A *comarca* é o subespaço elementar da justiça criminal na *dicção do direito*, ou determinante dos limites de ação de um juiz, em outras palavras, sua *jurisdição*²³⁷. A criação das comarcas ocorre a partir de critérios como *número de habitantes da jurisdição; receita tributária; movimento forense e extensão territorial dos municípios do Estado*²³⁸.

A comarca através de *varas*, local onde o juiz e outros funcionários do sistema judiciário realizam suas atividades. As *varas* podem ser únicas (responsáveis por todos os tipos de processos), ou especializadas²³⁹. Geralmente, as varas únicas são mais encontradas em municípios pequenos, menos complexos e com uma demanda menor. As especializadas, nos municípios maiores, bem como nas metrópoles.

Em relação à sua organização administrativa, as comarcas são organizadas em entrâncias (que também determinam a posição do juiz na carreira). Geralmente, as comarcas de 1ª entrância

²³⁶ A complexidade do judiciário é bastante significativa, e de difícil compreensão para as pessoas que não possuem formação jurídica. As comarcas também podem ser chamadas de subdistritos ou vilas no caso, por exemplo, da organização judiciária da Capital, o município de São Paulo. A capital do Estado, por exemplo, possui 58 comarcas organizadas e nomeadas como 48 subdistritos e 10 vilas.

²³⁷ *Juris dictio* – la diction du droit in Foyer, Jean. Histoire de la Justice. Paris : Presses Universitaires de France, 1996. 128 p.

²³⁸ Esses critérios são assim definidos: I- População de 15 mil habitantes ou, no mínimo, oito mil eleitores; II- movimento forense anual de, pelo menos, duzentos feitos judiciais; III- Receita tributária municipal superior a três mil vezes o salário mínimo vigente na capital do Estado.

²³⁹ São exemplos dessa especialização as varas: da infância e juventude; cíveis; família; criminais; execução penal; juizados especiais de direito e criminais, e juizado especial cível.

são aquelas de menor movimento judiciário, encontradas nos municípios do interior, sendo as da capital, as de 3ª entrância.

A hierarquização do judiciário ocorre por meio de quatro instâncias. A *Primeira Instância* coincide com o funcionamento das comarcas, onde são feitos os primeiros contatos entre as partes (jurisdição contenciosa), ou os interessados (jurisdição voluntária). Nesta instância as decisões são monocráticas, ou seja, emitidas por uma única pessoa – o juiz. No caso de discordância das decisões de primeira instância, recorre-se à *Segunda Instância*, na qual as decisões são tomadas por um colegiado formado por um grupo de magistrados (os desembargadores). Nessas instâncias também atuam os promotores (representando o Estado), os defensores públicos e os advogados de defesa.

Já os Tribunais Superiores são considerados como *Terceira Instância*, apesar desse grau de hierarquia não existir formalmente no poder judiciário²⁴⁰. Esta *Terceira Instância “informal”* é também formada por um colegiado, o qual compreende os órgãos máximos do poder judiciário que são os Tribunais Superiores, com competências especializadas, atuando em processos com origem nos próprios tribunais, ou como revisores das decisões tomadas em Primeiras e Segundas instâncias. Já o *Supremo Tribunal Federal* é considerado uma *instância extraordinária*, e pode ser acionado quando há matéria constitucional em discussão, recebendo os casos estipulados no artigo 102 da *Carta da República*²⁴¹.

Esta breve introdução serve, apenas, como referência para se conhecer parte da complexidade organizacional e funcional do sistema judiciário. Em relação às análises feitas para sustentar esta tese, foi dado destaque principal para aspectos do funcionamento das varas criminais, expressões de uma cultura e forma de organização que produz diversas ilegalidades na gestão do sistema penal paulista.

²⁴⁰ “São tribunais superiores: Supremo Tribunal Federal (STF), Superior Tribunal de Justiça (STJ), Tribunal Superior do Trabalho (TST), Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Superior Tribunal Militar (STM)” in *Tribunais Superiores: o que são? O que fazem?* Fonte: Conselho Nacional de Justiça – CNJ. <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/21440-tribunais-superiores-quais-sao-o-que-fazem> acesso em 06 de março de 2013.

²⁴¹ Este artigo pode ser acessado pelo seguinte link: http://www.dji.com.br/constituicao_federal/cf101a103.htm (acesso em 06 de março de 2013).

Concepção de justiça dos operadores do sistema penal

Em setembro de 1995 foi realizado um simpósio sobre o sistema penitenciário paulista, organizado pelo Governo do Estado de São Paulo, no qual participaram inúmeros operadores diretos ou indiretos do Sistema de Justiça Criminal-SJC (advogados, procuradores, juízes, desembargadores dentre outros). Eles debateram questões inerentes às desigualdades no funcionamento do SJC, tendo sido parte desse debate resgatada neste capítulo da tese.

Um dos primeiros a se manifestar foi o Procurador de Justiça Paulo Ricardo Tonet de Camargo. Ele expressou preocupação com o fato de *um país pobre* como o Brasil importar modelos penitenciários criados para funcionarem no território de nações ricas como os EUA, parte da Europa e da Oceania, e atribuiu à instância econômica a responsabilidade pelo sistema de justiça penal funcionar de forma precária. Nas palavras dele, revela-se a necessidade do país constituir um sistema genuinamente nacional:

Historicamente, neste país, nós importamos modelos, verificamos como se comportam os sistemas prisionais da Europa, do norte da América, da Oceania e queremos importar esses modelos para o Brasil, esquecendo de uma máxima importantíssima: somos um país pobre. (...) Os Estados e os municípios nunca deram, até hoje, ao sistema penitenciário brasileiro a importância social que efetivamente ele tem (SAP, 1996, p. 17).

Talvez a questão central a ser debatida não seja o fato do Brasil continuar a ser um país pobre (pois em relação à produção de riqueza já está entre os 10 mais ricos do mundo). Mas, por ser um país com profundas desigualdades, um sistema penal inspirado em um país de capitalismo avançado tem gestão bastante onerosa. Por isso consumirá parte significativa de recursos do orçamento do Estado que poderiam ser utilizados para diminuir suas desigualdades.

A crescente judicialização da vida no período contemporâneo²⁴², marcada pela invasão de diversas outras áreas sociais pelo direito penal, extrapolando inclusive o universo jurídico como se fosse ele solução para todos os conflitos, foi o problema levantado pelo Professor e Procurador Damásio E. de Jesus:

O direito penal de hoje procura intervir em todas as relações sociais: o Código de Defesa do Consumidor com a sua parte penal; o Estatuto da Criança e Adolescente com sua parte penal. O direito penal, hoje, transformou-se na salsaparrilha social, solução para

²⁴² O termo judicialização, um neologismo nascido na língua inglesa (*judicialization*) tem como significado a expansão cada vez maior do poder judiciário para domínios da vida social tradicionalmente não jurídicos, geralmente, como tentativa de solução de conflitos.

todos os conflitos. Como o Estado não consegue disciplinar corretamente as relações humanas, vale-se sobretudo do direito penal, antes mesmo de as outras disciplinas procurarem regulamentar os fatos sociais (SAP, 1996, p. 36).

Indiretamente, o Professor Damásio aponta possibilidades e alternativas ao Estado penal. O que seria possível concretizar pelo fortalecimento de outras disciplinas capazes de influenciar as ações humanas, mediar conflitos e encontrar soluções não penais.

Já o Juiz de direito Dyrceu Aguiar Dias Cintra Júnior, titular da 2ª vara criminal central de São Paulo, destaca que os prisioneiros fazem parte da sociedade, pois suas realidades estão conectadas à totalidade social. Mas *a sociedade parece querer ignorar que os presos brotaram da sociedade e que existe uma evidente conexão entre os problemas sociais e os do cárcere* (SAP, 1996, p. 40). Portanto, ao se priorizar outras respostas para os problemas sociais, o sistema penal seria enfraquecido.

Há grande relação entre a miséria e a prisão, pois *a miséria é a violência cotidiana praticada contra o sujeito que irá para a prisão* onde, além da perda da liberdade, também perderá sua dignidade, destacou José Carlos Bononi, Tenente Coronel do 3º Batalhão de Choque da PM de SP:

Primeiramente, o cidadão é colocado numa situação em que ele é diariamente violentado pela própria miséria. Depois, quando julgado por algum tipo de infração, é condenado a uma pena restritiva de liberdade; na sequência, é empilhado numa cela como se fosse um almoxarifado de presos e, lá, o Estado o violenta ainda mais, fazendo com que ele, além do direito à liberdade, perca também a dignidade. E é exatamente este homem que na sequência de todas essas violências se sente no direito de se livrar desse sistema, de sair desta penitenciária e se rebelar, em razão do que foi feito com ele (SAP, 1996, p. 45).

Outro problema apontado pelos operadores do sistema penal decorre da forma como a mídia representa os prisioneiros, pois alimenta preconceitos contra eles, como analisa o Coronel Bononi. *A sociedade vê o preso com preconceito por causa de uma mídia que precisava ser controlada para evitar este preconceito absurdo*. Outro preconceito seria considerar o preso como “peso morto”, ou gasto social inútil, aponta René Ariel Dotti, Professor Titular de Direito da UFPR:

A afirmação de que o preso constitui um “peso morto” para o Estado (porque provoca gastos financeiros que não são recuperados) induz uma parte da população a hostilizar ainda mais o sistema penitenciário e a admitir a inutilidade de seus estabelecimentos (SAP, 1996, p. 57).

No Entanto, essa afirmação deve ser utilizada com cuidado, pois pode induzir que uma resposta válida seria uma expansão maior ainda do sistema penal, principalmente do sistema prisional.

No caldo violento de cultura penal, alimentado pelo Estado, a criminalidade e a violência policial seriam relações de causa e efeito. Consequências da ação equivocada do Estado na lida com as desigualdades mas, também, por buscar respostas no campo penal, equivocadamente, para encontrar solução para questões sociais no país, como argumenta Antonio Visconti, Procurador de Justiça de São Paulo. Ele diz que *num pano de fundo de repressão política e iníquas desigualdades, cresceu alarmantemente a criminalidade violenta e, a pretexto de reprimi-la eficazmente, a violência oficial* (SAP, 1996, p.61). As formas predominantes de ação do sistema policial em relação à pobreza – e aos pobres – tem sido a realidade objetiva e manifesta dessa violência.

Quanto à outra velha tese do direito penal, a respeito da ineficácia do efeito de *prevenção geral*, esclareceu Carlos Vico Mañas, Juiz do Tribunal de Alçada Criminal de SP:

Sendo a ignorância da lei, hoje, a regra geral, é simplório conjecturar sobre a eficácia de uma ameaça penal, que é desconhecida dos ameaçantes. Além disso, a realidade é mais rica e cambiante do que a lei, havendo incriminações que se tornam incompatíveis com os novos estágios de civilização alcançados ou como mudanças de hábitos, em determinada época (SAP, 1996, p.64).

O mesmo juiz critica a suposta ideia de igualdade fundada na aplicação da pena privativa de liberdade, diante da falácia de que a prisão tornaria todos iguais perante a lei. Resgatando suas experiências judiciárias, diz ele que

A prática demonstra que apenas os integrantes das classes menos favorecidas é que são atingidos pela imposição dessas penas, contrariando a ideia liberal de que a prisão seria igualitária, na medida em que o bem jurídico de que é privado o cidadão – a liberdade – seria comum a todos. Tal discurso tem validade meramente formal. A pena privativa de liberdade não pode ser considerada igualitária, em uma sociedade injusta, intrinsecamente desigual (SAP, 1996, p.64).

Novamente vem à baila a questão central – as profundas desigualdades da sociedade brasileira. A procuradora do Estado de São Paulo e membro do conselho penitenciário, Maria Isaura D'Addio, discorreu sobre o conteúdo da sociedade, bem como sobre seus valores, em sua

relação com o criminoso, além da ausência de direitos coletivos, fato que estaria na origem da criminalidade violenta. Para ela

O criminoso nada mais é do que o produto dessa sociedade que aí está, e este criminoso é cada vez mais violento, pois a sociedade é cada vez mais violadora dos interesses coletivos e cada vez mais voltada para os seus próprios interesses (SAP, 1996, p.65).

As lógicas da competitividade sem fim da sociedade capitalista, aliadas de mecanismos que alimentam a individualidade, bem como a ausência de direitos, são molas propulsoras da violência difusa contemporânea.

Sobre a eficácia da prisão na prevenção de crimes, e também acerca da seletividade penal que responde pelo perfil particular e limitado dos prisioneiros brasileiros, o Professor João Marcello de Araújo Júnior, Professor de Direito Penal da UERJ fez uma proposta pouco ortodoxa, mas bastante provocadora e didática:

Quero me limitar ao aspecto perverso do sistema atual. Pergunto: o que aconteceria se soltássemos 80% dos presos atuais? O panorama criminal brasileiro modificaria muito, para pior? Creio que não, porquê, na realidade, nas prisões, só encontramos pretos, pobres e prostitutas. Os ricos não estão na cadeia, o que já mostra que o sistema é elitista e seletivo. Dessa gente miserável que está na prisão, a maioria são criminosos ligados aos crimes contra o patrimônio (SAP, 1996, p. 80).

Diante de tantos discursos eminentes criticando a escandalosa seletividade penal brasileira, é de se estranhar como esse processo ainda continua com grande fôlego. No decorrer do Simpósio, muitos outros debates se seguiram, a maior parte com a mesma finalidade, ou seja, apontar como o sistema prisional falha em sua função ressocializadora. Em como a pena privativa de liberdade tem sido instrumento inútil, do ponto de vista da prevenção geral. Por fim, a urgência de serem encontradas alternativas à prisão.

No entanto, tendo já transcorridos quase 20 anos do evento, a gestão de inúmeras ilegalidades continua a ser a característica principal do seletivo sistema penal brasileiro.

Ilegalidades no sistema prisional paulista

A superlotação, e a continuidade e aceleração do aprisionamento em massa tem levado a situações caóticas no funcionamento do sistema prisional paulista, com crescentes déficits de vagas nas unidades prisionais do Estado de São Paulo, dentre outros desrespeitos à Lei de Execução Penal-LEP.

A equação é fácil de se entender: a somatória das muitas prisões que são feitas, imprimindo grande fluxo de entrada nas unidades prisionais, com uma burocracia, descaso e vários equívocos que tornam a saída menor do que a entrada, por diversas razões, produz superlotação e reproduz aceleradamente ambientes de degradação:

- A escolha da pena privativa de liberdade como uma das principais penas aplicadas aos criminosos de origem nas camadas populares;
- A demora no julgamento dos recursos; a deficiência ou inexistência de atendimento jurídico aos presos;
- As falhas no sistema de progressão de penas (devido à lentidão do judiciário, ou às poucas unidades prisionais para cumprimento de penas em regime semi-aberto).
- Pessoas sendo mantidas prisioneiras por tempo superior do que aquele especificado por lei.

Segundo o relatório do *Mutirão Carcerário do Estado de São Paulo* realizado em 2011²⁴³, houve inúmeras falhas na gestão dos processos de prisioneiros que cumpriam condenação a pena privativa de liberdade em 2011. Diversos trechos do relatório também revelam as principais causas da maior permanência dos prisioneiros no cárcere, além do tempo estipulado pela condenação em juízo, configurando uma situação de enorme violência e ilegalidade cometidas pelo Estado.

²⁴³ O mutirão carcerário no Estado de São Paulo foi realizado pelo Conselho Nacional de Justiça entre 20 de julho e 16 de dezembro de 2011. Seu objetivo foi analisar todos os 94 mil processos (na época) de presos cumprindo pena em regime fechado. Os trabalhos foram realizados na Comarca da Capital e de Presidente Prudente, interior de São Paulo. O mutirão foi coordenado pelos juízes Luciano André Losekann e Márcio André Keppler Fraga, juízes auxiliares da Presidência do Conselho Nacional de Justiça, e tiveram a participação em seu desenvolvimento de três magistrados de outros tribunais (Esmar Custódio do Tocantins; Paulo Irion do Rio Grande do Sul e Soraya Teixeira de Minas Gerais). Também foram designados 20 servidores de diversos tribunais do país para comporem a equipe, bem como servidores da SAP e SERVEC para atuarem na secretaria do mutirão. Também tiveram participação: promotores de justiça, defensores públicos designados por suas respectivas instituições, e advogados voluntários do IDDD de São Paulo.

Estão listados a seguir os principais pontos de destaque do relatório, os quais servirão como uma radiografia, feito por uma grande equipe de profissionais, da complexa e muitas vezes ilegal situação do aprisionamento no Estado de São Paulo.

Problemas encontrados pelo mutirão carcerário

No Brasil, os juízes de execução penal realizam, quase sempre, apenas trabalhos de gabinete, salvo raras exceções. Eles se mantêm, portanto, em um grande distanciamento das reais condições dos condenados que cumprem pena nas unidades prisionais paulistas²⁴⁴.

Este comportamento dos magistrados, além de outros descasos cometidos pelo poder judiciário como a grande lentidão no julgamento de recursos e processos, e a falta de prioridade para a questão penal, promovem diversas ilegalidades, tanto nas fases que precedem o julgamento quanto na etapa da execução da pena. As principais foram listadas a seguir.

- **Problemas na execução penal**

- *Atraso nas juntadas de petições, ofícios e outros documentos ao processo de execução penal:*
 - Esta situação ocorre nas varas de execução penal, por falta de prioridade e de funcionários para realizar a tarefa. Como consequência, ocorre atraso na avaliação de recursos, concessão de benefícios ou atualização do tempo restante para o cumprimento de pena ou progressão de regime (o preso permanece no regime fechado, quando já teria direito ao semi-aberto por exemplo).
- *Problemas relativos ao cálculo da pena e da ausência de soma/unificação de penas:*
 - Outro problema de gestão, agora relacionado ao trabalho do juiz. Por conta dessa falha, o preso permanece um tempo maior (geralmente), ou menor

²⁴⁴ Os rápidos contatos com um juiz ocorrem, apenas, nas raras vezes que o preso, antes da condenação, no curso do processo, é chamado ao fórum para ser ouvido em audiências para comprovação ou refutação das provas produzidas durante a fase do inquérito policial.

(quando os recursos implicam em aumento da pena) na prisão do que estipula a LEP.

- *Ausência de um sistema informatizado de gestão eficiente do processo:*
 - Dificulta a comunicação entre os envolvidos do sistema penal em toda sequência de tramitação dos processos, entre eles e a Secretaria de Administração Penitenciária e impede um conhecimento mais rápido da situação processual de cada condenado (levando a uma série de outras ilegalidades como, por exemplo, falha no regime de progressão, ou demora na concessão de livramento condicional)
- *Inexpressivo número de benefícios como comutação e indultos, como os indultos de natal:*
 - Devido ao fato dos juízes paulistas não aplicarem os decretos presidenciais de natal, que regem a concessão de indultos e são promulgados em dezembro de cada ano, muitos presos com direito ao benefício continuam presos²⁴⁵
- *Duplicidade de condenações e, em consequência, de execuções de pena derivadas do mesmo crime*
 - Ausência da concessão de benefícios oferecidos na LEP, e manutenção do prisioneiro na prisão mais tempo do que o estabelecido por lei
- *Atendimento jurídico deficiente ou inexistente*
 - Se o preso não tiver meios para contratar um advogado particular, esta situação faz com que os presos fiquem sem possibilidade de defesa durante a execução de sua pena
- *Demora no julgamento de recursos*

²⁴⁵ Por exemplo, como os benefícios descritos nos decretos (que concedem indultos natalinos, comutação de penas, e dão outras providências: DECRETO Nº 7.648, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2011 e DECRETO Nº 7.873, DE 26 DE DEZEMBRO DE 2012.

- Desrespeito à LEP pelos juízes e varas de execução, e manutenção da pessoa na prisão mais tempo do que o estabelecido por lei
- **Problemas nas unidades prisionais sob gestão da SAP²⁴⁶**
 - *Superlotação e ausência de classificação*
 - Na grande maioria das unidades prisionais, o Mutirão constatou que o número de presos é muito maior do que o número de vagas (em média, o número de presos é 60% superior ao número de vagas, mas há unidades em situação muito pior)
 - *Desrespeito às regras dos regimes prisionais*
 - Há insuficiência de unidades para cumprimento de pena em regime semi-aberto (com isto as penas são cumpridas integralmente, em sua grande maioria, no regime fechado) e aberto (penas são cumpridas em prisão domiciliar)²⁴⁷.

²⁴⁶ Serão analisadas apenas as visitas que foram realizadas nas unidades sob gestão da Secretaria de Administração Penitenciária. No entanto, o Relatório do Mutirão Carcerário destacava que as situações piores de superlotação, insalubridade e precariedade das instalações foram encontradas nas celas dos distritos policiais, principalmente de Miracatu, todas da Baixada Santista e em Registro. Havia em todo o Estado de São Paulo cerca de seis mil homens detidos em carceragens da Polícia Civil, com a promessa desde então de desativação de todas elas, e a transferência dos presos provisórios para CDPs sob gestão da SAP. Já nas unidades administradas pela SAP, *os problemas mais agudos foram encontrados no CDP de Americana, na Penitenciária II de Bauru, na Penitenciária Feminina II de Tremembé, nas Penitenciárias I e II de Sorocaba, na Penitenciária II de Serra Azul, no Centro de Ressocialização de Piracicaba e na Penitenciária de Itai. Fonte: CNJ. Relatório Geral do Mutirão Carcerário do Estado de São Paulo*. Brasília: CNJ, 2012, p.33.

²⁴⁷ “O resultado é que na maioria dos casos há uma mescla de todo o tipo de presos, apesar dos esforços do Poder Executivo em sanear essa questão, principalmente em relação a presos líderes de organizações criminosas, que na sua maioria são recolhidos em estabelecimentos da região oeste e noroeste do Estado (Presidente Wenceslau I e II e Avaré I). Além disso, algumas unidades são separadas em condenados por crimes sexuais, tráfico de drogas, homicídio e em razão do montante da pena fixada. Mas mesmo no interior destas unidades não existe qualquer tipo de classificação. Via de regra, a distribuição dos detentos é feita em razão do convívio. Embora exista local destinado para o ‘seguro’ e celas disciplinares, em muitas unidades os presos que não conseguem conviver com os demais detentos acabam cumprindo a pena nestes locais, o que é inadequado. Acrescente-se que a falta de classificação e controle efetivo sobre os detentos muitas vezes pode dar margem à corrupção e venda de vagas, fortalecendo ainda mais as facções criminosas”. *Idem*, pp. 22-23.

- A transferência entre um regime e outro é extremamente morosa, quando ocorre²⁴⁸, além de quase nenhuma unidade prisional fazer separação entre *presos provisórios e condenados; reincidentes e primários e por idade (há diversos benefícios na LEP para presos idosos, por exemplo, que não são oferecidos aos presos paulistas)*.

- *Da Assistência à saúde*

- Em geral, segundo levantamento do Mutirão, a assistência à saúde é feita nas próprias unidades prisionais, nos casos mais simples, ou quando há médicos, enfermeiros, dentistas²⁴⁹ ou psicólogos disponíveis. Na falta desses profissionais, ou nos casos mais graves ou complexos, o atendimento é direcionado para os postos e hospitais das redes municipais e estadual²⁵⁰, sendo os casos de emergência atendidos pelo SAMU²⁵¹.

- *Assistência material, educacional e religiosa*

- O Relatório destaca que essas assistências *seguem o mau exemplo da assistência médica e social* (idem, p. 26)²⁵². E também destaca que o

²⁴⁸ “Inclusive, deve ser destacado que muitos presos demoram, após decisão judicial, mais de três meses para serem efetivamente transferidos do regime fechado ao semiaberto, passando a figurar em lista da SAP, cujos critérios e a própria transparência são questionados constantemente pela população prisional, afora o fato de que presos com defensores constituídos conseguem burlar a ordem obtendo *habeas corpus* junto ao TJSP ou em Tribunais Superiores”. Conselho Nacional de Justiça – CNJ. *Relatório Geral do Mutirão Carcerário do Estado de São Paulo*. Brasília: CNJ, 2012, p.24.

²⁴⁹ “Algumas unidades admitem a atuação de odontólogos particulares, fato que ensejou muita reclamação dos detentos quanto aos preços praticados e qualidade dos tratamentos prestados” idem, p. 25.

²⁵⁰ O problema do atendimento à saúde também envolve a questão da localização das unidades prisionais, e das distâncias dos centros urbanos maiores (e com mais recursos), conforme pode ser visto nesta passagem do Relatório do Mutirão: “Oportuno mencionar, ainda, que existe um hospital instalado no interior da Penitenciária Feminina da Capital (PFC), destinado a acolher presos doentes de ambos os sexos e de todo o Estado. **O hospital referido possui excelentes instalações**, sendo a gestão realizada pela Secretaria Estadual de Saúde, que, por sua vez, celebrou convênio com a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. O quadro clínico está completo e possui várias especialidades médicas. **No entanto, a capacidade do estabelecimento hospitalar está, no momento, subutilizada, com apenas 50% dos leitos utilizados**. A explicação para esse fato passa por diversos fatores, entre os quais, **disputa entre as Secretarias envolvidas no encarceramento e saúde, falta de encaminhamento de médicos das unidades do interior, a distância da capital e uma recomendação existente de não misturar em um mesmo local – ainda que destinado a doentes – homens e mulheres**”. Idem, p.25 (grifo nosso).

²⁵¹ “(...) muitos são os registros de óbitos em razão de demora no atendimento médico e com causa morte indeterminada, não sendo prática no Estado a realização de necropsia para se saber a razão do óbito” idem, p. 26.

²⁵² “Em geral, não há participação das prefeituras e dos conselhos de comunidade, sendo que a assistência material fornecida pelo Estado limita-se ao fornecimento de comida e entrega de *kit* mínimo de higiene aos presos necessitados (os presos que recebem visitas de familiares ou que trabalham em troca de percepção de pecúlio não são

estudo é negligenciado, pois *não há salas onde possa ser desenvolvida alguma atividade de cunho educacional* ([idem, p. 27). E, mesmo onde havia salas, o ensino era ministrado por meio de monitores, que na verdade são outros presos escolhidos *professores* dentre os demais²⁵³. No caso do trabalho, há um número reduzido de vagas em poucas unidades e o número de presos que trabalham, bem como as remunerações pagas, são insignificantes²⁵⁴. Quanto à assistência religiosa, é interessante o destaque recebido pelo assunto em um Estado laico, por princípio constitucional laico. No entanto, no Relatório há informação de que também não há espaço adequado para manifestação religiosa dentro das unidades prisionais, e que *não existe muito interesse de grupos religiosos na realização de atividades em unidades prisionais*.

○ *Visitas*

- A queixa principal que consta no relatório é a ausência de equipamentos adequados para revistas, como detectores de metais, de modo a se evitar os constrangimentos das chamadas “revistas íntimas”, principalmente quando feita em crianças e mulheres.

beneficiados com o *kit*). Em muitas unidades prisionais, o material usado para limpar as celas é pago pelas famílias dos apenados. De outro lado, relatos de detentas recolhidas na Penitenciária Feminina de Santana, na Capital, dão conta de que utilizavam miolo de pão como absorvente íntimo na ausência de fornecimento regular desse tipo de material. Em algumas unidades os presos informaram que a alimentação é insuficiente, já que a quantidade fornecida pelo Estado e aquela autorizada para ingresso por familiares é controlada” idem, p. 27.

²⁵³ Esta situação começa a ser alterada em 2012, ano em que a obrigação pelo ensino passa, legalmente, a ser atribuição da Secretaria Estadual de Educação, quando passam a ser responsáveis por ministrar aulas professores com curso superior. A mudança em São Paulo ocorreu dois anos após o Conselho Nacional de Educação definir que *a garantia de educação nos estabelecimentos penais passasse a ser atribuição direta do órgão responsável*. No entanto, *São Paulo foi um dos últimos Estados a fazer essa transferência*. Fonte: *Professores assumem aulas nas prisões. O Estado de São Paulo. Versão On line de 24/02/2013. <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,professores-assumem-aulas-nas-prisoas,1000774,0.htm>* acesso em 11/03/2013).

²⁵⁴ “Fato que também enseja preocupação é a existência da chamada ‘folha de pecúlio’, onde a quantia recebida pelo apenado ou depositada por seus familiares é usada para aquisição de gêneros de higiene pessoal, alimentos e artesanato. Mensalmente esta ‘folha’ corre nas celas e o preso assinala o material que deseja adquirir e é debitado em seu saldo de ‘pecúlio’, não havendo transparência nos preços praticados”. CNJ. Relatório de Mutirão Carcerário de São Paulo, p. 28.

○ *Medidas de segurança*

- Este item se refere às pessoas inimputáveis²⁵⁵. O Relatório constatou que havia 900 pessoas aguardando exame de insanidade mental, ou de cessação de periculosidade, com uma maioria que nunca recebeu tratamento especializado em Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. Há relatos de que alguns pacientes morrem antes mesmo de receberem atendimento adequado²⁵⁶.

○ *Mulheres*

- Em 2011, as mulheres compunham 6% do total de pessoas presas no Estado de São Paulo – um número de 9,7 mil mulheres. O Mutirão constatou que a maioria das penitenciárias femininas foram implantadas a partir de adaptações de prisões masculinas, ou seja, possuíam problemas estruturais e uma arquitetura inadequada para atendimento das questões de gênero. As unidades prisionais do interior, principalmente, não possuem unidades materno-infantis. Por isso, no caso das presas gestantes, a criança era retirada do convívio com a mãe logo após o nascimento para ser encaminhada a um parente próximo ou, na ausência deste, a um abrigo estadual.

○ *Estrangeiros*

- Em 2011 o Sistema Prisional Paulista detinha quase dois mil presos estrangeiros (ou 60% dos estrangeiros presos no Brasil). As mulheres estrangeiras ficavam presas na Penitenciária Feminina da Capital. Enquanto que os homens em Itai, município localizado a 312 km da capital

²⁵⁵ São todas as pessoas que não podem, por alguma razão, ser responsabilizadas pelo sistema penal. Por exemplo, as pessoas com deficiência mental e, no caso do Brasil, as crianças.

²⁵⁶ “Recomenda-se, sob este prisma, a constituição, urgente, de uma rede de apoio e atendimento aos pacientes judiciários no Estado de São Paulo, sob a égide do que preconiza a Lei Antimanicomial (Lei 12.216/01), possibilitando, na medida do possível, o tratamento das pessoas em meio aberto, com a construção de residências terapêuticas, além do incremento das equipes técnicas para eliminar a lista de espera que até hoje existe” idem, p. 30.

paulista. Além de todas as falhas também cometidas contra os presos brasileiros, no caso dos estrangeiros havia outros agravantes. Como a distância e falta de comunicação com os países de origem dos presos, ou com seus familiares, consulados e com os defensores públicos (incluindo-se a falta de informação suficiente para que pudessem compreender sua situação processual e penal)²⁵⁷.

Considerando-se os atuais processos em curso no Estado de São Paulo (como o grande aprisionamento que continua a ser praticado, e a expansão desenfreada do sistema prisional – para abrigar a massa carcerária que não pára de crescer – todos estes problemas tendem a se agravar em prazo bem curto. Ao invés de um território abrigo para todos, a austeridade na lida com a pobreza e a “*consagração de uma cultura punitiva*” (IBCCRIM, 2011)

A prioridade política parece, então, ser de outra natureza, ao desconsiderar as demandas de inúmeros sujeitos, municípios e regiões de São Paulo, como será visto a seguir no Capítulo 7.

²⁵⁷ “Outras dificuldades encontradas pelos presos estrangeiros situam-se na fase do processo de conhecimento, no qual há uma série de dificuldades que vão desde a falta de tradução das principais peças (denúncia, citação, sentença etc.) até a devolução do passaporte ao respectivo consulado. Na órbita da execução penal, os problemas encontram-se na comunicação ao Ministério da Justiça para desencadear o processo de expulsão, na ausência de tratados bilaterais de transferência ou, na sua existência, na falta de vontade política de realizá-la” idem, p. 32.

Capítulo 7

Reprodução de desigualdades e expansão do sistema penal no Estado de São Paulo

Capítulo 7

O objetivo deste capítulo é o de reconhecer processos contemporâneos que, aprofundando desigualdades espaciais, promovem insegurança social²⁵⁸. No entanto, a demanda por mais segurança passa a ser atendida por um recrudescimento cada vez maior dos sistemas policial e prisional, em detrimento das áreas sociais, ou de uma resposta política que seja capaz de enfrentar e propor soluções para problemas com origem nas desigualdades espaciais (violência, insegurança, grande aprisionamento dentre outros).

Território, riqueza e desigualdades de São Paulo

São Paulo é o estado mais rico da federação, mas também apresenta algumas das maiores desigualdades do território nacional. No ano de 2005, constituiu um Produto Interno Bruto (PIB) de cerca de 727 bilhões de reais, correspondente a 33,9% de toda riqueza produzida no país²⁵⁹. Localizado na região Sudeste do Brasil²⁶⁰, possui três universidades públicas consagradas²⁶¹, além de suas universidades federais e dezenas de universidades privadas²⁶². Também possui

²⁵⁸ Alguns significados da palavra insegurança: *incerteza, ausência de garantia contra arbitrariedades, sensação de proximidade do perigo, hesitação, falta de convicção*. No sentido jurídico, a falta de garantias de direitos fundamentais produz insegurança ou medo (de não ter acesso à saúde, de faltar trabalho, de não ter onde morar). O que também pode conduzir a um conceito geográfico, ou seja, a insegurança produzida pela carência ou precariedade de infra-estruturas e serviços fundamentais disponíveis, em todas as localidades, para todas as pessoas. Ou seja, a insegurança decorre do fato da pessoa não ter perto de si, ou facilmente acessível, tudo que é produto tanto da natureza quanto do trabalho humano e que seja indispensável à vida. O medo da violência criminal também produz insegurança e leva a reações muitas vezes despropositais e que não atacam suas causas, ampliam desigualdades, ou produzem novas violências – a do carro blindado, a da cerca elétrica, a da segurança ou policial armado, a dos condomínios fechados, a das prisões. Todas elas gerando mais medo e novas inseguranças. Diante das possibilidades do mundo contemporâneo e da velocidade incessante das inovações tecnológicas, bem como da seletividade de sua implantação espacial, modernizações incompletas - resultantes desse processo - também reproduzem esse sentimento de insegurança - do medo do atraso, da obsolescência tecnológica, ou da utópica e incessante busca da invulnerabilidade diante do novo, desconhecido ou imponderável.

²⁵⁹ O Produto Interno Bruto é a soma do total de riquezas produzidas pelos três setores da economia de um país no período de um ano: primário (agricultura e pecuária), secundário (indústria) e terciário (comércio e serviços). Fonte dos dados: Fundação SEADE e IBGE.

²⁶⁰ Segundo o critério de macro-regiões do IBGE, no Sudeste estão localizados os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais.

²⁶¹ A Universidade de São Paulo, por exemplo, é a maior universidade pública do país. Localizada na Capital, possuía, em 2008, cerca de 5.434 professores que atuavam em 234 cursos de graduação, os quais somados tinham um total de 54.361 alunos. Apesar da aparente fortaleza da estrutura Universitária pública, menos de 20 mil estudantes dos mais de 500 mil que se formam, somente, nas escolas públicas, a cada ano, conseguem vagas nessas instituições. Fonte: *Aumenta a participação de alunos da rede pública na USP*. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo: 21/02/2009.

²⁶² Além da Universidade de São Paulo – USP, a maior universidade pública do país em número de alunos e de cursos, São Paulo também possui a Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP e a Universidade Estadual Paulista, UNESP, além da Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP e, mais recentemente, foi constituída a Universidade Federal do ABC.

importantes centros de pesquisa, grandes empresas²⁶³, e os principais bancos²⁶⁴, além de um número enorme de outras instituições públicas e privadas para atender seus 41,2 milhões de habitantes, ou 21% do total da população brasileira²⁶⁵.

É preciso destacar que as regiões que concentram a maior parte dessas estruturas e instituições, como a Capital e a Região Metropolitana de São Paulo, são também aquelas onde ocorre maior aprisionamento, revelando o caráter contraditório da expansão do meio técnico-científico-informacional-MTCINF. Mas produzindo uma condição geográfica privilegiada para reprodução ampliada do capital na formação do território paulista.

Em sua totalidade, o território paulista apresenta enormes desigualdades. A produção industrial, agrícola e os serviços concentram-se em poucos municípios, por isso as desigualdades entre suas regiões acabam sendo motores de inúmeros fluxos (materiais, financeiros, migrações), a exemplo das desigualdades espaciais que também caracterizam o conjunto total do território brasileiro²⁶⁶.

A distribuição espacial dos crimes, do aprisionamento e das unidades prisionais em São Paulo possui correlações com as altas densidades do mtcinf encontradas em algumas áreas, localidades e municípios do território paulista. O aprisionamento tem ocorrido principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos, dentre outras áreas mais precárias, onde há baixa densidade do mtcinf. A localização das novas unidades prisionais, construídas em territórios de pequenos municípios do interior, utiliza-se de áreas onde estruturas territoriais suficientes, ou seja, com uma relativa densidade do MTCINF na forma de sistemas de engenharia disponíveis como os sistemas de transporte e de comunicações. Essa dialética espacial parece demonstrar como o MTCINF tem servido, principalmente, ao Estado e aos interesses hegemônicos:

²⁶³ Alcoa, TAM, Natura, IBM, Gillette do Brasil, AT&T Latin América, Vera Cruz Seguradora, Construtora Camargo Correa são alguns exemplos.

²⁶⁴ Os seguintes bancos possuem suas sedes no município de São Paulo, capital do Estado: Itaú, Banco Real ABN AMRO, Unibanco, Sudameris e BankBoston. Em Osasco, na RMSP, temos a sede do Bradesco.

²⁶⁵ Dados preliminares do censo demográfico do IBGE realizado em 2010.

²⁶⁶ “No período técnico-científico atual, os setores terciários de comando tendem a se concentrar mais geograficamente, beneficiando, ao menos num primeiro momento, as localidades onde o potencial em matéria cinzenta é mais diversificado e maior. Esses lugares são, também, mais atrativos para os pobres. Modernidade e pobreza, participação plena e não-participação são, nas grandes cidades, as duas pontas do processo de modernização contemporânea, sendo, assim, responsáveis pela expansão global do setor terciário.” (SANTOS, 2009, p. 63)

Considerando-se a totalidade do território do estado de São Paulo, as desigualdades espaciais também se caracterizam pela desigual implantação dos elementos do espaço geográfico²⁶⁷, em seus 645 municípios²⁶⁸. Quanto aos usos do território pela população paulista, a Região Metropolitana de São Paulo-RMSP abriga praticamente metade da população estadual, sendo que apenas na capital (município de São Paulo) estão 25% de todos os habitantes do estado²⁶⁹. Em relação ao aprisionamento, na capital ocorre mais de um terço do total de prisões do Estado.

As mesmas regiões de São Paulo com destaque nos campos da educação superior, da indústria, das finanças e da tecnologia, são aquelas com inúmeros problemas sociais como concentração da pobreza e de renda. Mas também problemas de infra-estrutura e oferta de serviços públicos, agravados por também concentrarem as mais altas taxas de criminalização e aprisionamento do Estado e do país como será demonstrado²⁷⁰.

Usos do território e aprofundamento das desigualdades

A constituição desigual e seletiva do MTCINF possibilita usos hegemônicos ou corporativos do território que aprofundam desigualdades espaciais no Estado de São Paulo.

A desigualdade na distribuição de renda, principalmente do emprego e das melhores remunerações; um arranjo espacial diferenciado e concentrado das infra-estruturas (redes e sistemas de transportes, comunicação, energia); a distribuição desigual de serviços públicos essenciais como saúde, educação, lazer, transportes, acompanham a densidade territorial dos sistemas técnicos, ou seja, onde o MTCINF foi implantado, constituindo principalmente circuitos espaciais relacionados à reprodução ampliada do capital.

Alguns desses processos serão analisados, bem como suas possíveis relações com o sentimento generalizado de insegurança da população. Procura-se compreender como as reações repressivas do Estado - em resposta à violência conjuntural, mas com carência de políticas para

²⁶⁷ “Os elementos do espaço são os homens, as firmas, as instituições, as infra-estruturas e o meio ecológico.” (SANTOS, 1985, p. 8).

²⁶⁸ Em 2010 havia 5.565 municípios no Brasil, ou seja, São Paulo possuía 11% de todos os municípios do país e abrigava, aproximadamente, 22% da população brasileira.

²⁶⁹ Segundo o IBGE, cerca de 11 milhões de pessoas viviam somente na capital do Estado, no município de São Paulo, no ano de 2007.

²⁷⁰ As Regiões Metropolitanas de Santos, Campinas e São Paulo, por exemplo, para ficar apenas em algumas.

resolução da violência estrutural – encontra-se com a expansão do MTCINF em benefício de interesses hegemônicos. O resultado é a precariedade e baixa oferta de serviços públicos capazes de garantir os direitos fundamentais para a maioria mais pobre.

Desigualdades regionais e expansão do sistema prisional

Em meados dos anos de 1990 teve início a mais forte e ainda atual fase de expansão do sistema prisional no Estado de São Paulo. Este período também foi marcado pela perda de dinamismo econômico de São Paulo. Entre 1991 e 2000, enquanto o país cresceu em um percentual de 2,7% ao ano, a economia paulista teve aumento anual de, somente, 1,7%²⁷¹. Ao mesmo tempo em que a economia paulista perdia em dinamismo para o restante do país, a desigualdade de rendimentos aumentava entre parcelas significativas da população distribuídas desigualmente pelo território estadual, revelando também usos políticos e econômicos diferenciados para cada parcela e região do território do Estado de São Paulo²⁷².

Na ciência econômica, há diversas formas de cálculo das desigualdades. No entanto, como *o rendimento proveniente do trabalho possui elevada participação na composição da renda total dos domicílios*, é possível considerar as desigualdades a partir da *renda per capita domiciliar* (SIMÃO, 2009)²⁷³. Com isso, os rendimentos provenientes do chamado *mercado de trabalho* compõem o rendimento principal das pessoas ocupadas, no conjunto da população economicamente ativa.

A maximização da extração da mais-valia por mecanismos decorrentes de políticas neoliberais como flexibilização das leis trabalhistas; substituição das pessoas com mais experiência pelos mais jovens (com diminuição dos salários); mudança da sede das empresas para locais com sindicatos mais frágeis ou desorganizados pode ajudar a compreender, ao menos parcialmente, a brutal discrepância entre o PIB per capita paulista, de cerca de 30 mil reais, para a

²⁷¹ SIMÃO, 2009, p. 41.

²⁷² “A variação percentual do coeficiente de Gini das distribuições: do rendimento domiciliar per capita (RDPC), do rendimento do trabalho principal dos ocupados (POC) e do rendimento do trabalho principal dos ocupados na indústria de transformação (POCTR) para as mesorregiões paulistas e para o Estado como um todo. As três distribuições, apresentadas mostram que, de acordo com os dados censitários de 1991 e 2000, a desigualdade de renda aumentou no Estado de São Paulo.” (SIMÃO, 2009, p. 77 grifo nosso).

²⁷³ A autora também destaca que *a distribuição do rendimento domiciliar per capita reflete mais apropriadamente as diferenças nas condições de vida das pessoas*, e ela é afetada pela composição das famílias (número de crianças, número de pessoas economicamente ativas, número de aposentados, etc) e pela associação entre os componentes do rendimento domiciliar (SIMÃO, 2009, p. 77).

renda per capital, em média de 800 reais no Estado de São Paulo²⁷⁴. Por sua vez, uma massa salarial mais baixa imprime menor dinamismo aos circuitos de consumo e produtivos locais.

Em relação à outra diferença entre a renda apropriada pelos mais ricos em comparação aos mais pobres do Estado de São Paulo, a desigualdade aumentou 6,5%, ao passo em que na totalidade da sociedade brasileira esta diferença foi de 3,4%²⁷⁵. A Região Metropolitana de São Paulo liderava dentre aquelas com maiores desigualdades de rendimentos (11,6%, para uma média estadual de 5,2%)²⁷⁶, seguida por Litoral Sul, Presidente Prudente e Itapetininga. Já aquelas com menor desigualdade foram Piracicaba, Araraquara e Bauru. No mesmo período em que essas desigualdades eram ampliadas, houve aumento acelerado da ação da polícia e expansão do sistema prisional paulista.

Desigualdades ampliadas pelas transferências de recursos

Além das desigualdades de rendimentos provenientes do mundo do trabalho, com responsabilidade direta ou indiretamente do Estado (por conta da legislação trabalhista, ou outras ações como incentivos para instalação de indústrias em determinada região, por exemplo) existem outros processos produtores de desigualdades espaciais que também devem ser considerados.

A transferência de recursos fiscais entre os entes federados é um desses processos que, dialeticamente, criado para promover uma diminuição das desigualdades socioespaciais na totalidade da federação²⁷⁷, por conta de pactos ou escolhas políticas e econômicas, pode agir de modo contrário. Para Gallo e Gomes (2010, p.261)

²⁷⁴ Fonte dos dados: Fundação SEADE 2010.

²⁷⁵ SIMÃO, 2009, p. 57. A economista utilizou em seus estudos o índice de Gini para cálculo do aumento da desigualdade entre os rendimentos. Este índice (entre 0 e 1, sendo um mais desigual) foi composto a partir de dados de rendimentos domiciliares per capita obtidos na Pesquisa Nacional de Domicílios – PNAD. Os dados da PNAD têm sido mais utilizados, pois desde 1981, sua periodicidade é anual, período bem mais curto do que o censo demográfico realizado pelo IBGE a cada década.

²⁷⁶ SIMÃO, 2009, p. 44. Nesse período também houve uma forte diminuição da participação da indústria na economia e geração de trabalho na região Metropolitana de São Paulo, a qual sofreu diversas modernizações, enxugando sua folha de pagamento em milhares de postos de trabalho, mas também transferindo plantas fabris para outras unidades federativas e para o interior de São Paulo. Com isso, a Capital e sua região metropolitana começam a obter um destaque, cada vez maior, como uma cidade voltada para o setor de serviços como gerador de emprego e renda para a grande maioria de sua população.

²⁷⁷ “No caso das transferências de recursos federais aos municípios, há *transferências constitucionais legais* e *transferências voluntárias*. As primeiras são previstas na Constituição da República; já as transferências voluntárias são feitas por meio de convênios, acordos, ajustes ou outros instrumentos similares, além das transferências feitas por

Como as unidades político-administrativas que compõem os entes federados possuem atributos infraestruturais, políticos e sociais distintos – por isso existe a federação, para acomodar essas diferenças -, suas singularidades culminam em diferentes capacidades de arrecadação de tributos, atração de investimentos, prestação de serviços e de direitos sociais.

Segundo os autores, a natureza das demandas, em relação à disponibilidade de recursos, decorre da relação política, econômica e administrativa entre o Estado Federativo e os entes federados. Essa composição, também geradora de desigualdades, pode subjugar entes federados *com menor poder de barganha* aos desígnios de fora, no caso, com determinantes criadas pelo Estado Federativo, alienando os usos de seu território pela implantação de projetos com objetivos distantes das realidades locais²⁷⁸. No caso estudado pelos autores, a hipótese de trabalho é que *a estrutura montada para as transferências de recursos federais funciona como um mecanismo que pode se configurar em promotor de novas seletividades e hierarquias territoriais*. (GALLO e GOMES, 2010, p. 266)

Processo semelhante ocorre na seletividade de parcelas do território pelo Governo do Estado de São Paulo. Valendo-se de maior capacidade de barganha com municípios e regiões deprimidas economicamente, o governo estadual pode pressionar pela instalação de unidades prisionais em seus territórios. Tem havido centralização e concentração na política de expansão do sistema prisional, em detrimento das demandas dos municípios. O que contraria os princípios de autonomia e descentralização político-administrativa estipuladas na Constituição de 1988.

A pactuação política que não consta em documentos oficiais é bastante difícil de ser comprovada de outro modo. No entanto, apesar dessa dificuldade em documentá-la, é possível afirmar que muitas vezes ela se dá juntamente com a promessa de execução de outras obras no território desses pequenos municípios (construção de praças; asfaltamento de estradas vicinais

meio de emendas parlamentares ao orçamento (...) Aqueles que podem pleitear a celebração de convênios são os órgãos e entidades da administração pública direta, autárquica, e fundacional; as empresas públicas ou sociedades de economia mista de qualquer esfera fundacional; ou organizações particulares sem fins lucrativos. Essa transferência é decidida pelo processo orçamentário dos governos de nível superior.” (GALLO e GOMES, 2010, p. 265). Apesar dos autores não terem frisado nesta passagem, é possível ler nas entrelinhas do texto que as determinações que resultam em transferências voluntárias possuem forte caráter de negociação política.

²⁷⁸ “Por princípio, num sistema de organização político federativa, todos os entes deveriam ter os mesmos direitos aos recursos arrecadados e não depender de negociações políticas para a efetivação de repasses. Como esse princípio – o da isonomia federativa – não é observado com rigor, pode-se sugerir que certos aspectos da desigualdade distributiva da federação brasileira residem nos mecanismos de dotação de recursos oriundos das transferências voluntárias (entenda-se convênios).” (GALLO e GOMES, 2010, p. 265). Os recursos obtidos por meio de convênios são, regra geral, destinados para a realização de infra-estruturas.

dentre outras), constituindo-se em um tipo de transferência Estado-município que resultará em densificação do capital fixo constituinte do MTCINF na forma de obras e infra-estruturas locais.

Cartografias da desigualdade paulista

O uso desigual do território pela população configura diferentes circuitos produtivos e de consumo, constituindo diferentes densidades do MTCINF no território dos municípios, com os maiores valores encontrados nas regiões metropolitanas e na capital.

A concentração de empregos formais é maior onde o MTCINF é mais concentrado (regiões metropolitanas de São Paulo, Campinas e Santos), além dos municípios localizados ao longo do eixo da Rodovia Anhanguera, como pode ser visto no MAPA 18²⁷⁹. Do total de 12,9 milhões de empregos formais em 2010 no total do Estado, a capital – município de São Paulo – respondia por 38% desses empregos (~4,9 milhões), mas sua população era de apenas 27% do total (ou 11,2 milhões de pessoas). Enquanto na soma das regiões metropolitanas de Campinas, São Paulo e Santos havia 65% do total de empregos do Estado (8,5 milhões), concentrando 58% do total da população estadual (~24 milhões de habitantes).

Uma correlação possível entre produção de riquezas no estado e sua distribuição na forma de rendimentos per capita pode ser encontrada no MAPA 19. Ele representa duas expressões das desigualdades – as diferenças entre o PIB e os rendimentos per capita por município, e as desigualdades espaciais caracterizadas pelas concentrações da produção de riqueza e rendimentos per capita. As classes desse mapa, variando entre 0,3 (limite mínimo da classe mais baixa) até 7,7 (limite máximo da classe mais alta) representam, pela distribuição de cores (menor valor para as mais claras) o percentual do PIB que corresponde ao rendimento médio no município. Na capital e nas Regiões Metropolitanas as cores são mais claras, ou seja, pode significar que há mais eficácia na extração da mais valia e maior exploração dos trabalhadores, pois a média dos salários pagos é menor, comparando-se com o PIB produzido pelo município.

No MAPA 20 temos a representação espacial da renda per capita, em reais, por município. Variando entre 200 e 1,6 mil reais, os maiores valores – apesar de também serem baixos em comparação com o PIB per capita (30 mil reais), coincidem com os territórios de maior densidade do MTCINF. A complexidade da vida econômica e política nos territórios desses municípios, e a

²⁷⁹ Fonte: Fundação SEADE, 2010.

concentração das atividades principais no comércio e serviços, atividades que produzem maior valor agregado, e oferecem maior remuneração, são outras razões dessa distribuição desigual vista no mapa. O MAPA 21 forma praticamente a mesma imagem, com a diferença que os valores das classes são mais elevados, pois se trata da distribuição dos rendimentos médios dos responsáveis pelos domicílios.

O MAPA 22 mostra a desigualdade caracterizada por responsáveis pelos domicílios sem rendimentos. Enquanto a média estadual é de 13%, na capital e RMSP encontram-se 16% dos responsáveis nesta condição. O litoral do extremo sul de SP, a RMSP e diversos municípios no interior possuem até 24% dos responsáveis pelos domicílios sem rendimento mensal. Algumas dessas regiões também possuem maior percentual da população entre 15 e 24 anos no total dos habitantes, chegando até a 57% (como o Vale do Ribeira, no sul de São Paulo), o que demanda políticas de Estado específicas para a juventude (educação, formação profissional, cultura e lazer).

Os MAPAS 23 a 26 representam a concentração das famílias mais pobres do Estado de São Paulo, com rendimentos de no máximo três salários mínimos. O Sul do Estado, RMSP, Litoral Norte e extremo Oeste paulista – regiões com maior concentração de famílias mais pobres – também abrigam muitos jovens entre 15 e 24 anos, os mais vulneráveis ao sistema penal (MAPA 06, página 125).

A grande área que compreende desde a Região Central até o Noroeste do Estado de São Paulo, concentra o maior percentual de domicílios com rendimentos entre um e dois salários mínimos, chegando até a 48% do total de domicílios em muitos municípios (MAPA 25)

Os responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre três e cinco salários mínimos concentram-se nos municípios da grande região que se estende desde a Baixada Santista, até São José do Rio Preto (incluindo Campinas e Ribeirão Preto), como pode ser visto no MAPA 27.

Já os responsáveis com rendimentos entre cinco e 10 salários mínimos estão encontrados em maior número e percentual nas regiões de maior densidade do MTCINF (RMSP, e eixos da Rodovia Anhanguera e Presidente Dutra), apesar do seu pequeno percentual no total da população (entre 1 e 19%). Conforme aumentam os rendimentos, menos dispersa é sua concentração espacial, e menor o percentual de responsáveis pelos domicílios no total da

população, o que pode ser visto no MAPA 29 que representa os responsáveis com rendimentos acima de 10 salários mínimos.

Os mapas permitem estabelecer diversas outras conexões e realizar comparações difíceis de serem realizadas com tabelas ou gráficos, justamente por revelarem essas continuidades, contiguidades e rupturas na distribuição das desigualdades pelo território do Estado de São Paulo, bem como permitem o trabalho com uma grande série de dados e informações como foi demonstrado.

Esse esforço foi feito para se compreender melhor quais áreas, municípios e regiões têm sido prioritários para expansão dos sistemas penal e prisional no Estado de São Paulo, a partir de suas características principais.

Os Mapas formam imagens – desenhos facilmente identificados como formas geométricas, representando os limites das regiões com maiores ou menores densidades dos elementos caracterizados anteriormente.

A seguir, a partir de outras imagens cartográficas formadas pela representação espacial formada pelo sistema prisional, será fundamental buscar correlações, de modo a compreender quais territórios locais têm sido buscados pelo governo estadual para uso destinado à implantação das novas unidades prisionais em São Paulo.

MAPA 17- Estado de São Paulo: população entre 15 e 24 anos por município

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 18 - Estado de São Paulo: total de habitantes por vaga de emprego formal por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 19 - Estado de São Paulo: desigualdades entre produção de riqueza e rendimentos. Relação entre Renda e PIB per capita por município (em %) em 2010.

MAPA 20 - Estado de São Paulo: renda per capita por município (em Reais R\$) em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 21 - Estado de São Paulo: rendimento médio dos responsáveis pelos domicílios (em Reais R\$) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 22 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios sem rendimentos (em %) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 23- Estado de São Paulo: total de domicílios com rendimento até ¼ do salário mínimo (em %) por município por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 24 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre $\frac{1}{2}$ e 01 salário mínimo (em %) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 25 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 01 e 02 salários mínimos (em %) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 26 – Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 02 e 03 salários mínimos (em %) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 27 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 03 e 05 salários mínimos (em %) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 28 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos entre 05 e 10 salários mínimos (em %) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

MAPA 29 - Estado de São Paulo: responsáveis pelos domicílios com rendimentos acima de 10 salários mínimos (em %) por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

Em defesa das modernizações incompletas do sistema penal

“Meus caros pequenos irmãos em Cristo (...). O inferno é uma prisão estreita, escura e mal-cheirosa, a residência de demônios e almas perdidas, no meio de fogo e fumaça...Lá, em virtude do grande número de condenados, os prisioneiros são empilhados em suas celas terríveis, cujas paredes dizem ter 4 mil milhas de espessura: os condenados ficam de tal forma espremidos que (...) não conseguem sequer remover do olho um verme que o aflija”

James Joyce in Retrato do artista quando jovem (Apud VARELLA, 2012.p 128).

Diversos políticos e parte da mídia corporativa têm defendido a expansão do sistema penal paulista como solução para o estado precário das prisões, e como resposta ao aumento nas taxas de criminalidade. Suas resultantes têm sido maior aprisionamento, expansão do sistema prisional e fortalecimento do legitima a prisão como elemento de segurança da sociedade.

A expansão do sistema prisional decorre da difusão seletiva do MTCINF no território do Estado de São Paulo, modernização territorial incompleta e conservadora que contribui para aumento das desigualdades espaciais. Mas também garante funcionalidade aos objetos geográficos de interesse hegemônico, ao configurar o território dos pequenos municípios para receber novas unidades prisionais.

Em 1995, o governo paulista promoveu um *simpósio sobre o sistema penitenciário (SAP, 1996)* com a presença de diversos políticos, juízes, promotores, advogados, dentre outros interessados no funcionamento do SJC do Estado de São Paulo. Já se passaram quase 20 anos daquelas discussões, e a maior parte das reflexões e críticas ao sistema prisional, apresentadas naquele simpósio, continuam atuais. Também é possível avaliar a enorme distância existente entre as propostas dos políticos e especialistas, e a realidade prisional no Brasil contemporâneo. Este evento serviu para legitimar politicamente o início da mais recente expansão territorial do sistema prisional paulista.

A necessidade de reformulação na política de aprisionamento da época foi apontada pelo Secretário José Afonso da Silva, que então ocupava a pasta da Segurança Pública de São Paulo. Relembrando a organização política e territorial do país em forma de sistema federativo, destacou

que a prisão deveria ser instrumento de exceção, e não deveria ser destinada para aqueles que não fossem perigosos:

(...) precisamos (governo do Estado, Federal e especialistas) encontrar novos caminhos, de tal forma que a política de aprisionamento seja destinada aos indivíduos realmente perigosos, e que haja uma ampla reforma na legislação penal e na lei de execuções, adaptando-as à realidade Brasileira (SAP, 1996, p. 13).

Na fala de abertura, feita pelo procurador de justiça Paulo Ricardo Tonet Camargo (que representou o Ministro da Justiça da época, Nelson Azevedo Jobim), destacaram-se as ligações entre a política penitenciária, a insegurança social e o uso da prisão como fator de segurança para as comunidades. Pois, segundo ele (...) *precisamos criar uma política penitenciária que venha a diminuir o grau de insegurança da sociedade, porque o sistema penitenciário é fator indispensável para a segurança das comunidades* (SAP, 1996, p. 14), resgatando, assim, os usos da prisão como símbolo da justiça e para prevenção geral.

Defendendo a ampliação do sistema prisional paulista, que possuía um *quadro sombrio e perverso*, devido à superlotação, e sua incapacidade de abrigar todas as pessoas com mandados de prisão já expedidos pela justiça, o governador de São Paulo na época, Mário Covas, também defendeu a utilização da prisão como instrumento de prevenção geral. Para ele, ela serviria para controle da criminalidade e maior dinamismo da justiça criminal, por desestimular o ingresso no mundo da criminalidade. Nas palavras do próprio governador:

O sistema prisional paulista dispõe de quarenta e três unidades entre presídios, casas de detenção, penitenciárias e hospitais de custódia²⁸⁰. A capacidade era para cerca de 23.000 presos. No entanto, a população carcerária chega a quase 32.000; isso sem contar os mais de 20 milhares de detidos nas cadeias públicas e nos distritos policiais. No presente ano, ocorreram 17 rebeliões nos presídios. O quadro é sombrio e o circuito perverso. Milhares de ordens de prisão permaneceram sem execução. Enquanto isso, enormes contingentes da população, à míngua de oportunidades, vegetando nas fibras da economia de mercado, vislumbram, na delinquência, canais de mobilidade social, pois eles nada têm a perder se enveredarem pelos tortuosos caminhos do crime (SAP, 1996, p. 15).

²⁸⁰ Desde então, nos 17 anos seguintes, entre 1995 e 2012, o sistema prisional paulista já acrescentou mais 111 unidades (crescimento de 258%) e 158 mil presos (acréscimo de 500%). Já era um fato, à época, que a velocidade com que os presos entravam no sistema prisional era infinitamente maior do que a possibilidade dele sair devido a atrasos processuais, penas expiradas, presos nas delegacias e sem julgamento, falta de prioridade política, dentre outros fatores.

No mesmo evento ocorrido há quase 20 anos, Paulo Ricardo Tonet Camargo - procurador de justiça - defendeu a reforma da legislação para favorecer a aplicação de penas alternativas para os crimes menos graves, com reserva da pena privativa de liberdade para os crimes de maior gravidade como estupro, latrocínio, homicídio qualificado e tráfico de drogas. No entanto, ele reconheceu à época, e o quadro hoje não é muito diferente, que *tais penas alternativas simplesmente não são usadas no Brasil porque não foram definidas formas eficazes de fiscalizar sua execução*. Ou seja, em outras palavras, elas nunca foram prioridade política, por isso também geram descrença nos juízes que evitam aplicá-las (SAP, 1996, p. 13). A ampliação do sistema penitenciário para garantia da *segurança social* foram também evocados pelo procurador:

Temos que ter consciência que investir no sistema prisional é investir na segurança do cidadão (...) grande parte da insegurança que existe, não só no Estado de São Paulo, mas em todo o país, é gerada, é trazida é fomentada a partir do caótico estado em que se encontra esse sistema (SAP, 1996, p. 17).²⁸¹

Para o procurador, o sistema prisional gera insegurança, e não o sensacionalismo da mídia. Além da função de combater a criminalidade, não houve outras referência à violência estrutural dos territórios de origem dos crimes, ou da funcionalidade seletiva do SJC. Mas sim ao desconhecimento da sociedade de que o combate à criminalidade deve ocorrer de forma sistêmica, começando na *polícia* e terminando no *sistema prisional*, revelando uma visão positivista e tecnocrática no tratamento do problema criminal:

(...) importante questionar a razão do porquê, quando se fala em segurança pública, quando se fala na tranquilidade do cidadão, quando se fala que o cidadão brasileiro não tem a possibilidade de desenvolver o seu trabalho e viver em paz com a sua família, nós pensamos na polícia e na repressão ao crime. Só que não nos preocupamos com o fato de que a repressão à criminalidade tem um curso, começando pela investigação e terminando no sistema prisional e esta é uma questão que deve ser perfeitamente absorvida pela sociedade.

Nesse mesmo contexto da mais forte expansão do sistema prisional paulista, o procurador revelava haver desconhecimento do Estado com relação ao funcionamento do sistema. Reconheceu que o Estado planejava às cegas, pois ignorava tanto a realidade prisional, quanto a

²⁸¹ O procurador exemplifica como fatores dessa insegurança o surgimento de organizações criminosas no interior das prisões como o Comando Vermelho (RJ), e aquelas que orquestraram as rebeliões em SP (na época, o governo paulista negava a existência do PCC).

das pessoas aprisionadas. O que também demonstrou carência de estudos e pesquisas sobre a realidade prisional:

Nunca neste país se investiu no sistema penitenciário (...) será que toda a população carcerária brasileira existente hoje, necessariamente tem que estar privada da liberdade? Será que não devemos pensar na reclusão como uma ação indispensável a segregar aquele que solto coloca em risco a segurança da sociedade? Aí, uma pergunta feita há pouco: nós temos percentuais dos indivíduos que têm essa periculosidade? Temos dados? Eis outro problema, meus amigos: nós não temos como planejar porque não temos dados (SAP, 1996, p. 18).

A falência do sistema prisional em relação aos seus objetivos oficiais e declarados, já comprovada à época, se revelava pelas elevadas taxas de reincidência criminal. Esta questão também fora abordada pelo procurador, e revelava como Estado nunca teve uma preocupação com a reintegração social dos prisioneiros ou ex-prisioneiros:

Os índices de reincidência no Brasil chegam a ser alarmantes, porque nós encarceramos alguém, deixamos anos no sistema e, de repente, abrimos a porta e dizemos para sair, e para onde é que ele vai? Não há dúvida nenhuma de que ele vai para o delito (SAP, 1996, p. 20).

O debate sobre a reformulação do sistema prisional ficou marcado pela defesa de uma modernização incompleta e conservadora, produto histórico dos anos de 1990, outro símbolo da implementação das políticas neoliberais no Estado de São Paulo e no Brasil. Todas elas, em seu conjunto, aprofundaram desigualdades e diminuíram a ação do Estado na elaboração e condução de políticas sociais como foco na proteção e garantia dos direitos fundamentais, ou mesmo negligenciaram o aumento das desigualdades espaciais.

Contradições nos usos do território pelo sistema prisional

A localização das novas prisões no território do Estado de São Paulo envolve fatores como a disponibilidade e o custo dos terrenos do Estado, os impactos sobre a economia local, a negociação com políticos locais (prefeitos e vereadores).

O marco do novo período de forte expansão do sistema prisional é uma resposta política repressiva às contradições sociais, pois o aprisionamento descarta o objetivo de recuperação dos condenados, investindo simplesmente em sua neutralização pelo isolamento em unidades prisionais distantes²⁸². Nesta época, o velho argumento de expandir o sistema prisional para criar novas vagas, e assim melhorar as condições atuais de aprisionamento, se mostra falso, já que é provado que *novas prisões são apelos para se aprisionar ainda mais*²⁸³.

“A criminalização do perigo e das lesões patrimoniais”, além do enrijecimento no trato dos crimes considerados violentos (GAMA, Op.Cit, p. 61), acelera os fluxos de ingresso no sistema prisional. Mas sua porta de saída continua afunilada, acarretando superlotação nos sistemas prisionais da França, EUA e Brasil, dentre outros países que optaram pelo *grande encarceramento*²⁸⁴.

A interiorização do sistema prisional paulista

A partir dos anos 1980, aumenta a tensão grandes cidades paulistas como consequência de uma grande crise política e econômica coincidente com o fim da ditadura militar, mas resultante das políticas implementadas durante o período de exceção. Havia aumento da pobreza e do desemprego, juntamente com o apelo político em defesa do *status quo pelas elites* que resulta em maior repressão e criminalização, gerando aceleração do funcionamento do aparato repressivo do Estado brasileiro.

²⁸² Não é incomum, na realização de mutirões penitenciários, serem encontrados inúmeros presos “esquecidos” atrás das grades mesmo tendo transcorrido toda duração de sua pena.

²⁸³ “Un argument classique, qui se vérifie hélas toujours, est que la construction d’une nouvelle prison ne se traduit par une amélioration de la situation au regard de la super population que de manière très temporaire. Rapidement elle réalise un authentique à incarcérer plus encore » COYE, S. *Architecture panoptique : recherche d’une perfection sécuritaire* (p. 119) in HERZOG-EVANS, Martine (org). *La prison dans la ville*. Toulouse : Éditions Érès, 2009.

²⁸⁴ Em 28 e 29 de agosto de 2008, no Rio de Janeiro, o Instituto Carioca de Criminologia e o Ministério da Justiça organizaram o seminário “Depois do Grande Encarceramento” onde diversos pesquisadores e pensadores discutiram os limites e o futuro depois desse grande processo de encarceramento que tem marcado o período atual.

Se junta ao apelo por maior aprisionamento às péssimas condições do sistema prisional brasileiro, que na época eram as piores possíveis, com sucessivas crises caracterizadas por rebeliões, mortes e fugas. Eventos incansavelmente explorados de forma sensacionalista pela grande mídia, promovendo enorme publicidade negativa para os governos da época.

Entre 1980 e 1990 houve seguidas crises nas unidades prisionais da Capital e RMSP dentre outras, mas não foi diminuído o ritmo do aprisionamento, sem correspondente expansão de vagas, o que fez com que a situação historicamente precária das unidades prisionais da capital se deteriorasse ainda mais rapidamente. As penas alternativas, as quais poderiam ser utilizadas como alternativas à prisão, já previstas na LEP de 1984 eram aplicadas de maneira ínfima e simbólica, livrando apenas um número muito pequeno dos transgressores dos martírios do sistema prisional²⁸⁵.

As conseqüências desse processo foram rapidamente conhecidas como o aumento no número de rebeliões, fugas, motins, resgates, brigas, resultando em centenas de feridos ou mortos. Essa realidade aterrorizava os moradores do entorno das unidades prisionais na capital e RMSP. Pela ampla cobertura e difusão da crise prisional pela mídia (jornais e televisão, principalmente), os efeitos da crise penitenciária também atingiram outros milhões de pessoas, que indiretamente sentiam o terror do cotidiano carcerário. Esses eventos respondem pela enorme rejeição à presença das unidades prisionais nas áreas densamente povoadas do Estado (MAPA 30, pág. 232).

O trecho a seguir descreve com alguma aproximação a realidade vivida naqueles tempos:

Somente este ano, 405 encarcerados escaparam em 52 fugas de delegacias. Só de tentativas foram 44. Em 1998 os resgates livraram 145 homens e ajudaram 2.301 condenados a fugir. Dos estabelecimentos penais escaparam 5.888 detentos no ano passado em todo o Estado. E até maio deste ano mais 1.832 presos estavam foragidos. **Foi-se o tempo que era seguro morar próximo a uma delegacia.** “Sempre que ocorre uma fuga ou resgate, a vida dos moradores corre perigo”, afirma o promotor criminal Gabriel Inellas. A superlotação é uma operação aritmética difícil de ser resolvida pelo Estado, que dispõe de apenas 57.675 vagas. Isso, sem contar os 157 mil mandados de prisão para serem cumpridos. Se todos os condenados fossem presos, o sistema entraria em colapso. Para se ter uma ideia do aperto que é hoje, há celas com 15, 20 homens. Na Casa de Detenção, a mais lotada do sistema, os sete mil presidiários estão saindo pelo

²⁸⁵ “As penas alternativas, como prestação de serviço à comunidade, poderiam ser uma saída e contribuiriam para minimizar o problema. Mas, no Brasil, **apenas 3% dos presos receberam esse tipo de condenação.** (ALCALDE, 1999, grifo nosso).

ladrão, literalmente. Tudo porque de 51.021 presidiários no início do governo Covas, em 1995, o número saltou para 73.315, um crescimento de 43,69%. Com isso, a situação, que já não era das melhores, se agravou nos últimos seis meses quando a população carcerária bateu recordes históricos no Estado, conforme revelam as estatísticas da própria Secretaria de Segurança. Marco Vinício Petrelluzzi, o secretário da pasta, reconhece o caos e admite que a curto prazo não dá para resolver o problema. “Do jeito que está, o que o Estado tem sob sua guarda são depósitos de gente”, diz o secretário (ALCALDE, 1999).

Não é preciso dizer que esta situação caótica, por si só, produzia uma enorme propaganda negativa para os Governos da época, que se recusavam a admitir que, mesmo com a aceleração do aprisionamento, a violência criminal continuava a aumentar aceleradamente²⁸⁶. A saída política encontrada foi a de retirar dos grandes centros urbanos a enorme massa carcerária que não parava de crescer, e alocá-la em municípios onde a visibilidade dos problemas seria mínima, e as perdas políticas – pelo número reduzido de eleitores neles existentes, ou possibilidades de atrair a atenção da grande mídia - insignificantes.

Com o objetivo de diminuir a tensão metropolitana, tendo como apelo resolver o problema da superlotação, falta de vagas e aumento do aprisionamento, outras regiões do território paulista passaram a ser requisitadas – com frequência cada vez maior - para expansão do sistema prisional. Ele então ultrapassa os limites metropolitanos, passando a utilizar o território dos pequenos municípios do interior para isolar pessoas presas nos grandes centros urbanos, criando-se um grande fluxo penitenciário em direção ao interior do Estado de São Paulo com diversas implicações, como será visto a seguir.

²⁸⁶ “Mesmo admitindo a insustentabilidade do atual sistema, o secretário de Segurança não perde a chance de puxar a sardinha para o seu lado. ‘Nunca se prendeu tanto’, afirma. Mas, por outro lado, as estatísticas de violência também nunca foram tão altas”. (ALCALDE, 1999).

MAPA 30 - Estado de São Paulo: rebeliões nas unidades prisionais ocorridas entre 1981 e 1998.

Fonte: Rebeliões no Sistema Prisional (Consortio de Informações Sociais)
Elaboração cartográfica: James Humberto Zornighani Junior

A confluência de inúmeros processos conjuntos encontra-se nas origens do atual processo de expansão do sistema prisional em direção ao interior do Estado, dentre vários:

- Possibilidade de uso da geometria das rodovias paulistas como eixo de sua expansão
- Objetivo de dinamizar economias depressivas de municípios ou regiões
- Aumento das resistências à instalação de novas penitenciárias nos grandes centros urbanos, e resistências – nem sempre bem sucedidas - no interior
- Pressões de diversos segmentos da sociedade
- Estratégia de isolamento pela distância de líderes das facções criminosas (principalmente a partir de meados da década de 1990)

O processo de expansão do sistema prisional tem se revelado bastante complexo, envolvendo sempre duas ou mais dessas variáveis para cada localidade ou município selecionado pelo Governo estadual para implantação de nova unidade prisional no interior, como será demonstrado a seguir.

Expansão territorial do sistema prisional em São Paulo

A expansão do sistema prisional envolveu tanto o aumento no número de unidades do mesmo tipo daquelas já existentes, quanto pela criação de novas unidades prisionais, com outras funções. Ao longo da história, têm sido criadas unidades especializadas para mulheres, criminosos sexuais, presos provisórios, reincidentes ou lideranças de organizações criminosas. Mais recentemente, o governo paulista criou o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD), como estratégia de neutralização de presos considerados ameaças dentro do sistema (por serem lideranças, por suas conexões com o exterior das unidades etc).

O governo estadual e as prefeituras municipais têm se unido para garantir condições para expansão do sistema prisional, resultando em ações como:

- aceleração do aprisionamento nas metrópoles e grandes centros urbanos e, devido à resistência para edificação das novas prisões nos grandes centros, busca por novas áreas;

- política de esvaziamento das celas em sedes de Distritos Policiais nos grandes centros urbanos, o que também incrementa a demanda
- uso de terrenos de propriedade do Estado, nos municípios do interior, de outras Secretarias de Governo (principalmente da Saúde e Educação), transferidos para a Secretaria de Administração Penitenciária;
- doação de terrenos pelos governos municipais interessados na instalação de prisões no território de seus municípios (MAPA 31 e QUADRO 1 a seguir)²⁸⁷;
- aquisição de terrenos pelo governo estadual mediante compra.

²⁸⁷ “Há também casos em a própria prefeitura municipal solicita a implantação de unidades prisionais em seu território indicando o imóvel a ser desapropriado ou alienando-o por doação a Fazenda Pública do Estado de São Paulo para a implantação de unidades prisionais” Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

MAPA 31- Estado de São Paulo: Doação de Terrenos para a Secretaria de Administração Penitenciária pelos municípios do interior entre 1996 e 2008.

Fontes: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (ALESP)
Elaboração Cartográfica: James Humberto Zomighani Júnior

QUADRO 1 - Doação de terrenos ao sistema penitenciário e prefeitos dos municípios entre 1997 e 2008²⁸⁸.

Ano	Município e número de terrenos doados	Partido	Prefeito
1997	Lucélia	PFL	Carlos Ananias Campos De Souza
1997	Martinópolis	PPB	Jose Valentim Neto
1997	Junqueirópolis	PFL	Helio Aparecido Mendes Furini
1997	Valparaíso	PSDB	Maria De Lourdes Marques De Melo
1997	Presidente Venceslau	PDT	Jose Alberto Mangas Pereira Catarino
1997	Andradina	PRP	Edna Adavel Occhiucci Brito
1998	Ibaté	PL	Jorge Hermes Guimaraes
1998	Álvaro de Carvalho	PSDB	Antonio Francelino
1998	Avaré	PPB	Joselyr Benedito Silvestre
1998	Getulina	PTB	Fumio Izue
1998	Riolândia	PL	Fatima Regina Cavalini De Melo
1998	Poá	PSD	Jorge Francisco Correa Allen
1998	Ribeirão Preto	PSDB	Luiz Roberto Jabali
1998 e 1999	Riolândia (2)	PL	Fatima Regina Cavalini De Melo
2000	Marília	PMDB	Jose Abelardo Guimaraes Camarinha
2000	Lins	PT	Valderez Vegiato Moya
2000	Mococa	PMDB	Walter De Souza Xavier
2000	Limeira	PSDB	Pedro Theodoro Kuhl
2000	Pacaembu	PTB	Chideto Toda
2001	Dracena	PSDB	Elzio Stelato Junior
2001	São José do Rio Preto (2)	PPS	Edson Edinho Coelho Araújo
2001	Moji das Cruzes	PSDB	Junji Abe
2001	Pracinha	PSDB	Antenor Alves Martins
2002	Reginópolis	PMDB	Carolina Araujo De Sousa Verissimo
2001, 2003 e 2007	São José do Rio Preto (3)	PPS	Edson Edinho Coelho Araújo
2003	Marabá Paulista	PP	José De Souza
2003	Irapuru	PMDB	José Angelo Da Silva
2003 e 2008	Tupi Paulista (2)	PTB	Aristides Alonso Portela
2003	Flórida Paulista	PSDB	Leonel Butarelo
2003 e 2007	Mogi Mirim (2)	PSB	Paulo De Oliveira E Silva
2003	Caiúa	PSDB	Cicero Paulino Sobrinho
2004	Birigui	PL	Florival Cervelatti
2004	Lavínia (2)	PSDB	Salvador Cazuo Matsunaka
2004	Diadema	PT	José De Filippi Junior
2003 e 2004	Irapuru (2)	PMDB	José Angelo Da Silva
2004	Avanhandava	PDT	Antonio Calixto Portella

²⁸⁸ Entre o ano de 2008 e o mês de agosto de 2013 não houve nenhuma outra doação para o governo Estadual.

2006	Franca	PSDB	Sidnei Franco Da Rocha
2007	São José do Rio Preto	PPS	Edson Edinho Coelho Araujo
2007	Mogi Mirim	PDT	Carlos Nelson Bueno
2008	Tupi Paulista	PFL	Osvaldo José Benetti

Fonte: Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo-ALESP. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

A expansão do sistema penal tem recebido apoio de prefeitos de partidos variados, com predominância de prefeitos do PSDB, mais aderentes a políticas de seu próprio partido que tem governado o Estado de São Paulo por sucessivas gestões, desde 1990, quando os próprios tucanos deram início à atual fase, ainda em curso, de expansão do sistema prisional paulista.

A seguir, uma breve caracterização para reconhecimento dos tipos de unidades, e da complexidade de articulação entre elas na organização da totalidade do sistema.

Especialização do sistema prisional contemporâneo

As seguidas modernizações incompletas incorporaram diversas novas técnicas de sujeição ao sistema prisional nacional, levando à sua enorme complexidade e especialização atual.

No Brasil, segundo o Código Penal e a Lei de Execução Penal, há três regimes de pena: *o fechado, o semi-aberto e o aberto*. O regime fechado e o semi-aberto devem ser cumpridos em unidades especializadas, que se subdividem em diversos tipos:

- *De gestão*
 - Municipal (cadeias públicas), estadual ou federal
- *De separação por gênero*
 - Unidades prisionais masculinas e femininas²⁸⁹
- *Para separação por tipo de crime cometido*²⁹⁰

²⁸⁹ No entanto, quase nunca as especificidades de gênero são respeitadas, por exemplo, nas questões da maternidade, com ampla afronta, inclusive, à legislação já constituída: “SPressoSP – Há, ainda, denúncias sobre maus tratos na gestação ou no momento do parto. É verdade? Talita Melo - Sim, por exemplo a falta de pré-natal. Não há qualquer acompanhamento. O parto ainda não é humanizado, elas dão à luz algemadas e o Judiciário continua não deferindo os pedidos de prisão domiciliar para que elas passem o final da gravidez em casa e possam, depois, amamentar. Quando nasce o filho, ou a filha, elas são transferidas para o Centro Hospitalar para ficar amamentando, porém só ficam seis meses lá, que é o mínimo de tempo, deveria ser mais, mas a administração não permite. Na verdade, a lei nos diz que elas devem ficar dois anos em casa, mas isso não é respeitado.” Fonte: <http://revistaforum.com.br/spressosp/2013/03/penitenciarias-femininas-o-retrato-do-descaso/> acesso em 16/03/2013.

- Unidades prisionais para criminosos sexuais, para crimes de baixo potencial ofensivo, para homicidas, dentre outros
- *Por nível de segurança*
 - Seguranças mínima, média e máxima
- *Para os transgressores inimputáveis*
 - Os manicômios judiciários
- *Colônias Agrícolas*
- *Unidades de detenção para menores e militares*
- *Unidades prisionais para primários e reincidentes*²⁹¹
 - Ou subdivisões dos raios, ou módulos, de uma mesma unidade prisional de acordo com essas categorias.

Unidades prisionais por tipo, capacidade e déficit de vagas

O edifício penitenciário, arquitetura cada vez mais presente no território de muitos municípios paulistas, não é apenas um instrumento de justiça, pois canaliza um feixe de ações dos poderes hegemônicos, sendo síntese cultural, econômica e política dos poderes que agem na organização espacial da sociedade, promovendo isolamento (arquitetônico e pela distância) dos indesejáveis. Esses poderes agem na organização do território, portanto da sociedade, com intencionalidades reveladas por algumas das funções da prisão ao longo de sua história: detenção, reclusão, requalificação, treinamento ou, mais recentemente, a neutralização dos sujeitos inadequados à reprodução conservadora da sociedade capitalista, que desloca grande aparato

²⁹⁰ Extremamente difícil de ser implementada, apesar de ser anunciada nas políticas de Estado, por conta do desmembramento de processos, e dos condenados responderem por diversos crimes, em processos que se desenvolvem em ritmos diferentes nos tribunais.

²⁹¹ Classificação também feita de forma duvidosa, de acordo com seu objetivo: evitar a promiscuidade e a formação de uma cultura criminogênica em meio prisional. No entanto, pelas mesmas razões explicitadas no item *classificação por crimes cometidos*, nem sempre o sujeito é julgado ou condenado por todas as transgressões que cometeu, ou seja, possuir ou não uma condenação judicial não é garantia do tipo de cultura (criminosa, prisional) que ele possui.

policial-penal em defesa, principalmente, da propriedade privada²⁹². Como instrumento de neutralização, o isolamento arquitetônico, ampliado pelas enormes distâncias dos locais de origem dos prisioneiros, tem sido recurso cada vez mais utilizado nos últimos anos pelo sistema prisional do Estado de São Paulo²⁹³.

Nos últimos anos tem aumentado a velocidade de construção de novas unidades prisionais, tornando o sistema prisional ainda mais complexo (MAPAS 32 a 34). Note-se a predominância de usos do território pelos CDPs (grandes centros urbanos) e penitenciárias (interior) conforme mostra o MAPA 34.

Entre 1930 e 2013, em um período de 83 anos, houve a construção, reforma e adaptação de 157 novas unidades prisionais, sendo seis unidades entre 1930 e 1970; 23 entre 1971 e 1990; 38 entre 1991 e 2000, mas outras 90 novas unidades no período compreendido entre os anos de 2001 e 2013 (MAPAS 35 a 39), pois 81% do total das novas unidades prisionais foram construídas apenas neste último período.

As unidades prisionais especializadas

No ano de 2012, havia 152 unidades prisionais no Estado de São Paulo segundo a seguinte distribuição: 13 *Centros de Progressão Penitenciárias-CPP*; 38 *Centros de Detenção Provisória-CDPs*; 22 *Centros de Ressocialização-CRs*; 75 *Penitenciárias*; um *Centro de Readaptação Penitenciária-CRP* e 03 hospitais para atendimento de toda população prisional (Tabela 3 e MAPA32 a seguir).

Na expansão do sistema prisional tem havido a criação de novas unidades prisionais especializadas, pela separação entre homens e mulheres, para estrangeiros, ou por tipo de crime dos condenados, implantadas em diferentes municípios:

- *A Penitenciária de Itaitinga (SP)*²⁹⁴, para onde são enviados os presos estrangeiros;
- *As unidades prisionais para criminosos sexuais*;
- *As unidades prisionais para mulheres*;

²⁹² Segundo nos diz Milton Santos, acreditamos poder atribuir à prisão um significado de forma-conteúdo pois ela “contém frações do social, por isso está sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhe atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social” (SANTOS, 1997, p. 2)

²⁹³ “A ação, que é inerente à função, é condizente com a forma que a contém: assim, os processos apenas ganham inteira significação quando corporificados” ibidem.

²⁹⁴ Pequeno município, com população de pouco mais de 20 mil habitantes, localizado a cerca de 300 km da capital (São Paulo).

- *As unidades prisionais masculinas;*
- *Unidade para lideranças prisionais ou de organizações criminosas (CRP de Presidente Bernardes);*

Em relação à especialização funcional para atender especificidades das prisões femininas, segue descrição pormenorizada de mudanças realizadas pela SAP:

Destaca-se, nesse programa, que é a primeira vez na história, que o Governo de São Paulo se propõe a construir Penitenciárias com características que atendam necessidades femininas. Atualmente, todas elas são unidades masculinas adaptadas. É o caso da antiga Penitenciária do Estado, que desde sua inauguração, há mais de 75 (setenta e cinco) anos, sempre abrigou homens. Em 2005, o prédio passou por uma reforma e a unidade prisional foi renomeada “Penitenciária Feminina Sant’Ana”, passando a receber mulheres.” As mães presas ficarão por 06 (seis) meses com os bebês. Após esse período, durante os fins de semana, as crianças ficarão na creche da unidade prisional. Outra novidade é o fim das revistas aos familiares, quando entram para a visita. Ao contrário do que ocorre atualmente, nas novas Penitenciárias femininas, as presas é que serão revistadas antes e ao término da visitação. A intenção desta Pasta é diminuir o impacto causado na criança, ao ver a mãe presa²⁹⁵.

Há extensão da pena privativa de liberdade à família, apesar da especialização arquitetural com *intencionalidade de diminuir as conseqüências negativas do aprisionamento das mães para as crianças*²⁹⁶. Suas implicações concretas ainda são desconhecidas em detalhes na pesquisa brasileira, mas possíveis de serem previstas, imaginadas e evitadas.

A Tabela 3 demonstra como é predominante o número de unidades prisionais de segurança máxima e regime fechado (como os CDPs e Penitenciárias), o que tanto revela – pela quantidade de unidades construídas prioritariamente, a direção da política penitenciária do Estado. Mas também acarreta diversos outros problemas como, por exemplo, dificuldades para progressão de regime (do fechado para o semi-aberto, já que o número de unidades é insuficiente para atender a mesma quantidade de presos em todas as etapas previstas na progressão de pena).

²⁹⁵ Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

²⁹⁶ “Entre as novidades previstas estão: alas destinadas exclusivamente à amamentação; cuidados especiais às gestantes e lactantes; consultórios médicos; odontológicos; enfermagem e primeiros socorros. Os pavilhões serão construídos com espaço para atividades esportivas; biblioteca; oficinas de trabalho; áreas de convivência e visitas, inclusive com playground e salas educativas para crianças. Haverá setores específicos para visita íntima e creche. Ao invés de muralhas, as novas Penitenciárias terão alambrados com torres de vigilância. As mães presas ficarão por 06 (seis) meses com os bebês. Após esse período, durante os fins de semana, as crianças ficarão na creche da unidade prisional. Outra novidade é o fim das revistas aos familiares, quando entram para a visita. Ao contrário do que ocorre atualmente, nas novas Penitenciárias femininas, as presas é que serão revistadas antes e ao término da visitação. A intenção desta Pasta é diminuir o impacto causado na criança, ao ver a mãe presa.” Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

Tabela 3 - Total de vagas e déficit por tipo de unidade do sistema prisional paulista em janeiro de 2013²⁹⁷.

Tipos de unidade prisional	Nº de Unidades	Vagas por unidade	Total de Vagas	Total de Presos	Déficit de vagas
Unidade de Regime Disciplinar Diferenciado (RDD)	01	160	160	26	-
Hospitais penitenciários	03	Entre 180 e 540	1.297	1372	75
Centros de Progressão Penitenciária (CPPs)	13	Entre 100 e 1.048	9.802	16.159	6.357
Centros de Ressocialização (CRs) (masculinos e femininos)	22	Entre 210	3903	3676	-
Centros de Detenção Provisória (CDPs)	38	Entre 33 e 768	24.461	56.844	32.383
Penitenciárias (masculinas e femininas)	75	Entre 210 e 768	56.866	100.257	43.391
Total	152		96.489	178.334	82.206

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Alguns projetos penitenciários recentes destacam-se pelo nível de detalhamento arquitetural, como é possível de reconhecer na descrição a seguir:

O projeto do Centro de Progressão Penitenciária, também apresenta novidades em sua arquitetura, prevê ocupação setorizada, em zonas de atividades diferenciadas, visando o controle e segurança do acesso, fluxo e circulação de pessoas, compondo-se em setor externo e setor interno separados por alambrado de segurança. O setor externo abriga a recepção e revista de visitantes; portaria; residências dos diretores; torres de vigia, guaritas de segurança e edifício administrativo, refeitório de funcionários, corpo da guarda e áreas administrativas. O setor interno, delimitado pelo alambrado de segurança, é constituído de um pátio; os edifícios da inclusão, saúde e oficina de manutenção de veículos; lavanderia e cozinha; 06 galpões de trabalho; 10 salas de aulas; 20 celas para visita íntima; capela para 100 pessoas; espaço de múltiplo uso com capacidade para 287 detentos, inclusive 02 espaços para detentos em cadeira de rodas, que compartilham da mesma cobertura, sanitários para visitantes, barbearia e refeitório de sentenciados, 02 playgrounds, 04 quadras poli esportivas, praças e 24 alojamentos e horta²⁹⁸.

Note-se que o projeto arquitetural do CPP contempla somente 13 unidades do total de unidades prisionais do Estado, um tipo de “cartão de visitas” do sistema. A situação encontrada em todas as outras é muito diferente, como será visto a seguir.

²⁹⁷ Em março de 2013 já eram 156 unidades, com quatro novas inaugurações de: 18/03 Capela do Alto - penitenciária masculina e um CDP e 04/02 Cerqueira César - penitenciária masculina e um CDP. No entanto, os dados referentes a número de presos e déficit dessas novas unidades ainda estavam pouco confiáveis para serem incorporados à esta tabela.

²⁹⁸ Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

MAPA 32 - Estado de São Paulo: unidades do sistema prisional, por tipo, por município em 2013.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP.

MAPA 33 - Estado de São Paulo: total de presos por unidade prisional, por município em 2013.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP.

MAPA 34 - Estado de São Paulo: penitenciárias e CDPs por município em 2013.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP.

MAPA 35 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1930 e 2013, por período, por município.

MAPA 36 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1930 e 1970, por município.

MAPA 37 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1971 e 1990, por município.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
 Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo - SAP.

MAPA 38 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 1991 e 2000, por município.

MAPA 39 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional entre 2001 e 2013, por município.

MAPA 40 - Estado de São Paulo: déficit de vagas no sistema prisional por município em 2013.

“Art. 88. O condenado será alojado em cela individual que conterá dormitório, aparelho sanitário e lavatório. Parágrafo único. São requisitos básicos da unidade celular: a) salubridade do ambiente pela concorrência dos fatores de aeração, insolação e condicionamento térmico adequado à existência humana; b) área mínima de 6,00m² (seis metros quadrados).”²⁹⁹

Em janeiro de 2013 havia pouco mais de 96 mil vagas, para mais de 178 mil prisioneiros, significando um déficit superior a 82 mil vagas. Segundo o Governo do Estado de São Paulo *“nunca foram construídas tantas unidades prisionais em São Paulo quanto nos últimos anos”*. No entanto, o aprisionamento continua a ser muito superior ao ritmo de construção das novas unidades prisionais, e ao fluxo de saída das prisões por liberdade condicional ou definitiva. Por esta razão, neste mesmo período as penitenciárias – mesmo as recém inauguradas - acumularam um número de presos 81% superior ao de vagas; os CDPs, 132% de capacidade ocupada, e as penitenciárias femininas 31% de superlotação. Com exceção dos Centros de Ressocialização – CRs e do Centro de Readaptação Penitenciária (único com Regime Disciplinar Diferenciado – RDD no Estado), todas as outras unidades prisionais encontram-se superlotadas. (MAPA 40)

Em relação ao objetivo de minimizar a superlotação do Sistema Carcerário, o programa de construção de unidades prisionais, em diversas regiões do estado, proporcionará maior segurança para o servidor do Sistema Penitenciário, no exercício de suas funções, posto que, na medida em que a unidade prisional passe a operar dentro do limite de sua capacidade o número de servidores será proporcional ao número de presos. Será mais eficaz a coibição da entrada de aparelhos de telefonia celular, armas de fogo, substâncias entorpecentes, tornando o local de trabalho mais seguro. Unidades prisionais regionais, que operem dentro de seus limites de capacidade tornarão difícil a ocorrência de fugas, eliminarão os riscos à população e contarão com ações mais rápidas e eficientes dos órgãos policiais. Cabe esclarecer que o esvaziamento de Distritos Policiais e Cadeias Públicas é fator que contribui para a segurança das comunidades onde estão instaladas essas unidades carcerárias³⁰⁰.

²⁹⁹ “Art. 89. Além dos requisitos referidos no artigo anterior, a penitenciária de mulheres poderá ser dotada de seção para gestante e parturiente e de creche com a finalidade de assistir ao menor desamparado cuja responsável esteja presa. Art. 89. Além dos requisitos referidos no art. 88, a penitenciária de mulheres será dotada de seção para gestante e parturiente e de creche para abrigar crianças maiores de 6 (seis) meses e menores de 7 (sete) anos, com a finalidade de assistir a criança desamparada cuja responsável estiver presa. (Redação dada pela Lei nº 11.942, de 2009) Parágrafo único. São requisitos básicos da seção e da creche referidas neste artigo: (Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009) I – atendimento por pessoal qualificado, de acordo com as diretrizes adotadas pela legislação educacional e em unidades autônomas; e (Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009) II – horário de funcionamento que garanta a melhor assistência à criança e à sua responsável. (Incluído pela Lei nº 11.942, de 2009).” **Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984 (Institui a Lei Federal de Execução Penal).**

³⁰⁰ Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

Dando continuidade a uma forma conservadora de se lidar com a violência e criminalização, a política oficial não faz qualquer esforço para diminuição do fluxo de entrada no sistema (diminuição do aprisionamento nas ruas)³⁰¹, o Governo Paulista iniciou em 2013 a etapa mais recente do plano de expansão do sistema prisional paulista, com previsão de construção de 16 novas unidades de um total de 49 (TABELA 4)³⁰².

Tabela 4 - Unidades prisionais em construção, construtoras, valores dos contratos e total de vagas que serão geradas no sistema prisional paulista.

Município	Unidade Prisional	Vagas	Construtora	Valor do contrato
Bernardino de Campos	Penitenciária masculina	768	Consórcio Consladel - Contracta	28.539.280,38
Capela do Alto (duas unidades)	Penit. Masculina I e II	1536 (768 cada uma)	Consórcio Mendes Júnior/Santa Barbara	57.635.424,82
Cerqueira César (duas unidades)	Penit. Masculina e CDP	1536 (768 cada uma)	Consórcio Galvão - Constran	64.153.330,31
Florínea	Penit. Masculina	768	Sial Construções Civis Ltda.	32.661.266,74
Guariba	Penit. Feminina	768	MVG Engenharia e Construção Ltda.	51.316.552,65
Icém	CDP	768	Hudson Ltda.	35.368.647,58
Jardinópolis	CPP	1048	Engetal Engenharia e Construções Ltda.	51.345.219,68
Mairinque	Penit. Masculina	768	Consórcio Consladel - Contracta	37.593.238,56
Mogi Guaçu	Penit. Feminina	768	Consórcio Mogi-Guaçu -	53.360.662,63

³⁰¹ “Quanto aos condenados a pena alternativa de prestação de serviço à comunidade, a SAP fiscaliza a execução da pena e faz o monitoramento junto as instituições onde essas pessoas prestam serviços, atestando a frequência e efetivo cumprimento da pena e, quando há intercorrência neste processo, comunica ao judiciário para que este tome as providências necessárias. **Até 31/08/2013 estão em acompanhamento de suas penas de prestação de serviço à comunidade, 13.727 pessoas.**” Fonte: Apêndice 1 - Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Grifo nosso). Cabe destacar que o total de presos em regime fechado aproxima-se de 200 mil pessoas, e o sistema aumenta cerca de 10% ao ano.

³⁰² “O Governo do Estado de São Paulo vem buscando medidas concretas para atenuar o grave problema da superlotação vivenciada nas unidades prisionais que integram a Secretaria da Administração Penitenciária, e também, nas Cadeias Públicas e Distritos Policiais vinculados à Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional. O referido programa prevê a edificação de 49 (quarenta e nove) novos estabelecimentos penais entre Penitenciárias destinadas à custódia de mulheres e de presos do sexo masculino, Centros de Progressão Penitenciária e Centros de Detenção Provisória.” Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

			Construtora Passarelli Ltda e Verdi Sistemas Construtivos S/A	
Piracicaba	Penit. Masculina	768	Hudson Ltda.	35.989.058,73
Porto Feliz	CPP	1048	Engetal Engenharia e Construção Ltda.	56.342.618,60
Riolândia	CDP	768	Cima Engenharia e Empreendimentos Ltda.	37.209.999,60
Taquarituba	Penit. Masculina	768	Consórcio Consladel-Contracta	32.718.926,93
Votorantim	Penit. Feminina	768	MVG Engenharia e Construção Ltda.	49.693.238,67
Total		12.848		623.927.465,88

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo – SAP. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Para ampliação do sistema prisional, além dos gastos com as obras, haverá também aumento significativo do custeio mensal e anual. Apenas para a inauguração das novas unidades serão gastos mais de 620 milhões de reais³⁰³, pouco servindo para resolutividade da questão prisional no Estado, pois ao final das obras o sistema ainda haverá um déficit de 70 mil vagas, sem contabilizar neste cálculo os novos aprisionamentos que terão sido feitos até a inauguração dessas novas penitenciárias (MAPA 41)³⁰⁴.

No total, desde maio de 2012, a SAP anunciou 49 novas unidades prisionais no Estado de São Paulo, gerando 39,5 mil novas vagas, e consumindo, apenas na etapa de construção, quase dois bilhões de reais.

³⁰³ É provável que o custo das obras se torne maior do que o valor assinado nos contratos, pois é fato comum no Brasil a aprovação de termos aditivos, a posteriori dos contratos e início das obras públicas, com significativo encarecimento dos gastos ao final das obras.

³⁰⁴ “É sobretudo importante, assinalar que para a definição dos locais para a construção de prisões, além da conveniência da regionalização no processo de reintegração social, a definição técnica das áreas, em cada um dos municípios, cabe à Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, em conjunto com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, onde os processos de licenciamento ambiental dos presídios estão definidos com base nas legislações pertinentes, especialmente no que concerne aos efluentes do esgotamento sanitário das unidades prisionais, cujos projetos apresentados têm, necessariamente, sistema de tratamento de esgoto, ou, será interligado à rede da concessionária de saneamento local.” Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

O custo médio de cada nova unidade prisional em construção é de, aproximadamente, 39 milhões de reais. Para zerar o déficit de vagas, considerando-se dados de janeiro de 2013, para construção de todas as unidades faltantes seriam necessários quatro bilhões de reais, com aumento do custeio anual em um bilhão de reais aproximadamente³⁰⁵.

Deste modo, muito em breve, o orçamento anual do sistema prisional ultrapassará os três bilhões e duzentos milhões de reais (custeio atual), sem considerar o aumento anual dos custos das obras, e novas demandas geradas pelos mandados de prisão futuros. Ou seja, uma demanda sem fim por mais vagas e unidades prisionais que, muito rapidamente – mantidos os atuais ritmos de aprisionamento – também estarão lotadas.

A aceleração do aprisionamento, muito mais rápida do que a criação de vagas, tem como resultante um sistema superlotado. A resposta política para a cura é da mesma natureza da que produz a doença: aumentar os investimentos e ampliar o sistema prisional. Não importando ao Governo de São Paulo se a reincidência continuar elevada, e em breve 80% dos egressos retornará às prisões.

³⁰⁵ Para as obras já orçadas e em andamento, o custo médio para criação de cada nova vaga no sistema prisional será de 48,5 mil reais. Já o custeio anual se aproxima de 12,9 mil reais por preso a cada ano (valor médio com dados de janeiro a junho de 2012, fornecidos pela SAP).

MAPA 41 - Estado de São Paulo: expansão do sistema prisional. Novas unidades prisionais em construção em 2013.

A acessibilidade das novas penitenciárias

“Já na atualidade a localização da penitenciária leva em conta outros aspectos, (...) além de ser preferível a distância de um centro densamente povoado, é interessante a proximidade a estações ferroviárias ou rodovias operáveis todo o ano. O ideal seria no cruzamento destas duas vias de transporte para a facilidade de visitantes, ou até mesmo perto de aeroportos” (JORGE, 2000, p. 21).

Na tese de livre-docência de Wilson Edson Jorge, defendida em 2000, começo do atual período da recente expansão penitenciária – apesar de ser um trabalho de grande fôlego que reconstituiu grande parte dos projetos de arquitetura penitenciária no Brasil e outros países - o autor desconsiderou alguns fatores importantes. Como, por exemplo, ao determinar critérios espaciais para localização ideal das unidades penitenciárias.

O primeiro deles, é que dentre os critérios de localização, as condições favoráveis à continuidade dos laços sociais foram negligenciadas, principalmente entre os presos e suas famílias. As dificuldades para visita aumentam em proporção ao distanciamento das penitenciárias dos grandes centros urbanos. Em segundo lugar, os custos dos transportes no Estado de São Paulo são muito elevados, dificultando o deslocamento por grandes distâncias das famílias mais pobres. Além do ônus ao Estado para deslocamento dos presos para audiências.

As grandes distâncias, com custos elevados dos transportes dentre outras dificuldades para transpô-las, promovem abandono de grande parte dos presos por suas famílias e, conseqüentemente, dificuldades para reintegração dos egressos. Por isso, é utopia - dadas as atuais condições de mobilidade no Estado de São Paulo - apontar como ideal a presença do aeroporto próximo da prisão, para facilitar seu acesso, pois os visitantes mais pobres não utilizarão este meio de transporte, de altíssimo custo, para visitação de seus familiares presos. Ele será utilizado, no máximo, para transporte de presos vindos de áreas longínquas, ou daqueles considerados perigosos, cujo transporte terrestre se tornaria arriscado, dado o risco de resgate pelas organizações criminosas. Novamente, os altos custos desse meio de transporte trarão ônus ao Estado, pois consumirão parte do orçamento da SAP. No entanto, segue-se explicação oficial sobre a escolha das localização das novas unidades prisionais em São Paulo:

Com base no princípio da regionalização das unidades prisionais e sob os aspectos técnicos, ambientais e de segurança, a administração desta Secretaria, verificou a necessidade de que tais prisões sejam edificadas em municípios estratégicos, para que abriguem presos que se encontram recolhidos nas Cadeias Públicas próximas, bem como, recolham outros que vierem a ser detidos, por meio do que se denomina “inclusão automática”, de tal maneira que os vínculos familiares, principalmente com ascendentes

e descendentes, possam ser mantidos. Nesse sentido, cumpre salientar que a possibilidade de maior aproximação do preso à família, contribuirá decisivamente para o processo de recuperação e para atenuar a ansiedade motivada pela privação de liberdade, o que certamente tornará mais difícil o cometimento de faltas disciplinares, uma vez que o preso passará a ter receio de ser transferido. Haverá, ainda, redução substancial dos pedidos de transferência de unidade prisional, com finalidade de aproximação familiar, bem como, dos procedimentos de escolta, para apresentações judiciais e, até, da ocorrência de rebeliões, ocasiões em que os servidores são vítimas de agressões praticadas por integrantes desses movimentos. Registre-se, que a regionalização das novas unidades prisionais, busca, ainda, promover um menor afluxo de familiares de presos e proporcionar ao servidor penitenciário, que atua em unidade prisional distante de sua residência, retornar para sua origem³⁰⁶.

No entanto, comprova-se uma forte expansão do sistema prisional em direção ao interior desconsiderando grande parte das condições que viabilizariam as visitas. A interiorização do sistema prisional tem ocorrido a partir do uso do território de municípios pequenos localizados ao longo dos eixos das principais rodovias do Estado de São Paulo (MAPA 42).

Fluxos penitenciários e mudanças demográficas

O aprisionamento nos grandes centros urbanos com transferência dos presos condenados para penitenciárias localizadas em municípios do interior tem promovido intenso fluxo de pessoas e investimentos entre a capital e o interior. Este movimento ocorre pela circulação de policiais, prisioneiros e agentes penitenciários³⁰⁷, além de ampliação dos investimentos para obras. Em relação aos fluxos de pessoas, um único prisioneiro pode significar diversos deslocamentos, pois muitos serão transportados novamente para suas comarcas de origem, a cada nova audiência, caso haja mais de um processo penal em execução.

A rotatividade de presos entre diferentes unidades prisionais, por meio de transferências voluntárias ou involuntárias, possibilita ampliação de contatos, trocar informações e estratégias. Interação que aproxima presos primários ou reincidentes, membros ou não de facções criminosas, processo que coloca em dúvida a capacidade de isolamento das unidades penitenciárias, não importando sua densidade técnica ou grau de modernização.

³⁰⁶ Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

³⁰⁷ “Informo que os Concursos Públicos desta Pasta, são realizados em âmbito estadual, assim ao final dos certames contamos com candidatos habilitados oriundos das mais diversas municipalidades o que possibilita atender a necessidade das diversas unidades prisionais espalhadas pelo Estado de São Paulo, não havendo portanto, relação de construção de unidade prisional com município de residência de candidato.” Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1).

MAPA 42 - Estado de São Paulo: Penitenciárias, Centros de Detenção Provisória e Principais Rodovias em 2012.

Fonte: IBAMA (Rodovias) e SAP (unidades prisionais)
Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.

Em relação às modificações locais, a instalação das novas unidades prisionais em municípios pequenos tem alterado sua estrutura demográfica, pelo aumento percentual de homens jovens na pirâmide etária local. Além da grande disparidade na razão entre sexos, o ritmo do crescimento populacional desses municípios torna-se muito maior, consequência da constante chegada de novos prisioneiros os quais, no cômputo demográfico geral, são somados à população local, promovendo grande diferenciação na proporção entre homens e mulheres, como pode ser visto no MAPA 43. Em municípios menores (como Avanhandava, Balbinos, Guareí, Iaras, Iperó, Marabá Paulista, Potim e Pracinha), o crescimento populacional foi muito superior a média do Estado entre 2000 e 2010, como pode ser visto na TABELA 5:

Tabela 5 - Crescimento populacional entre 2000 e 2010 de pequenos municípios que receberam unidades prisionais (em milhares de habitantes)³⁰⁸

Município	População em 2000 (em milhares de habitantes)	População em 2010 (em milhares de habitantes)	Variação (em %)
Avanhandava	5,1	11,3	28%
Balbinos	1,3	3,7	185%
Guareí	10,2	14,5	42%
Iaras	3	6,3	110%
Iperó	18,3	28,2	54%
Marabá Paulista	3,7	4,8	29%
Potim	13,6	19,3	42%
Pracinha	1,4	2,8	100%
Estado de São Paulo	36,9 mil	41,2 mil	11%

Fonte: SEADE e IBGE. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Entre os dois últimos censos demográficos, a RMSP cresceu menos do que a média do Estado de São Paulo (10% no período), passando de 17,8 para 19,7 milhões de habitantes. Já as regiões metropolitanas da Baixada Santista (de 1,5 para 1,7 milhão) e de Campinas (de 2,3 para 2,8 milhões) cresceram 13 e 20%, respectivamente. Mesmo com esse crescimento superior ao estadual, essas regiões mais dinâmicas cresceram menos do que os municípios destino das novas penitenciárias.

³⁰⁸ Considerando-se apenas os pequenos municípios, em tamanho populacional, que receberam unidades prisionais no período 2000 a 2010. Fonte: SEADE e censos demográficos IBGE 2000 e 2010.

MAPA 43 - Estado de São Paulo: número de homens para cada 100 mulheres por município em 2010.

Elaboração Cartográfica: James H. Zomighani Jr.
Fonte: Fundação SEADE.

Conflitos da expansão do sistema prisional

A expansão do sistema prisional promove vários conflitos, o que reforça o caráter contraditório da prisão, e sua enorme rejeição pela população. A seguir, serão demonstrados alguns desses conflitos, bem como seus agentes, intencionalidades e práticas.

A SAP informa que são feitos estudos detalhados para escolha do local e do município para implantação de nova prisão, além de uma previsão – a partir do conhecimento do território local e regional, de suas influências e implicações, conforme pode ser visto no trecho a seguir:

Para a inserção desse tipo de empreendimento nas localidades identificadas é realizado estudo da região administrativa a que pertence o município, **observando-se os aspectos geográficos, demográficos e econômicos, bem como às áreas de influência direta, indireta e afetada, com a avaliação dos impactos ambientais, com a identificação, descrição e qualificação dos impactos nos meios físico, biótico e antropógeno com a identificação das ações mitigatórias e/ou compensatórias dos eventuais impactos.** Finalizados esses trabalhos edita-se o Decreto Estadual que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação bens imóveis localizados em municípios estratégicos visando à implantação de unidade prisional ou outros serviços públicos³⁰⁹.

*A prisão não existe isoladamente, pois também se constitui como elo das redes de poder que servem para organização do espaço*³¹⁰. O confinamento penitenciário pode ser visto como expressão desse poder que deseja controlar os usos do território pelos sujeitos excluídos ou indesejados pelos poderes hegemônicos. No entanto, há resistências aos usos da prisão com essa finalidade, bem como conflitos ocasionados pela expansão do sistema prisional.

As resistências à expansão prisional têm origem tanto em preconceitos – como daqueles que acreditam em aumento da criminalidade em consequência do fluxo de familiares de prisioneiros³¹¹; ou do fato da prisão não se constituir em investimento produtivo direto, portanto não trará grandes vantagens econômicas para o município que a recebe.

³⁰⁹ Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice I). Grifo Nosso.

³¹⁰ “Si la fonction d’isolement de mise à l’écart, de soustraction du sujet coupable de l’espace social fait de la prison l’un des points centraux de ce nouveau régime de pouvoir et probablement aussi l’un des plus visibles, le pénitentiaire s’inscrit néanmoins, à ce dispositifs de pouvoir, parfois infimes, qui construisent le sujet moderne. La prison n’existe pas seule, elle s’inscrit dans un réseau de pouvoir qui organise l’espace social quotidien ; elle n’est pas un lieu expérimental du disciplinaire ni une figure exceptionnelle mais bel et bien l’un de ses instruments » (ARTIÈRES, & LASCOUMES, 2004, p. 27).

³¹¹ “Mister se faz observar, que em levantamentos feitos pela Polícia Militar, esta Pasta foi cientificada de que não houve aumento da criminalidade em regiões com maior concentração de presídios, mesmo considerando-se que familiares de presos se locomovem para a visitação, como ocorre, por exemplo, na Região Oeste do Estado de São Paulo que detém a maior aglomeração de presídios. (...) Assinale, ainda, que deve-se considerar que nem sempre

Em pesquisa realizada sobre migração provocada pela instalação de prisões em condados rurais, de maioria branca, nos EUA, a população local demonstrava ter medo do aumento da violência. Não dos prisioneiros, mas da migração de suas famílias – pois uma parte se mudava para a pequena localidade para estar mais perto do parente aprisionado, e outra gerava fluxo de visitantes nos finais de semana (CASE, 2009).

O aumento da criminalidade pela prisão não é comprovado pela literatura brasileira ou internacional, mas é utilizado como argumento contrário, muitas vezes, pelo preconceito alimentado contra os visitantes como se também fossem criminosos.

Este tema foi tratado em editorial do jornal *CIDADE – versão on line*, de Serra Negra, região turística no interior do Estado de São Paulo. No ano de 2004, o jornal apresentou uma breve análise sustentada em pesquisas feitas pela UNESP, afirmando que a prisão não promove aumento da criminalidade local.

No entanto, seu posicionamento também foi contrário à construção de penitenciárias em municípios com vocação turística da região formada por Serra Negra, Águas de Lindóia, Socorro, Amparo, Monte Alegre do Sul e Lindóia:

Boa parte da população do interior de São Paulo alimenta a idéia de que a construção de presídios nos municípios contribui para o aumento dos índices de criminalidade. Estudos nesse sentido demonstram o contrário, dizendo que não existe uma relação direta entre esses dois fatores. Pesquisas feitas pela UNESP concluíram que só o preconceito pode explicar essa visão distorcida. O psicólogo Luiz Carlos Rocha, do Campus de Assis, realizou um trabalho para verificar se existe relação entre o crescimento da violência naquela cidade e a construção do presídio. Ele afirma que houve muita resistência por parte da comunidade na época em que o estabelecimento prisional foi erguido. As pessoas tinham medo que isso fizesse aumentar a violência. Na imaginação dos moradores, as visitas aos detentos seriam responsáveis pelos acontecimentos violentos na cidade, achando que os visitantes colaboram com os presos. Não foi encontrado nenhum dado que justificasse a relação entre o aumento da violência e a construção da penitenciária. A imprensa tem dado mais atenção às notícias de crimes, agressões e tiros, do que propriamente focar o dia-a-dia dos presídios, mas acontecimentos extraordinários como motins, são enfatizados pela mídia até a exaustão e de forma sensacionalista. Desta forma, se produz a imagem das penitenciárias, que passam a representar locais violentos e ameaçadores. É claro que não estamos defendendo a idéia de construção dessas unidades em nossa estância, cidade tipicamente turística a quem não interessa em hipótese alguma um benefício, se assim pode-se dizer, ou de um "melhoramento" desse tipo. Isto só afugentaria os turistas. Que se construa em outras

regiões mais afastadas. Serra Negra, Águas de Lindóia, Socorro, Amparo, Monte Alegre do Sul e Lindóia dispensam esse verdadeiro "presente de grego." ³¹²

Em novembro de 2008, houve outro movimento contrário à instalação de uma penitenciária em Pontal, município do interior paulista. Uma comitiva liderada pelo prefeito local, juntamente com os prefeitos de Sertãozinho e Pitangueiras – outros municípios da região - dirigiu-se ao Governo do Estado para negociar a transferência da construção de unidades prisionais para outros locais, preservando a região de Araraquara e São Carlos. No entanto, não houve resposta positiva às suas reivindicações³¹³.

As resistências à nova penitenciária também ocorrem pela crença de que ela alterará o perfil ou identidade da cidade pela transferência de criminosos para o município. Como argumenta, por exemplo, o Sindicato Rural da região de Bauru, contrário à instalação de uma nova unidade prisional em Avaí, um de seus municípios:

O Sindicato Rural de Bauru, que abrange cinco municípios, manifestou-se contrário à construção de penitenciárias em Avaí (39 quilômetros de Bauru). Ontem, o presidente da entidade, Maurício Lima Verde Guimarães, informou que vai encaminhar documento ao governador Geraldo Alckmin (PSDB), através da Federação da Agricultura do Estado de São Paulo (Faesp), pedindo que essa proposta – que ainda está em fase de estudo – seja reavaliada.

Desde fevereiro, o produtor rural Evaldo Rino Ribeiro vem liderando um movimento contrário à instalação de unidades prisionais em Avaí (leia mais abaixo). Guimarães conta que, nesse período, foi procurado por diversos produtores rurais para que intervenha junto ao governo do Estado visando impedir que essa proposta se torne realidade. “Nós temos lá uma região produtora, uma região calma, uma região onde não seria conveniente que fosse instalado um presídio”, diz.

Ainda nesta semana, o presidente do sindicato vai enviar documento oficial ao governador detalhando todos os problemas que a vinda de um presídio poderá causar ao município. “Na medida em que você constrói um presídio, você muda o perfil da cidade, você muda o perfil de tudo, porque você está trazendo criminosos para cá”, ressalta. “É uma entidade oficial, que representa os produtores, que está solicitando que seja reavaliada esse tipo de situação” (...) O presidente pede o apoio de outros sindicatos rurais da região, tanto de produtores quanto de trabalhadores, para que esse movimento ganhe força. “Em algum lugar tem que ser feito, mas a gente não quer que seja feito aqui”, declara. “A grande dúvida é saber se o governo vai decidir tecnicamente ou politicamente. Tecnicamente, nós não podemos influenciar. Mas, na parte política, nós podemos”..³¹⁴

³¹² Jornal Cidade Circuito das Águas (Serra Negra) edição on line 140, de 05 de março de 2004 - matéria da capa. <http://jornalcidade.circuitodasaguas.com/historico/ler.php?id=3693> acesso em 28/03/2013.

³¹³ DIAS, Andre Luis. Construção de presídios causa preocupação na região (artigo on line) <http://www.uniara.com.br/ageuniara/artigos.asp?Artigo=5444> acesso em 28/03/2013.

³¹⁴ Fonte: LILIAN, Grasiela. *Sindicato Rural é contra presídio* (on line) in <http://www.jcnet.com.br/Regional/2013/03/sindicato-rural-e-contra-presidio.html> acesso em 26/03/2013.

O movimento contrário à instalação da penitenciária em Avaí ganhou apoio do vereador Vinícius Neves Iunes (do PSDB local, mesmo partido do Governador do Estado Geraldo Alckmin). O vereador fazia oposição ao Prefeito do município (Celso Roberto de Faveri, do PTB) que tinha intenção de doar terrenos para construção de unidades prisionais no território do seu município³¹⁵.

O argumento contrário se apoiava na ideia que a penitenciária poderia provocar aumento da violência na região, por isso o vereador propôs em seu lugar a construção de uma unidade da Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo – FATEC:

O vereador Vinícius Neves Iunes (PSDB) irá apresentar hoje à noite na sessão da Câmara moção de repúdio à construção de penitenciárias em Avaí. Na semana passada, a Secretaria da Administração Penitenciária (SAP) confirmou que está analisando áreas para instalar as unidades. Produtores rurais e vereadores estão se mobilizando para tentar barrar a iniciativa. Na moção de repúdio, Iunes diz que o anúncio da SAP sobre o estudo para a construção das penitenciárias, sem qualquer discussão direta com os munícipes, “causou perplexidade no Município de Avaí, visto que não houve o debate objetivo e transparente com a população e com as lideranças políticas”. Ele ressalta que alguns criminosos são reincidentes e não têm a menor preocupação em estar dentro ou fora das unidades prisionais, pois administram os seus negócios com total “liberdade”. “A sociedade avaiense é quem acaba realmente se sentindo presa, pois tem medo de sair de casa, medo da violência, mas principalmente, medo das injustiças”, afirma. O parlamentar teme a possibilidade da cidade de aproximadamente 5 mil habitantes vir a receber presos condenados de alta periculosidade de todo o Estado e propõe ao governo paulista uma troca, substituindo a construção de penitenciárias pela instalação de uma Faculdade de Tecnologia (Fatec). O documento, se aprovado em plenário, será enviado ao governador do estado, Geraldo Alckmin (PSDB); ao secretário da Administração Penitenciária, Lourival Gomes; ao prefeito de Avaí, Celso Roberto de Faveri (PTB); ao vice-prefeito Marcos Aparecido Gratieri; ao deputado estadual Pedro Tobias e ao deputado federal Duarte Nogueira (PSDB).³¹⁶

O conflito em Avaí também opunha, de um lado, comerciantes interessados na ampliação do comércio local para atender aos fluxos da penitenciária. De outro, vereadores e empresários do agronegócio, que reivindicavam apoio popular. Sua estratégia, para posicionar a maioria da população contra a penitenciária, foi divulgar documentos comprovando que a penitenciária seria um péssimo negócio para o município de Avaí, a partir de outros exemplos da região:

A movimentação por causa do assunto fez alguns moradores prepararem relatórios para distribuir na cidade. No papel, eles dão exemplos de cidades que já têm presídios e afirmam que as unidades não seriam um bom negócio. O assessor jurídico da Câmara de Vereadores de Avaí, Youssef Ibrahim Iunes, explica que o município não pode barrar a

³¹⁵ Fonte: *Avaí se mobiliza contra penitenciárias no município* <http://obiroska.blogspot.com.br/2013/02/avai-se-mobiliza-contr-penitenciarias.html> acesso em 26/03/2013.

³¹⁶ Fonte: *Moção repudia obra de penitenciárias em Avaí* in <http://obiroska.blogspot.com.br/2013/02/mocao-repudia-obra-de-penitenciarias-em.html> acesso em 26/03/2013.

construção de uma penitenciária, caso o estado decida, mas a manifestação popular pode mudar opiniões.³¹⁷

Em 2009 o governo estadual sofreu pequena derrota diante da resistência de outro grupo local, tendo que desistir da construção de unidade prisional em terreno estadual do município de Catanduva - SP. Sua estratégia de resistência foi mover uma ação contra o governo do Estado, juntamente com Palmares Paulista, outro município regional que também se posicionou contrário à nova penitenciária³¹⁸. Ainda em 2009, outro político do PSDB, desta vez o deputado estadual Samuel Moreira, se posicionou contrário à instalação de uma penitenciária em Registro, município da região Sul do Estado de São Paulo limite com o Estado do Paraná.

Segundo o deputado, que é líder da bancada do PSDB na Assembleia Legislativa (e não líder do governo), o governo de São Paulo pretende instalar 44 penitenciárias no Estado e sua estratégia é conversar diretamente com os prefeitos, sem consulta aos deputados que, normalmente, são contra essas iniciativas. O deputado Samuel vai integrar a comissão municipal formada em Registro para articular ações contra a instalação da penitenciária.³¹⁹

Em 2011, um grupo de três vereadores de Piracicaba propôs uma moção de repúdio à intenção do Governo Estadual de trazer nova unidade prisional masculina ao município. Os vereadores alegaram problemas de segurança pública (como aumento da criminalidade, e pouco número de policiais); além de alegado prejuízo futuro a diversas empresas e condomínios localizados próximos da área de interesse da SAP para implantação da nova unidade prisional. Outro argumento contrário foi o fato do cadeia local, com 690 vagas, abrigar mais de 1,3 mil presos, sendo, do total, apenas 300 do município de Piracicaba.

No entanto, por 12 votos a três, a moção de repúdio não foi aprovada pela Câmara Municipal de Piracicaba. A discussão central na plenária local não foi o fato de se ter uma nova unidade prisional no território do município, mas sim a respeito de sua localização que ficaria a cerca de seis quilômetros do centro do município, no distrito de Água Santa, onde já existia uma

³¹⁷ Fonte: *Instalação de unidade prisional causa polêmica em Avaí, SP. In Portal G1 (on line)* <http://g1.globo.com/sp/bauru-marilia/noticia/2013/03/instalacao-de-unidade-prisional-causa-polemica-em-avai-sp.html> acesso em 26/03/2013.

³¹⁸ “Governo do Estado desistiu do terreno escolhido para a construção de um presídio em Catanduva. O processo de desapropriação não cumpriu as exigências da lei. A unidade funcionaria no regime semi-aberto e abrigaria 1.080 detentos. Desde o anúncio, em 2009, a decisão gerou muita polêmica na região. As prefeituras de Catanduva e Palmares Paulista, município que também ficaria próximo ao presídio, se manifestaram contra a instalação o presídio no local. No entanto, a desistência não significa que a obra não será feita. A Secretaria de Administração Penitenciária estuda outras áreas de Catanduva para a construção do presídio. *Governo desiste de área para construir presídio.* <http://www.diariosp.com.br/noticia/detalhe/14794/Governo+desiste+de+area+para+construir+presidio> acesso em 28/03/2013.

³¹⁹ Fonte: Deputado Samuel é contra penitenciária in <http://diariodeiguape.com/2009/02/19/deputado-samuel-e-contra-penitenciaria/> acesso em 26/03/2013.

unidade da FATEC e a nova fábrica de automóveis da Hyundai no Brasil. De modo a encontrar uma solução ao impasse político, os vereadores fizeram nova proposta para que a unidade prisional fosse construída em área rural, localizada 30 ou 40 km do centro da cidade³²⁰. O problema maior parece não ter sido a construção de uma nova penitenciária, mas sim sua visibilidade.

Outro município contrário à construção de nova unidade prisional em seu território foi Santa Bárbara D'Oeste, localizado na região de Campinas – SP. No ano de 2012, diversos vereadores locais apresentaram moção encabeçada pelo vereador Carlos Fontes, do PSD barbarensense, entregue aos deputados estaduais com base eleitoral na região, com pedido para intercederem junto ao governador Geraldo Alckmin e, assim, impedirem a instalação da prisão em território barbarensense³²¹.

No Entanto, apesar das diversas formas de resistência às novas prisões no interior, o Governo Estadual tem continuamente ignorado as manifestações locais e, muitas vezes, insistido em implantar novas penitenciárias sem consultar os prefeitos (que acabam, muitas vezes, sabendo da decisão pelo Diário Oficial do Estado)³²².

³²⁰ “Entre os vereadores que não votaram a favor da Moção de Repúdio, o vereador Carlos Gomes, o Capitão Gomes (PP), destacou que não aprovou a moção porque, o que discorda é da localização, “totalmente absurda”. Ele chegou a sugerir a Trevisan Jr. a retirada da proposta da Moção de Repúdio, e declarou que o repúdio não irá resolver a situação. **“Também não dá para construir presídio na Lua, então é preciso discutir a localização”, finalizou.**” Fonte: <http://cm-piracicaba.jusbrasil.com.br/politica/7806330/camara-nao-aprova-mocao-de-repudio-a-construcao-de-presidio-na-cidade> acesso em 27 de março de 2013 (grifo nosso).

³²¹ “Durante visita realizada ontem à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, o vereador de Santa Bárbara d'Oeste Carlos Fontes (PSD) entregou cópia da Moção de Apelo nº 297/2012 aos deputados Chico Sardelli (PV), Cauê Macris (PSDB) e Antonio Mentor (PT). Por meio da propositura em questão, o parlamentar manifesta apelo aos deputados mencionados e ao deputado federal Vanderlei Macris (PSDB), para que intercedam junto ao governador Geraldo Alckmin (PSDB) para que não seja construído um presídio na Rodovia SP-306, próximo à Ponte do Funil, em Limeira.” Fonte: <http://walterbartels.com/noticia/40494/16-29-11-2012-fontes-encaminha-mocao-contrucao-de-presidio-a-deputados> acesso em 28/03/2013.

³²² “De ações na Justiça para embargar obras a prefeitos sendo informados pelo Diário Oficial do Estado sobre construção de unidades penitenciárias em suas cidades. Em meio a protestos dos municípios, a expansão do sistema carcerário está a pleno vapor rumo à região noroeste do Estado de São Paulo, onde está programada a construção de nove das 11 novas unidades prisionais que devem ser entregues até o fim de 2012 pela Secretaria de Administração Penitenciária. Nos últimos dois anos, cinco novas unidades já ficaram prontas. A expectativa é de que todas as 49 previstas no plano de expansão do sistema penitenciário sejam finalizadas até 2014, apesar dos protestos. No total, serão 39 mil novas vagas, mas ainda insuficientes para resolver o déficit no sistema prisional, da ordem de mais de 70 mil vagas.” **O ESTADO DE SÃO PAULO. Governo de SP ignora protestos e espalha presídios** versão on line de 20/11/2011. <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,governo-de-sp-ignora-protestos-e-espalha-presidios,800779,0.htm> acesso em 28/03/2013.

Mesmo diante de inúmeros eventos contrários, o governo do Estado de São Paulo considerava como “normais” as resistências à implantação de certas atividades - como feiras livres e unidades prisionais - nos espaços públicos³²³.

Outros municípios de São Paulo também têm sido contrários à instalação de novas penitenciárias em seus territórios como Ourinhos³²⁴; Ipaússu e Bernadino de Campos³²⁵; Limeira³²⁶; Porto Feliz³²⁷ e Florínea. No caso deste último município, houve embargo da construção da penitenciária que já estava sendo feita, devido às irregularidades na concessão de licença ambiental pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB³²⁸. Por essa razão, o Governo do Estado de São Paulo foi obrigado em primeira instância, pela decisão favorável à ação popular, a recorrer às instâncias superiores do judiciário para prosseguir com a obra. O principal argumento contrário utilizado no embate jurídico é que a penitenciária degradará uma região com grandes atrativos naturais, prejudicando atividades turísticas de grande relevância regional. Portanto, a constatação de que haveria impacto sobre os cursos d'água do município justificou o embargo da obra:

A decisão que o Estado tenta suspender é uma sentença dada pela 1ª Vara da 16ª Subseção Judiciária de Assis, em ação popular movida contra a construção do presídio. A sentença determinou a anulação da licença ambiental prévia, concedida pela Companhia Ambiental do Estado de São Paulo. Além disso, condenou a Fazenda Estadual à obrigação de não fazer, para que se abstenha de prosseguir na construção do presídio, sem que antes seja providenciado o licenciamento do empreendimento junto ao

³²³ “O ritmo do crescimento de presos demandaria um novo presídio por mês. A demora na construção decorre principalmente das exigências ambientais e das resistências políticas. Assim como ninguém quer uma feira na rua de casa, é difícil aceitar um presídio na cidade onde mora”, diz o secretário de Administração Penitenciária, Lourival Gomes.” Ibidem.

³²⁴ Fonte: <http://www2.uol.com.br/debate/1289/regiao/regiao03a.htm> acesso em 28/03/2013.

³²⁵ Fonte: <http://www2.uol.com.br/debate/1461/regiao/regiao05.htm> acesso em 28/03/2013.

³²⁶ Fonte: <http://www.limeiranoticias.com.br/site/noticias.php?id=644&cat=4> acesso em 28/03/2013.

³²⁷ Fonte: http://www.vereadorfranca.com.br/noticias/maffei-vai-a-pe-para-sao-paulo-contr-a-instalacao-de-presidio-em-porto-feliz/20090717132730_D_939 Acesso em 28/03/2013.

³²⁸ “A decisão liminar foi tomada em ação popular impetrada por cinco cidadãos, sob o argumento de que a construção do presídio promoverá “significantes impactos ambientais em toda região em torno da área, uma vez que é servida pelo Córrego do Veado e Córrego do Barbado, que deságuam diretamente no último grande rio não poluído do estado de São Paulo (Rio Paranapanema)”. Os autores destacaram as belezas naturais da área, dizendo que o município de Florínea tem atividade predominantemente turística, inclusive existindo ali um balneário municipal e propriedades de veraneio distribuídas em condomínios às margens do Rio Paranapanema, que recebe as águas do Córrego do Veado, Córrego do Barbado e do Ribeirão do Bugio, nos quais receberiam os dejetos sólidos vindos da unidade prisional.” Fonte: O ESTADO DE SÃO PAULO. *Construção de presídio no interior de São Paulo é suspensa*. <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,construcao-de-presidio-no-interior-de-sp-e-suspensa,503517,0.htm> Caderno Notícias do Estadão (on line) de 29/01/2010. Acesso em 28/03/2013.

Ibama, devidamente precedido de minucioso estudo e respectivo relatório de impacto ambiental, conforme determinado pelo artigo 225, inciso IV, da Constituição Federal.³²⁹

Uma reunião organizada pela Comissão de Segurança Pública e Assuntos Penitenciários em 2012 debateu as resistências à expansão do sistema penitenciário. Sua pauta principal foram as moções e pedidos encaminhados aos deputados estaduais, solicitando providências contra a instalação de penitenciárias nos municípios de Piraju, Jardinópolis e Assis, todos do interior de São Paulo³³⁰.

No ano de 2013 os protestos contra novas penitenciárias se estenderam aos municípios de Pontal, Taiúva e Guariba³³¹ - localizados na região de Araraquara e São Carlos (região central do Estado de São Paulo). Eles receberiam novas unidades prisionais em consequência da nova etapa de expansão do sistema prisional, com 44 novas unidades prisionais, muitas delas já em construção.

Em outros municípios como Mairinque, na região de Sorocaba, a expansão do sistema prisional dividiu a opinião de moradores e comerciantes, alguns favoráveis, outros contrários. As diferenças de posicionamento foram estimuladas por uma contra partida, pela oferta do Governo do Estado a Prefeitura de Mairinque para asfaltamento de duas estradas vicinais que dão acesso aos bairros no entorno da área que receberá a penitenciária³³².

Muitos outros municípios têm organizado movimentos contrários às novas unidades prisionais.

³²⁹ Fonte: TJSP. *Estado terá de parar construção de presídio no interior*. Notícias do Superior Tribunal de Justiça. http://www.stj.jus.br/portal_stj/publicacao/engine.wsp?tmp.area=398&tmp.texto=108443 acesso em 28/03/2013.

³³⁰ Fonte: Pauta da 4ª Reunião Ordinária 07 de Março de 2012 às 15:30 horas no Plenário D. Pedro I. http://www.al.sp.gov.br/spl/Arquivo/25648564_2012_03_9_Pauta_1070863.pdf acesso em 28/03/2013.

³³¹ “Guariba receberá uma penitenciária feminina com capacidade para 768 detentas. A Prefeitura tentou embargar a construção com ações judiciais, além de negar a concessão de licenças municipais para a obra. A Justiça concedeu mandado de segurança em favor do Estado. Com a decisão desfavorável ao município, o governo prossegue com a construção que deve ser entregue no segundo semestre deste ano. O prefeito Hermínio de Laurentiz Neto afirmou que o município tem o pior IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) entre os 150 mais pobres do Estado, situação que pode piorar. Os prefeitos temem a migração de parentes dos detentos como ponto negativo. Investimentos nas diversas áreas serão necessários e os municípios ainda sentirão o real impacto nos orçamentos após as inaugurações. A Reportagem da Ageuniara ouviu algumas pessoas das cidades onde os presídios são construídos. Todas se mostram preocupadas com as obras, dentre elas Maria Aparecida de Souza, lavradora, da cidade de Guariba. “Com esta cadeia não vamos ter segurança, a cidade já tem problemas e agora com este monte de preso vai ser complicado, tem que ser em São Paulo, não aqui”, reclamou Maria Aparecida. Rosângela de Souza, agenciadora de seguros de Taiuva, declara que “a cada dia que passa a obra vai ficando pronta, vamos esperar para ver o que vai acontecer. Será que vem polícia também?”, perguntou.” DIAS, Andre Luis. Construção de presídios causa preocupação na região (artigo on line) <http://www.uniara.com.br/ageuniara/artigos.asp?Artigo=5444> acesso em 28/03/2013.

³³² Portal G1 (on line, edição de 05/06/2012). Construção de presídio em Mairinque, SP, divide moradores . <http://g1.globo.com/sao-paulo/sorocaba-jundiai/noticia/2012/06/construcao-de-presidio-em-mairinque-sp-divide-moradores.html> acesso em 28/03/2013.

A pequena amostra analítica foi apresentada com intuito de demonstrar parte das posições políticas favoráveis ou contrárias à expansão do sistema penitenciário paulista. Relato feito pela própria SAP corrobora grande parte das informações referentes às resistências e outras dificuldades à expansão do sistema prisional em São Paulo:

“No entanto, um dos grandes desafios que esta Pasta vem enfrentando, para a construção dos novos estabelecimentos penais, consiste na **busca do convencimento dos representantes das comunidades para acolhimento de uma prisão em seus municípios**, tendo em vista a crença de que, havendo uma unidade prisional nessa ou naquela cidade, para tal migrarão criminosos e seus familiares. Além disso, *há situações que geram atrasos no início das obras de construção dessas unidades prisionais*, como por exemplo:

- **Omissão ou negativa da prefeitura municipal na emissão de documentos** solicitados e necessários a instruções de feitos em tramitação nesta Pasta, na Secretaria do Meio Ambiente ou nas Varas Judiciais e, *que atendem, em especial, o regramento das legislações ambientais;*
- **Impugnações nos procedimentos licitatórios** que suspendem a licitação em curso;
- **Impetração de mandado de segurança** em face dos prefeitos ou órgãos públicos municipais devido às negativas ou omissões relativas às solicitações efetuadas por esta Pasta;
- **Medidas judiciais em face das legislações municipais editadas visando o impedimento destes tipos de edificações;**
- **Aguardo de deferimento ao pedido de imissão provisória na posse do bem;**
- **Edição de normas que impedem a construção de unidades prisionais;**
- **Solicitações de prefeituras para alteração de área já decretada de utilidade pública;**
- **Manifestações de repúdio quanto à construção de unidades prisionais em seus municípios;**
- **Decisões judiciais que determinam a suspensão da execução de obra;** do processo de licitação, dos processos administrativos que visam a regularização fundiária dos imóveis onde se pretendem edificar unidades prisionais;
- Alterações de projetos;
- Precipitações atmosféricas.”³³³

Maria Adélia de Souza sustenta a tese do planejamento como um processo e produto da política, refutando o velho planejamento tecnocrático de outros tempos. Diferentemente das condições do passado, o território contemporâneo grita pelo atendimento das demandas locais. Por essa razão, será cada vez mais difícil para um governo centralizado – caso dos governos Estadual ou Federal - decidir sobre os destinos de usos do território dos municípios ou localidades “menores” sem envolvê-los. E sozinhos decidirem e implementarem projetos de usos que alienam o território de sua própria população, em benefício das empresas e do mercado. Nas próprias palavras dessa autora:

³³³ Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1). Grifo Nosso.

Mas como discutir o uso público do território – no caso do sistema de justiça criminal – na perspectiva do mundo de hoje, especialmente nas suas características políticas? Há discussões feitas especialmente no âmbito do urbanismo que abordam parte dessas questões quando tratam do problema da localização dos presídios. A localização é uma das expressões desse “uso”, porém o conhecimento do sistema de ações que implica a consecução desse objeto, portanto, o uso do território, na maioria dos casos, é organizado de forma difusa e, por vezes, quase que clandestinamente, ou é definido por tecnocratas ou empresas com interesse na construção de novas prisões, como uma expressão de ampliação do seu negócio, portanto, sob uma lógica de mercado (SOUZA, 2012, p. 133).

De modo sintético, o QUADRO 2 apresenta alguns desses principais conflitos, agentes e escalas envolvidos nas polêmicas dos usos do território pelo sistema prisional no Estado de São Paulo:

QUADRO 2 – Conflitos decorrentes da implantação e funcionamento de unidades prisionais

Escala	Agentes em conflito /principais motivos
<u>Bairro e município</u>	<ul style="list-style-type: none"> • <u>Vizinhança do local destinado à prisão (empresários, comerciantes e particulares) e prefeitura municipal</u>: para evitar a instalação de uma nova prisão • <u>Família dos presos e vizinhança da prisão</u> : disputa pelo uso e ocupação de espaços públicos e privados (principalmente em dias de visitação)
<u>Município e sua região (envolvendo outros municípios)</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Municípios contíguos: Disputa ou discórdia entre os locais de instalação de uma nova prisão, ou de sua gestão (principalmente quando a decisão é pela implantação nos limites entre os municípios)
<u>Município e Estado federativo</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Entre diferentes instâncias do poder judiciário (local, estadual e federal). • Entre o município e o Governo Estadual: <ul style="list-style-type: none"> - para se evitar a implantação de uma nova prisão ; - por não se aceitar as condições das políticas compensatórias - por conta da localização dos terrenos. - Pela alegação de que aumentará a violência no município ou seu entorno - Por que a prisão degradará recursos naturais, por sua geração de lixo e esgoto
<u>Estado federativo e Governo Federal</u>	<ul style="list-style-type: none"> • Conflitos por conta da transferência de prisioneiros entre comarcas diferentes – principalmente entre os poderes Executivo e Legislativo. • Disputas acerca da atribuição de responsabilidades conjuntas, ou particularizadas, e orçamentos

Fonte: Compilação de dados e informações de fontes diversas, algumas apresentadas no presente capítulo da tese.
Elaboração: James H. Zomighani Jr.

A prisão como estigma territorial

Muitos conflitos decorrem dos usos do território pelas prisões, pois suas relações com a cidade são marcadas por enorme contradição significando infâmia e degradação³³⁴. Ao ponto de muitos políticos procurarem esconder, ou ao menos, não deixar a prisão visível no espaço da cidade, em relação aos espaços vizinhos que a ocultam ou simplesmente a ignoram³³⁵. A prisão é um símbolo institucional do conflito entre sociedade e transgressores, daquelas pessoas consideradas sinônimos de problemas, por isso é mal aceita por sua vizinhança³³⁶. O medo do aumento da violência, de fugas de prisioneiros perigosos, de motins e rebeliões também provoca reações contrárias a ela³³⁷.

A prisão estigmatiza³³⁸, além dos prisioneiros³³⁹, o local onde é implantada³⁴⁰, somando-se a um conjunto de outros objetos que também desvalorizam o território da cidade³⁴¹. Mas, no caso da prisão, a carga de valor é mais negativa ainda, por ser um local de *fabricação de párias*,

³³⁴ “No entanto, um dos grandes desafios que esta Pasta vem enfrentando, para a construção dos novos estabelecimentos penais, consiste na busca do convencimento dos representantes das comunidades para acolhimento de uma prisão em seus municípios, tendo em vista **a crença** de que, havendo uma unidade prisional nessa ou naquela cidade, para tal **migração criminosos e seus familiares**.” Fonte: Entrevista realizada com o Secretário de Administração Penitenciária por James H. Zomighani Júnior (Apêndice 1). Grifo Nosso.

³³⁵ “Les relations entre la prison et la ville sont marquées par des logiques d’opposition, à tel point que, hors quelques cas exceptionnels, les principaux acteurs de chacun de ces deux espaces sociaux tendent à se tenir à l’écart de l’espace voisin, l’occultent ou simplement l’ignorent ». COMBESSIE, Philippe. Flux migratoires, villes, prisons : analyse sociologique d’une forme de canalisation des circulations humaines p. 15. In HERZOG-EVANS, Martine (org). La prison dans la ville. Toulouse : Éditions Érès, 2009.

³³⁶ Ibidem.

³³⁷ « C’est que, lors de l’installation d’un nouvel établissement pénitentiaire, la population locale ressent fréquemment la peur de ‘voir des délinquants dans les rues’. Celle-ci traduit à son tour la crainte de voir se produire des incidents (violences, vols, cambriolages, etc.). Cette angoisse peut paraître paradoxale dès lors que les détenus sont par hypothèse retenus derrière des murs. Cependant il est vrai qu’ils peuvent sortir en fin de peine, en permission ou dans le cadre d’autres aménagements de peine » COYE, S. Architecture panoptique : recherche d’une perfection sécuritaire (p. 121) in HERZOG-EVANS, Martine (org). La prison dans la ville. Toulouse : Éditions Érès, 2009.

³³⁸ « Seletividade, repressividade e estigmatização são algumas características centrais de sistemas penais como o brasileiro” (BATISTA, 2007, p. 26).

³³⁹ “L’emprisonnement, en contraignant et astreignant le corps des détenus, le souille ; on est en présence d’un phénomène de fabrication de parias : cette souillure produit une stigmatisation durable des détenus, parfois définitive, qui se diffuse, comme par contagion, vers tous ceux qui les côtoient ». Ibidem (pps. 18-19)

³⁴⁰ “Do ponto de vista, do tecido social, o “inchaço artificial da população” e as populações flutuantes advindas dos presídios instalados nesses municípios, despertam medos e preocupações, provocam “estranheza” na população local, e ajudam a construir um imaginário social criado acerca dos presídios e dos visitantes dos detentos. Consequentemente, mudam-se também os hábitos dos residentes e alimentam-se inúmeros preconceitos e dinâmicas de estigmatização.” (CESCON e BAENINGER, 2010, p. 12)

³⁴¹ Além da prisão, também seriam espaços de estigmatização o *ghetto* estadunidense, a *banlieue* francesa, o *quartieri periferici* (ou *degradati*) italiano, o *problemområde* sueco, a *villa miseria* argentina, o *rancho* venezuelano e as *favela* brasileira. (WACQUANT, 2005, p. 5)

uma instituição que imprime uma mancha negativa à história dos prisioneiros, uma das razões, talvez a principal, da alta reincidência penitenciária³⁴².

A seguir, é possível reconhecer no Quadro 3 uma síntese das principais transformações decorrentes dos usos do território pelo sistema prisional:

QUADRO 3 – Transformações espaciais decorrentes da implantação de prisões, do bairro ao território da unidade federativa.

	Transformações	Agentes responsáveis
Bairros	<ul style="list-style-type: none"> • Construção do edifício penitenciário 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder Executivo Estadual e construtoras
	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de infra-estruturas (sistema viário ; sistemas de energia e tratamento de água etc.) 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder Executivo Estadual, Municipal e Legislativo municipal
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos fluxos (agentes prisionais, policiais, fornecedores da prisão) 	<ul style="list-style-type: none"> • Poder Judiciário Estadual (movimento entre comarcas) ; Poder Executivo Estadual • Empresas fornecedoras
	<ul style="list-style-type: none"> • Estigmatização do território e dos sujeitos 	<ul style="list-style-type: none"> • Mídia corporativa • »Cultura penitenciária « (valores negativos historicamente associados à prisão) • Cultura policial
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do medo de rebeliões, revoltas, fugas, furtos e roubos, provocando mudança nas práticas da segurança pública e privada (tamanho dos muros; instalação de câmeras e alarmes; alteração dos percursos da circulação) 	<ul style="list-style-type: none"> • Cultura penitenciária • Notícias de fugas, rebeliões...(mídia corporativa)
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da vigilância e presença de policiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Polícia (poder Executivo Estadual)
Município	<ul style="list-style-type: none"> • Desvalorização do preço dos terrenos 	<ul style="list-style-type: none"> • Mídia • Cultura penitenciária • Especuladores imobiliários
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de demandas comerciais das empresas componentes dos circuitos espaciais relacionados à prisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade prisional (Poder Executivo Estadual) • Empresas fornecedoras da prisão
	<ul style="list-style-type: none"> • Geração de empregos (construção e funcionamento da prisão) 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade prisional • Empresas e construtoras
	<ul style="list-style-type: none"> • Migração 	<ul style="list-style-type: none"> • Agentes penitenciários • Familiares (migrações sazonais, durante finais de semana para visita, ou

³⁴² «Par la prise de son corps, par la scission du corps social qu'elle matérialise, la prison reforme le stigma pénal qui marque le détenu, elle incorpore en lui l'infraction qui a troublé la société, et dont on lui attribue la responsabilité. La prison marque, la prison tache ». COMBESSIE, Philippe. *Op. Cit.* p. 41.

		permanentes)
	<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo à economia urbana, pelo aumento do consumo (migração pendular de visitantes das penitenciárias; atendimento de demandas dos presos – alimentação etc) 	<ul style="list-style-type: none"> • Circuitos da economia urbana (restaurantes, pequenos hotéis, táxis, supermercados etc)
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento dos custos na gestão municipal (vigilância, coleta de resíduos sólidos da prisão, tratamento de água e esgoto) 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade prisional • Fluxos migratórios sazonais ou permanentes
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do consumo local ou regional (gastos do salário pelos funcionários e das famílias dos presos) 	<ul style="list-style-type: none"> • Unidade prisional • Agentes penitenciários • Familiares dos presos
	<ul style="list-style-type: none"> • Mudança quantitativa e qualitativa da pauta da mídia (exploração político-midiática do tema « prisão ») 	<ul style="list-style-type: none"> • Imprensa local, regional e nacional
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da vigilância e controle nos circuitos urbanos conectados à prisão 	<ul style="list-style-type: none"> • Polícia • População
Território federativo	<ul style="list-style-type: none"> • Expansão do sistema prisional 	<ul style="list-style-type: none"> • Poderes Executivo e legislativo
	<ul style="list-style-type: none"> • Alterações significativas no orçamento do Estado, privilegiando o sistema penal 	<ul style="list-style-type: none"> • Poderes Executivo e legislativo • Mídia corporativa (indiretamente)
	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento das desigualdades pela conformação de circuitos espaciais da economia urbana 	<ul style="list-style-type: none"> • Poderes Executivo e legislativo (planejamento territorial, transferência de recursos, implantação de obras de infraestrutura)

Fonte: Compilação de dados e informações de fontes diversas, algumas apresentadas no presente capítulo da tese.
Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Como reconhecimento dessa complexidade de relações da prisão com o restante da sociedade, diversos trabalhos têm representado-a como micro cidade, uma micro sociedade com moral e regras próprias. Provavelmente, uma das obras de maior repercussão nesse sentido foi *Sociedade dos Cativos*, de Gresham SYkes, publicada pela primeira vez em 1958. Entretanto, Anne Héricher (2009, p. 53), urbanista francesa, revela preocupação com interpretações ou atalhos metafóricos, por tratarem a prisão isolada do seu entorno, da cidade ou sociedade que a criaram. Ela recomenda *desconfiarmos de propostas que tendem a isolá-la espacialmente, funcionalmente e socialmente, pois a prisão é um componente do funcionamento da cidade*³⁴³. A reflexão teórica de Héricher, cuja análise abordou a sociedade francesa, procurou responder por que, ao longo de séculos, a sociedade tem oscilado entre a vontade de integrar ou a de rejeitar as prisões em sua totalidade (Ibidem, p. 56).

³⁴³ “Nous resterons donc vigilant envers et contre toute interprétations et raccourci métaphoriques : la prison n’est pas une ‘microville’ ou même une ‘microsociété’, mais une de ses composants. Il nous faut nous méfier de ces propos qui tendent encore une fois à isoler spatialement, fonctionnellement, mais surtout socialement la prison » HÉRICHER, Anne. *La ville et l’établissement pénitentiaire : intégration d’un équipement singulier dans les politiques urbaines* (HERZOG-EVANS, Martine 2009, p. 53).

No que se refere às questões locais, há medo generalizado de desvalorização imobiliária dos imóveis localizados no entorno do edifício penitenciário. O estigma da prisão é carregado de problemas reais ou simbólicos, como o medo do aumento da violência e sua relação conflituosa com o Estado, dentre outros fatores que alimentam o sentimento de rejeição da população³⁴⁴.

No Estado de São Paulo, as resistências à implantação de novas unidades prisionais na Capital, na RMSP e no território de outras cidades paulistas de grande porte são produzidas pelo reconhecimento das desvantagens dos usos do território pela prisão, situação também encontrada em outros países a exemplo de Fresnes, pequena comuna localizada nos arredores de Paris³⁴⁵. No caso da pequena localidade francesa

A rejeição à instalação de uma nova prisão pode ter origem no fato de que ela irá, inevitavelmente, desvalorizar sua localização de uma maneira permanente, como nos mostra o antigo exemplo de Fresnes. Este impacto se traduz por sua vez por uma menor atratividade turística da localidade, mas, sobretudo por uma sensível diminuição de valor dos imóveis. Os proprietários podem então acreditar legitimamente na desvalorização de seu patrimônio. De forma mais abrangente, principalmente se o prestígio de toda a cidade se encontra também diminuído (COYE, S., 2009, p. 120).

A desvalorização (econômica ou simbólica) dos terrenos ou propriedades no bairro ou entorno da nova prisão é, principalmente, consequência *do medo da população local de ver os delinquentes nas ruas, mas, sobretudo na crença de que aumentará a violência na cidade e sua região*³⁴⁶. A concepção da prisão como um instrumento do medo, ou objeto símbolo do fracasso da justiça alimenta sentimentos de ojeriza. Deste modo, pode-se dizer que – em defesa de interesses políticos e econômicos, alguns políticos eleitos, sem consultar a população, aceitam construir prisões nos territórios locais, como decisão monocrática que pode trazer grandes

³⁴⁴ « Le rejet d'installation d'une nouvelle prison peut en effet se fonder sur le fait qu'elle va immanquablement dévaloriser le standing d'une ville et ce de manière durable, comme le montre l'exemple ancien de Fresnes. Cet impact se traduit à son tour par une moindre attractivité touristique de la localité et surtout par une baisse sensible de la valeur de son parc immobilier. Les propriétaires peuvent donc légitimement craindre la dévalorisation de leur patrimoine. Plus largement, c'est toute la ville dont le prestige peut se trouver amoindri ». (COYE, 2009, p. 120)

³⁴⁵ “Fresnes é uma comuna francesa na região administrativa da Borgonha, no departamento Côte-d'Or. Estende-se por uma área de 13 km², com 169 habitantes, segundo os censos de 1999, com uma densidade 13 hab/km².” Fonte: Wikipedia.

³⁴⁶ COYE nos diz que esta angústia da população local pode parecer um paradoxo, já que os presos encontram-se aprisionados, ou seja, fora das ruas da cidade. No entanto, ela nasce do conhecimento das pessoas de que, em um momento ou outro, eles sairão da prisão – como nas saídas autorizadas, e que constam do regime de progressão de pena, ou quando terminar o período previsto na condenação (*Op. Cit.*, p.121).

consequências para seu futuro político³⁴⁷. No entanto, no Brasil, essas consequências ainda são desconhecidas.

A própria associação do nome da prisão à localidade pode provocar sua estigmatização. Por isso, na França, muitos políticos eleitos procuram evitar essa associação. Principalmente quando eles descobrem ser irreversível a construção de uma nova prisão³⁴⁸, para evitar consequências como a rejeição do local por investidores. Essa segunda consequência também pode ser encontrada em municípios do interior de São Paulo que possuem seu território usado pelas novas penitenciárias³⁴⁹.

³⁴⁷ Em processo semelhante ocorrido em *Précy-le-Sec*, na França, os políticos locais eleitos receberam uma prisão na comuna, contrariamente à vontade da grande maioria de seus eleitores. A consequência veio em seguida, quando na eleição seguinte nenhum deles conseguiu ser reeleito (MARCHETTI, 1996, p. 21).

³⁴⁸ “Une fois qu’il est acquis pour tous que Le projet de construction d’une prison est irrévocable, l’une des premières tentatives d’autodéfense des ‘heureux élus’ consiste souvent à désolidariser le nom de la prison de celui de la commune » (MARCHETTI, 1996, pp. 21-22).

³⁴⁹ “Rigotto (prefeito de Balbinos em 2011) soube por meio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, a FIESP, que uma empresa de doces procurava uma cidade da região para se instalar. Ofereceu o terreno e a construção da fábrica, mas quando o dono foi informado da existência das P1 e P2, desistiu. ‘Ele morava no Horto Florestal, Zona Norte da capital, e seu argumento era irretorquível: ‘Agora que tiraram o Carandiru aqui eu não vou ficar ao lado de outra penitenciária’”. BECKER, Clara. *Em falta: mulheres e homens soltos. Município do interior paulista registra virada populacional in revista Piauí*. São Paulo: Editora Alvinegra, edição 53, fevereiro de 2011.

Capítulo 8

O sistema prisional e os circuitos da economia urbana

Capítulo 8

O objetivo do capítulo é o de apresentar uma análise que demonstra como o sistema prisional também participa da reprodução das desigualdades espaciais por interferir no funcionamento dos circuitos da economia urbana. Deste modo, há implicações locais, no circuito inferior da economia urbana, nas áreas imediatas ao *perímetro sensível* da unidade prisional, bem como, principalmente, em outras escalas. Como na viabilização da reprodução capitalista no circuito superior, o qual fornece os insumos necessários para construção, modernização e funcionamento tecnológico do sistema prisional.

A prisão como fator de reprodução do capital

A sociedade vive criticando a gente, mas eu sempre penso o seguinte: se nós não existíssemos, muita gente não teria a menor função. Por exemplo: se eu não existisse, por que existiria a Polícia? Por que existiriam advogados e promotores? Por que existiriam juízes? E chefes de cartórios nos fóruns? E testemunhas? E fabricantes de sistemas de segurança? E carcereiras? A verdade é que se eu não existisse, nem vítimas existiriam. Quase tudo na sociedade gira em torno de mim. Então é preciso falar com sinceridade, é bom que eu exista. Quando eu morrer, muita gente ficará sem função. Acho que o mundo vai até acabar. Não lembro o nome, mas sei que houve um rei francês que falou essa frase bonita: "depois de mim, o dilúvio" (PRADO, 2003. p. 41)

Além de seu uso político e social, a dimensão econômica da prisão é bastante significativa. Ela não pode ser negligenciada tanto pela quantidade de recursos consumidos na construção das prisões, quanto para mantê-las em funcionamento ou modernizá-las.

Esse processo conjunto dinamiza diversos circuitos da economia urbana, servindo também para reprodução acelerada e ampliada do capital de muitas empresas. Talvez seja por esta razão que há diversos interesses na expansão do sistema prisional, muitos deles ligados à sua garantida lucratividade. Nilo Batista (2001) aponta com grande propriedade como *há muita gente querendo ganhar dinheiro público com as prisões. A construção de prisões é um grande negócio,*

*pois a política criminal garanta que elas estarão sempre cheias*³⁵⁰. As noventa penitenciárias paulistas construídas nos últimos anos – mas todas já superlotadas – corroboram sua afirmação.

A prisão constitui um tipo de capital fixo inerte, necessário à reprodução do capital constituído em outras etapas do modo de produção. E está relacionada com muitos dos mecanismos responsáveis pela reprodução das desigualdades espaciais em diversas escalas geográficas no território nacional.

No caso brasileiro, a maior densidade do capital vivo pode ser encontrada nos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas, onde se concentram as melhores condições para o comando e a reprodução do capital (concentrando os melhores fatores de produção), áreas coincidentes com o maior aprisionamento.

Na separação entre os territórios do aprisionamento e do cumprimento da pena, e lugares do cumprimento de pena, tem ocorrido um tipo particular de divisão social e territorial do trabalho. O que tem produzido uma especialização espacial e funcional resultando em uma dialética espacial entre o aprisionamento realizado nas periferias dos grandes centros urbanos, e o cumprimento da pena privativa de liberdade nos pequenos municípios localizados no interior do Estado de São Paulo.

O maior aprisionamento ocorre em consequência de aumento da repressão aos crimes contra a propriedade. Ou, em outras palavras, como preservação do capital fixo não produtivo contra os sujeitos com origem nas miseráveis condições de vida, encontradas principalmente nas periferias mais pobres dos grandes centros urbanos. Já no cumprimento da pena – com grande prioridade na aplicação da pena privativa de liberdade – tem havido grande transferência de recursos estatais que se materializa na forma de unidades penitenciárias, que constituem outro tipo de capital fixo inerte no território de municípios pequenos e mais pobres localizados no interior do Estado de São Paulo.

Nesse processo, diversos circuitos da economia urbana têm sido dinamizados pelo aporte direto de recursos do Estado, alocados na forma de obras, infra-estruturas, equipamentos de

³⁵⁰ “Do incessante processo de mudança social, dos resultados que apresentem novas ou antigas propostas do direito penal, dos avanços e descobertas da criminologia, surgem princípios ou recomendações para a reforma ou transformação da legislação criminal e dos órgãos encarregados de sua aplicação. A esse conjunto de princípios e recomendações denomina-se política criminal” (BATISTA, 2007, p. 34).

segurança e vigilância, veículos dentre outros. Muitas vezes, em detrimento de investimento em diversas outras áreas sociais, como será visto neste capítulo.

*Os custos do aprisionamento*³⁵¹

Os custos do aprisionamento são extremamente elevados, apesar de seu cálculo preciso ser bem difícil de ser realizado, pelas razões que serão apresentadas a seguir³⁵². O que autoriza a falar de custos e não em investimentos é que não há retorno socialmente útil e visível dos usos do território pela prisão para a totalidade da sociedade³⁵³. De todo modo, independentemente dos métodos que serão utilizados para o cálculo dos montantes envolvidos, os números revelarão que “é uma despesa incalculável para manter um vasto exército de seres humanos enjaulados como animais selvagens” (GOLDMAN, 2005, p. 60).

Custos ponderáveis e imponderáveis³⁵⁴

Os valores desses gastos são pouco conhecidos no Brasil, além de serem altamente variáveis. São quantias que variam conforme a estrutura da unidade prisional, sua finalidade (para presos provisórios, definitivos, presos do sexo masculino, presas, etc) e a região do Brasil. De modo geral, estima-se que um preso custe mensalmente para um Estado-Membro, cerca de R\$ 1.500,00. Esse valor pode triplicar em caso de preso inserido num presídio federal. Existem cálculos que apontam valores bem superiores a R\$ 1.500,00 por mês. Um cálculo elaborado pela 1ª Vara das Execuções Criminais de São Paulo-SP apontou um gasto médio de R\$ 733,62/preso/mês no Estado de São Paulo,

³⁵¹“ Por “custo da prisionalização” entende-se tanto o gasto estatal para a manutenção de uma pessoa presa, como para a criação de uma vaga no sistema prisional, isto é, para a construção de novas unidades prisionais (cadeias e presídios).” Fonte: GECAP/USP in *Informações Básicas sobre Encarceramento. Custos da Prisionalização*. <http://www.gecap.direitorp.usp.br> acesso em 05/03/2013.

³⁵² “O processo de prisionalização é uma atividade cara em todo o mundo, mas que se torna especialmente mais custosa em países pouco desenvolvidos ou em desenvolvimento, onde os recursos financeiros são dirigidos prioritariamente para investimentos em áreas ligadas mais diretamente ao crescimento econômico, como educação e infraestrutura, além de setores prioritários, como por exemplo, a saúde.” Fonte: GECAP/USP in *Informações Básicas sobre Encarceramento. Custos da Prisionalização*. <http://www.gecap.direitorp.usp.br> acesso em 05/03/2013.

³⁵³ “Por fim, há que se fazer a correta denominação desses custos: são gastos; não são investimentos, na medida em que não trazem ganho social real.” Fonte: GECAP/USP in *Informações Básicas sobre Encarceramento. Custos da Prisionalização*. <http://www.gecap.direitorp.usp.br> acesso em 05/03/2013.

³⁵⁴ “Citamos um exemplo hipotético: sabe-se que a ausência do Estado nas prisões abre espaço para organizações criminosas estabelecerem-se nas unidades prisionais. Assim, um preso “comum” frequentemente terá como seu referencial de segurança o preso ou grupo de presos que é líder de seu pavilhão ou raio. O Poder Público não será, portanto, o referencial desse preso “comum” durante o período de encarceramento. Ao sair da unidade prisional (por exemplo, por receber livramento condicional), esse preso “comum” pode ser requisitado para realizar trabalhos criminosos para as organizações ilícitas que o ajudaram durante o tempo em que esteve encarcerado, a fim de pagar por dívidas contraídas durante o tempo em que esteve preso ou mesmo pela proteção que teve dentro da cadeia. Imagine-se, então, que esse preso “comum” tenha que realizar um roubo (assalto) e que durante a ação criminosa, terceiras pessoas, as vítimas ou o próprio egresso venham a sofrer lesões permanentes (por exemplo, uma paraplegia causada por uma bala perdida)”. Fonte: GECAP/USP in *Informações Básicas sobre Encarceramento. Custos da Prisionalização*. <http://www.gecap.direitorp.usp.br> acesso em 05/03/2013.

para o ano de 2006. A mesma Vara elaborou cálculo de custos para a criação (construção) de uma vaga, tendo chegado ao valor de R\$ 38.112,31 válidos para maio de 2007. Tais custos são chamados de “custos ponderáveis da prisionalização”, porque diretamente aferíveis com base em gastos com alimentação, água, energia, saúde, pessoal, etc. Ao lado custos ponderáveis, existem os “custos imponderáveis da prisionalização”. Estes são aqueles decorrentes da dessocialização e da violência decorrentes do próprio processo de prisionalização. Sabe-se que a prisão também produz violência, em diversos níveis, numa espiral que se retroalimenta. Notem-se os altos níveis de reincidência. A violência gerada a partir do sistema prisional gera custos que não podem ser medidos de antemão, pois são gastos que somente são conhecidos após o fato prejudicial que lhes dá origem.³⁵⁵

Aumentar os gastos e investimentos para ampliação e modernização do sistema prisional, significa ampliar gastos do Estado com um sistema já reconhecido em todas as suas falhas. E ineficaz para garantir direitos, segurança ou diminuição da violência. Pelo contrário, pois a prisão também amplia formas de violência praticadas pelo Estado. Para diminuir suas implicações negativas, torna-se cada vez mais importante constituir uma nova política que oriente outros usos do território, com prioridade na diminuição das desigualdades espaciais como será demonstrado.

Investimentos para ampliação do sistema prisional paulista

A LEP estipula que as penitenciárias masculinas sejam construídas *em locais afastados*, cuja distância dos centros urbanos não restrinja a visita³⁵⁶. Este critério é bastante subjetivo, haja vista não haver referência se seria o centro urbano o mesmo de origem dos prisioneiros, ou de uma “distância ideal” considerando-se as condições socioeconômicas das famílias. Esta imprecisão da Lei autoriza o Estado a priorizar a construção das novas unidades prisionais para condenados no interior do Estado, muitas vezes, em municípios distantes centenas de quilômetros da capital.

O aparelho de Estado, ao priorizar a expansão territorial do sistema prisional, viabiliza a reprodução das desigualdades via aporte de recursos que interferem em dinâmicas espaciais regionais ou locais. Mas também estimula diferentes circuitos da economia urbana, de forma direta ou indireta, como será demonstrado.

³⁵⁵ Fonte: GECAP/USP in *Informações Básicas sobre Encarceramento. Custos da Prisionalização*. <http://www.gecap.direitorp.usp.br> acesso em 05/03/2013.

³⁵⁶ “Art. 90 da LEP. A penitenciária de homens será construída, em local afastado do centro urbano, à distância que não restrinja a visitação.” Lei de Execução Penal (Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984).

A construção das unidades prisionais tem transferido grande volume de recursos do Estado para os municípios do interior. Parte dos recursos pode permanecer no próprio município, já outra - apropriada pelas empresas construtoras - será transferida para outros locais.

A alocação de unidades prisionais por função tem seguido uma racionalidade espacial. Os Centros de Detenção Provisória têm sido construídos nos maiores municípios e nas regiões metropolitanas. Já as penitenciárias, elas têm sido implantadas em municípios distantes da capital do Estado e de grandes centros urbanos. O que revela um tipo de estratégia (equivocada) de sucessivos governos paulistas de promover isolamento dos prisioneiros pelos usos do território de municípios distantes da capital. Ou seja, o isolamento desejado não é apenas aquele promovido pelo edifício penitenciário. Ver TABELA 06.

Tabela 6 – Total dos investimentos para construção e reforma de prisões entre os anos de 1997 e 2006, e distância (km) dos municípios até a capital do estado (cidade de São Paulo).

Municípios	Distância da Capital (em km)	Valor dos investimentos (em milhões de reais R\$)	Percentual em relação ao total do período (%)
Campinas, Caraguatatuba, Diadema, Franco da Rocha,Guareí, Guarulhos, Hortolândia, Iperó, Itapeceirica da Serra,Iperó, Itapetininga, Jundiaí, Limeira, Mauá, Mogi das Cruzes, Mogi Mirim, Osasco, Potim, Rio Claro, São Bernardo do Campo, São Vicente, Sumaré, Suzano, Taubaté (25)	Até 200 km	224,4	31,5%
Araraquara, Casa Branca, Avaré, Itaí, Itirapina, Iaras, Mococa (7)	200 a 300 km	74,2	10,5%
Álvaro de Carvalho, Assis, Avanhandava,Balbinos, Bauru, Franca, Getulina, Jaú, Lins, Marília, Paraguaçu Paulista, Pirajuí, Reginópolis, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto, Serra Azul (16)	300 a 500 km	194,3	27,3%
Andradina, Araçatuba,			

Birigui, Caiuá, Dracena, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lavínia, Lucélia, Marabá Paulista, Martinópolis, Osvaldo Cruz, Pracinha, Pacaembu, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Riolândia, Tupi Paulista, Valparaíso (20)	Acima de 500 km	218,1	30,7%
Total de 68 municípios		711 milhões de reais	100 %

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Dentro do período analisado compreendendo um intervalo de 10 anos, e que caracteriza um dos momentos de mais forte expansão penitenciária paulista entre 1997 e 2006, a análise territorial permitiu compreender e qualificar a natureza dos investimentos feitos para expansão do Sistema Prisional Paulista.

Assim, aproximadamente 1/3 dos recursos (ou mais precisamente 31,5% dos valores totais para construção e reforma de prisões) foram feitos em municípios localizados a até 200 km da capital do estado (caso de Campinas, Osasco, Taubaté e Hortolândia, por exemplo). E foram utilizados principalmente para construção de Centros de Detenção Provisória – CDPs, unidades para presos provisórios. Outros 58% dos recursos foram utilizados para construção de unidades prisionais localizadas em distâncias superiores a 300 km da capital.

Ainda em relação à distância, a maior parte das novas penitenciárias foi construída a mais de 500 km da capital (caso de Dracena, Pracinha, Osvaldo Cruz e Reginópolis, por exemplo, o que consumiu 218 milhões de reais, ou 31% do total dos gastos do período. Mas, devido à própria natureza de organização do sistema penal brasileiro, muitos dos presos transferidos para penitenciárias distantes continuarão a ser ouvidos pelos juízes da capital ou outros municípios de São Paulo, nas comarcas de origem dos processos³⁵⁷.

³⁵⁷ Uma condenação já é suficiente para a transferência para uma penitenciária para início do cumprimento da pena privativa de liberdade. Entretanto, como a mesma pessoa pode responder a mais de um processo ao mesmo tempo, depois de transferido para uma unidade distante para cumprimento de pena, o preso pode continuar tendo que prestar depoimentos em sua comarca de origem, caso ainda responda a outros processos penais.

Merecem destaque dois municípios cujos territórios foram utilizados para construção de Centros de Progressão Penitenciária – CPPs³⁵⁸, Pacaembu (672 vagas e 935 presos em 2011) e Valparaíso (672 vagas e 918 presos) que estão localizados a mais de 500 km da capital. O primeiro, com população total de 13,2 mil habitantes; o segundo, com 22,5 mil moradores, segundo o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE. Como municípios pequenos em número de habitantes, com pouca oferta de empregos e com tradição agropecuária, devem enfrentar muitas dificuldades para empregar presos com origem em grandes centros urbanos, bem como qualificá-los profissionalmente, para encontrarem trabalho quando saírem da prisão e retornarem às suas origens.

Portanto, a escolha da localização dos dois CPPs não teve como critério central a funcionalidade da prisão, nem a origem dos presos. O isolamento pela distância, a facilidade de encontrar terrenos, a menor resistência da população e dos governantes locais têm sido imperativos maiores para a escolha da localização da penitenciária do que a reinserção social dos condenados.

Os custos de manutenção dos presos

Os custos por prisioneiro, nas unidades prisionais do Estado de São Paulo, têm sido extremamente elevados, com valores entre 928 e 16 mil reais gastos per capita por mês³⁵⁹. Como demonstrado, há grande variação do valor entre tipos diferentes de unidades prisionais. As diferenças mais significativas são as de gênero (entre unidades para presos do sexo masculino e feminino), com uma variação de quase 100%.

Sobre os custos mais elevados apresentados pela SAP, próximos de 17 mil reais/mês per capita, referem-se aos valores gastos para manter cada um dos presos da unidade de segurança máxima de Presidente Bernardes. Para ela são enviados os presos considerados lideranças de organizações criminosas, existentes dentro ou fora das prisões. Comparativamente, os gastos per capita em penitenciárias de regime fechado, ou em unidades como os Centros de Progressão Penitenciária para regime semi-aberto (como o CPP), são bastante semelhantes (Tabela 7). Apesar das significativas diferenças de níveis de segurança entre elas.

³⁵⁸ Unidades para presos que cumprem pena em regime semi-aberto, e que podem ter autorização para saída para trabalho.

³⁵⁹ A SAP não forneceu dados de custos per Capita mensais para as Penitenciárias Compactas, Hospitais Penitenciários nem para os Centros de Ressocialização – CRs.

Tabela 7 - Custos mensais per capita para manutenção dos presos por tipo de unidade prisional em 2012³⁶⁰.

Tipo de Unidade Prisional	Custo Mensal per Capita (em reais R\$)
Centro de Detenção Provisória - CDP	928,00
Penitenciária Masculina	1.040,00
Centro de Progressão Penitenciária	1.185,00
Penitenciária Feminina	2.241,00
Centro de Readaptação Penitenciária – CRP (regime RDD)	16.783,00

Fonte: SAP/2013. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

No entanto, mesmo permitindo algumas comparações de custos, as TABELAS 7 e 8 são parciais e incompletas, pois a SAP informou não possuir dados de custos para os Centros de Ressocialização-CRs e hospitais penitenciários. No entanto, os dados oferecidos para outras unidades trazem uma ideia aproximada do enorme montante de recursos envolvidos apenas na gestão do sistema prisional paulista. Ou seja, cerca de 185 milhões por mês, ou 2,2 bilhões de reais por ano (dados de 2012).

Não é preciso insistir no argumento que esses valores poderiam ser mais bem aplicados em outras áreas sociais lembrando apenas, por exemplo, que o Brasil é um dos países que menos investe na educação, por aluno, comparativamente a outros países de nível econômico semelhante³⁶¹.

³⁶⁰ “O valor informado é per capita, e reflete a média mensal do período janeiro- junho 2012. Trata-se da média das unidades da região metropolitana e interior do Estado, bem como a média de todos os modelos estruturais das unidades prisionais.” Fonte: Grupo Setorial de Planejamento, Orçamento e Finanças Públicas. Secretaria da Administração Penitenciária – SAP.

³⁶¹ “Outra má notícia é que o acréscimo de recursos na Educação, também verificado em vários países emergentes, como a Rússia, não eliminou o retardo da área. No Ensino pré-primário, a média de gastos anuais por estudante do Brasil foi a terceira pior dentre 34 países - de US\$ 1.696, comparado a US\$ 6.670 da média da OCDE. O mesmo déficit acontece no Ensino primário, no qual o País investe US\$ 2.405, contra US\$ 7.719 da média, o quarto pior resultado entre os 35 países avaliados. A relação é pior no Ensino secundário, no qual o investimento é de US\$ 2.235 - o terceiro pior -, contra US\$ 9.312 da média de 37 países avaliados.” Fonte: <http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/educacao-na-midia/24069/brasil-investe-mais-em-educacao-mas-gasto-por-aluno-ainda-e-baixo-diz-ocde/> acesso em 10/10/2013. Um outro estudo elaborado pelo IPEA, e que correlaciona gastos por aluno e eficiência do sistema público de ensino, e intitulado “UMA ANÁLISE DA EFICIÊNCIA NOS GASTOS EM EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL PARA OS MUNICÍPIOS PAULISTAS” pode ser acessado pelo link a seguir: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/221/202>

Tabela 8 – Total de prisioneiros e custos estimados por tipo de unidade prisional em janeiro de 2013 (valores em reais R\$)³⁶².

Unidade prisional	Custo mensal per capita (em reais R\$)	Total de prisioneiros por tipo de unidade prisional	Custo mensal por tpo de unidade (em reais R\$)	Custos anuais (em reais R\$)
Centro de Detenção Provisória	928	56.844	52.751.232	633.014.784
Penitenciária Masculina	1.040	92.959	96.677.360	1.160.128.320
Centro de Progressão Penitenciária	1.185	16.159	19.148.415	229.780.980
Penitenciária Feminina	2.241	7.298	16.354.818	196.257.816
Centro de Readaptação Penitenciária - regime RDD	16.783	26	436.358	5.236.296
Subtotais		173.286	185.368.183	2.224.418.196

Fonte: dados per capita fornecidos pela SAP. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Sabe-se que o Brasil é uma federação em consolidação. Por isso, além do governo Estadual, o governo Federal também tem contribuído de forma crescente para a expansão dos sistemas prisionais estaduais, com grande aporte de recursos, para construção e modernização de unidades prisionais, mecanismos que serão mais bem conhecidos a seguir.

³⁶² O número de prisioneiros é de janeiro de 2013. Os custos mensais estimados foram obtidos multiplicando-se os custos médios per capita pelo total de prisioneiros por tipo de unidade prisional.

Os recursos do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN

Em 1994 o Governo Federal criou o Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN³⁶³, com objetivo de repassar recursos para ampliação, reforma e modernização dos sistemas prisionais estaduais. Desde então, a União também passou a financiar a expansão e modernização dos sistemas prisionais das unidades federativas. O Governo Federal cobra critérios técnicos e políticos, como contrapartidas dos Estados federativos, os quais também deveriam complementar financeiramente os recursos federais.

Uma parte dos recursos federais é obtida junto do Fundo Penitenciário Federal – FUNPEN. Na TABELA 9 é possível verificar o repasse de recursos em espécie transferidos do FUNPEN para a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo, totalizando 570 milhões de reais entre 1996 e 2011.

A tabela também demonstra como os investimentos são feitos “aos saltos”, ou seja, parece não haver um processo planejado que garanta continuidade na transferência de recursos aos

³⁶³ O FUNPEN foi criado pela Lei Complementar Nº 79, de 07 DE JANEIRO DE 1994 (regulamentada pelo DECRETO Nº 1.093, DE 3 DE MARÇO DE 1994). Segundo o próprio texto da lei, o fundo criado por lei federal passa a ser gerido pelo Departamento de Assuntos Penitenciários da Secretaria dos Direitos da Cidadania e Justiça, com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro. Segundo seu Art. 2º, *constituirão recursos do FUNPEN*: I - dotações orçamentárias da União; II - doações, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis, que venha a receber de organismos ou entidades nacionais, internacionais ou estrangeiras, bem como de pessoas físicas e jurídicas, nacionais ou estrangeiras; III - recursos provenientes de convênios, contratos ou acordos firmados com entidades públicas ou privadas, nacionais, internacionais ou estrangeiras; IV - recursos confiscados ou provenientes da alienação dos bens perdidos em favor da União Federal, nos termos da legislação penal ou processual penal, excluindo-se aqueles já destinados ao Fundo de que trata a Lei nº 7.560, de 19 de dezembro de 1986; V - multas decorrentes de sentenças penais condenatórias com trânsito em julgado; VI - fianças quebradas ou perdidas, em conformidade com o disposto na lei processual penal; VII - cinquenta por cento do montante total das custas judiciais recolhidas em favor da União Federal, relativas aos seus serviços forenses; VIII - três por cento do montante arrecadado dos concursos de prognósticos, sorteios e loterias, no âmbito do Governo Federal; IX - rendimentos de qualquer natureza, auferidos como remuneração, decorrentes de aplicação do patrimônio do FUNPEN; X - outros recursos que lhe forem destinados por lei. Já o Art. 3º da mesma lei especifica que os recursos do FUNPEN serão aplicados em: I - construção, reforma, ampliação e aprimoramento de estabelecimentos penais; II - manutenção dos serviços penitenciários; III - formação, aperfeiçoamento e especialização do serviço penitenciário; IV - aquisição de material permanente, equipamentos e veículos especializados, imprescindíveis ao funcionamento dos estabelecimentos penais; V - implantação de medidas pedagógicas relacionadas ao trabalho profissionalizante do preso e do internado; VI - formação educacional e cultural do preso e do internado; VII - elaboração e execução de projetos voltados à reinserção social de presos, internados e egressos; VIII - programas de assistência jurídica aos presos e internados carentes; IX - programa de assistência às vítimas de crime; X - programa de assistência aos dependentes de presos e internados; XI - participação de representantes oficiais em eventos científicos sobre matéria penal, penitenciária ou criminológica, realizados no Brasil ou no exterior; XII - publicações e programas de pesquisa científica na área penal, penitenciária ou criminológica; XIII - custos de sua própria gestão, excetuando-se despesas de pessoal relativas a servidores públicos já remunerados pelos cofres públicos. XIV - manutenção de casas de abrigo destinadas a acolher vítimas de violência doméstica

Estados. Também chama a atenção outra *coincidência*: houve grande liberação de recursos durante o período da mais aguda e recente crise do sistema prisional, em conflito dentro e fora das unidades prisionais com o sistema policial. Ocorrido em 2006, foi noticiado pela imprensa como “os ataques do PCC”. Durante essa crise, houve liberação de maior quantidade de recursos federais para a SAP no período, como demonstram os dados das transferências intergoverno realizadas entre os anos de 2006 e 2007. Dado o histórico da falta de planejamento e descaso com o sistema prisional por todas as esferas de governo, é muito provável que esse aumento do repasse em momento de crise reflita uma reação apressada, sem análise de suas implicações, prejudicando o planejamento do sistema penal como um todo no médio ou longo prazo.

Parte dos investimentos também revela-se como reação do Governo Paulista à crise penitenciária. Como os valores utilizados para modernização da penitenciária de Presidente Bernardes (em 2006); a aquisição de equipamentos para ampliar a segurança e realizar escutas nas dependências das unidades prisionais³⁶⁴. Os gastos dessa natureza somaram, apenas em 2006, mais de 260 milhões de reais.

No ano seguinte aos ataques (2007) também foram adquiridos inúmeros veículos para transporte de presos entre diferentes unidades prisionais. Uma das “estratégias” do Governo de São Paulo, diante das situações de crises do sistema prisional, passou a ser a ameaça e transferência dos presos para unidades distantes e mais isoladas.

³⁶⁴ O Governo Paulista adquiriu e instalou equipamentos de escuta telefônica para monitorar conversas dos presos e, assim, se antecipar às suas ações dentro ou fora das unidades prisionais.

Tabela 9 - Repasses do Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN para a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo por tipo e ano do desembolso dos recursos (em milhões de reais)³⁶⁵.

Ano	Objeto	Desembolso ³⁶⁶ (em milhões de reais R\$)	Custo total das obras ³⁶⁷
1996	<ul style="list-style-type: none"> Construção de unidades prisionais do Programa de Desativação do Complexo do Carandiru Mutirão na execução penal e cadastro da população carcerária 	1,2	<i>sd</i>
1997	<ul style="list-style-type: none"> Construção de unidades prisionais do Programa de Desativação do Complexo do Carandiru Cadastro e controle da população carcerária Simpósio internacional de penas alternativas e sistema penitenciário 1º Seminário de formação e treinamento de pessoal penitenciário Seminário regional sobre controle de amaras de fogo para as américas 	23,2	<i>sd</i>
1998	<ul style="list-style-type: none"> Construção de unidades prisionais do Programa de Desativação do Complexo do Carandiru Mutirão de execução penal 	61	<i>sd</i>
1999	<ul style="list-style-type: none"> Mutirão de execução penal Aplicação de penas alternativas 	0,5	<i>sd</i>
2000	<ul style="list-style-type: none"> Mutirão de execução penal Construção de unidades prisionais (CRP de Presidente Bernardes (RDD) e CDP de Taubaté Programa Penitenciário de Desenvolvimento Gerencial – Propen Instalação de 50 portais de detecção de metais nas unidades prisionais paulistas 	10,2	<i>sd</i>
2001	<ul style="list-style-type: none"> Construção de unidades prisionais: (CDPs I e II de Guarulhos; CDP de São Vicente; CDP de Hortolândia; CDP de Mogi das Cruzes; CDP de São José do Rio Preto; CDP de Osasco; CDP de Suzano; CDP de São Bernardo do Campo e CDP de Caiuá; CR de Araraquara; CR de Araçatuba; CR de Mococa; CR de Presidente Prudente; CR de Itapetininga; CR de Limeira; CR de Lins; CR de Marília; CR de Avaré; CR de Sumaré; Penitenciárias Compactas de Lavínia, Serra Azul (unidades I e II), Osvaldo Cruz, Pracinha, Dracena, Paraguaçu Paulista; CPP de Valparaíso; CPP de Pacaembu; Programa de Apoio ao Egresso da FUNAP/SP – Estado de São Paulo Penas Alternativas Mutirão de Execução Penal 	117,4	<i>sd</i>
2002	<ul style="list-style-type: none"> Construção estação tratamento de esgoto Construção de unidades prisionais: CR de Birigui; CR de Mogi Mirim; CR de Jaú; CR de São José do Rio Preto; CR 	24,9	<i>sd</i>

³⁶⁵ Análise feita a partir de relatórios anuais do Fundo Penitenciário Nacional no período entre 1996 e 2011.

³⁶⁶ Desembolso de recursos efetivamente realizados no ano de exercício.

³⁶⁷ Valores somente de obras com participação do Governo Federal através do FUNPEN. Dados com valores totais das obras disponíveis somente a partir de 2004, por isso não será feita totalização desta coluna.

	de Rio Claro; CDP de Mauá; CDP de Bauru; Penitenciárias compactas: I e II de Reginópolis, de Avanhadava; CDP de Diadema; CDP de Itapecerica da Serra; Ala de Progressão Penitenciária de Itirapina; <ul style="list-style-type: none"> • Aquisição e instalação de Sistema de CFTV Digital em unidades prisionais compactas³⁶⁸ • Projeto Mutirão de Estagiários de Direito • Programa Penitenciário de Desenvolvimento Gerencial - SP 		
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Construção estação tratamento de esgoto • Construção de unidades prisionais: CR de Birigui; CDP de Mauá; CDP de Bauru; Penitenciárias compactas: I e II de Reginópolis, de Avanhadava, de Tupi Paulista, de Irapuru, de Flórida Paulista; CDP de Itapecerica da Serra; CR de Mogi Mirim; CR de Jaú; Alas de Progressão Penitenciária de Itirapina e I e II de Bauru; • Aquisição e instalação de bloqueadores de celular em 07 unidades prisionais • Incentivo para atenção à saúde 	40,9	<i>sd</i>
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma, Adequação e Ampliação da Penitenciária “Dr. Paulo Luciano de Campos” de Avaré I • Reforma da Penitenciária “Orlando Brando Filinto” de Iaras 	10,8	22,9
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Construção da Penitenciária Compacta Dupla • de Presidente Alves 	22,2	41,5
2006	<ul style="list-style-type: none"> • Construção dos CDPs de Franca, Serra Azul • Reforma, Adequação e Ampliação da Penitenciária de Presidente Bernardes; • Aquisição e Instalação de Equipamentos de Segurança e Inteligência nas Unidades Prisionais do Estado de São Paulo • Aquisição de Equipamentos de Informática e de Segurança destinados a SAP do Estado de São Paulo • Projeto em Defesa do Direito do Sentenciado • Aquisição de Equipamentos para os Serviços de Saúde nas Unidades Prisionais do Estado • Concurso de Produção Literária para Internos e Apenados do Sistema Penitenciário Nacional 	229,7	265,1
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de Veículos de transporte de presos para as diversas unidades Prisionais da SAP • Programa <i>Capacitar para a Liberdade</i> • Recursos para Desenvolvimento Integral • Montagem e Sustentabilidade das Centrais de Penas e Medidas Alternativas • Apoio às Funções das Comissões Técnicas de Classificação – CTC • Aparelhamento e Reaparelhamento de Ouvidoria dos Sistemas Prisionais Estaduais • Construção da Penitenciária Feminina em Tremembé 	23,9	35,4
2008	<ul style="list-style-type: none"> • Aprimoramento de Acervo Literário das Centrais de Penas Alternativas • Implantação dos Núcleos Avançados de Prevenção Criminal e Defesa do Preso Provisório • Integração e Instalação de Centrais Especializadas no Atendimento aos Casos de Uso e Abuso de Entorpecentes • Medição de conflitos e diálogo cooperativo • Mulher Presa: Perfil e Necessidades, uma Construção de Diretrizes • Guia do Egresso - Edição Revista e Ampliada 	2,1	2,6
2009	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de Veículos Especializados para transporte de presos e de funcionários para atendimento das diversas Unidades Prisionais da SAP • Montagem e sustentabilidade das Centrais de Penas e Medidas Alternativas 	1,1	1,4
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Não houve repasses do FUNPEN para SP 	-	-

³⁶⁸ Sistema de câmaras de monitoramento e gravação de imagens em formato digital.

2011	<ul style="list-style-type: none"> • Reaparelhamento da Escola Penitenciária • Aquisição de veículos cela destinados ao transporte de presos para atendimento das diversas unidades prisionais da SAP • Implantação e Aparelhamento de 01 unidade básica de saúde materno-infantil no sistema prisional do estado na Penitenciária Feminina da Capital 	1,3	1,7
Total		570,4	

Fonte: Relatórios de Desembolso Anual do Fundo Penitenciário Federal - FUNPEN. Elaboração: própria.

A prisão e o dinamismo de regiões economicamente depressivas

Uma parte mais significativa dos investimentos para ampliação e modernização do sistema prisional do Estado de São Paulo tem sido direcionada, estrategicamente, para determinadas regiões no interior do estado. O que revela tanto uma intencionalidade do governo do Estado, quanto à realização de pactos políticos entre o governo do Estado federativo e muitos pequenos municípios.

Dentre todas as diversas regionalizações do território paulista, é possível organizá-lo entre aquelas áreas com maior atratividade para reprodução do capital (como as regiões metropolitanas, ou a grande região contínua que se estende pelo eixo da rodovia Anhanguera, desde São Paulo, chegando até Ribeirão Preto). Ou aquelas regiões econômica e demograficamente menos dinâmicas, territórios de menor atratividade para o capital, e concentradas nos extremos do Oeste e Sul do Estado de São Paulo (por exemplo, no Pontal do Paranapanema e Vale do Ribeira).

No primeiro caso, temos as regiões com maior densidade do meio técnico-científico-informacional, maior dinamismo, com maiores condições para comando e reprodução acelerada do capital. No segundo, encontram-se as regiões depressivas, aquelas de menor atratividade ao capital, com menor dinamismo e baixa densidade técnica e demográfica.

As primeiras são território recurso para as empresas e, contraditoriamente, nelas estão concentradas as maiores desigualdades espaciais – com maior produção e concentração de riquezas, mas também maior quantidade de pobres.

No entanto, uma contradição que agrava a condição de pobreza dos seus habitantes é que nas regiões mais ricas ocorre maior aprisionamento dos mais pobres, principalmente nas áreas degradadas dos grandes centros urbanos e nas enormes periferias pobres.

Dialeticamente, as regiões depressivas são território abrigo de atividades menos lucrativas, daquelas que produzem mercadorias e serviços de menor valor agregado. Sendo, predominantemente, regiões agrícolas, com pequeno comércio não especializado, atividades econômicas de baixa produtividade com pequena demanda para o aporte de capitais. São essas regiões mais pobres que têm sido utilizadas como território recurso para expansão do sistema penal, abrigando as novas unidades prisionais construídas nos últimos anos no Estado de São Paulo. Em torno das prisões se constituem serviços especializados para atendimento das novas

demandas geradas, e um comércio não especializado, constituinte do circuito inferior da economia, para também servir aos novos fluxos demográficos.

Dinâmicas regionais do sistema penitenciário paulista

Ao longo da história recente, tem havido histórica perda demográfica, consequentemente econômica, dos pequenos municípios das regiões depressivas. Como consequência, essas regiões têm sido desconsideradas para investimentos públicos e privados. O que tem alimentado um círculo vicioso: diminuição do total da riqueza produzida, nova onda de migração dos mais jovens - para buscar trabalho e melhores oportunidades de vida nos grandes centros urbanos - nova diminuição das demandas locais. Este processo tem caracterizado muitos municípios paulistas a partir da segunda metade do século XX.

Com a perda demográfica ocorre também diminuição do repasse de impostos vinculados ao número de habitantes locais. Na tentativa de reverter a diminuição no repasse de recursos como o Fundo de Participação dos Municípios – FPM, principalmente, além gerar outras receitas para o município (via estímulo ao consumo e transferência de outros impostos), muitos prefeitos dos pequenos municípios paulistas têm aceitado receber penitenciárias³⁶⁹. Outros têm sido obrigados, por imposição direta ou indireta do governo estadual, pois as negociações políticas – quando ocorrem - são feitas em bases extremamente desiguais, ou seja, privilegiando o governo estadual. Por essas razões, as prisões tornam-se elementos de dinamismo parcial da economia local e regional, promovendo modernizações seletivas e incompletas no território dos pequenos municípios do interior³⁷⁰, como tem ocorrido em Balbinos - SP:

³⁶⁹ “Desta forma, municípios que sofrem com o fenômeno da emigração, perdem no índice de arrecadação, e os presidiários suprimem essa perda para o município. O caso de Tupi Paulista é bem ilustrativo dessa situação. Assim, afirma Aristides Alonso Portela, ex-prefeito do município ao se posicionar a favor da instalação do presídio: “Tupi Paulista tinha uma população em torno de 13 mil habitantes. Como perdemos muita gente nos últimos anos, ficamos com menor índice de arrecadação: 0,8%. A diferença para atingirmos 1% era apenas mais 200 pessoas e isso representaria um acréscimo de 25% no total da receita. Recebíamos 400 mil reais por mês e passaríamos a receber 100 mil a mais” (CESCON e BAENINGER, 2010, p. 11)

³⁷⁰ “A palavra “modernização”, em si mesma, requer uma explicação. Principalmente entre os sociólogos, ela foi e continua sendo objeto de uma acirrada discussão semântica. Entre os geógrafos, dever-se-ia falar, de preferência, em “modernizações”, no plural (...) e esse é, a nosso ver, o único modo de levar em conta as implicações temporais da organização do espaço. (...) Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos

Antes do presídio, Balbinos só encolhia. Chegou a ter 4 mil habitantes, mas com o declínio do café, o êxodo rural prevaleceu. O prefeito Ed Carlos Marinho (PSDB) e os vereadores acharam que abrigar presos poderia deter a debandada. ‘Era um mal necessário’, diz Marinho, que no ano que vem, ao deixar a prefeitura, pode assumir sua vaga de agente penitenciário em Reginópolis³⁷¹.

Abrigar a prisão torna-se um mal necessário, pois falta aos municípios do interior do Estado uma clara política de investimentos produtivos, capaz de modernizar o território local a partir de um projeto político e econômico distinto do atual. O qual resultaria em planejamento e execução de outros investimentos capazes de diminuir as desigualdades espaciais, como reclamou José Márcio Rigotto (PMDB), o Prefeito de Balbinos em 2010:

Poderia ser um desenvolvimento industrial para o interior, e não um desenvolvimento prisional. Estaria contente se fosse uma montadora ou uma universidade. Mas não estou contente porque tenho 2.500 bandidos dentro da cidade³⁷².

A implantação de penitenciárias nesses pequenos municípios, produto de um planejamento setorial hegemônico, resulta em usos seletivos do território paulista³⁷³. Traz implicações negativas para a população e os governos locais³⁷⁴, como a especulação imobiliária³⁷⁵, dentre outras conseqüências como aumento das demandas dos serviços de saúde e creche³⁷⁶. Além de também não haver planejamento para lidar com as transformações provocadas pela instalação da penitenciária, como aumento das demandas locais pressionando a oferta de bens e serviços públicos e privados:

representa uma modernização, isto é, a generalização de uma inovação vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente.” (SANTOS, 2004b, pp. 29 e 31)

³⁷¹ NUNOMURA, Eduardo. *Presídios causam inchaço em cidades em SP*. Caderno de Notícias do Estadão. O Estado de São Paulo 28/10/2007.

³⁷² BANDEIRA, Luiza. *Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo*. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.

³⁷³ “A política de transferência de presos para outras cidades após a desativação do Carandiru, em 2002, já interfere na qualidade de vida dos moradores de pequenos municípios do interior paulista”. BANDEIRA, Luiza. *Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo*. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.

³⁷⁴ “A chegada de famílias de presidiários sobrecarregou os serviços, diz o prefeito José Márcio Rigotto (PMDB). As cestas básicas distribuídas eram 40 e passaram a 120. Na creche, de 40 crianças, cerca de 12 são filhas de presos, estima a coordenadora, Maria José Calatre.” BANDEIRA, Luiza. *Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo*. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.

³⁷⁵ “Com mais gente no presídio do que fora, a cidade tem dificuldade em atrair investimentos e lidar com a alta de gastos em saúde e educação. Balbinos saltou de 1.313 pessoas em 2000 para 3.932 neste ano (2010). 70% são presos”. BANDEIRA, Luiza. *Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo*. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.

³⁷⁶ “As queixas nestas cidades – tradicionalmente voltadas para o cultivo de cana-de-açúcar ou laranja incluem alta nos preços de imóveis e aluguéis e maior demanda por creches e serviços de saúde com a chegada das famílias dos presos”. BANDEIRA, Luiza. *Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo*. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.

Balbinos viu os imóveis sofrerem uma súbita inflação. O aluguel de uma casa de três quartos dobrou, de R\$200 para R\$400. E há aqueles, como a dona da padaria, Luzia Cecília Guandalin que comprou quatro casas, num bairro hoje apelidado de Itaquera, para alugar. ‘O presídio é viável, fez bem à cidade, mas falta melhorar o resto, porque não tem banco, farmácia ou hospital decentes.’³⁷⁷

A prisão modificou profundamente a estrutura demográfica de municípios muito pequenos como Balbinos. Os presos passaram a ser somados à população local existente antes, o que modifica o repasse de recursos obrigatórios por lei como o FPM³⁷⁸. Como a população masculina passa a ser predominante, os presídios inflam as estatísticas de gênero, além de provocar reações contrárias (às vezes preconceituosas)³⁷⁹ na população local³⁸⁰.

A 420 quilômetros de São Paulo, Balbinos teve o maior crescimento populacional de 2000 para cá: 175,6%. Os quatro lugares seguintes são Pracinha, Iaras, Lavínia e Reginópolis. Todos ganharam penitenciárias. Cresceram mais de 50%. O fenômeno se estende por uma dezena de municípios paulistas, muitos deles pequenos como Marabá Paulista, Potim, Iperó e Guareí, os próximos da lista. E o número vai voltar a subir com a construção de mais presídios no interior, como anunciou o governador José Serra.

A grande concentração de presos também provoca outro efeito, a migração pendular nos finais de semana, em dias de visita nas unidades prisionais. Nesses dias, chegam as mulheres dentre outros familiares dos presos³⁸¹. Como a grande maioria dos presos tem origem fora desses municípios³⁸², também ocorre migração permanente de parte de suas famílias³⁸³.

³⁷⁷ NUNOMURA, Eduardo. *Presídios causam inchaço em cidades em SP*. Caderno de Notícias do Estadão. O Estado de São Paulo 28/10/2007.

³⁷⁸ “O motivo desse inchaço desenfreado está nos dois presídios masculinos de regime fechado inaugurados cinco anos atrás. Com capacidade prevista para abrigar 768 detentos em cada unidade, a lotação de ambas transbordou. Hoje os presos já são 2.687, enquanto os balbinenses livres somam 1.245 almas”. BECKER, Clara. *Em falta: mulheres e homens soltos. Município do interior paulista registra virada populacional in revista Piauí*. São Paulo: Editora Alvinegra, edição 53, fevereiro de 2011.

³⁷⁹ “O inchaço artificial da população provoca tititi, acende a economia municipal, muda hábitos e alimenta o preconceito. Balbinenses natos não gostam das mulheres de presos, à exceção dos que ganham dinheiro com isso. Elas não fazem questão de gostar dos nativos. A maioria está ali de passagem. ‘Fico revoltado, o pessoal antigo está perdendo valor para quem vem de fora’, protesta o lavrador Antonio Mariano do Prado, de 55 anos. Há poucos dias, perdeu parte do indicador da mão direita. A ferida de um corte de cana apodreceu. Ele tinha consulta marcada numa cidade vizinha, onde tem hospital. ‘Era para eu ir de ambulância, mas preferiram levar a outra turma’. Desanimado, diz que iria embora dali se pudesse”. NUNOMURA, Eduardo. *Presídios causam inchaço em cidades em SP*. Caderno de Notícias do Estadão. O Estado de São Paulo 28/10/2007.

³⁸⁰ “Os moradores dizem ter mudado hábitos. ‘Desde que puseram penitenciária aí, meu portão vive com cadeado’, diz Geralda Zacari, 65. Mulheres de detentos que moram na cidade, porém, reclamam de preconceito. Dizem que não conseguem emprego e que os filhos sofrem com apelidos, como ‘presinhos’, nas escolas’. ‘Aqui deveria existir um muro de Berlim’, diz a mulher de um preso, que não quis ser identificada”. BANDEIRA, Luiza. *Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010*.

³⁸¹ “Do lado direito da praça, onde os aposentados marcam ponto diariamente, fica a prefeitura municipal. “Quando eu chego a Brasília todo mundo já fala: ‘Olha aí o prefeito da cidade que tem mais preso do que solto’, queixa-se o peemedebista José Márcio Rigotto. Aos 49 anos e em seu primeiro mandato, Rigotto é filho da terra. ‘Alguém tem

Como a população encarcerada não faz parte da parcela tradicionalmente considerada como *população economicamente ativa*, raramente oferece-se trabalho no interior das penitenciárias³⁸⁴. E como a prisão não funciona como uma unidade produtiva de riquezas locais, os prefeitos reclamam do aumento de gastos com serviços públicos municipais como saúde e educação. Quanto às contrapartidas oferecidas pelo governo estadual, ou são insuficientes ou inexistentes:

Em Serra Azul, Edson Zanirato, funcionário da prefeitura, diz que a cidade recebeu uma palestra do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania), do Ministério da Justiça, para implementar no futuro o programa Território da Paz. “A criminalidade aumentou demais. Aqui era uma cidade pacata, a gente dormia de porta aberta. Agora tem muita molecada envolvida com droga”, disse. Para Marcos Monte, presidente da Associação Paulista de Municípios, o governo terá de criar um mecanismo de compensação para as prefeituras nas áreas de educação e saúde. “Dizem que presídio gera emprego, mas os funcionários são aprovados em concurso e podem vir de qualquer outro lugar”, disse³⁸⁵.

Além da ausência de outras opções para estimular a economia dos pequenos municípios, a sobrecarga nos serviços públicos municipais de saúde, assistência social e segurança pública sustentam as principais críticas dos prefeitos à política de interiorização do sistema prisional no Estado de São Paulo.

que defender a tese de que a penitenciária não foi boa para a cidade. Eu ficaria feliz se fossem duas universidades! Quem lucrou foram três ou quatro comerciantes. Balbinos é pequena, conservadora, todo mundo se conhece, não tinha estrutura para receber os presídios”. BECKER, Clara. *Em falta: mulheres e homens soltos. Município do interior paulista registra virada populacional in revista Piauí*. São Paulo: Editora Alvinegra, edição 53, fevereiro de 2011.

³⁸² “A maioria dos presos é da capital, sem vínculos com a região. O que obriga mulheres, as que podem e têm dinheiro, a excursionarem pelo interior. Em muitas das 76 cidades com unidades prisionais há caravanas para os presídios”. NUNOMURA, Eduardo. *Presídios causam inchaço em cidades em SP*. Caderno de Notícias do Estadão. O Estado de São Paulo 28/10/2007.

³⁸³ “Edna Carneiro, de 43 anos, viu o risco que os três filhos corriam ao conviver com a violência paulistana. No fundo, temia que terminassem como o marido, que cumpre 13 anos de prisão. Fez as malas e mudou-se com a família para Balbinos, no oeste paulista. Descobriu que tem tudo para recomeçar a vida, de preferência longe do Primeiro Comando da Capital (PCC) que jurou de morte o companheiro. Como ela, mulheres de presos estão se mudando para o interior. ‘Aqui é tranquilo, não tem marginal, não tem violência. Tá tudo preso, né?’, graceja.” NUNOMURA, Eduardo. *Presídios causam inchaço em cidades em SP*. Caderno de Notícias do Estadão. O Estado de São Paulo 28/10/2007.

³⁸⁴ “Nove das dez cidades com maior presença masculina no país ficam em São Paulo e contam com penitenciária, como Álvaro de Carvalho, Guareí, Marabá Paulista, Reginópolis e Serra Azul” BANDEIRA, Luiza. Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.

³⁸⁵ “O prefeito de Reginópolis, Marcos Bastos (PMDB), queixa-se da alta no consumo de drogas entre os jovens”. BANDEIRA, Luiza. *Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo*. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.

Exemplos internacionais de implantação de prisões

O jornal *The New York Times*, em sua edição de 27/01/2008³⁸⁶, publicou matéria com notícia sobre a ansiedade gerada pela possibilidade de fechamento de prisões rurais para prisioneiros não violentos. O que aconteceria por conta da diminuição da demanda dessa “clientela”, processo ocorrendo desde 1996 nas prisões instaladas nos condados de Vermontville e Franklin³⁸⁷, na Região metropolitana de Nova Iorque³⁸⁸.

Apesar da referência do jornal a, somente, alguns poucos exemplos, a construção de unidades prisionais em áreas rurais dos EUA tem predominado nas últimas três décadas³⁸⁹. Desde os anos de 1960, muitas comunidades antes dependentes das demandas da produção agrícola dos EUA entraram em decadência econômica, e passaram a receber prisões como meio para superar um ciclo de depressão econômica e desemprego. Desde então, as prisões se tornaram sua principal fonte de sustento econômico e oferta de empregos. No entanto, uma implicação negativa é que muitas dessas comunidades pobres não conseguiram receber outros tipos de atividades econômicas, o que gerou uma dependência do sistema prisional, e novo temor de outro ciclo de desemprego, caso houvesse fechamento de algumas prisões com baixa demanda.

Além do objetivo de dinamizar regiões deprimidas economicamente, daqueles territórios antes utilizados para produção agrícola, há outros argumentos. Os planejadores das prisões em áreas rurais nos EUA tem se referido ao menor preço dos terrenos e às facilidades de construção e implantação da unidade prisional. Também costumam reconhecer a ausência de conflitos com a vizinhança (comum nos grandes centros urbanos densamente povoados), com o benefício de ainda criar maior dificuldade de fuga para os prisioneiros. Quanto mais despovoado for o entorno, mais se estende a área de intransponibilidade da arquitetura penitenciária local.

Outro estudo realizado sobre as prisões instaladas em quatro comunidades rurais da Pensilvânia também avaliou se havia desenvolvimento econômico pela implantação de novas

³⁸⁶ SANTOS, Fernanda. *Plan to Close Prisons Stirs Anxiety in Rural Towns* in *The New York Times* edição de 27/01/2008.

³⁸⁷ Uma dessas prisões de segurança mínima era *Camp Gabriels*, localizada no condado de Franklin, ao norte de Nova Iorque.

³⁸⁸ Para um estudo mais abrangente ver Holley, Willian. *Assessing the impact of prison siting on rural economic development. Tese de doutorado*. Georges Mason University, setembro de 2008.

³⁸⁹ Whitfield, Dexter. *Economic Impact of Prisons in Rural Areas. A Review of the Issues*. The European Services Strategy Unit. Setembro de 2008. 26p.

prisões (HANNAN, 2011). Uma das conclusões deste estudo é que as pessoas avaliaram a instalação das penitenciárias como um fator positivo se for feita o mais distante possível de suas residências. No entanto, as pessoas entrevistadas também avaliaram como positiva a criação de empregos nas localidades rurais.

As prisões - consideradas negócios rentáveis para esses pequenos condados rurais - criavam pressão para que fossem mantidas sempre cheias. *Já que estes prisioneiros tinham que vir de algum lugar*, geravam também um ciclo de maior persecução e aprisionamento de jovens nos grandes centros urbanos. A maioria deles, originária, principalmente, das comunidades com maioria étnica de afro-americanos, como demonstra o estudo da *Adler School Institute on Public Safety and Social Justice, and the Illinois Coalition for Immigrant and Refugee Rights* de 2012³⁹⁰. Um número desproporcionalmente elevado de prisioneiros provinha de um número muito pequeno de bairros localizados nas maiores cidades do país³⁹¹.

Na Inglaterra, outro estudo serviu para subsidiar o programa de expansão do sistema prisional britânico. Depois das mudanças, haveria acréscimo de 10,5 mil novas vagas ao sistema penal até 2014, ao custo total de 2,3 bilhões de libras esterlinas. Um dos objetivos desse estudo também foi compreender as implicações da implantação de uma prisão em área rural, desde a desvalorização das propriedades no entorno penitenciário, abrangendo questões de segurança pública e qualidade de vida local e regional (Whitfield, Dexter. Op. Cit, p. 4).

As principais referências utilizadas no estudo inglês basearam-se no conhecimento das consequências produzidas pela instalação de prisões em pequenos condados dos EUA³⁹², como a geração de empregos locais. Nesse caso, poucos funcionários das prisões passaram a residir em comunidades muito pequenas, não havendo distribuição de renda nem aumento do consumo local. No entanto, na escala geográfica do país, o processo como um todo tem movimentado um grande circuito econômico chamado por muitos autores de complexo industrial prisional, como será visto a seguir.

³⁹⁰ Adler School Institute on Public Safety and Social Justice; Illinois Coalition for Immigrant and Refugee Rights. (2011). *White Paper on Broken Logic: The Over-Reliance on Incarceration in the United States*, Chicago, IL: Author.

³⁹¹ Ibidem.

³⁹² Nos anos 1990, a cada ano foram abertas, em média, 25 novas prisões em condados rurais dos EUA. Ao final de um ciclo de expansão prisional, haviam sido construídas 245 novas prisões em 216 condados rurais norte-americanos.

O Complexo Industrial Prisional

“O complexo Industrial Prisional é a interação entre todos os interesses que contribuem para expandir o sistema prisional, alguns intencionalmente, alguns coincidentemente, mas todos por outras razões além de nossa segurança ou justiça”³⁹³.

Estes interesses têm como elemento comum obter vantagens econômicas da prisão, na forma de lucros crescentes, controle de recursos sociais e financeiros ou manutenção da propriedade. Há ainda vantagens com os ganhos diretos ou indiretos relacionados ao crescimento da audiência televisiva. E, em consequência, dos lucros com propaganda e da exploração midiática, muitas vezes sensacionalista, da questão penitenciária.

Independentemente da classificação, sob qualquer dimensão do complexo sistema formado pela integração indústria-prisão, o ser humano se torna muito menos importante do que o lucro³⁹⁴.

Em sua acelerada dinâmica territorial, o complexo industrial-prisional constitui-se em complicada trama político-econômica, cujos interesses maiores pressionam para haver expansão desenfreada do sistema prisional. E para que cresça além dos limites da racionalidade expressa nos discursos humanistas, mas sustentado por práticas que contrariam a crença na recuperação e reintegração social dos condenados. Ao mesmo tempo em que se utiliza de um discurso em defesa do aumento dos investimentos para expansão prisional, pois este seria um caminho válido para proteger a sociedade dos criminosos.

A prisão é vista como mais um negócio, como tem acontecido em relação ao sistema prisional francês, além é claro dos EUA. Por essa razão, na França o principal determinante para localização de uma nova prisão tem sido o custo da edificação³⁹⁵, apesar de outros fatores de

³⁹³ “The PRISON INDUSTRIAL COMPLEX (the PIC) is the interaction of all the interests who help expand the prison system, some intentionally, some coincidentally, but all for reasons other than our safety and justice. Most of them influence prison growth for reasons of their own profit: some profit in terms of cash-\$\$, others in terms of political power, control of resources and property, or good TV ratings. Some profit from the business of imprisonment, others from having people out of their way, "criminalized" and locked up. It's a system where profit is more important than people; where people are split along the lines of race, gender & culture so that their labor, resources & power can be exploited and monopolized, and prisons make invisible the damage done along the way. Is it a conspiracy? It doesn't have to be -- as this chart shows, each group's own interests are set up to GROW...” Fonte: <http://www.correctionsproject.com/prisonmaps/whatis.htm> acesso em 31/03/2013 (grifo nosso).

³⁹⁴ Ibidem.

³⁹⁵ « Le coût financier de l'édification d'un établissement est donc un élément déterminant dans le choix d'une implantation, mais il peut également être tenu compte plus largement de ses conséquences économiques » HERZOG-EVANS, Martine. *Op. Cit.*, p. 115.

menor peso também serem considerados (se a região é pobre, está em decadência ou localizada em área rural).

Um ex-governante francês chegou inclusive a considerar a possibilidade de implantação de prisões verticais em áreas mais densas e bem localizadas, como já acontece nos EUA. A mudança serviria para facilitar transferência dos presos, evitar rompimento de laços afetivos e familiares ou ainda permitir melhores condições de acesso à penitenciária por seus funcionários e fornecedores de bens e serviços³⁹⁶. Uma solução urbanística bizarra que, felizmente, ainda não foi adotada no Brasil.

As novas prisões podem aumentar a demanda por bens e serviços nos municípios ou regiões onde são construídas. É possível que aumente a procura por novas habitações para seus funcionários³⁹⁷, e sejam gerados alguns empregos indiretos com pequeno aumento no consumo local. Se a região possui baixa densidade populacional e do MTCINF, essas mudanças podem ser mais significativas, como ocorre em algumas localidades na França³⁹⁸.

A formação de um sistema ampliado de fornecedores de bens e serviços (alimentos, vestimentas, produtos de limpeza, serviços de água, luz, eletricidade, segurança), dentre muitos outros, gera enormes lucros para as empresas fornecedoras. Sendo elas, portanto grandes interessadas na implantação e expansão do sistema prisional.

No entanto, os estímulos para os diferentes circuitos espaciais da economia urbana são bastante diferenciados, caso sejam banais, ou altamente seletivos e especializados, como foi demonstrado a seguir.

³⁹⁶ « Mais c'est, Il est vrais, le moindre coût de l'implantation en zone défavorisée ou rurale qui peut paradoxalement conduire à la retenir. Les désavantages de cet éloignement (coûts importants pour les extractions ou transferts), difficultés à maintenir les liens familiaux, difficultés d'accès également pour les personnels, services, concessionnaires, etc.) Ont d'ailleurs conduit le présent gouvernement à songer à s'inspirer du modèle américain de 'prison verticale', qui serait au contraire construit sur un site unique, et pourrait alors être situé en ville, car il comporterait de nombreux étages » HERZOG-EVANS, Martine. *Op. Cit.* p. 114.

³⁹⁷ «Cependant l'installation d'une nouvelle prison peut aussi favoriser la construction de logements, nécessaires à l'emménagement des personnes qui y travaillent. Dans de toutes petites localités, cela peut être ressenti de manière très positive, au travers de ses effets sur le commerce ou la survie, voire la renaissance de certains services ». HERZOG-EVANS, Martine. *Op. Cit.* p. 114.

³⁹⁸ « Le perspective en termes de création d'emplois constituant souvent l'un des arguments clés pour soutenir le projet d'installation d'un nouvel établissement pénitentiaire et à le rendre désirable dans une localité déterminée ». Ibidem. p. 115.

*A prisão e os circuitos da economia urbana*³⁹⁹

Conceitos de uso mais banal na economia como cluster, enclave, ou aglomeração não favorecem o conhecimento das complexas dinâmicas espaciais da economia. Torna-se fundamental reconhecer os usos do território como recurso, deslize metodológico também cometido inúmeras vezes pelos geógrafos quando realizam pesquisas com referências teóricas sobre as *economias de aglomeração*⁴⁰⁰. As concentrações, especializações e fluxos econômicos que caracterizam subespaços devem ser considerados como circuitos econômicos com valoração espacial. Recurso de método utilizado para uma correta abordagem geográfica dos problemas econômicos e políticos relacionados às dinâmicas territoriais.

O circuito compreende a organização espacial de objetos geográficos ou processos econômicos em sua totalidade. Possui funcionamento sistêmico, com destaque para a composição e arranjo territorial de seus elementos constituintes, além das potencialidades relacionadas às localizações ou pelo modo como o território, em sua complexidade, torna-se também instância e modifica práticas econômicas.

No caso da prisão, enumerar todos os elementos que se constituem em torno de sua economia exigiria um esquema teórico que tornasse possível representá-la como componente central de um sistema formado por um conjunto maior de fixos e fluxos⁴⁰¹. A partir dela, também seriam considerados outros agentes econômicos (empresas e instituições), bem como as infra-estruturas e fluxos materiais e informacionais. Tarefa imensa, e bastante complexa, de se realizar nos campos da análise teórica e empírica. Portanto, o que se segue é uma síntese do esforço de se buscar esta totalidade dos circuitos econômicos que constituem o que se pode denominar como circuito espacial prisional e penitenciário.

³⁹⁹ “O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos hoje são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior. O circuito inferior, formado de atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região.” (SANTOS, 2004b, p. 22)

⁴⁰⁰ Elas decorreriam de ganhos de produtividade decorrentes da aglomeração de pessoas ou de atividades econômicas.

⁴⁰¹ “Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando a sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que, também, se modificam” (SANTOS, 2002, pp.61-62)

Em qualquer circunstância, “*seria possível dizer que a prisão não provoca efeitos na população da cidade que a recebe?*”(HERZOG-EVANS, *Op. Cit.*, 2009, 115). Naturalmente, não⁴⁰². Dependendo do tamanho da cidade, e das dimensões do território do município onde a prisão se instala, ela pode parecer *invisível* para a maioria dos seus habitantes. No entanto, ela provoca transformações significativas tanto no preço da terra, quanto no mercado imobiliário do seu entorno⁴⁰³. Nas regiões menores e menos complexas, essas mudanças podem interferir com mais intensidade nas dinâmicas espaciais locais.

O conceito geográfico que decorre da ideia de que *homens juntos geram economia* ainda atua no imaginário de alguns planejadores, ao considerarem a localização das novas unidades prisionais. Também são criadas expectativas de que a instalação ou funcionamento de uma nova prisão gere empregos, e traga outros benefícios econômicos para a localidade.

Um grande montante de recursos, chegando em pouco tempo, pode provocar mudanças bastante significativas na micro-economia local e regional durante o período de construção das unidades prisionais nos municípios do interior. O que pode não continuar a ocorrer nos médios e longos prazos.

Após sua construção, aumenta o fluxo de funcionários (pois ela se torna um importante empregador), a circulação de viaturas policiais (para escolta e transferência de presos), de promotores, defensores públicos, advogados particulares e juízes (?). Além do já reconhecido movimento pendular de familiares e vendedores ambulantes nos dias de visitas, principalmente nos finais de semana. Todos juntos também se tornam consumidores no comércio local, e estimularão o aumento das vendas dos fornecedores de produtos e serviços, diretos ou terceirizados, necessários ao funcionamento da nova penitenciária.

⁴⁰² “Reste qu’elle est un employeur important, génère des activités économiques, attire de nombreux tiers (familles, enseignants, livreurs, médecins, magistrats, etc) qui pourraient avoir besoin de se diriger lors de leurs premières visites La prison serait-elle sans effets sur les habitants de la ville ? Naturellement non. » HERZOG-EVANS, Martine (org).*Op. Cit.* P. 10.

⁴⁰³ “La prison peut donc être invisible bien qu’implantée dans une ville. Elle n’est cependant pas sans effets importants sur ses habitants. D’abord le prix du marché immobilier s’en trouve transformé ». *Ibidem*.

Circuito superior da economia prisional

O investimento direto do Estado na ampliação e garantia dos custos de funcionamento do sistema prisional configura um circuito superior da economia urbana. O qual é impulsionado por dois eventos principais – a construção das novas unidades, e a modernização das penitenciárias mais antigas.

Considera-se na análise do circuito superior a produção, difusão e consumo de tecnologias sofisticadas, as quais são exigentes de pesquisa e ciência de ponta, informação qualificada e grande volume de capital. Esse circuito é dinamizado quando ocorre uma modernização, completa ou incompleta, dos constituintes da configuração territorial. Movimento que também pode ocorrer pela substituição de velhas por novas tecnologias desenvolvidas em grande parte nos países de capitalismo avançado. As pressões políticas para melhoria da eficiência do sistema penal são molas propulsoras de cada nova modernização incompleta, tanto de todo sistema prisional, quanto de unidades penitenciárias isoladas.

Em relação ao volume de investimentos utilizados para modernização e expansão do sistema prisional paulista entre 2011 e 2013, a SAP publicou 14 novos editais para construção de novas unidades prisionais. Com um custo médio de 51 milhões de reais cada, serão gastos, aproximadamente, 720 milhões de reais somente no período de obras (Tabela 10).

Seria possível dizer que o sistema prisional paulista funciona de forma deficiente em relação à progressão de regime de pena, pois o número de unidades para cumprimento no regime semi-aberto é bastante desproporcional em relação às unidades de regime fechado (como as penitenciárias). No entanto, das 14 novas unidades em construção, serão construídas 8 penitenciárias e 4 CDPs, todas de segurança máxima que, nos atuais ritmos de aprisionamento somados ao déficit atual, ficarão lotadas muito rapidamente. Ou seja, amplia-se o fluxo de entrada no sistema, pela criação de novas unidades, mas o fluxo de saída, principalmente via sistema progressivo, continua afunilado.

Merece destaque a grande variação entre os valores de algumas unidades prisionais. O menor custo será da Penitenciária Masculina de Bernardino de Campos (37,1 milhões de reais), e o maior valor a construção do Centro de Detenção Provisória de Santos (78,2 milhões de reais). Ou seja, uma variação de 100%.

Tabela 10 – Unidades prisionais em construção por tipo, entre 2011 e 2013, e custo das obras⁴⁰⁴

Data da sessão Pública	Unidades em construção	Valor das obras (em milhões de reais R\$)	Documentos consultados (editais de concorrência e processos SAP)
11/03/2011	Penitenciária masculina de Bernardino de Campos	37,1	edital nº 001/2011 processo sap/gS nº 941/2010
06/ 07/2011	Centro de progressão penitenciária de Jardinópolis	62	edital nº 02/2011 processo sap/gS nº 629/2011
18/10/2011	Centro de detenção provisória de Icem	43,7	edital nº 07/2011 processo sap/gS nº 944/2011
16/01/2012	Penitenciária masculina de Mairinque	46,3	edital nº 009/2011 processo sap/gS nº 808/2011
10/04/2012	Penitenciária feminina de Mogi guaçu com ala de progressão penitenciária	63,2	edital nº 002/2012 processo sap/gS nº 1463/2011
25/10/2011	Penitenciária masculina de Piracicaba	44,6	edital nº 05/2011 processo sap/gS nº 878/2011
11/10/2011	Centro de detenção provisória de Riolândia	43,3),	edital nº 06/2011 processo sap/gS nº 919/2011
18 / 07 /2011	Penitenciária masculina de Taquarituba	40,2	edital nº 03/2011 processo sap/gS nº 692/2011
02/04/2012	Centro de progressão penitenciária de Porto Feliz	66	edital nº 001/2012 processo sap/gS nº 029/2012
30/11/2012	Centro de detenção provisória de Itatinga	47,4	edital nº 06/2012 processo sap/gS nº 1001/2011
06/11/2012	Penitenciária feminina de Guariba com ala de progressão penitenciária	60	edital nº 005/2012 processo sap/gS nº 1029/2012
31/10/2012	Penitenciária feminina de Votorantim com ala de progressão penitenciária	47	edital nº 004/2012 processo sap/gS nº 1234/2012
22/03/2013	Centro de detenção provisória de Santos	78,2	edital nº 001/2013 processo sap/gS nº 920/2011
24/08/2011	Penitenciária masculina de Florínea	40,8	edital nº 04/2011 processo sap/gS nº 794/2011
Total	14 novas unidades prisionais	~720	

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Elaboração: própria.

⁴⁰⁴ Editais abertos às empresas interessadas e disponíveis para consulta em www.sap.sp.gov.br acesso em março de 2013.

Essas diferenças gritantes de custos provavelmente encontram explicação nos gastos locais com mão-de-obra; nos valores de distintos materiais e tecnologias construtivas empregadas, ou de acordo com os níveis diferenciados de segurança entre as unidades prisionais, o que merece um aprofundamento da pesquisa em momento posterior⁴⁰⁵.

Modernizações incompletas do sistema prisional paulista

O desenvolvimento técnico e científico produz, rapidamente, obsolescência tecnológica, o que alimenta pressões políticas e econômicas por novas modernizações. No caso do sistema penal, as modernizações do território brasileiro têm servido, principalmente, ao interesse das empresas. As modernizações incompletas, atendendo suas demandas, e assimilando inovações tecnológicas, têm provocado diversas contradições, promovendo insegurança social e aumentando os gastos do Estado. Um exemplo é a difusão dos telefones celulares no interior das prisões.

Com a diminuição do preço unitário e sua produção em massa, parcelas crescentes da população, em todas as classes sociais, têm utilizado esta nova tecnologia de comunicação. Em paralelo às mudanças nos hábitos culturais, ocorrem novas formas de interação social e política. No entanto, a entrada clandestina dos aparelhos celulares (via funcionários corruptos, ou familiares) possibilita que os prisioneiros se comuniquem diretamente com o exterior⁴⁰⁶. Como o uso de telefones é proibido no interior das prisões, para evitar este tipo de transgressão as autoridades penitenciárias têm instalado bloqueadores de celulares nas penitenciárias.

No entanto, as modernizações parciais e incompletas do território brasileiro têm ocorrido com velocidade cada vez maior, causada pela expansão dos sistemas de telefonia celular no país. Com isso, os sinais eletromagnéticos – forma de transmissão das informações pelos celulares – passam a ser transmitidos em novas *frequências*. A cada vez que isso ocorre, os bloqueadores instalados nas prisões tornam-se obsoletos, perdendo sua eficiência e demandando nova modernização, com troca parcial de componentes ou sua completa substituição.

Essa corrida pela atualização tecnológica tem criado novos mercados, como o de empresas privadas contratadas pelo Estado para bloquearem celulares nas prisões. Elas devem se atualizar

⁴⁰⁵ Também não foram considerados custos dos terrenos onde serão construídas as novas penitenciárias.

⁴⁰⁶ Nas prisões de segurança máxima, de regime fechado, há censura das correspondências, e proibição no uso de telefones comuns e celulares.

rapidamente a cada mudança do paradigma tecnológico, para manter os sistemas estatais permanentemente funcionais, conforme revela matéria da Folha de São Paulo de 05/08/2013⁴⁰⁷:

Ao invés de comprar equipamentos bloqueadores, que em pouco tempo podem se tornar obsoletos por conta das novas tecnologias, o governo quer contratar empresas que bloqueiem o sinal. Dessa forma, mesmo com os avanços, essas empresas seriam obrigadas a se atualizarem para bloquear o sinal.

Esta corrida por atualização tecnológica, no campo da chamada segurança pública, tem resultado em gastos crescentes para modernização da polícia e das unidades prisionais. Alguns exemplos das novas tecnologias que têm sido empregadas pelo sistema prisional paulista podem ser vistos na TABELA 11.

Em razão de sucessivas modernizações incompletas, o sistema prisional paulista tem produzido crescente demanda para alguns tipos de equipamentos e sistemas tecnológicos tais como:

- Sistemas de câmeras CFTV digital (monitoramento interno das unidades prisionais)
- Sistemas de bloqueadores de sinal de telefone celular⁴⁰⁸
- Sistemas de monitoramento remoto de prisioneiros (tornozeleiras eletrônicas)
- Equipamentos de segurança e proteção individual (armas, coletes balísticos)
- Veículos especiais para transporte de presos⁴⁰⁹
- Licenças para compra e uso de softwares

⁴⁰⁷ Fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/08/1321692-governo-de-sao-paulo-quer-contratar-bloqueador-de-sinal-de-celular-para-presidios.shtml> acesso em 05/08/2013.

⁴⁰⁸ O problema maior é a corrupção de agentes que introduzem os celulares nas prisões, o qual não é enfrentado.

⁴⁰⁹ Devido à maioria dos presos ser de lugares distantes de onde têm sido construídas as novas unidades prisionais no Estado de São Paulo.

Tabela 11 – Editais para contratação de produtos e serviços servindo à modernização incompleta do sistema prisional.

Data do edital	Município	Objetos ou serviços a serem adquiridos	fontes
02/02/2011	São Paulo (sede da SAP), novas e antigas unidades prisionais do interior	Licenças existentes (5057), e aquisição de novas licenças (1000) da ferramenta de antivírus,	edital de pregão eletrônico cg nº 002/2011
22/07/2011	<i>CDPs de Taiuva; Pontal; Cerqueira César; Votorantim. Penitenciárias de Pirajuí; Guariba; Cerqueira César; I e II de Capela do Alto; Tupi Paulista; Tremembé.</i> <i>Centro de Progressão Penitenciária de São José do Rio Preto.</i>	Aquisição de transceptores portáteis VHF digital e aquisição com instalação de transceptores fixos vhf digital, com entrega imediata, destinados a implantação de novas unidades prisionais e reposição de equipamentos analógicos sem condições de manutenção	edital de pregão eletrônico cg nº 009/2011 processo sap/gs nº 718/2011
12/03/2013	Secretaria da Administração Penitenciária	Licenças e equipamentos de encriptação para rádios transceptores tait	edital de pregão eletrônico cg nº 003/2013 processo sap/gs nº 1931/2012
08/09/2011	Secretaria da Administração Penitenciária	Veículos de transporte de presos e de serviços	edital de pregão eletrônico cg nº 012/2011 processo sap/gs nº 492/2011
13/11/2012		Colete de proteção balística	edital de pregão eletrônico cg nº 012/2012 processo sap/gs nº 1233/2012
05/10/2011	Secretaria da Administração Penitenciária	Aquisição de desktop	edital de pregão eletrônico cg nº 013/2011 processo sap/gs nº 830/2011
18/10/2012	Secretaria da Administração Penitenciária	Aquisição, com instalação de equipamento de segurança de rede – firewall,	edital de pregão eletrônico cg nº 013/2012 processo sap/gs nº 307

			887/2012
13/09/2011	CDPs de Franca, Jundiaí, Taiúva, Pontal, Cerqueira César Penitenciárias de Tremembé, Tupi paulista, Votorantim, Pirajuí, Guaribá, Cerqueira César e Capela do alto.	Aquisição de colete de proteção balística	edital de pregão eletrônico cg nº 014/2011 processo sap/gs nº 715/2011
08/10/2012	Secretaria da Administração Penitenciária	aquisição, com instalação, e ativação da fonte de alimentação elétrica, ups / nobreak de 75 kva e ups / nobreak de 40 kva,	edital de pregão eletrônico cg nº 014/2012 processo sap/gs nº 888/2012
25/10/2011	Secretaria da Administração Penitenciária	aquisição de pacotes de licenças de diversos softwares (300 licenças cada: windows e microsoft office)	edital de pregão eletrônico cg nº 015/2011 processo - sap/gs nº 927/2011
09/11/2012	Secretaria da Administração Penitenciária	veículos de transporte de presos e de serviços (30 ambulâncias adaptadas; 40 veículos para transporte de 16 presos cada; 18 veículos tipo caminhonete com capacidade de transporte de 06 presos cada; 10 caminhões com carroceria)	edital de pregão eletrônico cg nº 015/2012 processo sap/gs nº 1143/2012
04/11/2011		aquisição com instalação e ativação da fonte de alimentação elétrica, ups / nobreak de 20 kva e ups / nobreak de 30 kva	edital de pregão eletrônico cg nº 016/2011 processo nº sap/gs: n.º 910/2011
10/10/2012	Secretaria da Administração Penitenciária	Aquisição com a instalação de equipamentos de áudio e vídeo (notebook; abbyy finereader 11 edição brasil em português (4 licenças). • adobe creative switch 5.5 (português ou inglês) (4 licenças). • microsoft pact. office 10. • microsoft windows 7 pro. • novo corretor aurélio - revisado conforme acordo ortográfico 2011 (12 licenças). mesa de som mixer 24 canais com equalizador e efeitos; microfone de mão sem fio com receptor frequências em uhf.	edital de pregão eletrônico cg nº 016/2012 processo sap/gs nº 1246/2012
08/11/2012	Secretaria da Administração Penitenciária	Aquisição de equipamentos de armazenamento de dados	edital de pregão eletrônico cg nº

			017/2012 processo sap/gs n° 853/2012
31/10/2012	Secretaria da Administração Penitenciária	Aquisição, com instalação, e ativação da fonte de alimentação elétrica, ups / nobreak de 75 kva e ups / nobreak de 40kva	edital de pregão eletrônico cg n° 018/2012 processo sap/gs n° 888/2012
17/11/2011	Secretaria da Administração Penitenciária	Aquisição com a instalação de equipamento de armazenamento em massa de dados, biblioteca “tape library	edital de pregão eletrônico cg n° 020/2011 processo n° sap/gs: n.º 1093/2011
14/12/2011	Centro de Readaptação Penitenciária de Presidente Bernardes,	Aquisição, instalação e adequação do sistema de circuito fechado de televisão – cftv	edital de pregão eletrônico cg n° 021/2011 processo sap/gs n° 1158/2011
14/12/2011	Penitenciária “mauricio henrique guimarães pereira” de presidente venceslau	Aquisição, instalação e adequação do sistema de circuito fechado de televisão – cftv	edital de pregão eletrônico cg n° 022/2011 processo sap/gs n° 1159/2011

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Outros equipamentos e instituições públicas – como escolas e unidades de saúde – não incorporam as inovações tecnológicas com a mesma velocidade. Pelo contrário, na maioria das vezes, funcionam de forma muito atrasada ou precária. No caso do sistema penal, o circuito superior da economia para sua modernização tem sido viabilizado diretamente pelo Estado. O que ocorre na contratação de empresas para construção, reforma e modernização, ou ainda pelo fornecimento de bens e serviços de alta tecnologia, com expressivo valor agregado, para novas e antigas unidades prisionais, além das pressões para modernização dos sistemas policial e judiciário. Dentre vários agentes políticos e econômicos desse circuito, podem ser citados:

- Construtoras (desenvolvimento de técnicas e tecnologias construtivas de infra-estruturas de vários níveis de segurança)
- Empresas fornecedoras de sistemas eletrônicos (trancas, câmeras de vigilância, sensores, braceletes e tornozeleiras eletrônicas para monitoramento à distância), e de *softwares*
- Fornecedores de redes e sistemas técnicos urbanos (fibra ótica, telefonia, sistema viário etc).

Há diversas outras demandas de serviços especializados, contribuindo para a constituição do circuito superior da economia. No campo dos serviços especializados, a contratação de empresas de locação de veículos e de seguros (com coberturas pessoais ou materiais). Além da contratação de seguros para os funcionários e para os veículos, muitos deles blindados e de alto custo, e que são utilizados pelos agentes prisionais (Tabela 12 a seguir).

Tabela 12 - Editais para modernização incompleta do sistema prisional – serviços/seguros e veículos.

Data do edital	Objetos ou serviços a serem adquiridos	Fontes
16/03/2011	Locação de veículos	edital de pregão eletrônico cg n° 003/2011. processo sap/gs n° 016/2011.
28/08/2012	Seguro para veículos oficiais	edital de pregão eletrônico cg n° 008/2012 processo sap/gs n° 455/2012
04/08/2011	Seguro para veículos oficiais	edital de pregão eletrônico cg n° 010/2011 processo sap/gs n° 576/2011
02/12/2012	Seguro de acidentes pessoais coletivos aos servidores SAP	edital de pregão eletrônico cg n° 018/2011 processo sap/gs n° 1078/2011
05/12/2011	Seguro de vida de acidentes pessoais aos estagiários da SAP	edital de pregão eletrônico cg n° 019/2011 processo sap/gs n° 1079/2011
28/11/2012	Seguro de vida de acidentes pessoais aos estagiários da SAP	edital de pregão eletrônico cg n° 019/2012 processo sap n° 1130/2012
14/01/2013	Seguro dos veículos blindados	edital de pregão eletrônico cg n° 022/2012 processo sap/gs n° 1612/2012
31/01/2012	Seguro dos veículos blindados	edital de pregão eletrônico cg n° 024/2011 processo sap/gs n° 1126/2011

Fonte:

SAP/SP. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Circuito inferior da economia prisional no interior paulista

A participação da prisão pode estimular, de diferentes modos, a reprodução do circuito inferior da economia urbana. Sendo, por princípio, de difícil contabilidade, esse circuito possui abrangência local ou micro-regional. Dentre diversas implicações espaciais decorrentes das atividades de baixa especialização relacionadas à economia da prisão, com pequena exigência de especialização ou concentração de capital, seria possível destacar:

- Aumento do comércio formal e informal de rua nos fins de semana no entorno da prisão, para atender aos visitantes
- Aumento da oferta de vagas em pensões, pequenos hotéis, repúblicas e aluguel de quartos
- Aumento do consumo de alimentos adquiridos em supermercados ou nas ruas, em pequenos bares, lanchonetes, ou vendidos por ambulantes
- Expansão do transporte informal particular (carona), informal, ou ilegal (clandestino) para transporte dos visitantes como táxis, vans e ônibus
- Aceleração na reprodução de formas de moradia das famílias dos presos que migram definitivamente

Os funcionários do Sistema Prisional: cargos e salários

Os circuitos econômicos locais e regionais também podem ser influenciados pelo consumo dos agentes penitenciários. Como é significativa a quantidade de empregos gerados pelo sistema prisional paulista, é de mesma proporção a injeção de recursos da massa de salários de seus funcionários nos municípios e regiões-sede das novas prisões.

Um contexto significativo da organização de um enorme sistema como o prisional é o tamanho de sua burocracia, dos sistemas normativos e dos seus operadores diretos.

Em dezembro de 2012, a folha de pagamentos do sistema prisional paulista contava mais de 34 mil funcionários, empregados pela SAP ou diretamente na gestão das 152 unidades prisionais (TABELA 13). Somente em salários, naquele mesmo mês, os operadores diretos do sistema prisional receberam quase 130 milhões de reais. Valores provavelmente gastos para sua

manutenção nos municípios e regiões onde estão localizadas as unidades prisionais. Apenas em salários, o governo estadual tem gasto cerca de 1,7 bilhão de reais a cada ano⁴¹⁰.

Tabela 13 – Tipos de cargo e total de funcionários do sistema prisional paulista em 2012⁴¹¹.

Cargos ou funções	Número de funcionários
Agentes de segurança penitenciária (classes I a VIII)	22.979
Agentes de escolta e segurança penitenciária	4.814
Oficiais administrativos	1.989
Diretores (I a III)	695
Agentes técnicos de assistência à saúde	619
Auxiliares de enfermagem	558
Oficiais operacionais	558
Diretores técnicos (I a III)	335
Auxiliares de serviços gerais	282
Diretores técnicos de saúde (I a III)	221
Assistentes técnicos (I a V)	174
Enfermeiros	162
Cirurgiões dentistas	155
Analistas administrativos	139
Médicos	133
Supervisores técnicos (I a III)	129
Assistentes I	94
Outros vínculos	53
Executivos públicos	42
Auxiliares de saúde	33
Chefes (I e II)	28
Técnicos de enfermagem	25

⁴¹⁰ Estimativa que não inclui gastos com benefícios legais como auxílios-médicos, previdência, e aposentadoria, dentre outros.

⁴¹¹ Fonte: portal transparência do Governo do Estado de São Paulo: <http://www.transparencia.sp.gov.br/> acesso em fevereiro de 2013.

Auxiliares de laboratório	24
Engenheiros I a IV	13
Técnicos de laboratório	13
Analistas sócio-culturais	12
Assistentes técnicos de coordenação	12
Assistentes técnicos de gabinete (I e II)	10
Assessores técnicos de gabinete	09
Procuradores (III a V)	08
Coordenadores	06
Assistentes de gabinete (I e II)	04
Supervisores equipes técnicas de saúde	03
Agentes de saúde	02
Assistentes técnicos de coordenação de saúde	02
Encarregados I	02
Arquiteto	01
Chefe de gabinete	01
Coordenador de saúde	01
Engenheiro agrônomo VI	01
Secretário de Estado	01
Secretário Adjunto	01
Total	34.343

Fonte: Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Elaboração: James H. Zomighani Jr.

No ano de 2012 havia, em média, um funcionário para cada cinco presos⁴¹². No entanto, torna-se tarefa complexa a análise de produtividade ou da relação ideal de funcionários por presos, ocorre por conta dos poucos dados disponíveis. A SAP fornece apenas a relação de cargos que constam em sua folha de pagamento, e não a relação de horas trabalhadas por mês em cada

⁴¹² Segundo a Secretaria de Administração Penitenciária-SAP, em abril de 2012 havia 188.518 pessoas encarceradas no Estado de São Paulo (182.001 sob custódia da SAP, e outras 6.517 da SSP).

uma das funções existentes. Ou revela as dificuldades inerentes às diferentes funções exercidas no sistema prisional paulista.

Privatização penitenciária e aumento das desigualdades

Diante da consideração da prisão como um negócio, torna-se importante refletir sobre a polêmica em torno da privatização penitenciária. Prisões privadas já em sido utilizadas em outros países e estados brasileiros, como foi demonstrado a seguir. Não faz parte dos objetivos da tese discutir as melhores formas de gestão penitenciária, se pública ou privada, pois ambas possuem virtudes e vícios. No entanto, a breve análise feita sobre a questão procurou considerar como um processo de privatização penitenciária poderia, levado às últimas consequências, ampliar desigualdades espaciais em São Paulo e no Brasil.

Um dos ventos nefastos da onda neoliberal que soprou com bastante força em um dos países berço do neoliberalismo – os EUA - foi a privatização das prisões, opção política, econômica e jurídica que promove diversas contradições. A primeira delas, talvez a mais relevante, seja o fato do Estado – que possui o monopólio da punição - delegar a execução da pena privativa de liberdade a terceiros, no caso, empresas interessadas, somente, em viabilizar seus negócios. E, para elas, quanto mais presos melhor. E quanto mais repressiva for a polícia, mais garantias terão de que as novas prisões ficarão cheias mais rapidamente, o que cria enorme pressão econômica no funcionamento do sistema penal.

Há nessa questão embate entre a ética e a economia, ou seja, envolve discutir com seriedade como pode ocorrer favorecimento econômico de empresas a partir exploração econômica da miséria, do aprisionamento, do crime. Visando o ganho de mercado, e lucros cada vez maiores, haverá uma gama de interessados nas situações que, como popularmente se diz, quanto pior para a maioria (mais crimes, mais presos), melhor para alguns poucos (os empresários que exploram a prisão como negócio privado).

Torna-se também necessário considerar que prisão no Brasil não seria apenas mais um negócio banal. Do ponto de vista do tamanho do negócio que poderia ser gerado, os números demonstram o contrário. Se todas as prisões do país fossem geridas por empresas privadas, o volume de recursos pagos a elas pelo Estado seria de, aproximadamente, 1,35 bilhão de reais

mensais⁴¹³. Sem considerar nesse cálculo a modernização e construção de novas unidades prisionais.

Esses valores elevariam a gestão penitenciária privada como um dos maiores e mais promissores negócios do país. O consumo anual de recursos públicos seria de 16,2 bilhões de reais, apenas com os repasses por prisioneiros, fora outros gastos como reforma e reaparelhamento das unidades prisionais. Esta movimentação e consumo de recursos públicos colocaria as empresas gestoras das prisões privadas no patamar das maiores empresas brasileiras como Petrobrás, Ipiranga, Vale do Rio Doce e AMBEV, por exemplo, e à frente dos grandes bancos como Bradesco, Unibanco, Itaú, dentre outros⁴¹⁴.

No entanto, nos alerta Loicq Wacquant (2001), *a privatização das prisões e criminalização da pobreza é um perigoso caminho que o Brasil está tentado a seguir. Começa-se a importar discursos, e há tentativa de, depois, importar as políticas*.

Não será preciso argumentar que, se um dos objetivos do Estado for, ao longo do tempo, o de diminuir as desigualdades, a privatização se mostra como um caminho equivocado. Além de oferecer custos de gestão prisional privada superiores aos praticados pelo Estado, em um país como o Brasil, esses valores poderiam ser mais bem utilizados em outras áreas com demandas crescentes como saúde, cultura e educação.

⁴¹³ Tomando-se como base os valores pagos pelo Estado de Minas Gerais – MG para a empresa gestora da prisão privada inaugurada em Ribeirão das Neves em janeiro de 2013, de 2,7 mil reais por prisioneiro por mês. Essa unidade prisional foi considerada modelo para outras parcerias futuras entre o Estado de MG e as empresas.

⁴¹⁴ Para ver o ranking feito pela Forbes que apresenta o capital produtivo e o lucro das empresas e que se encontra disponível em http://www.forbes.com/global2000/#p_1_s_a0_All%20industries_Brazil_All%20states acesso em 11/03/2013.

Prefeitos e prisões

Parte dos prefeitos de municípios estagnados economicamente considerou a como o sistema prisional pode gerar emprego e renda para a população local, bem como outros benefícios indiretos ao município como estímulo ao comércio, ou aumento na transferência de recursos estaduais.

Os principais beneficiários desse processo têm sido pequenos comerciantes como proprietários de hotéis, pousadas, pequenos restaurantes, supermercados, e donos de táxis. Eles passaram a atender tanto os funcionários quanto as famílias dos presos nos finais de semana, quando há visitas. Segundo reportagem do jornal Valor Econômico de julho de 2012, parte significativa desses municípios possui cidades com contextos muito particulares, dentro dos quais as prisões têm se tornado sinônimo de oportunidades:

Originadas da expansão da cafeicultura, essas cidades possuem economia baseada principalmente na agricultura. No núcleo urbano, a prefeitura é quase sempre o principal empregador. A instalação de presídios trouxe nova oportunidade de emprego e elevou a renda em circulação nas cidades. O estímulo à economia foi evidente para os moradores⁴¹⁵.

Este processo tem ocorrido em municípios como Balbinos⁴¹⁶, Reginópolis, Avanhandava, dentre outros que receberam penitenciárias nos últimos anos. O descaso do Estado na oferta aos presos de produtos de necessidade básica como alimentos e produtos de higiene, tornou-se outro dos motores de dinamismo da economia local como ocorreu em Balbinos:

Nos fins de semana, as mulheres de presos lotam Balbinos. Elas gastam entre R\$ 100 e R\$ 200. Montam na cidade o ‘jumbo’, formado de alimentos, refrigerantes, cigarros e produtos de limpeza. E têm de cozinhar nas pousadas, que oferecem fogão a R3, jantar a R\$5 e cama a R\$15. A maioria vem de excursão, cuja passagem de ida e volta custa R\$70 para quem parte de São Paulo (NUNOMURA, 2007).

⁴¹⁵ “O Valor visitou quatro das nove cidades da região da Nova Alta Paulista, onde num raio de 90 quilômetros foram instaladas 11 unidades prisionais a partir de 1998. Pracinha, que tinha 1.431 habitantes antes do presídio, em 2000, ganhou mais de 1.400 novos moradores e alguns empregos de agente penitenciário com salário de R\$ 2 mil, nada mal para a região. Uma pesquisa feita na Unicamp mostra que os presídios provocaram impacto demográfico, econômico e social na região. O movimento de visitas aos presos aumenta o faturamento de bares, restaurantes e hotéis”. *Presídios geram negócios e empregos no interior de SP*. Jornal Valor Econômico. 07/12/2012.

⁴¹⁶ “A cidade nunca teve hotel, nem nos saudosos tempos quando ali se plantava café. Quem quiser conhecer o paraíso de antanho precisa se hospedar em uma das quatro pensões adaptadas à nova clientela. A primeira pergunta dirigida ao visitante desavisado soa ininteligível: “Você quer uma P1 ou P2? As pensões P1 são as que abrigam as mulheres dos presos da Penitenciária I, isto é, aqueles excluídos do Primeiro Comando da Capital, o PCC. Já as P2 abrigam as mulheres dos presos da Penitenciária II, membros do PCC. Por ordem expressa dos detentos, é prudente não se misturar”. BECKER, Clara. *Em falta: mulheres e homens soltos. Município do interior paulista registra virada populacional in revista Piauí*. São Paulo: Editora Alvinegra, edição 53, fevereiro de 2011.

A própria dinâmica pendular que regula as visitas à prisão, sempre aos finais de semana, tem favorecido pequenos comerciantes locais, proprietários de microsupermercados e de lojas que comercializam alimentos e produtos de higiene e limpeza. Antes eram dependentes, apenas, do consumo das famílias locais de Balbinos:

Sorte de Ailton Carlos Rigoto, dono do Serv Bem. O supermercado existe há 15 anos, mas até antes do presídio Ito, como o microempresário é conhecido, só tinha um carro, ‘um gol quadrado’. Hoje tem outros três novos. Seu comércio é o posto de abastecimento para as mais de 200 visitantes. ‘Como comerciante, melhorou muito, mas não digo pelo resto da cidade. A maioria do povo brasileiro é preconceituoso, e não vê que se estão presos é porque estão pagando pelos crimes (Ídem).

Se for possível alguma comparação, o fluxo de visitantes para algumas penitenciárias existentes na França, principalmente nos finais de semana, também estimula o desenvolvimento econômico local. Principalmente do comércio e dos serviços como transporte, pensões, pequenos hotéis e restaurantes, no município sede da prisão ou em seus arredores⁴¹⁷. Dinamismo semelhante também tem ocorrido em Pracinha, município paulista localizado no extremo Oeste do Estado de São Paulo, a 600 km da capital:

A demanda gerada pelas “visitas” rende a Cida, como se apresenta a dona do restaurante, um faturamento adicional de R\$ 700 por semana, sendo R\$ 250 de lucro líquido. “A gente é fraco, mas também tem gasto”. Enrolando coxinhas com massa de mandioca – as preferidas dos fregueses – ela explica que serão vendidas para as mulheres dos detentos, que chegam à cidade nas sextas-feiras para a visita liberada no fim de semana⁴¹⁸.

Este dinamismo local também tem sido desejado em Junqueirópolis, pequeno município de cerca de 20 mil habitantes localizado no extremo Oeste do Estado de São Paulo⁴¹⁹. E constituiu-se na razão de parte dos comerciantes que defendem a construção de mais penitenciárias na região, pois

“Tivemos oportunidade de ver o começo da construção do presídio e até fornecemos café da manhã para a obra”, conta com ares saudosos Gisele da Silva Correa Árabe, lembrando o período em que levantavam as primeiras paredes da penitenciária de

⁴¹⁷ «Une municipalité peut en revanche espérer d’autres formes de bénéfices économiques du fait de l’installation d’une nouvelle prison. Les personnels et visiteurs présents sur son site peuvent contribuer à ‘faire marcher le commerce’. Cela se traduit concrètement par l’augmentation de la fréquentation et de l’utilisation de troquets, de restaurants, de magasins et boulangeries, de transports (en commun), d’hôtels, etc ». Ibidem. p. 116.

⁴¹⁸ Presídios geram negócios e empregos no interior de SP. Jornal Valor Econômico. 07/12/2012.

⁴¹⁹ Junqueirópolis antes da Penitenciária possuía como fonte de renda, principalmente, uma agricultura significativa, além do pequeno comércio local, com destaque para a produção de acerola, uvas finas de mesa e, nos últimos anos, um grande avanço das plantações de cana-de-açúcar.

Junqueirópolis, instalada em 1998. Gisele, que administra com o marido uma padaria na rua principal da cidade de Junqueirópolis, conta que, desde então, a unidade prisional tem sido fonte de vendas adicionais. As mulheres em visita aos detentos formaram um novo público, conta Gisele, mas no começo, lembra, houve pequenos furtos na padaria. “Com o tempo criou-se um vínculo”, dis Gisele. “Eram poucas as mulheres que faziam isso, e as outras perceberam que isso poderia prejudicá-las. Hoje, não temos problemas com elas”.⁴²⁰

Muitos outros casos poderiam ser analisados. No entanto, foram escolhidos apenas alguns dos mais significativos, os quais serviram para analisar como ocorre dinamismo econômico no circuito inferior da economia a partir da implantação de penitenciárias em pequenos municípios do interior do Estado de São Paulo.

Excursões e famílias

A organização de excursões é uma forma de diminuir custos de transporte, e superar as longas distâncias para visitar familiares em unidades prisionais distantes.

Para se conhecer a importância dessas excursões para geração de movimento e fluxos em direção aos pequenos municípios do interior, foram mapeados diversos roteiros e conexões. Todos eles com fluxos originando-se em municípios maiores (como São Paulo, Campinas, Ribeirão Preto, Santos) em direção a outros menores como Guareí, Getulina, Lucélia, Balbinos, dentre outros localizados no interior do Estado.

A organização dessas excursões tem sido feita por pequenos empreendedores. Eles encontram-se nas cidades maiores, onde disponibilizam informações sobre custos, trajetos e regras de visita tanto de maneira informal (no conhecido *boca-a-boca*), quanto pelo uso de fóruns e sites na internet⁴²¹.

A rotina dos viajantes (na maioria mulheres) não é fácil, o que acaba por se tornar uma condenação indireta para as famílias, dentre outros visitantes. Ao construir penitenciárias em

⁴²⁰ *Presídios geram negócios e empregos no interior de SP*. Jornal Valor Econômico. 07/12/2012.

⁴²¹ Esses sites serviram para a coleta das informações sobre os roteiros das excursões, material utilizado para a elaboração do mapa de fluxos das grandes cidades em direção às penitenciárias instaladas nos centros urbanos menores do interior. São eles: http://www.atrasdasgrades.com.br/p/transportes_05.html e <http://jus.com.br>. Algumas informações também foram obtidas em páginas de redes sociais como o Orkut (por exemplo, com a comunidade “A Estrada da Vida Loka” – acesso pelo link <http://www.orkut.com.br/Main#Community?cmm=119659383> em 04/04/2013 – uma comunidade *fechada* (informações disponíveis apenas para membros aceitos por convite) da proprietária virtual *Tatiana* que organiza excursões da Baixada Santista para penitenciárias de cidades como Pracinha, Lucélia e Osvaldo Cruz, por exemplo).

locais distantes, o Estado submete as famílias dos presos a uma dura e custosa rotina, como pode ser facilmente percebido no relato a seguir:

São cinco horas da tarde na praça ao lado do terminal Barra Funda, na capital paulista. É uma sexta-feira e muitas mulheres começam a chegar, carregadas de sacolas e muitas crianças. Algumas chegaram bem mais cedo. O comércio de vendedores ambulantes no local também é muito específico. Sanduíches naturais, chocolates, sacolas transparentes e cigarros, muitos cigarros. E é assim toda sexta-feira na praça. Estas mulheres enfrentarão seis, nove horas de viagens para chegar aos seus destinos. Mirandópolis, Reginópolis, Hortolândia, Lavinia, Ribeirão Preto, Paraguassu, Avaré... Em cada canto da praça, um itinerário. Bolsas são marcadas com os nomes e a espera é longa. Enquanto isso, muita conversa. São namoradas, esposas, mães que cumprem pena junto com seus maridos e filhos. Muitas mulheres, muitas histórias. Todas elas se submetem a revistas íntimas humilhantes, a sacrifícios financeiros e pessoais, e mantêm segredos com a família e amigos para continuarem sustentando um relacionamento com presos. Patrícia* tem 22 anos, mas encara essa realidade desde os 18, quando o seu namorado, dois anos mais velho, foi preso. “É horrível, terrível. Já desisti, voltei a visitar, engravidei com 19 anos. Amo muito ele e vou esperar.” E assim é também para Letícia*, 31, Elaine, 27, Márcia*, 24, Maria*, 62, Selma*, 42, Gláucia, 23, Karina*, 22, Sílvia, 47, e muitas outras mulheres que vivem entre o amor e as grades. A espera de anos e horas. Ao chegarem à praça, elas pegam uma senha que vale para a entrada no presídio. Selma, por exemplo, preferiu chegar às 13h para garantir a senha número 1 na visita ao marido de 40 anos, preso há sete. (...) Os cuidados nas viagens são muitos. Sílvia, que está com o marido de 43 anos preso há seis, explica que quando pode ir de carona com algumas amigas de carro, ela prefere, mesmo gastando um pouco mais. Ela explica o motivo. “Quando acontece alguma blitz no caminho algumas mulheres que estão levando drogas podem jogar nas suas coisas e daí você leva a culpa. Conheço muita mulher que foi presa por conta das outras.” Por isso, as orientações de quem organiza os ônibus e também dos presos para o uso de sacolas e bolsas plásticas transparentes. Na blitz, as mulheres são levadas à base móvel e despidas. Karina, que teve seu primeiro contato com o sistema penitenciário há três anos, conta que algumas vezes “teve até cachorro farejando a gente. É muito constrangedor. E ainda ter que passar por isso de novo na cadeia”. Saindo entre as 20 e 22h, costumam chegar às cidades onde estão os presídios entre 2 e 4h da manhã. No estado de São Paulo existem 85 penitenciárias masculinas, incluindo os Centros de Detenção Provisória, que acabam nem sendo tão provisórios assim. Sem contar as colônias e as cadeias públicas, onde estão os presos prestes a sair em liberdade. Ao chegarem aos seus destinos na madrugada, não há descanso. A maioria vai para as pensões e começa a se preparar. Poucas conseguem dormir antes de ir para a porta da cadeia. E quem prefere não compartilhar este momento e espaço com outras mulheres fica em hotéis ou chega até a alugar casas. Mas estas são raras. (...) Mas há quem não vá para pensão nem para abrigo nenhum. As histórias de dormir na porta da cadeia são muitas. Ao relento ou em barracas. Patrícia passou um tempo indo visitar o marido e acabava dormindo numa cobertura em uma avenida bem próxima ao presídio para pegar uma senha menor. “Os carros ficavam passando, cachorro latindo. Já ouvi muito comentário. Me chamaram de puta, de guerreira...”, conta. “Imagina tudo isso em dia de chuva? Mulher de preso não existe pra eles”, afirma Selma. As revistas vexatórias. Ainda às quatro da manhã, as filas nas portas dos presídios já estão formadas e continuam a crescer. A pior parte ainda está por vir. A revista íntima e a revista do *jumbo*⁴²². Com o

⁴²² Material de limpeza, higiene e alimentação que as famílias levam para seus familiares, procurando suprir as carências devido ao não fornecimento, ou à insuficiência em quantidade ou qualidade dos produtos básicos que deveriam ser fornecidos pelo Estado. Uma estimativa feita a partir de todas as informações que colhi em sites, blogs e fóruns para visitas feitas entre 2010 e 2012, em um roteiro Capital-interior, os custos médios por mulher ficavam

aumento do número de celulares dentro dos presídios, em 1992 o governo do estado de São Paulo passou a implementar as revistas íntimas, que consistem no desnudamento e agachamento. Maria, de 62 anos, que está com seu filho de 31 preso há 10 anos, se enfurece. “É muita humilhação. Tem ginecologista que não faz isso! É a maior falta de respeito”. Mesmo sendo proibido realizar uma espécie de exame de toque, alguns relatos escapam da boca das mulheres. “A gente tem que agachar três vezes de frente e três vezes de costas. Quando implicam com alguma pessoa é um constrangimento enorme. Daí elas querem que você abra bem as pernas, abrem com a mão, pois elas querem ver lá dentro mesmo”, conta Márcia, que entre termos e voltas com o namorado de 27 anos, enfrenta o final de semana em porta de cadeia há oito⁴²³.

Outra forma de penalização das famílias dos presos - geralmente pobres e com poucos recursos - é gasto total para realizar as visitas, elevados pela somatória de custos com transporte, pensão e *jumbo*:

Para Gláucia, nem é a revista íntima sua maior indignação. “A maior humilhação é ter que jogar comida fora. Você tira da sua casa, da boca do seu filho. Colocar a comida em plástico também não dá. Eu não tô levando comida pra cachorro”, protesta. Márcia também já passou pela mesma situação. “Em muito lugar que passei, o pessoal pedia para tirar a comida do tupperware e despejar dentro dos saquinhos plásticos. Eles não são porcos para comer lavagem.” As exigências são muitas. O *jumbo* tem que ser preparado com o maior cuidado, caso contrário, muita coisa não entra e deve ser jogada fora. Três sabonetes, daqueles transparentes, três rolos de papel higiênico, pois os que dão lá parecem uma lixa, dizem elas. Creme dental, só o branco. Pacotes de biscoitos e doces devem ser levados em sacos plásticos transparentes, com limite de peso. Estas especificações variam pouco entre os presídios. Raríssimos têm balança, assim a quantidade de peso é determinada “no olho” do agente, o que pode gerar confusão. Mas elas sabem que qualquer complicação ou briga com algum funcionário neste momento pode implicar consequências para o marido preso, por isso, a receita é ser paciente. “Aguentamos tanta coisa pra poder entrar”, diz Elaine.

A contabilidade total dos gastos é muito difícil de ser mensurada. Mas, é possível afirmar que o sistema prisional paulista, como está organizado no período atual, traz enormes ônus financeiros, materiais e emocionais para as famílias dos presos dos grandes centros urbanos. Ou daqueles transferidos, muitas vezes aleatoriamente ou como forma de punição para penitenciárias construídas em municípios distantes da capital do Estado e dos seus locais de origem, como pode ser visto nos QUADROS 04 e 05.

entre R\$ 120 e R\$ 300 por cada final de semana de visita. Um valor bastante alto, considerando-se a origem social e a baixa renda da grande maioria das famílias dos presos (Grifo Nosso).

⁴²³ FIDELES, Nina. *Entre o amor e as grades de 11/07/2011*. Disponível em <http://www.estadodedireito.com.br/2011/07/11/entre-o-amor-e-as-grades/> acesso em 04/04/2013.

*Distâncias percorridas para realização das visitas em fins de semana*⁴²⁴

QUADRO 4 - Distância em km entre São Paulo (capital) e penitenciárias do interior⁴²⁵.

Distância percorrida	Municípios
Até 100 km	-----
Entre 100 e 200 km	Hortolândia, Potim, Tremembé
Entre 200 e 300 km	Avaré, Casa Branca
Entre 300 e 400 km	Ribeirão Preto
Entre 400 e 500 km	Avanhandava, Getulina, Lavínia, Paraguaçu Paulista, Reginópolis
Entre 500 e 600 km	Martinópolis, Mirandópolis, Osvaldo Cruz, Presidente Bernardes, Riolândia, Valparaíso
Entre 600 e 700 km	Dracena, Flórida Paulista, Junqueirópolis, Marabá Paulista, Pacaembu, Presidente Venceslau

Elaboração: James H. Zomighani Jr.

O quadro 4 permite observar que a maior parte das excursões destina-se às penitenciárias localizadas em municípios localizados a mais de 400 km de distância da Capital do Estado. O ônus financeiro e social da visita recai totalmente sobre as famílias, bem como qualquer tentativa de transferir o preso para uma penitenciária mais próxima de sua residência, (o que depende de pedido formal feito pela família, diretamente ao diretor da unidade prisional.

O pedido deve, obrigatoriamente, ser feito por meio de carta, cujo modelo é de domínio apenas de advogados que atuam na área criminal (Ver ANEXO). Este tipo de pedido e forma de contato família-direção penitenciária soaria irônico, não fosse trágico o conhecimento de que não existem unidades prisionais suficientes para abrigar todos os presos próximo da capital ou RMSP, locais de origem da maioria dos presos.

Uma certeza é que a condenação prejudicará financeiramente a família do preso que, na grande maioria dos casos, já vive em estado de enorme carência material.

⁴²⁴ Cálculos de distâncias entre municípios feito com apoio da ferramenta encontrada no site <http://www.distanciaentreasidades.com.br> e também <http://maps.google.com.br>

⁴²⁵ Fonte: informações sobre destinos das visitas obtidos em sites onde visitantes das penitenciárias informações sobre transporte como http://www.atrasedasgrades.com.br/p/transportes_05.html b e <http://jus.com.br>

QUADRO 5 - Distância em km entre campinas e penitenciárias do interior.

Distância percorrida	Municípios
Até 100 km	-----
Entre 100 e 200 km	
Entre 200 e 300 km	Bauru
Entre 300 e 400 km	Álvaro de Carvalho, Balbinos, Marília, Pirajuí
Entre 400 e 500 km	
Entre 500 e 600 km	Dracena, Flórida Paulista, Irapuru, Junqueirópolis, Lucélia, Martinópolis, Osvaldo Cruz, Pacaembu, Pracinha, Presidente Bernardes
Entre 600 e 700 km	Marabá Paulista

Elaboração: James H. Zomighani Jr.

Como é comprovado na análise do QUADRO 05, mesmo partindo-se de Campinas, município do interior do Estado localizado a 90 km da capital, a maioria dos destinos encontra-se entre 500 e 600 km de distância. Outras situações que não constam do quadro: Santos a Lavínia, Lucélia, Osvaldo Cruz e Pracinha (656 km, 655 km, 643 km, 674 km respectivamente). Não é sem razão que alguns diretores de unidades prisionais usam essas grandes distâncias para – por meio de chantagem - controlar diversas situações e crises no interior das unidades prisionais, ao ameaçarem os presos considerados problemáticos de transferência para lugares cada vez mais distantes⁴²⁶.

Para representar o fluxo pendular dos visitantes, foram elaborados os MAPAS 44 a 47. Eles representam os deslocamentos feitos entre locais de origem das famílias e as penitenciárias, em finais de semana, quando há visitação. Os dados referem-se às visitas realizadas no ano de 2012:

⁴²⁶ Informações obtidas por meio de conversas não registradas com prisioneiros e ex-prisioneiros que preferem não ser identificados, e realizadas em diferentes datas ao longo da pesquisa.

MAPA 44 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origem na capital do Estado (município de São Paulo).

Fonte: Sites e fóruns de comunicação dos visitantes dos presos: <http://jus.com.br> e www.atrasedasgrades.com.br
Elaboração cartográfica: James Humberto Zomighani Júnior.

MAPA 45 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origem em Campinas.

MAPA 46 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origens em Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Piracicaba.

MAPA 47 - Estado de São Paulo: destino das excursões semanais para penitenciárias do interior com origens na Baixada Santista, São Paulo, Ribeirão Preto, Campinas, Americana, Santa Bárbara D'Oeste, Limeira e Piracicaba.

Fonte: Sites e fóruns de comunicação dos visitantes dos presos: <http://jus.com.br> e www.atrasedasgrades.com.br
 Elaboração cartográfica: James Humberto Zomighani Júnior.

Rompimento de vínculos sociais

Imagine-se um amigo, ou parente, conhecido desde a infância, com o qual, um dia, por algum fato inesperado, os encontros vão se espaçando, tornando-se cada vez mais raros. Antes, se viam todo dia. Depois, somente uma vez por semana. Outras dificuldades aparecem, e os contatos tornam-se mensais, depois trimestrais, semestrais, até que, um dia, pararam de se ver. A vida de cada um seguiu novos rumos. E os vazios abertos pela ausência do outro passaram a ser, imediatamente, preenchidos por novos fatos, novas amizades, novos conteúdos.

A história acima é ficcional, mas ilustra o que ocorre com parte significativa dos presos paulistas. Como as penitenciárias têm sido construídas em municípios localizados em regiões cada vez mais distantes, o Estado não garante direitos ao punir também a família, por privar o preso do seu convívio, afastando-o dos círculos de relações interpessoais que possuía. A distância física impõe nova pena, não contida nos códigos. O Estado dificulta o vínculo com a família, ao ter como estratégia a construção de prisões em áreas distantes.

Concomitantemente ao afastamento da família, abre-se um tempo na vida do condenado, o qual vai sendo ocupado por todos os conteúdos da prisão. O preso passa a estabelecer novos contatos, amizades e, até mesmo, projetos. São a eles que o preso irá recorrer quando colocado em liberdade, sem acompanhamento ou apoio do Estado, caso tenha sido abandonado por sua família⁴²⁷.

As implicações decorrentes da interiorização do sistema penitenciário em São Paulo, bem como as dificuldades de locomoção da família pobre para visitar seu parente aprisionado, não são elementos que têm sido considerados pelo Estado. Se as tecnologias possibilitam administrar um bem à distância, ou realizar contatos sociais esporádicos, o mesmo não se pode dizer das relações pessoais. Por isso, uma das piores consequências do distanciamento forçado será a ruptura afetiva, muito mais difícil de organizar à distância, consequência já observada em prisões da Espanha e EUA⁴²⁸, dentre outros países, como agora ocorre em São Paulo⁴²⁹.

⁴²⁷ “Le maintien des liens familiaux, pour des personnes mises à l’écart de la société pendant un certain temps revêt un enjeu fondamental. Ces liens sont doublement indispensable : d’une part pendant la détention ils peuvent permettre au détenu de conserver un équilibre psychologique et affectif, d’autre part ils lui assurent un soutien et une prise en charge lorsqu’il retrouve la liberté. » (GARCIEN, 2005. p. 67).

⁴²⁸ “La détention constitue une rupture. La rupture matérielle gène sans nul doute des difficultés mais il demeure possible de gérer un patrimoine à distance. Inversement, la rupture affective est beaucoup plus difficile à organiser » Idem, p. 68

No caso do sistema prisional, a história não chegou ao fim, pois há outras possibilidades de enfrentamento das contradições sociais que não, exclusivamente, pela via da repressão penal. As resultantes da expansão atual do sistema penal com aumento no número de prisões têm se mostrado como equívocos, pois ampliam desigualdades espaciais, aumentam a violência e a sensação de insegurança social.

Para mudar seus rumos, torna-se necessário um esforço maior para desenvolver soluções políticas para as questões estruturais e conjunturais relacionadas às desigualdades, e que se encontram nas raízes do problema penal no Brasil. Demonstrar algumas dessas possibilidades constitui-se no objetivo principal da parte 3 desta tese.

⁴²⁹ Torna-se bastante provável que o grande fluxo de entrada e apreensões de telefones celulares nas prisões paulistas, além de constituir um comércio bastante rentável entre prisioneiros e funcionários, seja outra consequência do distanciamento de seus locais de origem.

PARTE III

DA SELETIVIDADE A UMA NOVA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL. Um território sem prisões.

Figura 4 – CDP de Pinheiros- São Paulo⁴³⁰.

⁴³⁰ Fonte: pandemiacarceraria.blogspot.com acesso em 12/10/2013

Figura 5 – Liberdade?⁴³¹

⁴³¹ Fonte: pandemicarceraria.blogspot.com acesso em 12/10/2013

Capítulo 9

Novos usos do território e um futuro sem prisões

Capítulo 9

Este capítulo será dedicado ao futuro, servindo para reflexão inicial sobre um projeto que resulte de novo planejamento. Ou seja, de um processo político capaz de promover mudanças nas forças e processos que orientam tanto a organização espacial quanto o sistema penal contemporâneo, com transformação possível e desejável do quadro atual. Obviamente, um dos objetivos para diminuir a relevância das prisões passa inevitavelmente pela diminuição das desigualdades, e da convergência de interesses, objetivos e ações que possam promover mudanças significativas à totalidade geográfica e penal.

O planejamento territorial como produto da política

*Não nos devemos aprisionar no presente como se ele fosse eterno.
Milton Santos.*

*O que se quer é que sempre existam governantes e governados ou, ao contrário, desejam-se criar as condições nas quais a necessidade da existência dessa divisão desapareça? Ou seja, parte-se da premissa da perpetua divisão do gênero humano ou se crê que essa divisão é somente um fato histórico que corresponde a determinadas condições.
Antônio Gramsci.*

A práxis de um outro tipo de planejamento territorial torna-se cada vez mais urgente, com vistas à solução de problemas decorrentes das profundas desigualdades espaciais brasileiras - da escala do município ao território nacional. Devido ao seu tamanho ou complexidade, não se pode dizer que este planejamento será algo simples ou rápido, ou isento de contradições.

O planejamento territorial como será abordado neste capítulo não será apenas uma técnica como usualmente se faz referência na arquitetura, urbanismo ou geografia urbana⁴³². Ou como planejamento seletivo e estratégico no qual a cidade é assumida como uma cidade corporativa e

⁴³² Cujos marcos teóricos são, geralmente, associados ao *urbanismo de Le Corbusier* ou pela *Carta de Atenas* de 1933 focada nas quatro funções urbanas e sociais essenciais definidas pela habitação, trabalho, circulação e recreação. Ou, ainda, pelos Planos Diretores e leis de zoneamento espacial a eles associadas que, geralmente, são constituídos de forma centralizada e tecnocrática pelo Estado.

capitalista⁴³³ - como um espaço privilegiado da globalização em busca da mais-valia universal⁴³⁴, por ser constituída com objetos geográficos carregados de intencionalidade para atender, apenas, ao próprio sistema capitalista com voracidade pela acumulação. Apesar deste modelo de planejamento reprodutor de desigualdades já ser criticado pelos próprios arquitetos e urbanistas neste início de Século XXI⁴³⁵.

Por essa razão, um planejamento que considere a totalidade do território torna-se fundamental à busca de soluções para a questão penal, já que as desigualdades espaciais – e a forma política de lidar com elas – constituem-se em catalizadores para a expansão penal contemporânea.

No entanto, um trabalho desenvolvido no âmbito de uma disciplina apenas – como a geografia – mesmo considerando-se seu arcabouço teórico-metodológico atual capaz de apreender a totalidade possuirá, obviamente, diversas limitações. Principalmente quando se trata de definir outro futuro possível para um sistema tão imbricado na complexidade política e social como o sistema penal. Por conta desses limites, o objetivo da análise do capítulo será, ao menos, traçar algumas linhas gerais que deverão ser aprofundadas futuramente.

Como já visto, há diversos interesses, agentes e subsistemas que interferem e condicionam a organização do sistema penal e de todos seus sistemas suporte como o policial, o judiciário e o prisional. Milton Santos já afirmara que um sistema pode mudar quando seus elementos, parcialmente ou em conjunto, lentamente ou de uma só vez, são transformados⁴³⁶. O que não será

⁴³³ “Assim, o novo planejamento urbano observado principalmente entre as cidades centrais mundiais a partir da década de 1970, que atende pelo nome de planejamento estratégico passa a incentivar o adensamento urbano, ocupando os seus vazios, as áreas degradadas e intersticiais. A cidade é encarada agora como uma máquina de crescimento. Neste contexto, o urbanista ou planejador é visto como um empreendedor que se apropria da revitalização e requalificação, ambas intervenções urbanas, para vender seus planos e projetos a investidores e colocá-los em prática.” (SABBAG, 2012, p. 19).

⁴³⁴ “Os espaços da globalização se definem, pois, pela presença conjunta, indissociável, de uma tecnosfera e de uma psicosfera, funcionando de modo unitário. A tecnosfera é o mundo dos objetos, a psicosfera é a esfera da ação. E os objetos, naturais ou artificiais, são híbridos”. (SANTOS, 2002, p. 257)

⁴³⁵ “Entretanto, findo o primeiro decênio do Século XXI, é possível verificar que são muitas as críticas ao modelo de Planejamento Estratégico, de uma maneira geral. De um lado, a crítica se embasa na homogeneização das cidades empresa-cultural que, na ânsia em identificar e potencializar seus pontos fortes no sentido de fazer frente à concorrência regional e nacional por investimentos, concentram esforços na especulação de certas áreas urbanas, muitas vezes nos centros históricos, contribuindo para sua gentrificação. Por outro lado, alerta para as restrições dos projetos setorializados, pontuais, que quase sempre ignoram a cidade como um todo.” (SABBAG, *Op. Cit.*, p. 20).

⁴³⁶ “Não se pode, desse modo, considerar uma dialética que hierarquize estrutura (essência, totalidade nua) processo, função e forma segundo um movimento linear, ou de uma maneira unívoca pois, de um lado, a estrutura necessita da forma para tornar-se existência e, de outro lado, a forma-conteúdo tem um papel ativo no movimento do todo social.

diferente no caso do amplo e complexo sistema espacial e institucional que nomeamos como sistema penal.

O sistema penal em geral, mas mais particularmente a prisão, constitui-se como grande tabu nacional cuja crítica ou incorporação ao debate político ainda se faz de forma enviesada, influenciada por preconceitos ideológicos, ou desconhecimento generalizado. Na ausência de um debate mais sério sobre as conseqüências do grande aprisionamento à totalidade social, crescem as distorções produzidas por manipulação e preconceitos alimentados cotidianamente pelas mídias de massa

Com isso, o debate aprofundado torna-se mais restrito e, muitas vezes, limitado apenas a um “público especializado” constituído por operadores do sistema e especialistas (promotores, juízes, advogados, policiais, secretários de Estado, pesquisadores, militantes dentre outros). Além da limitação da busca por novas ideias, também se tornam restritas as formas de ação política que capazes de promover maiores transformações à totalidade do sistema penal.

A história tem provado como a prisão não é a resposta adequada à questão criminal haja vista que, diante do aumento exponencial do número de prisioneiros havido nos últimos anos no Brasil - e em São Paulo em particular - as taxas de criminalidade não têm diminuído, nem tem aumentado os sentimentos de segurança pela população. Por isso, torna-se cada vez mais urgente modificar o tratamento dos problemas que, no caso do sistema penal, tornam-se mais crônicos e complexos a cada década.

A busca por outras soluções, de forma conjunta, para as desigualdades e o sistema penal exigirá mudanças políticas e estruturais. E envolve discutir as prioridades de aplicação de recursos públicos para organização de um território que seja abrigo de todos.

A prioridade às áreas sociais como saúde, cultura e educação, dentre outras, poderia - dentro de pouco tempo - gerar respostas favoráveis para diminuição da violência e do sentimento generalizado de insegurança social. Invertendo-se a aplicação de recursos consumidos, em volumes cada vez maiores, pelo sistema penal, o que é feito hoje com resultados bastante discutíveis.

Tornada forma-conteúdo pela presença da ação, a forma torna-se capaz de influenciar, de volta, o desenvolvimento da totalidade, participando, assim, de pleno direito, da dialética social.” (SANTOS, 2002, p. 126).

Encontrar uma resposta política mais adequada para o problema da prisão não será tarefa simples, como será apresentado e discutido nesta terceira parte da tese. Embora inúmeros pensadores já tivessem se debruçado sobre o tema ainda há lacunas, incógnitas, preconceitos e tabus que precisam ser superados. E uma resposta completa não será encontrada no âmbito de apenas uma disciplina em particular como a geografia, o direito ou a sociologia, já que os problemas são de natureza multidisciplinar, abrangendo a totalidade do território, portanto da sociedade brasileira.

A proposta é a de participar deste debate a partir da produção do conhecimento geográfico, possibilitando discutir a prática política. E da constituição teórica e prática de um novo significado para o conceito de justiça (penal), bem como para a lida com os atuais paradigmas e formas de punição. Além da busca por se compreender como a prisão é apenas mais uma das invenções humanas. Por isso, como muitas outras, poderá ser superada. O que poderá ser acelerado a partir de um melhor conhecimento do que ela significa para a sociedade contemporânea.

Desigualdades espaciais, insegurança e violência

A reprodução de desigualdades espaciais produz insegurança social. No entanto, a escolha política que tem predominado não atua para diminuir as desigualdades, muito pelo contrário. As mídias, simultaneamente, alimentam um discurso que provoca medo (dos pobres, da violência), mas também pressionam pelo aumento do aparato repressivo.

Parte significativa dessas questões está associada às condições de vida dos mais pobres, caracterizadas por violências como desestruturação das famílias; carências generalizadas do sistema educacional público; má distribuição de renda. Todas elas violências difusas, porém identificadas com locais específicos do território usado, principalmente com as periferias pobres das cidades mais ricas.

A acumulação e reprodução capitalista - causas das desigualdades espaciais - devem ser combatidas se o projeto de sociedade é o de diminuir a violência e a insegurança social. O que também transformaria as condições que sustentam o atual processo de aprisionamento, resposta política equivocada na busca de proteção das classes mais ricas, ou da negação de direitos fundamentais aos mais pobres.

Para a criminologia crítica, *as prisões não podem ser compreendidas senão como parte da história e como um momento privilegiado de sustentação da sociedade burguesa* (MENEGAT, 2012, p.7), sendo fundamentos deste tipo de sociedade as desigualdades, o estímulo exacerbado ao consumo, a posse de bens e objetos como sinônimos de realização pessoal e profissional, ou como signos da felicidade.

Na sociedade burguesa contemporânea, o Estado continua a promover diversos privilégios apenas para uma pequena parte da sociedade. Agindo de forma discriminatória, com repressão, criminalização e aprisionamento em massa, assim constituindo os fundamentos de suas principais “políticas sociais”.

Uma mudança profunda dessas condições exige transformação das estruturas sociais. Além da superação das políticas ultrapassadas que sustentam esta sociedade reprodutora de desigualdades, mas perderam sua razão de existir, como nos afirma Marildo Menegat (2012, p.19):

Desse modo, como e porque as formas que dão contorno à vida social ganham tal autonomia e independência do conteúdo nos tempos atuais são questões de grande importância, uma vez que, por meio dessa dissociação, realiza-se esta proeza de manter atual um tipo de sociedade e um modo de produção que já perderam sua razão de existir.

As violências estruturais e conjunturais – fontes da insegurança social – decorrem das contradições do atual projeto de sociedade. O que exige mudanças na natureza do território e do destino dos produtos do trabalho como elemento gerador de riqueza. Esses são alguns dos processos que se encontram com novas possibilidades de organização espacial.

No contexto atual, a violência é produto de uma extrema alienação – provocada pelas forças hegemônicas – dos sujeitos em relação ao trabalho e ao produto do trabalho. Em uma transcrição geográfica, pode-se dizer que isso significa a produção de um território alienado, geralmente periférico, que reage com fúria cega e pouco calculada contra toda violência e opressão das forças hegemônicas, incluindo-se, dentre elas, o próprio Estado.

Resgatando uma ideia de Marx, Menegat nos diz que:

O trabalho era o segredo social da produção, o seu elo com a reprodução da totalidade. A chamada Terceira Revolução Tecnocientífica, que se desenvolveu principalmente após 1945, criou por meio de suas inovações um deslocamento da força de trabalho, substituindo-a em larga escala por procedimentos automatizados de produção. Assim, ao que tudo indica, estamos entrando numa fase em que as transformações da economia precisam passar por novas formas de regulação. A primeira ofensiva neste sentido foi dada pelo próprio capital, desregulamentando, entre outras coisas, os marcos de controle sobre os movimentos de capitais, e os níveis de tributação sobre o lucro; e, em outra frente, enfraquecendo a capacidade de resistência dos trabalhadores, impondo-lhes

derrotas sobre conquistas históricas como a seguridade social etc. Quando o trabalho reduz sua participação no processo de produção social, que se autonomiza e automatiza, o próprio processo enquanto um todo perde o seu caráter social, que se expressa, neste contexto, por meio da violência dos agentes sociais – este modo de destrutividade que se volta de forma fetichista contra a forma fetichista de sua condição, e por isso mesmo, por meio de ações que não possuem consciência das contradições que as impulsionam. O imenso aumento da criminalidade, que se verifica em todos os países ocidentais, tem neste fenômeno social um de seus pontos de origem. Esta violência é um sintoma, mas não uma solução política (MENEGAT, 2012, PP.20-21).

É então preciso atacar a doença (a geração de desigualdades socioespaciais), não apenas seu sintoma (a violência). E superar o rompimento de solidariedades orgânicas que se davam *em torno da produção social das necessidades e na distribuição e consumo das mesmas dentro dos marcos histórico-culturais dessa época* (MENEGAT, 2012, p. 21). A violência difusa rompe o domínio dos poderes hegemônicos, mas coexiste com a ausência de reconhecimento de um espaço comum, de um território de pertencimento de todos, marco das sociedades nacionais até pouco tempo atrás:

Estes laços se faziam representar no pacto entre as classes, que legitimava os Estados Nacionais e aparecia como a construção simbólica do reconhecimento de um espaço comum que era a sociedade. Tal universo simbólico, como vimos anteriormente, está desmoronando junto com o necessário recrudescimento da manutenção da segregação dos territórios em que o conceito de sociedade se realiza como a unidade de movimentos contrários (MENEGAT, 2012, P.21).

É preciso enfrentar a totalidade desses processos reprodutores de desigualdades espaciais que produzem violências contemporâneas, medo, e se utilizam da prisão como resposta ao sentimento generalizado de insegurança social.

A reprodução das desigualdades coexiste com a amplificação exacerbada dos estímulos crescentes ao consumo de mercadorias (símbolo de status e de posição social na sociedade contemporânea). Mas de um tipo de consumo realizado sem a contrapartida do desenvolvimento, no mesmo ritmo, do acesso aos bens e rendimentos do trabalho. Ou de condições para adquirir legalmente as mercadorias, sejam elas fixas (como um pedaço de terra, ou uma moradia), ou móveis (como os aparelhos eletrônicos, ou automóveis).

A grande maioria das pessoas é tomada por essa psicofera do consumo, mas forçada a viver alijada dos usos, até mesmo, das menores parcelas do território onde existe o mínimo para sua existência. Já o grau superlativo e ideologizado desse tipo de vida baseado no consumismo em excesso tornou-se possível, apenas, para uma seleta minoria.

A desestruturação do mundo do trabalho pela modernização e concentração de capitais fixos, associada à maior exigência de qualificação, afunilou oportunidades, imprimindo um ritmo insano onde a competitividade máxima entre todos é a regra (o que também é uma violência), como constituinte perverso das novas estruturas da sociedade neoliberal:

Isto significa dizer que os meios para o acesso ao consumo, que para a imensa maioria dos membros da sociedade sempre se deu por meio do trabalho – esta forma atualmente arcaica das forças produtivas, que já prescindem do trabalho humano, sem que no seu lugar se colocassem outras formas reflexivas de mediação da produção e da distribuição das necessidades sociais. Desse modo, no sentindo pleno da imagem, esta é uma sociedade que, ao suprimir um dos momentos essenciais da sua existência, que mantinha a ligação entre as diferentes classes sociais, dá um salto no escuro (MENEGAT, 2012, P.22).

Em consequência dessas dinâmicas da sociedade capitalista, uma crise permanente se instala nos territórios nacionais – sendo a violência uma de suas manifestações mais perversas. Como a crise é permanente e com origem estrutural, exige que sejam encontradas respostas de mesma natureza. O que somente será possível por meio de uma *revolução* nas estruturas sociais, para superar o enquadramento da sociedade nas formas jurídicas – podemos também acrescentar, das formas geográficas - utilizadas pela sociedade burguesa⁴³⁷.

Segundo uma ideia semelhante de Loicq Wacquant, *reafirma-se o direito à seguridade com muito mais vigor do que o direito ao trabalho. Neste caso, pede-se que sejamos resignados diante do Estado que não pode fazer tudo*, razão pela qual direcionar recursos escassos para a prisão é uma hipocrisia política. Uma falácia da segurança pública, pois a prisão é uma formidável fábrica de uma precariedade sui generis (WACQUANT, 1999, *Op. Cit.*).

Ao investir prioritariamente em infra-estruturas de interesse dos agentes hegemônicos, o Estado reproduz no território as condições de insegurança para todos. Os investimentos realizados para acelerar a fluidez (e que interessa prioritariamente às empresas) tem se somado aos gastos crescentes para funcionalização do sistema penal, ampliando desigualdades espaciais.

As sucessivas modernizações das atividades econômicas, processo também fomentado pelo Estado quando promove mecanização ou automatização da produção, diminui o número de empregos formais, mas amplia a concentração de capital e renda. Se nas condições atuais as

⁴³⁷ “Assim, a necessidade da guerra é justamente este contexto de profunda crise social que decorre desta condição histórica, que exige para a sua superação uma revolução social. O conceito de crise social, na teoria marxista, é um momento de desordem produzido pelas contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção. Estas contradições podem ser vistas em toda a sua amplitude, na sociedade burguesa, por meio da forma jurídica e sua guerra de enquadramento da realidade em sua ordem pressuposta”. (MENEGAT, 2012, P.22, grifo nosso).

inovações são inevitáveis (muitas vezes bem vindas), é preciso constituir uma nova política de uso dos sistemas técnicos.

Nas condições atuais, a implantação do MTCINF é ação profundamente seletiva, pois as modernizações acabam sobrepondo-se às áreas já privilegiadas do território das cidades ou regiões, ou onde existem maiores possibilidades de reprodução do capital. Um planejamento territorial, considerando-se a nova totalidade desejada, bem como uma refuncionalização das atividades e instituições do Estado, pode ser uma das ferramentas políticas capazes de interferir nesse processo.

A fim de melhor pensar sobre essas desejadas mudanças estruturais, será preciso retomar - para melhor compreender - as relações entre prisão e criminalidade.

A falácia da prisão na prevenção da criminalidade

Quanto ao argumento de que a prisão é eficiente na prevenção à criminalidade, nunca se provou que as taxas oficiais de criminalidade baixaram, alguma vez, pela intensificação do aprisionamento nos países de capitalismo tardio.

O aumento da criminalidade (consequência da crise social) com respostas políticas de natureza militar (aumento do contingente e modernização da polícia etc.) aprofunda a crise social, pois *o boom da criminalidade no capitalismo tardio é uma crise social que se manifesta apenas nas contradições com a forma jurídica* (MENEGAT, 2012, p. 22). A saída da crise, além da nova consciência da natureza dessas contradições, exige uma dinâmica social capaz de criar novas estruturas sociais, forjadas por outros pactos sociais e territoriais não hegemônicos, pois

Como a dissidência com o pacto social que legitima o Estado, que melhor seria compreendida como a inviabilidade de continuar a velha dinâmica contraditória da sociedade, não se apresenta como um sujeito político organizado, em torno de um programa – porque a destruição da unidade desta dinâmica social afastou os atores que poderiam criar um campo comum de lutas, fazendo do tradicional movimento operário um dos setores da ordem, humilhado e derrotado pelas transformações tecnocientíficas, que o ameaçam todo o tempo de desemprego e achatamento salarial -, vai sobrando apenas o encurtamento desesperado da saída da crise pela força militar apoiada pelo silêncio de todos (MENEGAT, 2012, pp.22-23).

Para Marildo Menegat este seria o *caminho fundamental, o de constituição de formas de ação política capazes de alterar o atual quadro histórico* (MENEGAT, 2012, p. 23). As novas forças políticas encarregadas dessa tarefa, em sua ação, deverão aglutinar os dissidentes, ou seja,

a grande maioria da sociedade. Além de apresentar um programa capaz de criar outras políticas e sociais, caminho possível apenas por meio de uma profunda revolução nas estruturas e instituições sociais. Em outras palavras, será preciso reescrever a geografia do homem.

Uma nova geografia para redução das desigualdades e esvaziamento das prisões

A política conjunta dos Estados e das empresas tem sido a grande responsável pelas atuais condições encontradas no país, resultante da perniciosa competitividade instituída nos territórios nacionais como recurso técnico-político dos agentes que atuam no capitalismo tardio. É fundamental alterar este processo, a partir de uma nova política que oriente formas renovadas de ação para diminuição das desigualdades espaciais, da violência e do sistema penal.

Os usos contemporâneos do território brasileiro, normatizados pelo Estado, estimulam a reprodução do capital e a extração da mais-valia. Esses usos seletivos em parcelas previamente escolhidas, como foi apresentado, aprofundam desigualdades espaciais. O uso diferenciado das distintas potencialidades de parcelas fragmentadas dos territórios dos municípios é o elemento chave neste processo, pois a diversidade espacial condiciona as escolhas, portanto a seletividade territorial. Torna-se então preciso alterar o meio geográfico, portanto a constituição e conteúdo do território (SANTOS, 2002, p. 256)⁴³⁸.

As atuais políticas que orientam os usos do território desdobram-se, no mínimo, a partir de um duplo comando das ações – um *comando técnico*, que até pode ter base local; e um *comando político*, estadual, nacional ou internacional, mas determinante do que ocorre na totalidade do território. No caso do território brasileiro, a diminuição das desigualdades exigirá um maior empoderamento dos territórios *menores* dos pequenos municípios, ou seja, nas condições jurídicas e constitucionais atuais, um aprofundamento do pacto federativo.

O debate sobre o sistema penal também prescinde dessa visão totalizadora, pois toda discussão sobre a justiça penal deveria ser uma discussão política, entendimento fundamental para ampliar o debate sobre os rumos do sistema penal além das esferas tecnocráticas (juízes,

⁴³⁸ “O meio geográfico atual, graças ao seu conteúdo em técnica e ciência, condiciona os novos comportamentos humanos, e estes, por sua vez, aceleram a necessidade de utilização de recursos técnicos, que constituem a base operacional de novos automatismos sociais. Tecnosfera e psicosfera são os dois pilares com os quais o meio técnico-científico introduz a racionalidade, a irracionalidade e a contra-racionalidade, no próprio conteúdo do território.” (SANTOS, 2002, p. 256).

promotores, advogados etc). A justiça – como é praticada hoje no país - também se torna responsável pela ampliação das desigualdades espaciais. Daí advém a necessidade de transformar suas práticas com a contribuição de um debate político ampliado, acerca do funcionamento da instituição e suas finalidades sociais.

Os embriões para essas mudanças já existem. Eles se encontram latentes na produção intelectual de novas ideias, que contribuem qualitativamente para este debate. Mas também na ação de diversos grupos políticos que contestam as hegemonias contemporâneas. Eles se unem por meio do descontentamento ou insatisfação, constituindo-se em um número cada vez maior de pessoas agrupadas pelo desejo de mudanças na estrutura e conteúdos da sociedade, o que exige novas formas espaciais. Essa insatisfação poderá ser canalizada para formas de ação que, conseqüentemente, também poderão transformar o sistema penal.

As demandas atuais por ampliação dos sistemas repressivos têm origem, geralmente, em segmentos específicos da sociedade. Surgem tanto daqueles com grande desconhecimento sobre o real funcionamento da prisão, mas também de outros que tiram proveito político e econômico da situação atual. A miséria e a insegurança constituem-se como engrenagens bastante lucrativas no capitalismo tardio, por conta dos volumes cada vez maiores de recursos gastos para expansão do sistema prisional, modernização da polícia e consumo de serviços de empresas privadas de segurança.

O conhecimento dos processos que reproduzem as desigualdades contemporâneas, bem como o entendimento de como a prisão participa de uma lógica (racional para alguns, pois muito lucrativa) que promove cada vez mais insegurança social, pode ser uma arma eficaz para se romper esse círculo vicioso e alimentar uma nova política.

Mudança da natureza do Estado e a necessária socialização dos produtos do trabalho

Um território imenso e complexo como o brasileiro é usado por diversos grupos sociais com diferentes níveis de poder e organização (institucional, empresarial ou criminosa, muitas vezes se misturando e constituindo novas complexidades inclassificáveis nos critérios do sistema penal atual). No entanto, como todos disputam controle sobre os usos do território, é difícil pensar em outro agente social, além do Estado, capaz de promover novos usos do território para

todos, atuando na gestão do conflito entre esses grupos, e evitando novas hegemonias repressoras.

Para que isto ocorra, é preciso modificar o Estado corporativo que existe hoje no país que não serve para esta função, pois promove privilégios para poucos grupos e segmentos sociais e econômicos, aqueles capazes de exercício hegemônico do poder, em detrimento ao atendimento das demandas de toda sociedade.

Como uma expressão desse processo, a análise territorial feita para o território federativo do Estado de São Paulo revela como suas enormes desigualdades de rendimento, escolaridade, infra-estruturas, dentre outras, reproduzem-se pelo funcionamento do Estado, o qual viabiliza os usos do seu território pelas empresas, em busca de lucros cada vez maiores.

Novas formas de ação política poderiam orientar outro planejamento e organização territorial. E priorizar os usos dos recursos disponíveis onde o MTCINF está implantado, além de ampliá-lo para oferecer serviços fundamentais como saúde, educação e moradia em localidades mais carentes, atuando com mais competência para diminuição das desigualdades espaciais.

As novas funções das mídias

As mídias empresariais e corporativas criminalizam parcelas significativas da população mais pobres, e pressionam enormemente o Estado para ampliar a repressão policial e o aprisionamento, com consequente expansão do sistema penitenciário.

Como as mídias corporativas (principalmente rádio e televisão) funcionam no Brasil a partir da cessão de concessões públicas estatais, elas deveriam ser constituídas pelo conjunto total da sociedade. O que permitiria mais facilidade na correção de condutas irresponsáveis que fortalecem hegemonias, ampliam as desigualdades e criminalizam grandes contingentes de pessoas mais pobres. A universidade, parte da intelectualidade nacional engajada, e os movimentos sociais organizados (talvez algum partido político?) poderiam ser os indutores desse processo de controle social da grande mídia, bem como ampliar as formas de produção e divulgação de ideias, conhecimento e entretenimento.

Uma possibilidade é a maior democratização da propriedade dos meios de comunicação, o que poderia ser feito com o fortalecimento das hoje chamadas mídias alternativas. Elas já têm

assumido uma função contestatória às ações e políticas hegemônicas, e podem servir a novos projetos e agentes a serviço da transformação social.

A importância dos movimentos sociais

Existem inúmeros grupos e organizações sociais engajados identificam-se com as mudanças sociais necessárias. São eles que, na maioria das vezes, isolada e corajosamente, tem enfrentado a repressão policial, denunciado descasos, violências e a opressão do Estado. Grupos lutando pela liberdade de expressão; contra o extermínio de jovens negros nas periferias pobres das grandes cidades⁴³⁹; em defesa de moradia e urbanização para todos; de grupos sem teto, sem creche, sem saúde pública de qualidade.

Esses movimentos também podem provocar ou acelerar mudanças na estrutura do sistema penal, pois são representativos dos desejos de mudança de grande parte das populações mais carentes, pouco representadas e mais criminalizadas pelo sistema penal atual. O *Periferia em Movimento* é um deles:

“Os jornalistas Aline Rodrigues, Ana Paula Fonseca, Sueli Carneiro e Thiago Borges nasceram e cresceram em bairros do Extremo Sul de São Paulo – uma região negligenciada por décadas pelo poder público e muito menos lembrada pelas grandes empresas. Em bairros como Grajaú, Pq. Residencial Cocaia, Jardim São Luiz, Campo Limpo e Guanhembú, o abandono foi palco para o surgimento e fortalecimento de importantes movimentos sociais – como a luta popular por moradia, saúde, educação e transporte –, atuação maciça de organizações do terceiro setor, além do florescimento de diversos movimentos culturais, como o rap, o graffiti, break, o street dance, as rodas de samba, grupos vocacionais de dança e teatro, coletivos de audiovisual, saraus e movimento de literatura marginal, entre outros. Como jornalistas, esses quatro jovens se sentem no dever de identificar, reconhecer e promover iniciativas de ativistas sociais, produtores culturais e demais agentes de transformação social das periferias por meio da comunicação⁴⁴⁰.

Para citar outro exemplo paulistano, outro movimento importante liderado por *jovens do Movimento Hip Hop*. Criado em 2005, seu foco de ação - além da produção e difusão da cultura e arte como formas de conscientização, resistência e luta - é a representação da juventude pobre e

⁴³⁹ Dentre muitos outros, como os movimento sociais que integram o *Comitê contra o Genocídio da Juventude Preta, Pobre e Periférica* e *Fórum de Hip Hop da cidade de São Paulo*, além do *Periferia em Movimento* (na própria definição deles “É um coletivo de comunicação sobre, para e a partir das periferias. Um canal de formação de público, difusão e apoio das ações sociais, culturais, políticas e econômicas que nascem, crescem e se desenvolvem nas bordas das grandes cidades, especialmente em São Paulo”).

Outras informações sobre projetos e ações desenvolvidos por esses grupos podem ser conhecidos por meio dos seguintes links: <http://periferiaemmovimento.wordpress.com/> e <http://forumhiphlopeopoderpublico.blogspot.com.br/> acesso em 13/10/2013.

⁴⁴⁰ Fonte: <http://periferiaemmovimento.wordpress.com/about/> acesso em 13/10/2013.

periférica junto à administração pública no município de São Paulo. Eles possuem como objetivo principal a discussão de políticas de Estado, além de definir critérios norteadores da relação entre o poder público e os jovens. Em suas próprias palavras “garantindo que não haja privilégios de uns em detrimento de outros setores”.

Uma prática política dos jovens do Movimento Hip Hop tem sido a organização de audiências públicas na Câmara Municipal de São Paulo, contendo a seguinte pauta como *pontos de exigências e reflexões*:

- *Desmilitarização da política municipal.*
- *Efetivação das leis de juventude.*
- *Posicionamento contra a Bancada da bala*⁴⁴¹.
- *Municipalização com maior abrangência do programa federal Juventude Viva.*
- *Contra a criminalização das culturas e ações dos movimentos da periferia.*
- *Contra as remoções e efetivação das áreas de interesse sociais para moradia.*
- *Contra os assassinatos de jovens na periferia e cidade.*

Esses movimentos - além de lutarem por melhores condições de vida nas periferias pobres - têm com um de seus principais objetivos a exigência do fim da violência e dos assassinatos principalmente de jovens, cometidos pela Polícia Militar paulista comandada pelo Estado⁴⁴².

⁴⁴¹ Vereadores com origem nos altos escalões da na Polícia Militar que, de modo geral, dentre outros projetos, defendem aqueles que de modo efetivo ou simbólico defendem e sustentam a expansão do sistema penal e da criminalização. “Em sessão com cinco manifestantes expulsos do plenário e troca de agressões entre ativistas e PMs, a Câmara Municipal de São Paulo aprovou hoje, por volta das 17 horas, a concessão de “Salva de Prata” para as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), a tropa de elite da PM. Na quarta tentativa de votação em três semanas, a homenagem proposta pelo Coronel Telhada (PSDB) conseguiu 37 votos favoráveis e 15 contrários. Houve protestos nas galerias de ativistas em Direitos Humanos e comemoração de um grupo de 46 PMs, coronéis aposentados e familiares de policiais. Os vereadores foram chamados de “fascistas” em coro por um grupo de cerca de 80 pessoas. Na segunda-feira, um dia antes da votação, Telhada convocou policiais da corporação a irem ao Palácio Anchieta pressionar os parlamentares pela aprovação da homenagem.” Fonte: ZANCHETTA, Diego. *Com claque da PM e protestos, ‘bancada da bala’ consegue aprovar homenagem à Rota*. (Caderno Política Paulistana). O Estado de São Paulo 03/09/2013 disponível em <http://blogs.estadao.com.br/diego-zanchetta/com-claque-da-pm-e-protestos-bancada-da-bala-consegue-aprovar-homenagem-a-rot/> acesso em 13/10/2013.

⁴⁴² Em 2011, ocorreram, em média, 26 homicídios para cada grupo de 100 mil jovens do sexo masculino no município de São Paulo (óbitos masculinos de jovens entre 15 e 29 anos), nas periferias mais pobres o número de mortes foi muito maior. Em distritos periféricos da Zona Sul de São Paulo como Jabaquara e Campo Limpo, o número de mortes de jovens chegou a 50 por 100 mil, e no M’Boi Mirim, também localizado na Zona Sul, o número de homicídios foi de 62 por 100 mil. Apenas em termos comparativos, em Pinheiros – um distrito da Zona Oeste que abriga predominantemente uma população de classe média e média alta, o número de homicídios de jovens foi de 6 para cada grupo de 100 mil. Ou seja, na periferia mata-se 10 vezes mais do que nos bairros mais bem equipados da cidade. Fonte dos dados: Observatório Cidadão da Rede Nossa São Paulo disponível em <http://www.nossasaopaulo.org.br/observatorio/> acesso em 13/10/2013.

As contribuições dos intelectuais

O Estado corporativo tem também seu braço intelectual – as universidades públicas, mantidas com impostos recolhidos de todos. No entanto, alguns poucos projetos e grupos de intelectuais contribuem para conhecimento de problemas que vão além do interesse das empresas, geralmente daquelas que podem pagar melhor pelas patentes, geradas por conhecimento financiado com recursos públicos, ou financiar o funcionamento de laboratórios.

Para mudanças mais efetivas no sistema de justiça criminal, torna-se fundamental a contribuição dos intelectuais, que podem produzir novos projetos, desenvolver pesquisas, produzir conhecimento crítico e engajado com a mudança. Além de difundir para outros públicos não acadêmicos conhecimento que contribua para se compreender melhor e transformar processos e instituições, como aqueles desencadeados pela grande mídia e o Estado, interferindo na reprodução das desigualdades espaciais e no grande aprisionamento.

Diversos grupos científicos e acadêmicos têm possibilitado mais bem conhecer o sistema Penal brasileiro, nem todos, como se encontra na diversidade da universidade, engajados em promover mudanças. Segue pequena descrição de alguns daqueles que mais contribuíram, direta ou indiretamente, para o desenvolvimento desta tese:

- O Instituto Carioca de Criminologia-ICC⁴⁴³. Localizado no Rio de Janeiro, é um dos núcleos de grande produção da reflexão e crítica a partir das relações entre o fenômeno criminal e problemas sociais como pobreza e má-distribuição de renda. O ICC tem organizado eventos, nacionais e internacionais, e acolhido pensadores de projeção mundial, críticos às dinâmicas atuais do sistema penal brasileiro e internacional. Além de realizar a tradução e publicação de muitas obras sobre a temática penal no Brasil⁴⁴⁴.

⁴⁴³ Fundado por Nilo Batista Advogado, Professor de Direito Penal da Universidade do Estado do Rio de Janeiro-UERJ e Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, e autor de diversos livros e artigos sobre Direito Penal e Criminologia. O ICC é Presidido atualmente pela Professora Dra. Vera Malaguti Batista Professora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ, pesquisadora e autora de diversos artigos e livros na temática da sociologia criminal.

⁴⁴⁴ Como Loïcq Wacquant, Eugênio Raul Zaffaroni, Alessandro Barata, Dário Melossi, Máximo Pavarini, Gabriel Ignácio Anitua dentre muitos outros.

- O LABOPLAN - Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental da FFLCH/USP⁴⁴⁵. Com foco na produção de conhecimento geográfico de dissertações, teses, pesquisas, organização de eventos e publicações sobre o território brasileiro, o LABOPLAN tem contribuído para conhecimento, análise e crítica das desigualdades espaciais no país, a partir de diversos temas, escalas e abordagens geográficas. Mais recentemente, além de contribuir para desvendar geograficamente as desigualdades brasileiras, o LABOPLAN também tem acolhido pesquisas, e produzido mestrados e doutorados sobre os usos do território pelo sistema penal e pelas práticas de violência em São Paulo e no Brasil.
- O Núcleo de Estudos da Violência da USP-NEV/USP, talvez o mais conhecido além dos limites instituição universitária, e muito requisitado pela imprensa nacional e internacional. O NEV/USP tem produzido – sob orientação dos seus professores coordenadores⁴⁴⁶, inúmeras teses de doutorado, dissertações de mestrado, bancos de dados sobre a justiça criminal, seminários e publicações nacionais e internacionais⁴⁴⁷. O NEV também tem desenvolvido estudos sobre violação dos direitos humanos, prisões e violência policial.

Há diversos outros grupos voltados ao conhecimento científico e discussão para aperfeiçoamento do sistema penal e da justiça criminal no Brasil como o *Instituto Brasileiro de Ciências Criminais – IBCCRIM*⁴⁴⁸, o *Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública-CRISP da UFMG*⁴⁴⁹; o Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo – GECAP⁴⁵⁰, além dos encontros anuais organizados pelo *Fórum Brasileiro de Segurança Pública*, uma ONG que atua em parceria com o Ministério da Justiça do Governo Federal e que tem

⁴⁴⁵ O LABOPLAN foi fundado pela Profa. Dra. Maria Adélia de Souza e abrigou as pesquisas e projetos desenvolvidos pelo Prof. Dr. Milton Santos durante parte significativa de sua trajetória acadêmica na USP. Para mais informações sobre outras pesquisas e teses desenvolvidas no LABOPLAN, acessar o link: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/laboplan/hist.html>.

⁴⁴⁶ Os coordenadores em outubro de 2013 eram: Prof. Dr. Sérgio Adorno – Professor Titular da FFLCH/USP, Profa. Dra. Nancy Cardia – PhD pela *London School of Economics and Political Science* e Profa. Dra. Maria Fernanda Tourinho Peres - Doutora em Saúde Pública pela UFBA.

⁴⁴⁷ Para mais detalhes, acessar o site do NEV em <http://www.nevusp.org/portugues/>

⁴⁴⁸ <http://www.ibccrim.org.br/>

⁴⁴⁹ <http://www.crisp.ufmg.br/>

⁴⁵⁰ <http://www.gecap.direitorp.usp.br/#>

produzido uma série de publicações e estatísticas como os *Anuários do Fórum Brasileiro de Segurança Pública*⁴⁵¹.

Há diversos outros grupos de pesquisa sobre o sistema penal cadastrados no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq, como se segue⁴⁵²:

Tabela 14 – Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq em 2013.

Nº de grupos de pesquisa cadastrados	Palavras-chave
4	Penitenciárias
18	Prisões
18	Sistema Prisional
37	Justiça Criminal
43	Sistema Penal
90	Desigualdades Sociais
173	Pobreza
652	Direitos Humanos
724	Violência
1531	Sustentabilidade

Fonte: Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. Elaboração: James H. Zomighani Jr..

Desconsiderando-se todos os riscos de aplicação do método indutivo para análise da Tabela 13, mas associando-a a outras questões relacionadas a alguns dos principais problemas existentes no Brasil de hoje, podem-se tirar algumas conclusões.

A principal talvez seja a falta de prioridade dos grupos de pesquisa acadêmicos para estudo de temas relacionados ao sistema penal ou às desigualdades. O que pode também revelar como parte significativa dos pesquisadores e intelectuais têm aderido aos temas mais fáceis,

⁴⁵¹ Esses Anuários – produzidos em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública - contém uma série de estatísticas sobre a justiça criminal, além de levantamentos com gastos na chamada área de Segurança Pública no país e podem ser acessados pelo link: <http://www2.forumseguranca.org.br/> acesso em 13/10/2013.

⁴⁵² Alguns grupos podem se repetir, conforme sua linha de pesquisa e palavras-chave cadastradas. Seu cadastro na íntegra pode ser acessado por palavra-chave em <http://dgp.cnpq.br/buscaoperacional/>

aqueles da moda ou de interesse do mercado, pautados por agências de notícias estrangeiras ou pela grande mídia nacional como aquecimento global, sustentabilidade, segurança alimentar dentre vários outros.

Além de demonstrar negligência com algumas das principais questões que se encontram no âmago das dinâmicas espaciais causadores das crises enfrentadas pelas sociedades contemporâneas (como a reprodução acelerada das desigualdades, o aumento da pobreza, a agudização da violência e a escolha da prisão como forma equivocada de garantir segurança social), a ciência contribui menos do que se deve. Assim, a sociedade continuará com dificuldades para conhecer mais e melhor algumas dessas questões, todas elas de grande relevância para a totalidade da sociedade brasileira contemporânea.

Capítulo 10

As ruínas de um gigante sobre solo de barro

Capítulo 10

Neste capítulo será analisado como a prisão se sustenta sobre bases frágeis, como *um grande gigante sobre solo de barro*⁴⁵³. E que a fragilidade de um mega sistema como o penal encontra-se, principalmente, com o desconhecimento da grande maioria das pessoas sobre sua organiza, funcionamento e implicações sociais. Nesta ignorância coletiva reside, dialeticamente, ao mesmo tempo, a força e fraqueza da prisão, como nos esclarecem diversos pensadores anarquistas cujas ideias foram aqui resgatadas.

Um diálogo sobre prisões entre anarquistas e geógrafos

Os anarquistas também concordam que, para combater a violência, é preciso atacar suas causas, ou seja, as desigualdades, pois elas também são violências naturalizadas pela ignorância na condução dos processos históricos, ou pela falta de consciência sobre a exploração do homem. A produção política da miséria exige um debate sobre a constituição social da riqueza, e sua desigual distribuição dentre todos. Desse modo, se comprova como a própria desigualdade deve ser considerada como violência estrutural:

O ato rotineiro e contumaz da desigualdade, das diferenças entre os homens, permitindo que alguns usufruam à saciedade o que à grande maioria é negado é uma violência. São os hábitos, os costumes, as leis, que a mascaram, que nos levam a suportá-la como uma condição inerente às relações humanas e uma condição a ser paga pelo homem, por viver em sociedade. Agimos como se a desigualdade fosse uma norma estabelecida pela natureza da sociedade e contra a qual pouco é possível, enquanto o “mundo for o mundo (ODALIA, 1991, p.30).

São eles também, os pensadores anarquistas, que fornecem novas chaves interpretativas para reconceituarmos o que as forças mais reacionárias ou conservadoras chamam de criminalidade, pois a transgressão, em muitos casos, é apenas uma reação à violência estrutura, uma ação contra os poderes hegemônicos e contra o Estado. Deste modo, alterar o quadro de desigualdades exige mudança nas formas de pensamento, e ruptura na naturalização histórica das desigualdades como condição normal da existência, pois

⁴⁵³ O termo é de Thomas MATHIESEN.

A pretensa naturalidade de um comportamento, de uma crença, não se origina de uma natureza imutável da sociedade humana. A naturalidade é apenas um disfarce, uma forma de camuflar o fato concreto de que a desigualdade nasce de uma estrutura social mutável e historicamente determinada (ODALIA, 1991, p.31).

Os objetivos e compromissos das teses anarquistas encontram abrigo nas possibilidades geográficas de ação, ou seja, não há possibilidade de mudança de um território desigual sem transformação das estruturas, das instituições e dos grupos que compõem a atual sociedade de classes.

A prisão como paradigma de uma racionalidade política

Houve na história sistemas penais e regimes políticos que foram completamente suprimidos, no caso dos primeiros, sempre que um paradigma no campo das punições era superado. Como exemplo, temos o fim da escravidão, praticada por povos diversos, em diferentes, períodos históricos, mas também *a abolição do sistema penal que sustentava a caça à bruxas na Espanha, no século XVII. Outro exemplo, bem mais recente, foi o fim da legislação soviética no final do século XX* (MATHIESEN, 2003, p. 89). As mudanças decorrem do embate entre a aplicação de um sistema de códigos e de normas, em nome do que se chama de justiça, e os sentimentos que provoca na população. *A história do sistema penal é a história das injustiças*, como nos afirma Edson Passetti, pois

A história do sistema penal é a história das injustiças contra presos, dos erros judiciários, da economia das penas, da transformação da vítima em testemunha, das múltiplas revisões. Nela, quase nunca está em jogo a justiça para a vítima. Não se investe na sua indenização, mas na perpetuação do sistema de vinganças, transformando-a em testemunha, parte do inquérito que alimenta e retroalimenta o sistema punitivo custoso e sempre em expansão (PASSETTI, 1999, p. 62).

O autor aponta com propriedade outra distorção da justiça que nunca cuida das vítimas, mas as transforma em testemunhas; e dos presos em vítimas de sucessivos erros judiciários de um sistema punitivo cujos custos crescem de forma exponencial. Mas, para que de fato serve a prisão, *“esta tosca invenção de direito contra a vida”*? Uma resposta dialética a esta questão foi elaborada por Natalia Montebello:

Qualquer intelecto cartesiano facilmente concluiria: para nada! Mais é mais do que isso. O olhar atento diante da prisão nos faria tremer, não de terror diante da sofisticada prática institucional da crueldade, mas tremer ao sentir vida em nossos corpos convenientemente civilizados, tremer diante da bem-comportada cumplicidade que entretece as nossas vidas cheias de direitos – grandes e nobres direitos civis – com uma tosca invenção, de direito, contra a vida (MONTEBELLO, 2003, p. 332).

Foucault já destacava em sua clássica obra *Vigiar e Punir* como a história da prisão é também a história dos projetos para sua reforma. Mas, a respeito sobre investir ou não na reforma das prisões, deve-se considerar o que aponta Emma Goldman, outra importante representante do abolicionismo penal, ao afirmar que a reforma da prisão seria comparável a *esperar por bons resultados despejando um bom vinho em uma garrafa mofada*. Para a autora, *para livrar a humanidade do câncer do crime, é fundamental que haja uma reconstrução completa da sociedade* (GOLDMAN, 2005, p. 68).

Louk Hulsman - outro abolicionista penal – defende a possibilidade de *conversões, individuais ou coletivas, de instituições e sistemas político-econômicos*, o que também poderia ocorrer com a prisão. Apoiado em fundamentado método de análise histórica ao sustentar sua tese, ele afirma que a racionalidade política pode ser funcional a diversas irracionalidades (não entendidas assim nos períodos nos quais seriam sustentadas como se fossem paradigmas), assim

Em primeiro lugar, através da história, sabemos que todas as civilizações viveram de acordo com ordenamentos e expressaram visões que, hoje, são totalmente incompreensíveis. Como se pôde acreditar nas bruxas e acreditar ainda que, queimando-as, se poderia evitar toda sorte de catástrofes? Hoje em dia, entre nós, ninguém poderia aderir a uma tal ideia, nem reivindicar um retorno a tal prática. É certo que este exemplo pode parecer distante e se poderia dizer que tais crenças desapareceram *gradualmente*. Mas, é possível citar outros exemplos mais próximos de nós e que evocam reviravoltas espetaculares: a abolição da escravidão e a proibição de castigos corporais nas escolas, pondo fim, subitamente, a práticas que não compreendemos mais não só como podiam ser aceitas, mas sobretudo como podiam ser desejadas ao nível dos princípios (HULSMAN, 2002, p. 207).

A prisão é “*um gigante sobre um solo de barro*”, nos afirma Thomas Mathiesen. Ele descreve com grande propriedade as fraquezas do sistema prisional contemporâneo, sustentado por dois elos - a chamada “*opinião pública*” e *os meios de comunicação de massa*, ignoram a constituição do “solo de barro” da instituição prisional. Ou seja, não se conhece em profundidade *sua total irracionalidade em termos de seus próprios objetivos*, conhecimento que difundido mudaria a posição dos que a defendem, mas ignoram como a prisão funciona, pois ela *não contribui em nada para nossa sociedade e nosso modo de vida* (MATHIESEN, 2003, p. 89).

Ao longo de sua breve história de cerca de 200 anos, a pena privativa de liberdade tem fracassado no cumprimento dos objetivos que, regra geral, são utilizados pelos poderes hegemônicos para sustentarem a continuidade de sucessivas políticas de encarceramento: *a reabilitação; a intimidação do condenado para que não cometa novos crimes; a prevenção*

geral, a interdição seletiva e coletiva dos transgressores e, por fim, o mito de que a prisão reduz a criminalidade nas ruas.

Em relação à reabilitação, *nas décadas passadas a criminologia e a sociologia produziram grande número de estudos empíricos sólidos mostrando, claramente, que o uso do aprisionamento não reabilita o infrator encarcerado* (MATHIESEN, 2003, p. 90). As elevadas taxas de reincidência em, praticamente, todos os períodos de sua existência como instituição, também corroboram esta afirmação.

Mathiesen apresenta diversos estudos para demonstrar como o segundo objetivo da prisão – *a intimidação do condenado para que não cometa novos crimes* – é falho, ao ignorar que o condenado, ao adentrar a prisão, é incluído em um novo sistema social. Desse modo, muitas vezes, o prisioneiro já possui elementos desta cultura prisional, o que é a prova viva da falácia dos discursos que ainda se valem do medo da instituição prisional para afirmar que ela coibiria novos crimes.

O terceiro princípio, o da *prevenção geral*, falha por não haver uma desproporcionalidade entre os efeitos da *probabilidade esperada da punição* (o risco esperado de detenção, da parte de quem comete um crime), e o da *severidade esperada* (a expectativa acerca do real funcionamento da instituição penitenciária)⁴⁵⁴. Isto ocorre, segundo Mathiesen, por um *problema de comunicação entre o Estado e aqueles grupos focados na seletividade prisional*:

Nesse contexto, a punição é um modo pelo qual o Estado tenta comunicar uma mensagem, especialmente a grupos particularmente vulneráveis na sociedade. Como um método de comunicação, é extremamente rude. A própria mensagem é difícil de ser transmitida, devido à incomensurabilidade da ação e da reação. A mensagem é filtrada e deturpada durante o processo e é confrontada com uma resposta cultural nos grupos que a desconsideram, acabando por neutralizá-la. Acrescentem a isso o profundo problema moral enraizado na punição de algumas pessoas com o objetivo de prevenir outros de agir de forma semelhante – um problema moral que não é perdido nos grupos alvo importantes – e vocês terão o quadro geral. O que é surpreendente não é o efeito mínimo, mas a persistente crença política em tal método de comunicação primário (MATHIESEN, 2003, pp. 92-93).

⁴⁵⁴ “Entre 1973 e 1982, nos Estados Unidos, a quantidade de prisões estaduais e federais praticamente dobrou. Durante o mesmo período, a taxa de crime não diminuiu. Cresceu em 29%, certamente um resultado sombrio”. (MATHIESEN, 2003, p. 93).

No caso da interdição coletiva, ela se resume, simplesmente, na neutralização de categorias inteiras de prováveis reincidentes⁴⁵⁵. *Você simplesmente os liquida trancafiando-os e jogando a chave fora. Em grande parte, esta é a política presente nos Estados Unidos. A questão não é reabilitar os transgressores e nem prevenir outros de cometerem atos similares, mas simplesmente tirar os transgressores do circuito social.* (MATHIESEN, 2003, p. 93).

Uma das maiores implicações deste tipo de política é o aumento cada vez maior da população carcerária, e de todos os custos para mantê-la aprisionada por períodos cada vez maiores de tempo.

Por fim, o autor demonstra o que se chama *a resposta neo-clássica ao crime através da prisão*. Ou seja, a crença de que a prisão pode *balancear o peso da justiça* buscando equivalências entre a *transgressão criminal* e o *tempo de duração da prisão*. São, portanto, *entidades incomensuráveis e, acima de tudo, a balança da punição não pode ser ancorada com segurança. Por essas razões,*

A escala de punições é construída sobre o barro e muda, rapidamente, de acordo com os ventos políticos. Hoje em dia vemos isso acontecer. Pelos mesmos motivos, a balança de punições dá à vítima pouca satisfação. O que é decisivo, mais do que a busca por justiça, é o vento político (MATHIESEN, 2003, p. 95).

A reconstrução da sociedade como sociedade política, mais consciente portanto de sua história, e do funcionamento e objetivos de suas instituições, como as escolas, os manicômios, e as prisões, seria um passo importante a ser dado em direção à realização de um projeto de sociedade capaz de superar essas instituições. Por isso, retomando um dos argumentos centrais de Mathiesen, uma das chaves da mudança está no conhecimento das instituições.

⁴⁵⁵ “Há também a interdição seletiva – a predição individual de transgressores violentos de alto risco com base nos critérios de antecedentes específicos. Inúmeros estudos mostraram que a predição deste tipo é extremamente difícil e que as chamadas taxas de falso-positivo e falso-negativo – isto é, os erros de predição – são muito altas. (MATHIESEN, 2003, p. 93).

Prisão: a irracionalidade desconhecida da maioria

A prisão cria uma sociedade mais perigosa, e não protege as pessoas do modo como elas imaginam (MATHIESEN, 2003, p. 95). O pensador norueguês defende um maior conhecimento das prisões como ideia central para sua superação. Esse conhecimento produziria consciência sobre a inutilidade e ineficácia da prisão para proteção e segurança das pessoas, e comprovaria, portanto, a irracionalidade da expansão dos gastos crescentes com o sistema prisional.

Essa nova consciência desejada tem seu embrião no conhecimento da funcionalidade da prisão, permitindo-se também conhecer a tremenda irracionalidade da ideia de que a prisão serviria para nos proteger. *A falha das prisões deveria ser sentida em direção a um nível emocional mais profundo e assim, fazer parte de nossa definição cultural sobre a situação* (MATHIESEN, 2003, p. 96).

O autor reconhece como tarefa difícil prever a orientação de processos futuros sobre o fim das prisões em nível dos detalhes. Mas acredita que os fundamentos para se encarar o problema da prisão a partir de um novo ângulo, modificaria as escolhas políticas que a colocam como prioridade, e duvida de sua eficácia. Já que, como solução repressiva, a prisão falhou completamente. Paralelamente, poderiam ser percorridos outros caminhos como o apoio às vítimas dos crimes, deste modo

A direção desse novo clima é, com certeza, difícil de prever, mas provavelmente implicaria numa ênfase renovada no apoio real à vítimas, assim como nos recursos e serviços sociais ao transgressor, uma vez que a solução altamente repressiva falhou completamente. Os políticos que criaram, mantiveram e, de fato, expandiram o sistema atual, teriam de adaptar-se, rapidamente, a fim de não perder os eleitores, sua principal preocupação (MATHIESEN, 2003, p. 96).

O fundamento das condições para a substituição da prisão por formas de ação mais racionais decorre dessa nova consciência do problema, gerando *um outro clima de ação*, que passa a ser referência para proteção da sociedade. A ação racional efetiva seria produto desta desejada mudança política e cultural na lida com a questão criminal. E pela consideração como foco das novas políticas, tanto as vítimas, quanto os transgressores, o que poderia orientar a criação capilar de uma nova rede territorial de apoio, cuidados e proteção, em substituição ao sistema atualmente existente. Essa rede substituiria um sistema cujo símbolo decorre de uma

irracionalidade repressiva e inútil, e que compreende o sistema penal como um todo, mas principalmente o tripé polícia-tribunal-prisão.

Para Thomas Mathiesen, é necessário transformar as políticas de Estado e criar novas formas de ação das instituições para cuidar das vítimas e transgressores. Desse modo, tanto o apoio às vítimas, quanto a transformação das condições estruturais e conjunturais de usos do território poderão ser elementos-chave dessa nova política, mudando o atual paradigma de resposta do Estado às transgressões.

Em conjunto com essa necessária mudança institucional, torna-se fundamental realizar mudanças do território e suas condições de vida pela implantação de uma nova rede capilarizada e especializada de atendimento às vítimas. Condição realizável apenas por meio da reconstituição de sistemas funcionais à nova política, os quais deverão possuir abrangência, estrutura e funcionamento territorial adequados:

Eu procuro – e isso é apenas uma lista resumida – o apoio às vítimas de diversas formas: compensação econômica (do Estado) quando isso for pertinente, um sistema de seguro simplificado, apoio simbólico em situações de luto e de pesar, abrigos para onde levar as pessoas quando necessitarem de proteção, centros de apoio para mulheres espancadas, solução de conflitos quando isso for possível, e assim por diante. As vítimas não recebem absolutamente nada do sistema atual, nem da aceleração e ampliação do sistema presente. No entanto, poderiam receber muito se houvesse a mudança de direção do sistema na forma como sugeri. Uma ideia e um princípio fundamental seria guinar o sistema em 180 graus: ao invés de aumentar a punição do transgressor de acordo com a gravidade da transgressão, eu proporia o apoio à vítima de acordo com a gravidade da transgressão. Em outras palavras, não uma escala de punição para os transgressores, mas uma escala de apoio às vítimas (MATHIESEN, 2003, p. 96).

No caso da opção política por se atacar as causas da criminalidade, o combate às desigualdades também é defendido pelo professor anarquista, pois *a guerra contra o crime deveria ser uma guerra contra a pobreza* (MATHIESEN, 2003, p. 97). Ele defende uma série de ações com relação ao crime e ao transgressor, bem como mudança das condições estruturais que levam à criminalidade, como a necessidade de *moradias decentes*, de *programas de trabalho, educação e tratamentos não baseados na força*, bem como em uma alteração significativa na política de drogas.

No caso das drogas, como elas são um produto valorizado e disputado, constitui-se em torno de seu comércio toda uma rede de poder, com enormes ganhos econômicos,

principalmente, para quem tem o controle sobre a produção, distribuição e comércio em diversas escalas (atacadista e varejo). A prisão, no caso do combate às drogas, atinge principalmente os mais pobres que atuam no comércio varejista. Por isso, torna-se imprescindível discutir com seriedade a legalização do uso de determinadas drogas. Ao invés de centrada na polícia e repressão, como usualmente se faz, esta política se tornaria o instrumento principal para combate estrutural das organizações criminosas, aquelas que lucram enormemente com o tráfico, e a partir dele exercem seu poder:

Uma mudança em nossa política sobre drogas também atingiria o centro do crime organizado da droga, que é dependente das forças do mercado. Em outras palavras, efetivamente ameaçaria e liquidaria o poder dos figurões que hoje em dia não terminam na prisão, porque ela está efetivamente reservada para os pobres (MATHIESEN, 2003, p. 97).

Com o aprofundamento desse conjunto de novas políticas, a prisão seria utilizada apenas como instrumento de exceção, reservada somente para alguns. A política social definiria, de forma clara, os limites politicamente aceitos do número de celas e prisioneiros mantidos em regime fechado que a sociedade deveria aceitar:

Temos que admitir talvez a possibilidade de que encarcerar alguns indivíduos permaneça. A forma de se tratar deles deveria ser completamente diferente do que acontece hoje em nossas prisões. Uma forma disto ser assegurado, contra o aumento de seu número devido a uma mudança de critérios, seria estabelecer um *limite absoluto* para o número de celas fechadas para tais pessoas a ser aceito em nossa sociedade. A solicitação de um limite para a prisão também poderia ser uma arma útil em nossa luta atual contra ela. Em um momento de aceleração dramática deveria ser cuidadosamente considerada como uma estratégia (MATHIESEN, 2003, pp. 97-98).

Essa transformação da ação política liberaria um enorme volume de recursos, hoje consumidos pela prisão, os quais poderiam ser utilizados para a implantação da rede assistencial centrada no atendimento das vítimas, e na transformação objetiva das precárias condições de vida encontradas nos territórios-abrigo dos mais pobres, nas periferias e áreas degradadas dos municípios brasileiros.

Os três escudos protetores da prisão

Diante de toda irracionalidade já demonstrada, por que há continuidade do uso da prisão como pena, por que persiste sua utilização? Parte dos que apóiam a prisão tem no medo (da criminalidade, da violência) o sentimento que os mobiliza. O medo se junta à crença de que a prisão seria um instrumento efetivo de combate à criminalidade.

A falta de conhecimento sobre os recursos consumidos pela prisão, as altas taxas de reincidência e sua ineficácia na diminuição da criminalidade são elementos do cálculo racional que não são considerados por aqueles que, simplesmente, acreditam que a prisão é resposta coletiva ideal ao seu medo individual.

Os políticos, regra geral, conservadores ou progressistas, também têm medo: da complacência com situações de aumento da criminalidade, ou de serem pouco atuantes no combate à violência e aumento da criminalidade. Sem contar o compromisso de alguns deles com os agentes que se utilizam do medo coletivo e individual como fonte de negócios, garantindo lucros crescentes para as empresas de segurança e vigilância privada, para ficar apenas em algumas.

A partir dessas premissas, Mathiesen (2003, pp. 98-101) delimita os três escudos protetores da prisão na contemporaneidade: *os administradores do sistema de controle criminal; a passividade dos intelectuais e pesquisadores e, por fim, à ação dos meios de comunicação de massa na conformação da opinião pública.*

Os administradores silenciam por duas razões: uma grande parcela deles foi cooptada, possui lealdade ou acredita no sistema de justiça criminal por ele ser um *sistema com fundamento legal* (apoiado nas leis); uma pequena minoria, crítica, é desacreditada ou desqualificada, e taxada de *teórica, sonhadora, revolucionária*, sendo alvo de ataques que desviam o foco que permitiria conhecer as irracionalidades do sistema de justiça criminal.

O segundo escudo protetor compreende os intelectuais e pesquisadores do tema. Eles poderiam ser juntados em dois grandes grupos – o daqueles que se resumem a fazer pesquisas e promover debates *ortodoxos*, apegados a detalhes e a uma superficialidade que não atinge as causas, e promovem uma reflexão pouco efetiva e superficial para criação de consciência social sobre o problema da prisão. Pois não buscam conhecer em profundidade seus fundamentos

estruturais, ou o funcionamento do sistema de justiça criminal, em sua totalidade, de forma crítica. Esses cientistas sociais pouco contribuem para se conhecer, compreender ou criticar a irracionalidade da prisão como instrumento de proteção social.

Já os heterodoxos são minoria, mas são aqueles que vão a fundo na investigação das causas do problema, e por isso propõem soluções e mudanças estruturais. No entanto, muitos deles são vistos como radicais, exceção à regra e, muitas vezes, são marginalizados dos centros de decisão política sobre o sistema de justiça criminal⁴⁵⁶.

A categoria mais ampla de intelectuais e pesquisadores, bem informados sobre os resultados terríveis das pesquisas das prisões, hoje estão mudando da heterodoxia para ortodoxia e mesmo para a própria *doxa*. No clima da década de 1970, com a crítica radical das instituições em geral e das prisões em particular, os pesquisadores que conduziram a pesquisa sobre a reabilitação foram muito heterodoxos: eles viram e definiram a pesquisa e os achados como devastadores para o sistema carcerário. Hoje, por exemplo, aqueles que pesquisam a interdição seletiva e a predição de violência, sutilmente mudam os padrões. Eles dizem que as correlações entre os índices sociais e a violência futura, sem dúvida, são baixos e que as porcentagens de falso-negativo e falso-positivo são altas. Mas, eles seguem dizendo que assim também são as correlações das ciências médica, psicológica e social. (...) Assim, os pesquisadores atuais, em contraste com aqueles de 1970, entraram no debate ortodoxo ou mesmo no apoio ao sistema, na *doxa*. Novamente, a mudança do ponto de vista de parte dos pesquisadores é contextualmente produzida: hoje em dia, o debate público em geral é drasticamente diferente daquele da década de 1970. Os pesquisadores também seguiram o mesmo caminho (MATHIESEN, 2003, pp. 100-101).

O terceiro escudo protetor do sistema prisional é a mídia corporativa, principalmente a televisão, no modo como lida com o sistema prisional, filtra e distorce informações a seu respeito, e com isso produz uma falsa consciência sobre seu funcionamento e seus problemas. No entanto, a complexidade do atual período histórico tem produzido outras formas de comunicação, e novas formas de resistência às políticas hegemônicas, o que permite questionar e *querer saber*

⁴⁵⁶ “A posição dos inúmeros pesquisadores pode ser vista dentro de um contexto particular. O sociólogo francês Pierre Bordieu usou o sufixo grego *doxa* para designar o que é inquestionável e tomado por certo numa cultura. *Doxa* é algo que você não discute ou debate, porque é bom por princípio e assim sendo é indiscutível. Cada cultura tem sua *doxa*. Em torno dela, há duas esferas de debate: o ortodoxo e o heterodoxo. No debate ortodoxo, os detalhes são discutidos, mas as premissas básicas do sistema permanecem indiscutíveis e *dóxicas*. No debate heterodoxo, questões fundamentais sobre as premissas básicas do sistema são levantadas. A *doxa* tenta limitar o debate heterodoxo e, se possível, silenciá-lo completamente. Se isso não é alcançado, são feitas tentativas para converter o debate heterodoxo em ortodoxo, um debate sobre detalhes superficiais. Se os oponentes obstinadamente insistem em ser heterodoxos e se o sistema político não é democrático, eles são exterminados como hereges. Nas sociedades democráticas eles não são exterminados mas relegados a encontros, organizações e jornais periféricos e outros contextos similares. Apenas ocasionalmente são autorizados a entrar nas reuniões e na mídia central, frequentemente como álibis radicais do sistema”. (MATHIESEN, 2003, pp. 99-100).

que tipo de consciência comum sistemas inteiros de mensagens poderiam cultivar(GERBNER, 1976, p. 180 APUD MATHIESEN, 2003, p. 102).

De modo generalizado, as desigualdades são tratadas de forma natural e superficial quando abordadas na televisão. Mas também atribuídas à falta de iniciativa dos sujeitos para superarem condições que, na grande maioria das vezes, foram socialmente construídas.

Já no caso do sistema penal - em relação às causas da transgressão - são feitas associações diretas com a condição de pobreza do indivíduo, estabelecendo-se relações simplistas, muitas vezes equivocadas, de causa e efeito, associando um fantasioso potencial de violência e criminalidade às origens e território ocupado pela pessoa ou seu grupo social. Uma consequência é o tratamento preconceituoso e discriminatório desses grupos e indivíduos, principalmente nos programas policiaiscos, aqueles de grande apelo popular, ou mesmo nos telejornais considerados mais sérios. Assim, todos os dias, inúmeras pessoas são julgadas e condenadas, ao vivo, por diversos canais importantes de TV no Brasil, contrariando leis como a constituição brasileira com a convivência das instituições que deveriam zelar pela garantia de direitos no país⁴⁵⁷

A mídia, principalmente a televisão, hoje focada principalmente em estimular o consumo exacerbado e conspícuo, tornou-se um tipo de religião da modernidade. Ela mistura informação com entretenimento, mas distorce ideias, fatos e o próprio conhecimento científico em nome da falácia de se produzir mais fácil inteligibilidade, ou direcionar vontades, comportamentos e gostos. Além de tratar questões bastante sérias de modo enviesado, superficial e tendencioso *com “ênfase na imagem, como aquilo que define o verdadeiro e o falso, o que realmente aconteceu, como se a representação não existisse, o que exige urgentemente uma mudança cultural fundamental no ocidente”* (MATHIESEN, 2003, p. 103).

Para Thomas Mathiesen, dos três escudos protetores que mantém a irracionalidade da prisão contemporânea em segredo a mídia, em particular a televisão, é o mais importante. Uma mudança na forma e conteúdo das informações difundidas por este meio seria a intervenção que operaria de forma sistêmica em todos os outros escudos, provocando mudanças significativas, e contribuindo para denunciar a irracionalidade da prisão. Assim,

⁴⁵⁷ As instituições diretamente responsáveis pelo sistema de justiça, como o Ministério Público, e a OAB, mas também outras que poderiam contribuir para o fim desses massacres televisivos diários, como os sindicatos, as igrejas e associações de classe.

Se a mídia, especialmente a televisão, mudasse o conteúdo do divertimento superficial para o conhecimento crítico criaria uma mudança cultural básica, uma mudança no clima cultural, que teria repercussões em todas as áreas de pesquisadores e intelectuais, assim como de administradores. Como eu já mencionei, os administradores e os pesquisadores, dentro e na ponta do sistema, geralmente “seguem o exemplo”. Quando o clima cultural envolvendo a prisão torna-se difícil eles tornam-se difíceis. Quando o clima cultural abranda, eles abrandam. Não são heróis independentes, ao contrário, suas antenas estão dirigidas para fora, em direção ao clima cultural, mediado como é pelos meios de comunicação de massa. Uma mudança no clima cultural externo, na opinião sobre o que é a “linha correta”, criaria uma mudança paralela entre os pesquisadores próximos ao sistema e os administradores dentro dele. Certamente, ainda estariam envolvidos em longas batalhas, na margem, assim como dentro da prisão. Talvez a mudança cultural básica no centro e na margem deva parcialmente esperar pela próxima geração, mas aconteceria mais cedo ou mais tarde (MATHIESEN, 2003, pp. 104-105).

Para o professor norueguês, as transformações poderiam acontecer ao longo do tempo, mas seriam potencializadas pela criação de um espaço público alternativo para a política penal, a qual deveria conter três componentes: *o poder absorvente dos meios de comunicação de massa; a restauração e a auto-estima dos movimentos organizados de baixo para cima e, por fim, a restauração do sentimento de responsabilidade por parte dos intelectuais*. A ação em diferentes intensidades e escalas de todos esses agentes sociais seria fundamental para a transformação do sistema de penas, pois *a questão da prisão não é uma questão para um segmento, mas para todos nós* (MATHIESEN, 2003, pp. 107).

Uma compreensão social mais abrangente e crítica como consequência de análise profunda da prisão *permitiria ao indivíduo comum recusar a “honra” de ser o cão de caça da Lei*⁴⁵⁸. Este também seria um caminho para mudança das instituições, o que poderia ser alcançado por meio da chamada opinião pública, a partir do conhecimento da produção teórico e política

⁴⁵⁸ Como exemplo de pessoas comuns, fora da esfera dos especialistas da chamada segurança pública, servirem a um projeto de monitoramento, controle e seletividade. Funcionando com base no medo e na sensação de perigo sentida ao se defrontar com “pessoas diferentes” no bairro, um projeto vem sendo testado em Higienópolis, bairro nobre localizado próximo ao centro do município de São Paulo: “Moradores, trabalhadores e policiais militares de Higienópolis, bairro nobre na região central de São Paulo, começam a testar, hoje, uma rede digital para a comunicação de crimes e outros problemas. O sistema, uma espécie de “botão de pânico”, terá como base um aplicativo para smartphones. Ele agrega usuários previamente cadastrados por meio de endereço, e-mail e número de celular. No caso de Higienópolis, o aplicativo será usado, inicialmente, para conectar um grupo de moradores, porteiros de edifícios, taxistas, funcionários de escolas, o dono de uma banca de jornal e policiais que fazem o patrulhamento da área. Por iniciativa do Movimento Brasil Merece Mais, formado por cerca de 300 integrantes, 14 celulares serão doados a porteiros, taxistas e escolas, todos já cadastrados no aplicativo gratuito Agentto. Outros dois telefones, também ligados à rede, ficarão com os PMs.” Fonte: CARAMANTE, André. *Moradores de Higienópolis começam a testar ‘botão de pânico’*. Folha de São Paulo (on line) edição de 03/10/2013 <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/10/1351012-higienopolis-comeca-a-testar-botao-de-panico.shtml> acesso em 11/10/2013.

das relações entre crime, criminoso e criminalização na estrutura de uma sociedade desigual, como sugere Emma Goldman:

No entanto, *o primeiro passo a ser dado é a renovação da consciência social*, que está em uma condição particularmente dilapidada. *Ela necessita, desesperadamente, ser despertada para o fato que o crime é uma questão de grau, que todos nós temos o embrião do crime dentro de nós, mais ou menos, de acordo com o nosso ambiente mental, físico, e social; e que o indivíduo criminoso é somente um reflexo das tendências da massa.*

Com a consciência social despertada, o indivíduo comum pode aprender a recusar a “honra” de ser o cão de caça da lei. Ele pode parar de perseguir, desprezar, desconfiar do criminoso social e lhe dar uma chance de viver e respirar entre seus companheiros. As instituições são, obviamente, mais difíceis de serem atingidas. Elas são frias, impenetráveis e cruéis; no entanto, com a consciência social despertada pode ser possível libertar as vítimas das prisões, da brutalidade dos oficiais, guardas e carcereiros. A opinião pública é uma arma poderosa; até os guardiões da presa humana a temem. Eles podem ser educados com um pouco de humanidade, especialmente se perceberem que seus trabalhos dependem disso. (GOLDMAN, 2005, p. 68, grifo nosso).

A autora destaca ainda a importância do debate penal no campo da política, como fator de ativação da consciência social. No entanto, quase sempre, contraditoriamente, as soluções buscadas têm sido técnicas ou tecnológicas, resultando em fortalecimento do aparato repressivo do Estado (armar a polícia, construir mais prisões, ou modernizá-las dentre outras).

O fim da seletividade prisional

As mudanças desejáveis e necessárias: respostas para situações-problema além do direito penal; constituição de novas hegemonias, que tenham como foco/objetivo maior a vida, não à sustentação do sistema capitalista; mudança do Estado, principalmente da ação da polícia em relação às classes menos privilegiadas.

O debate em curso dentre diversos segmentos da sociedade brasileira sobre a desmilitarização da PM também seria importante, desde que não seja feito isoladamente de todo contexto de usos hegemônicos do sistema penal. Caso contrário, não haveria também tantos descabros e violências praticadas pela polícia brasileira chamada de polícia civil.

O sistema penal como um todo precisaria ser reorientado, para se romper com a seletividade hoje promovida pela ação da polícia nas ruas, mas sustentada institucionalmente pelo restante do sistema penal (promotores, juízes, sistema prisional etc). A mudança do sistema deve contemplar mudanças estruturais e funcionais.

Descriminalização como escolha política

Drogas, trabalho informal, aborto, pequenas infrações cotidianas, todas essas ações, dentre muitas outras, constituem-se em justificativas para encarceramento dos mais pobres. É fundamental demolir a *ideologia de defesa social* que coloca os mais pobres como grandes responsáveis pela miséria moral e pela violência que afligem sociedades contemporâneas como a brasileira.

Diante de uma totalidade de crimes e infrações, o sistema penal funciona prioritariamente para punir aqueles crimes de menor potencial ofensivo (furtos e roubos, por exemplo). O grande alvo do aparato repressivo do Estado têm sido os mais pobres, em detrimento da ausência efetiva de ação contra crimes de maior potencial ofensivo à sociedade como, por exemplo, os crimes cometidos no mercado financeiro, ou desvios de recursos sociais escassos da previdência social, da saúde, da habitação, da educação. Torna-se preciso resignificar escolhas e prioridades, o que exige alterar as próprias relações de poder que orientam o funcionamento do Estado corporativo e do sistema penal.

Países que têm conseguido esvaziar suas prisões ou, ao menos, diminuir o ritmo de aprisionamento, tem modificado leis discriminalizando comportamentos de massa, que poderiam levar, facilmente, ao grande aprisionamento, se o poder punitivo não tivesse neles sido contido por escolhas mais racionais e coerentes com os novos tempos⁴⁵⁹.

⁴⁵⁹ A Holanda é um exemplo, em relação à discriminalização do consumo de certas drogas seguida, talvez, por Portugal. No caso do representante dos países baixos, a condução de sua política de discriminalização tem possibilitado o esvaziamento de prisões.

Capítulo 11

Para além do Estado penal

Capítulo 11

Como foi visto nos capítulos precedentes, há relações diretas entre estruturas sociais profundamente desiguais e o funcionamento do sistema penal. A expansão desse sistema, em particular pelo grande aprisionamento policial e expansão do sistema prisional, tem exigido crescentes investimentos e consumido importantes recursos geridos pelo Estado, em detrimento de outras áreas sociais. É possível pensar em outras possibilidades de ação, contrárias ao endurecimento da repressão e o adensamento das estruturas penais, como será demonstrado neste capítulo.

Natureza do espaço e o poder

Um caminho possível para mudança do paradigma em torno do qual se organizou o estado penal, seria desnaturalizar a ideia da prisão como única resposta às transgressões. Como *componente inexorável da natureza humana*, como analisa Marildo Menegat (2012, pp. 94-95):

Diante das mudanças históricas das formas de punição, que acompanharam transformações mais profundas da estrutura social, a única permanência foi a impressão cuidadosamente cultivada pelos diversos regimes de regulação social de que a punição é necessária e indiscutível. Esta ideia não se restringe ao campo da política criminal, mas se relaciona à ideia disseminada de uma suposta impossibilidade de se superarem as estruturas sociais que as requerem por ser a punição a resposta de qualquer sociedade a um componente inexorável da natureza humana.

Nas sociedades contemporâneas, os objetos geográficos como o sistema prisional têm servido - cada vez mais - a funcionalidades políticas pré-determinadas. Por essa razão, muitas vezes tornam-se vetores de ações hegemônicas. É assim que passam a interferir na estrutura e conteúdos da sociedade, inclusive moral, como esclarece Milton Santos:

(...) os objetos fixos, fixados ao solo, são, como jamais antes houve, portadores de uma intencionalidade, exatamente porque estamos na era técnico-científica e os objetos são como jamais foram portadores de um conteúdo técnico que lhes atribui uma função precisa dentro da sociedade. Todavia, uma vez construídos eles se tornam natureza, espaço geográfico, intervindo assim na elaboração da sociedade, da economia, da política, mas também da cultura e da moral (SANTOS, 2011, p. 7).

O sistema prisional é um grande objeto técnico portador de intencionalidades, síntese da racionalidade político-econômica hegemônica desta contemporaneidade. A qual também promove exclusão dos inadaptados à ordem vigente, com uso racional de um tipo de justiça que nada mais é do que dominação de classe na atualidade.

Por essa razão, para que uma mudança nas estruturas sociais seja mais efetiva também será necessário também transformar os elementos constituintes do espaço – os objetos geográficos, *essas cristalizações de tipos particulares do poder*, se o que se busca é a realização de novas funções políticas e sociais. Milton Santos aponta como sendo este o caminho para a elaboração de um novo pacto político que seja também um pacto territorial (2011, p. 7):

Então, como dizia, e todo mundo sabe, uma sociedade, uma economia, um estado se realizam através de funções, a função é a ação, é a ação da estrutura social cristalizada no poder, todos os tipos de poder, é a ação da economia é a ação do político, são as funções, e o espaço como era antes, mas como, sobretudo, é hoje, é o lugar final da ação. O espaço é o lugar final da ação não apenas como lugar filosófico da ação, mas como lugar geográfico da ação, e o espaço é também instrumento da ação. Daí, o fato de que todo avanço social, econômico e político se faz através de um pacto territorial⁴⁶⁰.

A constituição e arranjo de novos objetos geográficos não deve ocorrer de modo aleatório, ou de forma vetorizada, sem a participação das localidades ou municípios que em seu conjunto compõem a totalidade territorial. O que justifica a fundação de novos pactos territoriais, os quais também serão pactos políticos e morais. Eles poderão ser produzidos a partir de novas ideias e da crítica às hegemonias e aos processos que têm aprofundado as desigualdades espaciais contemporâneas.

⁴⁶⁰ “Eu vou dar alguns exemplos, por acaso brasileiros. Vejamos, por exemplo, a constituição de 1946. Imagino que a maioria das pessoas que estão aqui, algumas não devem ter noção do que é uma constituição e certamente um grande número não é do tempo da constituição de 1946, eu também não, mas ouvi falar dela e a estudei. Na constituição de 1946 nós vimos, animados pelo então deputado Aliomar Baleeiro e sugerido por um grupo de meninos, que em diversos lugares do Brasil, tentavam um acordo chamado municipalismo, isto é, planejamento sem consultorias, sugerir coisas. Nessa constituição aparece a divisão igualitária entre todos os municípios de uma parcela do imposto de renda, isso desencadeou um movimento de redivisão territorial do país, a criação de uma quantidade de municípios, isto é, uma reorganização territorial da geografia e da sociedade brasileira através de uma decisão política, isto é, de um pacto territorial, um pacto geográfico. Pacto que a geografia não estuda, de que a geografia não se ocupa, de que a geografia não quer saber, que não interessa ao geógrafo, que não faz parte do nosso trabalho. Temos também a revolução de 1932, dita constitucionalista. Revolução que teria sido feita para impor ao senhor Getúlio Vargas, chamado de ditador por aqueles que fizeram a revolução de 32, a revolução paulista, que aparece como sendo um movimento para restaurar a democracia, que na realidade correspondia às novas realidades emergentes do país, isto é a industrialização do Brasil no espaço paulista, porque jamais houve e até hoje não existe indústria paulista, o que existe é uma indústria brasileira localizada em São Paulo por razões políticas, sociais e econômicas, sobretudo razões geopolíticas. Geográfica, malgrado geógrafo, essa revolução de 1932 tinha como objetivo entre outros, qual? O de abolir as fronteiras nesse país, dos estados federados, o de eliminar as dificuldades apostas à passagem de mercadorias para que São Paulo pudesse, a partir daí, vender em todo país e aumentar, por conseguinte, as possibilidades de expansão do seu parque industrial” (SANTOS, 2011, p. 8).

Por onde começar?

O sistema prisional recebe influências de diversos outros subsistemas sociais, com diferentes níveis de interferência, ligados direta ou indiretamente à questão prisional, conforme é possível de ser observado na Figura 1. Uma forma de alterar a dinâmica de um sistema é através de uma mudança estrutural, com a supressão ou substituição de parte de seus elementos, ou a modificação do conteúdo ou funcionamento dos seus atuais constituintes (SANTOS, 2002, pp 175-182).

Figura 6– Sistemas de influência sobre o sistema prisional⁴⁶¹.

1) Pessoas que sinalizam quem são os suspeitos da prática de crimes; 2) Grupos de pressão; 3) Polícia; 4) Cortes e Tribunais; 5) Sistema Carcerário; 6) Mídia de massa; 7) Jurisprudência; 8) Direito Criminal; 9) Comentários às leis; 10) Mito maniqueísta, estrutura hierárquica, noção de gravidade; 11) Atividades Legislativas; 12) Governo (parlamento); 13) Ministério da Justiça; 14) Universidade; 15) Romances, quadrinhos e teatro; 16) população.

⁴⁶¹ Versão em português do esquema encontrado na obra de ANCEL, Marc et KOUDRIAVTSEV, V. N. *La planification des mesures de lutte contre la délinquance*. Travaux du Colloque de Politique Criminelle et de Défense Sociale organisé à Moscou du 13 au 19 octobre 1980. Paris : Éditions A. Pedone, 1984. (P. 45) e traduzido do francês por James H. Zomighani Jr.

De modo simplificado, a análise da Figura 1 permite elencar três conjuntos determinantes na organização e funcionamento do sistema penal, em particular do sistema prisional:

- A. Os agentes que produzem toda doutrina criminal, dentre eles, juristas, juízes, promotores e advogados (com a produção de jurisprudência no âmbito das cortes e tribunais, por exemplo) e as instituições operativas especializadas, que tem atuação direta na gestão do sistema, por isso interferem diretamente no seu cotidiano como o Ministério da Justiça, ou as Secretarias Estaduais (gestão policial e penitenciária);
- B. As instituições de proteção social que, direta ou indiretamente, possibilitam que as pessoas se tornem mais ou menos vulneráveis diante das situações do cotidiano que podem resultar em criminalização ou prisão (instituições ligadas à seguridade social, de proteção à infância, de segurança no emprego; saúde, moradia, educação etc)
- C. Por fim, aquelas que, pode-se dizer, possuem uma atuação psico-sociológica sobre a questão do crime e da pena, atuantes, diretamente, sobre a produção de ideias e sentimentos da população, adjetivadas por conceitos como crime, criminalidade e delinquência. *Bem como também agem na relação diretamente estabelecida entre a produção de dramas (espetáculos, pode-se dizer) sobre estas questões e as instituições responsáveis por responder por elas perante o conjunto total da sociedade* (os operadores diretos do sistema penal, policial e prisional) (ANCEL, e KOUDRIAVTSEV, 1984, p. 45).

A compreensão sobre o funcionamento do sistema penal, pelo entendimento da interação entre seus elementos constituintes, torna possível concluir que qualquer mudança objetiva exige mudanças na estrutura, refuncionalização de seus componentes e deles com o conjunto total da sociedade. Ou seja, uma nova construção política e social como resposta às transgressões das leis, possibilitando novas condições e situações, incluindo-se a mudança das próprias leis.

A constituição desse novo paradigma permitirá que a sociedade supere o sistema penal contemporâneo, ou seja, que encontre novas racionalidades não limitadas às ações da repressão policial ou do aprisionamento. Esse processo poderia ser acelerado com uma contribuição maior dos seguintes agentes políticos e sociais:

- Movimentos sociais, alimentados pelas novas ideologias e formas de lidar com alternativas à prisão, da ação policial, e de seus sistemas interdependentes
- Intelectuais engajados na criação e fortalecimento de uma nova concepção de mundo, e do problema da criminalidade, das desigualdades e da prisão;
- TV e outras mídias alternativas

A cultura que pode induzir a constituição do novo paradigma também pode ser encontrada nas condições reais de vida. Como aquelas existentes, principalmente, nas periferias pobres das grandes cidades brasileiras (hoje espaços passivos das ações penais hegemônicas). E ser alimentada a partir do esclarecimento e apoio das classes médias e altas, pois, de certo modo, elas estão mais próximas dos centros de decisão política que comandam a sociedade brasileira contemporânea.

Este movimento conjunto e coordenado criaria pressão sobre os grupos políticos para uma mudança efetiva das condições político-normativas (mudanças nas leis, busca por outras alternativas à questão penal). Mas também poderia resultar em como mudança estrutural, cuja consequência seria um ineditismo no tratamento da questão criminal no país.

Mudanças no sistema penal

Muitas leis, além dos códigos penais, regulam a espessura do filtro da seletividade penal. Reverter o atual processo de aprisionamento exige um debate sério e profundo sobre diversas questões. Dentre elas, as condições de vida e do cotidiano de milhões de pessoas que sofrem inúmeras carências, situações de violência não criminal, dentre outras formas de repressão agravadas pela ação da polícia, dos tribunais e do sistema prisional.

Estão incluídas questões de saúde (como o tratamento do aborto como crime, e não como problema social, ou de saúde e direito de escolha da mulher); do chamado meio ambiente (com a criminalização de práticas culturais e históricas, dos pequenos agricultores, ou comunidades autóctones como caiçaras e indígenas...). E, principalmente pela influência das políticas anti-drogas dos EUA, a criminalização pela posse e consumo de drogas de todos os tipos e quantidades.

A descriminalização da posse e do consumo de drogas ilícitas de baixo potencial ofensivo (como a maconha) permitiria maior controle do Estado, tiraria da clandestinidade seu consumo, e

enfraqueceria o poder dos grandes traficantes de armas e drogas. São eles que hoje lucram enormemente com a proibição, e são responsáveis por parcela significativa da violência por conta disputas, não mediadas pelo Estado, para controle de mercados, ou seja, de extensas parcelas do território nacional. Enfrentar essas questões espinhosas torna-se fundamental para diminuir o processo de criminalização, principalmente, dos mais pobres, maiores vítimas dessas proibições.

A mudança na estrutura e estatuto das polícias brasileiras será outro importante passo em direção às mudanças, pois hoje as polícias não se constituem como forças de defesa da sociedade, mas sim, principalmente, da propriedade privada. O que responde em parte por sua forma autoritária, repressora e violenta de trato com os não proprietários, principalmente nas periferias mais carentes.

Uma mudança na instituição policial exigiria mudança da constituição brasileira, portanto seria também responsabilidade do Congresso Nacional (deputados e senadores)⁴⁶². Em julho de 2013 havia, em tramitação no Congresso Nacional, duas Propostas de Emenda Constitucional-PECs para desmilitarização da Polícia Militar - a PEC 102, de 2011 (de autoria do deputado federal Blairo Maggi do PR/MT) *que autoriza os Estados a desmilitarizarem a PM e a unificarem suas polícias*; e a PEC 432, de 2009, a qual *visa a unificação das polícias Civil e Militar dos Estados e do Distrito Federal, além da desmilitarização do Corpo de Bombeiros, bem como dá outras funções para as guardas municipais* (autoria do deputado federal Celso Russomano, do PP/SP)⁴⁶³.

A desmilitarização das PMs seria uma primeira e importante etapa, mas necessária de ser seguida por outras ações resultantes da transformação do sistema penal em sua totalidade.

⁴⁶² “Uma das críticas feitas à militarização da polícia é o treinamento a que se submetem os policiais militares. “As forças armadas são treinadas para combater o inimigo externo, para matar inimigos. Treinar a polícia assim é inadequado, pois o policial deve respeitar direitos, bem como deve ser julgado como um cidadão comum e não por uma Justiça Militar”, argumenta o professor da UFMG. “Grande parte dos policiais militares que são praças também defendem essa ideia da desmilitarização já que eles são impedidos de acessar garantias trabalhistas, além de terem direitos humanos desrespeitados”, afirma Vianna.” Fonte: OLIVEIRA, Noelle. *Entenda o que é a desmilitarização da polícia*. <http://www.ebc.com.br/cidadania/2013/07/entenda-o-que-e-a-desmilitarizacao-da-policia> acesso em 25/07/2013.

⁴⁶³ Ídem.

Diminuição das desigualdades pelo atendimento das demandas

Obviamente que se torna necessário, além de mudança das ações para resolutividade dos conflitos sociais, um redirecionamento das políticas de Estado. Principalmente pelo aumento do investimento em setores como saúde, educação, moradia, emprego, nos territórios e localidades onde sua oferta é mais rara atualmente. Ou seja, principalmente, nas periferias pobres e áreas degradadas da cidade.

Além da também necessária diminuição de diferenças na densidade territorial da configuração territorial (infra-estrutura, serviços públicos), outro caminho seria o fortalecimento das esferas do lazer, esporte e cultura. A ampliação da oferta de atividades de complementação à educação formal constitui-se em formas de canalizar energias, expectativas e potencialidades humanas nas periferias pobres o que hoje, infelizmente, é feito com grande competência pelos traficantes de drogas.

Outro desafio político é modificar a forma como a riqueza é produzida e distribuída, pois o acúmulo de riquezas na sociedade capitalista, nos moldes como a sociedade é organizada atualmente, impede sua redistribuição, pois *no sistema capitalista, o excedente toma a forma de lucro. É por isso que ele não pode ser redistribuído*. Para reverter esta situação, *e para que ele (o excedente) se torne um fundo social, importantes mudanças econômicas e políticas se impõem* (SANTOS, 1978, p. 16), como nos afirma Milton Santos:

Quando falamos de organização econômica trata-se também de sistema político. Ambos implicam uma forma específica de organização do espaço, porquanto fornecem a estrutura dominante do sistema territorial. Não se trata, pois, de um problema de realocização do capital, como pretende a doutrina oficial da planificação regional. A eliminação daquilo a que chamamos dominação espacial não é concebível sem a utilização social do capital acumulado, quer dizer, do excedente gerado coletivamente (SANTOS, 1978, pp.16-17).

O autor destaca a urgente necessidade de se constituir novo projeto de nação, pois ele deve ser concebido, prioritariamente, para atender às demandas sociais da grande maioria mais pobre. Esta mudança *supõe também a liberação da lei do valor internacional, medida especulativa dos bens e dos homens transformados em mercadorias, e sua substituição por uma lei social do valor, medida humana dos bens e serviços tomados em seu valor de uso* (SANTOS, 1978, p. 17).

A construção deste novo projeto de sociedade, modificando o processo gerador de desigualdades, implica em alterar as formas como o capital comanda a vida, dita necessidades, e aliena populações e territórios voltados, sob seu comando, ao atendimento de demandas internacionais, em prejuízo da população brasileira. Com a mudança política, através do Estado com foco no social, a população (representada pelo Estado), decidirá sobre novas formas de aproveitamento do excedente, orientando políticas de oferta e demanda, associando-as às novas políticas de produção. Para que esse processo ocorra, torna-se primordial o comando político dos meios de produção:

Aborda-se então o problema de uma nova política de demanda associada a uma nova política de produção. A demanda, isto é, o consumo efetivo, deve adaptar-se às necessidades reais da população nos limites do produto socialmente realizado. A produção deve organizar-se em função da demanda social assim redefinida. É necessário, para isso, que a sociedade global representada pelo Estado possa decidir as formas de utilização do excedente.

A questão da apropriação e da utilização do excedente não admite senão uma solução. A da propriedade dos estoques, isto é, dos meios de produção, dá lugar a um debate entre aqueles que imaginam que esses meios devam ser transferidos de uma só vez à sociedade (SANTOS, 1978, p. 17).

Milton Santos destaca que, na implementação deste projeto nacional, o debate acerca da propriedade privada pode ficar para um segundo momento. O importante, nesta primeira etapa, seria obter o *comando* dos meios de produção, e a destinação política dos excedentes extraídos no processo de produção. Isso não significa que o processo será simples, ou fácil de ser realizado, por conta de uma inércia conservadora, até mesmo reacionária, das instituições constituintes do espaço geográfico, ou da inércia estática de forças políticas mais resistentes a qualquer mudança na sociedade atual.

No entanto, como seria esta transferência do comando e poder político sobre os meios de produção? *“O problema da transição coloca-se aqui com todas as suas incógnitas. Os países que desejam transformar a necessidade em abundância, mediante uma política racional de distribuição, não se podem livrar facilmente da herança capitalista no contexto nacional ou internacional” (Ibidem).*

O autor aponta com propriedade a necessidade de se fazer um novo tipo de planejamento que oriente outros usos do território, de modo a diminuir, progressivamente, o modo como o espaço geográfico condiciona ou mantém desigualdades. Ou como ocorre a determinação das

seletividades espaciais, problema que não é colocado, a priori, no contexto das análises, mas que se torna cada vez mais essencial:

Todavia, o problema em si não é objeto de atenção particular ao nível da análise; somente no momento da ação é que ele aparece como primordial. Entretanto, o modo pelo qual o espaço se organiza não é apenas o resultado de uma escolha política e econômica. Em consequência, torna-se ele um elemento fundamental da reprodução das relações econômicas e sociais, assim como a ideologia dominante e pode representar um obstáculo maior à mudança. A acumulação seletiva das infra-estruturas é um convite à concentração da atividade econômica: esta se beneficia de uma mão-de-obra barata que a presença do capital não pára de atrair; a concentração das atividades facilita o controle do resto do país. Um regime político-econômico novo é herdeiro de taras. Só conseguirá eliminá-las se modificar o pano de fundo espacial de suas novas concepções referentes à ordem espacial (SANTOS, 1978, p.17).

Mudanças na organização do espaço geográfico surgem a partir de novas visões de mundo, do tipo e estrutura de sociedade que se pretende constituir. Como o conjunto de forças políticas ativas possui uma inércia, responsável pelas dificuldades de mudanças nas atuais condições, será inerente a superação de resistências políticas para implementação de novo planejamento territorial. Ele é necessário para dirimir as desigualdades produzidas pelas atuais hegemonias dominantes, como próprio campo de força reprodutora das desigualdades espaciais.

É possível antecipar-se à crítica de que uma retomada de fundamentos marxistas, apoiada em análises e conceitos propostos pelo autor alemão e se tornaram velhos. Portanto, seriam incapazes de dar conta da complexidade e da velocidade das mudanças do tempo presente. No entanto, ao tratar desta questão, Milton Santos resgata o princípio de que *é utilizando a noção do tempo histórico, fundamental no método marxista, que compreendemos por que algumas das interpretações de Marx se tornaram insuficientes, mas outras permanecem atuais; o método, portanto, permanece necessário* (SANTOS, 1978, p.18).

Para tal, cumpre poder definir a realidade e o presente. Isto não é fácil, pois, com a aceleração da história, realidade e movimento se confundem na mesma medida de tempo e desafiam nossas capacidades de percepção. A multiplicidade das variáveis combinam-se em sucessão rápida, prestando-se a interpretações variadas. Todavia, certo número de dados impõem-se de modo suficientemente claro e geral para que se possa tomá-los como base objetiva de interpretação. Trata-se de qualquer modo de “procurar a verdade a partir dos fatos”, segundo a expressão de Mao-Tse-Tung (SANTOS, 1978, pp.18-19).

A história contemporânea oferece *possibilidades reais e concretas de, partindo-se de um tempo real, apreender na sua práxis o espaço conforme ele se apresenta ao mesmo tempo,*

realidade e processo (ibidem), tendo como princípio fatores universalmente reconhecidos, os quais orientam renovação das categorias históricas de análise do concreto, pois

Uma necessidade crescente de acumulação de capital, acompanhada de sua concentração e da necessidade de uma circulação em escala mundial; comando da produção e do consumo pelas firmas multinacionais, isto em escala internacional, por intermédio do monopólio da pesquisa e de uma publicidade todo-poderosa. Essas novas condições, surgidas após a Segunda Guerra Mundial, tornam caduco todo estudo que, pretendendo basear-se em Marx, procurasse reinterpretar suas ideias sem levar em conta a renovação das categorias históricas (SANTOS, 1978, p.19.).

Pensar em mudanças objetivas diante do imobilismo e da decretação do fim da história seria utopia? Sonho vago? Projeto irrealizável? Somente se *essa geografia real (do mundo) não fosse a geografia que se estuda, que se ensina, que se escreve. O nosso trabalho é um trabalho fantasma, porque nada tem a ver com a realidade das coisas que existem* (SANTOS, 2011, p. 12).

Prefere-se acreditar, como faz Milton Santos inspirado em Sartre, na crença de que *não existe homem sem projeto*, do que escolher, como o fazem *muitos geógrafos que se contentam em descrever, desenvolvendo a maioria das teorias espaciais que são estáticas e fazem com muita facilidade abstração do homem, contribuindo assim para imobilizar o mundo, ao invés de transformá-lo (ibidem)*.

Destinação de recursos para atendimento às vítimas

Uma destinação necessária para os excedentes seria a criação de uma rede descentralizada de atendimento às vítimas de crimes. Ela também poderia contribuir para evitar que ocorrências não-criminais (desentendimentos, acusações, divergências diversas....), por negligência ou letargia do Estado tornem-se eventos criminais, o que ocorreria por falta de instâncias de negociação e busca por solução dos conflitos.

Em relação às formas de lidar com o problema já deflagrado, os anarquistas abolicionistas penais do NUSOL já desenvolvem uma lida não criminalizadora com situações-problema, maneira abolicionista de enfrentar circunstâncias trágicas, inesperadas e indesejáveis na vida de uma pessoa ou grupo social sem criminalizá-las. Com metodologia bastante inovadora e distinta da justiça criminal atual, eles propõem que as ações devam ser respostas-percurso. Ou seja, meios

possíveis para o encontro de outras respostas pelas mesmas pessoas, sem a pretensão da universalização ou padronização da justiça, de localidades ou pessoas com naturezas distintas.

Este tipo de particularismo, moldado pelas características do território, seria coerente com sua natureza específica e particular. Ou ainda, tornar-se-ia uma perspectiva interessada na diferença de efeitos mínimos da afirmação da vida livre.

Esta metodologia poderia ser detalhada e ampliada a partir das demandas territoriais, as quais serviriam para elaborar um projeto preliminar constituído em relação com a ocorrência das situações-problema mais comuns, e um conjunto de respostas-percurso como encaminhamento prévio para sua resolução. Nas palavras do próprio NU-SOL, as seguintes conceituações poderiam servir para elencar coerências e outras ações desejadas:

Situação-problema: é uma noção abolicionista penal, efeito da recusa de uma natureza ontológica do crime – um conceito fundamentado em uma lógica punitiva e embasado na seletividade do sistema penal. Não se trata de uma variação modular alternativa ao direito penal. O abolicionismo penal atento à linguagem, como expressões culturais indissociáveis de seus desdobramentos histórico-políticos, busca com a noção de situação-problema lidar com acontecimentos infracionais rotineiros abordando o que eles têm de inédito, surpreendente, próprio: cada pessoa envolvida. As situações-problemas mais usuais relacionam-se ao furto e ao roubo praticados por pessoas pobres e seus conflitos incontornáveis solucionados a partir da disposição para a conciliação. A abordagem abolicionista-penal suprime suspeições e periculosidades, anormalidades e desatinos em favor da conciliação, da conversação aberta, do risco de lidar francamente com um acontecimento. A situação-problema é a designação para um evento inédito a ser equacionado com base em práticas de liberdade constituindo uma ou mais respostas-percurso. A situação-problema é uma maneira abolicionista de enfrentar circunstâncias trágicas, inesperadas e indesejáveis na vida de uma pessoa ou grupo social sem criminalizá-las, considerando-as acontecimentos equacionáveis por meio de respostas-percurso⁴⁶⁴

Respostas-percurso “Noção analítica móvel, própria do abolicionismo penal libertário inventado pelo Nu-Sol. Sua elaboração provém da problematização da ultrapassagem dos modelos propostos pelo abolicionismo penal às situações-problema. A noção de resposta-percurso não comporta um começo nem um fim; ela é deliberadamente inacabada. É um meio possível para o encontro de outras respostas pelas mesmas pessoas, sem a pretensão da universalização como comporta o conceito de modelo. O jeito de lidar do abolicionista libertário é um NÃO aos espaços de confinamentos prisionais ou manicomiais, e um SIM à ruptura com práticas encarceradoras que perpetuam o tribunal dentro e fora de grades rudimentares ou assépticas. Não há receitas nem mediações, apenas a relação horizontalizada entre os envolvidos num acontecimento específico em que singulares ressonâncias habitam suas vidas no presente. Distante da espera pelo fim das prisões e das modulações de encarceramentos a resposta-percurso problematiza as reacomodações das celas socialmente aceitas até mesmo no interior do próprio abolicionismo penal e explicita a impossível conciliação com a transfiguração do tribunal como forma de perpetuação de assujeitamentos,

⁴⁶⁴ Fonte: Núcleo de Sociabilidade Libertária – PUC/SP.

presentes nas correntes do Direito conhecidas como garantismo, justiça restaurativa e criminologia crítica. A resposta percurso é uma perspectiva interessada na diferença de efeitos mínimos da afirmação da vida livre⁴⁶⁵..

As respostas-percurso podem ser deflagradas a partir de um circuito espacial não criminalizante substituto do sistema policial-penal, e com atuação nos mesmos territórios ou localidades com maior aprisionamento. Ou seja, aqueles com maior densidade de situações-problema. O planejamento, organização e funcionamento dessa rede poderiam ser decididos conjuntamente entre Estado e organizações da sociedade civil.

Relembrando Marx, Nilo Batista esclarece que *o conceito de segurança não permite que a sociedade civil se eleve acima de seu egoísmo* (este sim causa de muitos males do presente). Esse autor ainda demonstra de forma categórica como é possível haver uma criminologia *sem* segurança pública (BATISTA, 2012).

Possibilidades geográficas para os modelos abolicionistas

É preciso buscar soluções mais dignas para a conflitividade social, sem criminalizar ou brutalizar as pessoas ou, nas palavras de Vera Malaguti Batista, *não tratar como monstros aqueles que adentram no sistema penal pela prática de pequenos delitos (...) para se evitar que assim passem a cumprir a auto-profecia realizável, ou seja, passem a incorporar formas de agir segundo os rótulos e preconceitos que lhes foram auferidos por parte da sociedade*” (BATISTA, 2003).

“O avanço máximo em direção ao Estado de direito garantiria o maior recuo possível no Estado de Polícia”. (ZAFFARONI, 2007, p. 172)

Ação humanística que exige usos não repressivos do território, partindo de renovadas formas de organização política, social e cultural. O que demanda a criação de um conjunto amplo e difuso de órgãos e instituições, os quais poderiam funcionar a partir da aplicação dos cinco modelos do abolicionismo penal⁴⁶⁶:

- **O educativo** – *escolarização e outras formas de atração do infrator sem gerar novas situações-problema (não se restringe à escolarização obrigatória).* As escolas brasileiras, regra geral, oferecem uma educação muito aquém das necessidades dos estudantes, onde

⁴⁶⁵ Fonte: Núcleo de Sociabilidade Libertária – PUC/SP.

⁴⁶⁶ Fonte: Núcleo de Sociabilidade Libertária – PUC/SP.

ficam em tempo parcial. Ampliar a presença da escola em suas vidas, e a qualidade dos cursos, torna-se fundamental. Além de oferecer na escola oficinas e aulas que vão além da formação básica como música, artes, dança, teatro, esportes etc.

- **O terapêutico** – *indicado para casos onde há necessidade de acompanhamento psicológico.* O Estado brasileiro já mantém uma rede de atendimento psicossocial, por meio dos Centros de Referência em Atendimento Psicossocial – CRAs, a qual poderia ser fortalecida e ampliada, com base em análises das demandas territoriais.
- **O compensatório** – *indicado para solução de situações-problema que abarcam indenizações ou perdas materiais.* Seria possível, talvez mesmo desejável, a criação de um fundo - com recursos públicos - para não penalizar os sujeitos que não possuam recursos próprios para arcar com os custos das indenizações.
- **O conciliatório** – *Por fim, o modelo conciliatório, o mais importante do abolicionismo penal, supõe o desarmamento de espíritos dos envolvidos e disponibilidade para acertos; é um modelo inspirado no direito civil em que as partes são convidadas a acertarem o litígio por meio de uma solução conciliatória. O modelo também traz consigo o valor mais importante para o abolicionismo penal que é o da conciliação entre os envolvidos numa situação-problema, geralmente pessoas das classes pobres e fomentadores de demandas ao sistema punitivo.* A criação de núcleos de mediação de conflitos, nos bairros pobres, formando uma extensa rede conciliadora, poderia viabilizar a implantação deste modelo.
- **O punitivo** – *É aplicado por um abolicionista fora do regime das penas universais e expressa a razão da solução para a situação-problema equacionada pelas partes em comum acordo.* Constituiria a substituição mais direta do que existe hoje como sistemas repressivos apoiados no advogado-promotor-juiz/polícia-prisão.

Para exemplificar as enormes possibilidades de sucesso dessas novas formas de ação, em substituição ao sistema polícia-prisão, pode-se recorrer ao conhecimento dos usos do território do Estado de São Paulo. Nele tem sido registrada a maior parte das ocorrências criminais, com maior número de prisões do país. Mas, em São Paulo não existem instituições estatais, de abrangência estadual, capazes de atuarem na

intermediação para resolução de conflitos de forma significativa a interferirem nos fluxos de entrada nas delegacias ou prisões.

O governo do Estado, ao criar essas novas instituições redirecionará fluxos do sistema penal para instituições não repressivas ou penais. Elas poderiam ser constituídas e geridas por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e origens, bem como por pessoas da localidade. Conjuntamente, elas promoveriam diálogo entre as partes em conflito, evitando o agravamento dos problemas, interferindo a priori para que problemas ou desentendimentos banais não se transformassem em questões criminais.

As unidades descentralizadas de conciliação

A *rede conciliatória*, substituta do sistema hoje formado pelo par polícia-prisão, deveria ser abrangente, vertical (com alcance a todas as classes sociais) e horizontalmente organizada (presente em todas as localidades). Ela funcionaria como instâncias de conciliação, nos moldes do que hoje, de forma bastante embrionária, se propõe o funcionamento da justiça restaurativa.

É preciso se discutir que não se trata de uma proposição da imposição de novas penas alternativas, que hoje funcionam a partir de mecanismos como compensação às vítimas; prestação de serviços à comunidade; vigilância à distância e recolhimento noturno, pois estas são também formas de controle social, ou seja, extensões do sistema penal. A ideia central - inspirada no abolicionismo penal - deslocaria a atribuição de responsabilização e deveres, das ações resultantes das transgressões do campo penal para os campos cíveis e administrativos.

Um projeto piloto poderia ser desenvolvido nas regiões mais carentes da capital e do interior do Estado de São Paulo. Conjuntamente, as forças do Estado e da sociedade civil seriam direcionadas para uma mudança cultural e política, além de realocamento de recursos do campo penal para a criação da nova rede de instituições conciliatória. O que seria uma forma de ação capaz de reverter a brutalidade com que o Estado, por meio do sistema penal, lida com agentes de situações-problema habitantes das periferias pobres reproduzindo o atual e infinito círculo vicioso de ilegalidades e violências.

Pode-se também pensar nessas mudanças como um rompimento no espaço e no tempo, simbolizando o aprofundamento das bases de um novo período histórico como será demonstrado no Capítulo 12.

Capítulo 12

O período popular e um novo projeto civilizatório

Capítulo 12

Nesse capítulo será abordado como a racionalidade econômica tem dominado a política, ao menos, desde o século XVI viabilizando negócios, estados e empresas. Esse processo de dominação, historicamente, tem deixado os sujeitos não hegemônicos em posição secundária nas decisões e prioridades políticas. No entanto, as atuais características do espaço geográfico contemporâneo têm criado condições para novas práticas políticas, promovendo transformações à sociedade que também poderão ser canalizadas para transformar o sistema penal.

As condições geográficas para a mudança política

Estamos convencidos de que a mudança histórica em perspectiva provirá de um movimento de baixo para cima, tendo como atores principais os países subdesenvolvidos e não os países ricos; os deserdados e os pobres e não os opulentos e outras classes obesas; o indivíduo liberado participe das novas massas e não o homem acorrentado; o pensamento livre e não o discurso único.

[...] Estamos saindo de um período técnico para entrar no período popular da história [...]

Milton Santos

O período popular da história, a que se referiu Milton Santos, envolve uma nova humanidade, onde se construirá a paz através da consolidação de mecanismos solidários que não serão fabricados em laboratórios. Já estamos em pleno período popular da história.

Maria Adélia Aparecida de Souza

A racionalidade econômica tem dominado a política, ao menos, desde o século XVI. Viabilizando priorizar negócios, Estados e empresas colocam os sujeitos não hegemônicos em plano secundário nas decisões políticas. No entanto, os processos sociais que se intensificaram desde meados do século XX – resultando em maiores possibilidades técnicas de ação individual e coletiva, constituindo as bases de um novo período da história. Segundo Milton Santos, como nesse período também serão consideradas as demandas, e escolhas políticas, dos *homens pobres e lentos do planeta*, ele o chamou de demográfico ou popular. Mas, sua identidade apóia-se no fato deste período oferecer novas possibilidades de organização da sociedade e dos territórios, e fundamenta as bases para novas práticas políticas não hegemônicas.

Maria Adélia de Souza aponta como o período atual possui as bases para uma nova racionalidade, não mais econômica (fundada no mercantilismo, e renovada com o iluminismo, e que durou até o século XX), mas política. Ou seja, nesta contemporaneidade cada sujeito pode também ser agente de transformação da história, ao se apropriar dos instrumentos disponíveis no presente, os quais lhe permitem modificar os rumos de sua história, antes ditada, principalmente, pelas políticas realizadas pelos agentes hegemônicos.

A igualdade política, antiga reivindicação de muitos movimentos e partidos populares, pode agora ser conquistada pelos agentes não hegemônicos. Um volume cada vez maior de informações sobre o mundo e suas instituições, coloca-se disponível a um conjunto cada vez maior de pessoas, possibilitando maior conhecimento da realidade, fomentando a renovação das estratégias para conquista do poder. Com isso, a produção e uso da informação pelos agentes não-hegemônicos tornam-se matéria-prima elementar, poderosas armas da disputa política nos tempos atuais.

A informação direcionada com propósitos políticos informa, esclarece, mobiliza, portanto pode politizar. De posse dessas novas informações, conhece-se mais e melhor o mundo, seus avanços e contradições. Com isso, torna-se possível assumir uma posição (política), declarada ou não, em relação aos processos sociais contemporâneos. Afinal, o simples fato de se conhecer que há cura para doenças que acometem dor e sofrimento, para as quais já existem remédios ou tratamentos eficientes gera inúmeras críticas, por quem não tem acesso aos serviços públicos de saúde de qualidade, e pressão para que haja melhorias. Ou ainda, o conhecimento acerca da riqueza socialmente produzida, suficiente para diminuir a miséria e seus males, acomete grupos e pessoas de sentimentos intensos em erupção, movendo-as para reivindicarem novos direitos, e assim diminuir seu sentimento de injustiça. Este sentimento tem mobilizado número cada vez maior de pessoas, as quais passam também a lutar contra o poder hegemônico. Lutas por equidade, enfim, à prática de uma nova racionalidade fundada na Política!

Passa-se a questionar, de modo passivo ou violento, o mal funcionamento dos serviços públicos e privados essenciais, face dialética da propaganda massiva, com forte estímulo ao consumo de bens e serviços; questiona-se a distribuição da riqueza socialmente produzida pelo conjunto total da sociedade, a qual é apropriada, em sua maior parte, somente por uns poucos; luta-se contra a discriminação da condição de pobreza ou miséria, diante da escancarada

abundância do mundo contemporâneo, sentimentos surgidos no contato com a dialética espacial da cidade, por meio das telas da TV, ou do computador conectado à internet.

Com o desenvolvimento histórico, novas hegemonias políticas e econômicas têm se formado, substituindo velhas formas do poder, mas modernizando métodos de opressão. No mundo do trabalho, a própria revolução industrial fundou-se com base na intensa exploração do trabalhador, apoiada na ausência de garantias e direitos de toda ordem. Foi preciso surgir uma consciência coletiva, como consciência de classe, para fomentar lutas e revoltas, permitindo a conquista de direitos, os quais criaram instrumentos diversos para, minimamente, regular a fome voraz capitalista, principalmente nas etapas mais recentes da história. Este processo, como se sabe, ainda se encontra em fase germinal, em etapa de construção no Brasil comparativamente aos países de capitalismo avançado. No entanto, na história mais recente da humanidade houve avanços significativos na conquista de direitos. Hoje, como se sabe, a escravidão explícita é criminosa e vergonhosa; e a reivindicação de direitos (trabalhistas, de gênero) não são mais casos de polícia, como já o foram em passado bem recente.

Tudo que é sólido se desmancha no ar. A célebre frase marxista aponta para a dialética dos processos históricos, com erosão de sistemas políticos que, aparentemente fundados sobre bases sólidas com tendência à posteridade, viriam a sucumbir. Assim ocorreu com diversos impérios ao longo da história (Egípcio, Chinês, Mongol, Romano, Inglês, Português dentre outros). O mesmo ocorreu com a monarquia, com o feudalismo e com a escravidão. Durante séculos de suas vigências, não se acreditava que um dia iriam acabar, para dar lugar ao novo, ao impensado até então.

Em tempos mais recentes, tem havido grande pressão social por mudanças, com enorme mobilização popular e articulação de diversos grupos de pessoas em torno de projetos e objetivos não hegemônicos. No entanto, diferentemente do passado, no atual período histórico as condições concretas permitem rápida difusão das novas ideias, portanto da resistência, processo que pode servir a uma maior tomada de consciência por grupos cada vez maiores, alimentando os questionamentos, em número crescente de pessoas, acerca das contradições da sociedade contemporânea. O mesmo tem acontecido com o sistema penal, com movimentos – principalmente organizados a partir das periferias – questionando o grande aprisionamento e as

desigualdades. As ideias abolicionistas contemplam muitas dessas demandas que têm crescido nesse processo de contestação das hegemonias contemporâneas.

Grande mídia, comunicação alternativa e prática política

Mas há também - e felizmente - a possibilidade, cada vez mais frequente, de uma revanche da cultura popular sobre a cultura de massa, quando, por exemplo, ela se difunde mediante o uso dos instrumentos que na origem são próprios da cultura de massas.

Milton Santos

A mídia corporativa, como existe hoje, atende principalmente interesses hegemônicos. No entanto, diante das transformações verificadas no espaço geográfico, torna-se mais fácil o acesso a informações que beneficiam um contingente cada vez maior de pessoas, por permitir conhecimento do funcionamento do mundo contemporâneo. A informação, como arma política, também se torna disponível aos mais pobres, antes excluídos desse processo.

Novas informações permitem conhecer características do mundo ligadas às possibilidades de uma vida melhor, o que gera pressões significativas, cada vez maiores, por mudanças das políticas que organizam as condições de vida das pessoas nos lugares. As conquistas e avanços da ciência e da tecnologia, diretamente conectadas aos processos de produção de riqueza e bem-estar, muitas vezes, infelizmente, apenas para uma pequena minoria da população passam a ser cada vez mais conhecidos por parcelas maiores da população, e seus benefícios reivindicados por número crescente de pessoas⁴⁶⁷.

A informação farta e disponível a todos engrossa o caldo da indignação, dos protestos, da revolta, pois modifica consciências. Cada vez mais, grupos populares surgem com novas reivindicações e formas de pressão, municiados de informações mais precisas, ou conhecimentos mais profundos, críticos e abrangentes de um mundo em disputa.

No caso do Brasil, o ano de 2013 entrou para a história como o tempo das maiores manifestações de rua da história recente do país, de caráter político, organizadas pelas redes

⁴⁶⁷ Os avanços na medicina e indústria farmacêutica são bons exemplos da ocorrência desse processo: de posse da informação sobre a existência de novos tratamentos ou medicamentos mais eficazes, as pessoas – mesmo as mais simples – passaram a questionar mais os médicos e políticos sobre as ofertas que lhes são feitas, originando, inclusive, contradições. As dificuldades em se mudar a cultura que acredita ser o hospital (uma conquista recente na história da humanidade) a melhor forma de tratamento para doenças, dificultando, inclusive, no Brasil, a implementação de projetos com outros vieses como o Programa de Saúde da Família – PSF, por exemplo.

sociais, com utilização da internet para difundir ideias, se organizar e combinar localidades e objetivos dos protestos, movimento bastante comparado, por diversos analistas, à Primavera Árabe, outra onda de protestos impulsionada pela internet e que derrubou diversos governos autoritários na África e Oriente Médio⁴⁶⁸, *um processo político, de transição, mais lento do que previu-se inicialmente, com reivindicações difusas, envolvendo grupos étnicos diversos, além dos mulçumanos, dentre outras forças políticas além da população mobilizada em protesto contra forças autoritárias*⁴⁶⁹, que reagiram com grande repressão, gerando ainda mais protestos⁴⁷⁰.

Durante os protestos, partidos ou outros representantes de correntes de esquerda e direita se atacaram, seguidas vezes e de diversos modos pela internet, acusando-se mutuamente de instigar a população contra governos legitimamente eleitos, ou como forma de desestabilizar politicamente o governo em seus diferentes níveis.

Desde o Brasil Colônia, sempre houve protestos no Brasil. No entanto, a grande novidade tem sido articulação de centenas de milhares de pessoas, de modo bastante rápido e eficiente, com apoio predominante da internet, sem liderança declarada de partidos, sindicatos, ONGs ou outros grupos políticos. No início, a principal reivindicação foi levantada pelo Movimento Passe Livre – MPL, pela redução imediata do reajuste na tarifa do transporte coletivo no município de São Paulo. Após quatro manifestações de rua fortemente reprimidas pela Polícia Militar comandada pelo governo estadual, um sentimento de indignação se espalhou pela internet. Ele foi alimentado por narrativas, vídeos e fotos feitos pelos próprios manifestantes ou outras testemunhas da repressão.

Tendo como estratégia de ação a ocupação de ruas da capital (município de São Paulo), rapidamente os protestos por melhoria de transporte público se espalharam pelo país. Juntaram-se ao MPL muitos outros grupos e pessoas, com reivindicações distintas, das mais diversas possíveis desde a diminuição no valor do pedágio cobrado em estradas, até mudanças nas leis

⁴⁶⁸ Tendo início no ano de 2010, esses movimentos, levantes populares contra líderes não eleitos, desestabilizaram governos de diversos países como Tunísia, Egito, Bahrein, Iêmen, Síria e Líbia, dentre outros. Fonte: <http://topicos.estadao.com.br/primavera-arabe> acesso em 25/07/2013.

⁴⁶⁹ Fonte: http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/07/130708_primavera_arabe_mdb.shtml acesso em 25/07/2013.

⁴⁷⁰ “Segundo a HRW, desde março de 2011, autoridades sírias submeteram “dezenas de milhares a prisões arbitrárias, detenções ilegais, desaparecimentos forçados, maus-tratos e tortura usando uma extensa rede de centros de detenção”” Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/2013-07-19/refugiado-no-brasil-teve-unhas-arrancadas-em-sessoes-de-tortura-na-siria.html> e <http://ultimosegundo.ig.com.br/revoltamundoarabe/2012-07-03/organizacao-contabiliza-27-centros-de-tortura-na-siria.html> ambos com acesso em 25/07/2013.

nacionais (contra a proibição do aborto, ou a favor da diminuição da idade penal). Também houve clamor pelo impeachment (cassação do mandato) de prefeitos, governadores e da presidenta da república.

Redes sociais como o facebook, twitter e youtube têm sido cada vez mais utilizadas. Esses usos ocorrem tanto para difusão de ideias, articulação de debates, realização de abaixo-assinados, quanto para ampliação do número de indignados e aumentar a pressão em defesa de causas sociais e políticas das mais diversas naturezas. Novos agentes produtores de notícia têm surgido com objetivo de produzir informações ou interpretações independentes em relação aquelas produzidas pela grande mídia corporativa tradicional, chamada pelo jornalista Paulo Henrique Amorim de Partido da Imprensa Golpista – PIG⁴⁷¹. Este grupo foi assim chamado por conta de sua postura conservadora, inclusive, distorcendo fatos e notícias, em defesa dos interesses hegemônicos que hoje comandam as principais decisões políticas e econômicas nacionais. Não foi sem razão que muitos dos jornalistas que para eles trabalham foram hostilizados nas ruas durante os protestos mais recentes.

Um exemplo de um desses grupos focados na produção independente e crítico foi o coletivo Mídia NINJA⁴⁷², que rapidamente se espalhou por todo o país. Neste coletivo, um grupo de jovens voluntários, munidos de celulares acoplados a internet, transmitem os protestos, simultaneamente, em diversas capitais brasileiras e em tempo real pela internet⁴⁷³. Com isso, levam vantagens em ineditismo e agilidade em relação à grande mídia, apesar de sua estrutura técnica ser bastante rudimentar, mas apoiada na disponibilidade das grandes redes e sistemas planetários de informação como a telefonia e a internet.

São apenas alguns exemplos, mas bastante significativos de como novas formas de organização e produção da informação têm se fortalecido rapidamente no país, em defesa de novos projetos com maior participação na vida social e política brasileira. Esses novos agentes produtores de informação inédita têm trabalhado direta e preferencialmente com grandes questões

⁴⁷¹ “Partido da Imprensa Golpista (comumente abreviado para PIG ou PiG) é uma expressão usada por órgãos de imprensa e blogs políticos de orientação de esquerda para se referir a órgãos de imprensa e jornalistas por eles considerados tendenciosos, que se utilizariam do que chamam grande mídia como meio de propagar suas ideias e tentar desestabilizar governos de orientação política contrária.” Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Partido_da_Imprensa_Golpista acesso em 25/07/2013.

⁴⁷² Sigla para Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação.

⁴⁷³ <https://www.facebook.com/midiaNINJA> acesso em 25/07/2013.

relacionadas às desigualdades espaciais, dentre elas muitas que caracterizam a realidade vivida nas periferias pobres do Brasil.

Resistências ao sistema penal nas periferias

Por meio de diferentes formas de ação política, a periferia passa a exigir cada vez maior participação, e reivindicar melhores condições de vida para seus habitantes. O crescimento no uso da internet também é veloz nas áreas não centrais, favorecendo a difusão de novos conteúdos e ideias em um caldo cultural já bastante rico, como aquele formado nas periferias pobres onde vivem milhões de pessoas, a grande maioria formada por jovens.

É nessas periferias pobres que tem nascido alguns movimentos de contestação ao sistema penal, em particular à polícia e às violências da polícia e das prisões. Muitos desses movimentos se posicionam em defesa da “juventude pobre, neta e periférica” prisão, reagindo aos históricos massacres cometidos por forças policiais contra os jovens pobres da periferia.

São Paulo tem sido exemplar tanto pela violência do Estado, quanto pelas formas de resistência. Um exemplo é o “Mães de Maio”, grupo nascido da dor e indignação de mães pobres que tiveram seus filhos assassinados na periferia de São Paulo. Elas resolveram, por conta da omissão ou descaso do Estado, investigar os crimes por conta própria⁴⁷⁴, como forma de ação e luta contra o *genocídio periférico no Brasil*⁴⁷⁵.

Na onda dos protestos que têm acontecido em todo o país, muitos eventos ficaram marcados pelos excessos e violência cometidos pelas forças policiais. Por esta razão, diversos movimentos passaram a defender, abertamente, o fim da Polícia Militar, por reconhecer - nos métodos de atuação desta polícia – os mesmos vícios encontrados em tempos de ditadura militar brasileira. Movimentos menos radicais também têm defendido a desmilitarização total das polícias no Brasil, por reconhecerem seus atuais formatos como pouco legítimos na defesa das pessoas mais pobres e da democracia⁴⁷⁶.

⁴⁷⁴ Fonte: NETO, José Francisco. Mães protestam contra violência policial. <http://www.brasildefato.com.br/node/10758> acesso em 25/07/2013.

⁴⁷⁵ Fonte: Blog do Movimento Mães de Maio <http://maesdemaio.blogspot.com.br/> acesso em 25/07/2013.

⁴⁷⁶ Como o abaixo assinado virtual feito pela *Rede Nacional de Familiares e Amigos de Vítimas da Violência do Estado*, o qual exige o fim da PM e a desmilitarização das polícias no Brasil. Fonte: http://www.avaaz.org/po/petition/Desmilitarizacao_das_Policias_do_Brasil acesso em 25/07/2013.

As novas formas de ação política aliadas das mídias alternativas tem contribuído para maior conscientização sobre as agruras do sistema penal. Os movimentos e protestos mais recentes, muitos deles organizados e executados por jovens das classes médias, também foram fortemente reprimidos e agredidos pela PM.

No entanto, a massiva divulgação da violência policial permitiu que fosse também reconhecida, pelas classes mais favorecidas, como tem sido a corriqueira prática das polícias nas periferias contra os jovens mais pobres. Todo esse processo, aparentemente descoordenado, tem alimentado em milhões o sonho de mudanças profundas na realidade do país.

Novas prioridades para o orçamento do Estado

Não é fácil prever, exatamente, as resultantes de todos esses processos descritos anteriormente. No entanto, a grande maioria dos manifestantes reivindica mudanças na práxis política, e melhoria do atendimento das demandas populares. Muitas delas, velhas reivindicações, mas agora defendidas por meio das novíssimas tecnologias da informação como a internet.

Caso sejam ampliados, esses processos de luta poderão interferir na estrutura e organização política do Estado, rompendo-se parcial ou totalmente com as hegemonias que o controlam. Nesse contexto pode estar uma das respostas para diminuição das desigualdades espaciais. Uma mudança estrutural deverá também promover mudança de prioridades e formas de ação, permitindo maiores investimentos nas periferias; além de ampliar os cuidados com crianças, jovens e idosos, em diversas áreas como cultura, educação, lazer, saúde, dentre outras.

Aprofundamento do pacto federativo

Milton Santos defendia a ideia de uma federação dos lugares, como possibilidade concreta de nova organização não hegemônica do território brasileiro. Em relação à atual estrutura político-normativa nacional, pode-se dizer que o país hoje é uma federação em construção, com três entes federativos - municípios, estados e união- que ainda desenvolvem formas de cooperação e coordenação política conjunta.

Sem considerar em futuro próximo uma revolução social que promoveria profunda transformação das políticas responsáveis pela organização do território, o aprofundamento do pacto federativo, com maior empoderamento dos municípios, poderia ser uma saída intermediária

possível. Por permitir que cada localidade ou parcela do território brasileiro, independentemente do seu tamanho ou força, também participem mais ativamente do comando da vida da nação.

A constituição de 1988 previa maior autonomia aos municípios do que existe hoje. O que não ocorreu, na prática, devido a disparidades de diversos tipos, principalmente relacionadas à descentralização do poder e dos mecanismos de decisão. Diversos fatores pesaram nesse processo, dentre eles as diferentes densidades demográficas, econômicas e políticas na composição da totalidade do espaço geográfico nacional. Como medida de ação mais imediata, deve haver um aprofundamento do pacto federativo, o que poderia servir a uma maior descentralização e desconcentração dos poderes de decisão, com aumento do fluxo de transferência de recursos aos municípios. Com isso, por menor que sejam, eles poderiam decidir, conjuntamente com suas populações, e para maior benefício delas – a natureza e conteúdo dos projetos, a destinação dos recursos, e as prioridades no atendimento das demandas de uso e organização de seu território.

As políticas federais e estaduais, desse modo, não poderão subjugar os pequenos municípios a projetos que não interessem às suas populações, nem promoverão usos alienados de seus territórios, com constante desrespeito aos direitos de suas populações, resultado de sua exclusão nas escolhas políticas como é comum haver na atualidade.

Quanto ao sistema de justiça criminal, sabe-se como ele promove um uso esquizofrênico do território do Estado de São Paulo, instalando unidades prisionais no território de municípios que não aprisionam. A necessidade de se encontrar soluções locais, sem onerar o território de outros municípios, será uma das etapas importantes dessa nova pactuação entre os entes federativos. Concordando-se com o que diz Samira Peduti Kahil, *é preciso construir uma esfera de ação propriamente pública no Brasil*, o que só será possível quando os pequenos municípios também tiverem maior poder de decisão, inclusive, para vetarem interesses privados ou hegemônicos no uso de seus territórios, ou todos os interesses que prejudicam os interesses públicos ou coletivos.

As contribuições da universidade

Todas as mudanças necessárias para construção de um novo projeto civilizatório podem ganhar novo ritmo e dimensão com contribuições mais significativas da universidade brasileira, principalmente da universidade pública, aquela mantida por toda sociedade nacional. O engajamento da universidade, por meio de seus pesquisadores e pensadores, na construção de um projeto de país torna-se fundamental, para que sejam produzidas novas ideias, criadas novas técnicas, e desenvolvidas tecnologias que sirvam, muito mais do que apenas ao mercado ou às empresas, como ocorre hoje na maior parte das vezes, mas também a um projeto de Brasil onde o território brasileiro possa servir a todas as pessoas, todas as instituições e todas as empresas.

Ao produzir conhecimento crítico e engajado, a universidade, com toda sua diversidade e pluralidade, pode contribuir mais e melhor para a constituição de uma sociedade menos desigual. Por isso, torna-se fundamental que ela seja prioritariamente espaço da reflexão, do debate, da crítica, da diversidade, muito além do pensamento único. Mas que possibilite a produção de conhecimento renovado, permitindo perceber as falhas, as discontinuidades, e propor avanços à sociedade em sua totalidade, na construção do novo projeto de nação. Neste novo projeto nacional, a justiça criminal como um todo e a prisão em particular ocuparão posições sociais muito menos relevantes na sociedade brasileira.

CONCLUSÕES

Conclusões

A seletividade nos usos do território pelos agentes hegemônicos da sociedade capitalista reproduz e amplifica as desigualdades socioespaciais. Esse processo ocorre de vários modos, dentre eles, o que ganha cada vez maior importância no Brasil é a nova roupagem penal do Estado, agindo em defesa de interesses hegemônicos, utilizando-se do Sistema de Justiça Criminal para sustentação de uma das sociedades mais desiguais do mundo, como é o caso da sociedade brasileira.

O nível de organização do território amplifica as condições sociais (individuais ou coletivas), pois o território deve ser considerado *uma instância da sociedade, no mesmo nível das instâncias da economia, da cultura e da política*, como demonstrado por Milton Santos.

O aprisionamento como encarceramento em massa, processo que tem ocorrido nas últimas décadas no Brasil e em muitas outras nações ocidentais que adotaram políticas neoliberais, tem se mostrado um grande fracasso, e não promove segurança para a sociedade. Prova disto é que não tem havido diminuição dos crimes que resultam em maior aprisionamento, revelando a ineficácia da pena privativa de liberdade para proteção social, bem como sua pouca efetividade para reintegração social dos condenados, haja vista as altas taxas de reincidência criminal no Brasil e no mundo. No entanto, o sistema prisional tem se expandido com grande velocidade, consumindo recursos cada vez maiores em países de capitalismo tardio como o Brasil.

Se nada for mudado, dentro das próximas duas décadas é provável que o sistema prisional brasileiro ultrapasse a assombrosa cifra de dois milhões de prisioneiros, e continuará a aumentar. Por isso, comparativamente aos esforços do Estado em montar um enorme aparelho policial e prisional que encarcera cada vez mais, não se observa o mesmo esforço de sucessivos governos em suprir as demandas dos cidadãos brasileiros que vivem nas periferias pobres das grandes cidades, locais de origem da maioria dos prisioneiros.

Esse processo de aprisionamento com aumento das desigualdades espaciais tem trazido graves implicações ao país. Sem considerar o que ocorre com a grande maioria dos habitantes das periferias, pensando-se apenas nos jovens excluídos cumprindo pena privativa de liberdade; como a maioria dos presos no sistema prisional é de jovens com idades entre 18 e 29 anos que, isolados da sociedade, continuarão sem qualificação e sem estudos, ou seja, sem preparo para se manter, de forma autônoma, quando deixarem o cárcere, continuando suas vidas com pouco grau

de instrução e nenhuma profissão com alguma qualificação profissional. Desse modo, qual futuro estará reservado a eles quando saírem da prisão?⁴⁷⁷

Os usos e organização espacial do território do Estado de São Paulo, que servem de modelo para a modernização seletiva e conservadora existente em todo o Brasil, expressam claramente a seletividade do sistema de justiça criminal, um dos sistemas sociais, gerido pelo Estado, que consome cada vez mais recursos sociais. No caso do sistema policial, com ação repressiva mais intensa nas periferias pobres, agindo contra as classes sociais menos favorecidas, constitui-se em processo seletivo também corroborado pela ação discriminatória dos juízes nas varas de execução criminal e penal do estado.

A prisão, ou melhor, o sistema prisional, é dos sistemas que reproduzem as desigualdades socioespaciais com maior intensidade e velocidade. Processo que envolve, desde os indivíduos (condenando-os, por longo período mesmo após terem saído da prisão, ao ostracismo social pela condição de ex-presidiários, rótulo determinante de seu presente e futuro); ao estigma das localidades, que abrigando a prisão impõem resistência à chegada de outros tipos de investimentos, ou dos novos e desejados objetos geográficos capazes de oferecerem uma vida melhor à população.

No território do Estado de São Paulo, as novas prisões usam os territórios dos municípios que impõem menor resistência, mas que oferecem algum tipo de infra-estrutura mínima (como um conjunto de estradas conectadas à capital do Estado). Mas que também apresentam pouco dinamismo econômico, baixa densidade demográfica, terrenos disponíveis, a custos menores, e alguma vontade política (do governo do Estado, ou dos prefeitos locais) em receber a prisão como elemento dinamizador de um conjunto, pequeno, mas significativo para a economia local e regional.

Os pequenos municípios que têm recebido as novas prisões, também são aqueles que têm perdido população, principalmente pela migração forçada dos jovens que constituem a população mais vital da economicamente ativa, consequência da pouca oferta de trabalho, e de precárias condições de saúde, estudo, cultura e lazer.

⁴⁷⁷ Há iniciativas bastante tímidas em relação aos egressos do sistema como, por exemplo, o projeto “Começar de Novo” do Governo Federal.

No entanto, esses mesmos territórios que não têm sido preparados para mais bem abrigar uma população menor e mais pobre, são os mesmos utilizados como recurso para implantação do MTCINF. Não para servir à população local, mas para criar condições para implantação de prisões. Este é um dos principais mecanismos reprodutor das desigualdades na escala do território desses pequenos municípios.

Na escala do território estadual, tem ocorrido priorização de investimentos para ampliação do sistema penal, com diminuição ou estagnação dos investimentos em cultura, educação, saúde, e aumento exponencial dos gastos com a modernização das polícias e expansão do sistema penitenciário. Este processo levará, em pouco menos de 20 anos, a uma situação onde o sistema penal consumirá mais recursos do que a saúde, e alcançará os mesmos valores do orçamento da secretaria estadual de educação. Com a diferença de que a educação é um sistema que serve a milhões de pessoas (somando-se todos como alunos, professores e funcionários não docentes) e a educação permite a construção de projetos, inclusive utópicos, de futuro. Muito diferente das condições criadas no cotidiano da barbárie punitiva e carcerária.

Portanto, muito mais do que uma análise quantitativa e de orçamentária, torna-se mais relevante considerar os projetos políticos que têm promovido aprofundamento das desigualdades espaciais no território do Estado de São Paulo.

A necessidade de maior compreensão, para grande maioria da população paulista e brasileira, desse processo de inversão de prioridades no atendimento das demandas sociais, exige maior esforço de problematização e conhecimento crítico. Pois tem sido feito por um conjunto pequeno de agentes sociais (formado, principalmente, pelo Estado e um conjunto de empresas), que se constitui nas forças hegemônicas responsáveis pela formação de um território profundamente desigual. Neste sentido, desvendar parte deste processo foi uma das contribuições desta tese.

A lida com a prisão, sua valorização ou requalificação, ao longo do pequeno tempo de sua existência histórica, desde o século XVIII, tem revelado a ação de poderes hegemônicos, quase sempre, voltados à manutenção de sociedades bastante desiguais, onde os privilégios de poucos significam carências da maioria. A crítica à concessão para alguns do poder de decidir sobre a vida de todas as outras pessoas, principalmente dos poderosos sobre os grupos sociais mais

fragilizados produzidos pela atual sociedade capitalista, exige uma retomada de consciência social que orientará novo projeto de futuro.

.....

Prisão significa domínio pelo poder. Ela estigmatiza, reproduz ilegalidades e amplifica violências de diversas naturezas. Portanto, nunca impedirá injustiças, inseguranças, conflitos, dentre outras contradições do atrito produzido por uma sociedade de desiguais.

Superar esse paradigma punitivo não é apenas uma alternativa dentre muitas, será o percurso necessário para transformar radicalmente a própria essência da sociedade capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ciência engajada e ativa

Parte significativa dos cientistas sociais destes tempos abdicou de pensar novos projetos de sociedade, produzindo conhecimentos alienados, alijados do compromisso com a mudança social. Ou pior, reproduzem conhecimentos que legitimam a dominação que, historicamente, avança sobre imensos territórios como o do Brasil. A indiferença de significativa parcela da universidade em pouco contribui para amenizar as agruras dos mais pobres.

É mais grave pensar que universidades públicas são mantidas por imensa parcela da família humana que sustenta a produção científica, mas quase nunca é beneficiada diretamente pelo conhecimento produzido. É preciso abdicar do conformismo ou dos caminhos com *temas fáceis*, onde são abundantes os recursos, mas que empobrecem perspectivas de futuros diferentes.

O caminho escolhido nesta tese, por meio de ciência constituída de forma rigorosa, identifica-se com engajamento crítico em outro projeto de sociedade. Dentre inúmeras razões, mas principalmente por que *a crítica ao sistema penal sempre fez parte do universo das forças políticas comprometidas com a transformação da sociedade* (MENEGAT, 2012, p.85).

Milton Santos enfatiza que o projeto, além de dar caráter de humano ao homem, o torna sujeito e não objeto da história. Assim, *o que distingue o homem dos outros animais é o projeto, então aquele que não é utópico é aquele que quer ser o objeto* (SANTOS, 1996, p.14). Sejam os então sujeitos ativos dessa história possível de ser construída além das contradições da pena, da punição e da prisão!

O diálogo com outras disciplinas

O estudo de outras ciências teve grande importância na construção da tese. Pois contribuiu para o conhecimento das relações entre as desigualdades geográficas e o sistema penal.

Dentre inúmeros percursos, foi fundamental reconstituir as relações entre sistema prisional e totalidade social. A política, a cultura e a economia, em conjunto, constituem-se em instâncias criadoras das condições de vida de todos, bem como o território as modifica, e por elas é transformado em seus usos.

É preciso reconhecer que este trajeto foi, apenas, parcialmente percorrido, pois a prisão constitui-se de diversos e complexos sistemas políticos e econômicos mais abrangentes, exigentes, portanto, de estudos de maior envergadura, além das possibilidades de um projeto de doutoramento.

A prisão ainda é um tabu, problema desconhecido da maioria da sociedade. Por essa razão, hegemonias são capazes de criar grandes consensos ideológicos em seu entorno, pois assim seus fica excluída do debate político, torna-se assunto proibido fora dos circuitos tecnocráticos.

No entanto, o funcionamento da prisão compromete a totalidade da sociedade. Por isso, intelectuais, pesquisadores e estudiosos do tema têm enorme responsabilidade de conhecê-la e criticá-la, bem como em incluir outras parcelas não acadêmicas no debate.

Para dar conta da tarefa, seria importante que outras disciplinas também fossem incluídas, como muitas já o fazem, como a história, a sociologia criminal, o direito penal, a economia e a ciência política, dentre outras. Está feito o convite!

Acerca das perguntas sem resposta

No desenvolvimento da pesquisa da tese, diversas perguntas ficaram sem resposta, dentre elas:

- Qual a relação entre o Sistema Prisional e outros Sistemas de aprisionamento, detenção ou controle social existentes no Estado de São Paulo, como a *Fundação Casa*?
 - Quantos egressos dos centros de detenção de menores se tornam *clientes cativos*, no futuro, do sistema prisional?
 - Quais as similitudes entre seletividade das instituições para menores, com relação ao sistema prisional?
- Em relação ao Sistema Judiciário
 - Como compreender as influências político-ideológicas que condicionam juízes a discriminarem réus mais pobres, e como modificar essa prática de forma a garantir direitos a todos?

- Em relação ao Sistema Policial
 - De que modo a polícia participa e contribui para o aumento da criminalidade?
 - Ao focar suas ações somente nos crimes de menor potencial econômico, como a polícia acaba estimulando, direta ou indiretamente, a formação de organizações criminosas especializadas na prática de crimes de colarinho branco?
 - Como a corrupção policial estimula a criminalidade ao promover a criminalização?

Novos caminhos acadêmicos ou projetos de futuro

No desenvolvimento desta tese, a abordagem central foi o sistema prisional. No entanto, a polícia e o judiciário também poderiam ser estudados a partir de uma metodologia geográfica.

A constituição do sistema policial decorre da própria formação e transformação do território do Estado de São Paulo. Esta é uma hipótese preliminar de um trabalho futuro, onde se buscará compreender como a polícia paulista também sustenta a reprodução de desigualdades espaciais. Além do reconhecimento de sua organização espacial, bem como a instituição policial tem contribuído com hegemonias e controles seletivos dos usos do território contemporâneo.

A compreensão da justiça como prática e ação social e política elitista, seletiva e excludente é outra frente de trabalho futuro. Desde tempos do Brasil Império, os Códigos e Leis têm servido para organizar um dos territórios mais desiguais do mundo.

O Brasil já faz parte do grupo dos 10 países mais ricos do planeta. No entanto, a distribuição desta riqueza é muito desigual no país, configurando seu território de uma forma bastante fragmentada, com poucas ilhas de prosperidade e uma imensidão de paisagens reveladoras da crônica pobreza. Compreender a parcela da justiça neste processo poderá ser questão respondida em pesquisa futura.

Aprendizados como pesquisador

A capacidade para resolver problemas, com poucos recursos técnicos e precário apoio institucional – principalmente do Estado – exige a aquisição de diversas habilidades por quem deseja pesquisar temáticas relacionadas às desigualdades, violência e sistema penal no Brasil.

Um dos maiores aprendizados foi também compreender que, na pesquisa científica, o tempo e ritmos de trabalho devem ser organizados de modo a contribuir para superar dificuldades inerentes ao desvendar da realidade social.

As habilidades técnicas adquiridas no arranjo de grandes bancos de dados e lida com sistemas de informações; ou domínio de softwares de produção de mapas, gráficos, tabelas dentre outros instrumentos de suporte à reflexão, também foram aprendizados significativos.

A experiência de uma tese de doutoramento exige, para que se possa superar todos esses desafios grande disciplina pessoal e habilidades de organização pessoal e profissional, visando cumprir tarefas elencadas com cronograma de trabalho.

O doutorado sanduíche também trouxe aprendizados significativos, como conhecer sistemas de informação, dinâmicas e organização dos grupos de pesquisa no exterior. Essa experiência internacional contribuiu tanto para melhor desenvolvimento da tese, quanto para aperfeiçoar minha formação em pesquisa.

No entanto, arriscando-me a deixar de fora outros aprendizados, traídos pela memória no momento de escrita destas linhas, é possível afirmar que o maior aprendizado obtido com este trabalho foi o de compreender melhor as raízes das desigualdades brasileiras, principalmente pelo olhar de uma de suas manifestações mais perversas, que é a questão penal.

Bem como poder reafirmar, depois de longo período de estudos, nossa urgência em elaborar um novo projeto de sociedade. Que seja capaz de garantir a todos, em respeito à sua condição humana, todos os direitos, garantias e condições de existência digna.

De preferência, em território sem desigualdades, sem injustiças, sem prisões. Esta é minha utopia!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e Artigos

- ADORNO, Sérgio. ***Discriminação Racial e Justiça Criminal em São Paulo***. Novos Estudos CEBRAP N.º 43, novembro 1995 pp. 45-63
- ALCALDE, LUÍSA (1999). ***Saindo pelo ladrão. Superlotação carcerária ameaça implodir sistema em São Paulo. Fugas aumentam e aterrorizam população*** in Violência. Isto é – Independente. Edição 1.560. 25 de agosto de 1999.
- ANCEL, Marc et KOUDRIAVTSEV, V. N (1984). ***La planification des mesures de lutte contre la délinquance***. Travaux du Colloque de Politique Criminelle et de Défense Sociale organisé à Moscou du 13 au 19 octobre 1980. Paris: Éditions A. Pedone, 160p.
- ANGELI, José Mário (2011). ***Gramsci, hegemonia e cultura: relações entre sociedade civil e política*** in Revista Espaço Acadêmico. v11. Número 122. pp. 123-132. Maringá: UEM.
- ARAÚJO, Marcelo Cunha de (2012). ***Só é preso quem quer. Bastidores do sistema de punição seletiva***. 3ª Edição. Niterói: Editora Ímpetus. 240p.
- ARISTÓTELES. ***Política***. (1985) (Trad. do grego: Mário da Gama Kury). Brasília, Editora da Universidade de Brasília.
- ARISTÓTELES (1987). ***Ética a Nicômaco***. São Paulo: Nova Cultural.
- ARTIÈRES, Philippe & LASCOUMES, Pierre (Org) (2004). ***La Prison, modèle indépassable?*** p. 27. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques. 361p.
- ASSOCIAÇÃO PAULISTA DE MAGISTRADOS (1986). ***Há Justiça Penal? (Debate) Decisão Apamagis***. Ano I. São Paulo: Associação Paulista de Magistrados.
- BANDEIRA, Luiza (2010). ***Prisões “inflam” cidades no interior de São Paulo***. Caderno Cotidiano. Folha de São Paulo 04/12/2010.
- BARBOSA, Maria do Carmo Bicudo (1987). ***Tudo como dantes no quartel de Abrantes. As práticas da produção do espaço da cidade de São Paulo (1890-1930)***. São Paulo: Tese de Doutorado, FAU, USP.
- BARROS, João (2013). ***Uma Radiografia do PCC***. Biblioteca Diplô. Dezembro de 2006. Disponível em <http://diplo.org.br/2006-12,a1461> acesso em 01/04/2013.
- BATISTA, Nilo, ZAFFARONI, Eugenio Raúl *et alli* (2003). ***Direito penal brasileiro***. Rio de Janeiro: Revan.
- BATISTA, Nilo (2001). ***Entrevista com professor Nilo Batista***. UFF/Niterói: Revista MaisHumana - Nº 2 - Abril 2001

- _____ (2004). *Mídia e Sistema Penal no Capitalismo Tardio*. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Criminais - Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - número 47 - Editora Revista dos Tribunais: ano 12: março - abril de 2004.
- _____ (2007). *Introdução crítica ao direito penal*. Rio de Janeiro: Revan. 11ª edição. 136p.
- _____ (2012). *Criminologia sem segurança pública*. Comunicação ao Seminário Internacional de Criminologia Latinoamericana em homenagem à Profª Drª Lola Aniyar de Castro, realizado em 9 e 10 de agosto de 2012, pela Universidad Nacional de San Martin – Argentina.
- BATISTA, Vera Malaguti. (2003). *DIFÍCEIS GANHOS FÁCEIS. Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro*. 2ª edição. RJ: ICC, Revan. 150p.
- BATISTA, Vera Malaguti. (2003a) *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. Rio de Janeiro:Revan.
- BATISTA, Vera Malaguti. (Org) (2012). *LOÏC WACQUANT e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan. 320p.
- BECCARIA, Cesare Marchesi di (2002). *Dos delitos e das penas*. São Paulo, SP: Martins Fontes. 139p.
- BECKER, Clara (2011). *Em falta: mulheres e homens soltos. Município do interior paulista registra virada populacional* in revista Piauí. São Paulo: Editora Alvinegra, edição 53, fevereiro de 2011.
- BERTIN, Jacques. *Semiologie graphique: les diagrammes, lês, réseaux, les cartes* (1973). Gauthier-Villars, Paris.
- _____ *Voir ou Lire* (1988), in Cartes et figures de la Terre, Centre George Pompidou, Paris, 1980 in Textos selecionados, São Paulo, AGB.
- BESSONE, Magali (org). (2000). *La Justice*. Paris: Flammarion. 238p.
- BIHR, Alain; PFEFFERKORN, Roland (2008). *Le système des inégalités*. Paris: La Découverte. 122p.
- BITENCOURT, Cezar Roberto (2001). *Falência da Pena de Prisão. Causas e Alternativas*. 2. ed. São Paulo: Saraiva. 378 p.
- BLOCH, O. WARTBURG, W. Von (1994). *Dictionnaire Étymologique de la langue française*. Paris: Presses Universitaires de France. 10ª Édition.
- BRAUNSTEIN, Florence; PÉPIN, Jean-François (1998). *Histoire des grandes idéologies. Les courants idéologiques des 1789 à nos jours*. Paris: Vuibert, 1998.

- BROSSEAU, MARC (1989). *Régions et Régionalisation dans les Manuels de Géographie: L'exemple de L'outaouais*, 1804-1957. Cahiers de Géographie du Québec. Vol. 33, no 89, septembre 1989, 179-196.
- BROSSAT, Alain. (2002) *Pour en finir avec la prison*. Paris : La Fabrique.127p.
- BRUNET, Roger (1990). *Visions de l'espace*. In BRUNET, Roger; DOLFFUS, Olivier. Mondes Nouveaux. Paris: Belin/Reclus, 1990 (Coleção Géographie Universelle). P. 14-30.
- CAPELLER, Wanda de Lemos (1995). *L'engrenage de la répression. Stratégies sécuritaires et politiques criminelles*. Paris: Librairie général de droit et de jurisprudence.
- CASE, Patrícia (2009). *Using prisons to stimulate demographic change: Understanding one community's concerns in Theory in Action*, Vol. 2, No.1, January 2009 (© 2009). DOI:10.3798/tia.1937-0237.08031.
- CASTEL, Robert (2003). *L'insécurité sociale. Qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Éditions du Seil et la République des Idées.
- CATAIA, M. A (2001). *Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro*. Tese de doutorado apresentado à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: FFLCH/USP.
- CHATELET, F (org) (1978). *Histoire des idéologies. Savoir et pouvoir du XVIII^e au XX^e siècles*. Paris : Hachette.
- CHATELET; F. et alli (orgs) (1986). *Dictionnaire des œuvres politiques*. Paris: Presses Universitaires de France. 1.154p.
- CLEAR, Todd R. *Imprisoning Communities. How Mass Incarceration Makes Disadvantaged Neighborhoods Worse*. Nova Iorque: Oxford University Press, 2007. 255p.
- CESCON, Flávia Rodrigues Prates e BAENINGER, Rosana (2010). *Cidades Carcerárias: Migração e Presídios em Regiões de São Paulo*. Trabalho apresentado no XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu – MG entre 20 e 24 de setembro de 2010.
- COELHO, Edmundo Campos (1987). *A oficina do diabo – crises e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo: IUPERJ.
- COYE, S (2009). *Architecture Panoptique: recherche d'une perfection sécuritaire* pp. 120-135 in HERZOG-EVANS, Martine (org). La prison dans la ville. Toulouse: Éditions Érès.
- COMPARATO, Fábio Konder (2013). *A balança e a espada*. Arquivo on line disponível em http://www.ajd.org.br/artigos_ver.php?idConteudo=59 com acesso em 16/03/2013.

- CRAMPTON, Jeremy W.; KRYGIER, John (2008). *Uma Introdução à Cartografia Crítica*. In ACSELRAD, Henri (org.). *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR. p. 85-111.
- DEBUYST, Christian et alli (1998). *Histoire des savoirs sur le crime et la peine:1. Des savoirs diffus à la notion de criminel-né*. Ottawa: L'université d'Ottawa : de Boeck Université.
- DELMAS-MARTY, Mireille (1992). *Les grands systèmes de politique criminelle*. Paris: Presses Universitaires de France. 462 p.
- DIAS, Camila Nunes (2011). *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. Tese de doutorado. São Paulo: FFLCH/USP.
- DICIONÁRIO DE CIÊNCIAS SOCIAIS (1986). RJ: FGV.
- DICTIONNAIRE DE LA JUSTICE. (Sous la direction de Loïc Cadiet) (2004). Paris: Presses Universitaires de France. 1362p.
- DICTIONNAIRE DE LA PENSEE POLITIQUE *Hommes et idées* (1989). Paris: Hatier. 854 p, trad, de Political thought, Oxford, Blackwell, 1987.
- Entrevista Loïc Wacquant (1999). *A criminalização da pobreza*. Mais Humana, dez. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic1.htm>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- FELLET, João. *ONU critica Brasil por 'uso excessivo de privação de liberdade'*. Da BBC Brasil, em Brasília. http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130328_presos_relatorio_onu_jf.shtml acesso em 29/03/2013.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2011). *Estatístico do Estado vende dado sigiloso*. Cotidiano. 01/03/2011. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff0103201101.htm> acesso em 01/04/2013.
- FOYER, Jean (1996). *Histoire de la Justice*. Paris: Presses Universitaires de France, 1996. 128 p.
- FOUCAULT, Michel (2001b). *Espace, savoir et pouvoir*. Entretien avec P. Rabinow; trad. F. Durant-Bogaert. Texte n. 310, p. 1.095 in Dits et écrits II. 1976-1988. Paris: Éditions Gallimard
- _____ (2001a). *Entretien sur la prison: le livre et sa méthode*. Entretien avec J.-J. Brochier. Texte n. 156, p. 1.609 in Dits et écrits I. 1954-1975. Paris: Éditions Gallimard.
- _____ (2003). *Microfísica do Poder* (18ª ed.). São Paulo: Edições Graal, 2003. 295p.
- FRAPAT, Hélène (org.). (2000). *La Violence*. Paris: Flammarion. 251p.

- GALLO, F. e GOMES, R. L (2010). *As desigualdades socioespaciais e as transferências voluntárias de recursos da União: um estudo sobre a seletividade das transferências do Ministério da Ciência e Tecnologia aos municípios paulistas*. Presidente Prudente: Caderno Prudentino de Geografia, n. 32, v.2, p. 261-284. ago/dez.
- GAMA, Paulo Calmon Nogueira da (2010). *A Desigualdade Penal e a Jurisdição na Nova Democracia Brasileira*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2010.
- GARCIEN, Claude (2005). *Le maintien des liens familiaux et la détention*. Revue Pénitentiaire et de Droit Pénal. Paris : Éditions Cujas, n° 1, mars 2005. P. 67.
- GARLAND, David (2001). *The Culture of Control. Crime and Social Order* in Contemporary Society. New York: Oxford University Press, 2001.
- GEORGE, Pierre (1972). *Os Métodos da Geografia*. São Paulo: Difusão Européia do Livro.
- GIORGI, Alessandro de (2006). *A miséria governada através do sistema penal*. RJ: ICC, Revan.128p.
- GOLDMAN, Emma (2005). *Prisões: falência e crime social* in Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). Número 7, 57-74.
- GRAMSCI, ANTONIO (1978). *Cartas do Cárcere (2ª ed.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 420p.
- GRAMSCI, Antonio (1984). *Os intelectuais e a organização da Cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. 125p.
- GRAMSCI, ANTONIO (1999-2002). *Cadernos do Cárcere (6 vls)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. *As Classes Perigosas. Banditismo Urbano e Rural*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais v. n. 11). 206p.
- HANNAN, Michael J. & COURTRIGHT, Kevin E. (2011). *Exploring the Perception of Economic Impact of State Correctional Institutions in Rural Pennsylvania*. International Journal of Business and Social Science Vol. 2 No. 22; December 2011.
- HÉRICHER, Anne (2009). *La ville et l'établissement pénitentiaire : intégration d'un équipement singulier dans les politiques urbaines* in HERZOG-EVANS, Martine (org). *La prison dans la ville*. Toulouse : Éditions Érès.
- HERKENHOFF, João Baptista (1987). *Crime, tratamento sem prisão*. Rio de Janeiro: Vozes. 126p.
- HERZOG-EVANS, Martine (org) (2009). *La prison dans la ville*. Toulouse : Éditions Érès. 135p.

- HIBOU, Béatrice (2011). *Anatomie politique de la domination*. Paris: La Découverte. 298p.
- HIRATA, D. et alli (2012). *A quem serve negar o impacto do PCC?* In Artigos e Debates. Revista Caros Amigos (versão digital). 24/08/2012 acesso em 29/03/2013.
- HOLLEY, Willian (2008). *Assessing the impact of prison siting on rural economic development*. Tese de doutorado. Georges Mason University, setembro de 2008.
- HULSMAN, Louk (2002). *Conversas com um abolicionista penal* (entrevista, parte 2) in Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). Número 2, 186-209.
- IBCCRIM. (2011) *Consagração da cultura punitiva* (Editorial). Boletim Nº 220 do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais-IBCCRIM. São Paulo, março de 2011.
- JEAN, Jean-Paul (2008). *Le Système Pénal*. Paris: Éditions la Découverte. 122p.
- JESUS, Paulo Roberto Rocha de. *Comarca, Entrância e Instância – Conceitos e diferenças*. Disponível em: <<http://www.artigojus.com.br/2012/04/comarca-entrancia-e-instancia-conceitos.html>>. Acesso em: 06/03/2013.
- JORGE, Wilson Edson (2000). *O sistema penitenciário do Estado de São Paulo e os projetos de estabelecimentos prisionais*. Avaliação da contribuição em projetos para o sistema. Tese de livre docência. São Paulo: FAU/USP.
- JORNAL VALOR ECONÔMICO (2012). *Presídios geram negócios e empregos no interior de SP*. 07/12/2012.
- LABASSE, Jean (1966). *L'organisation de l'espace. Éléments de Géographie Volontaire*. Paris: Hermann, 1966.
- LAZERGES, Christine (1987). *La Politique Criminelle. Que Sais-Je?* Paris: Presses Universitaires de France. 125p.
- LECLERC, Henri e THÉOLLEYRE, Jean-Marc (tradução de Carlos Aurélio Mota de Souza) (2007). *As Mídias e a Justiça. Liberdade de Imprensa e Respeito ao Direito*. Bauru, SP: EDUSC.189p.
- LENINE, V. I (1980). *Sobre o Estado* in Obras Escolhidas. São Paulo: Editora Alfa-Omega.
- LOPES, Gérard & STAMATIONS, Tzitzis (orgs) (2004) *Dictionnaire Sciences Criminelles*. Paris: Dalloz. p. 750.
- LOSANO, Mario G. (2007). *Os grandes sistemas jurídicos*. Tradução Marcela Varejão. São Paulo: Martins Fontes. 676p.
- MARCHETTI, Anne Marie (1996). *La prison dans la cité*. Paris: Desclée de Brower, 320p.

- MARZANO, Michela (2011). *Dictionnaire de la violence*. Paris: Presses Universitaires de France. 1.546 p.
- MATHIESEN, Thomas (2003). *A caminho do século XXI – abolição, um sonho impossível?* in Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). Número 4, 80-111, 2003.
- MARX, Karl (1961). *Crítica ao programa de Gotha* in Marx/Engels. Obras Escolhidas. v2. Rio de Janeiro: Editorial Vitória.
- MARX, Karl (1996). *O Capital. Crítica da Economia Política*. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural.
- _____. *Crítica ao Programa de Gotha*. Tradutor: Rubens Enderle São Paulo: Boitempo. 144p.
- MELOSSI, D.; PAVARINI, M. (1985). *Cárcel y fábrica: los orígenes del sistema penitenciario*. México, DF: Siglo XXI.
- _____. (2006). *Cárcere e Fábrica. As origens do sistema penitenciário (séculos XVI-XIX)*. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia, Editora Revan. 272p.
- MENDES, Alessandra (2012). *Uma polícia para ricos e outra para pobres em Belo Horizonte*. Belo Horizonte: Jornal Hoje em Dia. Edição de 10/09/2012 (on line). Acesso em 26/03/2013.
- MENDES, Conrado Hübner (2013). *PPP das prisões e a dívida constitucional brasileira* in O Estado de São Paulo (Opinião). 23/01/2013.
- MENEGAT, Marildo (2012). *Estudos sobre Ruínas*. Coleção Pensamento Criminológico. Rio de Janeiro: Instituto Carioca de Criminologia – ICC. 252p.
- MILHAUD, Olivier (2009). *SÉPARER ET PUNIR. Les prisons françaises: mise à distance et punition par l'espace*. Tese de doutorado em geografia. Université de Bordeaux 3 (Michel de Montaigne). 380p.
- MILLER, Jacques-Alain. *A máquina panóptica de Jeremy Bentham*. In TADEU, Tomaz (org). (2008) O Panóptico. Jeremy Bentham. 2ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica. 34p.
- MONTEBELLO, Natalia (2003). *Kropotikin e as prisões* in Verve. Revista semestral autogestionária do Nu-Sol (Núcleo de Sociabilidade Libertária do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP). Número 3, 332-335, 2003.
- MONTESQUIEU (1991). *Do Espírito das Leis*. Rio de Janeiro: Ediouro.

- MORAIS, Márcio Eduardo da Silva Pedrosa (2009). *O Conceito de Justiça Distributiva no Estado Democrático de Direito. Uma compreensão da justiça distributiva e do acesso à justiça no Estado constitucional democrático brasileiro*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: PUC/MG.
- NAY, Olivier et alli (2005). *Dictionnaire de la pensée politique*. Idées, doctrines et philosophes. Paris: Éditions Dalloz. 228p.
- NUNOMURA, Eduardo (2007). *Presídios causam inchaço em cidades em SP*. Caderno de Notícias do Estadão. O Estado de São Paulo 28/10/2007.
- ODÁLIA, Nilo (1991). *O que é violência*. 6ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.
- OLIVEIRA, Odete Maria de (2003). *Prisão: um paradoxo social*. Florianópolis: Editora da UFSC.
- ÖZER, Atila (org.) (1998). *L'État*. Paris: Flammarion. 255p.
- PACHUKANIS, Evgeny Bronislavovich (1988). *Teoria Geral do Direito e Marxismo*. São Paulo: Editora Acadêmica. 136p.
- PAIXÃO, Antônio Luiz (1987). *Recuperar ou punir. Como o Estado trata o criminoso*. São Paulo: Editora Cortez: Autores Associados. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, v. 21).
- PASSETTI, Edson (1999). *Sociedade de controle e abolição da punição in* São Paulo em Perspectiva. Volume 13, número 03, julho-setembro de 1999. São Paulo: Fundação Seade.
- PASSETTI, Edson (2008). *O Abolicionismo Penal*. Fórum IBCCRIM, Rio de Janeiro. (versão on line no link: <http://www.nu-sol.org/artigos/ArtigosView.php?id=12> acesso em 12/10/2013)
- PEDROSO, Regina Célia (2005). *Estado autoritário e ideologia policial*. (Coleção Histórias da intolerância). São Paulo: Associação Editorial Humanistas: FAPESP. 211p.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História. Operários, Mulheres e Prisioneiros* (4ª Ed). (2006) São Paulo: Editora Paz e Terra. 332p.
- PETIT, Jacques. (org) (1984). *La prison, le bagne, l'histoire*. Paris : Librairie des Meridiens, Édition Médecine et Hygiène, 234p.
- PLANTY-BONJOUR, Guy. (org) (1986). *Droit et liberté selon Marx*. Paris : Presses Universitaires de France. 220 p.
- PORTO, Roberto. (2007) *Crime Organizado e Sistema Prisional*. São Paulo, Atlas. 111p.
- PRADO, Antônio Carlos (2003). *Cela Forte Mulher*. São Paulo: Labortexto Editorial.
- RADICA, Gabrielle (org). (2000) *La Loi*. Paris, Flammarion. 254p.

- RAMIREZ, Juan Bustos & BEJAS, Manuel Valenzuela (1983). *Le Système penal de pays de l'Amérique Latine. Les Grands Systèmes de droit pénal contemporains*. Paris: Éditions A. Pedone. 159p.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres (2000). *A natureza do poder: técnica e ação social*. Interface Comunicação, Saúde, Educação, v.4, n.7, 2000, p.13-24.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. (2008) *Discours sur l'origine et les fondements de l'inégalité parmi les hommes*. Paris, Flammarion. 302p.
- RUSCHE, Georg, KIRCHHEIMER, Otto (2004). *Punição e Estrutura Social*. 2.ed. Rio de Janeiro: Revan.
- SÁ, Geraldo Ribeiro de (1996). *A Prisão dos Excluídos. Origens e reflexões sobre a pena privativa de liberdade*. Rio de Janeiro, RJ, Diadorim Editora Ltda.
- SABBAG, Juliane Albuquerque Abe (2012). *Brasília, 50 anos: do Urbanismo Moderno ao Planejamento Estratégico*. Dissertação (Mestrado). Brasília: UNB, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. 205p.
- SANTOS, Fernanda (2008). *Plan to Close Prisons Stirs Anxiety in Rural Towns in* The New York Times. 27/01/2008.
- SALLA, Fernando Afonso (1997). *O Encarceramento em São Paulo: das enxovias à Penitenciária do Estado*. Tese de doutorado em sociologia. São Paulo: FFLCH/USP.
- SANTOS, Milton (1978). *Espaço e dominação* in Seleção de Textos da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo: AGB. pp. 3-27.
- SANTOS, Milton (1985). *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985. 88p.
- _____ (1993). *O Espaço do cidadão*. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 142 p.
- _____ (1996). *Geografia: além do professor?* Transcrição da conferência de abertura do 1º Encontro Regional de Geografia do Sudeste realizado na UFJF em Juiz de Fora, Minas Gerais, em maio de 1996. (transcrição feita por Cláudio Ubiratan Gonçalves).
- _____ (1997) *Espaço e Método*. 4. ed. São Paulo: Nobel.
- _____ (2002). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo. Razão e Emoção*. São Paulo: EDUSP. 384p.
- _____ (2004a). *Aula inaugural do ano letivo de 1999 da Universidade Federal da Bahia* in Milton Santos e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. 319p.
- _____ (2004b). *O Espaço Dividido. Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos*. (tradução Myrna T. Rego Viana). São Paulo: EDUSP, 2004. 440 p.

- _____ (2006). *A Natureza do Espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4ª Ed. São Paulo: EDUSP. 260 p.
- _____ (2008). *Técnica, Espaço, Tempo. Globalização e Meio Técnico-científico-informacional*. 5ª ed. São Paulo: EDUSP. 176p.
- _____ (2009). *Por uma Economia Política da Cidade. O caso de São Paulo* (2ª Ed). São Paulo: Edusp. 144p.
- _____ (2011). *Geografia e Planejamento: o uso do território – geopolítica*. (transcrição da palestra realizada na V Semana de Geografia realizada pela Universidade de Brasília – UNB em 16 de junho de 1980) in Revista Eletrônica: Tempo – Técnica – Território, V.2, N.2, 2011.
- SANTOS, Milton e SILVEIRA, Maria Laura (2006). *O BRASIL. Território e sociedade no início do Século XXI*. 9ª Ed. Rio de Janeiro: Record. 473p.
- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO DE SÃO PAULO (SAP, 1996). *Simpósio sobre o sistema penitenciário*. 20 A 22 de setembro de 1995. São Paulo: SAP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: IMESP.
- SILVA, Carlos Roberto Souza da (2000). *A delinquência e o direito penal*. JUS Navegandi, Teresina, ano 3, n. 35, jun. 2000. Disponível em: <http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9412> . Acesso em 06set. 2007.
- SIMÃO, Rosyler Cristina Santos (2009). *Distribuição da renda e diferenças regionais no Estado de São Paulo*. Tese de doutorado. Campinas: UNICAMP: Instituto de Economia. 164p.
- SORRE, M (1961). *L’homme sur la terre. Une vaste synthèse de géographie humaine*. Paris: Corriger.
- SOUZA, Marcus Valério Guimarães de (2000). *A Criminalidade e o Pacto Social*. JUS Navegandi, Teresina, ano 4, n. 42, jun. 2000. Disponível em: <http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=941>. Acesso em 06set. 2007.
- SOUZA, Maria Adélia de. (1991) *Conexões Geográficas - um ensaio metodológico: uma versão ainda preliminar*. Revista do IEA, São Paulo.
- (2012). *A NOVA GEOPOLÍTICA MUNDIAL NO SÉCULO XXI. A emergência do Período Popular da História*. Texto elaborado para a conferência de abertura do I SETED – I SEMINÁRIO INTERNACIONAL: ESTADO, TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO realizado em Salvador (Bahia) de 04 a 06 de junho de 2012.
- _____ (1994a) *Geografias da desigualdade: globalização e fragmentação*. São Paulo: HUCITEC; ANPUR. p. 21-28.

-
- SOUZA, Maria Adélia de (2012). *Uso do território e sistema de justiça do Brasil in* BATISTA, Vera Malaguti. (Org) (2012). *LOÏC WACQUANT e a questão penal no capitalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: Revan. Pp. 127-150.
- SMITH, Neil. (1988). *Desenvolvimento desigual*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil. 242p.
- SPINOZA, Baruch. *Tratado Teológico-Político*. Tradução e Introdução e Notas de Diogo Pires Aurélio. – São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- VACHERET, Marion & LEMIRE, Guy. (ORGS) (2007). *Anatomie de la prison contemporaine*. Paris: Presses Universitaires de France.
- VARELLA, Drauzio (2012). *Carcereiros*. São Paulo: Companhia das Letras. 226p.
- WACQUANT, Loïcq (1999). *A criminalização da pobreza*. Revista Mais Humana, dez. 1999. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic1.htm>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- WACQUANT, Loïcq (2001) *Prisões: a miséria atrás das grades*. Revista Mais Humana, Niterói, Ano II, N.º 2. Abr. 2001. Disponível em: <www.maishumana.com.br/loic2.htm>. Acesso em: 23 ago. 2003.
- WACQUANT, Loïcq (2005). *Parias Urbains. Ghetto, banlieue, État*. Paris: Éditions La Découverte. 332p.
- WEBER, Max (1999). *Ciência e Política: duas vocações*. São Paulo, Cultrix.
- WHITFIELD, Dexter (2008). *Economic Impact of Prisons in Rural Areas. A Review of the Issues*. The European Services Strategy Unit. 26p.
- YABIKU, Roger Moko (2006). *Da função das penas: do Suplício do corpo ao suplício da imagem*. JUS Navegandi, Teresina, ano 10, n. 1058, 25 maio 2006. Disponível em: <http://jus2uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8386> . Acesso em 06set. 2007.
- YAZIGI, Eduardo (2000). *O Mundo das Calçadas*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Imprensa Oficial do Estado. 548 p.
- ZAFFARONI, Eugênio Raul (2007). *O inimigo no direito penal*. RJ: ICC, Revan, 2007. 224p.

Documentos Analisados

Adler School Institute on Public Safety and Social Justice; Illinois Coalition for Immigrant and Refugee Rights. (2011). ***White Paper on Broken Logic: The Over-Reliance on Incarceration in the United States***, Chicago, IL: Author.

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E ASSUNTOS PENITENCIÁRIOS DA ALESP. Pauta da 4ª Reunião Ordinária 07 de Março de 2012 às 15:30 horas no Plenário D. Pedro I. Presidente: Deputado Adilson Rossi.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA – CNJ. ***Relatório Geral do Mutirão Carcerário do Estado de São Paulo realizado entre 20 de julho a 16 de dezembro de 2012***, e elaborado pelo Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas – DMF (52p).

DEPEN - ***Portaria nº 04, de 08 de janeiro de 2010***. Estabelece procedimentos, critérios e prioridades para a concessão de financiamento de projetos, ações ou atividades com recursos do Fundo Penitenciário Nacional no exercício de 2010 e dá outras providências. (13p).

Fundação SEADE, CDHU. ***Necessidades Habitacionais no Estado de São Paulo. Subsídios para o Plano Estadual de Habitação 2010-2023***. São Paulo: Seade; CDHU, 2010, 56p.

FUNPEN – ***Relação de Convênios celebrados entre a União e os Estados Federativos entre os anos 1996 a 2011***, com montante de recursos por tipo. (09p).

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA - ITCC E PASTORAL CARCERÁRIA NACIONAL. ***Tecer Justiça: presas e presos provisórios na cidade de São Paulo***. Coordenação de obra coletiva: Heidi Ann Cerneka, José de Jesus Filho, Fernanda Emy Matsuda, Michael Mary Nolan e Denise Blanes.– São Paulo : ITTC, 2012 (Relatório final).

SENA, Paulo de. ***Assistência Educacional nos Estabelecimentos Penais***. Documento elaborado pela Consultoria Legislativa. Brasília: Câmara dos Deputados, 2004. 31p.

Lista da legislação consultada

- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 9.033, de 27/12/1994. Orça a Receita e fixa a despesa do Estado para o Exercício de 1995.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 9.333, de 27/12/1995. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1996.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 9.467, de 27/12/1996. Orça a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício de 1997.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 9.902, de 30/12/1997. Orça a Receita e Fixa a Despesa do Estado para 1998.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 10.151, de 29/12/1998. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado em 1999.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 10.349, de 19/07/1999. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2000.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 10.707, de 29/12/2000. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2001.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 11.010, de 28/12/2001. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2002.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 11.332, de 27/12/2002. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2003.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 11.607, de 29/12/2003. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2004.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 11.816, de 30/12/2004. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2005.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 12.298, de 8 de março de 2006. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2006.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 12.549, de 2 de março de 2007. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2007.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 12.788, de 27 de dezembro de 2007. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2008.
- Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 13.289, de 22 de dezembro de 2008. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2009.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 13.916, de 22 de dezembro de 2009. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2010.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 14.309, de 27 de dezembro de 2010. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2011.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 14.675, de 28 de dezembro de 2011. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2012.

Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP. Lei nº 14.925, de 28 de dezembro de 2012. Orça a Receita e fixa a Despesa do Estado para o exercício de 2013.

Sites consultados para levantamento de dados

<http://www.transparencia.sp.gov.br/> (Portal transparência do Governo do Estado de São Paulo).

<http://www.sap.sp.gov.br/> (Secretaria de Administração Penitenciária do Governo do Estado de São Paulo)

<http://www.nu-sol.org> (Núcleo de Sociabilidade Libertária da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP)

<http://www.cnj.jus.br/> (Portal do Conselho Nacional de Justiça do Brasil)

<http://blog.justica.gov.br> (Blog do Ministério da Justiça do Brasil)

<http://www.gecap.direitorp.usp.br> (Grupo de Estudos Carcerários Aplicados da Universidade de São Paulo)

<http://www.forbes.com> (Portal da Forbes – Revista eletrônica de economia voltada para os líderes no mundo dos negócios).

<http://revistaforum.com.br/spressosp/> - (Portal de notícias sobre São Paulo, a RMSP e o interior do Estado).

<http://www.ajd.org.br> (Site da Associação Juízes para a Democracia).

<http://www.iddd.org.br> (Instituto de Defesa do Direito de Defesa)

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm (Página do Poder Executivo Federal com acesso à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988).

<http://www.hrw.org> (Portal da Human Rights Watch).

www.ibge.gov.br (Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE)

www.seade.sp.gov.br (Portal do Sistema de Informações e Análise de Dados do governo do Estado de São Paulo)

APÊNDICES

Apêndice 1

ENTREVISTA REALIZADA COM O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DE SÃO PAULO⁴⁷⁸

⁴⁷⁸ Entrevista realizada por e-mail com o Sr. Lourival Gomes – Secretário de Administração Penitenciária Do Estado de São Paulo.

Ilmo. Sr. Lourival Gomes

MD. Secretário de Administração Penitenciária do estado de São Paulo

Prezado Senhor,

Realizo uma pesquisa de tese de doutorado sobre as transformações territoriais provocadas pela implantação de prisões nos municípios do interior do estado de São Paulo. A pesquisa é feita junto ao departamento de geografia humana na Universidade de São Paulo – USP, campus da capital.

O estudo, de âmbito estritamente acadêmico, possui o objetivo de compreender o processo de expansão do sistema penitenciário para municípios do interior do estado, bem como as dificuldades, resistências ou benefícios que promove ao território dos municípios e do estado. Com o intuito de facilitar o diálogo com V. Sa., a partir das informações necessárias ao desenvolvimento da tese, encaminho-lhe um roteiro prévio de questões (em anexo).

Na expectativa de uma resposta positiva, gostaria antecipadamente de lhe agradecer, ficando disponível para outros esclarecimentos caso sejam necessários. Aproveito para prestar meus votos de consideração e respeito.

Cordialmente, James ZOMIGHANI

Doutorando em geografia humana pela USP

PS. As respostas podem ser encaminhadas por e-mail.

Roteiro de entrevista

1. Por que as novas penitenciárias têm sido construídas, prioritariamente, em municípios localizados no interior do Estado de São Paulo?
 - a. Quais as facilidades e dificuldades decorrentes dessa escolha?
 - b. Quais são os principais problemas enfrentados na construção de novas unidades prisionais?
 - c. Os custos de construção e gestão das unidades prisionais localizadas em municípios do interior são menores em comparação aos existentes na capital e Região Metropolitana de São Paulo? Por que?
 - d. Os agentes prisionais moram no mesmo município onde a unidade prisional está instalada? Se não, onde moram?
2. No caso das novas unidades prisionais construídas no interior, em municípios localizados a centenas de quilômetros da capital, a distância da capital traz alguma dificuldade de gestão para a Secretaria de Administração Penitenciária? Qual?
3. Tem havido migração de familiares de prisioneiros para os municípios do interior, onde têm sido construídas as novas penitenciárias? E aumento da criminalidade?
 - a. (Em caso de resposta da anterior ser afirmativa) A migração das famílias traz vantagens ou desvantagens para o funcionamento da unidade prisional? E para o preso, no caso da ressocialização?
4. A implantação das novas unidades prisionais provoca algum conflito com os municípios ou entre eles e o governo estadual? Quais? Como são resolvidos?
 - a. Como é escolhida a localização de uma nova unidade prisional?
 - b. Quais as vantagens dessa localização?
 - c. E as desvantagens?
5. Quais são as principais resistências para construção de unidades prisionais na capital e no interior?
 - a. São feitas consultas à população local antes da escolha da localização da nova unidade prisional? Como ocorre?

6. Caso o preso responda processo na capital, região Metropolitana de São Paulo ou outra comarca distante da penitenciária há dificuldades de deslocamento?
7. Como têm sido utilizadas em São Paulo as novas tecnologias utilizadas na gestão das penas em outros países (como braceletes e tornozeleiras eletrônicas, ou videoconferência para entrevista dos presos)?
8. Qual o número de presos cumprindo penas alternativas? Sua Secretaria tem alguma responsabilidade sobre esses condenados?
9. O que a SAP tem feito para resolver o problema das unidades prisionais superlotadas, principalmente os Centros de Detenção provisória da capital e Região Metropolitana de São Paulo, e as unidades penitenciárias?
10. Qual é a atual taxa de reincidência prisional no estado de São Paulo?
11. Considerando-se que as taxas de reincidência prisional têm sido historicamente elevadas, problema existente não apenas no Brasil, mas também em outros países, o Senhor acredita que o sistema prisional, como está organizado atualmente, é um sistema eficiente para proteger a sociedade, e evitar a prática de novos crimes? Por que?
12. O Senhor gostaria de acrescentar algo mais a esta entrevista?

Muito obrigado!

RESPOSTA DO SECRETÁRIO⁴⁷⁹

Construções de Unidades Prisionais

O Governo do Estado de São Paulo vem buscando medidas concretas para atenuar o grave problema da superlotação vivenciada nas unidades prisionais que integram a Secretaria da Administração Penitenciária, e também, nas Cadeias Públicas e Distritos Policiais vinculados à Secretaria da Segurança Pública, por intermédio do Programa de Expansão e Modernização do Sistema Prisional.

O referido programa prevê a edificação de 49 (quarenta e nove) novos estabelecimentos penais entre Penitenciárias destinadas à custódia de mulheres e de presos do sexo masculino, Centros de Progressão Penitenciária e Centros de Detenção Provisória.

Destaca-se, nesse programa, que é a primeira vez na história, que o Governo de São Paulo se propõe a construir Penitenciárias com características que atendam necessidades femininas. Atualmente, todas elas são unidades masculinas adaptadas. É o caso da antiga Penitenciária do Estado, que desde sua inauguração, há mais de 75 (setenta e cinco) anos, sempre abrigou homens. Em 2005, o prédio passou por uma reforma e a unidade prisional foi renomeada “Penitenciária Feminina Sant’Ana”, passando a receber mulheres.

Entre as novidades previstas estão: alas destinadas exclusivamente à amamentação; cuidados especiais às gestantes e lactantes; consultórios médicos; odontológicos; enfermagem e primeiros socorros. Os pavilhões serão construídos com espaço para atividades esportivas; biblioteca; oficinas de trabalho; áreas de convivência e visitas, inclusive com playground e salas educativas para crianças. Haverá setores específicos para visita íntima e creche. Ao invés de muralhas, as novas Penitenciárias terão alambrados com torres de vigilância.

As mães presas ficarão por 06 (seis) meses com os bebês. Após esse período, durante os fins de semana, as crianças ficarão na creche da unidade prisional. Outra novidade é o fim das revistas aos familiares, quando entram para a visita. Ao contrário do que ocorre atualmente, nas novas Penitenciárias femininas, as presas é que serão revistas antes e ao término da visitação. A intenção desta Pasta é diminuir o impacto causado na criança, ao ver a mãe presa.

Os prédios dessas unidades prisionais terão detalhes como rampas de acessibilidade e sanitários destinados aos portadores de mobilidade reduzida e cadeirantes, além de sinalização tátil de alerta.

⁴⁷⁹ Recebida em 14/10/2013.

O projeto do Centro de Progressão Penitenciária, também apresenta novidades em sua arquitetura, prevê ocupação setorizada, em zonas de atividades diferenciadas, visando o controle e segurança do acesso, fluxo e circulação de pessoas, compondo-se em setor externo e setor interno separados por alambrado de segurança. O setor externo abriga a recepção e revista de visitantes; portaria; residências dos diretores; torres de vigia, guaritas de segurança e edifício administrativo, refeitório de funcionários, corpo da guarda e áreas administrativas.

O setor interno, delimitado pelo alambrado de segurança, é constituído de um pátio; os edifícios da inclusão, saúde e oficina de manutenção de veículos; lavanderia e cozinha; 06 galpões de trabalho; 10 salas de aulas; 20 celas para visita íntima; capela para 100 pessoas; espaço de múltiplo uso com capacidade para 287 detentos, inclusive 02 espaços para detentos em cadeira de rodas, que compartilham da mesma cobertura, sanitários para visitantes, barbearia e refeitório de sentenciados, 02 playgrounds, 04 quadras poli esportivas, praças e 24 alojamentos e horta.

Com base no princípio da regionalização das unidades prisionais e sob os aspectos técnicos, ambientais e de segurança, a administração desta Secretaria, verificou a necessidade de que tais prisões sejam edificadas em municípios estratégicos, para que abriguem presos que se encontram recolhidos nas Cadeias Públicas próximas, bem como, recolham outros que vierem a ser detidos, por meio do que se denomina “inclusão automática”, de tal maneira que os vínculos familiares, principalmente com ascendentes e descendentes, possam ser mantidos.

Nesse sentido, cumpre salientar que a possibilidade de maior aproximação do preso à família, contribuirá decisivamente para o processo de recuperação e para atenuar a ansiedade motivada pela privação de liberdade, o que certamente tornará mais difícil o cometimento de faltas disciplinares, uma vez que o preso passará a ter receio de ser transferido.

Haverá, ainda, redução substancial dos pedidos de transferência de unidade prisional, com finalidade de aproximação familiar, bem como, dos procedimentos de escolta, para apresentações judiciais e, até, da ocorrência de rebeliões, ocasiões em que os servidores são vítimas de agressões praticadas por integrantes desses movimentos.

Registre-se, que a regionalização das novas unidades prisionais, busca, ainda, promover um menor afluxo de familiares de presos e proporcionar ao servidor penitenciário, que atua em unidade prisional distante de sua residência, retornar para sua origem.

Mister se faz observar, que em levantamentos feitos pela Polícia Militar, esta Pasta foi cientificada de que não houve aumento da criminalidade em regiões com maior concentração de presídios, mesmo considerando-se que familiares de presos se locomovem para a visitação, como ocorre, por exemplo, na Região Oeste do Estado de São Paulo que detém a maior aglomeração de presídios.

Evidentemente que, com a regionalização de novas unidades prisionais, a presença de familiares será em locais de menor distância e não haverá aglomerações de familiares de presos nas cidades.

Assinale, ainda, que deve-se considerar que nem sempre aquele que teve a infelicidade de incorrer num crime traz consigo sua família.

Em relação ao objetivo de minimizar a superlotação do Sistema Carcerário, o programa de construção de unidades prisionais, em diversas regiões do estado, proporcionará maior segurança para o servidor do Sistema Penitenciário, no exercício de suas funções, posto que, na medida em que a unidade prisional passe a operar dentro do limite de sua capacidade o número de servidores será proporcional ao número de presos.

Será mais eficaz a coibição da entrada de aparelhos de telefonia celular, armas de fogo, substâncias entorpecentes, tornando o local de trabalho mais seguro.

Unidades prisionais regionais, que operem dentro de seus limites de capacidade tornarão difícil a ocorrência de fugas, eliminarão os riscos à população e contarão com ações mais rápidas e eficientes dos órgãos policiais.

Cabe esclarecer que o esvaziamento de Distritos Policiais e Cadeias Públicas é fator que contribui para a segurança das comunidades onde estão instaladas essas unidades carcerárias.

É sobretudo importante, assinalar que para a definição dos locais para a construção de prisões, além da conveniência da regionalização no processo de reintegração social, a definição técnica das áreas, em cada um dos municípios, cabe à Companhia Paulista de Obras e Serviços – CPOS, empresa de economia mista vinculada à Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, em conjunto com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, onde os processos de licenciamento ambiental dos presídios estão definidos com base nas legislações pertinentes, especialmente no que concerne aos efluentes do esgotamento sanitário das unidades prisionais, cujos projetos apresentados têm, necessariamente, sistema de tratamento de esgoto, ou, será interligado à rede da concessionária de saneamento local.

Para a inserção desse tipo de empreendimento nas localidades identificadas é realizado estudo da região administrativa a que pertence o município, observando-se os aspectos geográficos, demográficos e econômicos, bem como às áreas de influência direta, indireta e afetada, com a avaliação dos impactos ambientais, com a identificação, descrição e qualificação dos impactos nos meios físico, biótico e antropógeno com a identificação das ações mitigatórias e/ou compensatórias dos eventuais impactos.

Finalizados esses trabalhos edita-se o Decreto Estadual que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação bens imóveis localizados em municípios estratégicos visando à implantação de unidade prisional ou outros serviços públicos.

Há também casos em a própria prefeitura municipal solicita a implantação de unidades prisionais em seu território indicando o imóvel a ser desapropriado ou alienando-o por doação a Fazenda Pública do Estado de São Paulo para a implantação de unidades prisionais seguindo os mesmos critérios acima descritos.

No entanto, um dos grandes desafios que esta Pasta vem enfrentando, para a construção dos novos estabelecimentos penais, consiste na busca do convencimento dos representantes das comunidades para acolhimento de uma prisão em seus municípios, tendo em vista a crença de que, havendo uma unidade prisional nessa ou naquela cidade, para tal migrarão criminosos e seus familiares.

Além disso, há situações que geram atrasos no início das obras de construção dessas unidades prisionais, como por exemplo:

Omissão ou negativa da prefeitura municipal na emissão de documentos solicitados e necessários a instruções de feitos em tramitação nesta Pasta, na Secretaria do Meio Ambiente ou nas Varas Judiciais e, que atendem, em especial, o regramento das legislações ambientais;

Impugnações nos procedimentos licitatórios que suspendem a licitação em curso;

Impetração de mandado de segurança em face dos prefeitos ou órgãos públicos municipais devido às negativas ou omissões relativas às solicitações efetuadas por esta Pasta;

Medidas judiciais em face das legislações municipais editadas visando o impedimento destes tipos de edificações;

Aguardo de deferimento ao pedido de imissão provisória na posse do bem;

Edição de normas que impedem a construção de unidades prisionais;

Solicitações de prefeituras para alteração de área já decretada de utilidade pública;

Manifestações de repúdio quanto à construção de unidades prisionais em seus municípios;

Decisões judiciais que determinam a suspensão da execução de obra; do processo de licitação, dos processos administrativos que visam a regularização fundiária dos imóveis onde se pretendem edificar unidades prisionais;

Alterações de projetos;

Precipitações atmosféricas.

Esclarecendo ao solicitante da informação que, aqueles que cumprem penas alternativas não são presos, pois o nome é justamente "Pena Alternativa à privação da liberdade". Posto isso, esses condenados são encaminhados pelo juiz para as Centrais de Penas e Medidas Alternativas (hoje são 52 em todo estado de SP), com ofício onde consta o total de horas que deverá prestar serviços à comunidade, uma das modalidades das penas alternativas e a que é administrada pela SAP. As demais penas alternativas (pecuniária, cestas básicas, entre outras) são administradas pelo próprio judiciário.

Quanto aos condenados a pena alternativa de prestação de serviço à comunidade, a SAP fiscaliza a execução da pena e faz o monitoramento junto as instituições onde essas pessoas prestam serviços, atestando a frequência e efetivo cumprimento da pena e, quando há intercorrência neste processo, comunica ao judiciário para que este tome as providências necessárias. Até 31/08/2013 estão em acompanhamento de suas penas de prestação de serviço à comunidade, 13.727 pessoas.

Informo que os Concursos Públicos desta Pasta, são realizados em âmbito estadual, assim ao final dos certames contamos com candidatos habilitados oriundos das mais diversas municipalidades o que possibilita atender a necessidade das diversas unidades prisionais espalhadas pelo Estado de São Paulo, não havendo portanto, relação de construção de unidade prisional com município de residência de candidato.

Governo do Estado de São Paulo

Apêndice 2

DADOS DO ORÇAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO⁴⁸⁰

⁴⁸⁰ Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP.

Tabela 1: Estado de São Paulo – Orçamento das Secretarias Estaduais do Poder Executivo, em milhões de reais, entre 1995 e 2013.

Ano	Administração Penitenciária	Segurança Pública ⁴⁸¹	Educação	Saúde	Transportes ⁴⁸²	Cultura	Habitação
1995	133	1041	3465	1651	2100	184	465
1996	236	2157	3240	1847	1207	123	656
1997	287	2446	3607	2181	1484	148	500
1998	471	3601	5617	2294	2167	158	501
1999	359	3718	5563	2293	1644	147	507
2000	388	4030	5888	2254	1807	145	546
2001	549	4554	6624	2986	1561	145	619
2002	591	4861	7522	3359	2029	197	619
2003	642	5258	7158	2603	632	109	621
2004	990	5556	9206	5156	2351	214	555
2005	1081	6191	9794	6229	2852	240	795
2006	1324	7462	11619	8087	4768	424	851
2007	1505	8307	12002	8588	5117	452	613
2008	1920	8719	13451	9339	7132	540	858
2009	2101	10191	16075	11928	11653	771	765
2010	2232	10919	18979	13062	13359	924	1356
2011	2589	12201	21387	14192	10906	789	1563
2012	2904	14017	22339	14660	12542	837	1343
2013	3223	15605	24258	16630	15107	861	1456

⁴⁸¹ Administração do Corpo de Bombeiros, do Departamento de Trânsito - DETRAN e das Polícias: Técnico-Científica, Civil e Militar.

⁴⁸² Soma dos orçamentos da Secretaria de Transportes com o da Secretaria dos Transportes Metropolitanos.

Tabela 02: Estado de São Paulo – Orçamento de instituições do Sistema de Justiça Criminal, em milhões de reais, entre 1995 e 2013.

Ano	Poder Judiciário	Ministério Público	Defensoria Pública⁴⁸³
1995	592	144	-
1996	1612	418	-
1997	1682	428	-
1998	1772	436	-
1999	1897	461	-
2000	2023	464	-
2001	2288	496	-
2002	2221	534	-
2003	2669	731	-
2004	3059	756	-
2005	3581	798	-
2006	4006	961	-
2007	4250	1048	316
2008	4654	1191	354
2009	5260	1272	449
2010	5506	1324	477
2011	6213	1446	536
2012	6921	1532	559
2013	7686	1635	619

⁴⁸³ No Estado de São Paulo foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 988 de 09 de janeiro de 2006. Fonte: <http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Default.aspx?idPagina=2868> acesso em 05/08/2013.

Tabela 03: Estado de São Paulo – Total do Orçamento do Estado, em milhões de reais, entre 1995 e 2013.

Ano	Poder Executivo	Poder Legislativo ⁴⁸⁴	Poder Judiciário	Total do Orçamento Estadual	Aumento percentual do orçamento em relação ao total do ano anterior (em %)
1995	18794	109	592	22240	-
1996	25532	312	1612	31507	41
1997	28641	311	1682	35497	12
1998	29343	331	1772	36188	1
1999	29456	331	1897	36357	0,5
2000	31263	366	2023	38614	6
2001	33695	441	2288	43580	13
2002	39655	494	2221	49713	14
2003	39656	493	2669	54618	9
2004	46090	585	3059	62218	14
2005	51420	632	3581	69887	12
2006	76581	705	4006	81292	16
2007	78637	729	4250	84986	4
2008	100462	760	4654	105876	24
2009	121953	1037	5260	129972	23
2010	137439	1131	5506	145877	12
2011	149548	1186	6213	158929	9
2012	162667	1325	6921	173004	9
2013	180592	1405	7686	191938	11

⁴⁸⁴ Recursos utilizados para administração da Assembléia Legislativa e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Tabela 04: Estado de São Paulo – Orçamento Total da UNICAMP, USP e UNESP e da FAPESP⁴⁸⁵, em milhões de reais, entre 2002 e 2013.

Ano	USP	UNESP	UNICAMP	CENTRO EST.EDUC.TECNOLÓGICA PAULA SOUZA	FAPESP
2002	1376	666	601	167	285
2003	1505	709	660	221	315
2004	1764	861	731	226	448
2005	1991	948	833	261	487
2006	2248	1051	947	337	564
2007	2410	1104	994	437	606
2008	2662	1208	1093	678	654
2009	3057	1391	1464	1007	790
2010	3285	1495	1700	1003	786
2011	3936	1828	1949	1250	907
2012	4376	2117	2134	1327	1040
2013	4725	2293	2400	1673	1085

⁴⁸⁵ Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP, principal instituição de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico no Estado de São Paulo, mantida com recursos do Governo Paulista vinculados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços -ICMS.

Apêndice 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PREFEITOS

São Paulo, 02/10/2013

Ilma. Sra. Sueli Navarro Jorge
MD. Prefeita do Município de Avanhandava– SP

Prezada Senhora,

Realizo uma pesquisa de tese de doutorado sobre as transformações territoriais provocadas pela implantação de prisões nos municípios do interior do estado de São Paulo. A pesquisa é feita junto ao departamento de geografia humana na Universidade de São Paulo – USP, campus da capital.

O estudo, de âmbito estritamente acadêmico, possui o objetivo de compreender o processo de expansão do sistema penitenciário para municípios do interior do estado, bem como as dificuldades, resistências ou benefícios que promove ao território municipal. Com o intuito de facilitar o diálogo com V. Sa., a partir das informações necessárias ao desenvolvimento da tese, encaminho-lhe um roteiro prévio de questões (em anexo).

Na expectativa de uma resposta positiva, gostaria antecipadamente de lhe agradecer, ficando disponível para outros esclarecimentos caso sejam necessários. Aproveito para prestar meus votos de consideração e respeito.

Cordialmente,
James ZOMIGHANI
Doutorando em geografia humana pela USP
☎ XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
✉ zomigjh@gmail.com

PS. As respostas podem ser encaminhadas por e-mail.

Roteiro da entrevista

Prefeitura do Município de Avanhandava

1. A instalação da unidade penitenciária trouxe problemas para o município? Quais?
2. E trouxe alguma vantagem ou benefício?
3. Houve mudanças nos serviços administrados pela prefeitura (em particular segurança pública, saúde, obras e infra-estrutura) em consequência da instalação da penitenciária em seu território?
4. O funcionamento da penitenciária provocou aumento de algum tipo de violência no município? Qual? Por que aumentou?
5. Houve migração de familiares de prisioneiros para o município? Para quais bairros?
6. (em caso da anterior ser afirmativa) A chegada das famílias dos prisioneiros tem trazido dificuldades para o município? E trouxe alguma vantagem?
7. A implantação da unidade prisional provocou algum conflito no município? Como foi encaminhada sua resolução?
8. Como foi escolhida a localização da nova penitenciária?
 - a. Quais as vantagens dessa localização?
 - b. E as desvantagens?
9. Quem foi a favor da implantação da penitenciária no município? E quem foi contra? Por quê?
10. Foram feitas consultas populares antes da construção da nova unidade prisional? Como foi realizada a consulta?
11. Poderia descrever as principais características do bairro (local) onde a penitenciária funciona?
12. A penitenciária trouxe benefícios econômicos ao município?
 - a. Aumentou o repasse de recursos dos governos estadual ou federal? De quanto foi o aumento?

- b. Aumentou o consumo de produtos e serviços estimulando o comércio local? Poderia dar exemplos?
- 13. Houve a aprovação de alguma lei municipal que favorecesse ou dificultasse a implantação de prisões no município?
 - a. Como se posicionam os vereadores, e a câmara municipal?
- 14. A senhora gostaria de acrescentar algo a esta entrevista?

Obrigado!

ANEXOS

Anexo 1

Modelo de documento para pedido de reaproximação familiar⁴⁸⁶

⁴⁸⁶ Fonte:Disponível em <http://drleandro.wordpress.com/> acesso 05/04/2013.

EXMO. SR. DR. DIRETOR DA PENITENCIÁRIA DE FLÓRIDA PAULISTA/SP.
Estrada Vicinal Kiichiro Hatori, km 6
Bairro Agrelo
Flórida Paulista – SP
CEP: 17830-000

TIRCIO, mat. 000.000, já qualificado nos arquivos desta penitenciária, por meio de seu advogado por seu procurador infra-firmado, qual seja, Dr. MELVIO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na ordem dos advogados do Brasil, Secção São Paulo sob nº: 000.000, residente e domiciliado na Rua , nº:000, Centro, Bofete/SP., vem à presença de Vossa Excelência, mui respeitosamente, apresentar

PEDIDO DE APROXIMAÇÃO FAMILIAR

Para a PENITENCIÁRIA de Guareí/SP., ou outro estabelecimento próximo, pelos motivos de fato a seguir expostos: O reeducando é primário, com bons antecedentes e apresenta comportamento carcerário classificado como “bom”. Diante desses fatos, e tendo em vista que a família do reeducando reside na cidade de CIDADE/SP (documento 1) e considerando que a proximidade e contato constante com a família tem valor extremamente importante na ressocialização do preso, que é uma das finalidades da pena.

Sobre isso a LEP é clara em seu artigo 41, ao conceder ao preso o direito a visitas:

Art. 41. Constituem direitos do preso:

(...)

X – visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;

Entretanto, em virtude da distância e das dificuldades, tal direito vem sido restringido ao sentenciado ora mencionado, pois a penitenciária de Flórida Paulista dista mais de 500 quilômetros da cidade de CIDADE/SP., onde reside com sua família.

Além do mais, o artigo 19 do estatuto da criança e do adolescente é enfático no sentido de que “Toda criança e adolescente tem direito de ser educado e criado no seio da família...”, assim, o filho menor impúbere do reeducando está privado desse direito básico, pela distância que o separa do seu genitor.

Importante frisar que os requisitos elencados pelo Ofício Circular SAP-015/00 para que haja deferimento da transferência por aproximação familiar estão todos preenchidos:

* o sentenciado já cumpriu mais de 1/6 (um sexto) da pena.

* apresenta boa conduta no estabelecimento prisional onde se encontra a por tempo superior a 6 (seis) meses;

DO PEDIDO

Diante do exposto, requer:

(1) Que o reeducando TIRCIO, seja transferido o mais rápido possível para a penitenciária da cidade de Guareí/SP., por ser a mais próxima da família.

Termos em que,

E. deferimento.

Flórida Paulista, 19 de janeiro de 2010.

ADVOGADO

OAB/SP:000.000

Anexo 2

*Complexo Industrial Prisional*⁴⁸⁷

⁴⁸⁷ Fonte: <http://www.molis.org/mame/pic.asp> acesso em 13/10/2013.